U.PORTO
FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DO PORTO

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR NO PORTO, 1899-1933

A PRÁTICA DE UMA ARQUITECTURA *ECONÓMICA, SAUDÁVEL E CÓMODA* NAS VÉSPERAS DO MODERNO

ELISEU MANUEL VIEIRA GONÇALVES

TESE DE DOUTORAMENTO APRESENTADA
À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM 2014

ÁREA CIENTÍFICA: ARQUITECTURA

Orientação científica:
Professor Doutor Rui Jorge Garcia Ramos
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Co-orientação científica:
Professor Catedrático Carlos Sambricio E. Echegaray
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad Politécnica de Madrid

O trabalho de investigação que suporta esta tese foi parcialmente realizado no âmbito da Bolsa de Investigação **SFRH/BD/70340/2010** da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) do Governo Português. Teve ainda o apoio do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) - financiamento por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto **PEst-C/EAT/UI0145/2011**.









Para a pequena Carlota.... à Carla, parte inseparável, pelo seu apoio e paciência.
... aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Nos seus mais variados aspectos, a investigação desenvolvida cruzou-se com instituições e pessoas distintas cuja colaboração, generosidade e saber se tornaram indispensáveis à produção final deste documento.

Em primeiro lugar, quero expressar a minha gratidão ao orientador deste trabalho, o Professor Rui Jorge Garcia Ramos que, desde o primeiro momento, abraçou o tema, depois o consagrou no *Mapa da Habitação* do *Atlas da Casa*, fazendo acreditar num desfecho útil. Foi um privilégio ter usado da sua erudição, paciência e amizade.

Agradeço ao Professor Carlos Sambricio, co-orientador, pelo seu precioso contributo na formação de perspectivas interpretativas acerca do tema, referenciação de bibliografia fundamental e, sobretudo, pela providencial colocação de possíveis hipóteses a desenvolver.

Na sua condição de coordenador do grupo de investigação *Atlas da Casa,* do *Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo*, agradeço ao Professor Domingos Tavares todos os meios colocados à disposição desta investigação e, ainda nesse contexto, a minha gratidão aos colegas do *Mapa da Habitação* pela partilha de informação e conhecimento.

Pelo apoio prestado, agradeço à *Fundação Instituto Marques da Silva*, na pessoa da Dra. Paula Abrunhosa, ao *Arquivo do Forte de Sacavém*, na pessoa da Dra. Eugénia Costa, ao *Arquivo Histórico Municipal do Porto*, na pessoa da Dra. Rute Reimão, e à Eliane Michelon, directora dos *Archives Municipales de Mulhouse*. Igualmente, os meus agradecimentos às arquitectas Catarina Gonçalves e Vera Santos, ao arquitecto Alcindo Spínola, pela preciosa ajuda aquando da recolha dos processos de obra e seu tratamento gráfico.

Por fim, a minha profunda estima para aqueles colegas da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, amigos confidentes de percurso, pela reflexão conjunta e amizade. Desses, não posso deixar de distinguir os que de longa data me acompanham, especialmente, o António Madureira, o Marco Ginoulhiac e o José Quintão.

À saudosa Professora Marieta Dá Mesquita.

NOTA PRÉVIA SOBRE CRITÉRIOS DE REDACÇÃO

Nesta dissertação foram utilizados documentos de autoria, proveniência e pertinência diversa cujos critérios de referenciação importam esclarecer.

As fontes bibliográficas internacionais usadas são, na sua maioria, de raiz francófona e anglo-saxónica, restando ainda um número significativo de documentos em italiano e castelhano. Porque todos eles são idiomas familiares ao meio académico português e, em particular, ao disciplinar da Arquitectura, optou-se por manter na transcrição a língua original. Noutros casos, de línguas que obrigavam a outro tipo de esforço de interpretação, irrelevantes para os objectivos da tese, optou-se por utilizar traduções em português, ou por nós traduzidas a partir de outras versões, para se garantir maior continuidade de leitura. Uma situação que se repete é a relacionada com textos germânicos editados em castelhano que foram inseridos na tese em português a partir da nossa interpretação. Ainda, pela mesma razão, optou-se por actualizar o português arcaico de alguns documentos coevos.

Integra a dissertação um catálogo de fichas individuais de obras relativo aos bairros inventariados. As fichas apresentam-se alinhadas com um sistema de referenciação alfanumérico que integra a sigla BHP. Essas referências, assinaladas no corpo principal do texto entre *parêntesis rectos* (ex.: [BHP_11]), indicam que informação mais sistematizada pode ser consultada no referido catálogo. Neste tipo de sigla, tal como noutras abreviaturas (ex.: fontes arquivísticas e instituições - apresentadas em lista própria) usou-se o critério geral de contrair o nome na primeira entrada, optando-se por referir a partir daí a sigla correspondente.

Dada a extensa lista de personalidades referidas achou-se útil indicar entre *parêntesis* curvos os anos extremos das vidas daquelas em que esse dado é relevante no contexto da narrativa.

Salvo raras excepções, as imagens que ilustram o texto são provenientes de fontes primárias, na sua maioria inéditas.

As citações em nota de rodapé e na lista bibliográfica foram inseridas segundo o recomendado pela Norma Portuguesa NP 405-1/2/3/4. A fonte de letra utilizada no corpo principal do texto é a mesma fixada pela Universidade do Porto para as capas das dissertações.

Neste documento não se tomam as alterações introduzidas no último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.


LABOR
HONOR



"**Labor Honor**" - Bairro da Rua Nova do Monte Pedral, Porto, 1928. [Fotografia do autor, 2012]

RESUMO

Na presente dissertação é analisado o processo de desenvolvimento de novas formas de residência dirigidas às classes populares a partir do momento em que, no final do século XIX, a vida na cidade é alvo de medidas reformistas instigadas pela *economia social* e pelo *higienismo* com forte impacto nos hábitos, nos modos de habitar e na transformação do espaço doméstico e público - na estruturação de uma nova ordem urbana. O estudo centra-se nos processos de formulação e construção de conjuntos de habitação popular surgidos no Porto entre 1899 e 1933, com o objectivo de apurar a relação dessas dinâmicas com o aparecimento de novos modelos conceptuais de habitação simples corrente.

Tomando material empírico dominado por processos de obra, o trabalho verifica as circunstâncias em que foram enunciadas soluções de habitação desenhadas sobre o imperativo de serem *económicas*, *saudáveis* e *cómodas*. Estas três condições determinaram uma arquitectura da casa distinta da historicamente usada na conformação da cidade industrial e liberal portuense de que as *ilhas* e a *casa burguesa estreita* são paradigmas. Neste quadro, foram isoladas algumas problemáticas disciplinares que estiveram na génese desse tipo de arquitectura: a discussão entre o *uni* e o *multifamiliar*, o efeito normativo no desenho do espaço doméstico, a relação entre a cidade e o campo, o desenvolvimento urbano informal, ou ainda a questão do *modelo* e do *tipo* como reprodutores distintos de soluções arquitectónicas.

Assim, é enunciado um estádio prévio da *casa mínima* moderna no interior de uma narrativa centrada na habitação económica que se expande para além do limite temporal fixado, reafirmando, entre o final da Monarquia Constitucional e os alvores do Estado Novo, uma continuidade ideológica dominada pelo unifamiliar.

PALAVRAS CHAVE:

Arquitectura; habitação popular; bairros; cidade industrial; higiene; reformismo social; espaço doméstico; transformação urbana; Porto

ABSTRACT

The thesis analyses the process of developing new forms of dwelling addressed to the working classes starting from the moment when, in the late nineteenth century, life in the city was under reform measures instigated by the *social economy* and the *hygienism* with strong impact on habits, ways of dwelling, domestic and public space renovation and, consequently, structuring a new urban order. In this scope, the study focuses on the establishment of low-income housing in Porto taking place amid 1899 and 1933. The aim of the investigation was to understanding the dynamics related to the emergence of new conceptual models about simple and regular urban housing.

The empirical material involving primary sources was mainly obtained in national and municipality archives, consisting essentially of architectural design projects. By means of this information the research verifies the circumstances in which the housing solutions were idealized under the imperative of being *cheap*, *healthy* and *comfortable*. Those three conditions appear to have determined a new architecture of the house distinct from one historically used to build the industrial and liberal urban form of Porto.

In the dissertation a number of disciplinary problems considered as keys were identified and isolated to verify the genesis of this type of housing: the discussion between *single* and *multi-family* housing; the regulatory effect on domestic space conception; the relationship between city and countryside related to informal urban growth areas; or the problem amid *model* and *type* as distinct reproducers of architectural solutions.

Thus, an early stage of the *minimum modern house* is enunciated within a narrative centered on affordable housing issue confirming, in the timeframe between the end of the *Constitutional Monarchy* and the beginning of *Estado Novo* dictatorship, an ideological continuity dominated by single-family houses architecture.

KEYWORDS:

Architecture; working-class housing; company towns; industrialized city; hygiene; domestic space; social economy; urban reform; Porto

LISTA DE SIGLAS

AHMP	Arquivo Histórico Municipal do Porto
AFS	Arquivo do Forte de Sacavém/ IRHU
AFIMS	Arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva
AMOP	Arquivo do Ministério das Obras Públicas
AMG	Arquivo Municipal de Gaia
ADP	Arquivo Distrital do Porto
AADP	Arquivo da Assembleia Distrital do Porto
AHP	Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa
AFCG	Arquivo Fundação Calouste Gulbenkian
ACML_AC	Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa – Arco de Cego
AMM	Archives Municipales de Mulhouse
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BOA	Biblioteca da Ordem dos Arquitectos Portugueses
BFAUP	Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
BFEUP	Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
BFLUP	Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
BFMUP	Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
BINSA	Biblioteca do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
BMP	Biblioteca Municipal do Porto
BSCMP	Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia do Porto

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1: Bairro Operário *O Comércio do Porto* – Lordelo. M.O. Manuel Fortunato de Oliveira Motta. Porto, 1901. [*O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. Porto: O Comércio do Porto,1934] 14

Fig. 2: Bairro de Casas Económicas do Amial. Porto, 1938. [Suplemento do jornal *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, Junho, 1940] 14

Fig. 3: Bairro na Rua Oliveira Monteiro. Mestre-de-obras Manuel Gomes da Silva, Porto, 1898. [LO 262/1898 - AHMP] 20

Fig. 4: Vila Júlia. Arquitecto Miguel Ventura Terra, Estoril 1901-1904. [A Construção Moderna, nº 122, 1904] 20

Fig. 5: Maquete do *Bairro Municipal de Olhão*. Arquitecto Carlos Ramos c. 1930. [Estúdio Novais -AFCG] 24

Fig. 6: Projectos do *Bairro Municipal do Funchal*. Solução A e B. Arquitecto Carlos Ramos, c. 1931. [AFS] 24

Fig. 7: Levantamento aero fotométrico - zona de São Vitor, 1939. [AHMP] 32

Fig. 8: Levantamento aero fotométrico - zona do Amial, 1939. [AHMP] 32

Fig. 9: Bairro da Fábrica de Cerâmica Lusitânia. Coimbra, 1933. [Revista *Cerâmica e Edificação*, nº 5, Maio 1933, p. 118] 70

Fig. 10: Solução para as últimas casas da Colónia Estevão de Vasconcelos. Rua da Carcereira, Porto, 1922. [AHMP] 70

Fig. 11: Dispositivos técnicos do banho veiculados em 1890 em Paris. [*La Construction Moderne*. Decembre 1890, p.130] 74

Fig. 12: Dispositivos técnicos de banho comercializados em 1910 no Porto. [Catálogo Illustrado. Porto: Tipografia Santos, 1910] 78

Fig. 13: Maison Ouvrière exposta no Salon parisiense de 1911. Anatole de Baudot, c. 1908. [Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine de Paris] 82

Fig. 14: Proposta vencedora do Concurso Fundação Rothschild. Paris, 1905. [*Construção Moderna*. Volume VII, nº195, Agosto de 1906] 84

Fig. 15: *Cidades Jardins*. [*A Arquitectura Portuguesa*, nº9 , Setembro de 1932] 96

Fig. 16: *Maison Dom-Ino*. Le Corbusier e Jeanneret, sem local, 1914. [Fondation Le Corbusier] 98

Fig. 17: *Cité-jardin aux Crétets*. Le Corbusier e Jeanneret, La Chaux-de-Fonds, 1914. [Fondation Le Corbusier] 98

Fig. 18: *Letchworth*. Robert Unwin e Barry Parker, 1911. [Letchworth Garden City. London: First Garden City Ltd, . London: Batsford, 1911, p. 32] 98

Fig. 19: Litografia do *carré mulhousienne*. Émille Muller, 1853. [AMM] 116

Fig. 20: Familistério de Guise. Jean Baptiste Godin, 1859. [*Serões – revista mensal illustrada*. Vol. I, nº 3, Maio e Junho de 1901] 128

Fig. 21: Kapelleveld, Cité-Jardin, Bruxelas, Louis van der Swaelmen, 1922-1926. [*Cités-Jardins 1920 - 1940 en Belgique*. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne,1994] 160

Fig. 22: *Bairro Económico* para Lisboa. Adães Bermudes, 1897. [BNP] 182

Fig. 23: Bairro da Companhia Portuense de Casas Económicas na Rua Costa Cabral [BHP_84]. Implantação, Processo Licenciamento, 1919 [AHMP] 192

Fig. 24: Bairro da Companhia Portuense de Casas Económicas na Rua Costa Cabral [BHP_84]. Projecto de casas C, Processo Licenciamento, 1919 [AHMP] 192

Fig. 25: *Bairro Social - Ministério do Trabalho*. Adães Bermudes, Caetano de Carvalho e Edmundo Tavares, 1919. [Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa – Arco de Cego] 194

Fig. 26: *Arco do Cego* – Secretariado de Propaganda Nacional. Fotografia Mário Novais c. 1930 [Arquivo Fundação Calouste Gulbenkian] 194

Fig. 27: *Cooperativa Grupo Dez de Maio*. Arq. José Ferreira Penêda, Porto,1926. [A Arquitectura Portuguesa, nº30, 1926] 198

Fig. 28: *Cooperativa Grupo Dez de Maio*., Rua do Seixal. Arq. Aucíndio dos Santos, 1929. [AHMP] 198

Fig. 29: Bairro da *Seguradora "A Garantia"*, Rua do Amial, 1929. [AHMP] 200

Fig. 30: Bairro da *Companhia de Seguros "O Trabalho"*, Rua Costa Cabral, 1928. [AHMP] 200

Fig. 31: Bairro da *Construtora Portuense de Casas Económicas*, Rua de Monsanto, 1929. [AHMP] 202

Fig. 32: *Moradias Económicas Alto da Pasteleira* [BHP_214]. Arqt.º Joaquim Madureira, 1937. [AHMP] 204

Fig. 33: Levantamento da Ilha de S. Vítor. Arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes, c. 1930 [Arquivo Pessoal António Madureira] 210

Fig. 34: Zona industrial do Campo 24 de Agosto, Bonfim. Domingos Alvão, c. 1900 [A cidade do Porto. Alvão 1872-1946. Porto: Edição da Fotografia Alvão, 1984] 216

Fig. 35: Zona industrial do Campo 24 de Agosto, Bonfim. Foto Guedes, c. 1900 [AHMP] 216

Fig. 36: Distribuição topográfica dos surtos de tuberculose no Porto. António de Almeida Garrett, 1912. [Tuberculose e habitação no Porto. Porto: Enciclopédia Portuguesa, 1914] 232

Fig. 37 (Gráfico A): Número de fogos por freguesia verificado ao ano. [Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística] 240

Fig. 38 (Gráfico B): Superfície (m2) por habitante verificada ao ano. [Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística] 240

Fig. 39: Planta de localização dos bairros BHP a partir do sistema anelar de Ezequiel de Campos, sobre cartográfica de 1963 242

Fig. 40 (Gráfico C): Número de fogos e área dos lotes por zona urbana anelar. [Fonte: bd_BHP] 244

Fig. 41: *Os mal alojados*. *Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*, 1948. [Arquivo Histórico da DGOTDU] 246

Fig. 42: Monte Aventino na *Planta de Telles Ferreira* de 1892. *Bairro do Comércio do Porto* (1901) e o traçado da futura Avenida Fernão de Magalhães 252

Fig. 43: Exemplos de *Distribuição quadrilátera*: Proposta de Cottineli Telmo (1933) e Bairro da CP (1931). [*Arquitectura Portuguesa*, nº 8, Setembro 1933/ *Arquitectura Portuguesa*, nº7, Julho1931] 256

Fig. 44: Composição *Bairro de António Ramos Pinto*, Porto. Francisco de Oliveira Ferreira, 1927. [AHMP] 256

Fig. 45: Monte Pedral na *Planta de Telles Ferreira* de 1892. Marcação do *Bairro do Comércio do Porto* sob malha preestabelecida. 258

Fig. 46: Companhia Fabril Salgueiros. Gravura c. 1910 [Exposição de Arqueologia

Industrial. Porto: Associação Industrial Portuense, 1999] 262

Fig. 47: Monte Pedral no Levantamento aéreo-fotométrico de 1939. Bairros BHP (azul); Industrias (amarelo); Equipamentos públicos (púrpura). 262

Fig. 48: Bairro Rua Vila Meã. Licenciamento de Obra, 1898. [AHMP] 268

Fig. 49: Brigada de desinfestação de *ilhas*. Foto Guedes, 1899. [AHMP] 268

Fig. 50: "Cubagens por Habitante". *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto,*1939. [Arquivo DGOTDU] 276

Fig. 51: Bairro de António Pereira Cardozo, Rua Delfim Maia. Licenciamento de Obra, 1910. [AHMP] 278

Fig. 52: Casas operárias do Bairro de António Pereira Cardozo, Rua Delfim Maia. Licenciamento de Obra, 1910. [AHMP] 278

Fig. 53: Bairro em S. Vitor. Licenciamento de Obra, 1924. [AHMP] 282

Fig. 54: Bairro da Rua do Cunha [BHP_97]. Licenciamento de Obra, 1915. [AHMP] 284

Fig. 55: Bairro Rua Vasques de Mesquita. Licenciamento de Obra, 1928. [AHMP] 288

Fig. 56: Bairro Travessa Ribeiro de Sousa. Arq. Aucíndio dos Santos, 1933. [AHMP] 292

Fig. 57: Bairro de Rodrigo de Abreu na Rua Guerra Junqueiro. Processo licenciamento, 1907 [AHMP] 296

Fig. 58: Vila de João Machado de Castro na Rua da Carcereira. Processo licenciamento, 1927 [AHMP] 298

Fig. 59 (Gráfico D): Números de fogos por tipo de promoção verificados ao ano. [Fonte: bd_BHP] 300

Fig. 60: *Grupo de casas operárias*, Estrada de Carreiros. 1910 [AHMP] 302

Fig. 61: *Bairro da Fábrica da Areosa*, Circunvalação. 1921 [AHMP] 302

Fig. 62: *Bairro Operário do Comércio do Porto*, Monte Pedral. Arq.º Marques da Silva. [*A Construção Moderna*, Fevereiro de 1902] 308

Fig. 63: *Bairro Operário do Comércio do Porto*, Monte Pedral. Arq.º Marques da Silva, 1899 . [FIMS] 308

Fig. 64: Plantas das casas do Monte Pedral e o do *Carré Mulhousienne*. [AHMP e AMM] 312

Fig. 65: *Bairro O Comércio do Porto* das Antas. Eng.º Gaudêncio Pacheco. [*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, 1912] 314

Fig. 66: *Bairro O Comércio do Porto* das Condominhas. M.O. Fortunato d'Oliveira Motta. Fotografia, 1947. [*AHMP*] 314

Fig. 67: *Projecto de casa de banhos públicos*. Eng.º João Carlos d'Almeida Machado, 1899. [AHMP] 318

Fig. 68: *Projecto de habitações para bairros operários. Tipo nº 3A*. [AHMP] 318

Fig. 69: *Planta geral d'um bairro [de] qualquer dos 6 tipos de casas.* Sem data e autor. Extracto a partir do desenho original. [AHMP] 320

Fig. 70: *Projecto de habitações para bairros operários. Tipo nº1.* Sem data e autor. Extracto a partir do desenho original. [AHMP] 320

Fig. 71: Colónia Operária Viterbo Campos. Foto Guedes, c.1930. [AHMP] 332

Fig. 72: Unidade de quatro casas. Colónia Operária Viterbo Campos, Arrábida, 1914. Eng.º Aníbal de Barros (assinatura). [AHMP] 332

Fig. 73: Sector Poente da *Colónia Operária do Dr. Manuel Laranjeira*. Fotografia Guilherme Barreiros, 1947. [AHMP] 334

Fig. 74: Colónia Operária do Dr. Manuel Laranjeira. Rua de Augusto Leça, Salgueiros, 1933. [AHMP] 334

Fig. 75: Plano geral do Bairro Social da Arrábida, c. 1919. Marcação dos equipamentos e *Colónia Operária Viterbo de Campos*. [AFS 340

Fig. 76: *Bairro Social da Arrábida - Casa Tipo A e B*, c. 1919. [AFS] 340

Fig. 77: Bairro *Labor Honor*, Rua Egas Moniz, 1928 [AHMP] 346

Fig. 78: Bloco de habitações Económicas dos Bombeiros Municipais, Rua do Moreira [BHP_77]. Serviços Municipais, 1933. [AHMP] 348

Fig. 79: Bloco de Habitações Económicas, Rua Barão de S. Cosme [BHP_120]. Serviços Municipais, 1937 [AHMP] 348

Fig. 80: Bloco de Habitações Económicas. Sem local. Serviços Municipais, 1937 [AHMP] 348

Fig. 81: *Bloco Tipo* com galeria. 3ª Repartição, c. 1936. [AHMP] 350

Fig. 82: Blocos de Habitações Económicas, Rua de S. Crispim, c. 1936. [ANDRADE, A. J. Monteiro de – "Casas Económicas". In, *Separata do Boletim de Higiene e sanidade.* Porto: Tipografia Leitão, 1937] 350

Fig. 83: Bloco de Habitação Duque de Saldanha. Fotografia c. 1940 [AHMP] 354

Fig. 84: Carta de localização dos bairros públicos. 1ª Repartição, 1945 [AHMP] 356

Fig. 85: Esboço de proposta para S. Vítor (SAAL). Álvaro Siza Vieira, c. 1975. [MOMA] 368

SUMÁRIO GERAL

1. Apresentação

1.1. Princípio 3

1.2. A delimitação espacial e temporal como problema 13

1.3. Contra as *ilhas*: formulação do objecto de estudo 27

1.4. A prática da História em Arquitectura e os seus documentos 36

1.5. Disposição da tese 51

2. Estudar as novas soluções de habitação popular: introdução ao tema

2.1. Bairros de habitação popular: etimologia e acepção 55

2.2. Uma arquitectura menor: prenúncios de modernidade 67

3. O alojamento operário e a (re)formulação da cidade: constituição dos modelos

3.1. Movimentos europeus para a reforma da habitação económica 103

3.2. Contributos para uma leitura nacional sob o signo do *higienismo* e da *economia social* 132

4. Bairros de habitação popular no Porto,1899-1933: casas simples exemplares

4.1. Os *Tempos difíceis* e a *Situação da classe trabalhadora.* Anacronias na industrialização portuense 207

4.2. Para uma cartografia da *arquitectura do trabalho* 229

4.3. Formulação das novas soluções de habitação popular 265

5. A prática de uma arquitectura *económica*, *saudável* e *cómoda* nas vésperas do Moderno

A. Fontes e bibliografia

B. Bairros de habitação popular projectados para a cidade do Porto, 1894-1938: Fichas de identificação e caracterização

C. Cartografia de localização e análise

SUMÁRIO ANALÍTICO

1. Apresentação

1.1. Princípio 3

Introdução 3

Premissas e objectivos 7

1.2. A delimitação espacial e temporal como problema 13

1.3. Contra as *ilhas*: formulação do objecto de estudo 27

1.4. A prática da História em Arquitectura e os seus documentos 36

Correlato objectivo e metodologia narrativa 36

O corpus documental e o universo da análise 42

Arquivo Histórico Municipal do Porto 46

Outros arquivos 48

1.5. Disposição da tese 51

2. Estudar as novas soluções de habitação popular: introdução ao tema

2.1. Bairros de habitação popular: etimologia e acepção 55

2.1.1. Da sua utilização e promoção: habitação operária ou popular? 56

2.1.2. Da sua produção: casa económica ou barata? 62

2.2. Uma arquitectura menor: prenúncios de modernidade 67

2.2.1. A arte maior da pichelaria 68

2.2.2. Desenho científico da casa operária 79

2.2.3. *Cités Ouvriéres*, *Garden-cities*. Hortos operários ou jardins burgueses? 89

3. O alojamento operário e a (re)formulação da cidade: constituição dos modelos

3.1. Movimentos europeus para a reforma da habitação económica 103

3.1.1. A cidade a reformar 103

3.1.2. Mulhouse, 1853: apologia da casa individual familiar com jardim 110

3.1.3. Guise, 1856: arquétipo do alojamento colectivo associativista 122

3.2. Contributos para uma leitura nacional sob o signo do *higienismo* e da *economia social* 132

3.2.1. O *francesismo* português 133

3.2.2. A formulação *higiénica* 136

3.2.3. O debate político e a *Economia social* 163

4. Bairros de habitação popular no Porto,1899-1933: casas simples exemplares

4.1. Os *Tempos difíceis* e a *Situação da classe trabalhadora.* Anacronias na industrialização portuense 207

4.1.1. A "questão dos mal alojados" 212

4.1.2. Estádio prévio 224

4.2. Para uma cartografia da *arquitectura do trabalho* 229

4.2.1. Circunscrição do espaço operário 229

4.2.2. Monte Aventino: um campo de estudo 251

4.2.3. Monte Pedral: zonamento informal a partir da fábrica 257

4.3. Formulação das novas soluções de habitação popular 265

4.3.1. A regulação do construído e os bairros de rendimento 265

Casas de transição nas ilhas 277

Reforma sanitária e reformulação da casa simples 287

Ilhas proletárias e Bairros de pequeno rendimento: continuidades morfológicas 294

4.3.2. Filantropia e compaixão burguesa. O protagonismo do Comércio do Porto 301

4.3.3. Bairros de promoção pública 316

A habitação no plano de melhoramentos: colónias operárias municipais 316

O breve episódio do Bairro Social Sidónio Pais 337

O Bloco dos Bombeiros Portuenses: modelo precursor do Bloco de Saldanha 343

5. A prática de uma arquitectura *económica*, *saudável* e *cómoda* nas vésperas do Moderno

Habitação portuense mínima 365

Síntese final: habitação económica saudável e cómoda nas vésperas do Moderno 369

A. Fontes e bibliografia

I. Arquivos e bibliotecas 375

II. Fontes manuscritas 375

III. Fontes Impressas 376

IV. Bibliografia internacional sobre habitação 387

V. Bibliografia nacional sobre habitação 389

VI. Bibliografia de contextualização internacional 391

VII. Bibliografia de contextualização nacional 392

VIII. Bibliografia crítica 395

B. Bairros de habitação popular projectados para a cidade do Porto, 1894-1938: Fichas de identificação e caracterização

I. Introdução 399

II. Organização das fichas individuais 400

III. Parâmetros de caracterização 401

IV. Catálogo de fichas individuais de obras 407

C. Cartografia de localização e análise

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Princípio

Introdução

Esta tese decorre das acções de investigação desenvolvidas nos últimos anos sobre a arquitectura da casa tendo como referente temático, geográfico e temporal, conjuntos de habitações económicas – aqui designados genericamente de *bairros de habitação popular* – construídos na cidade do Porto no primeiro terço do século XX.[1]

Foram de diversa ordem os estímulos que conduziram à eleição deste objecto de estudo. Destaca-se o interesse prévio pelos processos de democratização do conforto doméstico[2] associados à transformação do desenho da casa. Uma atenção particular foi dada à regulamentação de natureza sanitarista que no início do século XX impôs, *per si,* significativas alterações dimensionais, funcionais e compositivas na habitação.[3] Assim, uma fase preparatória a este trabalho foi consagrada ao tema estruturante do *higienismo* aplicado à arquitectura residencial de final de Oitocentos, o que resultou na publicação de alguns textos focados nas campanhas de moralização e normalização do quotidiano e na inventiva técnica então desenvolvida para a emancipação do uso da casa.[4]

---

[1] A dissertação teve a sua génese no Projecto de Tese - *A habitação popular no Porto, 1899 - 1933. A prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do modernismo* - elaborado no âmbito do Programa de Doutoramento em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (perfil de estudos: Projecto do Espaço Habitacional e Formas de Habitar) cuja discussão pública ocorreu em Setembro de 2010.

[2] Ver, por exemplo, a leitura que faz do tema o autor francês Roger Henri Guerrand, sinteticamente apresentada em, GUERRAND, Roger Henri – "Aux origines du confort moderne". In, LUCAN, Jacques, coord. - *Eau et Gaz a Tous les Etages. Paris, 100 ans de logement*. Paris: Édition du Pavillon de l'Arsenal; Picard Éditeur, 1992, pp. 14 – 29

[3] A este propósito deve ser referida a obra incontornável, MOLEY, Christian - *L'Architecture du Logement. Culture et logiques d'une norme héritée*. Paris: Economica/Anthropos, 1998

[4] GONÇALVES, Eliseu – "Das casas octogonais de Orson Fowler à 'Casa de amanhã'". *Revista Resdomus*. Nº1. Porto: FAUP, 2012. http://resdomus.blogspot.pt/2009/07/das-casas-octogonais-de-orson-fowler.html

GONÇALVES, Eliseu – "The Octagon in the Houses of Orson Fowler". In, *Nexus Network Journal - Architecture and Mathematics*. Basel: Birkhauser/ KWB, 2011

GONÇALVES, Eliseu – "Das Casas Octogonais de Fowler à Dymaxion House de Fuller: do Panóptico ao Panorama. Migrações, errâncias e continuidades no advento do Moderno". Disponivel em http://www.pequenacasa.blogspot.com/2010/05/das-casas-octogonais-de-fowler-dymaxion_07

No centro dessas questões encontrava-se a emancipação das ciências médicas. Como afirmou Foucault, em última instância, mais do que um *corpus* de técnicas de cura e saber, a medicina passou a ser o núcleo dinamizador do conhecimento do *homem saudável* para uma definição do *homem modelo*. Para a conformação moderna da sociedade, esses procedimentos sublinhavam "un certain bonheur organique, lisse, sans passion et musclé, communique de plein droit avec l'ordre d'une nation, la vigueur de ses armées, la fécondité de son peuple et la marche patiente de son travail".[5]

De entre os métodos usados pelos médicos, o sucesso dos aplicados pelos *higienistas* a favor da saúde pública contribuiu para elevar a disciplina da Higiene ao estatuto de instituição pública universal. A sua importância na reforma dos hábitos e dos espaços seria sublinhada, por exemplo, quando na Exposição Universal de Paris, em 1889, lhe foi dedicado um pavilhão com a epígrafe *Mens Sana in Corpore Sano.*[6] Quem visitasse Le Palais de L'Hygiène deparava-se com uma exposição centrada no tema da "*Hygiène de l'Habitation",* louvando a água e o ar puro, a luz, os costumes próprios, a assistência pública. Com ramos do exercício especializados, desde a tecnologia sanitária à patologia clínica, esta nova ordem patrocinou e legitimou instrumentos de controlo normativos que foram gradualmente intervindo nos modos e nas formas de habitar.

Sobre a importância do pendor higienista nas alterações verificadas ao nível da cidade e da casa, note-se, sumariamente, o que alguns autores confirmam para diversas geografias. Por exemplo, para o território francês Monique Eleb observa o seguinte:

Outre le moyen de lutter contre le risque de propagation des épidémies aux autres classes de la population et la possibilité de s'assurer une main-d 'ouvre résistent et en bonne santé, l'hygiène représente avant tout l'accession à la moralité. Cette conception

[5] FOUCAULT, Michel – *Naissance de la clinique*. Paris: Presses universitaires de France, 1963, p. 35

[6] LE ROUX, Hugues – "Le Palais de L'Higiène". In, *Revue de la Exposition Universel*. Paris: Librairies des Imprimeries Réunies, 1889, p. 64

sera un guide dans les formes urbaines, les formes architecturales jusqu'aux sphères intimes de l'habitation.[7]

No exame ao contexto espanhol, Maria Castrillo Romón[8] enfatiza com Ildefonso Cerdá (1815-1876) o reformismo positivista que os higienistas impuseram à cidade industrial ao afirmar:

El papel de la Higiene en el movimiento de reforma del hábitat ha sido crucial. Por un lado, en un contexto progresivamente dominado por el positivismo, estableció puentes entre las ciencias biomédicas y la intervención sobre el espacio, con lo que cubrió las aspiraciones de cientifismo de la práctica urbanística y edificatoria. Por otro lado, el alto grado de consenso político forjado en torno a la higiene allanó el camino para la profunda reorganización del hábitat que el reformismo, (guiado no sólo por estrictos fines sanitarios) impulsó a todas las escalas, desde la ciudad al interior doméstico. [9]

Quando se refere a causa sanitária e higiénica na transformação do espaço devem ser colocadas na mesma equação de responsabilidades a quota-parte de outros agentes não médicos igualmente comprometidos. Isto é visível de forma especial quando se analisa a aproximação do controle da autoridade pública à propriedade privada e, consequentemente, ao espaço doméstico da casa. Neste contexto de alteração das fronteiras entre a esfera do privado e do público, George Teyssot elenca um conjunto de forças que gradualmente começaram a agir sobre os processos de construção da cidade, chamando a si tanto os problemas de desenho do espaço urbano como os da simples casa:

É probabile quindi che il bastione del privato, dell'intimo, del domestico non sia più una zona di rifugio e di protezione che si erge a difenderci dalla sfera pubblica […] ma che essa sia stata fagocitata dallo sguardo vorace dei numerosi "esperti" che, dalla seconda

---

[7] ELEB, Monique, DEBARRE, Anne – *L'Habitation Ouvriere.- Architectures de la vie privée. XVII XIX siècles.* Paris: Éditions Hazan et Archives d'Architecture Moderne, 1999, p.141

[8] Maria Castrillo Romón é professora na Universidade de Vallodolid tendo desenvolvido aprofundadamente as questões do alojamento operário em Espanha vinculando a esses estudos o carácter reformista das transformações da cidade industrial, nomeadamente, implicando nele o papel dos higienistas. De entre a sua obra destaca-se o livro, ROMÓN, Maria A. Castrillo – *Reformismo, vivienda y ciudad: orígenes y desarrollo de un debate: España 1850-1920.* Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 2001.

[9] ROMÓN, Maria A. Castrillo – *"Vivienda social y planificación urbanística: vestígios reformistas en la prática actual"*. In, *Revista de Sociologia*. Nº13. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, p.154

metà dell'Ottocento, cominciano a voler progettare di tutti: medici, igienisti, criminologi, riformatori, ingegneri, architetti, decoratori, mobilieri, giudici, assistenti sociali, economisti, sociologi, psicologi, psichiatri. Tutta una fiera armata di portatori di sapere, quindi di poteri, che investono con armi e bagagli la soglia dell'abitazione e distillano gli umori privati al fuoco di cento scienze.[10]

A Higiene, quando considerada no seu sentido mais lato, apresenta-se como a mais transversal e profícua palavra de ordem de Oitocentos contra as práticas desviantes da industrialização. Para a situação portuguesa, em raras ocasiões esta premissa higienista tem sido avaliada, nomeadamente, quanto à sua responsabilidade na reconfiguração da cidade e do espaço doméstico. Rui Jorge Garcia Ramos, no trabalho que desenvolveu sobre a arquitectura da casa na primeira metade do século XX, refere exactamente esse défice de estudos sobre a Higiene enquanto poder exterior à disciplina que, atuando sobre o espaço e sobre o indivíduo, implícita ou explicitamente, molda o projecto de arquitectura.[11]

É no espaço da família, como célula social formalizada espacialmente num tipo identificado, que o legislador ou o higienista irão encontrar o campo de acção mais incisivo para o seu controlo social e espacial. – Neste campo, a investigação fundamental é escassa. [12]

Dos trabalhos em língua portuguesa referidos como excepcionais, somente a publicação em 2002 de Alexandra Trevisan e Isabel Matias sobre a prestação do médico Ricardo Jorge (1858-1939) no desenvolvimento de medidas de combate à insalubridade no Porto, denominada *Higiene e salubridade no Porto*,[13] se debruça sobre um caso nacional. Entretanto, foi editada a investigação de Tiago Saraiva sobre o papel da Ciência na reforma da cidade de Lisboa tendo como contraponto

[10] TEYSSOT, Georges – *"Figure d'interni"*. In, TEYSSOT, Georges, coord. – *Il progetto domestico*. Milano: Trienale di Milano/ Electa Editrice, 1986, p.21

[11] RAMOS, Rui – *A Casa. Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP Publicações, 2010, p.42 . Nota-se que esta publicação derivou da tese de doutoramento defendida em 2005 intitulada: *A Casa Unifamiliar Burguesa na Arquitectura Portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*.

[12] Idem, p.43

[13] TREVISAN, Alexandra, MATIAS, Isabel – *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESA/ESAP, 2002

Madrid, ambas apresentadas como cidades periféricas à dinâmica médica centro europeia.[14] Ainda em 2005 saiu a público o estudo desenvolvido por André Tavares sobre a obra da Clínica Heliântia em Francelos (Vila Nova de Gaia)[15] - protagonista de um enredo complexo e heterogéneo que permite entender a vasta rede de interesses multidisciplinares onde era tecido o projecto de arquitectura no início do século. Interessa, por fim, sublinhar a investigação conduzida por Nelson Mota sobre o espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX, nomeadamente, na sua transformação devido à assimilação de novos hábitos e dispositivos sanitários.[16]

Face a este alinhamento da produção teórica, a proposição inaugural do estudo que sustenta esta dissertação ficou definida pelo alargamento da problemática relação entre Arquitetura e Ciência, sobretudo por via do *higienismo*, ao caso particular da habitação corrente erguida naquelas décadas tidas como embrionárias da arquitectura moderna em Portugal.

Premissas e objectivos

A ênfase atrás elaborada sobre o papel da Higiene na renovação do pensamento urbanístico e arquitectónico finissecular importa ser contrabalançada no intuito de manter a reserva suficiente para o discernimento de sofismas e desenvolvimento de uma visão holística dos fenómenos. Um dos cépticos sobre o estudo da cidade assente exclusivamente na razão da Higiene foi Manuel Solà-Morales. Em 1982 escrevia:

[...] conviene no suscitar demasiado de prisa el argumento general que ve en el pensamiento higienista una de las raíces más fuertes de la urbanística moderna.

---

[14] SARAIVA, Tiago - *Ciencia y ciudad. Madrid y Lisboa, 1851-1900*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2005

[15] TAVARES, André – *Arquitectura Antituberculose, Trocas e tráficos na construção terapêutica entre Portugal e Suíça*, Porto, FAUP Publicações, 2005

[16] MOTA, Nelson Jorge Amorim – *A Arquitectura do Quotidiano – Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Coimbra: Edarq - Edições do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2010

Es difícil distinguir entre circunstancias concomitantes y causas más o menos directas de este movimiento. Las medidas sanitarias.
[...] ¿responden al alza de la demografía urbana o, al contrario, a las muertes epidémicas? ¿Siguen el manifiesto anti-urbano contra los males de la gran urbe, o están luchando por modernizarla y perfeccionarla? ¿Es reforma social o ingeniería? ¿O ambas cosas a la vez? [17]

Em rigor, os problemas sanitários e demográficos mais agudos das cidades industriais resultaram em surtos pestilentos graves, facto que forçou um apertado controle físico e moral como acção maior da segurança da saúde pública. Fazer a cidade higiénica implicava transformar a vida dos seus habitantes, alterar costumes, inventar tecnologia ambiental e doméstica, controlar o espaço público e tudo que lhe era adjacente e complementar. Nessa circunstância de emergência destaca-se a necessidade de definir novos programas arquitectónicos e urbanos no âmbito das medidas *pro-sanitárias*. [18] Ou seja, por via da imperiosa necessidade de cultivar hábitos sadios e remover os focos de insalubridade, as elites ver-se-ão constrangidas a transformar ou recriar rapidamente os espaços da cidade, particularmente aqueles directamente referentes à vida do operariado.
Na hierarquia das reformas levadas a cabo a partir dessa persuasão *político-higiénica*, foram primeiro atacadas as práticas sociais indecorosas ou sórdidas das classes indigentes e a morbidez do seu espaço habitacional. Ora, a questão do alojamento operário encontrava-se no ponto de intercepção desses dois tipos de preocupações dos higienistas e reformadores: *habitus* e *habitat*.
Um ilustre estudioso do impacto da Higiene na modificação dos hábitos e dos espaços - Roger-Henri Guerrand[19] - demonstrou em *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914*, estudo incontornável da sociologia urbana, que a resposta francesa à crise do alojamento das massas deu-se em dois tempos: um primeiro,

[17] RUBIÓ, Manuel de Solà-Morales – *"Ensanche y saneamento de las ciudades"*. In, MATEU, Montserrat, coord. - *Vivienda y urbanismo en España*. Madrid: Banco Hipotecario de España, 1982, p. 176

[18] LUCAN, Jacques – *"Les Points Noirs des îlots Insalubres"*. In, LUCAN, Jacques, coord. - *Eau et Gaz a Tous Les Etages.* Paris: Picard Éditeur,1992, p. 78

[19] Roger-Henri Guerrand (1923-2006), professor na École d'Architecture de Paris, importante historiador e sociólogo françês com uma obra vasta dedicada à cultura material relacionada com os hábitos da higiene e da sua influência na vida urbana. No âmbito do presente trabalho refere-se a obra estruturante para o conhecimento da *habitação social* em França, *Les origines du logement en France,* redigida em 1966.

iniciado em finais de Setecentos, criou uma tradição regulamentar e filantrópica; um segundo, a partir de meados de Oitocentos, no seio do liberalismo, integrou os interesses imobiliários e patronais. Nesta última fase, passadas as utopias sociais, alojar o povo segundo os preceitos da higiene tinha um triplo interesse: material, moral e nacional.[20] Também, a propósito da alteração dos rituais de limpeza e higiene pela inclusão da água potável no quotidiano urbano e doméstico, Jean-Pierre Goubert[21] nota que foi a propósito da higiene da habitação popular que se estabeleceu um programa de reformas para a segurança da própria estrutura social:

L'ordre des corps, l'ordre de la famille, l'ordre des mœurs constituent trois pilleurs sur lesquels repose une "société de sécurité". Lieu de l'intimité, de la fécondité et du devoir conjugal, le logement est investi d'une valeur sociale et culturelle qui, en raison de sa possible amélioration, sert à la condamnation des "visses" et des "fléaux sociaux" come à la glorification de ses antidotes.[22]

Por esta via, a questão do alojamento urbano das massas apresentava-se como um dos grandes problemas sociais do século XIX que se iria manter nas primeiras décadas do novo século numa larga maioria das cidades ocidentais. Guerrand afirmou que, pela primeira vez na história, "le rapport de l'homme à sa maison et l'articulation de cette cellule à la communauté urbaine furent posés en toute netteté, suscitant même les expériences les plus hardies". [23]

Sem descurar a situação alemã e inglesa, ou alguns momentos particulares na Espanha, Itália e Bélgica;[24] no caso francês, o vigor ideológico, filosófico e produtivo,

---

[20] FLAMAND, Jean-Paul – *Loger le Peuple. Essai sur L'histoire du Logement Social*. Paris: Éditions la Découverte, 1989, p. 58

[21] Jean-Pierre Goubert (1915-2012), tal como Guerrand, foi um autor ligado à história das mentalidades e dos hábitos criada ao redor da escola dos *Annales* que associava a metodologia das Ciências Sociais à História. À volta da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, encontram-se outras figuras citadas, importantes para a leitura da *cultura material* no contexto da habitação e da própria construção da investigação: Lucien Febvre, Alain Corbin ou Georges Duby.

[22] GOUBERT, Jean-Pierrre - *La conquête de l'eau. - L'avènement de la santé à l'âge industriel*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1986, p. 239

[23] GUERRAND, Roger-Henri – *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914*. Paris: Éditions de la Villette, 2010 [1987], p.19

[24] Para uma verificação mais exaustiva da produção de bairros operários na Europa e Estados Unidos, consultar o capítulo *"Las ciudades especializadas del trabajo e del tiempo libre"* em: SICA, Paolo – *História del Urbanismo. El Siglo XIX*. Volumen 2º. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981 [1977], pp. 905-980

o refinamento, complexidade e escala de grandeza dos meios usados deram origem a notáveis soluções urbanísticas e arquitectónicas que se anunciam parte fundamental das experiências precursoras das vanguardas modernas, incluindo o programa colectivo do *Movimento Moderno*.[25]

[A habitação social] fut un lieu d'expérimentation dans les domaines de l'urbanisme, de l'architecture, de la construction, des outils du confort, mais aussi de l'ingénierie sociale, dans le sens du démontage/remontage, quasi mécanique, des strates sociales pour en obtenir un ajustement plus fin, plus adéquat, aux finalités de la société telle que pensée par ses promoteurs. […] Les habitations à bon marché, puis les habitations à loyer modéré, furent dans le même mouvement un des lieux d'entraînement, d'expérimentation, et un des lieux de concrétisation de l'idéologie modernisatrice. Au coeur de celle-ci on trouve la rationalité productiviste, sous toutes ses formes et dans toutes ses composantes idéologiques. L'exaltation de la productivité, articulation agissante de scientisme technocratique et d'économisme plus ou moins teinté d'humanisme ou de socialisme.[26]

A transformação da casa em máquina de habitar democratizada foi resultado de um conjunto de causas que a premência higienista parece ter agregado e impulsionado. Com trajectórias, intensidades e desfechos particulares, os processos em busca da resposta ideal à habitação popular insalubre urbana não deixam de revelar alguma universalidade tal foi a violência do impacto da industrialização na vida das médias e grandes cidades.

A partir destes dados pode extrapolar-se quer sobre a presença de um quadro de

[25] Esta leitura de continuidade histórica, de negação do carácter a-histórico das vanguardas modernas dos anos de 1920 e 1930, de contaminação por outras áreas do saber, pode ser observada na introdução que Leonardo Benevolo escreveu à sua *História da Arquitectura Moderna:*

"É necessário, portanto, alargar o campo de observação e examinar directamente muitos factos técnicos, sociais, económicos que, de 1750 em diante, sofrem rápida mutação, mesmo que inicialmente não fique evidenciada, de imediato, sua conexão com a arquitectura. Em vários campos, dentro e fora dos limites tradicionais, vêm-se emergir novas exigências materiais e espirituais, novas ideias, novos instrumentos de participação que, num ponto determinado, confluem numa nova síntese arquitectónica, profundamente, diversa da antiga. Assim, é possível explicar o nascimento da arquitectura moderna que, de outra forma, seria totalmente incompreensível; com efeito, se nos limitássemos a uma história das formas, dever-se-ia postular uma nítida solução de continuidade, um rompimento em relação à tradição, que pode ser formulado em termos de polémica, mas que não é historicamente admissível. – O movimento moderno está profundamente enraizado na tradição cultural europeia, e está ligado ao passado por meio de uma sucessão gradual de experiência." In, BENEVOLO, Leonardo – *História da Arquitectura Moderna*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001 [1960], pp. 11-12

[26] FLAMAND, op. cit., pp. 13-14

preocupações semelhante em Portugal, quer sobre o equacionamento dado ao problema português do alojamento das classes laboriosas. Neste contexto, duas interpelações essenciais interessam desde já ser colocadas.

Quais foram os esforços realizados para travar a reprodução da habitação lúgubre comummente aceite como maléfica ao organismo urbano?

Pergunta indissociável de uma segunda dúvida sobre os modelos, programas ou outros antídotos implementados no quadro do desenho da casa.

Quais as práticas arquitectónicas na formulação das novas soluções da habitação económica?

Propõe-se verificar estas hipóteses de trabalho para o caso da cidade do Porto, colmatando, em simultâneo, o vazio de estudos sobre a arquitectura da habitação popular aí realizada, moldada nos termos atrás delineados e indexando-a a um contexto nacional e europeu.

Os conjuntos de casas baratas, construídos ou pensados como contraponto às denominadas *ilhas* portuenses, constituirão nesta dissertação o corpo de aferição da casa simples ideal debatida na época. Insólitas na tradição construtiva local, importa inquerir estas novas soluções de habitação salubre porque elas podem carregar mutações no tipo de casa corrente existente, ou a sua superação. Por fim, um estudo sobre este género de habitação pode potenciar outras perspectivas sobre a real amplitude da actividade imobiliária das *ilhas* no princípio do século XX no contexto das fortes restrições colocadas aos focos de maior insalubridade e dos incentivos públicos ao melhoramento higiénico na cidade. Deseja-se capturar a complexa rede de interesses onde a produção da habitação foi tecida a partir de uma análise que partindo das características formais e funcionais do espaço doméstico permita desmontar fenómenos ligados às políticas da infraestruturação urbana, dos *planos de embelezamento*, às estratégias de arrumação da população no tecido urbano, às

expectativas de emancipação social do operariado, à actividade imobiliária, à vigilância normativa do poder político, ou aos modelos habitacionais mais consentidos. Neste sentido, espera-se construir conhecimento que esclareça sobre a genealogia da arquitectura da habitação *económica*, *saudável* e *cómoda* nas primeiras três décadas do século XX. Tomando as palavras de António Pizza, constitui o objectivo mais abrangente da presente investigação contribuir para a caracterização dessa génese formativa e estabelecer leituras críticas do seu processo a partir do caso portuense.[27]

[27] PIZZA, Antonio – *"La construcción del passado"*. In, *DC - Revista semestral de Crítica Arquitectónica*. Nº 2. Barcelona: Departament de Composició Arquitectónica - ETSAB-UPC, 1999, p.119

1.2. A delimitação espacial e temporal como problema

No título da presente dissertação – *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933* – identifica-se, sumariamente, o objecto de estudo e a sua circunstância espacial e temporal.

Tendo como corpo de análise soluções promovidas no Porto, procurou-se extrair aquelas que ilustrariam com níveis diferenciados de intensidade os sinais de um tempo em acelerado ritmo de crescimento urbano no quadro de diferenciadas dinâmicas históricas. Coincidem essas soluções com a reivindicação, para a cidade, de símbolos de modernidade e meios de progresso ostentados nas principais cidades europeias tidas como modelos civilizacionais. Integram-se num ciclo que fecha nos anos de 1930 onde foi previamente discutida a preponderância da dministração central na resolução do défice de habitação digna. Ou seja, estão essas soluções associadas em diversos graus ao momento seminal onde se define o sentido de *habitação social* num quadro político dominado por constantes oscilações na paz social e impasse quanto às respostas a dar à *questão social* do alojamento operário. É, pois, expectável que se observem processos de instrumentalização e normalização do espaço habitável. Para mais, sabe-se que o acesso a esse género de habitação mínima para substituir as *ilhas,* ou os *pátios,* era socialmente orientado, apontando directamente as famílias beneficiadas e liberalizando o mercado de arrendamento, o que significava uma seriação social por níveis de rendimento familiar. A resolução do problema habitacional das classes baixas é assim colocada numa malha de questões que combina os aspectos culturais, materiais e conceptuais da obra, a ideologia e o uso.



Fig. 1: Bairro Operário *O Comércio do Porto* – Lordelo. M.O. Manuel Fortunato de Oliveira Motta. Porto, 1901. [*O Comércio do Porto ao completar 80 anos*. Porto: O Comércio do Porto,1934]



Fig. 2: Bairro de Casas Económicas do Amial. Porto, 1938.
[Suplemento do jornal *O Século*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, Junho, 1940]

As datas escolhidas para delimitar cronologicamente o campo do estudo – 1899 e 1933 – são consideradas estratégicas quer no plano específico dos acontecimentos relacionados com a questão do alojamento operário quer no plano da cultura arquitectónica marcado pela questão do "*ser moderno*". No âmbito da temática da habitação económica, o ano de 1899 foi marcado pela trágica epidemia de peste bubónica que avassalou a cidade do Porto, acontecimento responsável pelo arranque nesse mesmo ano dos bairros do jornal O Comércio do Porto e pela aceleração da reforma dos Serviços Gerais de Saúde de onde emanaria o primeiro regulamento sobre edifícios. Por sua vez, 1933 foi o ano de aprovação por plebiscito do diploma que lançou oficialmente o *Programa de Casas Económicas*. Ambiciosa operação no quadro da Constituição do Estado Novo, ponto de não retorno no pensamento político sobre *habitação social*.

As duas datas marcam, respectivamente, o fim de um período de alheamento generalizado sobre as condições de habitabilidade nas *ilhas* e a estabilização de um modelo de promoção habitacional fortemente vinculado à ideologia da ditadura de Salazar e à sua lógica corporativa. Se o fenómeno orgânico e local das *ilhas* atingiu o seu auge na segunda metade do século XIX, [28] a jusante, um segundo acontecimento, programado, associado à habitação das classes desfavorecidas, marcará de modo distinto a forma urbana da cidade: trata-se da fase inicial do conjunto de bairros erguidos sob os auspícios do programa estatal das casas económicas de 1933[29] cujo processo Oliveira Salazar inaugura oficialmente no Porto, em 1934, ao deslocar-se ao estaleiro de S. Roque da Lameira do Bairro do Ilhéu concluído em 1935. Para além desse, numa primeira fase, foram igualmente finalizados o Bairro das Condominhas (1935), o Bairro do Amial (1938), *o* Bairro da Azenha (1938), o Bairro de Paranhos (1939) e o Bairro de Ramalde (1939).

Num segundo plano, contextual, marcado pelos discursos ao redor do significado

[28] Esta quantificação está directamente relacionada com o salto demográfico verificado no período e o correspondente pico de construção é observado em, TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista - As Ilhas no Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT,1996, p.1

[29] Referido ao Decreto-lei nº 23.052, de 23 de Setembro de 1933.

de moderno, o período proposto pode ser filiado nos ciclos históricos enunciados em bibliografia de referência cujas datas de charneira são similares. O eixo do debate, que recentra 1900 como "ano charneira na transição para uma expressão modernista em arquitectura", [30] foi dominado pelos temas do eclectismo e do classicismo, da actualização técnica e programática no quadro da industrialização e da emergência da *casa portuguesa* enquanto arquétipo síntese da procura de uma identidade nacional.

Num conhecido texto de 1973, Nuno Portas estabeleceu, em as *"Décadas Obscuras"* e o *"Efémero Modernismo"*, duas etapas estruturadoras para a interpretação da *"Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"*. [31] Aí é dado especial relevo às derradeiras décadas de Oitocentos até ao eclodir da primeira guerra mundial, seguindo-se um período de renovação de linguagens ancorado na produção dos anos de 1930. No momento de fecho das *décadas obscuras* predominam as tendências realistas e eclécticas assentes no pragmatismo técnico da edificação. A maioria dos exemplos expressa uma racionalidade resultante do processo de modernização infra-estrutural e funcional do espaço doméstico que se associa a uma economia de meios, exigida pela lógica comercial do mercado imobiliário. Este posicionamento assimila timidamente os tempos modernos e marcou, sobretudo, o desenho dos prédios de rendimento e de algumas moradias particulares implantadas nas novas expansões burguesas. Durante a Primeira República alguma produção assimila as tendências internacionais *Art Nouveau* em simultâneo com a (re)abertura da discussão sobre a *casa portuguesa* como modelo para a afirmação de um estilo nacional.[32] No segundo ciclo, após os anos de 1920, emergem na cena nacional as primeiras propostas alinhadas com os movimentos internacionais do *Esprit Nouveau* e da *Bauhaus*. No interior dos condicionalismos culturais e

[30] RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa. Mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Volume I. Dissertação de doutoramento em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2004, p. 25

[31] PORTAS, Nuno - *"A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"*. In, ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*. Volume II. Lisboa: Arcádia, 1973

[32] Para uma leitura mais abrangente consultar, RAMOS, Rui Jorge Garcia – *"Casa Portuguesa"*. Verbete in Fernanda Rollo, dir. – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Volume 1. Lisboa: Edições da Assembleia da República, 2013, p. 573-576

tecnológicos do país, alguns jovens arquitectos experimentam em programas institucionais novas soluções através do recurso à depuração volumétrica e decorativa dos elementos arquitectónicos. Este ímpeto contra a linguagem figurativa dominante, que Nuno Portas apelida de "modernismo efémero", será em diversos graus silenciado pelo aparelho do Estado Novo após 1933, tornando oficial o gosto por uma estética *monumentalizadora*.

Como epítome destas perturbações de início de século, uma variedade de problemas historiográficos relativos à produção e ao pensamento arquitectónico na qual se destaca a questão do *arquitecto-artista* de formação *Beaux-Arts*, o seu alheamento da realidade sociopolítica, ou o desapego empreendedor pela tecnologia do betão e do aço cuja aplicação aos programas utilitários estava a provocar noutros sectores inovações espaciais importantes.

A partir destas matérias é possível traçar a génese da *arquitectura moderna* ou, melhor, do sentido de *modernidade* em arquitectura no contexto do capitalismo industrial, remetendo-a sempre para um território de contradições.

De uma forma geral, o alinhamento vertido do estudo de Nuno Portas evoca alterações que "documentam muito claramente a sobrevivência de Oitocentos durante larguíssimos anos"[33] denotando uma continuidade para além de 1900 das transformações social, política e cultural típicas da Segunda Revolução Industrial. José Augusto-França nota que certos "padrões oitocentistas prolongaram-se, ou transbordaram para o século XX"[34] tornando difuso o nascimento do conceito de *modernismo* nas primeiras décadas: "conceito polémico em 1915, integrado em 1930, ultrapassado dez anos depois, e jamais claramente definido", vacilando entre moda e modo de ser. [35] Definia-se *Moderno* como um grau maior de consciência moral, cultural e artístico de um processo histórico em "estado de ruptura" com o

---

[33] FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX* . Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990 [1966], p. 15

[34] Idem, Volume II, p. 359

[35] Sobre o *moderno*, Augusto-França, dirá mais tarde: "[...] entre nós, «moderno» hesitou sempre entre uma maneira de ser (modo) e uma maneira de fazer (moda), relativas ambas ao que é actual, de agora, ou de há pouco [...] Por conseguinte, há que atender na maneira como foi assumido no «modernismo» português, nas suas várias fases e pelos seus diversos proponentes e utentes". In, FRANÇA, José-Augusto – *O modernismo na arte portuguesa*. Lisboa: Bertrand Editora, 1991 [1979], p. 93

vigente para a melhoria das condições materiais da vida e modificação das relações de poder entre os grupos sociais. Ora, nessas primeiras décadas, a referida consciência nunca se tornou colectiva ou institucional, por conseguinte, nunca a construção da modernidade em arquitectura esteve comprometida com um programa sustentado de transformação social. Quando comparadas com as vanguardas, as obras modernas nacionais foram circunstanciais, inconsequentes e eminentemente fenómeno visual importado e plasmado nas correntes eclécticas de fim de século. Nas propostas mais extremas, surgidas à volta dos anos de 1920, "uma estilização modernizante" concorre com os diversos jogos expressivos do discurso ecléctico difundido a partir das academias. O ponto mais elevado é atingido já nos anos de 1930 com o racionalismo de Luís Cristino da Silva (1896-1976), Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957), Carlos Ramos (1897-1969) ou de José Ângelo de Cottinelli Telmo (1898-1947), "involuindo" a partir daí até "uma arquitectura portuguesa, regressada, de modo estilizado, a uma visão tradicionalista das formas e dos símbolos".[36]

Esta datação do moderno, que Augusto-França remonta aos primeiros anos da República, foi contestada por Pedro Vieira de Almeida ao remeter para o ano de 1900 o início da sua filogénese. A importância formativa do arranque do século fundamentou-se na leitura da obra de Raul Lino (1879-1974) e Miguel Ventura Terra (1866-1916).[37] A polarização evocada ao redor destas duas personagens, segundo Vieira de Almeida, estrutura de forma paradigmática as grandes linhas de acção da arquitectura portuguesa face aos desafios da sociedade de então. Se a ruralidade e o romantismo de Lino, expressos em *A Nossa Casa - Apontamentos Sobre o Bom Gosto na Construção das Casas Simples*, de 1918, toma alguns exemplares da arquitectura vernacular como lições de autenticidade sobre a arte de bem construir e habitar a aplicar nas novas construções, o cosmopolitismo e o positivismo de Terra leva-o ao

[36] Idem, p. 59

[37] Uma das justificações para a fixação de 1900 como ano marcante na estruturação de um novo modo de actuação projectual, dito modernista, recai nos projectos elaborados por Raul Lino e Ventura Terra para o concurso do pavilhão português na Exposição Universal de Paris.

ALMEIDA, Pedro Vieira – *"Carlos Ramos – Uma estratégia de Intervenção"*. In, *Catálogo Carlos Ramos. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, [s.p.]

domínio da "técnica aprofundada de compartimentar o espaço, de fazer circular, de desempenhar funções e de gerar conforto com o uso a recursos mínimos"[38] e uma atenção particular à tecnologia edificatória do momento. Esta dualidade é clara na produção de habitação corrente urbana da qual a obra de Lino parece alhear-se. Pela "via progressista",[39] o desenho racionalista de Ventura Terra para casas de baixo custo, agrupadas em banda, considera a produção em série e o uso de novas técnicas industriais. Sobre esta gama inferior de habitação, que gradualmente toma a carteira de encomenda dos mestres, Rui Jorge Garcia Ramos interroga-se se não teria sido esse o veículo que conduziu, pela via do pragmatismo da produção da obra, ao desenvolvimento de outras metodologias de trabalho e soluções técnicas e formais:

Caberá a esta arquitectura de produção corrente, no cenário português, standardizar e tipificar o projecto de arquitectura para uma construção rápida e mais económica? O racionalismo da concepção e da construção entra assim pela «porta menor» da obra anónima e banal, de reduzidas dimensões e geralmente ignorada tanto dos currículos profissionais como da crítica? [40]

A este propósito, deve ser referido o estranho caso do bairro de nove casas em banda mandado construir em 1898 por António de Oliveira Monteiro[41] na já então denominada Rua Oliveira Monteiro. Do ponto de vista tipológico, destaca-se a posição da escada que gera em cada piso um núcleo de serviços contíguo à meação.

---

[38] RAMOS, Rui Jorge Garcia – *"Ser Moderno em 1900. A arquitectura de Ventura Terra e Raul Lino"*. In, *Actas do Colóquio "Caminhos e identidades da modernidade: 1910, o Edifício Chiado em Coimbra"*. Coimbra: [s.e.], 2009, p. 31

[39] Socorre-se do estabelecido por Françoise Choay quando considera os opostos: "concepção progressista" e "concepção culturalista". Conforme, CHOAY, Françoise - *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1979 [1965], p. 7-12

[40] Hipótese de leitura colocada por Rui Jorge Garcia Ramos no contexto da produção da arquitectura doméstica centrada na obra de Ventura Terra. Acrescenta-se a afirmação que foi neste tipo de experiências que mais se notou uma aproximação aos primeiros *Siedlung* de Peter Behrens, Heinrich Tessenow ou Hannes Mayer.

Cf. Rui Jorge Garcia – *"«Produções correntes» em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto no início do século XX"*. In, *NW noroeste. Revista de História*, nº1. Guimarães: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2005, p. 62

[41] Eventualmente, tratar-se-à do médico António de Oliveira Monteiro (1842-1903), presidente da Câmara Municipal do Porto em 1887 e 1892 e Governador Civil em 1897, impulsionador das obras no Porto de Leixões ou da instalação do Serviço Municipal de Saúde e Higiene do Porto.

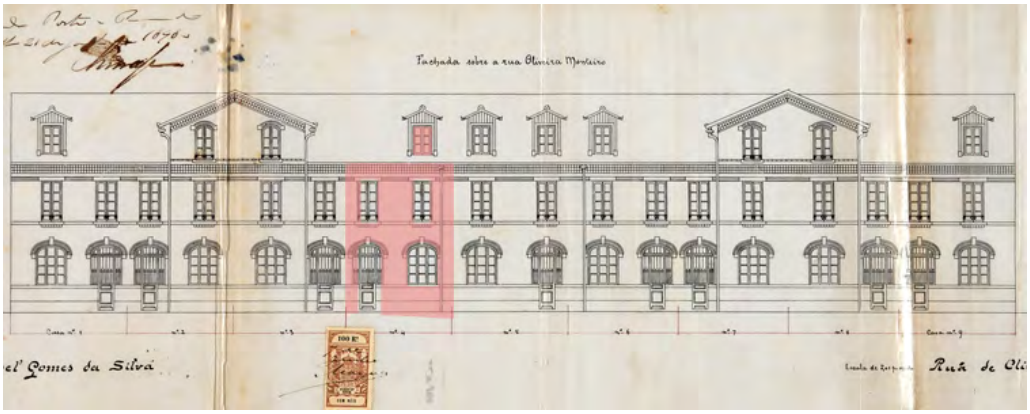


Fig. 3: Bairro na Rua Oliveira Monteiro. Mestre-de-obras Manuel Gomes da Silva, Porto, 1898.
[LO 262/1898 - AHMP]

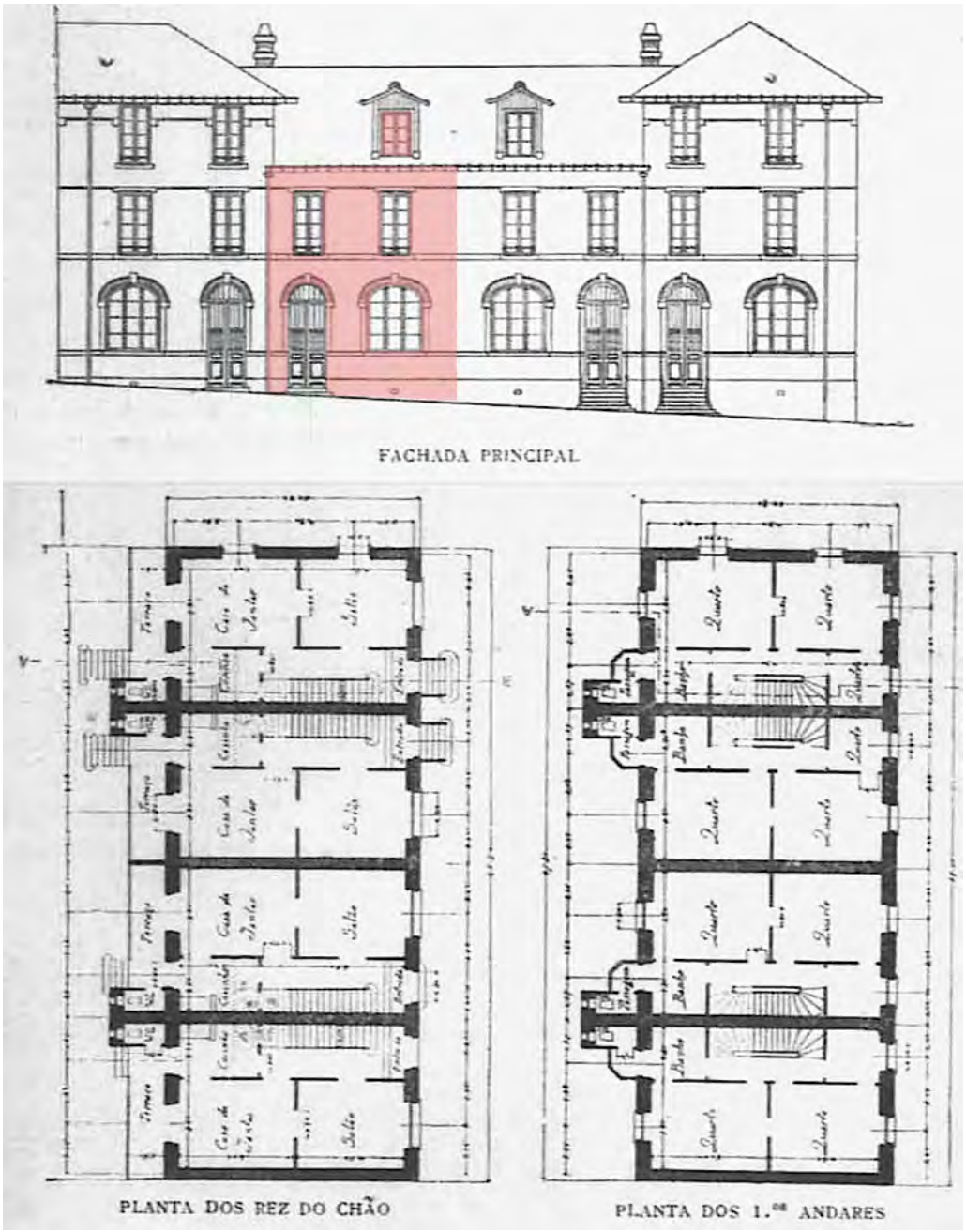


Fig. 4: Vila Júlia. Arquitecto Miguel Ventura Terra, Estoril 1901-1904.
[A Construção Moderna, nº 122, 1904]

Para além desta clareza funcional, que concentra banho, cozinha, átrio e pequeno quarto de serviço, uma duplicação de portas nos compartimentos principais resultam numa inusitada flexibilização de uso. A configuração da planta, cuja largura total útil é de 5,6 metros, formando parcelas de 5,8 metros, parece seguir a tendência secular portuense de dividir a propriedade em lotes com 25 palmos (cerca de 5,5 metros)[42].

Uma variante ao projecto será construída três anos mais tarde no Estoril pela mão de Ventura Terra, apesar de na primeira proposta de licenciamento, para o Porto, constar como único responsável o mestre-de-obras Manuel Gomes da Silva. Para além do enredo associado à paternidade do projecto convém sublinhar a viagem para sul e o desenraizamento de uma solução já de si contaminada por influências francesas, superando as suas circunstâncias produtivas e geográficas. Embora pareça não estar no propósito inicial do projecto, ele reflecte um fenómeno de repetição de "modelo[s] simples e bem equilibrado[s]" que nas primeiras décadas eram promovidos, entre outras, pelas revistas de arquitectura. Durante esses anos, assiste-se à divulgação espontânea e individual de exemplos didácticos com o objectivo de difundirem práticas simples capazes de elevar a qualidade arquitectónica da construção corrente anónima, em geral, e das casas económicas, em particular.[43] No discurso misturam-se os aspectos relacionados com a dimensão mínima dos espaços, a depuração dos elementos decorativos, a disposição dos usos, as facilidades técnicas e, finalmente, a exigências da vida doméstica moderna. Mais

[42] Sublinha-se que, segundo alguns autores, esta dimensão é específica do Porto Oitocentista pois esse valor aumentava o número máximo de edificios com frente de rua, reduzindo os custos de urbanização, e integrava-se no saber constructivo local cuja utilização corrente de asnas de madeira e elementos de cantaria normalizados se adequava a essa dimensão.

[43] Veja-se, também, o exemplo do nº4 de Abril de 1928 da revista *Arquitectura Portuguesa.* Na mesma página onde se transpõe um detalhe constructivo de uma porta de entrada idêntico ao utilizado no projecto de Ventura Terra, publica-se "mais dois tipos de pequenas casas de construção económica [...] e como o que publicamos no número de Março fazem parte duma colecção de tipos variados [...]. É um problema interessante o que se refere a casas deste género que podem satisfazer o abrigo das classes operárias, ou a modestos empregados de comércio e indústria cuja familia não é numerosa. [...] Pequena que seja uma casa é sempre um modelo permanente onde a vista do público se vai fixando constantemente e assim se ela tiver qualquer coisa de harmonioso e agradável, a visão reflecte depois essas notas em tudo que ao redor se vá elevando".

intensa entre as décadas de 1920 e 1930, a informação dessa ordem veiculada em revistas, como *A Arquitectura Portuguesa*, reflectirá as diversas velocidades de assimilação do sentido de moderno. Por exemplo, num artigo de 1924, intitulado "*Arquitectura Portuguesa Moderna"*, a proposta do arquitecto António Rodrigues da Silva Júnior (1869-1937) para o bairro operário promovido por uma sociedade anónima é descrita nos seguintes termos:

As casas serão construídas com paredes de alvenaria de tijolo ou blocos de *béton*, por série e em *stand*, para permitir a sua rápida e mais económica construção, mas da repetição de modelos não resultará monotonia, pois serão os tipos intervalados, dando assim um conjunto agradável e variado. A cobertura será em telha de barro ou cimento e estão em estudo casas com terraços, a substituir a cobertura de telha[44].

Atendendo à urgência em solucionar o problema habitacional das classes pobres, colocava-se a hipótese de construir com novos materiais e métodos para reduzir custos. Num artigo publicado na revista *A Arquitectura Portuguesa,* em 1925, anunciava-se uma fórmula da *Empresa de Construções Monolíticas* de Lisboa para resolver o problema da habitação. Para tornar mais rápida e económica a construção de edifícios usava-se, como "método", processos mecanizados para rentabilizar a maioria das tarefas. Entre as diversas estratégias utilizadas para concluir a obra entre trinta a quarenta dias, empregar-se-ia o betão transportado "num elevador a altura tal, que permitam o seu vazamento dentro dos moldes previamente armados. Desmontados estes moldes [...] temos a casa virtualmente pronta, pois todos os guarnecimentos interiores das janelas, peitoris, etc., se encontram no seu lugar".[45] Este tipo de construção industrializada seria ainda evocado através da publicitação da prefabricação em Madrid de uma série de vinte casas económicas cujas paredes eram formadas por painéis isolantes de betão armado.[46]

A divulgação recorrente de notícias técnicas deste género trazia para o território

[44] *"Arquitectura Portuguesa Moderna. Edificações da Companhia Nacional de Construções e Turismo. Casas Económicas"*. In, *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XVII, nº 10, Outubro de 1924, p. 32

[45] *"A construção monolítica"*. In, Revista *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XVIII, nº 9, Stembro de 1925, p. 34

[46] *"A construção de casas económicas"*. In, Revista *Arquitectura*. Ano I, nº 10, Outubro de 1927, p. 150

nacional experiências construtivas inovadoras do período após a primeira guerra que, noutros contextos, sustentará a argumentação a favor de novas formas arquitectónicas. Observa-se que em Portugal este desenvolvimento industrial da construção civil não teve qualquer impacto porque a escala e a natureza do problema habitacional nunca o justificou e, porventura, qualquer esforço de inovação teria sido absorvido pela inércia da construção tradicional local. Este último aspecto favorecia uma arquitectura moderna e local, livre dos estilos do passado, não uniformizada, adequada a cada região geográfica e às maneiras diversas de aí construir e viver.[47]

Já nos anos de 1930, as propostas de Cottinelli Telmo para o alojamento de famílias pobres algarvias eram referidas como "belos modelos de arquitectura moderna subordinada a um sentimento regional".[48] Foi nesta amálgama de valores que o arquitecto Carlos Ramos projecta em 1930 e 1931 dois bairros económicos municipais, respectivamente, para Olhão e Funchal,[49] onde afirma o engajamento com a abstracção volumétrica dinamizada pelas obras mais emblemáticas do *Movimento Moderno*. Se o insular é inequívoco quanto ao uso de um léxico formal abstracto na linha da arquitectura do francês Robert Mallet-Stevens (1886-1945), [50] o anterior, pensado para o município algarvio, confirma uma preocupação em normalizar elementos construtivos vernaculares fazendo a ponte com a arquitectura popular. O ambiente árabe e luminoso da vila e o casario *cubista* serão aproveitados para adjectivar alguma propaganda interna à corrente modernista internacional. Apesar da organização funcional das casas ser conservadora, uma

---

[47] De entre a diversidade de textos sobre o tema que se encontram nas publicações da época, indica-se o texto, COSTA, Francisco – "*Por uma arquitectura própria. A arquitectura moderna*". In, Revista *Arquitectura*. Ano IV, nº 20, Agosto - Setembro de 1931, p. 80

[48] *"Casa de 9 compartimentos, para o sul do país"*. In, Revista *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XXVI, nº 8 e 9, Agosto e Setembro de 1933, p. 71

[49] Para uma leitura de pormenor da obra do arquitecto Carlos Ramos consultar o trabalho, COUTINHO, Bárbara dos Santos – *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*. Dissertação de mestrado em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001

[50] Os desenhos de projecto presentes no espólio do arquitecto (actualmente depositado no Forte de Sacavém/SIPA) apresentam duas soluções de casas em banda. Divergentes na sua concepção espacial e formal, a "versão moderna" deixou na sombra a proposta ornamentada e composta por telhados.

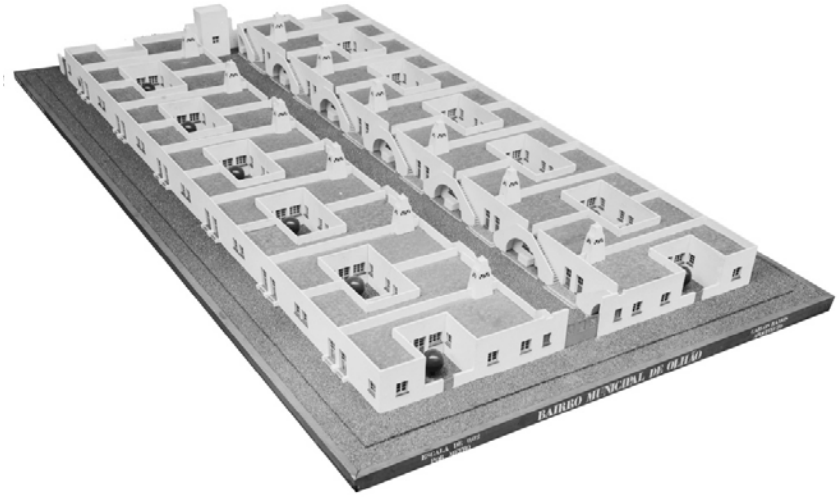
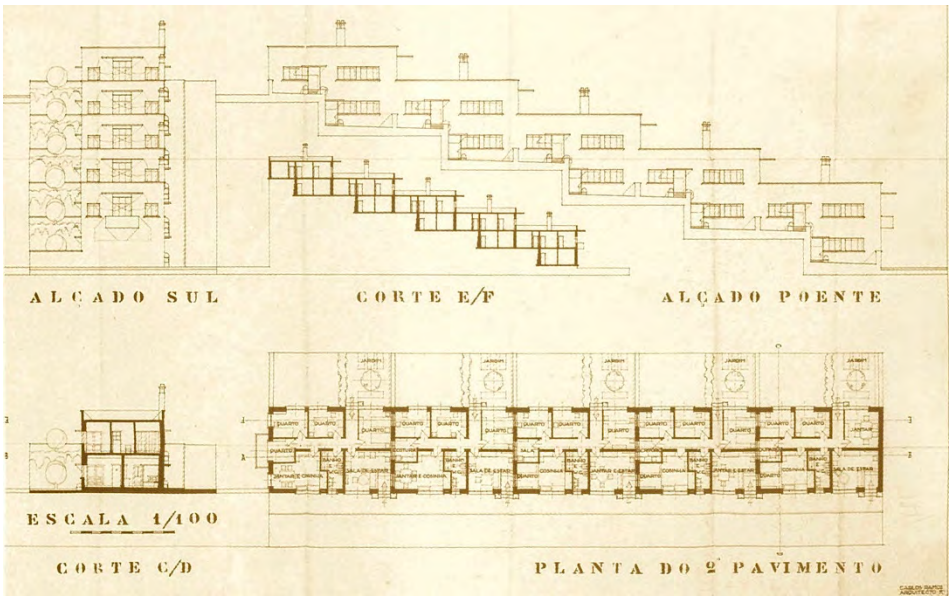


Fig. 5: Maquete do Bairro Municipal de Olhão. Arquitecto Carlos Ramos, c. 1930. [Estúdio Novais -AFCG]



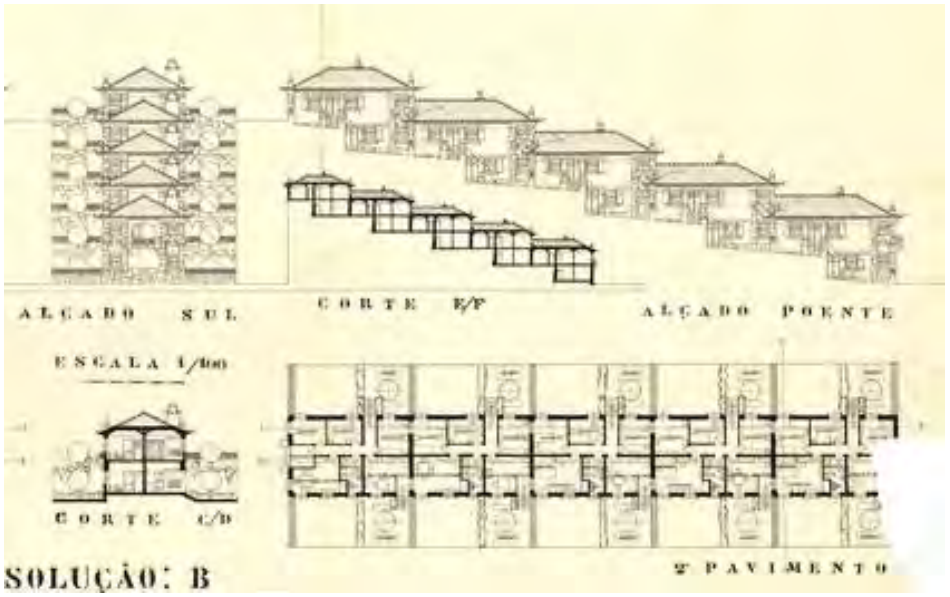


Fig. 6: Projectos do Bairro Municipal do Funchal. Solução A e B. Arquitecto Carlos Ramos, c. 1931. [AFS]

maquete do bairro figurará no *I Salão dos Independentesl*,[51] de 1930, ao lado das obras pictóricas de Mário Eloy ou Abel Manta. No caso excepcional do Bairro Municipal do Funchal existe alguma simultaneidade internacional podendo-se equiparar este projecto às situações mais avançadas saídas do segundo Congresso Internacional dos Arquitectos Modernos onde se havia discutido *"Die Wohnung fur das Existenzminimum"*, [52] combinando o problema do espaço mínimo com o da "luz", "ar" e "espaço livre". A maioria das soluções construídas em Portugal estão longe da nova práxis arquitectónica e urbanística estimulada pelo processo de alojamento social da República de Weimar ou das *Habitation à Bon Marché* francesas, observando-se laivos de uma modernidade que mais não será do que uma simples actualização do invólucro com um depurado reportório decorativo.

Em 1932, Pardal Monteiro, também ele com importante obra empenhada na causa moderna, na qualidade de membro da comissão para elaborar as bases técnicas para a resolução das casas económicas, adianta um *projecto-tipo* de casa com o intuito de fixar uma matriz oficial, caracterizando-o da seguinte forma:

> Das fachadas não direi senão que devem ser a tradução exacta e lógica do interior e rigorosamente subordinadas ao que este impuser, sem quaisquer outras preocupações de ordem estética que não sejam a de boas proporções, alegria, simplicidade e honestidade na sua composição. Todos os arrebiques pretensiosos e amaneirados [...] devem ser rigorosamente banidos e até proibidos, sem o que cairíamos na repetição dos bairros dos subúrbios de Lisboa em que uma errada e prejudicial noção de patriotismo e de nacionalismo e uma ainda mais falsa noção de beleza se ostentam sem que até hoje se tenha feito o seu indispensável saneamento.[53]

À parte o facto de se fundar no unifamiliar, a proposta minuciosamente descrita em carta sem desenhos dirigida ao ministro Duarte Pacheco (1900-1943), contraria aquilo que viria a ser no ano seguinte o modelo de casa implementado pelo Estado

---

[51] Primeira de duas exposições realizadas na Sociedade Nacional de Belas Artes (Lisboa) cujo fim visava a divulgação de obras modernas em diversas áreas, nomeadamente, em Arquitectura. Cf. FRANÇA, José Augusto – *História da Arte em Portugal: o modernismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 59

[52] Tema do 2º congresso dos CIAM (Frankfurt - 1929): *A habitação para as condições de vida mínima*.

[53] Carta de 30 de Dezembro de 1932 dirigida ao engenheiro Duarte Pacheco, ministro das obras Públicas. In, MONTEIRO, João Pardal – *Para o projecto global – Nove décadas de obra. Arte, design e técnica na Arquitectura do atelier Pardal Monteiro*. Dissertação de doutoramento em Design. Lisboa: Faculdade de arquitectura da universidade Técnica de Lisboa, 2012, s.p. - anexo

Novo no seu *Programa das Casas Económicas*. A "Casa Pilar da Nação"[54] dará corpo aos aspectos mais pitorescos das casas simples tomados como últimos vestígios de uma portugalidade que se quer regenerar.

A estabilização do desenho ideal oficial observa-se a partir de 1933 quando as soluções passam a seguir à risca um receituário validado pelo poder. Passa a vigorar uma normalização da forma para reprodução de um tipo de casa formulada a partir de uma etnografia que destaca o ideal rural[55]. A questão da casa surgirá assim na agenda da política nacionalista como representação suprema dos valores tradicionais e, simultaneamente, como instrumento de controlo social. Mas, a formação desta estratégia remonta ao século XIX e cruza-se com a controvérsia mais abrangente produzido ao redor do problema da escolha e sistematização dos símbolos sobre os quais assentaria o apuramento de uma identidade colectiva nacional. Na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, quando se propõe o ciclo histórico *"A Segunda Fundação"*, defende-se que a hegemonia narrativa entre 1890 e 1926 se justifica pela transversalidade do debate em torno da questão identitária[56] atrás referida. Trata-se de um critério de leitura que não negligencia as grandes rupturas políticas da época - desde o *Ultimatum* britânico à instauração da *Ditadura Militar* – ou a debilidade económica do país e a esterilidade do seu desenvolvimento industrial.

[54] Expressão utilizada por Rui Jorge Garcia Ramos na sua prova de agregação denominada, *Identidade e arquitectura: uma leitura da questão habitacional na primeira metade do século XX português,* apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2013.

[55] RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu, SILVA, Sérgio – *"From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal"*. In, *DoCoMoMo Journal*. Nº 51, Novembro 2014, p. 60-67

[56] RAMOS, Rui - *A Segunda Fundação*. In, MATOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Volume 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 598

1.3. Contra as *ilhas*: formulação do objecto de estudo

Para a maioria dos estudos sobre a realidade nacional, o ano de 1933 serve para referenciar o arranque de um novo ciclo dominado pela actuação do Estado na resolução do problema da habitação insalubre simbolizado no fenómeno das *ilhas* e dos *pátios*. Na sua generalidade, as abordagens sublinham a dimensão nacional do *Programa de Casas Económicas*, sobretudo a partir de casos construídos na capital. Trabalhos incontornáveis, como o de Luís Vicente Baptista[57] ou de Marielle Gros,[58] permitem verificar um mínimo denominador comum nas problemáticas, maioritariamente centradas na questão da propriedade privada e da habitação unifamiliar isolada no contexto autoritário do regime, que as utiliza como instrumentos essenciais de controlo político e social. À parte estes trabalhos, inevitavelmente genéricos ou com detalhes que importaria aprofundar, estudos mais recentes produzidos no âmbito da História e das Ciências Sociais têm dado visibilidade a adaptações locais que esse programa salazarista terá sofrido. É o caso da recente dissertação de Paulo Almeida, *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*,[59] onde se estudou o programa das casas económicas nas suas vertentes normativa e de controlo social. Desenvolvido a partir dos boletins do *Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* e o do acervo do arquivo do *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*, este estudo compele a investigações semelhantes noutros âmbitos.

No campo disciplinar da Arquitectura algum esforço tem sido feito, mas sem mostrar a extensão e a complexidade que o tema oferece no contexto da arquitectura da casa e do desenho da cidade. Encontra-se um conjunto razoável de estudos elaborados no quadro das provas académicas de licenciatura - investigações naturalmente curtas para lançar novas leituras sobre o tema. Naquilo

---

57 BAPTISTA, Luís Vicente – *Cidade e Habitação Social. - O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999

58 GROS, Marielle Christine – *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982

59 ALMEIDA, Paulo – *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010

que importa estritamente ao presente trabalho observam-se deficiências de cruzamentos e de sistematização de informação sobre os conjuntos que formam o lastro histórico que conduziu à tomada de posição do Estado Novo sobre a solução a dar ao problema da habitação operária. Nessas décadas acontece uma espécie de agendamento inconsciente, analisado pela generalidade dos textos conhecidos *en passant*. Esse estádio prévio, que se pode apelidar de *período proto-histórico da habitação social*, recua até às duas últimas décadas de Oitocentos e parece constituir-se como um momento de hesitações e experimentação, essencial à estabilização do modelo institucionalizado pelo novo regime nos anos de 1930.

Momento político central desse ciclo foi o derrube do regime monárquico em 1910. Sob a égide da Primeira República será ensaiado um programa nacional ambicioso de construção de bairros sociais como baluartes da nova política humanista republicana. A vertiginosa instabilidade governamental e a discricionariedade dos processos haveriam de resultar em operações inconsequentes. Registam-se procedimentos e soluções arquitectónicas muito diversas, aparentemente justificadas por um determinismo de ordem local atendendo, porventura, às políticas dos municípios, a especificidades geográficas e do tecido social, ou a circunstâncias de oportunidade insondáveis. Algum ensimesmamento notado nos estudos sobre os *Bairros Sociais* definidos na legislação de 1918 é inerente à própria natureza extraordinária das operações. Ao contrário do quadro legal de 1933, a falta de uma política republicana apoiada em modelos arquitectónicos, previamente estruturados para serem reproduzidos e partilhados, dificultou uma visão integradora que falta ainda apurar relacionando os três principais focos industriais de então: Lisboa, Porto e Covilhã. Para o período da República e no que toca ao espaço lisboeta alguma produção teórica de crivo fino foi sendo produzida. Metodologicamente justificável, o afunilamento de leitura que se observa é contrabalançado pelos estudos que abarcam o período da ditadura salazarista, os quais permitem com maior desembaraço fazer correspondências directas ao que foi sendo construído no país em matéria de *habitação social*.

Uma leitura que necessite de saltos de escala entre o todo e a parte está desde logo comprometida pela inexistência de um número suficiente de trabalhos que retratem as diversas realidades locais. Constituindo-se como frentes de investigação determinantes para a montagem do *puzzle* que terá sido o fomento da habitação económica em Portugal, os estudos locais poderão, igualmente, estimular políticas de salvaguarda patrimonial e as respectivas acções de dinamização cultural. Entre outros, desconhece-se o verdadeiro impacto da legislação estruturada à volta do Decreto nº 4.137 lançado por Sidónio Pais para, ao nível nacional, incentivar a construção de bairros de casas económicas pelos "corpos administrativos, por sociedades constituídas para esse fim, por empresas industriais ou mineiras, desde que explorem qualquer privilégio ou concessão do estado, pela Caixa Geral de Depósitos e instituições de previdência, Misericórdias e instituições de assistência, beneficência ou similares". Como exemplo, referem-se algumas situações indelevelmente conhecidas em diversos pontos do país, principalmente, alojamento vinculado a núcleos mineiros esquecidos, ou bairros operários ligados a importantes focos fabris. Porventura, o caso mais notável é o conjunto de bairros ferroviários que por todo o país foram sendo construídos pela empresa Comboios de Portugal à medida que se expandia a sua rede de transportes. Todo este edificado representa um património muito heterogéneo que, pela inércia legal e cultural intrínseca ao estatuto de lar e propriedade, resistiu a um século de profundas alterações no tecido produtivo.

No entanto, esta míngua de estudos não incapacita no a construção de um breve quadro comparativo entre as situações da capital e da segunda maior cidade do país. Pela sua escala urbana, valor simbólico de capital e poderio económico, Lisboa parece ter conhecido dinâmicas mais acutilantes contra a agudização dos problemas habitacionais. Presume-se aí ter existido uma realidade com outros ritmos de construção e maior gama de soluções cujo contorno foi sendo já traçado nos trabalhos de maior fôlego de Orlando de Azevedo, *Bairro Social do Arco do Cego:*

Uma Ética, Uma Estética, Uma Poética [60], de Maria da Conceição Caetano Tiago, *O Bairro Social da Ajuda/ Boa Hora. Um projecto da República Nova e uma realização do Estado Novo, 1918-1935* [61] ou, o de Filipa Oliveira Antunes, *Habitação Operária – Pátios e Vilas de Lisboa. A experiência da cidade operária industrial.* [62] Estas investigações sucederam-se aos ensaios seminais de Nuno Teotónio Pereira *"Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário"*, [63] e Maria Júlia Ferreira, *"O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa"*.[64] No entanto, em 1979, a propósito do concurso para professor, Maria João Madeira Rodrigues apresentou aquele que se considera ser o trabalho pioneiro e incontornável na leitura do protagonismo da habitação corrente popular na transformação urbana da cidade de Lisboa. Com o estimulante título, *Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista,*[65] o texto remete para um apuramento particular do sentido de *cidade industrial* partindo do princípio que não será operativo comparar para o final do século XIX as cidades portuguesas com as suas congéneres europeias altamente industrializadas. O trabalho foi tecido ao redor da dúvida inicial a seguir transposta:

Qual será a essência dos lugares que, inscrevendo-se num tempo oitocentista e não tendo levado a cabo os percursos da industrialização, antes participando deles de um

[60] AZEVEDO, Orlando de – *Bairro Social do Arco do Cego: Uma ética, uma estética, uma poética*. Dissertação de Mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 1998

[61] TIAGO, Maria da Conceição Caetano – *O Bairro Social da Ajuda/ Boa Hora. Um projecto da República Nova e uma realização do Estado Novo, 1918-1935*. Dissertação de mestrado em História Social Contemporânea. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997

[62] ANTUNES, Filipa Oliveira, *Habitação Operária – Pátios e Vilas de Lisboa. A experiência da cidade operária industrial.* Dissertação de Mestrado em Arquitectura da Habitação. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2002

[63] PEREIRA, Nuno Teotónio – *"Pátios e Vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário"*. In, *Análise Socia*l. N º127. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 509-524.

[64] FERREIRA, Maria Júlia – *"O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa"*. In, *Análise Socia*l. N º127. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994, pp. 697-709.

[65] RODRIGUES, Maria João – *Tradição, transição e mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*. Lisboa: [s.e.], 1979

modo distante, evidenciam na sua estrutura mutações de conteúdo e de forma que requerem uma classificação tipológica específica?[66]

A resposta foi encontrada confrontando a cidade pública planeada com os assentamentos informais privados sublinhando, nesses processos de urbanização complementares, o aparecimento de formas de habitação para as classes operárias suportadas por arquitecturas híbridas "sujeitas a persistências vernáculas ou eruditas".[67] Parte da investigação foi suportada por uma recolha consistente de soluções de habitação usadas para albergar o operariado com o objectivo de determinar o significado de *tipo* e *sub-tipo* em arquitectura, a segregação social e funcional da cidade finissecular, os critérios da economia no desenho da casa[68] ou as alterações nas relações de escala entre casa, bairro e cidade tendo como cenário a urbanização dos espaços rurais periféricos.[69]

No Porto, o esforço de renovação do *habitat* esbateu-se sucumbindo a uma historiografia local que deu natural visibilidade a dois fenómenos distintos que monopolizaram a temática do alojamento popular portuense no primeiro terço do século XX. Por um lado, a existência das *ilhas*, com a sua transversalidade secular e magnitude urbana e de miséria, dominou as narrativas sobre o Porto industrial; por outro, o aparecimento de invulgares conjuntos de casas simples promovidos pela Administração Pública e pela filantropia provocou uma mediatização que tornou populares os bairros do jornal O Comércio do Porto, o erguido pela Primeira República na Arrábida ou as denominadas Colónias Operárias municipais.
Habitação popular na cidade oitocentista – As ilhas do Porto, foi a tradução escolhida por Manuel Teixeira para o título da edição portuguesa da dissertação de doutoramento intitulada *The Development of Working-class Housing – the 'ilhas' in Oporto"*, apresentada em 1988 na Architectural Association School of Architecture de Londres. Pioneiro no estudo sobre as formas da habitação das classes populares

66 Idem, p. 16
67 Idem, p. 39
68 Idem, p. 42
69 Idem, p. 48



Fig. 7: Levantamento aero fotométrico - zona de São Vitor, 1939. [AHMP]



Fig. 8: Levantamento aero fotométrico - zona do Amial, 1939. [AHMP]

na cidade do Porto, este texto viria a ser posteriormente complementado com trabalhos oriundos de outros campos do saber onde se destaca, na área da *História da família*, a tese finalizada em 1993 por Gaspar Martins Pereira, *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Em ambos os casos, a *ilha* mostrou-se ser um ágil e poderoso mecanismo de ocupação e densificação do território, perfeitamente adaptado ao processo de industrialização da cidade nos seus contornos físico, jurídico, produtivo, económico e social. Reflectindo sobre as razões e os reflexos de tais formas precárias de habitação, as observações depositadas nessas duas investigações deixam em suspenso quais as respostas dadas ao problema.

Por exemplo, no caso da obra de Manuel Teixeira, para além do anexo III, "*Iniciativas filantrópicas e estatais na construção de habitação popular*", algumas passagens apontam para soluções que extravasam a própria definição de *ilha*. Assim, referindo-se à *ilha* da Rua de Vila Meã, o autor revela que em alguns casos "as *ilhas* dispunham, de uma forma geral, de padrões de qualidade superiores à média". Este exemplo foi inventariado **[BHP_96]** para servir à presente dissertação porque se julgou representar uma operação exterior ao fenómeno das *ilhas* constituindo-se já como um caso do incremento do capital investido para obtenção de habitação salubre. Por contraponto ao comum dos promotores, que pertenciam maioritariamente à pequena burguesia, "a construção foi empreendida por indivíduos que podemos caracterizar como pertencentes ao grupo dos industriais de dimensão média […] que alargavam a sua actividade, e os seus interesses, à área da construção". [70]

Também os conjuntos da Rua do Vilar ou da Rua Alexandre Herculano, respectivamente, o Bairro do Vilar (1889) e o Bairro Herculano (c. 1880), tomados por Manuel Teixeira como casos de estudo, devem ser considerados especiais no interior da dinâmica da construção da habitação operária. Essas operações extraordinárias pouco têm a ver com gestos de altruísmo filantrópico suicida. Antes, a ruína dos seus promotores decorreu de um retumbante fracasso económico, resultado de previsões de rentabilidade mal calculadas e errada percepção do

[70] TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 283

mercado de arrendamento da população operária.

Atendendo ao carácter aberto da obra, a perseguição metodológica sobre o impuro e o subjectivo nas causas económicas e sociais dos fenómenos urbanos, a apologia dos "ciclos curtos da história, dos seus micro-fenómenos"[71], o trabalho de Manuel Teixeira tornou-se referência incontornável em vários momentos da dissertação. Na sua essência, o recurso à obra permitiu isolar previamente o objecto deste estudo observando-o depois integrado nas dinâmicas de construção do alojamento operário portuense em finais de Oitocentos. Complementarmente, o estudo levado a cabo nos anos de 1990 por Francisco Barata Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense – As formas da casa na forma da cidade*,[72] contribuiu para a formulação de uma visão mais alargada do fenómeno da construção residencial no Porto. Investigação exaustiva e incisiva, focada no tema da habitação burguesa corrente, interessou aí observar essas formas de habitação como espécie de *meta-modelo* da casa simples nas questões das inovações técnicas e estrutura espacial. Nesta perspectiva, sublinha-se a importância da denominada "casa do Porto Liberal", cujos traços podem ser encontrados em obras construídas entre a segunda metade do Oitocentos e as primeiras décadas do século passado. Este tipo de habitação caracteriza-se por uma maior especialização e complexificação dos compartimentos adquirindo por estas razões, conforme afirma o autor, uma rigidez construtiva e espacial pouco propícia às mudanças de uso permitida em tipos edificatórios precedentes.[73] A propósito dessa "casa liberal", Francisco Barata refere que nela se há "preparado o olhar, a mão e o pensamento para formas futuras e outras tipologias",[74] sugerindo uma espécie de estádio

[71] Idem, p. 13

[72] FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense – As formas da casa na forma da cidade*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996

[73] "Este é o primeiro tipo de habitação burguesa e urbana do Porto moderno iniciando um processo de industrialização. É o primeiro tipo de habitação urbana, de série, que manifesta e materializa uma efectiva divisão social e funcional da cidade: áreas de residência e áreas de trabalho (comércio, serviços, pequena e média indústria)". Cf. FERNANDES, op. cit., p.108

[74] Idem, p. 110

intermédio de experimentação amena no desenho da habitação para incorporar os novos paradigmas culturais, sociais e técnicos operados na sociedade de então. Ora, se quanto à produção corrente de casas para a baixa e média burguesia se observa uma pacífica transitoriedade para acolhimento das novidades modernas, relativamente ao outro lado da moeda da habitação corrente – a vocacionada para as camadas sociais inferiores (operários, militares, funcionários públicos de baixa patente, artesãos, serventes, criados e outros) – o período foi sobretudo marcado por uma discussão, vigilância e regulamentação política e socialmente impostas, com o objectivo de dotar o alojamento dessa população com as condições mínimas de habitabilidade. A clivagem histórica entre modos de habitar de subordinantes e subordinados, e a resultante diferença nas suas formas de habitação, tendeu a esbater-se. Os dois mundos iniciaram um trajecto de aproximação mediado pelos interesses e *estilo de vida* de uma classe média emergente. A aproximação crescente aos padrões burgueses de conforto e ideal estético tiveram como pano de fundo a reforma da cidade industrial no que diz respeito quer à implementação de práticas a favor de uma maior qualidade construtiva e sanitária do alojamento quer à arrumação dos estratos sociais no território.

No âmbito do desenho da cidade e da arquitectura da casa, o aprofundamento do tema da tese articula-se directamente com processos reactivos que haveriam de instalar no território novos modelos de habitação geralmente tomados como assomos contra as *ilhas*. Irrelevantes em número para substituir a habitação precária serão essas soluções provisórias e limitadas que soçobraram do debate do novo alojamento popular urbano intensificado a partir de finais do século XIX.

1.4. A prática da História em Arquitectura e os seus documentos

Correlato objectivo e metodologia narrativa

Explicar significa todo o processo de *clearing-up* de dúvidas para tornar compreensíveis fenómenos de difícil enquadramento em teorias existentes. A simples descrição ou identificação pode ser explicativa dependendo da sua relação com uma estrutura de sentido clarificada. Refere Boaventura Sousa Santos que, no caso das Ciências Sociais, "[...] a distinção entre explicar e descrever é, em boa parte contextual: a identificação ou descrição de um fenómeno, pela sua integração num dado quadro de sentido, é explicativa na medida em que essa identificação ajuda a resolver uma questão".[75]

Associando o papel concomitante dos movimentos sociais de reforma política à conjectura higienista oitocentista pretendeu-se obter um quadro mais alargado de sentido, roteiro para a estruturação da investigação e explicação dos fenómenos. A tese privilegia uma leitura da arquitectura da habitação operária considerando-a na *cidade dos higienistas* e dos *reformadores sociais*. A aplicação da ordem médica (e, em geral, da ordem científica) à forma da habitação e da cidade constitui o *tema-mestre* à volta do qual se lançaram as principais linhas de pesquisa. Isso significou privilegiar fontes documentais especiais, afinar o olhar, e aprovisionar *andaimes* teóricos que, de antemão, confirmavam quotas importantes de responsabilidade no destino da cidade a manifestações exógenas relativas ao universo tradicional da Arquitectura. Em última análise, o alinhamento das matérias devia produzir o impacto de um *correlato objectivo*[76] para a evocação de uma inquietação que atravessa a dissertação: o grau das liberdades e garantias do exercício do projecto de arquitectura em certos momentos históricos, incluindo, o contemporâneo. Assim,

[75] SANTOS, Boaventura Sousa – *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Afrontamento, 1989, p. 63

[76] Termo usado pelo escritor inglês T.S. Elliot e explicado da seguinte forma: "[...] um conjunto de objectos, uma situação, uma cadeia de acontecimentos que será a fórmula dessa emoção específica; de tal maneira que quando os factos exteriores, que devem resultar numa experiência sensorial, são facultados [ao leitor], a emoção é imediatamente invocada". In, ELIOT, T. S. – *Ensaios escolhidos*. Lisboa: Edições Cotovia, 1992, p.20

como problemática disciplinar decantadora e prospectiva dos factos analisados, colocou-se em alçada a desordem provocada por novas operações exteriores de controlo do espaço sobre o projecto de arquitectura, sobretudo, o da habitação mínima.

Se, hoje, a concepção de edifícios está fortemente condicionada por um espartilho legal e normativo de contornos difusos (que um futuro olhar retrospectivo e desapaixonado poderá desmontar), em finais de Oitocentos, fenómenos idênticos de regulação (que uma nova historiografia tem vindo a aprofundar) implicaram, entre outras, transformações comoventes no desenho da habitação, na prática projectual do arquitecto e no reordenamento das legitimidades dos vários intervenientes da edificação. Particularmente, na forma da casa simples urbana encontram-se sintetizados vários níveis de intromissão do interesse público no domínio do espaço privado doméstico, nos termos já referidos quando inicialmente se chamou ao estudo, por exemplo, as observações de Georges Teyssot.

Outro aspecto perturbador relaciona-se com o universo clástico onde o tema se insere, dominado por obras anónimas, anacrónicas e de duvidosa qualidade construtiva. A relevância científica deste objecto de estudo em particular não pode assentar em avaliações absolutas sobre o valor estético e erudito da obra arquitectónica conforme tomadas em respeitáveis investigações sobre edifícios insignes. Antes, os atributos destas modestas construções advêm das relações *gestálticas* que se podem observar entre a parte e o todo que é a cidade. Será nesse jogo de atracções que formas tão débeis de habitação adquirem pertinência disciplinar.

Porque no Porto nunca houve necessidade de desenvolver em escala maior novas formas espaciais, não se encontram aqui nem as experiências projectuais mais avançadas nem a dimensão urbana dos assentamentos que estavam no momento a ser implementados nas cidades europeias mais industrializadas. Todas as desconfianças sobre tão precária condição foram apaziguadas pela observação que

José Augusto-França teceu sobre a ausência de figuras vigorosas no *romantismo* português:

E a própria carência é significativa, tal como a dessincronização que neste domínio se registe - efeitos, ambos, de uma "desigualdade de desenvolvimento" que importa pesquisar. Histórica e sociologicamente, a mediocridade dos factos é um elemento de informação que pode ser tão significativo quanto a sua grandeza. Só a dosagem de uma e de outra categoria nos fornecerá a imagem real do período inquirido.[77]

Este princípio concorre para uma leitura do passado que sublinha a importância dos factos menores e minoritários [78] ao qual se acrescentam algumas dinâmicas colectivas sub-reptícias, clandestinas, sem nome, como forças da transformação histórica. No contexto da Arquitectura, Renato de Fusco afirma essa possibilidade citando as seguintes palavras de Leonardo Benevolo:

La storia concepita come continuità statica alterata violentemente dall'intervento di eroi che ne trasformano il corso, cede il campo a una più complessa interpretazione nella quale l'azione dell'individuo diviene sempre meno determinante di fronte a una materia perpetuamente dinamica, movendosi per forze collettive ed anonime.[79]

A aplicação da preposição a certos momentos ou figuras tidas como fundadoras de correntes estéticas particulares abre campo à realidade complexa dos objectos e dos circuitos onde estão integrados. Neste sentido, a *ideia de estilo* ou a *biografia* perde preponderância perante uma perspectiva não linear, não sequencial e não classificatória, atenta à *micro-história*, à *cultura material*, à história das mentalidades e do quotidiano. Esta proposição permite questionar a ortodoxia de algumas elaborações que sufocaram as 'entradas múltiplas' do *Moderno*. A historiografia que enunciou as vanguardas modernas transporta a miopia que permitiu excluir trabalhos que, embora em continuidade com a tradição académica, não deixaram de apresentar obras sintonizadas com a modernização da cidade e da sociedade

[77] FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX* . Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990, p. 10

[78] Esta questão particular da relevância da obra pode ser observada na leitura que Deleuze e Guattari fazem da literatura de Kafka. Em, DELEUZE, Guilles, GUATTARI, Félix – *Kafka. Para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003

[79] DE FUSCO, Renato – *Storia dell'architettura contemporanea*. Roma: Editori Laterza, 1981, p. 41

num processo de actualização da linguagem arquitectónica. A este propósito, sobre o legado portuense do arquitecto José Marques da Silva (1869-1947), Rui Jorge Garcia Ramos propõe:

Outra leitura do moderno [que] reivindica a sua natureza impura (ao contrário do reclamado pelas vanguardas), processual (como sistemas de interacções) e polifónica (onde narrativas se cruzam e sobrepõem).[80]

No caso particular da arquitectura da habitação económica que coincide com esses anos gloriosos do *Moderno*, verifica-se a existência de uma bibliografia crítica escassa, alguma ideologicamente posicionada, tecida em redes sem contraditório e sucessivamente recalcada. Estes factores motivam uma atenção especial às fontes primárias, nomeadamente, a acervos entretanto constituídos e disponibilizados.[81] Assim, o esforço desenvolvido sobre alguns documentos teve como objectivo inicial acrescentar algum equilíbrio à leitura deste género de edificado cuja investigação em Arquitectura tem merecido preferencialmente um modo de análise *tipo-morfológica*. Sustenta-se que essa abordagem tende a ser redutora na explicação do fenómeno arquitectónico excluindo, à partida, a diversidade do *devir* histórico, onde os artefactos se inserem como agentes (re)activos, e a particular sofisticação conceptual da obra de arquitectura.

Opta-se por uma metodologia que elege a narrativa como forma de reconstrução e problematização do facto histórico apoiando-se numa estrutura com "interdependência das variáveis". Esta concepção confia no julgamento efectuado por John Gaddis em *The landscape of history. How historians map the pas*t:

---

[80] RAMOS, Rui Jorge Garcia – *"Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX"*. In, RAMOS, Rui Jorge Garcia, coord. – *Leituras de Marques da Silva*. Porto: Fundação Instituto José Marques da Silva, 2011, p.17

[81] Veja-se o caso mais notável do material disponibilizado pela Fundação Le Corbusier sobre toda a produção do escritório dos primos Pierre Jeanneret e Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier). Está por fazer o estudo que enquadre os bairros operários projectados no primeiro periodo do escritório. A partir dessas obras rapidamente se identifica a gradual alteração das propostas evidenciando mutações no discurso sobre a casa e a cidade originalmente ancorado no movimento internacional das *Garden-cities*.

[…], it's not clear to us how any variable can be truly independent. […] Causes always have antecedents. We may rank their relative significance, but we'd think it irresponsible to seek to isolate - or 'tease out' - single causes for complex events. We see history as proceeding instead from multiple causes and their intersections. Interconnections matter more to us than does the enshrinement of particular variables.[82]

Embora se procure um alinhamento cronológico dos factos, a estrutura da tese não segue em rigor essa ordem. Se, eventualmente, a leitura da produção pública de habitação durante os três ciclos políticos que atravessam o estudo viesse facilitada utilizando um alinhamento temporal das ocorrências não se julga que essa estratégia fosse a mais proveitosa quando a maioria das dinâmicas são difusas e heterogéneas, principalmente, no que respeita à promoção privada. A hierarquia periódica dos factos foi assim secundarizada a favor de encadeamentos temáticos e de sentido julgados mais operativos para a explicação dos fenómenos. Este processo de valorização temática ajusta-se à imponderabilidade das respostas dadas pela investigação e ao que de circunstancial existe no processo de redacção. Perante a informação disponível e o amplo espectro de questões possíveis, seleccionar, seriar e desenvolver algumas matérias dependeu da estrutura narrativa orientada e premeditada.

Ainda auxiliado pelo historiador norte-americano atrás citado, sublinham-se as fragilidades da escrita histórica quando disposta segundo a estrita ordem da ocorrência dos acontecimentos no tempo e no espaço. A valorização de certos factos em detrimento de outros, libertando-os da hierarquia cronológica, ou a possibilidade de ligar coisas aparentemente desconexas permitindo a reconstrução de uma geografia do problema, são procedimentos que apontam ao centro da questão da representação histórica "which is simply the rearrangement of reality to suit our purposes [...] a protest against the literal representation of reality".[83] O posicionamento vai de de encontro à recomendação que o destacado historiador urbano francês Marcel Roncayolo fez no prefácio ao livro *La construction des ilots*

[82] GADDIS, John Lewis – *The landscape of history. How historians map the past*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 65

[83] Idem, pp. 19-20

insalubres, Paris 1850-1945. Refere ele que o tipo de análise necessária à reflexão sobre os conjuntos de habitações operárias na transição de século obriga a saltos de escala entre dimensões diversas, a uma mediação entre o íntimo e o urbano, "capable d'associer propriétés collectives et propriétés individuelles, de donner une lecture territoriale des lieux dangereux".[84]

Esta ideia de múltiplas entradas relaciona-se com possíveis confrontos entre níveis macro e microscópicos da história, cruzando escalas e elegendo da "cacophony of events" matéria relevante. Em complemento, Gaddis afirma que sempre que um historiador utiliza "[…] a particular episode to make a general point, scale shifting is taking place: the small, because it's easily described, is used to characterize the large, which may not be. In another sense, though, the results of this procedure can be startling".[85]

Considerando que neste período a maior produção correspondeu à promoção privada e que, à parte as restrições de ordem orçamental, o poder municipal gozava de alguma liberdade de actuação, é fácil estabelecer um cenário onde o entendimento da pequena história dos locais (material, política, social e económica) adquire um maior protagonismo na construção do conhecimento sobre a nova habitação popular. Embora se parta de questões de ordem local, a interpretação dos factos relaciona-os com dinâmicas conexas de sentido mais lato e de maior amplitude geográfica. Em primeiro lugar, o território nacional e Lisboa: centro cultural, económico e político do país, referência natural de medidas disputadas entre a administração local e a central. Em segundo, a rede de correspondências pode ser estendida aos principais focos industriais do mundo ocidental de onde emergem, como paradigmas de progresso e modernidade, alguns modelos adoptados. Neste caso a debilidade económica nacional, processos mais atrasados

---

[84] RONCAYOLO, Marcel – *"Préface"*. In, FIJALKOW, Yankel – *La construction des ilots insalubres, Paris 1850-1945*. Paris: L'Harmattan, 1990, p.11

Esta publicação corresponde à tese de doutoramento, *Mesurer l'hygiène urbaine. Logements et Ilots insalubres, Paris 1850 -1945,* de que Roncayolo foi o orientador científico.

[85] GADDIS, op. cit., p. 22 e 25

de industrialização e, em geral, os anacronismos criados pelo "longo século XIX português"[86] estabeleceram um quadro de referência internacional ambíguo e dissolvente. Um caso que clarifica esta situação é a solução francesa das Habitation à Bon Marché (HBM) e das Habitations à Loyer Modéré (HLM), cujos exemplos foram sendo citados no debate sobre habitação social em Portugal à distância de cerca de duas ou três décadas. Trata-se de um anacronismo que nos adverte para o necessário confronto entre tempos históricos e geografias diversas na necessária interpretação dos fenómenos.

O corpus documental e o universo da análise

O posicionamento epistemológico face a este objecto de estudo não se identifica com a leitura auto-suficiente da forma arquitectónica observada como resultado de decisões discricionárias e autistas dos autores. Pelo contrário, a própria natureza e especificidade do objecto de estudo – que integra condicionantes de construção distintas em momentos históricos desiguais – apela a entradas múltiplas. Nesse sentido, adoptou-se, preferencialmente, uma observação *rizomática*[87] do facto histórico assente no estudo de fontes de origem diversa cujo cruzamento precisa a razão de ser do objecto no seu contexto económico, social e político.

Fontes secundárias directamente relacionadas com a arquitectura de alguns conjuntos estudados contêm, genericamente, informação opaca e desarrumada. Observe-se, por exemplo, a apresentação da tábua nº 98 denominada "Alojamento operário" incluída por Nuno Portas na *"A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"* para ilustrar e "salvar do esquecimento ou da decadência" a produção de habitação operária. No conjunto das imagens usadas insere-se o "Projecto do Monte

86 PEREIRA, Paulo – *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1999, p. 319

87 Conceito ligado à Epistemologia desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari baseado, entre outros, no princípio de conexão, de heterogeneidade e de multiplicidade. Ver, DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix - *Mil Planaltos - Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 2008 [1972]

Pedral, por M. da Silva [para um] bairro social na zona da Arrábida, no Porto".[88] Quer a ausência de informação no texto quanto à situação portuense, quer a errada associação entre a resposta do arquitecto Marques da Silva de 1899 à encomenda do Comércio do Porto para um bairro a construir na zona norte e o caso distinto do "Bairro Operário da Arrábida" de 1914 que figura erradamente na fotografia usada, alimentaram um equívoco de autorias e implantação que ainda hoje persiste.

Para atenuar este género de dificuldades, o grosso da investigação foi preferencialmente dedicado aos arquivos cujo acervo contivesse os processos das obras, reunindo peças desenhadas e escritas do projecto de arquitectura, actas das tomadas de decisão e informação avulsa complementar integrada em inquéritos ou relatórios. A leitura dessas fontes originais sustentou um olhar minucioso e transversal sobre os processos de fomento de residência para o operariado combinando as acções da Administração Pública e as de iniciativa privada.

Trata-se de uma ampla produção substancialmente diferenciada quanto ao seu contexto económico-social, propósitos, investidores, projectistas, construtores e destinatários. Abarca tanto a operação anónima discreta como a acção filantrópica noticiada ou o bairro público decretado. Se estão forçosamente incluídos exemplares de êxito público, que importa aprofundar no interior dos objectivos da dissertação, abrange-se também a outra parte significativa mantida na sombra. Neste caso, não interessou tanto dar visibilidade e contextualização histórica a edifícios geralmente esquecidos pelos estudos críticos sobre a cidade, mas, antes, ao evocá-los, clarificar alguns fenómenos subjacentes à elaboração de uma nova arquitectura da *casa simples*.

O ruído ou o vazio documental conduziu, inevitavelmente, a um empreendimento centrado no levantamento e sistematização de informação primária, maioritariamente inédita, relativa a um tipo ambíguo de construção marginal à

[88] PORTAS, Nuno – *"A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"*. In, ZEVI, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*. Volume II. Lisboa: Arcádia, 1973, p. 696

historiografia canónica. Mas, os "elementos sobreviventes"[89] mais valiosos não deixaram de ser as *plantas*, os *alçados*, os *cortes*[90] e as *memórias descritivas e justificativas*, ainda que se considere que nestas últimas a carga burocrática e demagógica do texto pode ofuscar o incontornável carácter límpido do desenho técnico. Sobre este aspecto é útil recordar a seguinte análise de Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, a falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos.[91]

Para além do exaustivo conhecimento dos processos de obra, o levantamento das soluções difundidas através dos bairros populares englobou a compreensão de um outro conjunto de documentos complementares essenciais para a determinação do contexto económico, social e político donde emergem. O trabalho deparou-se com um abundante conjunto de informação oriunda de múltiplos universos e acervos documentais. No processo de síntese coube ainda a experiência empírica do autor arquitecto cuja condição ontológica e habilitação disciplinar específica - Arquitectura e Projecto - permitiu identificar e medir sinais particulares no território que, por vezes, escapam a observações da evolução edificatória e urbana portuense mais panorâmicas.

A sistematização dos documentos recolhidos foi garantida através da elaboração de raiz de uma base de dados relacional informatizada recorrendo a *software* específico.

---

[89] Termo utilizado por John Gaddis quando nomeia os arquivos, memórias, artefactos ou outros documentos "sobreviventes" do passado histórico que fundamentam a construção narrativa do historiador considerada como processo criativo. Cf. GADDIS, John Lewis - *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003, p.57

[90] Os desenhos de projecto de arquitectura são sobretudo códigos gráficos corporativos usados para fixar a forma e a matéria do espaço. Mas, na sua complexa rede semiótica, que cruza a técnica e a estética, apresentam sinais que podem indiciar sobre, entre outras, cumplicidades entre construtor, projectista e dono, formação técnica e cultural de quem traça, destreza no manuseamento da normativa, proximidade aos centros mais avançados do conhecimento, etc.

[91] FEBVRE, Lucien – *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1989 [1952], p. 249

Foi consolidada uma organização de informação partilhável e editável formada por mais de duas centenas de entradas referidas aos bairros da cidade do Porto. A caracterização dessas obras foi efectuada a partir de critérios de análise previamente estabelecidos à luz dos interesses particulares da tese, devidamente explicados no texto, que introduz a leitura das fichas localizadas na parte final do presente documento. Esta organização automática de informação permitiu o cruzamento dos seguintes dados: agentes intervenientes no processo (projectista, cliente, construtor); natureza da operação e localização urbana; quantificação e qualificação da solução arquitectónica; combinação de fontes visuais (desenhos de projecto, iconografia diversa e fotografia) e textuais (bibliografia, regulamentos, normativa).
Consumada essa missão de inventariação, concluiu-se que o volume de dados resultou desmesurado e desproporcionado relativamente ao conjunto dos tempos e das tarefas previamente programadas para responder ao estritamente proposto. Conforta a certeza de que todo esse material empírico possa constituir um *corpus* prático aberto a leituras posteriores, as quais poderão contribuir, eventualmente, para alargar o horizonte dos problemas abordados. Para mais, a incorporação desse conhecimento no projecto de investigação de maior fôlego, *Mapa da Habitação: programas habitacionais no século XX português,* [92]nomeadamente, na plataforma europeia de centros de investigação da habitação colectiva e programada, *Archives Habitat Network,* [93] permitirá disponibilizar e potencializar todo esse volume de

[92] Desde o seu início, o trabalho está integrado no *Mapa da Habitação: programas habitacionais no século XX português* (AdC-P4, Projecto I&D), investigação integrada no grupo *Atlas da Casa - Housing architectural design and forms of dwelling* AdC [RG-Norte-145-3789] - Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Apesar da sua autonomia epistemológica, interesses particulares e focagem temporal, o desenvolvimento da investigação articulou-se com esse projeto mais alargado orientado para a investigação de conjuntos habitacionais edificados durante o século XX em Portugal. Trata-se de uma investigação alojada no Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto que potencia a convergência e harmonização de saberes com o objectivo de atenuar algum sincretismo que envolve a produção desse tipo de habitação corrente. Essa reunião de fontes documentais diversas e de problemáticas distintas aufere ao projeto um papel importante na construção de sínteses e sistematização do conhecimento. Nesse sentido, a presente investigação pretende não só acrescentar informação específica de natureza estatística, arquivística e bibliográfica, mas também, a partir da análise interpretativa dos elementos recolhidos, clarificar o "preâmbulo" de uma vasta narrativa protagonizada pelos programas da *habitação social* em Portugal.

[93] *Archives Habitat Network* é uma rede de dados partilhados criada inicialmente entre o grupo de Investigação *Atlas da Casa – Mapa da Habitação*, o *Atelier ArchiHabitat* (Unité Mixte de Recherche 3329 AUSSER, Architecture Urbanistique Société: Savoirs, Enseignement et Recherche, Paris) e, ainda, o *Banc de dades del housing europeu occidental* (Escola Tècnica Superior d'Arquitectura del Vallès, Barcelona).

dados tratados.

Esclarecidos aspectos gerais de recolha e tratamento da informação arquivística, importa explicar quais os procedimentos e documentos inquiridos, detalhando o trabalho desenvolvido sobre os acervos mais importantes.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

O trabalho efectuado no *Arquivo Histórico Municipal do Porto* articulado com fundos do *Arquivo Geral Municipal do Porto*, decorreu nos anos de 2012 e 2013. Focado nos processos de licenciamento, parte do trabalho aí desenvolvido teve como objectivo identificar obras para compreender a construção privada de habitação popular erguida paralela ao fenómeno das *ilhas*. A outra parte das tarefas consistiu na recolha de dados sobre a promoção pública o que conduziu a investigação para documentos indicadores da produção projectual da repartição de obras do município, nomeadamente, para a leitura das deliberações dos órgãos executivos e administrativos. Isto permitiu dar corpo ao longo processo de hesitações políticas donde emerge, por exemplo, o caso mais notável das Colónias Operárias ou, ainda, reconstituir os antecedentes que conduziram ao famoso Bloco da Rua Duque de Saldanha.

A parte documental referente às peças escritas e desenhadas dos projectos encontrados - porventura a mais apetecível para o arquitecto investigador - é diversa, formando um universo fragmentado que, em alguns casos, foi agora reconstituída a partir da reunião de documentos procedentes de outros arquivos. A maior percentagem da sistematização desenvolvida fundamentou-se nos vários núcleos documentais que constituem o arquivo histórico actuando como magnete os processos de obras particulares e os projectos consignados à 3ª Repartição Técnica Municipal (Edifícios).

Os documentos consultados estão depositados no Arquivo Geral e no Arquivo Histórico Municipal do Porto, nos seguintes repositórios: séries documentais D-

CMP-7 e D-CMP-9, denominadas *Livros de Plantas de Casas* (1894-1907) e *Livros de Licenças d' Obras* (1908-1938) e, ainda, as *Guias 01/2003, 05/2003 , 07/2003 e 19/2003* referentes a edifícios com a chancela municipal. Em complemento procedeu-se à consulta orientada dos seguintes documentos manuscritos: *Resumo das Deliberações da Câmara* (séries documentais A-PUB/254 a A-PUB/260 correspondentes ao intervalo 1901-1926); *Resumo das Deliberações da Câmara remetido à Autoridade Administrativa* (séries documentais A-PUB/263 a A-PUB/273 correspondentes ao intervalo 1898-1925; *Actas de Vereações* (séries documentais A-PUB/135 a A-PUB/182 correspondentes ao intervalo 1895-1926); *Índice das Actas da Comissão Administrativa* (1927-1935); *Actas da Comissão Administrativa* (séries documentais A-PUB/211 a A-PUB/241 correspondentes ao intervalo 1926-1937).

Não se refere aqui os documentos de séries dispersas que, de forma avulsa, concorreram para sustentar a narrativa da tese. Ao invés, no caso das *Licenças de Obra* devem ser sublinhados alguns aspectos desse cometimento. A pesquisa debruçou-se sobre o período proposto dilatando em cinco anos os extremos, ou seja, 1894 – 1938. Foram consultados 1048 volumes que agrupam cronologicamente pedidos de licenciamento de natureza diversa, desde jazigos a fábricas. Durante os anos em que decorreu a investigação neste arquivo alguns processos estavam já cadastrados no sistema informático de pesquisa da *Casa do Infante*. No entanto, para o tema da tese, os termos de busca mais adequados – *bairro*, *casa económica*, *conjunto* – para além de serem inconsistentes excluíam uma grande maioria de operações pois, por exemplo, no contexto da tramitação para o licenciamento, as operações eram vulgarmente classificadas tendo como referência a unidade habitacional base que serviu como módulo de repetição. Este mecanismo burocrático iludia, voluntária ou involuntariamente, a escala do empreendimento. Outras vezes, seguindo necessidades de faseamento do empreendimento, o requerimento correspondia unicamente àquela parte que seria construída nesse momento, o que deturpava a dimensão verdadeira da obra quando observada num

tempo longo. Assim, para o período 1899-1933, a consulta foi consecutiva e excluiu unicamente uma parte do ano de 1921 correspondente ao volume *d-cmp/9 (304)* por não o ter sido possível localizar em tempo real.

Outros arquivos

Foram efectuadas consultas complementares nos seguintes fundos arquivísticos: Arquivo do Forte de Sacavém/ IRHU; Arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva [AFIMS]; Arquivo do Ministério das Obras Públicas; Arquivo Municipal de Gaia [AMG]; Arquivo Distrital do Porto; Arquivo da Assembleia Distrital do Porto; Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa; Archives Munipales de Moulhouse; Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca da Ordem dos Arquitectos Portugueses; Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Biblioteca do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge; Biblioteca Municipal do Porto; Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

O trabalho efectuado nestas instituições teve como objectivo detectar e apurar os processos de concepção, promoção e construção dos casos mais notáveis na cidade, observando as dinâmicas contingentes entre vários campos de interesse e saber.
Os três bairros que criteriosamente o jornal O Comércio do Porto implanta na cidade reivindicam uma actualização conceptual e técnica da *casa económica* num contexto de algum empenho político na resolução do alojamento. Caso paradigmático do sucesso centro-europeu da *casa quadripartida*, o "Bairro do Monte Pedral", da autoria do arquitecto Marques da Silva, foi investigado em dois registos: o da história local, recorrendo sobretudo aos documentos originais depositados na *Fundação Instituto Marques da Silva* e ao acervo sobre a Cité Ouvrière de Mulhouse da Société Industrielle de Mulhouse localizado nos Archives Munipales

de Moulhouse. Esta última consulta teve como objectivo entender o 'tráfico' de modelos no desenho e na promoção da casa operária em 1900, dada a relação tão particular entre a solução portuense e a alsaciana. Todo o restante processo dos bairros do jornal - Antas e Lordelo - tem sido verificado a partir de acervos de difícil localização que a insolvência do diário provocou.

À parte situações pontuais de despistagem de informação secundária, o trabalho maior elaborado em arquivos de âmbito nacional pretendeu inventariar os documentos relativos às operações estatais na cidade do Porto. Deste modo, foi consultado o Arquivo do Forte de Sacavém onde se localizaram peças inéditas relacionadas com o "Bairro Social da Arrábida".

A questão da habitação para as classes desfavorecidas originou, na época, um vasto conjunto de relatórios, atas e projectos de lei de diversos órgãos políticos traduzindo os diferentes graus de compromisso da classe política dirigente sobre os modelos e os modos de promoção. Esse debate, ora mais doutrinário, ora mais técnico, seria rematado em 1933 com a promulgação da conhecida *Lei das Casas Económicas*. Este leque de informação disponibilizado pela Assembleia da República - Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa - permitiu conhecer o teor das decisões e ordenar o quadro legal que fomentou *a habitação social*.

Uma produção editorial de tiragem limitada, fomentada pelos autores participantes na discussão parlamentar sobre o tema, foi o princípio de uma rede heterogénea de informação depois gradualmente urdida por engenheiros, médicos, arquitectos e políticos, por livre iniciativa ou por obrigação profissional. Esse conjunto de textos foi divulgado indistintamente ao longo dessas décadas, pelo que a sua leitura exigiu consultas em diversas bibliotecas, especialmente na Biblioteca Nacional de Portugal.

O investimento intelectual dos vários agentes interessados na promoção do alojamento popular foi também veiculado num dos textos de cruzamento disciplinar entre Arquitectura e a Engenharia que se inventariou a partir da consulta de todos os números das seguintes revistas: *A Construção Moderna* (1900-1919), *A*

Architectura Portuguesa (1908-1929), *A Arquitectura Portuguesa* (1930-1934), *Arquitectura* (1927-1939), *Revista de Obras Públicas e Minas* (1870-1925), do *Annuario da Sociedade dos Architectos Portugueses* (1905-1911). Deste universo inventariaram-se cerca de duas centenas de textos que demonstram alguma intensidade no debate sobre a economia, a higiene e a comodidade das casas para operários. Somente alguns foram pontualmente vertidos na dissertação apesar da sua leitura ter permitido a reconstituição de tendências. Porque a circunscrição e divulgação destes textos pode abreviar o caminho ao aprofundamento de outras investigações, nomeadamente, trabalhos que colmatem a lacuna de uma visão holística, optou-se por listá-los integralmente no capítulo relativo às fontes e referências bibliográficas. A sua recolha dividiu-se entre os acervos da Biblioteca da Ordem dos Arquitectos Portugueses, Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Biblioteca Municipal do Porto.

Também uma referência especial à recolha bibliográfica efectuada na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e na Biblioteca do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge. Particularmente, a consulta das Dissertações Inaugurais apresentadas à antiga Escola Médico-cirúrgica do Porto, permitiram identificar no período 1827-1910 alguns títulos dedicados às questões dos hábitos de limpeza, da higiene corporal, da potabilidade da água, da ventilação, do saneamento e das doenças transmissíveis. Tratou-se de um aprovisionamento de informação que reconstrói o saber médico na sua relação particular com o espaço urbano, com certos tipos edificatórios (escolas, quartéis e hospitais) e, em alguns estudos, com o espaço doméstico.

1.5. Disposição da tese

A tese está apresentada num único volume contendo géneros distintos de informação com o objectivo de consolidar com materiais complementares o narrado no corpo principal do texto. Estabeleceu-se para essa complementaridade um importante alinhamento de informação iconográfica, com destaque natural dado aos desenhos de arquitectura, e um extenso catálogo de fichas de obra, provenientes da base de dados criada durante a investigação, cujos termos de validade ultrapassam os propósitos da tese, podendo, eventualmente, perspectivar progressos na interpretação dos fenómenos correlativos com o objecto do estudo.
Assim, se o corpo principal da narrativa foi estruturado a partir da norma académica para este tipo de trabalhos, seguindo uma hierarquia de capítulos e subcapítulos ao redor de um *corpus*, por outro lado, os documentos apresentados no final, em forma de apêndice, devem ser interpretados como momentos de síntese que derivam de necessidades impostas pelo teor da tese com a dupla função de completar o texto principal e, simultaneamente, ampliar os limites de leitura para além da interpretação fornecida.

O trajecto que toma este estudo sobre bairros de habitação popular construídos no Porto, nas primeiras três décadas do século passado, organiza-se do geral para o particular privilegiando as tensões criadas pelos dilemas detectados: *higiene/economia*, *rural/urbano*, *casa/cidade* e *unifamiliar/plurifamiliar*. Entre os capítulos extremos de abertura e desfecho, o núcleo central da tese está dividido em três partes correspondentes a um **corpo epistemológico** – *Estudar as novas soluções de habitação popular: introdução ao tema* – a um **contexto temático** – *O alojamento operário e a (re)formulação da cidade: constituição dos modelos* – e a um **corpo analítico** que expõe e explora o objecto investigado – *Bairros de habitação popular no Porto, 1899-1933: casas simples exemplares*.

Na parte de análise, elaborada sobre estudos de caso, o texto estrutura-se em três partes complementares que retratam as condições políticas e sociais sobre as quais é produzido um novo discurso sobre a habitação, a relação desses bairros com o território da cidade e a (re)formulação das novas soluções do alojamento operário. Assim, o fraccionamento do capítulo ficou ordenado e escalado da seguinte forma: *Anacronias na industrialização portuense; Cartografia da arquitectura do trabalho: a expansão da cidade operária*; *Formulação das novas soluções de habitação popular*.

Pretende-se reconstruir assim a tensão entre as forças intervenientes – Estado, Município e sector privado – no contexto generalizado de reforma do espaço social e físico da cidade. O confronto com as *estruturas sobreviventes* – no caso, de supra importância, os edifícios projectados e/ou construídos – faz-se pela indagação nessas obras das dinâmicas superiores emanadas de poderes exteriores ao da prática da Arquitectura. Nesse sentido recorre-se à informação recolhida e sistematizada em fichas de obra que constituem o catálogo apresentado na parte final da dissertação: *Bairros de habitação popular projectados para a cidade do Porto, 1894-1938: identificação e caracterização*. Esse núcleo de caracterização e análise de obras, constituído por *fichas-tipo* elaboradas pela relevância da informação no quadro das problemáticas essenciais da dissertação, foi entendido como parte inseparável da dissertação, constituindo, eventualmente, como conjunto de dados com a autonomia suficiente para se emancipar aos interesses particulares da tese.

2. ESTUDAR AS NOVAS SOLUÇÕES DE HABITAÇÃO POPULAR: INTRODUÇÃO AO TEMA

2.1. Bairros de habitação popular: etimologia e acepção

A construção de um discurso heterogéneo ao redor do alojamento operário na cidade oitocentista fez emergir um novo léxico associado à arquitectura da casa. Os termos usados em prol da justa habitação para todos denotam a diversidade de interesses que nesse período se focam na formação das novas soluções. Assim, paralelo a uma linguagem académica, construída ao redor da casa burguesa e aristocrática, aparece um vocabulário mais politizado que coloca a casa operária no centro de cruzamentos disciplinares mais abrangentes. Genericamente, pode-se afirmar que os termos então utilizados derivaram de uma hibridez resultante da intercepção de três esferas de interesses: o mundo da luta de classes, das reivindicações sociais e da organização do trabalho; a necessidade de reforma da cidade industrial e as preocupações sanitárias; por fim, o utilitarismo e pragmatismo de novos profissionais técnicos interessados na promoção da casa barata e simples.
O discurso sobre a casa, em geral, e a habitação popular, em particular, ficou dominado por um referencial terminológico de semântica ambígua que os próprios intervenientes denunciam. Assim, importaria clarificar alguns termos recorrentes relativos à própria etimologia e acepção de *bairro popular*; às questões morfológicas levantadas nos conceitos de *vila*, *ilha*, *bairro* ou, simplesmente, *conjunto*; ao tipo de construção inerente à diferença entre *económico* e *barato*; às características socioprofissionais dos ocupantes expressas nos termos *pobre*, *operário*, *popular*; às intenções dos promotores quando se compara *paternalismo industrial*, *filantropia*, *rendimento imobiliário*, *estado social*; ao estatuto programático cunhado nos termos *alojamento* ou *lar*; ao tipo funcional conotado com *colectivo* e *individual*.
Se alguns destes vocábulos ficam automaticamente esclarecidos no desenvolvimento do presente texto, por corresponderem à própria essência dos temas tratados, outros merecem desde já serem cuidados.

2.1.1. Da sua utilização e promoção: habitação operária ou popular?

Na transição de século, o alojamento para os estratos sociais mais baixos toma vulgarmente o nome de *habitação operária* porque o operariado fabril é, entre a população rural que se integra na cidade, a parte mais visível do problema social da habitação. Sobre este aspecto, interessou usar o substantivo de maior abrangência - *habitação popular* - para aí incluir toda a diversidade de indivíduos que anseiam por melhores condições de habitabilidade. Esta precisão é fundamental para o entendimento e desenvolvimento do trabalho uma vez que, dentro da produção de habitação para as denominadas classes laboriosas, existia, por vezes, uma forma de actuação distinta quanto ao alojamento do trabalhador fabril. Isso deve-se à escala e importância social que determinadas empresas industriais tomam nas dinâmicas do território onde estão instaladas. No Porto, por exemplo, a partir do final do século XIX, os bairros especialmente construídos para o alojamento do operariado constituem autênticas extensões da fábrica de âmbito paternalista. Fizeram parte integrante de estratégias da produção industrial, de formas de ocupação e construção do espaço urbano específicas e, evidentemente, de lógicas próprias de conceber o espaço doméstico, que se pode incluir num campo mais vasto de uma possível *arquitectura do trabalho*.

A aplicação indiferenciada dos termos *alojamento* e *habitação* não é tão somente um problema linguístico. A publicação portuguesa do famoso texto sobre o problema da falta de condições de habitabilidade do operariado urbano escrito em 1887 por Friedrich Engels (1820-95), intitulado *A Questão do Alojamento,*[94] foi uma tradução literal da edição francesa *La Question du Logemen*t. Provavelmente, a vulgarização do termo *alojamento*[95] deve-se à importância política e social desses três ensaios de Engels sobre a habitação económica. No entanto, pelo menos no âmbito disciplinar da Arquitectura, o termo levanta alguns cuidados quando

94 ENGELS, Friedrich – *A Questão do Alojamento*. Porto: Editora Poveira, 1971 [1873]

95 Note-se que no Dicionário da Lingua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa o termo "alojamento" relaciona-se com "alojar" que remete para "loja", geralmente, o piso térreo de um edíficio não dedicado à habitação.

aplicado ao tema da casa. Para Engels, *alojamento* significava garantir ao indivíduo ou à colectividade uma forma de habitar digna. A adopção estrita do substantivo *alojamento* implica retirar ao tema da casa a entidade *família*. As soluções do tipo *casas da malta* ou as inspiradas no ideal do *falanstério*, com os moradores a partilhar obrigatoriamente muitas das funções do habitar em que a privacidade familiar é fundada, diluem o sentido de espaço doméstico e, consequentemente, deturpam qualquer análise que utilize critérios fundados na estrutura espacial da casa. Por simplificação de leitura, no presente trabalho, consideram-se, em geral, os dois termos - *alojamento* e *habitação* – considerando-os no domínio exclusivo da casa enquanto estrutura física complexa, garantia do quotidiano privado da família.

Também a aplicação do termo *classe operária*, ou *classe trabalhadora*, como classificativo de determinados tipos de habitação, pode lançar confusão na definição do objecto de estudo. No texto *Cruel Habitations*, dedicado à situação do alojamento operário na Inglaterra, Enid Gauldie questiona a operatividade da ambivalência histórica e social do termo "working-class" fixando-o como um grupo social heterogéneo que tinha em comum a impossibilidade de, através do seu nível de rendimentos, acederem a habitação digna.

> [...] all those for whom the provision of a decent house by their own efforts was impossible or so difficult as to be attained only by those with exceptional energy and initiative, as well as those working people whose skills ensured regular wages and whose wages made available to them, in some areas at least, houses designed especially for their needs.[96]

A última passagem da transcrição é especialmente relevante porque acentua na *habitação operária* a relação entre a estrutura espacial da casa e as funções padrão mínimas que, independentemente do estatuto profissional e dos hábitos quotidianos dos seus ocupantes, deviam estar acauteladas.

Paralelamente, colocam-se outros problemas de delimitação de critérios relativos aos ocupantes. Em primeiro lugar, sabe-se que a classe operária urbana no período

[96] GAULDIE, Enid – *Cruel Habitations*. London: Unwin University Books, 1974, p. 15

do estudo é de espectro amplo albergando vários tipos de profissões e, dentro delas, várias patentes. Para além disso, dessa mole de gente, havia duas formas de contextualização no mundo produtivo e na forma de habitar. Filomena Mónica considera esse fenómeno distinguindo artesões e operários:

No Portugal de Oitocentos, havia duas grandes famílias dentro das classes trabalhadoras: os homens que vinham do mundo pré-industrial e os que estavam a ser recrutados para as fábricas. Mesmo as designações eram diferentes. Os primeiros chamavam-se artesãos, artistas ou artífices; os outros, operários ou proletários. O termo artífice referia-se àqueles que tinham aprendido uma 'ars', o de operário aos que executam uma 'opera'.[97]

E acrescenta que a existência de uma estrutura social e produtiva diversa e complexa explicava as dúvidas terminológicas da classificação. No mesmo espaço "coexistiam artesãos e fabricantes, industriais e capitalistas, fazendo do mundo da indústria um tecido multiforme [colocando] lado a lado, homens de origens e ocupações diversas, grandes industriais ao lado de donos de minúsculas oficinas, num coro em que as vozes artesanais se misturavam aos depoimentos fabris".[98]

No período deste estudo assiste-se à emancipação de uma classe média de contornos difusos[99] em cujas franjas estão integradas famílias interessadas numa casa económica aburguesada. Por exemplo, em 1923, no requerimento para a construção de um bairro de casas simples **[BHP_10]**, o proprietário chamou a atenção para os "novos ricos" contrapondo-os à classe operária:

---

97 MÓNICA, Maria Filomena – *Artesões e Operários*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 9

98 MÓNICA, Maria Filomena – *"Capitalistas e industriais (1870-1914)"*. In, *Análise Social*, nº 99, Vol. XXIII. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1987, p. 821

99 Conforme Fernando Rosas, até ao final da II Grande Guerra o patamar inferior desta classe social média era a maioria sociológica da população portuguesa. Nessa classe média baixa encontravam-se os produtores agrícolas, o artesanato industrial e proto-industrial, o pequeno e pequeníssimo comércio lojista, os camponeses modestos assalariados, que dividiam os seu trabalho entre actividades rurais e industriais, os artesãos, os serviçais e ainda os pescadores. No caso particular da pequena burguesia urbana podiam ainda considerar-se as camadas inferiores dos empregados e do funcionalismo. Também, segundo Rosas, por ser um estrato social heterogeneo, sem identidade de interesses comum, nunca se constituiu como força organizada capaz de incomodar com massa critica o poder. In ROSAS, Fernando – *"Saber Durar (1926-1949)"*. In, MATTOSO, José, coord. - *História de Portugal*, vol.7. Lisboa: Editoral Estampa, p.105

[...] atendendo à grande crise que se está atravessando pela falta de casas destinadas à classe operária pois pelas existentes as rendas são exorbitantes só ao alcance dos novos ricos; como possui um terreno [...] confinando para uma servidão particular, cujo terreno pela sua situação junta a diversos pinhais reúne todas as condições não só sanitárias como apropriadas para edificação de um bairro destinado às ditas classes operárias.[100]

Na realidade o empreendimento de qualidade construtiva superior seria porventura dirigido a funcionários administrativos de baixa e média patente, alguns dos quais habitavam com as suas famílias em *ilhas*. A dicotomia entre *classe operária* e *classe média* irá desvanecer-se à medida que as actividades terciárias ganham relevância económica nos maiores centros urbanos. Desta forma, o crescimento da classe média atenuará a distância entre a burguesia e as "classes proletárias" do discurso marxista[101] tornando cada vez mais ambíguo o significado real do termo "habitação operária".

A imprecisão dos estudos conhecidos ligados à quantificação dos rendimentos e do número de trabalhadores a auferirem salários em patamares distintos obrigou à interpretação empírica de alguns dados. A definição de intervalos rigorosos nos níveis de rendimento das famílias e do custo de vida, paralela à quantificação do custo de construção e das rendas associadas, permitiria com rigor situar o peso do investimento nas novas soluções entre o padrão de referência da *ilha* e o da

[100] Requerimento de 16 de Novembro de 1923 para a construção de bairro de 13 casas. Licença de Obra 2062/1923 [AHMP]

[101] Sobre o problema da emancipação social e da inadequação do referencial marxista na definição de classe operária interessa recorrer à seginte passagem escrita pelo sociólogo françês Pierre Bourdieu: "The inadequacies of the Marxist theory of classes, in particular its inability to explain the set of objectively observed differences, stems from the fact that, in reducing the social position solely to the economic field, it is forced to define social position solely in terms of position in the relations of economic production and consequently ignores positions in the different fields and sub-fields, particularly in the relations of cultural production, as well as all the oppositions that structure the social field, which are irreducible to the opposition between owners and non-owners of the means of economic production. […] In reality, the social space is a multi-dimensional space, an open set of fields that are relatively autonomous, i.e. more or less strongly and directly subordinated, in their functioning and their transformations, to the field of the economic production. Within each of these sub-spaces, the occupants of the dominated positions are constantly engaged in struggles of different forms (without necessarily constituing themselves into antagonistic groups). – But the most important thing […] 'alliances' can be set up which are more or less lasting and always based on a more or less conscious misunderstanding". In, BOURDIEU, Pierre – *"The social space and the genesis of groups"*. In, *Theory and Society*, volume 6, nº 14. Novembro 1985. [s.l.] Springer, p. 736

pequena casa burguesa. Este é um problema metodológico da investigação quando se aplica o adjectivo "económico". Para se referenciar esta questão à realidade do período estudado, deve-se aclarar que empresas como a *Companhia de Casas Económicas* ou a *Sociedade de Construções Económicas,* registadas na época na Câmara Municipal do Porto, não tinham como finalidade, para retorno de capital, dirigirem os seus empreendimentos a assalariados modestos, antes se dedicaram à edificação de prédios de rendimento para a média burguesia, utilizando soluções em série e com pouco ornamento, o que seria o garante do estatuto de *económico*.
Quanto à arquitetura dos bairros que se cadastraram para o presente estudo, pode-se dizer que, por vezes, é muito ténue a fronteira que separa a habitação em série proposta para a pequena burguesia, os conjuntos colocados no mercado imobiliário de arrendamento para estratos de fracos recursos mas seguros, onde se podem incluir algumas profissões modestas da classe média emergente, ou a habitação socialmente programada pelo poder público e pela filantropia dirigida sobretudo às franjas mais pobres da população.
Questão distinta é a utilização política do significado de *casa económica* ao criar um vínculo arbitrário entre o direito fundamental da habitação, os critérios de elegibilidade dos candidatos ao seu usufruto[102] e a carga ideológica de todo o processo. Neste caso, os problemas disciplinares específicos do desenho da casa mínima são integrados numa cadeia de valores associada às estratégias de poder, à simbologia e manipulação ideológica.

Antes da queda da Monarquia, na discussão da última proposta de lei sobre casas económicas do regime, propõe-se uma afinação dos significados sob pena de se incorrer em graves equívocos. O termo mais acertado seria "habitação popular":

Pela sua economia, e especialmente pela redacção do artigo 2.°, o projecto refere-se apenas a habitações populares, embora empregue a frase habitação das classes pouco abastadas (artigo 1.°), sendo certo que se impõe a resolução do problema da habitação

[102] Num contexto de escassez, o necessário estabelecimento de critérios de seleção dos candidatos e sua elegibilidade transforma a casa num instrumento político que, no caso do Estado Novo, teve como objectivo o controle social e a manipulação ideológica.

para as classes menos abastadas, e não só para as classes populares, propriamente ditas. Por isso, a lei italiana de 2 de Janeiro de 1908 substituiu por esta frase habitações populares ou económicas a frase habitações populares. [103]

Sublinhava-se que o mosaico social em que se organizava o "povo" era constituído por pequenos empregados, negociantes e industriais, os proletários intelectuais, e demais trabalhadores cuja "energia se conserva e repara com o auxílio de certo esforço".[104]

No ano seguinte implanta-se a República. Quando nesses primeiros anos se reacende o debate o termo preferido será "social" oficializando-se pela legislação de 1918 o termo "Bairro Social". A expressão é categórica pois afirma a mudança de paradigma para uma fase em que o Estado assumirá na íntegra o papel de promotor e proprietário. Embora na legislação coexistam possibilidades híbridas com quotas de responsabilidade repartidas entre o poder público e instituições ou indivíduos particulares, as operações serão eminentemente da Administração Pública quer centradas no Estado quer lançadas nos municípios. Jean-Paul Flamand, [105] relativamente à situação francesa, define as HBM ou, após 1950, as HLM, como *habitação social* porque dependeu da ajuda directa ou indirecta do Estado com o fim único de acudir a sectores da população proletarizadas e, inequivocamente, sem recursos económicos para aceder ao mercado de arrendamento de casas condignas. No caso português, a partir da República, acentuando-se com o Estado Novo, a situação é distinta predominando o poder administrativo do Estado na produção de habitação económica. A habitação popular económica considerada nesta investigação não é exclusivamente social, ou seja, não se constitui necessariamente a partir de um "campo social em torno da defesa e afirmação do direito à habitação".[106] Caso raro na Europa, o acesso à habitação em Portugal dependeu

---

[103] Discussão do Projecto de Lei n.° 45, *"Construção de casas baratas"*. In, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Sessão de 28 de Julho de 1909

[104] Ibidem

[105] FLAMAND, Jean-Paul – *"Pour une histoire du logement social en France (Hypothèses de travail pour une recherche"*. In, *Espaces et sociétés. Logiques de l'habitat*, *Revue scientifique internationale*. Nº52-53. Paris: Éditions L'Harmattan, 1989, p. 64.

[106] BATISTA, Luís Vicente – *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Difel, 1999, p. 8

durante mais de meio século exclusivamente da mão do poder estatal, o que nos indica a importância estratégica da casa económica enquanto instrumento de controle político e social.

2.1.2. Da sua produção: casa económica ou barata?

Deve-se esclarecer que o objecto de estudo se relaciona com a produção em série de uma mesma unidade tipológica e morfológica. Por isso, quando se utiliza o termo *bairro*, que no seu sentido social implica uma comunidade de interesses coesos e memórias partilhadas, independentemente dessa condição, pretende-se afirmar um processo repetitivo de construção aplicado a um espaço fisicamente delimitado originando um corpo homogéneo com características próprias. Ou seja, identifica-se *bairro* com *conjunto*. Isto, porque interessa estar atento à criação de pequenas ou médias estruturas urbanas e à sua relação com a grande cidade.

A dificuldade operativa em fixar um critério estável para a escolha dos conjuntos do mercado de arrendamento foi resolvida tendo em atenção o que seria o investimento de capital na construção das *ilhas*. Se as novas soluções adquiriam a sua maior legitimidade enquanto propostas salubres alternativas, seria útil estabelecer uma análise comparativa partindo de uma situação onde o montante de investimento mínimo fosse idêntico. A partir dos dados tratados foi possível apurar, para o universo da análise, que a área útil média por fogo se situava nos 50 metros quadrados, ou seja, um bairro de quatro casas teria uma área de construção próxima dos 200 metros quadrados. Tomando como referência 20 metros quadrados para a área útil de um fogo numa *ilha*, concluir-se-ia que à série mais baixa de casas saudáveis corresponderia uma *ilha* com 10 casas. Apesar de

grosseiro,[107] entre outras, devido à falta de dados complementares sobre o custo do solo nas diversas zonas da cidade e da inexistência de valores sistemáticos sobre as rendas praticadas, o critério permitiu confrontar com o investimento em *ilhas* de média dimensão. Esta comparação linear pode induzir em erro sobre as rendas praticadas e os tempos de retorno do capital investido uma vez que, em diversas situações, as novas construções se localizavam em zonas periféricas mais baratas. Também é importante esclarecer que a comparação ainda fazia sentido no período estudado porque, apesar de ilegais, as *ilhas* continuaram a ser construídas ainda que a um ritmo menos intenso. Em qualquer dos casos, encerra-se o critério da fixação base de associação de quatro fogos afirmando a sua pertinência quando se ajuíza problemas de forma ligados à habilidade compositiva a partir de eixos de simetria ou se analisa a arte de bem modelar. Quatro partes foi, por exemplo, a quantidade de unidades mínimas para compor uma das soluções de maior sucesso na história da habitação operária oitocentista, exactamente, o *carré mulhousienne,* à frente exposto.

O entendimento do critério de "barato" e "económico" não foi indiferente à discussão sobre os padrões mínimos de qualidade construtiva. Um artigo na revista *Arquitectura,* de 1931, colocava assim o problema:

Quantas vezes inadvertidamente se tem empregado a expressão 'casa económica' no sentido de 'casa barata'? Essas expressões, à primeira vista idênticas, encerram uma diferença profunda, mesmo irreconciliável. [...] Só se consegue uma 'casa barata' com maus materiais e péssima mão de obra, ao passo que uma 'casa económica' só é obtida mediante judiciosa escolha de materiais e impecável mão de obra. [...] Uma é guiada pela sórdida ganância, a outra pela razão e pela lógica. [...] A 'casa barata' no fim de pouco tempo é inabitável, enquanto a 'casa económica' desafia os anos. [108]

---

[107] Os dados são escassos havendo lacunas de investigação na área da história económica sobre as dinâmicas da construção civil e do imobiliário no âmbito da habitação corrente no Porto. Dificuldade em superada em parte para o caso de Lisboa através da investigação, SILVA, José Álvaro Ferreira da – *Crescimento urbano, regulação e oportunidades empresariais: a construção residencial em Lisboa, 1860-1930.* Dissertação de Doutoramento. Florença: Dep. de História e Civilização - Instituto Universitário Europeu, 1997

[108] *"Casas Baratas"*. In, *Arquitectura. Revista Mensal*. Lisboa: Grupo Editor "Arquitectura", 1931, nº 20, p. 74

Quando em 1903 é emitida legislação que torna obrigatório o respeito pelas formas mais rudimentares da boa construção torna-se evidente que os projectistas teriam de encontrar novas estratégias de desenho dos elementos construtivos mantendo baixos os custos. João Lino de Carvalho (1859-1926), um dos raros arquitectos empenhados no debate das casas baratas e da sua higiene, em 1908 confessava:

Habitações baratas – É bem complexo, mas muito interessante e momentoso o problema desta secção III: construção regularmente sólida, simples mas elegante, perfeitamente salubre e, como condição especial, de preço relativamente barato.[109]

Várias dificuldades se me ofereceram então para estabelecer, como desejava, comparação entre custo da construção dos edifícios vulgares nestas três cidades [Paris, Madrid, Londres] e na nossa, pois que na actualidade harmonizar a arte e a higiene com a economia é de facto o mais interessante problema que se impõe ao arquitecto.[110]

Mas o problema é também político. Num período de meio século emprega-se as expressões aleatoriamente, apesar de em alguns momentos se reclamar algum cuidado na utilização dos termos "barato e económico" associando-lhe os termos "operário ou social", pelo valor estigmatizante e discriminatório. Em raros instantes se atinge consenso na câmara dos deputados. A definição histórica de "casa económica" acaba por acontecer em 1926 com o início da ditadura militar e, depois, com a instauração do Estado Novo. Se no início foi promulgada legislação que sublinha o termo, será pelo Decreto nº 23.052 de 1933 que ele foi institucionalizado. Nas *Conferências sobre problemas de urbanização,* realizadas em Lisboa em 1935, encontra-se a seguinte caracterização:

Não basta, porém, como atrás disse, a concepção, é preciso que a construção seja económica, é mester que a despesa da conservação seja mínima, é preciso enfim que a casa seja durável, seja um valor e não uma ruína mesmo passado anos.
Não é, portanto, o que vulgarmente se chama uma construção barata, brunida, embonecada para enganar a vista do descuidado ou do incauto. Não! É, dentro do critério que expus, que é preciso limitar o seu custo respeitando sempre o objectivo

[109] CARVALHO, Lino de – *"A Habitação"*. In, *Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*. Anno I. MCMV. Lisboa: Typographia do Commercio, 1905, p.58

[110] CARVALHO, Lino de – *"A Habitação"*. In, *Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes*.. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p. 25

primordial da habitação. E esse limite de custo, como é natural, dificulta e muito, a resolução.[111]

A interpretação da classificação entre barato e económico era colocada no plano temporal dos investimentos. A economia proveniente da redução da qualidade construtiva podia transformar-se num agravamento futuro dos valores dispendidos na manutenção da construção. Também, acreditava-se que um ambiente cómodo, confortável e com alguma arte, imprimiria o culto pelo lar, o amaciamento das relações sociais, o que recaía numa felicidade proveitosa à produtividade.

[...] E não encaremos apenas o aspecto material já de si, tão importante. É preciso acima de tudo que nessas casas se possa viver. Têm de ser higiénicas, têm que ter as disposições necessárias para que nelas se possa cozinhar, lavar, dormir, trabalhar e descansar. É absolutamente necessário que elas contribuam para uma vida de sã moral e decoro, satisfazendo assim uma função educativa cuja importância V. Ex.ª as sentem certamente [...]. Se num dos aspectos é tão necessário o sol, a água, a luz, no segundo é necessário um mínimo de conforto, independência de compartimentos com funções diferentes, uma disposição racional a que corresponda o necessário arranjo no aspecto moral. E... tudo isto muito económico.[112]

É uma definição abrangente e regimental, ou seja, a "casa económica" devia ser realizada dentro dos mais rigorosos critérios de economia que estabelecem que a solução dê o máximo de condições conforto e comodidade com o mínimo de despesa e conciliável com o rendimento do utilizador.

Casas para operários? – habitação das classes menos abastadas, diz o Projecto de Lei apresentado ao parlamento e que, com modificações, vai ser adoptado por este congresso [...]. Além do que, como classificar a relatividade da riqueza? Onde é que ela começa e onde acaba a pobreza? Não se sabe ao certo. Pois neste caso chamemos-lhes simplesmente casas baratas, e esta designação bastará, porque não é concebível,

111 CASTRO, Fernando Jácome de – *"Bairros Económicos"*. In, *Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936, p. 7

112 CASTRO, Fernando Jácome de – *"Bairros Económicos"*. In *Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização, realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936, p. 7

tratando-se da habitação: antiga que não seja saneada, ou moderna que não seja salubre.[113]

Se algumas indecisões existiram na fixação do título desta dissertação, elas decorreram sobretudo do problema de classificação do objecto de estudo - habitações económicas de série, bairros operários ou bairros de habitação popular.

[113] CARVALHO, Lino de – *"A habitação"*. In, *Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes.* Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p. 27 [data original do texto: 26 de Junho de 1908]

2.2. Uma arquitectura menor: prenúncios de modernidade

Porquê o estudo de casas tão modestas? – De uma arquitectura afastada do *grande desenho* ensinado nas *Academias Beaux-Arts*, eloquente na cidade nortenha por mãos como as de Marques da Silva, ou dos *modelos-manifesto* utilizados pela propaganda do embrionário *Movimento Moderno* que se infiltraram nesta mesma cidade ainda com resquícios de eclectismo *modernizante*.

Depois da segunda metade do século XIX, ao redor da intensa produção edificatória, estabeleceu-se uma complexa malha de novos actores e interesses. No contexto do desenvolvimento urbano capitalista, o desvio do formalismo académico para um funcionalismo adaptado e engajado nas leis do mercado imobiliário em expansão fez emergir, fora da *elite* intelectual ligada à Arquitectura, por via da necessidade de racionalização urbana e construtiva, um campo de inovação tipológica e espacial.[114] Sobre esta reconfiguração do campo de actuação do arquitecto, Nuno Portas refere no estudo sobre a evolução da arquitectura moderna portuguesa que essas circunstâncias "[...] podem induzir o historiador ou o crítico na deformação de tomar a arquitectura que interessa apenas pela arquitectura que fizeram os arquitectos mais notados na sua época, subestimando a importância, o significado sociocultural, da arquitectura «série B»".[115] Nesta série menor estão representados alguns casos notáveis de conjuntos habitacionais de casas simples.

Para o caso espanhol, Carlos Sambricio observa nessas obras humildes uma autenticidade no pulsar moderno:

La intención de reclamar como la auténtica arquitectura moderna, en aquellos años [décadas de 1910 e 1920], la humilde y (aparentemente) contradictoria arquitectura de la vivienda social. Y fue moderna (extraña por completo al diseño, a la moda, al formalismo de la "nueva estética" reclamada por algunos) porque por vez primera se proyectó desde un programa concreto y preciso; porque se edificó ajustando la obra a

[114] PORTAS, Nuno – *"A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"*. In, ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1973, p. 698

[115] Ibidem

un presupuesto más que bajo; porque se construyó desde la economía del gesto, supeditando la originalidad a la utilización de elementos normalizados.[116]

Assim, se a focagem na *casa burguesa* expõe um enredo mais complexo e denso daquilo que foi a relação entre o desenho da casa e uma actualização programática e técnica do espaço privado, por sua vez o estudo da *casa operária* sublinha, no interior da narrativa da *habitação social*, por essa altura iniciada, um discurso sobre a boa forma da casa mínima e da cidade moderna tomada no seu sentido mais ideológico, político e regulador. De outra forma, a interpretação da produção arquitectónica focada no alojamento operário torna eloquentes critérios de redução, repetição, economia, conforto, mobilidade, típicos paradigmas do ser moderno. Para além disso, os diversos interesses que determinaram o *minimum* na habitação operária (processos normativos, construtivos, urbanos e de representação dos estilos de vida) reproduziram-se até à contemporaneidade.

Da preponderância dos edifícios de habitação económica rumo à habitação moderna, sublinham-se duas leituras possíveis*:* o espaço doméstico como contentor insaciável das novidades tecnológicas e o posicionamento da disciplina da Arquitectura face aos ritmos avassaladores do progresso social e técnico-científico na sociedade de transição de século.

2.2.1. A arte maior da pichelaria

O abastecimento de água ao domicílio, o saneamento e o aquecimento foram as infra-estruturas com maior influência na criação de um patamar mínimo do conforto doméstico operário. Esse estabelecimento foi facilitado pela expansão das redes urbanas e vulgarização de aparelhos e acessórios cuja difusão em escala provocou o seu embaratecimento. Na retaguarda esteve um processo generalizado de democratização das comodidades que conduzirá, por exemplo, o Institut National

[116]SAMBRÍCIO, Carlos – *"Introducción"*. In, SAMBRICIO, Carlos, coord. – *Un siglo de vivienda social (1903-2003)*. Tomo I. Madrid: Editorial Nerea, 2003, p. 26

de la Statistique et des Études Économiques a parametrizar em 1946 algumas condições fundamentais para salvaguardar padrões mínimos de habitabilidade. Exigia-se que cada domicílio tivesse uma cozinha, um quarto de banho e um sanitário, devidamente ligados às redes de electricidade, gás, água e esgotos. [117] Essa necessidade de retirar alguma ambiguidade à noção de conforto, com a inerente reavaliação do significado do supérfluo ou luxuoso, não é alheia à reformulação da habitação das massas do pós-guerra.

Mas, antes de se constituir esse direito social do conforto, o progresso tecnológico das facilidades domésticas foi um exclusivo aristocrático e burguês que definia, a partir daí, uma "vision artistique, bon goût, propreté e distinction du corps, une valeur quasi morale".[118] Esse múltiplo sentido que a casa burguesa toma será alvo do desejo das classes inferiores, cumprido, em parte, pela aproximação que durante o princípio do século XX se desenvolve em direcção aos padrões médios da casa corrente burguesa de rendimento.

Conforme se reclamava em 1933 na revista *Cerâmica e Edificação,* os duvidosos acabamentos, os fracos materiais, a deficiente ventilação e iluminação das instalações sanitárias, "tudo isso é intolerável, e até as pessoas menos ricas devem pugnar por possuir luz e ar, nessas prosaicas mas indispensáveis divisões, pavimentos impermeáveis e peças de bom fabrico que sejam de facto sanitárias."[119] Neste caso, seria errado aplicar o critério de poupança pois a deficiência de tais instalações obrigava "a gastar contos de réis com doenças que uma boa higiene teria evitado". O artigo, focado no "quarto de banho", esboça algumas vantagens modernas como sejam: a aplicação de azulejos côncavos em cantos verticais e horizontais "onde possam refugiar-se poeiras, e que permitam limpeza fácil e radical, diária"; o uso de banheiras de louça "solidamente assentes sobre seu próprio rebordo"; as pinturas de cor branca "embora possa alternar, às vezes com cores

---

117 LE GOFF, Olivier – *L'invention du confort. Naissance d'une forme sociale*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994, p. 53

118 PINÇON-CHARLOT, Monique – "*Olivier Le Goff. – L'invention du confort. Naissance d'une forme sociale*". In, *Revue française de sociologie*. Nº 37-1. Paris: Presses de Sciences Po, 1996, p.136

119 *"Casas interiores e jardins. Casas de banho"*. In, Revista *Cerâmica e Edificação*. Ano I, nº 7, Julho de 1933, p. 155

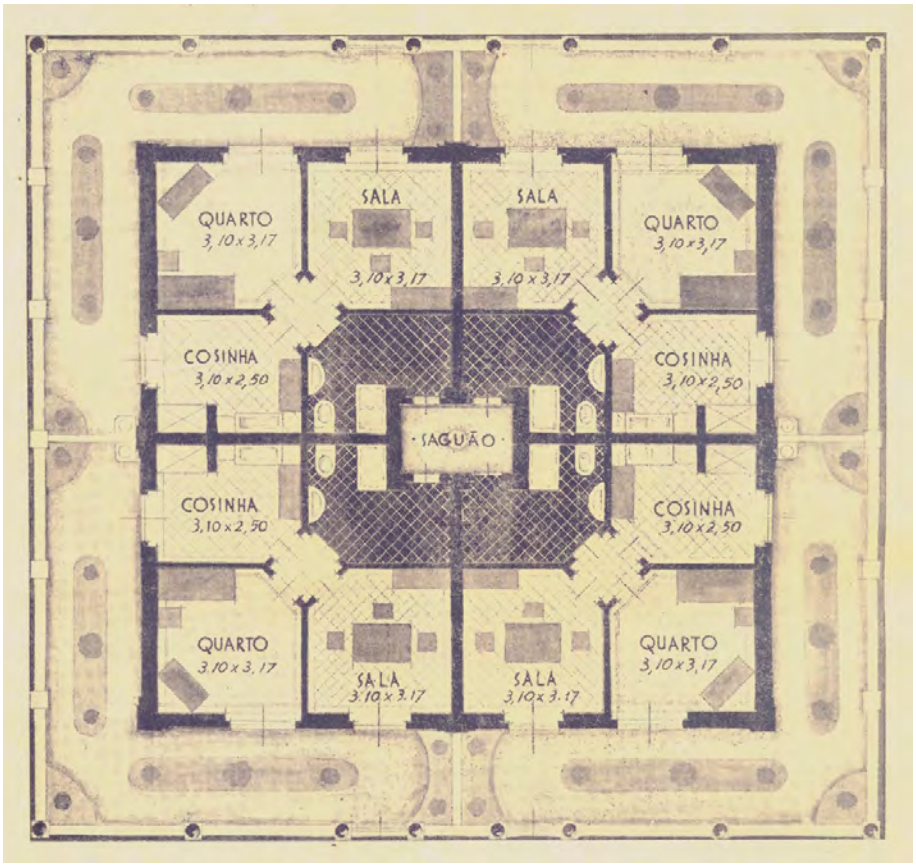


Fig. 9: Bairro da Fábrica de Cerâmica Lusitânia. Coimbra, 1933.
[Revista *Cerâmica e Edificação*, nº 5, Maio 1933, p. 118]

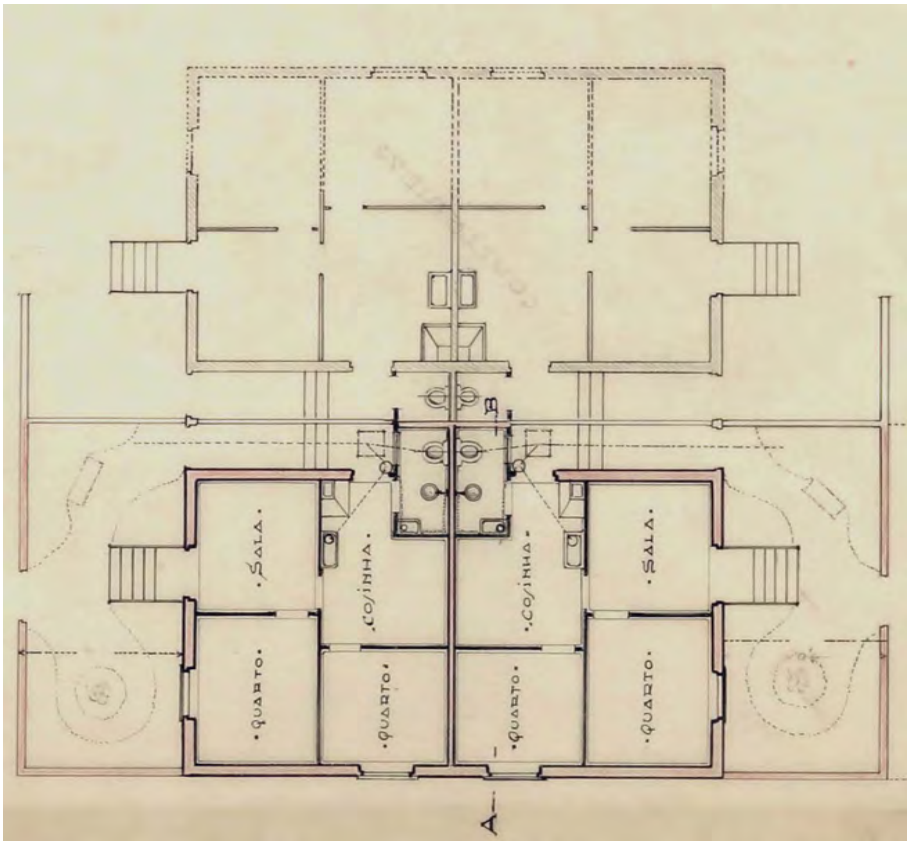


Fig. 10: Solução para as últimas casas da Colónia Estevão de Vasconcelos.
Rua da Carcereira, Porto, 1922. [AHMP]

claras, contando que o todo resulte harmonioso, e seja realçado pelo brilho alegre dos metais"; ou, a utilização de vidro em diversos acessórios. O autor concluiria o texto louvando "a transparência dos vidros reflectindo os encaixes vidrados, e placas niqueladas [que] deve completar, com espelhos bons [...] esse conjunto atraente e indispensável, que com tão justificado orgulho chamamos *O Conforto Moderno*".[120] Encontra-se aqui toda uma adjectivação brilhante e transparente cara à arquitectura diáfana perseguida pelos modernistas. Para o quotidiano doméstico das classes baixas a primeira melhoria introduzida foi a substituição das latrinas de madeira por retrete sifonada com autoclismo. Este progresso notável passou a proporcionar boa convivência entre as funções nobres, as de dejecção e o banho. Graças à tecnologia dos sifões acelerou-se uma reconfiguração do espaço doméstico tornando mais críticas as estratégias para reduzir ao mínimo a superfície útil da casa. Não seria o caso de um bairro mandado construir pela Fábrica de Cerâmica Lusitânia em Coimbra. A julgar pela grandeza da representação das louças e revestimentos, e a despropositada equiparação da área do quarto banho aos restantes espaços, conclui-se que a irracionalidade da proposta adviesse da generosidade da própria indústria promotora disponibilizando grande parte do seu catálogo de produtos.

Na habitação económica promovida pela Administração Pública observa-se que, até aos anos de 1930, raras eram as situações de interioridade da sanita e autonomia do espaço dedicado ao banho. A latrina era um reduto exíguo e isolado para guarda exclusiva da sanita e a ablução do corpo era garantida por recipiente móvel, mais ou menos complexo, estacionado na cozinha, coração do quotidiano operário dentro de portas.[121] Sucedeu que nas habitações construídas nas últimas fases de algumas Colónias Operárias do Porto essa tendência não se confirmou. Em particular, na Estevão de Vasconcelos [**BHP_12**], iniciada em 1916 e pensada ampliar em 1922, os dois tipos usados foram actualizados para que existisse um banho com

[120] Ibidem

[121] Para uma leitura mais avançada sobre a situação em Portugal consultar: PEREIRA, Ana Leonor, PITA, João Rui – *"A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal"*. In, MATTOSO, José, dir.; VAQUINHAS, Irene, coord. – *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*. Lisboa: Círculo de Leitores, Temas e Debates, 2011, pp. 92-116

lavatório e duche integrado na restante compartimentação. É um simples facto que prenunciou alterações significativas na organização espacial da casa pela necessidade de mediar zonas de água tendencialmente mais dispersas, compensar o agravamento das áreas de distribuição e reservar área de fachada para garantir ventilação directa. Paralelamente, nota-se um maior apetrechamento da cozinha para além das vulgares pia e chaminé. Em 1919, aquando da construção do Bairro Social da Arrábida **[BHP_4],** foram solicitados setenta e cinco fogões a carvão a uma serralharia da Rua do Bonjardim para equipar de base esse espaço e, provavelmente, completar o terminal aí instalado da rede de abastecimento de água.[122] Este género de preocupação também se encontra no exemplo filantrópico do Bairro Operário do Monte Pedral **[BHP_1]** de 1899 ou na iniciativa camarária do Bloco do Duque de Saldanha **[BHP_22]** de 1937. Em ambos os casos, por vias distintas, as experiências foram criticadas com base na onerosidade do custo da construção.

Ao invés, perante a parafernália de dispositivos espaciais e técnicos, a *casa burguesa* revela maior espessura e densidade para a verificação da transformação da arquitectura da casa por via das novas condições culturais e materiais induzidas largamente pelos preceitos higienistas. Aí se reúnem os requisitos económicos e o interesse cultural para se emancipar em novas soluções espaciais o conjunto de inovações oriundas da engenharia sanitária. A produção industrializada de novos artefactos abreviou o esforço do corpo criando, a partir dessa ideia de progresso técnico, novos padrões de bem-estar material. Na descrição que Eça de Queiroz faz do nº 202 *do* Champs Elysées, da Paris da segunda metade de Oitocentos, pode ser encontrada essa casa repleta de maquinaria. Entre outros progressos, na habitação *queirosiana* existia elevador, calorífero regulado, vaporizadores aromatizados, telefone, dois ascensores de quente e frio que da copa iam à cozinha e à cave, iluminação eléctrica e todos os novos dispositivos espaciais dos modelos

[122] Carta datada de 19 de Dezembro de 1919, dirigida por Manuel Teixeira Pinto Ribeiro ao Engenheiro Gaudêncio Pacheco, na sua qualidade de Comissário do Governo no Porto para a Construção de Casas Económicas, para regularização de facturação. [AFS]

divulgados por Robert Kerr para a *Gentleman's house*[123] na mesma época em que decorre o conto de Eça.

E acumulaste civilização, Jacinto! Santo Deus... Está tremendo, o 202! [...] Sim, há confortos... Mas ainda falta muito! A humanidade ainda está mal apetrechada. [A estas vantagens sacrificava o prazer de beber água porque estavam] as águas da Cidade, contaminadas, atulhadas de micróbios.[124]

Conforme se escreve, a ideia de civilização liga-se à imagem da grande cidade "com todos os seus vastos órgãos funcionando poderosamente".[125] Combina-se com as massas austeras dos bancos e das bibliotecas, dos armazéns e das fábricas, "fundas milhas de ruas, cortadas, por baixo e por cima, de fios de telégrafos, de fios de telefones, de canos de gazes, de canos de fezes; e da fula atroante dos omnibus, tramways, carroças, velocípedes, calhambeques, parelhas de luxo; e de dois milhões de uma vaga humanidade, fervilhando".[126]

Estabeleceu-se entre a cidade e a casa um canal de fluxos bidireccionais que supõem uma origem, um meio de transporte e um receptor: é o caso do tratamento de esgotos, da energia e da água. A chegada à casa dessas infra-estruturas, o consequente atravancamento espacial dessas redes, e a necessidade de instalação dos equipamentos terminais em espaços específicos, exigirá adequações significativas do funcionamento interior da habitação. O compartimento mais elaborado da habitação do nº 202 era o banho: "Nestes mármores simplificados existiam unicamente dois jactos graduados desde zero até cem; as duas duchas, fina e grossa, para a cabeça; a fonte esterilizada para os dentes; o repuxo borbulhante para a barba; e ainda botões discretos, que, roçados, desencadeavam esguichos, cascatas cantantes, ou um leve orvalho estival".[127] O apetrechamento radical dependia de tecnologia que se estabilizaria mais tarde, por isso, na sequência do

123 KERR, John – *The gentleman's house*. London: John Murray, 1871

124 QUEIROZ, Eça de – *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron, 1901, p. 57

125 Idem, p. 10

126 Idem, p. 11

127 Idem, p. 68

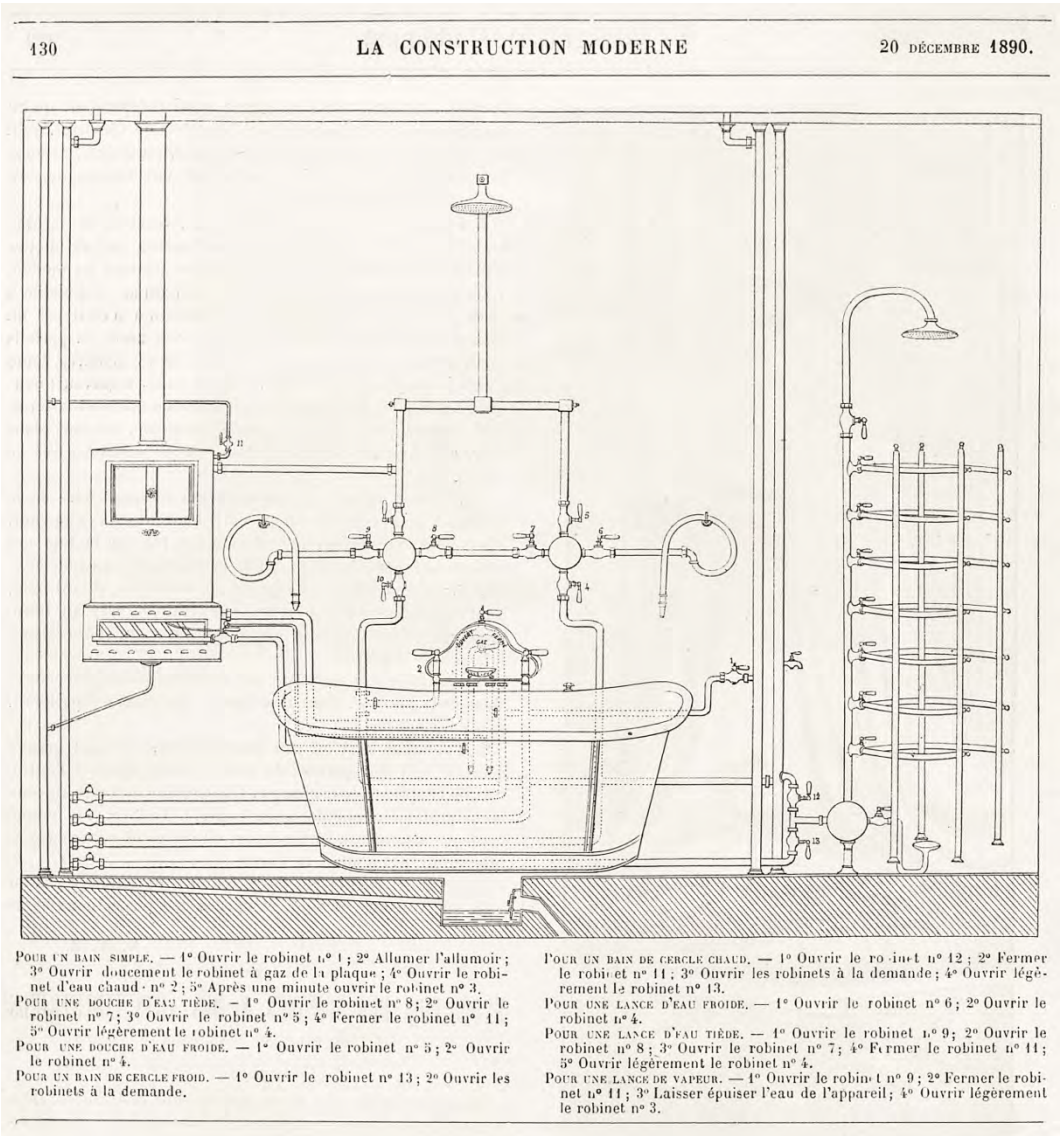


Fig. 11: Dispositivos técnicos do banho veiculados em 1890 em Paris.
[*La Construction Moderne*. Decembre 1890, p.130]

aparatoso acidente com as canalizações, a personagem reclamava que "[...] esta nossa indústria!... Que impotência, que impotência! Pela segunda vez este desastre! E agora, aparelhos perfeitos, um processo novo".[128]

A metáfora do *canalizador* usada pelo arquitecto Adolf Loos (1870-1933) ilustra esse novo universo de contradições à procura de uma nova racionalidade:

Era possível imaginar perfeitamente o nosso século sem marceneiros: usaríamos móveis metálicos. Do mesmo modo podíamos evitar o pedreiro: o técnico de betão tomaria a seu cargo esse trabalho. Mas, sem o canalizador não haveria século XIX.
Ele deixou a sua marca, tornou-se indispensável. E, contudo, temos que o designar em francês. Chamamos-lhe o 'installateur'.*[129]*

Tomando o artigo de Loos, Ignasi de Solà- Morales remete-o para um processo mais abrangente no âmbito da leitura da cultura arquitectónica de transição de século: "The model of the plumber is, in this sense, symptomatic of a form of periphrastic approximation using mediations, indices, imprecise metaphors, elliptical protocols". [130] Ou seja, corresponde a uma apologia da estética funcional de artefactos do quotidiano tecnicamente actualizados, úteis e desornamentados, colocados em relação com as necessidades modernas do corpo. No caso da água, as redes de tubagens tomam o protagonismo do progresso, mais que as ostensivas fontes e cascatas que decoram as grandes exposições.[131] Refere Solà-Morales:

The Loosian plumber, but also the shoemaker or the tailor, do not reappear solely as figures of the Viennese *fin-de-siècle* crisis confronting ancients and moderns, but as

---

[128] A essa falha somar-se-ia a da iluminação eléctrica que obrigaria Jacinto "a mandar buscar um engenheiro à *Companhia Central de Electricidade Doméstica* [...] No entanto, Jacinto, desesperado com tantos desastres humilhadores – as torneiras que dessoldavam, os elevadores que emperravam, o vapor que se encolhia, a Electricidade que se sumia, decidiu valorosamente vencer as resistências finais da Matéria e da Força por novas e mais poderosas acumulações de Mecanismos". In, QUEIROZ, Eça de – *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron, 1901, p.100

[129] LOO, Adolf – *Dicho en el Vacio, 1897-1900*. Valência: Colegio Oficial/ Aparejadores y Arquitectos Técnicos Murcia, 1984 [1921], p. 105 e 109

[130] SOLÀ-MORALES, Ignasi de – *"Incorporations"*. In, LAHIJI, Nadir, FRIEDMAN, D. S., coord. – *Plumbing. Sounding modern architecture*. New York: Princeton Architectural Press, 1997, p. 5

[131] Expressão retirada da critica efectuada por Le Corbusier à Exposição de Artes Decorativas de Paris, em 1925. Cf. LE CORBUSIER – *The decorative art of today*. Cambridge: MIT Press, 1987 [1925], p.134

referents of potential discourses on an architecture aiming at the subjects' corporeal materiality and their way of interpreting reality.[132]

A chegada do *canalizador* representa o problema da adaptação de um organismo preexistente a mudanças de intensidade variável num processo conducente à racionalização do espaço e aos seus processos de construção. O problema implícito neste artigo de Loos publicado em 1898 remete, igualmente, para uma *cultura do limpo e do sujo* tripartida entre a tradição do conforto germânica, francesa e inglesa, identificável nos hábitos de higiene, na forma de habitar e no reportório técnico utilizado.

Na gama de habitação urbana referente ao espaço doméstico burguês, ávida de novidades tecnológicas e civilizacionais, eram verificáveis dois tipos de fenómenos, ambos entroncados na vaga higienista de Oitocentos: um, técnico, ligado à instalação e manipulação de novos dispositivos domésticos conectados à crescente diversidade de fluxos infra-estruturais urbanos, dominados pela engenharia sanitária; outro, social, baseado na *cultura do limpo,* identificável no apuramento das rotinas de limpeza doméstica, na disciplina relacional e no robustecimento físico do indivíduo, na ritualização de hábitos de higiene e na consagração dos seus espaços. No caso da habitação para a burguesia portuense pode ser confirmada parte destas novas condicionantes pelo estudo que Nelson Mota fez para alguns palacetes de transição de século.[133] Não se trata da definição de uma moral constituída à volta da família, logo da concepção do espaço doméstico sob o efeito da protecção do lar e da intimidade. As mudanças operadas no desenho da casa estendem-se a outros domínios relacionados com a industrialização de elementos constructivos e equipamentos. Alguns espaços chamam a si as técnicas mais avançadas relativas ao controle dos odores nos *water closet* e nas cozinhas, ou absorvem sofisticadas redes

132 SOLÀ-MORALES, Ignasi de, op. cit, p. 5

133 MOTA, Nelson Jorge Amorim – *A Arquitectura do Quotidiano - Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense nos finais do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Território e Memória. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2006, p. 71

de aquecimento e iluminação. A este propósito, Bento de Sousa Carqueja (1860-1935), no seu livro *A sciencia e a indústria em nossas casas*, de 1912, expõe:

Em muitas habitações usa-se também, para aquecimento, a circulação de vapor ou água quente em canos especiais que circulam por toda a habitação, tendo, de onde a onde, uns aparelhos formados por uma série de tubos de larga superfície, nos quais o vapor ou a água quente se acumulam, chamados irradiadores, para espalharem o calor pelos diversos aposentos.[134]

Explica ainda que é na comparação com o anterior uso da iluminação com azeite que se percebe "a comodidade das nossas luzes de hoje, quer a luz incandescente do gás, quer a luz eléctrica, é que vemos a impertinência e a falta de asseio que tanto atormentavam os nossos avós, quando estudavam e liam com tal luz".[135]
Outros aspectos são referidos no estudo, tais como a propensão da burguesia inglesa em se implantar a ocidente da cidade ao sabor das correntes de ar atlânticas e próxima dos banhos de mar, ou a sofisticação de compartimentos especializados para incorporar a ritualização da higiene do corpo. Neste último caso, o abastecimento pressurizado da água obrigará a uma gradual adequação tipológica de modo a incluir no interior das habitações as instalações dedicadas exclusivamente ao banho e à retrete. Sobre estes espaços da intimidade, Georges Vigarello observa:

[...] viene ostentato e si afferma un piacere. Quello di un'acqua fornita a volontà e condotta meccanicamente nei luoghi più 'privati', più dell'appartamento. È quello di un bagno divenuto esplicitamente luogo di intimità. Esso inscrive, nel quadro della vita, l'espressione borghese della sfera privata. [136]

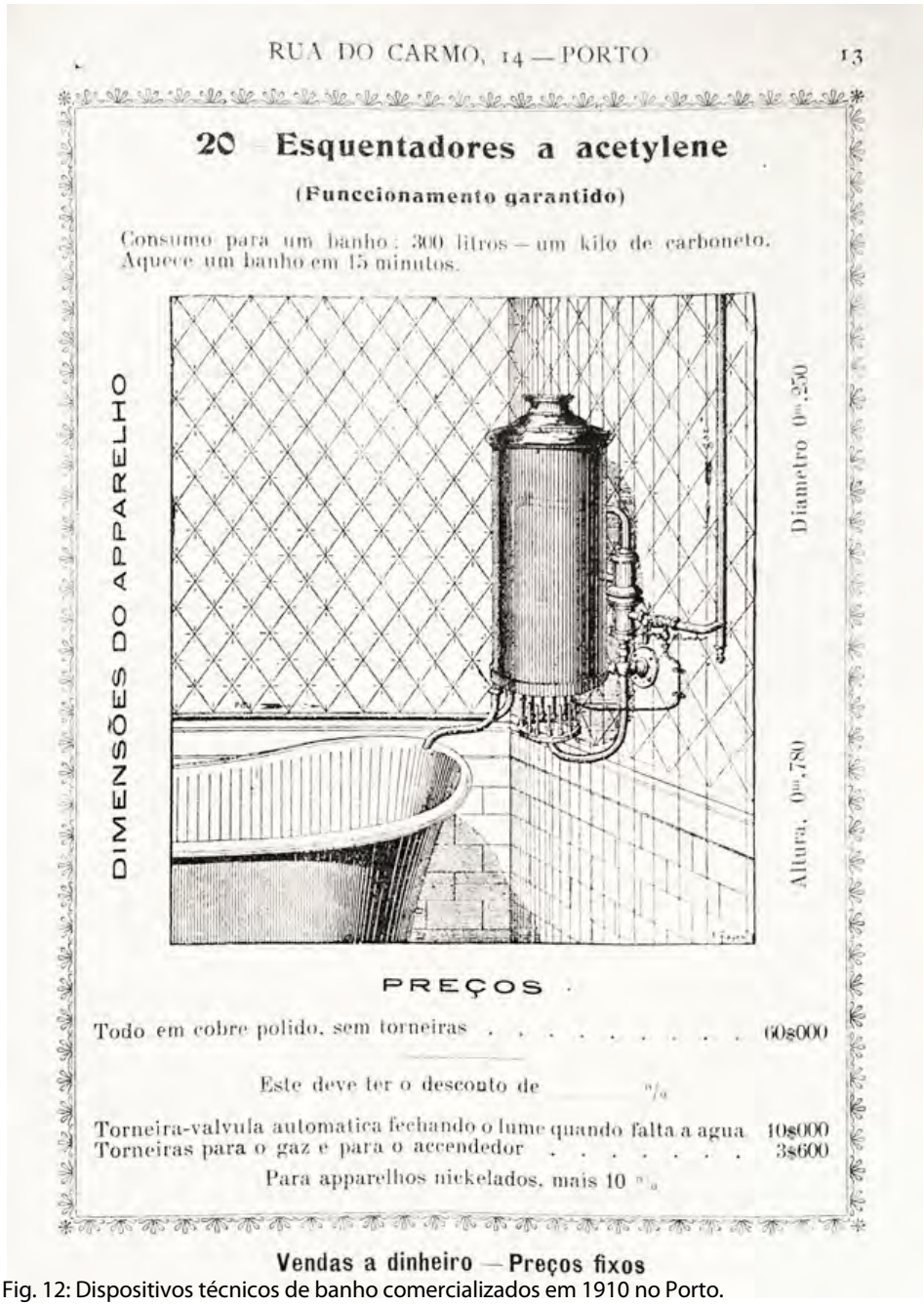
No livro *Maneira de ter uma casa saudável*, o autor-médico adverte para a forma como se deve considerar o papel do arquitecto em matéria de redes de esgoto e ventilação.

---

134 CARQUEJA, Bento – *A sciencia e a indústria em nossas casas*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1912, p. 37

135 Idem, p. 51

136 VIGARELLO, Georges – *"Lo spazio intimo della sala da bagno"*. In, TEYSSOT, Georges, coord. – *Il progetto domestico*. Milano: Electa Editrice/ Triennale di Milano, 1986, p.160



RUA DO CARMO, 14 — PORTO 13

20 Esquentadores a acetylene

(Funccionamento garantido)

Consumo para um banho: 300 litros — um kilo de carboneto.
Aquece um banho em 15 minutos.

DIMENSÕES DO APPARELHO

Diametro 0m,250

Altura, 0m,780

PREÇOS

Todo em cobre polido, sem torneiras	60$000
Este deve ter o desconto de ____ %	
Torneira-valvula automatica fechando o lume quando falta a agua	10$000
Torneiras para o gaz e para o accendedor	3$600
Para apparelhos nickelados, mais 10 %	

Vendas a dinheiro — Preços fixos

Fig. 12: Dispositivos técnicos de banho comercializados em 1910 no Porto.
[Catálogo Illustrado. Porto: Tipografia Santos, 1910]

Queixam-se frequentemente os canalizadores de serem obrigados a executar o que o arquitecto especifica que se deve fazer numa casa, e de que alguns arquitectos fazem planos de canalização, privadas e outros cómodos mal delineados e caídos em desuso, de tal ordem que merecem o desprezo dos canalizadores. [...] de maneira que quando a gente censura o canalizador, é preciso ter certeza de que o próprio arquitecto não merece igual ou ainda maior parte da censura por motivo de deficiente saneamento.[137]

Com a sofisticação dos acessórios e dos tubos, a banheira *viaja* pela casa afastando-se cada vez mais da cozinha – ponto estratégico de chegada dessas novas infra-estruturas. A água quente sobe até ao último reduto da privacidade estabelecendo, por fim, a complexa interdependência entre a área de dormir e, num último momento, as diversas funções especializadas ligadas à ablução.

2.2.2. Desenho científico da casa operária

O programa habitacional nos tratados de arquitectura oitocentistas foi fortemente dominado pela casa burguesa e aristocrática nas suas mais diversas vertentes. Até às primeiras décadas do século XX, a questão *projectual* da habitação simples era exterior ao ensino académico das *Beaux-Arts* onde o exercício da Arquitectura continuava a ser valorizado enquanto *Arte* através do conhecimento dos grandes monumentos históricos e da prática do desenho de edifícios institucionais ou residenciais para as classes altas.

Tomando como exemplo o caso exemplar francês, Monique Eleb afirma que, no século XIX, o "quasi-silence" sobre a habitação operária dos teóricos da arquitectura expressava sobretudo uma rejeição daquilo que era considerado simplesmente construção: *não-arquitecturas*, impróprias de figurar no *Salon*.

Traiter l'habitation ouvrière dans le champ de l''architecture remet en question la conception de cette discipline en tant qu'art. Se mettent alors en place deux positions fondamentalement opposées. L'une marque une césure entre la conception académique de l'architecture et la production d'une habitation qui relève de principes

[137] WILSON, André – *Maneira de ter uma casa saúdavel*. Lisboa: Typographia de A. E. Barata, 1900, p. 29

plus vulgaires. L'autre, qui modifie sa conception de l'art en la fondant sur l'utile, englobe dans son champ toute la production des habitations.[138]

Uma das raras personagens transversal ao problema foi o *arquitecto-engenheiro* Émile Trélat (1821-1907) formado na École Centrale des Arts et Manufactures. Enquanto professor de *Construções Civis* nessa instituição introduziu pela primeira vez a *ciência da higiene* no contexto do ensino das técnicas construtivas dos edifícios. A École Centrale tratou, pela primeira vez, de forma consequente e sustentada, os problemas da prática profissional da arquitectura ligada com os requisitos tecnológicos e funcionais exigidos pelos novos programas, incluindo complexos de *habitação social*, introduzindo metodologias de trabalho multidisciplinares. Conforme um importante estudo sobre o ensino politécnico de arquitectura e da engenharia:

[...] the nascent building assignments of that time demanded that the relationship between composition and construction be redefined: [...] utility is to be equally considered as aesthetic agreeableness; structural requirements follow the building's function and spatial program, together they comprise the foundations for architecture, or for composition and form. The structural forms and solutions defined by function and material that were implemented in this model of industrial instruction and that are determined by circumstances of statics are the foundations upon which the modern architect rests. Modernism was built from this. [139]

A partir do debate que se travou na École des Beaux-Arts entre *classicistas* e *góticos*, Trélat recusa com Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) a manutenção da linha de orientação pedagógica estabelecida fundando, em 1865, a École Centrale d'Architecture (École Spéciale d'Architecture). Esta escola foi inicialmente suportada por eminentes figuras como Eugène Viollet-le-Duc e Henri Labrouste (1801-1875) ou, os desconhecidos Anatole de Baudot (1834-1915) e Émile Muller (1823-1889), este último, segundo se verificará mais à frente, figura destacada no movimento das *cités ouvriéres*. Para Trélat a formação do arquitecto devia corresponder a uma

[138] ELEB, Monique, DEBARRE, Anne – *Architectures de la vie privée. - XVII XIX siècles*. Paris: AAM, Hazan, 1999, p.134

[139] PFMMATTER, Ulrich – *The Making of the Modern Architect and Engineer. The origins and development of a scientific and industrially oriented education*. Basel: Bikhauser - Publishers for Architecture, 2000, p. 146

conduta ética capaz de colocar as suas capacidades técnicas e conceptuais ao serviço do bem-estar social, equilibrando entre edifícios monumentais e programas domésticos menos espectaculares o protagonismo da sua acção.

Num invulgar momento notado por Peter Collins, César Daly (1811-1893)[140] em 1840 observava que a arquitectura doméstica foi o resultado dos hábitos sociais pelo que "a forma de modificar o efeito é começar por alterar a causa".[141] Seguidor das utopias de Charles Fourier (1772-1827) e Étienne Cabet (1788-1856),[142] Daly acreditava que na reforma social deveriam estar implicados os arquitectos porque essa transformação afetaria imediatamente a própria evolução das formas arquitectónicas. Sobre esta perspectiva Peter Collins compara-a à posição das vanguardas dos anos de 1920:

> [...] conceito revolucionário da denominada arquitectura doméstica 'funcional' dos anos vinte, em que toda a habitação para operários desenhada por Le Corbusier se compara a um atelier de artista. É duvidoso até que ponto os arquitectos têm capacidade para iniciar mudanças nos modos de vida através das suas obras; até onde podem forçar os utilizadores a adoptar hábitos sociais novos, independentemente das recomendações dos especialistas sociais e da investigação científica produzida pela sociologia.[143]

Se a desconfiança de Collins foi produzida olhando, fundamentalmente, para os *racionalistas idealistas* do século XVIII que desenhavam prisões, hospitais e *falanstérios*, a referência que faz a Julien Guadet (1834-1908)[144] - professor da importante cadeira de *Teoria de Arquitectura* na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts de* Paris em 1894 – permite transportar para a transição de século a postura do

---

[140] César Daly, arquitecto formado na Beaux-Arts, critico influente e editor entre 1839 e1888 da famosa *Revue générale de l'architecture et des travaux publics*.

[141] César Daly, citado por Peter Collins. Cf. COLLINS, Peter – *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950)*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977, p. 235

[142] As implicações destes socialistas utópicos na fundação de modelos de habitação serão abordadas no capítulo 3 – "O alojamento operário e a (re)formulação da cidade".

[143] COLLINS, op. cit., p. 235

[144] É de notar que Julien Guadet, entre a primeira e a décima edição dos *Éléments et théorie de L' Architecture*, acrescenta uma passagem relativa à habitação do operariado nas grandes cidades chamando a atenção para o excesso de zelo dos higienistas na leitura da cidade antiga, chegando a propor que se devia aumentar a rede de transportes para permitir a instalação de aglomerações de habitação económica em zonas de interface com o campo. In, DUMONT, Marie-Jeanne – *Le Logement Social a Paris 1850-1930. Les Habitations a Bon Marche*. Liège: Pierre Mardaga éditeur, 1991, p. 72

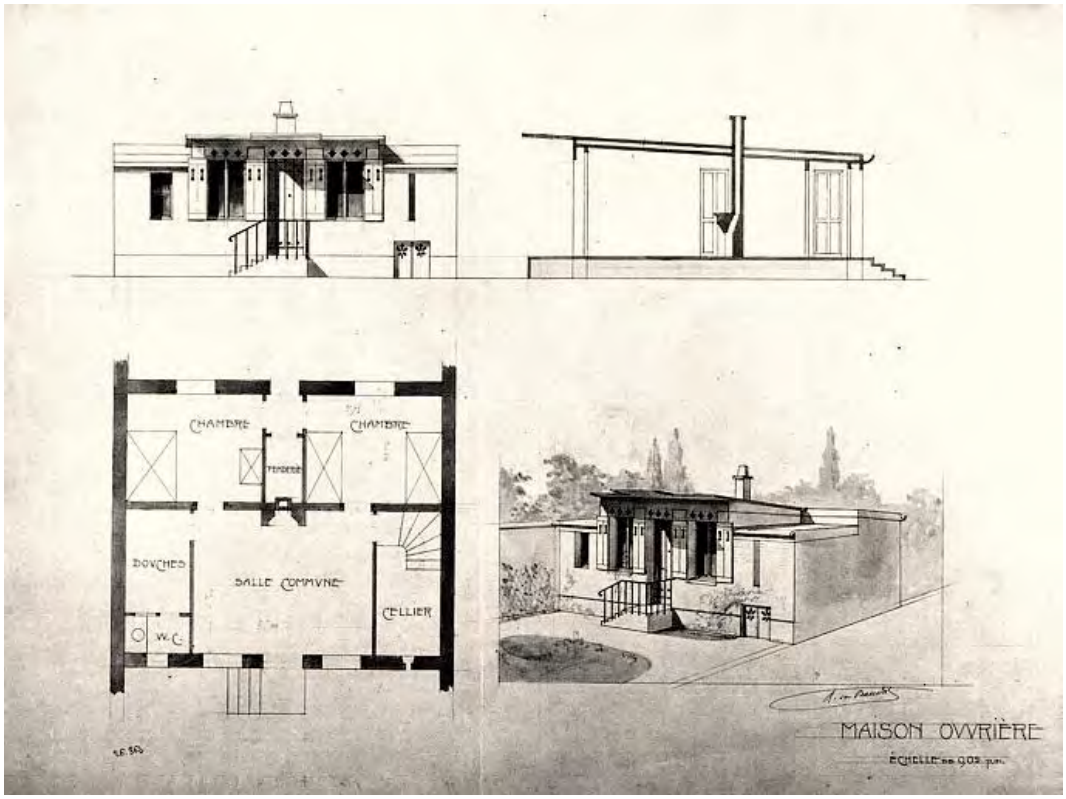


Fig. 13: Maison Ouvrière exposta no Salon parisiense de 1911. Anatole de Baudot, c. 1908.
[Médiathèque de l'Architecture et du Patrimoine de Paris]

arquitecto como mero instrumento nas mãos dos reformistas sociais.[145] Mas a questão também se funde com um problema paralelo estruturante que vinha sendo discutido desde Violet-le-Duc: a recusa por parte da *academia* sobre a comunhão de saberes entre arte e indústria, e que impedia a Arquitectura de se inscrever no "réel quotidienne".[146]

Antes da dissolução da concepção aristocrática e burguesa da profissão, foram os círculos profissionais ligados às escolas politécnicas e industriais que tomaram mão destes programas habitacionais e da sua relação com o desenho da cidade. As soluções defendidas espelham uma combinação de ideais sociais, conhecimentos técnicos particulares e interesses comerciais que ecoam rapidamente através da densa rede de informação formada pela imprensa especializada, colóquios, feiras e exposições industriais. A história da arquitectura do século XIX não pode ser apurada subordinada ao estudo da *art de l'ingénieur* e da *art de l'entrepreneur* ou, à análise da *arquitectura académica* como foi prática generalizada da historiografia de narrativas de longa duração. A propósito da reedição da obra de Henry Roberts (1803-1886) – arquitecto pioneiro na reforma doméstica da habitação operária vitoriana, esquecido de uma forma geral pelos historiadores oitocentistas – coloca-se a hipótese da existência de um "architecte scientifique", ideia transposta do pensamento do médico higienista Hector Gavin (1815-1855), seu contemporâneo, ao associar esse novo arquitecto ao "architecte sanitaire – un spécialiste, créé, pour ainsi dire, par les découvertes des médecins, et par leur appréciation correcte de la forte influence exercée par des agents locaux dans la cause des maladies". [147]

A dialéctica estabelecida conduziu a um reenquadramento disciplinar típico dos primeiros tempos de reacção entre a *academia* e a *vanguarda*: a definição do valor artístico da arquitectura opondo a excepcionalidade da obra fundada no cânon

---

145 COLLINS, op. cit., p. 234

146 GUERRAND, Roger-Henri – *"Un art nouveau pour le peuple et les «Habitations a bon marché»"*. In, CHAMBELLAND, C., coord. – *Le social aux prises avec l'Histoire*. Volume 3. Paris: CEDIAS, 1991, p.165

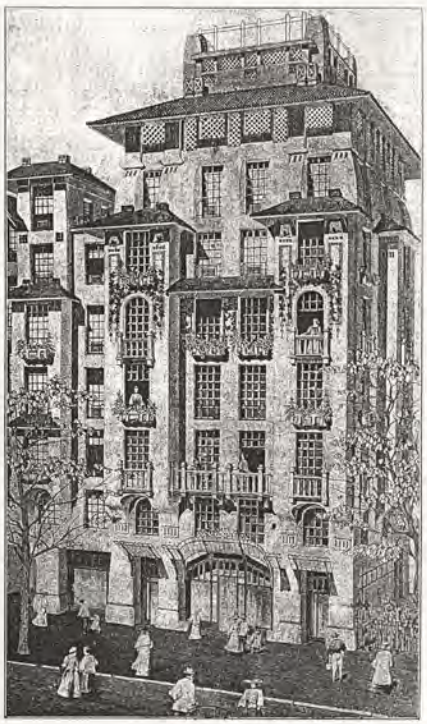
147 Citação extraída da introdução à reedição de Micheal Browne do livro, ROBERTS, Henry – *Des habitations des classes ouvrières. Leur composition et leur construction avec l'essentiel d'une habitation salubre. Edition revue et augmentée de 1867*. Paris: Editions L'Harmattan, 1998 [1867], p. X

FUNDAÇÃO ROTHSCHILD

(Continuado do n.º 2 (194)

SOCCORRENDO-NOS dos apontamentos que nos ministra o nosso collega *Le Bâtiment*, diremos primeiramente que o local escolhido para as edificações é um polygono irregular, lembrando um triangulo. E' limitado pelas ruas de Praga onde tem o maior desenvolvimento, as ruas Theophilo Roussel, Carlos Beandelaire e um pequeno alinhamento concordondo esta última com a rua de Praga. Exposta a situação do terreno, vejamos como é que foi aproveitado pelos concorrentes premiados.

Como é de justiça falaremos do primeiro premiado antes de qualquer dos outros.



PROJECTO DE AUG. REY — FACHADA

Fig. 14: Proposta vencedora do Concurso Fundação Rothschild. Paris, 1905.
[*Construção Moderna*. Volume VII, nº195, Agosto de 1906]

clássico à racionalidade construtiva e à possibilidade da sua "reprodutibilidade técnica".

Entre a visão *Beaux-Arts* e a visão *politécnica* da Arquitectura - *Art de génie* ou *Art mécanique*? – a habitação operária, ou económica (termo preferido na época por anular a conotação com um grupo social especialmente politizado), colocou o problema da inclusão dos programas utilitários menores na agenda dos arquitectos. De uma forma geral, isso decorre de três motivos essenciais: a consolidação de um novo estatuto de arte para o objecto arquitectónico por via da tectónica da forma como síntese dos novos materiais; uma certa atomização do paradigma da figura do arquitecto demiurgo e diletante em prol de uma clarificação dos compromissos político-sociais da profissão; e a crescente relevância económica na carteira de encomendas dos ateliers por via da dimensão que os bairros de habitação económica atingem a partir das primeiras décadas do século XX. São aspectos de natureza distinta: ontologia e desígnio da Arquitectura, ética profissional e metodologia projectual.

No relatório final do júri que analisou o concurso para a construção de um bairro filantrópico promovido em 1905 pela Fundação Rothschild num quarteirão de Paris, declarava-se:

> Il faut bien le dire, pour beaucoup de nos contemporains, même instruits, même intelligents l'architecte est resté le bâtisseur de palais, de châteaux, d'hôtels de ville, etc. ... C'est un artiste, on lui accorde. Donc il n'est bon que pour les hautes sphères où l'on s'imagine que l'art évolue. Un artiste pour construire des maisons d'ouvrier ?
> A quoi bon ! Ils vont dépenser en ornement, en toitures de chalets suisses, en tourelles, créneaux et autres fadaises les fonds, forcement restreints, dont ils disposeront, mais ils ne feront pas «du pratique». [148]

Os dois primeiros prémios darão notoriedade a Augustin Rey (1864-1934)[149] e Henry Provensal (1868-1934), ambos formados pela academia parisiense. Na proposta

[148] Texto oficial do júri citado em, FARGE, Laurent, coord. – *Les Concours publics d'architecture - Revue Mensuelle,* IX Année. Paris: Libraires - Imprimeries Reunis, 1906, p. 3

[149] Augustin Rey adere em 1906 à *Société française des habitations à bon marché* depois de chefiar a equipa de projecto para o estudo de casas económicas formada pela Fundação Rothschild. Em 1907, substituiu Emile Trélat no *Conseil Supérieur des Habitations à Bon Marché*.

ganhadora o *diagrama* sobrepõe-se ao *ornato*.

Durante 1906, a revista portuguesa *A Construção Moderna* acompanhou em cinco artigos as soluções patentes no concurso não se poupando os elogios ao vencedor - "arquitecto particularmente conhecedor das questões operárias [que] compreendeu a imensa importância social de estes trabalhos e a influência que podiam exercer no estrangeiro"[150]. A apreciação deteve-se sobre as questões da ventilação dos espaços, da organização mínima do fogo e da depuração das formas empregues:

> O verdadeiro futuro de todo o arejamento não pode deixar de consistir nos edifícios modernos senão em deixar penetrar o ar da rua tão completamente quanto possível no interior da casa. Para acentuar ainda a circulação do ar, que é a vida, a própria saúde do alojamento, dispôs o Sr. Rey as escadas de uma maneira particular. Dão lugar estas simples disposições a um arejamento super abundante e devem ser registadas pelos higienistas como um progresso real. Também se devem apontar neste projecto, tão minucioso e pensado, as cozinhas, cujas disposições ao mesmo tempo muito simples estão estudadas até nas suas minúcias. [As] fachadas são muito simples sem moldura alguma, são, contudo, muitíssimo alegres, graças à hábil disposição dos grupos, às proporções elegantes de cada pormenor.[151]

Na primeira década de 1900, um grupo de arquitectos com biografias cruzadas emerge sobre o intenso movimento cultural e cosmopolita de Paris. Dos diversos círculos intelectuais [152] destaca-se a personalidade esotérica do médico Henri Cazalis (1840-1909) cuja obra literária *sui generis* abarca estudos sobre William Morris com incursões laterais à obra de Ruskin. Para além do livro sobre a questão das Habitation à Bon Marché, sob o pseudónimo de Jean Lahor, em 1901 edita a obra *L'Art Nouveau* dedicada a Félix Mangini (1836-1902), filantropo, criador do primeiro sanatório popular francês e de bairros de habitações operárias em Lyon.

[150] Revista *A Construção Moderna*. Nº195, Volume VII, Agosto de 1906, p. 21

[151] Ibidem

[152] "Dans cette ville [Paris] en plein danger, on prépare des cotèges et des triomphes. La tuberculose est dans les quartiers pauvres. A quoi servent tant de trophées? Aucune revue du monde ne publie plus jamais ces oeuvres de crépuscule. Mais une nouvelle architecture est née. Expression de l'esprit de notre temps. La vie est plus forte". Cf. LE CORBUSIER – "*Introduction à la prmière édition"*. In, BOESIGER, W. – *Le Corbusier et Pierre Jeanneret. Oeuvre complète 1910-1929*. Zurich: Les Editions d'Architecture, 1991 [1964], p.9

Numa passagem do último capítulo, intitulado *L'Art Nouveau au point de vue social*, a propósito da perda da *arte primitiva* e da renovação e democratização das *artes decorativas*, referiu o seguinte:

L'hygiène déjà, une branche encore de l'esthétique - car la santé, la propreté sont nécessairement des conditions essentielles de la beauté - l'hygiène déjà cherche à donner ou à rendre à son habitation ce qui lui manqua trop longtemps, l'air pur, et le soleil, qui tue les germes pathogènes, et la lumière, aussi nécessaire à la pensée ou à l'âme qu'elle l'est au corps. Mais je demande plus : je voudrais partout ce que nous voulons en nos intérieurs, un peut d'élégance, de beauté, avec la salubrité et avec le confort. [153]

O texto citado era emoldurado com a expressão de William Morris (1834-1896): "L'art doit être fait pour le peuple – et par le peuple, ajoutait-il, ce que je crois impossible aujourd'hui". A casa operária devia combinar indivíduos saudáveis,[154] salubridade e beleza dos espaços. Foi neste contexto doutrinário que a habitação corrente económica se irá tornar suporte ideal para a deslocação da arquitectura do significado clássico de obra arte. A casa operária passou a ser lugar de testes para uma reorientação da técnica artesanal, ora aclamando-se um modelo conservador com referência à *cottage* inglesa, ora indo no encalço das vantagens do processo industrial construindo uma nova racionalidade baseada em formas abstractas que consagraria mais tarde o modelo funcionalista da *machine-à-habiter*.

Em 1908, Henry Provensal escreveu na colecção *Les problémes sociaux* da *Librairie génerale de l'Architecture et des Arts décoratifs* o livro *L'Habitation Salubre et à Bon Marché*. No capítulo "*L'Esthétique de la Maison"* refere que para o desenho exterior dessas construções, ou seja, "pour l'expression dans l'espace d'un état statique de la matière, représentatif des besoins agglutinés", e na impossibilidade de se fixar leis

153 LAHOR, Jean – *L'Art Nouveau*. Paris: Lemerre éditeur, 1901, p.92

154 Recorde-se que, posteriormente, Cazalis publicou "*Les Risques pathologiques du mariage, des hérédités morbides et d'un examen médical avant le mariage"*. No início do século a questão da eugenia, presente no livro, prende-se com a casa através da classificação de doença heriditária atribuída à tuberculose. Antes de se conhecer o antídoto, mas confirmada que estava a sua natureza viral, as boas condições de salubridade e de higiene eram encaradas como a única medida profilática juntamente com as possibilidades de purificação racial, medida extrema que acompanhava a primitiva ideia que a doença era genética.

estéticas imutáveis, exigia-se como linha orientadora para um novo pensamento da forma:

[...] un gout sûr, un doigté habile, car, ici, le détail disparait, les masses seules comptent. Les volumes seuls offrent des combinaisons multiples et variées auxquels l'architecte demandera l'expression caractéristique. C'est dans la répartition savante des cubes et leur pénétration avec d'autres volumes, qui cherchera à faire jouer les masses lumineuses.[155]

Depois de concluir que a ambição do operário era ter um lar reproduzido do burguês - ou seja, um caos desconcertante de objectos não adaptados, de estilos contraditórios e não harmoniosos - acrescenta o seu desejo em que os gentis, discretos e apropriados interiores ingleses se tornem modelos.[156]

L'art, si tant est que ce siècle de machinisme intensif n'en restreigne, pour un instant du moins, la haute virtualité, doit avant tout s'astreindre à la réalisation la plus parfaite des formes en conformité avec les besoins auxquels elles sont soumisses et l'éciment qu'elles abritent.[157]

Provensal vai mais longe ao questionar na construção de casas económicas a própria ossatura estrutural, a utilização à vista de novos materiais como o betão, o uso dos processos industrializados, para além de insistir numa inventiva ligada à ventilação, à disposição das zonas de água e acessos, enfim, à configuração da célula mínima. Para alargar a leitura, refira-se que Henry Provensal foi colega estudante de Marques da Silva em 1891 na academia parisiense.[158] Também, quatro anos antes de editar o livro atrás citado, dedicado à habitação económica, havia escrito *L'Art de demain*, onde ensaiou um novo destino para a arquitectura alicerçado na abstracção da forma e no uso de volumes cúbicos luminosos. Esse texto foi lido pelo jovem

[155] PROVENSAL, Henry – *L'Habitation salubre et à bon marché.* Paris: Librairie génerale de l'Architecture et des Arts décoratifs, 1908, p. 79

Georges Teyssot, a propósito de Rothschild, refere a coincidência entre este excerto de Provensal e a famosa frase Le Corbusier. Cf. TEYSSOT, Georges –*"The Disease of the Domicile"*. In, *Assemblage*. Nº 6, Jun 1988. Cambridge: The MIT Press, 1988, p. 94

[156] Idem, p. 78

[157] Ibidem

[158] CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1992, p. 73

Charles-Edourd Jeanneret (Le Corbusier) em 1905 sob conselho do seu professor Charles L'Eplattenier (1874-1946) quando frequentava os últimos anos da L'Ecole d'Art de La Chaux-de-Fonds.[159]

2.2.3. *Cités Ouvrières* e *Garden-cities*. Hortos operários ou jardins burgueses?

No contexto dos desequilíbrios originados pela industrialização oitocentista, assiste-se a uma acesa discussão sobre qual o destino a dar à cidade. O debate estruturar-se-á no interior da dialéctica entre *arte* e *ciência*, típica do período: se por um lado um certo idealismo fundado nas questões da arte e da história produziu uma espacialidade monumentalizada colocando a tónica no "embelezamento" da cidade, por outro, uma concepção quantitativa e científica do organismo urbano sublinhou antes a "cidade social"[160] propondo para o controlo do crescimento urbano medidas reformistas dirigidas, sobretudo, à administração, ao funcionamento, uso e infra-estruturação da cidade. Por esta via, ficaram implicadas na história cultural, social e material da cidade, as histórias particulares do direito e da economia, da ciência administrativa, da assistência social, das engenharias ligadas aos transportes, à hidráulica e ao saneamento, da higiene pública e da economia social, da arqueologia e da arte dos jardins, da mediação imobiliária.[161]

Dos movimentos contra a desordem do espaço urbano oitocentista, Françoise Choay propõe-nos como síntese uma visão dicotómica da realidade através da fixação de exemplos deliberadamente elaborados para se constituírem como modelos reprodutíveis. Segundo a autora, correspondem a projecções espaciais de uma cidade futura, distinguindo-se, por um lado, a concepção *progressista*,

---

159 BROOKS, H. Allen – *Le Corbusier's Formative Years: Charles-Edouard Jeanneret at La Chaux-de-Fonds*. Chicago: The university of Chicago Press, 1997, p. 27

160 OLMO, Carlo – *"La storia urbana tra storia sociale e storia dell'urbanistica*". In, BERGERON, Louis, COLMO, Carlo, RONCAYOLO, Marcel – *Nove lezioni di storia della città*. Torino: Celid, 1986

161 ZUCCONI, Guido – *La cittá contesa. - Dagli ingegneri sanitari agli urbanisti (1885-1942)*. Milano: Editoriale Jaca Book,1989, p.14

marcadamente científica, mecânica, isolacionista e positivista, tendente a uma abstracção, racionalidade e autonomia da forma; por outro, a concepção *culturalista*, fundada na crítica à industrialização destruidora da cidade secular que será tomada como unidade orgânica a preservar e a valorizar a partir dos novos estudos da arqueologia e da história. [162]

No primeiro modelo, a fórmula de resolução da cidade é unívoca, assente na fundação de estruturas finitas fragmentadas no espaço rural. Ao se tomar os discursos do discípulo Victor Considérant (1808-1893), ou de Victor Proudhon (1758-1838) encontram-se aí soluções arquitectónicas distintas para resolver o alojamento numa *forma urbis* comunal. O "palácio" cooperativo *fouriense*, onde o homem se alojaria combatendo a individualidade "do casebre do proletário, a casa do burguês, a mansão do agiota ou do marquês", é distinto das cidades pensadas caracterizadas pela habitação unifamiliar isolada com jardim. O próprio Proudhon afirmaria:

[...] je dis de l'art et des villes: si l'art et l'édilité ne savent pas loger à bon marché, je me moque d'architecture et de l'édilité. [...] donnerais le musée du Louvre, les Tuileries, Notre-Dame, - et la Colonne par-dessus le marché, - pour être logé chez moi, dans ma petite maison faite à ma guise, que j'occuperais seul, au centre d'un petit enclos d'un dixième d'hectare, où j'aurais de l'eau, de l'ombre, de la pelouse e du silence.[163]

Deixando para segundo plano preocupações de hierarquização social e funcional, a *Hygeia* que o médico Benjamin Ward Richardson (1828-1896), idealizou em 1876 representava o paradigma da cidade da saúde. O carácter urbano utópico é completado com a integração de habitações com terraços ajardinados para *helioterapia*, cozinhas asséptica mecanizadas, ou água quente em todos os compartimentos. Tecnológica, positivista, a proposta tem um nível de descrição técnica inusitada que se compreende no quadro de emergência sanitária inglesa

[162] CHOAY, Françoise – *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie*. Paris: Éditions du Seuil, 1979 [1965], p. 7-12

[163] PROUDHON, P. J. – *Du Principe de l'art et de sa destination sociale*. Paris: Imprimerie Édouard Blot, 1865, p. 352

dos anos de 1850 e, também, do sucesso mediático da nova disciplina da *engenharia sanitária* impulsionada pelo reformista social de Edwin Chadwick (1800-1890) a quem, aliás, o livro é dedicado.

The most radical changes in the houses of our city are the chimneys, the roofs, the kitchens, and their adjoining offices. The chimneys [...] are all connected with central shafts, into which the smoke is drawn, and, after, being passes through a gas furnace to destroy the free carbon, is discharged colourless into the open air. [...] The roofs of the houses are but slightly arched, and are indeed all but flat. They are covered either with asphalt, which experience, out of our supposed city, has proved to last long and to be easily repaired, or with flat tile. The roofs, barricaded round with iron palisades, tastefully painted, make excellent outdoor ground for every house. In some instances, flowers are cultivated on them.[164]

A descrição permite prever um conjunto de hipóteses de trabalho deixadas expectantes na abertura do novo século. Isto é observado de forma particular quando se retoma a formulação de Richardson a partir da *Cité Industrielle* concebida por Tony Garnier (1869-1948) entre 1901 e 1904, preponderante na enunciação moderna do urbanismo.

A ligação de Garnier à medicina não é somente observável na coincidência descritiva entre os tipos de casas desenvolvidos nas duas propostas. É conhecida a relação do arquitecto francês a Lyon e a Antoine Gailleton (1829-1904) e Vítor Augagneur (1855-1931), os médicos responsáveis pelo destino do município na passagem do século. Durante esses anos, aí foram implementadas novas soluções urbanas que associavam o destino da cidade à implementação de redes de transportes inovadoras, à distribuição pelo território de diversos equipamentos sociais (ensino, saúde, hidroterapia, etc.), à renovação infra-estrutural e às primeiras experiências de *zoning*, como seria o caso do *Quartier de l'Industrie* planeado em 1895 por Garnier.[165] Neste caso, encontram-se sintetizadas essas novas práticas de desenho e também um posicionamento político em sintonia directa com o pensamento de Émile Zola e, de forma geral, derivado do seu engajamento com o

[164] RICHARDSON, Benjamin Ward – *Hygeia. A city of health*. London: MacMillan and CO., 1876, p. 23

[165] RABINOW, Paul – *French Modern. Norms and forms of the social environment*. Cambridge: The MIT Press, 1989, p. 219

movimento socialista francês. Daí o empenho de Garnier a favor de uma arquitectura baseada nas indicações da sociologia, conforme depreenderia Le Corbusier quando, em 1907, o conheceu.[166]

O salto entre estas duas utopias permite questionar áreas difusas na leitura *progressista* que baralham a aparente estanquidade dos modelos de análise de Choay. A bipolarização proposta, aparentemente sem tons cinza, eficaz enquanto ferramenta operativa para ordenar os principais fluxos históricos, poderá, eventualmente, desviar atenções de casos intermédios. Elo essencial na compreensão da génese do Movimento Moderno, a obra de Tony Garnier destaca-se do filão dos socialistas utópicos, encarnando já o que viria a ser a urbanística moderna, entre outros aspectos, pela atenuação da escala urbana *monumentalista* a favor de uma de pendor eminentemente funcionalista, pelo uso de morfologias seriadas e depuradas e, ainda, pela repartição do uso do território através do recurso a grelha viária hierarquizada.

> […] ainsi que toutes les architectures reposant sur des principes faux, l'architecture antique fut une erreur. Seule la vérité est belle. […] en architecture, la vérité est le résultat des calculs que l'on a faits pour satisfaire des besoins connus avec des moyens connus.[167]

Como se observa na *Cité Industrielle*, esta citação categórica de 1901 não supõe uma omissão dos contextos produtivos, topográficos e geográficos preexistentes particulares. Noutros termos, alguma fragmentação, a reduzida dimensão volumétrica das zonas residenciais, parecem dar continuidade histórica às malhas rectangulares de pequenas casas com jardim isoladas das *Cités Ouvrières* consideradas enquanto movimento reformista afirmado no livro de Émile Muller (?-

[166] Cf. PETIT, Jean – *Le Corbusier: lui-même*. Genéve: Éditions Rousseau, 1970, p .28

[167] Procès-Verbaux de l'Académie des Beaux-Arts, 20 June 1901. Cf. EGBERT, D. Drew – *The Beaux-Arts tradition in french architecture*. Princeton: Princeton University Press, 1980, p. 196

1889) e Émile Cacheux (1844-1923),[168] *Les Habitations Ouvrières en tous pays.* [169] Menos erudita, mais pragmática, a dinâmica das cidades operárias acabou por induzir um modelo urbano, habitacional e organizacional, à margem do fenómeno posterior das *Garden-cities* inspiradas no modelo teórico de Ebenezer Howard (1850-1928).

No segundo modelo – *culturalista* - a constituição determinística de protótipos que dominou as utopias socialistas não se ajustaria a uma perspectiva reformista da cidade herdada e a uma estratégia de combate à industrialização pela apologia do artesanato. Com John Ruskin (1819-1900) e William Morris, as soluções gozam de uma liberdade formal que persegue a média escala dos assentamentos medievais e os recortes precisos, mas não geométricos, que dividem as manchas de construção e a paisagem natural. Ainda que submetida ao desenho simples e à regra implícita, cada casa devia distinguir-se pela sua individualidade de modo a contrastar com a monumentalidade dos edifícios públicos. Trata-se do momento embrionário daquilo que será a faceta anglo-saxónica do movimento das *Garden-cities* que utilizará, preferencialmente, um género de habitação conservadora, irregular, ancorada na *cottage* e no *pintoresco.*[170] O processo dará origem às cidades satélite inglesas de princípio do século XX como resposta possível à *urbanofobia* sentida pelas *elites* da classe média e alta. Nas experiências iniciais, a habitação corrente aproximou-se das "villino ideale" onde "i sintagmi dell'architettura vernacolare vengono sapientemente decantati e miscelati fino a ottenere un modello

168 Estes autores serão, no decorrer do texto, citados por razões diversas. Émile Muller e Émile Cacheux, auto-intitulavam-se, respectivamente, *"Architecte des Cités Ouvrières de Mulhouse & Autres*" e "Propriétaire d'Habitations Ouvriéres". Sublinha-se que Muller foi professor na *École Spéciale d'Architecture de Paris*, a instituição fundada em 1865 pelo engenheiro e higienista Émile Trélat, impulsionada com a presença de Eugène Viollet-le-Duc, a partir de onde travou um confronto directo com o tipo de ensino ministrado na *École des Beaux-Arts*.

169 MULLER, Émile, CACHEUX, Émile – *Les Habitations Ouvrières en tous pays,* J. Dejey & C., Paris, 1878.

170 É a partir "do pitoresco e da sua tradução arquitectónica no chalet, que a habitação burguesa experimenta alguns dos dispositivos espaciais que irão determinar a agenda do Movimento Moderno. A esta experiência de reforma pragmática e extensa da casa (ou seja, que aconteceu em toda a Europa e mundo Ocidental, na passagem para o sec. XX) importa acrescer aquela, que talvez venha por outra via, ou não, da habitação popular". Citação livre a partir do estudo de Rui Jorge Garcia Ramos transmitido oralmente.

planimetricamente compatto, volumetricamente semplice, realizzabile con materiali a buon mercato e con procedimenti tecnologici elementari".[171] Mas, este tipo de casa destinava-se a um estrato social que emergindo da classe operária procurava um estatuto superior conforme anteriormente referido ao aflorar a questão da formação da *classe média* em Portugal. Para este grupo disponibilizou-se, conforme as palavras de Raymond Unwin (1863-1940), "non uno spazio compartimentato entro una casa di pigioni, ma un cottage tutto proprio, con il suo piccolo giardino, la sua aria pura, la sua cucina in ordine, il suo salotto e le sue camere da letto»"[172]

Na msma época procede-se à propaganda internacional da Garden City Association cujo impacto em outros territórios será tão diverso quanto as circunstâncias locais. As interpretações serão maioritariamente esvaziadas da carga programática original baseada nas comunidades autónomas, na organização cooperativa e no "regresso à terra". O primeiro artigo encontrado nas revistas portuguesas consultadas data de 1932 e retrata alguns conjuntos realizados pela francesa Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte. Lamenta o autor o desconhecimento das propostas urbanas que Ebenezer Howard expressou, em 1898, "no seu famoso livro denominado *Tomorrow* (Amanhã), preconizando a criação de cidades-jardins para onde as formalmente classes pobres seriam atraídas em virtude das vantagens económicas, sociais, higiénicas e estéticas que aí poderiam usufruir".[173]

A forte implementação dos bairros jardim pela envolvente periférica das cidades decorreu da criação de uma estrutura ramificada de organizações que tinha à cabeça o debate sobre a renovação dos tecidos urbanos afirmando a necessidade do planeamento urbanístico como disciplina autónoma. No rescaldo da Primeira

---

171 ZUCCONI, Guido – *"Dalla fase eroica alla standardizzazione: primi esiti dell' architettura domestica"*. In, CALABI, Donatella, ed. – *Architettura domestica in Gran Bretagna, 1890-1939*. Milano: Electa Editrice, 1982, p. 41

172 Texto de Raymond Unwin citado por Guido Zucconi. Cf. CALABI, Donatella, ed. – *Architettura domestica in Gran Bretagna, 1890-1939*. Milano: Electa Editrice, 1982, p. 42

173 *"Cidades Jardins"*. In, *A Arquitectura Portuguesa*, nº9, Ano XXV, 2ª série, Setembro de 1932, p. 66.

Trata-se de uma referência ao texto, HOWARD, Ebenezer – *Tomorrow: a peaceful path to real reform*. London: Swan Sonnenschein & Co, 1898

Grande Guerra, os recursos teóricos entretanto firmados a favor de expansões assentes na baixa densidade e em unidades de paisagem acabariam por serem preferencialmente implementados na reconstrução das cidades mais devastadas. Este último facto e a tradicional carga de ruralidade na sociedade urbana diluindo tensões entre campo e cidade, são razões que podem justificar o desinteresse português em criar vínculos oficiais ao Garden-Cities Movement.

Existe um equívoco de leitura entre *Cités Ouvrières* e *Garden-cities*. Todo o artigo do engenheiro português expressa esse engano ao colocar em relação directa e suficiente *cidade-jardim* e *casa-jardim*. Fundado no caso ferroviário francês, os exemplos que são empregues retratam um fenómeno ligado de origem à filantropia e aos reformistas oitocentistas, continuado adentro do século XX pelo programa *Habitation à Bon Marché*, anteriormente referido. A vocação operária das *cités* influenciou soluções paisagísticas e arquitectónicas menos exuberantes, mais ambíguas na sua relação com a cidade-mãe e despidas do sentido *panóptico* e *eugénico* patentes no modelo de Ebenezer. Também, se nas *Garden-cities* impera o jardim tomado na sua plenitude enquanto elemento de mediação e de representação, nas *Cités Ouvrières* esse espaço é substituído pelo horto enquanto meio de subsistência auxiliar.

> Les fruits sont encore fort goûtés, par les détenteurs de jardins, mais les fleurs dépassent la mesure, et leur caractère évident de luxe et de superfluité, choque parfois ces modestes travailleurs. "La plus belle fleur, Monsieur, disait l'un d'eux, c'est une belle legume." [174]

Na discussão sobre as qualidades da casa, entendida no seu sentido mais lato, a horta e o jardim representam duas faces de uma mesma moeda que sublinhará a preferência por uma nova ordem que busca na vida rural valores ancestrais, de natureza diversa, que a industrialização urbana não havia contaminado. Apesar dos desenhos representarem de forma análoga os motivos vegetais, o sentido do jardim e do horto pressupõem visões diferentes e diferenciadas sobre o carácter da casa

[174] PIERRET, Émile – *Vers la Lumière et la Beauté. Essai d'Esthétique Sociale*. Paris: La Renaissance Française, 1909, p. 244

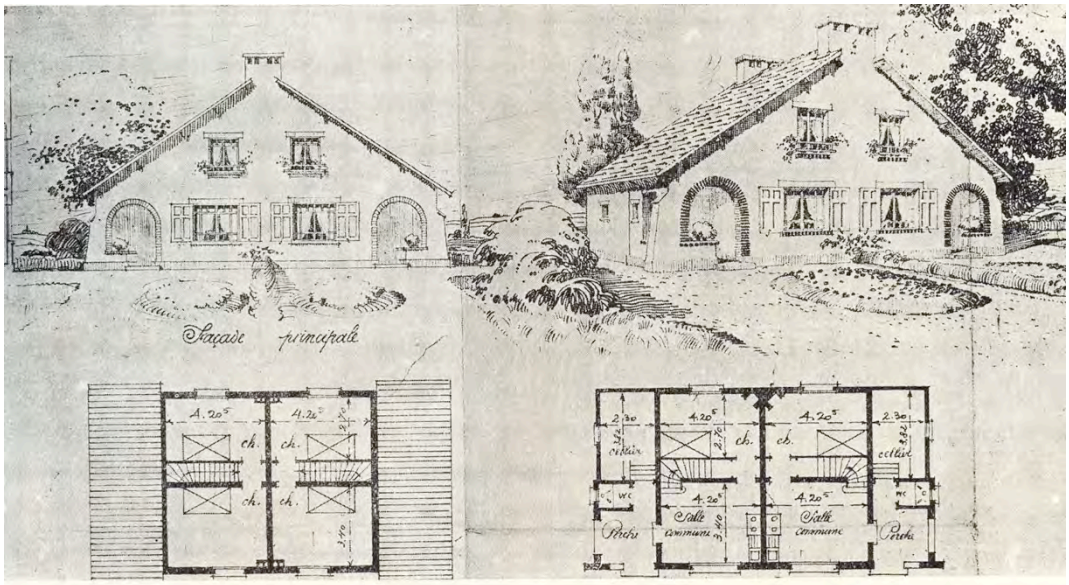


Fig. 15: *Cidades Jardins*. [*A Arquitectura Portuguesa*, nº9 , Setembro de 1932]

quer na sua relação com quem a habita quer como parte caracterizadora de uma certa ideia de urbano. Em síntese, afirma-se que o termo *jardim* corresponde, por seu lado, a um mundo do doméstico aburguesado que faz uma apropriação lúdica e recreativa do espaço exterior privado, enquanto o termo *horta* coloca a casa num sistema de economia social e produtiva evidenciando o cultivo e a cultura da terra como recurso de subsistência instrumentalizado. O aparecimento em ambiente urbano de quintais junto às casas é determinante pelo que representa quanto à política económico-social de enquadramento da *casa económica*, fundada na sustentabilidade da harmonia familiar, na manutenção de mão-de-obra sadia, na garantia de uma complementaridade no rendimento e, por fim, na reprodução das qualidades da vida no campo.

Em ambos os casos estamos perante fórmulas de construção extensiva usando formas pastorais em confronto conceptual e territorial com a cidade tradicional consolidada e contaminada.

No desfecho de Oitocentos, "o utopismo realista e o realismo utópico sobrepõem-se e compensam-se. O declínio da utopia social determina a rendição da ideologia à 'política das coisas' realizada pelas leis do lucro". [175] A tomada da Arquitectura pelo programa da casa económica mínima irá posicionar-se no centro do debate de uma *utopia da forma*, "como projecto de recuperação da totalidade humana numa síntese ideal, como posse de desordem através da ordem".[176]

Na década de 10, o escritório *Jeanneret Architectes*, dos primos Charles-Edouard Jeanneret-Gris (Le Corbusier) e Pierre Jeanneret, aprofunda o desenho da casa operária no contexto da *cidade jardim* com derivações para modelos intermédios, ambos situados em zonas periféricas da cidade consolidada. Na forma, podem ser detectados vagos sinais[177] do *falanstério* de Fourier quando, por exemplo, se

[175] TAFURI, Manfredo – *Projecto e Utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 38

[176] Ibidem

[177] Poder-se-ia evocar conhecidas gravuras pastorais que isolam no campo falanstérios utópicos por trás de cortinas de arvoredo, Ou, ao observar mais de perto a discreta representação em planta do conjunto *Dom-Ino* localizada no canto superior direito da perspectiva, reconhecer uma coincidência de traçado entre a solução *corbusiana* e a do palácio social de Fourier.

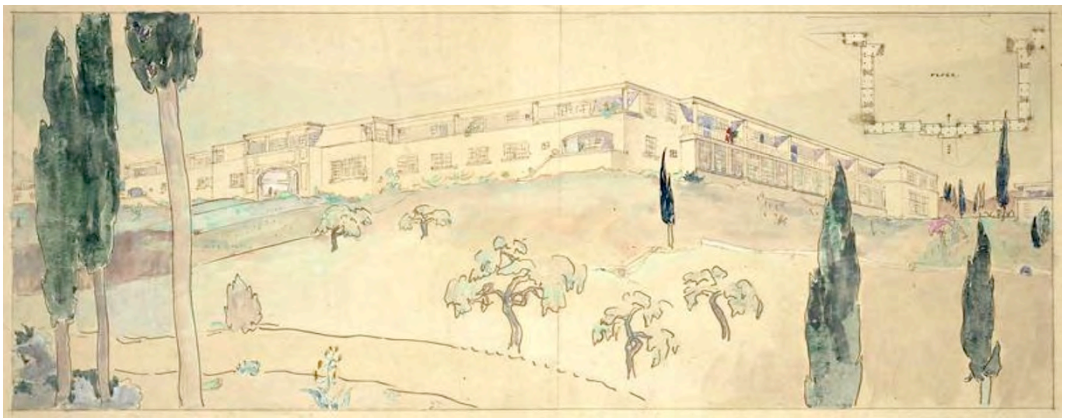


Fig. 16: *Maison Dom-Ino*. Le Corbusier e Jeanneret, sem local, 1914. [Fondation Le Corbusier]

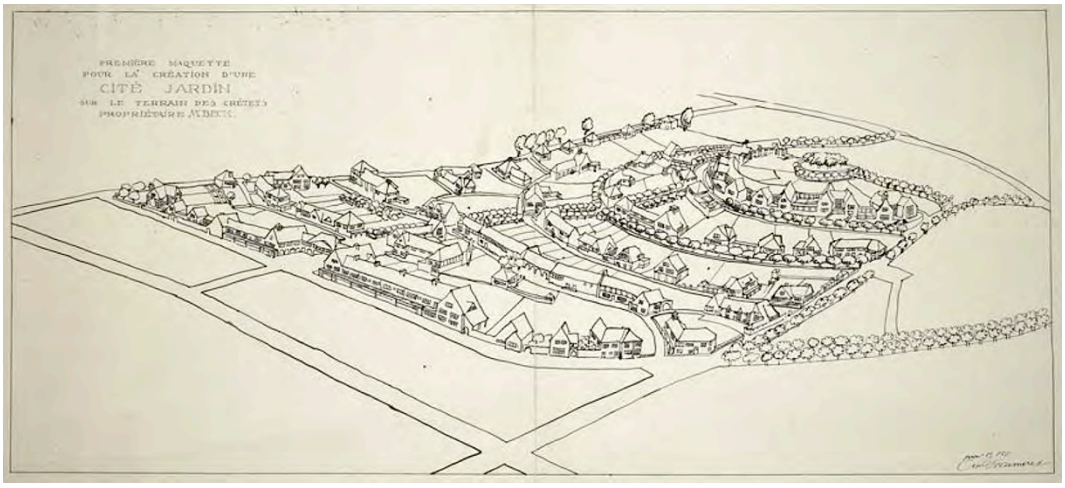


Fig. 17: *Cité-jardin aux Crétets*. Le Corbusier e Jeanneret, La Chaux-de-Fonds, 1914.
[Fondation Le Corbusie



Fig. 18: *Letchworth*. Robert Unwin e Barry Parker, 1911. [Letchworth Garden City. London: First Garden City Ltd, . London: Batsford, 1911, p. 32]

compara a proposta que elaboraram para a *Maison Dom-Ino* ou, observar-se a reprodução das *cottages* inglesas de Port Sunlight ou Letchworth na *Cité-jardin aux Crétets* que projectaram em 1914. As duas cidades-jardim britânicas haviam sido iniciadas em 1888 e 1903: a primeira foi mandada construir por uma bem-sucedida marca de sabão para alojar os seus funcionários e a segunda encomendada pela sociedade *First Garden City Ltd* aos sócios e cunhados, Raymond Unwin e Barry Parker (1863-1941) para concretizar os princípios de Ebenezer Howard.

A partir dos sucessos no confronto com o real, julga-se apropriado utilizar em múltiplos sentidos o termo *reforma* para caracterizar este período no que diz respeito à evolução do pensamento sobre o destino da cidade e da arquitectura. O confronto maior que os esforços para uma continuidade sedimentar secular do organismo urbano parece terem sofrido foi com as vanguardas modernas, nomeadamente, com as interpretações mais dogmáticas da *Carta de Atenas* nos anos de 1920.

3. O ALOJAMENTO OPERÁRIO E A (RE)FORMULAÇÃO DA CIDADE: CONSTITUIÇÃO DOS MODELOS

3.1. Movimentos europeus para a reforma da habitação económica

O passado social, político e económico donde emergem na Europa os modelos arquitectónicos e urbanos que, ao longo século XIX, tentam responder ao problema do alojamento das classes baixas na cidade industrial é diacrónico, plural, formado por sistemas de acções orientadas para responder a interesses distintos. Importa extrair dessa amálgama de episódios que constituem a história do progresso social oitocentista aqueles que evidenciam alguns problemas disciplinares transversais ao tema do estudo, nomeadamente, as leituras dos pares opostos *rural/urbano*, *individual/colectivo* e *indivíduo/família* no interior das doutrinas socializantes. Para o caso português, como se observará, serão esses os dominadores comuns que afirmam uma continuidade histórica na formulação política da casa operária ideal. Apesar de variações sensíveis nas formas arquitectónicas e urbanas usadas, a constância dessas dialécticas denota, com poucas interferências, uma continuidade de posicionamentos desde o socialismo oitocentista até ao corporativismo de Salazar. Se excluirmos daqui a habitação colocada no mercado de arrendamento imobiliário, cujas iniciativas, grosso modo, obedeciam unicamente às expectativas de retorno do capital investido e à normativa edificatória vigente, estabelece-se um arco de meio século onde é gradualmente estabilizado um modelo – o da casa unifamiliar com jardim – cujo apogeu é atingido aquando da concretização em massa das *casas económicas* do Estado Novo a partir de 1933.

3.1.1. A cidade a reformar

O que Engels descreve em 1844, sobretudo no capítulo *"As grandes cidades"* do livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra,* dando ênfase a largas zonas insalubres e infames, era comum à maioria das cidades ocidentais que sofrerão processos de industrialização.

As casas são habitadas das caves aos telhados, são tão sujas no interior como no exterior e tem um tal aspecto que ninguém aí desejaria habitar. Mas isto ainda não é nada comparado com os alojamentos nos pátios e vielas transversais onde se chega através de passagens cobertas, e onde a sujidade e a ruína ultrapassam a imaginação; não se vê, por assim dizer, um único vidro inteiro, as paredes estão leprosas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas - quando as há – são feitas de pranchas velhas; aqui, mesmo neste bairro de ladrões, as portas são inúteis porque não há nada para roubar.[178]

Estes "bairros de má reputação" londrinos não são um exclusivo da situação inglesa, apesar da discrepância dos valores quando se compara a sua população urbana e rural (cerca de metade) e, por exemplo, a francesa ou a alemã, onde a sociedade era ainda maioritariamente rural. Quer a densificação e ampliação dos assentamentos medievais, quer os aglomerados *ex nuovo* onde a fábrica ou a torre de elevação substituíam a catedral, foram fenómenos globais ligados aos recursos naturais disponíveis e à tenacidade dos industriais. Lewis Mumford apelidou-os de "infernos paleotécnicos" ao estudar esses territórios da Revolução Industrial.[179]

Se não forem atendidas possíveis diacronias provocadas pelas arritmias da industrialização é fácil deambular entre geografias distintas verificando nessas palavras os sintomas dos fortes saltos demográficos e a simultânea desadequação das estruturas urbanas. Por exemplo, em alguns documentos coevos portugueses verifica-se que as condições de habitabilidade das classes populares residentes em Lisboa e no Porto são qualificadas recorrentemente com os seguintes termos: "colmeia humana", "estrumeira", "cloacas", "odor nauseabundo", "exército de vermes", "multidão solitária", "alienados". São adjectivações retiradas de textos que usam as mesmas descrições elucidativas divulgadas internacionalmente.

Mas não é unicamente a face sanitária e higiénica que preocupava. Nesses antros de miasmas germinava outro tipo de perigo potenciado na aglomeração de massas revoltosas cuja organização ideológica podia constituir uma séria ameaça às *elites* dirigentes. Anunciavam-se insurreições tal era o contraste entre o quadro de miséria

[178] ENGELS, Friedrich – *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, 1975 [1845], p. 60

[179] MUMFORD, Lewis – *A Cidade na História*. São Paulo: Martins Fontes, 1982 [1961], p. 390.

e de exploração infra-humana e a ostentação do luxo permitido àqueles que detinham os proveitos da alta rentabilidade da produção industrializada e os dividendos dos negócios especulativos. A pobreza e a riqueza tinham geografias próprias no espaço urbano. A ascensão da burguesia industrial acabou por caracterizar a face brilhante da moeda correspondente ao lado cosmopolita e frívolo que Charles Baudelaire (1821-1867) retratou em 1863 no *Pintor da Vida Moderna*. À parte a precariedade do alojamento, as classes operárias sofriam constrangimentos relativos às condições de trabalho, à precariedade das remunerações, à inexistência generalizada de um sistema de protecção social que garantisse o acesso à saúde e à educação.

Os dois factores recíprocos - emergência higiénica e harmonização social – foram tomados como divisas nas diversas frentes da batalha protagonizadas entre reformistas e progressistas, para onde convergia um amplo espectro de intervenientes: filósofos, políticos, sociedades industriais, movimentos sindicais e cooperativos, legisladores sanitários, engenheiros, economistas sociais. Todos ajudavam a tecer uma complexa rede doutrinária que contribuía para a transformação da cidade industrial, em geral, e da habitação operária, em particular.

Para dotar a análise de um quadro mínimo de referência político-social, tomando todas as fragilidades de uma síntese impossível, evoca-se alguns incidentes relevantes do processo histórico recuando ao século XVIII e às teorias económicas do *liberalismo* e do *individualismo* de Adam Smith (1723-1790) e, consequentemente, às formulações posteriores na sua estreita relação com os modelos de habitação que haveriam de resolver um dos mais reivindicados direitos do proletariado.

Nas suas diversas configurações, a harmonia social que os regimes perseguiam entroncava na ideia que a criação de riqueza dependia de uma forte produção industrial. A presença mínima do Estado deixava ao livre funcionamento dos mecanismos de concorrência o papel detonador das dinâmicas comerciais e

financeiras geradoras de riqueza. A confiança na auto-regulação dos agentes e instituições ligadas à indústria fez extrapolar, para a organização do espaço físico e social, racionalidades geradas no interior de lógicas da rentabilidade produtiva. Assim, tendo a máquina como motor e símbolo de progresso, numa sociedade fortemente liberalizada, a oposição entre patrão e operário prolongará a secular relação de vassalagem entre senhor e servo. Os défices de representatividade e os desequilíbrios na distribuição da riqueza gerada e, em geral, todos os conflitos de interesse entre o *trabalho* e o *capital*, deram sentido às lutas travadas no período. No caso francês, a data charneira de 1848, que corresponde à denominada *Primavera dos Povos,*[180] simboliza a ascensão do proletariado industrial como força política representativa, ainda que sob o efeito dominador das elites burguesas. Nesse ano, através do *Manifesto Comunista*, Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels denunciavam no sentido revolucionário do combate da burguesia contra o poder religioso e monárquico o continuado atropelo dos direitos dos trabalhadores. A eficácia da mecanização industrial combinada com a divisão científica do trabalho e a exploração da mão-de-obra foram preponderantes na rentabilização máxima do capital. Apesar da aceleração económica, o operariado continuou afastado do processo de redistribuição de riqueza mantendo-se o seu estatuto amorfo e neutro na rigorosa orgânica que envolvia a optimização do processo produtivo.

A luta social contra a subjugação aos interesses dominadores da burguesia abastada no contexto da industrialização importa ser referida, em primeiro lugar, às concepções utópicas de mecânicas sociais orientadas pela racionalidade da máquina. Estas visões mecanicistas e materialistas, inspiradas nos *Enciclopedistas* de Setecentos, foram acolhidas pela média e pequena burguesia emergindo como alternativas para a criação de sociedades comunitárias, protectoras e ateístas, recolhidas em estruturas urbanas destacadas de desenho inédito. A sua autonomia

[180] Denominação dada às Revoluções de 1848: conjunto de revoluções ocorridas simultaneamente na Europa central e oriental. A crise económica continuada conduziu a revoltas organizadas que procuraram combater a presença de regimes governamentais autocráticos e o *deficit* de representatividade política das classes médias. O carácter liberal, democrático e nacionalista dessas rebeliões foi promovido quer por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, quer pelo campesinato e pelo operariado que lutavam contra um capitalismo escravizador.

permitiria corrigir a presença de um Estado dominado pelos interesses do capitalismo burguês enérgico, responsável principal pela desregulação do sistema económico e asfixia das reivindicações operárias.[181] Deste rápido cenário traçado destaca-se a figura do conde Henri Saint-Simon (1760-1825) e a fé depositada na construção de uma sociedade ordenada segundo uma hierarquia industrial em cujo topo estariam os engenheiros, cientistas e artistas, e os trabalhadores na base. Da sua doxa, sublinha-se a confiança depositada no avanço da ciência e a definição de um poder patriarcal para regulação dos princípios sociais e morais com o objectivo de conduzir o proletariado à sua consciência histórica. O *saint-simonismo*, enquanto proposta de comunidade tecnocrática, socialista e positivista, inspirou outras doutrinas políticas referentes à propriedade colectiva, particularmente, o *socialismo utópico* de Robert Owen (1771-1858) ou de Charles Fourier.

Quanto ao problema específico do alojamento operário, Engels acabará por rebater estas utopias colectivistas afirmando que a sua solução devia ser considerada no âmbito da cidade existente e formulada no interior dos temas reivindicativos da luta proletária; isto é, no quadro da transformação da sociedade capitalista e, por inerência de referente espacial, no contexto das estruturas físicas preexistentes considerando-as na relação com o campo para harmonizar desigualdades:

> In present-day society just as any other social question is solved: by the gradual economic adjustment of supply and demand, a solution which ever reproduces the question itself anew and therefore is no solution. How a social revolution would solve this question depends not only on the circumstances which would exist in each case, but is also connected with still more far-reaching questions, among which one of the most fundamental is the abolition of the antithesis between town and country.[182]

A dualidade *cidade – campo* permite referenciar a discussão sobre a validade das soluções dos socialistas utópicos na estruturação de uma nova sociedade. Ao

---

[181] Em França, o Decreto d'Allarde (Março de 1791) anula a tradição corporativa dos ofícios e a Lei de Le Chapelier, de Junho 1791, interdita a livre associação dos trabalhadores, nomeadamente, a formação de sindicatos e a reivindicação através das greves.

[182] ENGELS, Frederick – *The housing question*. London: M. Lawrence, 1887 [1872], p. 10.

Note-se que em 1971 Carlo Aymonino usa este texto de Engels para reafirmar para a contemporaneidade esse mesmo posicionamento.

contrário do autismo dessas comunidades rurais, a revolução dos socialistas científicos fundar-se-ia na cidade existente. Engels afirmaria que a questão do alojamento operário não podia ser isolada da restante "questão social" da classe laboriosa no espaço produtivo urbano. Na sua proposta, a cidade constitui-se como estrutura válida e suporte disponível porque aí já "existem suficientes casas para se resolver de imediato a real penúria de alojamento com a condição de se utilizarem racionalmente essas casas".[183] Esse aproveitamento seria tanto mais vantajoso quanto mais rapidamente se procedesse às expropriações para aí se instalarem de imediato os trabalhadores precariamente alojados. Quando o poder político estivesse nas mãos do proletariado o processo seria acelerado e ditado o interesse público para a requisição desses edifícios.

Conforme adverte Henri Lefebvre, os textos de Engels e Marx, apesar de tratarem com insistência o tema da cidade, não se podem considerar como constituindo um corpo doutrinário sobre a resolução dos problemas urbanos de Oitocentos.[184] Os melhores exemplos que, segundo o debate da época, deveriam ser implementados excluem a hipótese de adaptar o parque habitacional existente. Nessa base afirmam dois modelos que irão ser sistematicamente testados: os blocos comunitários e os conjuntos de casas unifamiliares. Estes dois tipos de solução apresentam-se como paradigmas maiores do desenho ideal do alojamento do operariado na segunda metade do século XIX. A sua possibilidade prática foi marcada por duas obras distantes quinhentos quilómetros construídas em 1853, respectivamente, pela Société Industrielle de Mulhouse e pelo industrial Jean-Baptiste André Godin (1817-1888). A coincidência no tempo e no espaço expressa bem uma dualidade histórica estruturadora que permite estabelecer as principais linhas orientadoras da resolução do alojamento do operariado para além de 1900. Enquanto na primeira se opta por um regime de propriedade individualizada aliada à regularidade da

183 AYMONINO, Carlo – *La Vivienda Racional. Ponencias de lo Congresso CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973 [1971], p.11

184 LEFEVRE, Henri – *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Póvoa do Varzim: Editorial Ulisseia, 1972 [1972], p.7

família, a segunda aproxima-se daquilo que eram as soluções fundamentadas na utopia *falansteriana*.

São duas correntes históricas de genealogia oposta: uma tradição socializante, enraizada no *saint-simonisme*; e outra, social-cristã, alicerçada, sobretudo, na *ética religiosa* de Frédéric Le Play (1806-1882). [185] Se na primeira se verifica que a urgência em elevar o estatuto do operário e o valor do trabalho, nas relações de poder, conduziu a uma reforma das instituições e produziu mecanismos dúcteis de regulação social, na segunda, encontramos o paradigma progressista das comunidades rurais autónomas de propriedade colectiva. Do ponto de vista do pensamento sobre a cidade podemos encontrar nestes dois exemplos a problemática lançada por Françoise Choay quando nas primeiras linhas da antologia *L'urbanisme, utopies et réalités* [186] refere a relação consequencial: a sociedade industrial é urbana, a cidade é o seu horizonte. Ora, a dialéctica entre campo e cidade estruturará de base o pensamento sobre a cidade criando dois paradigmas urbanos e habitacionais dominantes no século XX: a *cidade-jardim* de Ebenezer Howard e as *unidades de habitação* de Le Corbusier.

[185] Henry Desroche citado em FREY, Jean-Pierre – *Le rôle social du patronat : du paternalisme à l'urbanisme*. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 87

[186] CHOAY, Françoise – *L'urbanisme, utopies et réalités*. Paris: Éditions du Seuil, 1979, p. 7

3.1.2. Mulhouse, 1853: apologia da casa individual familiar com jardim

Na escritura que estabelece, em 1899, a construção das primeiras casas do Bairro Operário do Monte Pedral no Porto [**BHP_1**] e também nos textos publicados pelo seu principal impulsionador – o jornalista e economista portuense Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) – o nome de Mulhouse surge no horizonte como experiência modelo. Apesar dos processos distarem entre si quase meio século, a insistência nessa solução que, entretanto, se havia espalhado pela Europa, coloca a arquitectura do bairro da Rua da Constituição numa cadeia de acontecimentos que ilustra bem o que foi nessas últimas décadas de Oitocentos a itinerância de um receituário dedicado à casa operária para a proclamação do novo alojamento. Por essa via, o denominado *carré mulhousienne* transportou para o Porto, uma *casa-tipo* muito particular, cuja origem se pode circunscrever com uma precisão invulgar na história da arquitectura da casa.

A génese da *cité ouvriére* de Mulhouse é inglesa. Em 1852, Jean Penot (1801-1886), membro destacado da Société Industrielle de Mulhouse [SIM], dirige-se ao Comité de Economia Social apontando a obra teórica do arquitecto inglês Henry Roberts (1803-1873), *The dwellings of the labouring classes*, como referência para o estudo do novo bairro operário que se pretendia erguer junto à cidade: "Un membre de l'Institut des architectes de la Grande-Bretagne, M. Henri Roberts a publié sur les habitations des classes ouvrières un ouvrage qui révèle autant de science chez l'artiste, que de nobles sentiments chez le citoyen". [187] O livro tinha já merecido a atenção de Louis-Napoléon Bonaparte que o avaliara em Londres, através do príncipe consorte Albert. A tradução para o francês, [188] determinada pelo governante, foi editada em 1850 com o título *Des Habitations des Classes Ouvrières* e

[187] PENOT, Jean – "Projet d'habitations pour les classes ouvrières". In, *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*. Mulhouse: Impremerie de B. Baret, 1852. Tome XXIV, nº 117, p. 130

[188] ROBERTS, Henri – *Des Habitations des Classes Ouvrières*. Paris: Gide et J. Baudry Éditeurs, 1850

incluiu uma introdução da responsabilidade de Viollet-le-Duc[189]. O texto de Roberts a favor da renovação do alojamento recolhe e tipifica diversos modelos habitacionais que foram sendo implementadas em Inglaterra, incluindo os de sua autoria, desenvolvidos para a Society for Improving the Condition of the Labouring Classes – uma das mais eminentes *Model Dwellings Companies* da Londres vitoriana. Este género de empresas imobiliárias, participadas por accionistas particulares com o apoio do Estado, suportou durante o século XIX a construção da habitação para as classes indigentes apostando em edifícios de apartamentos distribuídos por pisos. Se a atenção nacional foi dominada pelo exemplo francês, complementado por soluções análogas oriundas da Bélgica, do Império Alemão ou da Suiça, a produção inglesa mereceu de alguns políticos portugueses um maior cuidado focado sobretudo no sistema *sui generis* de promoção e gestão dos empreendimentos. Em 1884, Augusto Fuschini dirige-se à câmara dos deputados referindo à Metropolitan Association for Improving the Dwellings of the Industrious Classes [190] - uma construtora que operava com capitais privados com retorno total de lucros aos seus accionistas, à qual Henry Roberts esteve também ligado.

Com o citado livro inicia-se uma literatura exclusivamente centrada na arquitectura da casa simples, profusamente ilustrada com desenhos de projectos, ferramenta de propaganda para a disseminação de soluções tidas como modelares. Por exemplo, nos estatutos da sociedade que suportou a publicação do texto de Roberts, define-se que é da sua responsabilidade "arranging and executing Plans, as Models"[191] com o objectivo de progredir na execução de bairros novos. A questão da formação de casos exemplares é, pois, perseguida no intuito de transformar o esforço inicial numa metástase que abarque a escala do problema.

Nesse contexto, ainda o mesmo arquitecto e a mesma sociedade, presidida desde a sua fundação pelo príncipe consorte Albert, irão construir para a exposição universal

---

189 Cf. ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne – *"Architecture domestique et mentalités: les traités et les pratiques au XIXe siècle". In Extenso: recherches à l'Ecole d'architecture Paris-Villemin*. Nº2 e nº5. Paris: Ecole d'Architecture Paris-Villemin, 1984, p.102

190 Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 16 de Maio de 1885.

191 ROBERTS, Henry – *The Dwellings of the Labouring Classes, their Arrangement and Construction.* London: Savill and Edwards Printers, 1850.

de Londres de 1851, *The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations,* um dos mais celebrizados protótipos de habitação operária, construído sob a insígnia, "*Model Houses For Families Erected By H-R-H Prince Albert"*. Este acontecimento paralelo desviou a atenção de muitos daqueles que se dirigiam à feira com o intuito de negociar, divulgar, ou mesmo espiar as novidades tecnológicas expostas. Temos assim que, perante o provável tráfico de patentes industriais, maquinaria e outros artefactos industrializados, existiu um interesse não menosprezável pelas inovações tipológicas e técnicas centradas nas soluções do alojamento operário. O edifício, concebido para albergar quatro famílias e implantado junto ao Palácio de Cristal, teria impressionado de tal forma os 250.000 visitantes que se transformou num elemento decisivo no debate oitocentista sobre a construção de habitação operária. Pode-se afirmar que, em pleno século XIX, este facto abriu uma controvérsia profunda e alargada sobre o desenho da nova habitação das classes pobres urbanas.

Dos delegados enviados pela Société Industrielle de Mulhouse à exposição londrina, Jean Zuber *fils* (1799-1853), então responsável pelo seu *comité de economia social*, assinalou o facto com uma nota à SIM seguida de proposta para um concurso de projectos e relatório[192] sobre as melhores soluções a seguir no território francês, em geral, e na Alsácia, em particular. Desses primeiros estudos apresentados concluir-se-ia que:

> Les logements isolés sont bien préférables: chaque famille y vit seule, ou à peu prés seule. Les occasions de mal faire y sont moins fréquentes; la surveillance des jeunes gens y devient plus facile; les disputes y sont peu près inconnus; la propreté y est mieux maintenue, parce que la responsabilité de chacun y est plus directe et plus complète. C'est donc en faveur de ces logements que le comité s'est prononcé.[193]

Acrescentava-se o facto de que, se a casa fosse cómoda e a propriedade privada,

[192] ZUBER, Jean (filho) – *"Note sur les habitations d'ouvriers"*. In, *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse* .Tome XXIV, nº116. Mulhouse: Impremerie de P. Baret, 1852, p. 129.

[193] PENOT, Jean – *"Rapport du comité d'économie sociale sur la construction d'une cité ouvrière a Mulhouse"*. In, *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*. Tome XXV, nº124. Mulhouse: Impremerie P. Baret, 1853, p. 303.

produzir-se-ia um efeito favorável sobre a moral e o bem-estar da família. Sobre este relatório, logo em Junho de 1853, por iniciativa de Jean Dollfus (1800-1888), após garantia de suporte financeiro por industriais locais e da subvenção governamental, é fundada a Société Mulhousienne des Cités Ouvrières [SMCO] para empreender a construção do bairro. A constituição da sociedade teria sido o culminar de um conjunto de diligências importantes, e o seu sucesso parece indicar a existência de um plano estratégico sólido adiantando quer o modelo financeiro da sociedade e do empreendimento, quer os detalhes das habitações a construir. Tudo parece indicar que Émile Muller,[194] o arquitecto designado para liderar o processo partindo da sua experiência ao serviço da fábrica Dolffus aquando da construção de quatro habitações operárias experimentais, havia já nessa fase definido uma relação de três categorias de soluções arquitectónicas. É uma concepção da casa num patamar de abstracção tal que nos remete para uma racionalidade alimentada sobretudo pela lógica produtiva e programática da habitação, exterior à norma clássica.

Essas hipóteses foram posteriormente concretizadas num terreno de oito hectares, adquirido fronteiro à cidade antiga, parcelado segundo uma malha ortogonal fortemente hierarquizada. Iniciada a Julho de 1853, a *cité ouvriére* foi infra-estruturada com todas as *comodidades modernas* e formada a partir de três tipos de "maisons d'ouvriers au meilleur marché possible": a mais onerosa, constituída por grupos de quatro casas distintas e separadas, sob um mesmo tecto, dispostas no meio de quatro jardins; a segunda, intermédia, semelhante à primeira mas sem cave; a terceira categoria correspondente à solução mais barata, constituída por casas de correnteza, no sistema *back-to-back,* assegurando jardim frontal em cada fogo. Nasce assim a maior operação urbana exclusivamente dedicada ao alojamento operário tendo por base a habitação unifamiliar.

A influência da doutrina de Le Play na idealização da casa individual tem sido esquecida por alguma historiografia habitual. Para a compreensão de Mulhouse ela é particularmente instrutiva, nomeadamente, quando a relacionamos com o que era

[194] Ver nota biográfica sobre Émile Muller dada no subcapítulo 2.2.3.

no período considerado as boas práticas da Economia Social.

Si au contraire nous pouvons offrir à ces mêmes hommes des habitations propres et riantes; si nous donnons à chacun un petit jardin, où il trouvera au milieu des siens une occupation agréable et utile; où dans l'attente de sa modeste récolte, il saura apprécier à sa juste valeur cet instinct de la propriété que la Providence a mis en nous, n'aurons-nous pas résolu d'une manière satisfaisante, un des problèmes les plus importants de l'économie sociale? [195]

Segundo Le Play, o esforço colectivo de harmonização social e económica devia ser efectuado através da institucionalização de uma ordem orgânica tal como secularmente persistia em certas comunidades rurais de origem medieval. Sob o jogo hierárquico igreja – patrão – operário, restaura-se uma moral rural aplicada agora a comunidades urbanas com o objectivo de atingir a paz social e o progresso económico. Trata-se de uma engenharia social, gradualmente actualizada e cruzada com as preocupações dos higienistas, num movimento cada vez mais dirigido ao controle das práticas quotidianas e do espaço doméstico. Entre outros, a propriedade individual e a garantia de um património transmissível, a habitação simples individualizada, a horta como complemento lúdico e de sustento, transformaram-se em elementos materiais chave para o fortalecimento, sedentarização e perpetuação do grupo familiar e, consequentemente, para a estabilidade física e emocional do indivíduo.[196] Neste sentido, é pertinente abrir aqui um parêntese para elucidar o modelo unifamiliar privado instaurado por Le Play, cuja perenidade iremos frequentemente detectar de forma contundente até aos anos 1930. No quadro de um estudo que Pierre Bourdieu fez sobre o imobiliário na segunda metade do século XX, *"Un placement de père de famille. La maison individuelle",* em parte justifica-se o sucesso persistente do *habitat pavillonnaire* quando refere o significado individual e colectivo da aquisição permanente da casa entendido como bem patrimonial seguro, socialmente e fisicamente reconhecível.

[195] PENOT, Jean – *"Rapport du comité d'économie sociale sur la construction d'une cité ouvrière a Mulhouse"*. In*, Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*. Tome XXV, nº124. Mulhouse: Impremerie de P. Baret, 1853, p. 304

[196] Ver, por exemplo, o capítulo dedicado à casa operária no livro, LE PLAY, Frederic – *Les Ouvriers Européens*. Paris: Alfred Mame et Fils Libraires-Éditeurs, 1879, p. 320

Nesse sentido, a casa unifamiliar, em particular, veicula um projecto de reprodução biológica e social na medida em que o investimento económico efectuado perdura e valora, encontra na casa uma representação social, e concede à unidade doméstica, que é a família, a possibilidade da sua permanência no tempo.

La maison a partie liée avec la famille comme unité sociale tendant à assurer sa propre reproduction biologique (elle entre comme condition permissive dans les plans de fécondité) et aussi sa reproduction sociale (elle est un des principaux moyens par lesquels l'unité domestique assure l'accumulation et la conservation d'un certain patrimoine transmissible).[197]

Mas, no contexto da engrenagem produtiva da fábrica oitocentista, essas condições transformam-se em estratégias de reprodução da força laboral integradas em mecanismos de ajustamento, moderação e controlo do espaço social. Protestante e maçónica, a maioria do patronato industrial de Mulhouse que subsidiou a construção da *cité ouvrière* fê-lo nessa perspectiva de racionalização produtiva e social sob influência directa do social cristianismo de Le Play.

Assim, em Junho de 1853, por iniciativa de Jean Dollfus (1800-1888), após garantia de suporte financeiro de industriais locais e de uma subvenção governamental, é fundada a Société Mulhousienne des Cités Ouvrières com o intuito de implementar a construção de bairros operários. A constituição da sociedade foi o rápido culminar de diligências astuciosas e o seu sucesso parece indicar a existência de um plano estratégico sólido que integraria, desde logo, um modelo financeiro de gestão e os detalhes sobre as habitações a construir. O arquitecto Émile Muller, atento leitor dos textos sociais-cristãos[198] e fiel depositário do pensamento carismático de Jean Dolffus, foi o projectista designado para liderar o processo.

---

[197] BOURDIEU, Pierre (e outros) – *Un placement de père de famille. La maison individuelle*. Vol. 81-82. Paris: Actes de la recherche en sciences sociales, 1990, p. 6

[198] HAHN, Jean-Claude, dir. – *Nouveau dictionnaire de biographie alsacienne*. Strasbourg: Fédération des sociétés d'histoire et d'Archéologie d'Alsace, 1982, p. 2755

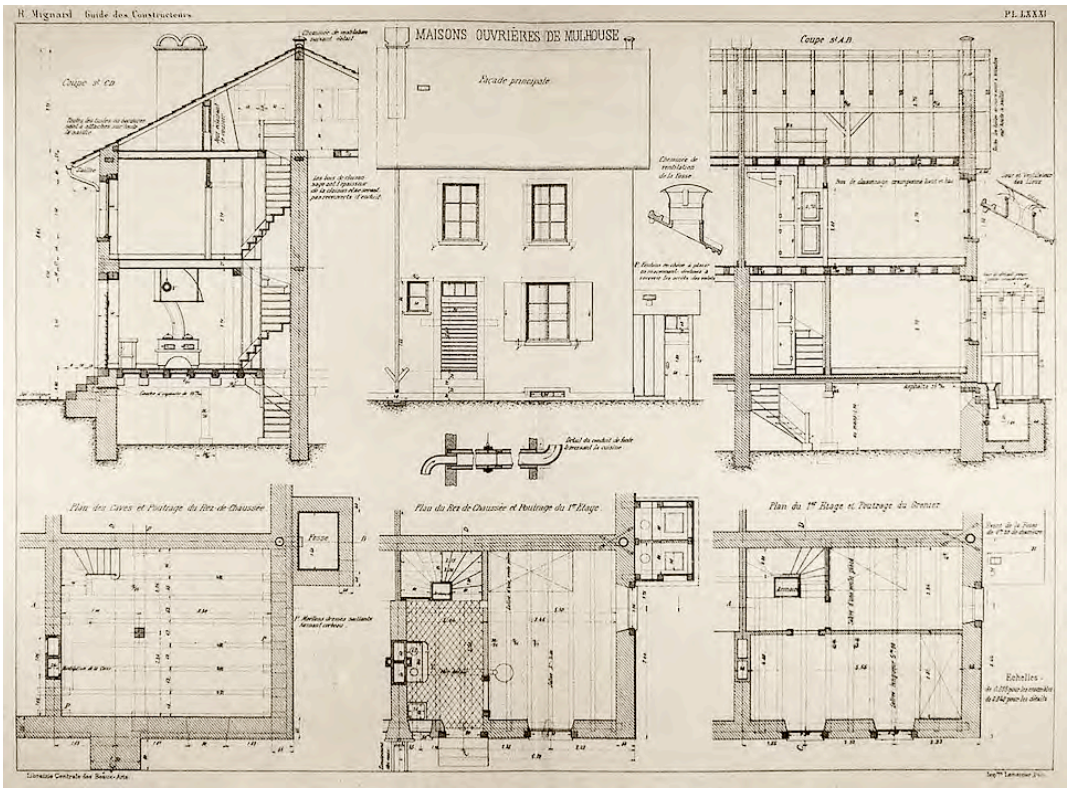


Fig. 19: Litografia do *carré mulhousienne*. Émille Muller, 1853. [AMM]

As hipóteses que se concretizaram no terreno de oito hectares, que a sociedade havia adquirido fronteiro à cidade antiga, fundamentavam-se numa experiência prévia de quatro habitações desenvolvidas por Muller ao serviço da fábrica Dollfus. Foi nessa fase antecessora que foram discutidas e validadas as soluções. Assim, em Julho de 1853 iniciaram-se os trabalhos de construção do bairro dispondo sobre uma malha ortogonal fortemente hierarquizada de três tipos de "maisons d'ouvriers au meilleur marché possible": a mais onerosa, constituída por grupos isolados de quatro casas de planta quadrangular; uma segunda, intermédia, semelhante à primeira mas sem cave; e a mais barata, constituída pelo sistema mais vulgar de casas em banda *back-to-back,* assegurando sempre jardim frontal em cada fogo. Na proposta, Émile Muller reavalia o programa do alojamento operário à luz da casa simples *pavilhonar* e das formas construtivas populares nativas. Principalmente, o celebrado *carré mulhousienne* resulta de uma inventiva sobre os processos de aglutinação e seriação do edificado que, no caso, dissimula os quatro fogos relacionados recriando em certa medida a escala urbana dos bairros residenciais burgueses.

Se a exposição londrina havia exposto possibilidades de resolução do problema do alojamento operário através do projecto de Henry Roberts, o modelo de Mulhouse daí derivado será, por sua vez, consagrado na *Exposição Universal de Paris*, em 1889. Para além da mediatização construída à volta das novidades industriais e tecnológicas - que enalteciam o século do vapor, do caminho de ferro e da electricidade - a feira comemorativa dos 100 anos da tomada da Bastilha abrigou alguns acontecimentos importantes na denúncia pública das condições materiais e morais dos trabalhadores e das possíveis formas da sua resolução.[199] À frente desse desígnio encontrava-se um conjunto de personalidades da elite republicana francesa de formação e interesses diversos (economistas, engenheiros, industriais, filantropos, políticos, médicos e arquitectos) reunido à volta do Grupo de Economia

[199] A propósito da *Exposição Universal*, sublinha-se que nesse ano realizou-se em Paris o *Congresso Internacional dos Trabalhadores* que haveria de ficar ligado à fundação da *Segunda Internacional* e à instauração do *Primeiro de Maio* como dia do trabalhador.

Social da exposição. Por via da influência cultural e política que a França detinha, algumas dessas figuras ficarão permanentemente ligadas à história da renovação urbana e ao nascimento da *habitação social* na Europa finissecular. Referimos alguns exemplos como Émile Cheysson (1836-1910), Jules Siegfried (1837-1922) ou Georges Picot (1838-1909). O primeiro era engenheiro politécnico, industrial no prestigioso pólo industrial de Creusot e havia organizado com o seu mentor Le Play a *Exposição Universal de Paris* de 1867; escreveu, em 1886, *La Question des Habitations Ouvrières en France et à l'Étranger* e foi responsável pelos programas dos primeiros concursos públicos de arquitectura para bairros de casas baratas em Paris. O segundo, influente político, foi o primeiro presidente da Société Française d'Habitation à Bon Marché [SFHBM] e fundador, com Cheysson, do Museu Social;[200] dedicou-se sobretudo às questões da higiene das populações urbanas e rurais sendo posteriormente reconhecido como o pai da lei que, a partir de 1894, regulamentará e promoverá em França as HBM.[201] O último, Georges Picot, juiz e historiador, foi secretário da Academia das Ciências Sociais e Políticas e, com Jules Siegfried, fundador da SFHBM, havia escrito em 1885, *Un devoir Social et les logements d'ouvriers*.

É transversal a estas três personagens o conhecimento profundo que detinham da actividade da SMCO, especialmente, Jules Siegfried, nascido em Mulhouse e lá exercido influente actividade industrial. Isto deve ter pesado na atribuição do *Gran Prix* da décima primeira secção da feira à memória de Jean Dollfus e aos bairros que sob a sua responsabilidade haviam sido construídos de forma exemplar em Mulhouse. As mesmas razões devem ter influenciado a proposta de medalha de ouro para Émile Muller, desaparecido nesse ano, a quem apelidavam de "eminente arquitecto de casas baratas e higiénicas". Estas contingências não deixam de ser

[200] *Musée Social* - instituição parisiense fundada em 1894 para preservar os documentos expostos no Pavilhão de Economia Social da Exposição Universal de 1867 da responsabilidade de Frédéric Le Play. No decorrer dos anos o Museu Social transformou-se num importante centro de pesquisa sobre as questões sociais ligadas ao mundo do trabalho agrícola e industrial e, por essa via, foi responsável em França pela discussão e introdução das primeiras leis ligadas à regulamentação urbanística e habitacional, nomeadamente, aquela inspirada no movimento das cidades-jardim na passagem do século.

[201] Como foi sendo referido, recorda-se que se trata do programa *Habitations à Bon Marché* cuja acção lucrará importantes níveis de realização até 1949.

reveladoras de alguma exclusividade que as soluções implementadas em Mulhouse tinham adquirido na discussão da casa económica nesses anos. Conforme é referido por Georges Picot, as várias formas de resolução do problema da habitação operária deviam ser colocadas a partir de dois paradigmas conotados, respectivamente, com a experiência londrina e a de Mulhouse:

Des efforts tentés depuis un demi-siècle ressort la division même de notre rapport. Les familles peuvent être logées dans des petites maisons isolées avec jardin ou dans de vastes bâtiments, sortes de ruches dont chaque alvéole contient un foyer.
Les deux types sont en usage : ils ne s'excluent pas, mais s'appliquent en des localités différents et à des besoins divers. Leur histoire est tout spéciale.
[…] Nous l'avons vu au début, la maison ne contenant qu'une famille, ayant auprès d'elle un champ cultivé, verger ou jardin, est la forme naturelle de l'habitation […] L'indépendance de la famille y est plus assurée; les enfants y grandissent en meilleur air, le jardin leur permet de s'ébattre. Le père, rentrant de son travail, s'intéresse à la culture; il y consacre ses loisirs.[202]

Apesar da divergência sobre os modelos a adoptar, uma vez mais, continua a dominar o da pequena casa com jardim, considerada a forma natural da habitação humana. Por oposição, a *grande casa* de apartamentos era um modelo artificioso que importava aperfeiçoar utilizando-o apenas nos locais onde, em último caso, os factores económicos o exigissem. Isso é explicitado na resolução dezoito do *Congrés International des Habitations à Bon Marché,*[203] realizado no contexto da exposição, onde se clarifica que, quando financeiramente possível e no interesse do operário e da sua família, as habitações separadas seriam sempre preferidas. Este aconselhamento também se fará sentir em Portugal sendo citado, por exemplo, pelo editor de *A Construção Moderna*, Mello de Matos, que referencia textualmente os diferentes artigos aprovados.
Obviamente, a eleição era eminentemente ideológica e económica colocando o operário numa teia de interesses fundados não só na estabilidade secular das

[202]PICOT, Georges Picot – *"Habitations Ouvrières: Section XI"*. In, *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris – Rapports du Jury International*. Paris: Impremerie Nationale, 1889, p 188-189

[203] ROULLIET, Antony – *Congrés International des Habitations à Bon Marché. Compte rendu sommaire*. Paris: Imprimerie Nationale, 1889, p. 51

instituições, mas também na boa fluência do capital. A casa transforma-se num instrumento político capaz de estabelecer, através da noção protectora de *lar* e do valor patrimonial de *terra,* um compromisso entre o individual, o familiar, o comunitário e o patriótico.

Com o propósito de melhor representar o universo operário, o *Grupo de Economia Social* apresentou à exposição quinze secções temáticas. A décima primeira e a décima terceira eram dedicadas, respectivamente, à *habitação operária* e à *higiene social*, ambas inseridas no grupo IV: "*Efforts sociaux pour améliorer le sort des ouvriers par l'action morale et préventive de la constitution d'un foyer domestique et par la pratique de l'hygiène"*. Resultou daí dois eventos marcantes na definição e na promoção daquilo que eram as melhores práticas na construção da habitação operária: uma exposição temática apresentada na *Esplanada dos Inválidos*[204] e o primeiro *Congrès des Habitations Ouvrières,* também denominado *Congrés International des Habitations à Bon Marché* para nessa nova terminologia, mais genérica, se incluir outros grupos sociais carenciados para além dos operários industriais. A montagem da exposição do *Grupo de Economia Social*, numa estratégia de ganhar protagonismo relativamente a outras distracções da feira, obedeceu a uma disposição que representava uma pequena vila operária com uma das suas ruas formada por modelos reais de casas operárias. Do ponto de vista do seu exotismo e da sua espectacularidade, nada de comparável a um outro evento, a decorrer paredes meias, igualmente dedicado ao programa da habitação. Referimo-nos à exposição de cariz etnográfica e etimológica organizada por Charles Garnier (1825-1898) – *L'Histoire de l'habitation humaine*. Apesar de centrados no mesmo tema, os dois acontecimentos visavam objectivos distintos e, sobretudo, punham em confronto dois paradigmas do *modus operandi* do arquitecto. A nova

[204] No relato fornecido pela *Revue Technique de l'Exposition Universelle* concluía-se que a questão da habitação operária destacava-se do conjunto das questões sociais tratadas na feira sublinhando da exposição do grupo de *Economia Social*, quer o esforço na construção de réplicas dos melhores exemplares que alguns industriais haviam proporcionado aos seus trabalhadores, quer a proeza em reunir um conjunto de documentos dedicados ao tema expostos em diversas zonas do recinto para melhor informar o grande público.

arquitectura praticada nas *Cités Ouvriéres* contém uma lógica utilitarista e racionalista da mesma natureza da que optimiza os processos industriais. Advém de um pragmatismo científico difundido na École Nationale des Ponts et Chaussées pouco interessado na continuidade da cultura arquitectónica *classicizante*. Por sua vez, os quarenta e quatro tipos de casas que o arquitecto da Ópera de Paris selecciona para expressar a diversidade e autenticidade local da arquitectura – desde a longínqua Melanésia até aos povos escandinavos – sublinham a importância que a fonte vernacular assume no final do século. O desenho da casa é observado na sua relação com o clima e a geologia, com a paisagem e com os costumes indígenas - a tónica é colocada fora da rigidez da norma clássica *Beaux-Arts*, legitimando o trajecto do romantismo ecléctico onde a inventiva da forma sublinhará, entre outros, o pitoresco da composição assimétrica e o caldeamento dos estilos.

A casa de *planta quadrada* irá ser disseminada por territórios distintos facto que atesta da popularidade da construção *pavilhonar*, da propriedade privada e da cidade extensiva. Enquanto síntese de um conjunto de orientações e tendências programáticas fixadas nesse período, a solução foi tomada como paradigma do que se considerava serem as boas práticas na construção do alojamento operário, ou seja, como modelo ideal para formar novos bairros operários perpetuando a *casa unifamiliar* com jardim.

3.1.3. Guise, 1856: arquétipo do alojamento colectivo associativista

A fábrica oitocentista, enquanto produto paradigmático da industrialização, dá particular visibilidade ao estádio técnico, económico, social e político da sociedade pós-iluminista. Espaço de elaboração, convergência e difusão das lutas e das esperanças de uma classe operária depauperada, a fábrica também foi o lugar da transição da ruralidade para o urbano. No que diz respeito às alterações dos sistemas de produção, a passagem da sociedade rural para a industrial,[205] significou a transferência do trabalho manual para o mecanizado.

É sobre o complexo fabril que se geraram os modelos urbanos ideais mais conhecidos. Nas utopias socialistas a racionalidade dada pela produção industrial é total: cria uma hierarquia social segundo os princípios do conhecimento tecnológico; a organização funcional do espaço urbano tende para uma ordem de processos; e é a mesma forma absoluta da grande nave que cunha a escala das propostas arquitectónicas.

A "utopia da forma", a que alude Manfredo Tafuri, e que se pode ler na conhecida iconografia das cidades de Owen, Fourier ou Cabet, irá socorrer-se do tema da fábrica enquanto estrutura produtiva e social representativa da sociedade industrial. Do ponto de vista da sua forma, essas propostas opõem-se à cidade tradicional por uma urgência de racionalizar que, em última análise, conduz à constituição de verdadeiros modelos urbanos e arquitectónicos de desenho inflexível. São pensados à imagem de um homem novo indiferente às circunstâncias do tempo e

[205] No contexto da fábrica, a 'quinta' desempenhará um papel importante de continuidade, por duas razões: a primeira actividade a ser industrializada será a têxtil e acontecerá ainda dentro da estrutura agrícola; a organização do trabalho e da produção segundo métodos científicos, ainda que de forma empírica, já está presente no ritual e na hierarquização funcional da velha 'quinta'. Apesar do forte condicionamento imposto pela topografia e pelo tipo de produção, a evolução da fábrica para autênticas cidades de produção, parte dessa matriz rural. A modelação da forma que agrega no mesmo espaço o operário, a máquina, a fonte de energia, a matéria-prima é assim determinada pela natureza da velha quinta. Numa primeira fase, as imagens ambíguas que misturam o bucólico com o industrial escondem a mutação do 'senhor feudal' em 'patrão' industrial. A passagem da ruralidade para a urbanidade - do sistema feudal para o sistema capitalista – enraíza o operariado numa cultura de vassalagem (aliás, enquanto as conquistas obtidas no trabalho industrial projectarão a classe operária para outro patamar de igualdade no espaço social, as regalias sociais do campesinato permanecerão durante longo período inertes). É a partir desse ponto que a luta da classe operária por uma estrutura social igualitária, que tenta nivelar o 'operário' pelo 'industrial' transformando a 'fábrica' no 'palácio', se vai desenvolver.

do lugar, subordinados a uma ordem social e económica legitimada por uma ideia suprema de igualdade e fraternidade entre todos os cidadãos. É neste quadro que serão resgatadas da tirania da industrialização, as condições ideias de habitação, de higiene mental e física, de rendimento produtivo pleno e merecido ócio. Formas rígidas, regulares e simétricas, organizadas segundo um zonamento regido pela separação funcional do trabalho, do habitar, da cultura e do ócio estabeleceram um ideário transversal às denominadas *cidades utópicas socialistas*. É uma estética fundada numa geometria controladora imposta por uma nova ordem técnica e social. Na historiografia corrente são estas experiências que abrem a discussão sobre o problema oitocentista da habitação operária.

A nova ordem de Fourier assentava no princípio que a felicidade do homem era atingida através do seu reconhecimento funcional e enraizamento num espaço social coeso. A ordem associativa cumpria esse desígnio e, ligando o capital ao trabalho, propiciava, na base da justiça e da liberdade, a substituição do arbítrio do salário por um direito efectivo sobre o património da *associação*. A cidade proposta por Fourier era concêntrica com o seu núcleo ocupado pelas actividades comercial e administrativa. Ao redor deste centro desenvolvia-se um primeiro anel com indústria ao qual se sucediam zonas agrícolas. Sobre esta organização funcional e espacial fundar-se-ia uma sociedade regida pelo direito à propriedade directamente proporcional à importância do ofício desempenhado pelos cidadãos. A acumulação de riqueza obtida pelos excedentes de produção e pelos trabalhos realizados fora da comunidade conduziria a um enriquecimento material vocacionado para impulsionar a construção em rede de outros *falanstérios*.

Desprezando a moral *fouriense*, Godin irá sublinhar alguns aspectos da doutrina económico-social, dos quais destaca a estrutura da produção e a aplicação e repartição da riqueza no contexto do modelo associativo.

Fourier démontre que l'Association du Capital, du Travail et du Talent est susceptible de résultats d'autant plus saisissants qu'elle embrasse plus d'éléments de la vie sociale. Toutes les valeurs qui composent les fonds de l'association: terres, habitations, firmes, fabriques, ateliers, machines et outils sont convertis en actions, et ces actions sont les nouveaux titres de propriété. Les anciens propriétaires du sol et des maisons, les chefs d'industrie, les patrons, les artisans, les ouvriers, les cultivateurs, les commerçants, etc., changent de titres et de qualités; ils deviennent actionnaires et sociétaires.[…] Elle offre toutes les sécurités désirables aux capitaux, puisque l'avoir de tous répond de l'avoir de chacun, et la richesse immobilière est convertie en actions; chacun peut vendre ses titres, en user comme il l'entend; mais il ne dispose plus arbitrairement ni du sol, ni des bâtiments, ni des ateliers, ni des instruments de travail. Tout immeuble fait partie du domaine sociétaire; l'individu ne dispose que de ses valeurs mobilières.[206]

A ideia de uma sociedade *comunista* não será seguida por Godin no *familistério* construído na cidade francesa de Guise. A alteração etimológica do sentido militarista de *falange* para o de *família* será um primeiro sinal do desinteresse pela ortodoxia social transportada no *falanstério* e pelo seu papel revolucionário. O *socialismo* que Godin formula não pressupõe um movimento agitador, antes, pequenas transformações que deviam ser avaliadas e ajustadas mantendo a tranquilidade e a paz que o furor partidário impedia. A *Associação* de Guise, agregando todos os operários em gestão paritária e democrática, não só permitiu criar uma nova justiça distributiva, equilibrando o conflito entre o trabalho e o capital, como conduziu à criação de cooperativas para o acesso a bens essenciais e garantia de protecção social.[207] A estrutura social assentava no valor da família ainda que a individualidade do seu espaço doméstico estivesse obrigado a uma engrenagem de compromissos fundados na ideia de colectividade. Apesar de ter garantido a intimidade do domicílio, o habitante desta pequena cidade, quando se desloca fora da sua célula, através do pátio e das galerias de acesso, submete-se a trajectórias calculadas que funcionavam como instrumento de sociabilização e controle. Pode-se dizer que Godin instala através de uma arquitectura

206 GODIN, Jean Baptiste – *Solutions Sociales*. Bruxelles: Le Chevallier Éditeur, 1871, p.80.

207 Outro aspecto sensível às preocupações de Godin corrsespondeu à emancipação da mulher. Nesse sentido a 'unidade de habitação' de Guise, pelos serviços comunitários que prestava, transformou-se numa oportunidade de emprego quer no âmbito das funções educativas como também nas domésticas associadas à manutenção dos espaços comuns.

eminentemente de percursos uma tensão espacial permanente para inibir tendências de isolamento. Entre o individual e o comunitário, a revisão tipológica do alojamento operário derivou da ideia de *rua-galeria* transposta directamente do *falanstério* de Fourier. Mas, também, se reconhece nessa matriz a mesma estrutura de espaços dos pátios monásticos de Cartuxa. À disposição das células, dos deambulatórios e dos claustros, sobrepõe-se uma linguagem *palaciana* francesa de eixos marcantes e fachadas simétricas erguidas em tijolo maciço aparente.

A construção ocorreu entre 1859 e 1883 em Guise, local para onde Godin havia transferido todo o seu negócio metalúrgico dedicado a fogões e aquecedores de ferro fundido. A velocidade da edificação das várias fases que compunham o projecto acompanhou o sucesso financeiro da empresa. O terreno de dezoito hectares onde o *palácio* se implanta localiza-se na bacia fértil do rio l'Oise contíguo ao núcleo pré-existente. O complexo comportava a fábrica metalúrgica, os três edifícios de habitação colectiva e uma série de equipamentos complementares: teatro, infantário e balneários. À margem dos edifícios de habitação estendia-se uma vasta área verde que compreendia duas zonas distintas localizadas nas margens fluviais: a das hortas e a de lazer, constituída por alamedas, praças e jardins. Os três paralelogramos monumentais indicados no plano geral definiam a parte dedicada ao alojamento do operariado. Eram blocos dispostos axialmente formando uma praça aberta para a rua principal tendo como contraponto o edifício do teatro e das escolas, ao centro, e a padaria e a cantina, nas alas.

Godin dispôs sobre uma geometria rígida assente no cruzamento de dois eixos ortogonais o programa que apoiaria a vida cultural e doméstica dos operários. A fábrica, apesar de excluída desta lógica integradora, contextualiza-a num duplo sentido: predomina na paisagem originando um dos eixos referidos e foi o motor do magnânimo empreendimento. A sustentabilidade económica da actividade industrial dependia de trabalhadores motivados e saudáveis. Apoiado numa cumplicidade entre habitar e produzir e numa normalização de comportamentos oficializados, desde logo, num manual de utilização, este microcosmo haveria de

sobreviver mais de um século.

No capítulo "*Détails de Construction de La Richesse au Service du Peuple",* do livro *Solutions Sociales,* descreve-se minuciosamente o *familistério*. Tecnicamente, a parte das habitações foi minuciosamente desenvolvida para garantir que a vida comunitária e familiar acontecesse dentro de níveis de conforto, à época, invulgares. Particularmente, foram introduzidas diversas inovações no que se refere quer aos dispositivos espaciais ligados à flexibilidade da célula habitacional quer em relação às redes e instalações de apoio às tarefas quotidianas. A exploração de uma unidade habitacional mínima concretizou-se na agregação de dois compartimentos nucleares (quarto ou sala) e um quarto de vestir, complementados por uma arrecadação refrigerada localizada na cave. Perseguindo um sistema adaptativo, os fogos podiam ser aglutinados entre si a partir de um átrio comum resultando em células maiores e, assim, acompanhar o crescimento natural das famílias. Esta possibilidade era facilitada porque as funções dedicadas à higiene pessoal eram destacadas, repetidas em todos os pisos.

No contexto do conforto doméstico observa-se a aplicação de uma inventiva técnica colocada ao dispor do progresso social. O alojamento passa a conter dispositivos e equipamentos que permitiam esbater a disparidade de qualidade entre a habitação do operário e do patrão. A introdução de ventilação, aquecimento e luz artificial nos compartimentos, a existência de um sistema de recolha de lixo colectivo e de uma rede de saneamento, a disponibilidade de água quente nos balneários e na piscina, fazem parte de um programa higienista unicamente comparável ao implementado de forma corrente no século XX.

Ce n'est pas un modèle que je veux offrir à l'imitation dos hommes, c'est plutôt un exposé des règles à observer dans l'édification de l'habitation sociale pour arriver à constituer le bien-être au profit de tous, et donner aux plus pauvres familles les équivalents de la richesse.[208]

Quando nos anos de 1880 se finaliza a construção do terceiro edifício, o *familistério*

[208] GODIN, Jean Baptiste – *La Richesse au Service du Peuple*. Bruxelles: Le Chevallier Éditeur, 1874, p. 21

passou a integrar uma rede interior de circuitos pontuados pelos três pátios cobertos que se predisponham à realização de diversas actividades lúdicas. Autênticos condensadores sociais, esses espaços de convergência e de centralidade representavam a vida comunitária e associativa perseguida por Godin.

Em 1901, uma testemunha ocular deixou na ecléctica *Serões, "revista mensal ilustrada,* a sua impressão do empreendimento de Guise. Num artigo anónimo, exclusivamente dedicado ao *familistério*, comparava-se a sua arquitectura a um grande quartel semelhante "às construções monótonas dos conventos e dos grandes prédios portugueses".[209] O retrato introduz-nos ainda nos seus espaços e ambiente quotidiano:

> Por detrás de um *store* de verga corrido há vozes frescas de mulher; ouve-se uma gargalhada argentina a repercutir o contentamento íntimo, um trecho de canção popular ilustrando sem dúvida o trabalho caseiro. Atravessa-se o edifício central por uma abóbada que vai do largo portal a um vasto pátio com cobertura de vidro, colocada na altura do telhado. Em cada andar uma varanda corrida em volta do grande *hall*, e para a qual se abrem as portas brancas das moradias. Aquele era o centro do imenso cortiço; três edifícios, três outros pátios interiores, como este, reúnem perto de 500 moradas onde se abrigam cerca de 1.600 pessoas. Eis aí a habitação unitária.[210]

O autor havia visitado essas vastas construções de tijolo acompanhado por um delegado da administração do empreendimento não resistindo a participar-lhe, "atenuando-a quanto possível, a impressão penosa que sofrera, a lembrança de uma penitenciária".[211] Em resposta, o guia socorre-se da falta de condições de ar e luz na cidade; pelo contrário, ali "está-se em pleno campo; as janelas dos edifícios devassam um panorama esplêndido. Por 5 francos por mês aluga-se um grande quarto; por 10 francos dois e assim por diante. Cada um está em sua casa, perfeitamente independente, e com todas as comodidades da vida aqui mesmo". Conhecedor da obra literária de Godin, o *visitante-escritor* acentua que o *Palácio*

---

209 *Serões – revista mensal illustrada.* Vol. I, nº 3, Maio e Junho de 1901, p. 133

210 Idem, p. 134

211 Ibidem



Fig. 20: Familistério de Guise. Jean Baptiste Godin, 1859. [*Serões – revista mensal illustrada*. Vol. I, nº 3, Maio e Junho de 1901]

Social decorre do compromisso social de estabilizar a unidade familiar pela qualidade da habitação: "transformar a existência do operário, resumindo todos os elementos de higiene e conforto, concentrando todas as coisas de uso geral, acessíveis a todos". [212]

Em 1876, Costa Goodolphim (1842-1910) dedicou exclusivamente os capítulos XIV e XV, da obra *A Associação,* a Guise: *"Sociedade Edificadoras – Godin"* e "*Familistério de Guisa"*. O autor havia representado as associações portuguesas em encontros internacionais, nomeadamente, nos congressos ligados às instituições de previdência ocorridos em Paris, chegando a ser nomeado por Léon Say (1826-1896)[213] vice-presidente no de 1889. Goodolphim utiliza o edifício de Godin como materialização maior do associativismo societário, enunciação de uma reforma arquitectónica da habitação a qual originará "a habitação unitária e científica, a arquitectura do porvir".[214] Nesse sentido, a arquitectura do espaço doméstico devia integrar a racionalidade do processo industrial e decorria da orgânica do sistema cooperativo enquanto fórmula de agregação de interesses colectivos. A forma arquitectónica proposta no *familistério* é duplamente olhada como indutora e contentora de um processo de transformação social dirigido ao equilíbrio de valores historicamente antagónicos e, assim, relevante no processo de emancipação social.

Quando a fábrica e a oficina tomarem tais dimensões; quando tudo se engrandeça e aperfeiçoe, não devemos esperar que a arquitectura doméstica não ficará estacionária e que a habitação será para todos, ricos, remediados e pobres, salubre, cómoda e agradável, que contribuirá para a moralização e bem-estar, à fusão de todas as classes pela elevação dos pobres, criando ao mesmo tempo, por ela e com ela, um novo elemento de riqueza, no qual o capital encontrará emprego útil e proveitoso.

---

[212] Ibidem

[213] O economista Léon Say lutou contra as políticas do Barão Haussmann ao qual sucederia na prefeitura da região do Sena. Foi ainda administrador da *Compagnie des chemins de fer du Nord*, conhecida por promover as *cités-jardins* no início do século XX anteriormente mencionadas.

[214] GOODOLPHIM, Costa – *A Associação*. Lisboa: Seara Nova, 1974 [1876], p. 90

É necessário que, em lugar de permanecer no domínio das mesquinhas concepções da acção individual, a habitação humana, por meio da associação, se eleve às grandes concepções colectivas da nossa época.[215]

Em Portugal, a referência a Guise foi panfletária, aplicada vulgarmente para ridicularizar os extremismos socialistas ou para exacerbar a prática cooperativa.

[...] Se o falanstério não se pode por enquanto realizar em Portugal, com referência às classes industriais, fácil será, contudo, levá-lo a cabo na formação de colónias agrícolas. Nas cidades, vantajosamente recíprocos podem ser os edifícios construídos para os operários ou classes pobres. O capitalista, edificando estas casas, lucra mais e a classe fica-lhe eternamente grata. Um exemplo vem já comprovar o que dizemos. Há tempos, vimos anunciado nos jornais o aluguer de casas baratas, uma espécie de falanstério. Movidos pelo interesse que tomamos nestas questões sociais, fomos visitar esse estabelecimento. É um palácio situado na Estrada da Penha de França.[216]

Augusto Fuschini, um "socialista colectivista"[217] e um dos primeiros intelectuais a escrever sobre a questão do alojamento operário em Portugal, em 1885, abria a discussão parlamentar sobre o assunto citando: "todas as instituições sociais devem ter por fim o aperfeiçoamento moral, intelectual e físico da classe mais numerosa e mais pobre".[218]

Se o *familistério* de Guise teve alguns ecos em Portugal, isso deveu-se a uma necessidade de ilustrar o moderno socialismo como corrente reformista capaz de operar sobre a realidade da *questão social*. Em 1937, alguma crítica contra a construção do conjunto de habitação colectiva que a Câmara Municipal do Porto se propunha erguer na Rua Duque de Saldanha, utilizou comparações inapropriadas a Guise como estratagema para colar a política municipal às vanguardas socialistas europeias e a cunhar com o pejorativo de revolucionária.

Ainda que utilizado como figura de retórica no jogo político, o sucesso do

---

[215] Idem, p. 89

[216] Idem, p. 75

Talvez se trate da *Vila Sousa* referida, por exemplo, no conhecido estudo de Nuno Portas, "Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal"

[217] RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação*. In, MATOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Volume 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 187

[218] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão nº 80 de 17 de Maio de 1884

familistério serviu para dinamizar o debate sobre o papel das associações cooperativas e mutualistas na resolução do problema da habitação, independentemente, da tipologia habitacional escolhida.

3.2. Contributos para uma leitura nacional sob o signo do *higienismo* e da *economia social*

Tendo como objectivo comum a reforma da cidade industrial, assiste-se à estabilização de um conjunto de medidas de ordem social e sanitária que atendem, de um lado, ao crescente poder organizativo do proletariado urbano lutando por melhores condições de vida, do outro, à incisiva denúncia efectuada por higienistas da situação sanitária calamitosa e insustentável dos maiores aglomerados. Deslocando-se das utopias sociais setecentistas, o tema da habitação operária será colocado no interior das operações de regeneração da cidade tradicional fundamentado pelas novas ciências da Higiene e da Economia Social. A preocupação higienista interessou-se sobre o controlo sanitário total da cidade; a questão social e económica deteve-se, entre outros, sobre a resolução política do alojamento operário.

Em Portugal, ao se considerar a resolução do problema do alojamento insalubre entre a questão da *higiene* e a *questão social*, é primordial perceber que a dinâmica sanitária induziu transformações que a reivindicação política, acudindo a diversas frentes de luta das classes trabalhadoras, não alcançou. Contudo, certa agitação social teve o mérito de alargar o debate a outros sectores da sociedade e alimentar algumas propostas legislativas. Foi nesse jogo que se estabeleceram as novas soluções da habitação popular balizadas entre o modelo da casa independente para uma família e os blocos de células concentradas e acessos comuns.

De qualquer forma, os dois modos de acção marcam o nascimento de novas propostas fazendo combinar nelas a tendência para a *cientifizaçã*o dos processos ligados à renovação do *habitat* e as dinâmicas de progresso social integrando-as, porventura, num dado projecto de sociedade. Do ponto de vista disciplinar da Arquitectura, essas feições de abordar o problema da habitação para as classes pobres permitem traçar uma *big picture* sobre a heterogeneidade de interesses que influenciavam a forma da casa simples, em geral, e da casa operária, em particular, nas primeiras décadas de 1900.

3.2.1. O *francesismo* português

Os recursos internacionais de maior presença neste trabalho são de origem francesa. A análise de contexto ancorada na situação francesa fundamenta-se em duas razões. A primeira decorre da evidência da França ter desempenhado, na época, o papel simultâneo de condensador e difusor das práticas mais significativas no quadro das relações de poder entre as diversas doutrinas político-sociais emergentes e os interesses económicos da burguesia industrial. Isto num contexto ideológico de transformação histórica ligado à emancipação das classes trabalhadoras pela sua elegibilidade política e consequente melhoria das suas condições materiais, laborais e previdentes. O segundo motivo relaciona-se com o facto das soluções aí experimentadas terem sido tomadas como momentos de referência na discussão internacional sobre o problema do alojamento e, no caso português, foram as que mais vezes ecoaram no meio político e cultural, sobretudo nas elites intelectuais socialistas ligadas à *geração de 70*. Resumidamente, existia um "francesismo português" – termo que Eça de Queiroz usou para criticar a veneração que em Portugal havia de tudo quanto proviesse de França.

> Sobre as mesas, só havia livros franceses; nas cabeças só rumorejavam ideias francesas; e o cavaco, entre a fumaraça, tomava invariavelmente o picante gosto francês. O que se lia? Só a França. Toda a França – desde Mery a Proudhon e desde Musset a Littré. Em todo o tempo que vagueei pelas margens do Mondego, creio que não abri um livro português [...]. Esta geração cresceu, entrou na política, nos negócios, nas letras, e por toda a parte levou o seu francesismo de educação, espalhou-o nos livros, nas leis, nas indústrias, nos costumes, e tornou este velho Portugal de D. João VI uma cópia da França, malfeita e grosseira.[219]

Antes de se fixar em Paris em 1888, desde 1874 que Eça exercia o cargo de cônsul em Inglaterra, o outro pólo importante no debate sobre o problema do alojamento operário. Apesar da forte implantação no norte de Portugal, a aculturação inglesa ao resto do país foi, por certo, dificultada pelo domínio do protestantismo, pelo seu conservadorismo político, pela memória recente do *Últimatum* e, ainda, pela

[219] QUEIROZ, Eça de – *"O Francesismo"*. In, *Cartas e Outros Escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, p. 331

demora da viagem entre Londres e Lisboa. Ao invés, a partir de 1887 o *Sud-Express* ligava a capital a Paris através de Madrid aproximando sem precedentes os dois pontos geográficos. Isso reforçava a empatia católica, a sedução política e permitia o contacto com o maior centro cosmopolita e intelectual da época; segundo Walter Benjamin, a capital do século XIX. Portanto, apesar do sarcasmo *queirosiano*, a referência francesa foi marcante e, no caso dos arquitectos e engenheiros, teve uma influência estruturante. A maioria desses técnicos, se não se formou na École Nationale Supérieure des Beaux-Arts ou na École Nationale des Ponts et Chaussées, contactou de perto com o conhecimento aí dinamizado.

À medida que o tema do alojamento da população indigente foi adquirindo interesse nos discursos parlamentares ou nas edições de revistas especializadas, observa-se que a argumentação é sistematicamente remetida para acontecimentos históricos franceses que representariam as melhores práticas. Os grandes pensadores franceses eram assiduamente citados quando se discutia a *questão social* acentuando a clivagem que existia na sociedade portuguesa entre reformistas e revolucionários na luta comum contra o liberalismo desenfreado. Por exemplo, em 1895, Oliveira Martins (1845-1894) interroga-se sobre o ideal socialista utópico:

Fourier, Saint-Simon, Owen, Cabet: capitalistas ou socialistas? As duas coisas ao mesmo tempo. Era o socialismo pelo capital: também na política era a liberdade pela riqueza.[220]

A especial atenção dada à literatura filosófica e política proveniente de França está também presente na critica que Oliveira Martins faz à relação que as novas gerações da década de 70 estabeleceram com a corrente socialista.

Os moços chegaram a ensaiar falanstérios. A classe dos engenheiros, nova em Portugal, com a sua educação matemática, seguia os exemplos dos discípulos da escola politécnica de Paris. Comungavam num sansimonismo, mais ou menos acentuado, Carlos Ribeiro e Rolla, Garcia, Betttamio, Delgado, e Brandão, autor da Economia social

[220] MARTINS, J. P. Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. Tomo II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1895 [1881] , p. 365

(8º, 1857) com epígrafe: *Unicuique secundum opera ejus*. Fourier aparecia como um precursor, Proudhon como um apóstolo. [221]

À questão política ancoravam-se outras leituras que ao citarem as cidades francesas ganhavam escala. É o caso do médico Ricardo Jorge que, a propósito dos malefícios da aglomeração urbana extrema, cita o Marquês de Mirabeau, economista e filósofo que no seu derradeiro estudo de 1763, "*Philosophie rurale ou économie générale et politique de l'agriculture, réduite à l'ordre immuable des lois physiques et morales qui assurent la prospérité des empires*", considera as relações impossíveis entre o mundo rural e a grande cidade.

O célebre Mirabeau, atentando no engrandecimento progressivo de Paris, propunha muito sinceramente a conversão dos citadinos em rurais, drenando a cidade dos seus excessos por uma emigração inversa, por colónias de parisienses que iriam vivificar as províncias. Utopias generosas que o sociologista, tomado do determinismo que rege os fenómenos da vida colectiva, varreu há muito do espírito.[222]

Mas o *francesismo* é recorrente noutras áreas. No caso da arquitectura é sintomático o facto das principais revistas nacionais serem editadas à imagem das francesas e transcreverem recorrentemente notícias previamente publicadas em francês. Por exemplo, *A Contrução Moderna* evoca a sua congénere *Bâtiment* como correspondente oficial em Paris, pese o facto de aí ser editada desde a segunda metade do século XIX até 1914 uma das publicações especializadas mais consagradas na cultura arquitectónica: *La Construction Moderne*. Nas bibliotecas privadas dos escritórios de arquitectura dominava essa vasta bibliografia.

Por outro lado, a formação académica dos arquitectos portugueses estava intimamente ligada às *Beaux–Arts* parisiense com o tirocínio a ser realizado sobre a alçada dos mestres franceses. Para além do contágio de linguagens arquitectónicas próprias, também resultou daí uma imigração das técnicas construtivas de maior difusão na Europa cujo exemplo maior se encontra na patente para Portugal do

221 Idem, p. 382

222 JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentada à commissão municipal de saneamento*. Porto: Typographia de Antonio Teixeira, 1888, p. 7

sistema de pórtico em betão armado de Hennebique, logo em 1896, quatro anos após o registo original.

3.2.2. A formulação *higiénica*

A *Cidade do Sol*,[223] utopia socialista tardia do português Sarmento Beires, ocuparia "cerca de dois mil hectares, na base da serra alcantilada e erma" depois de atravessadas as searas. As suas avenidas ortogonais rasgariam a mancha florestal e nesse "verde-escuro do arvoredo" se implantariam casas em forma de pequenos templos. [224] Durante o século XIX, a predilecção por cenários pastorais para enquadrar novos assentamentos fundava-se num descrédito sobre a capacidade de regeneração social e espacial da cidade histórica. As formas propostas eram consequência de modelos teóricos para organizações sociais idealistas (no caso citado, esotéricas) impossíveis de instalar nas estruturas urbanas existentes.

No entanto, não se pode omitir do fenómeno eminentemente político a reacção à insustentabilidade sanitária da maioria dos aglomerados pela afirmação do campo enquanto lugar de pureza ambiental e generoso quanto à disponibilidade de água para alimentar redes de abastecimento ou produção de energia. Num processo de agravamento contínuo e irreversível, as imundícies, as águas estagnadas, a podridão e as consequentes epidemias instauraram um ambiente de contágio só potencialmente solucionado com o abandono dos lugares. Em 1832, Paris registava sensivelmente 1.500 mortos por dia, indivíduos maioritariamente das classes pobres: "massa operária cada vez mais amontoada, percebida, ao mesmo tempo, como inquietante e instável, população mal circunscrita, sobrecarregando os quartos e alojamentos de miséria". [225] À época, não se conhecia claramente o mal que originava essa mortalidade. Num primeiro momento, a crise sanitária foi

223 BEIRES, José Manuel Sarmento – *A Cidade do Sol*. Porto: Edições Afrontamento, 2011 [1926]

224 Idem, p.79

225 VIGARELLO, Georges – *"Le travail de l'espace et des corps"*. In, *Revue Traverses*, nº 32. Paris: Centre Pompidou, 1984, p. 49-57

simultaneamente cultural, política e social, criando-se alguma ambiguidade no seio dos estratos populares entre o que era doença, miséria e crime. Conforme esclarece Georges Vigarello, misturava-se o imaginário e o real, o físico e o social.

Foi sobre esta base de irracionalidade que a ciência médica se insinuou na rede de relações de poder que protelavam projectos de reformas da cidade. As preocupações associadas à lassidão das populações e à insalubridade dos lugares foram assumidas a partir da questão unificadora da *saúde pública* dinamizada pela medicina estabelecendo gradualmente uma legitimidade social de repercussões particulares na ordenação da cidade e na determinação do espaço doméstico. Foi neste quadro que a Higiene adquiriu protagonismo ao se afirmar como disciplina operativa a partir dos avanços científicos e metodológicos ligados à Microbiologia e à Bacteriologia.

Uma das ramificações do desenvolvimento da prática médica, aquela que Foucault denomina *medicina social,* é de génese francesa e ocorreu entre nós já durante o século XIX. A noção dela extraída - a *medicina urbana* - de finais de Setecentos, distingue-se da anterior *medicina de estado* prussiana e, também, da *medicina da força do trabalho* do século XIX inglês.[226] Esta síntese elaborada em 1974 por Michel Foucault permite associar estas fases da *medicina social* à Higiene nos seus diversos interesses e formas de actuação.

A primeira lei de salubridade pública em França data de 1850, dois anos depois de se terem criado os Conselhos de Higiene e Salubridade. Apesar de anterior, a inglesa atinge a sua maturidade em 1875 com a publicação do *Public Health Act.* Estes mecanismos de controlo urbano, criados a partir do conhecimento médico, permitiram tornar operacional organismos unificados de gestão da cidade que através de um policiamento sanitário instalavam pequenos medos inibidores das condutas exteriores à norma. À medida que o conjunto das medidas se foi convertendo num programa de valores, ou seja quando da Higiene se emancipa o *higienismo*, passou a existir um quadro referencial racional, positivista e científico, para aferição dos hábitos indecorosos ou dos espaços insalubres. O prestígio social

[226] FOUCAULT, Michel – *Dits et écrits III, 1976-1979*. Paris: Gallimard, 1994, pp. 210-215

e político conquistado fundamentou-se nos êxitos duradouros garantidos pela aplicação sistemática de métodos estatísticos de análise, pela eficácia dos equipamentos laboratoriais, mas também, por um conjunto de invenções tecnológicas associadas ao apetrechamento da cidade. Do processo, começaram a fazer parte a reorganização e criação de novas infraestruturas da urbe (saneamento, abastecimento de água, electricidade e gás) e, simultaneamente, o controle das actividades quotidianas do cidadão com vista quer à regeneração dos seus hábitos de higiene como à inibição de certas práticas comportamentais.

Através do reconhecimento público quanto à eficácia no combate às vagas epidémicas, a aliança entre a *medicina* e a *tecnologia* aplicada ao espaço habitável começou a ganhar protagonismo social. O sucesso mediático deveu-se ainda à coexistência de uma outra disciplina derivada do dinamismo politécnico[227] - a *engenharia sanitária*.

> [...] gli igienisti inventano un neologismo: ingegneria sanitaria, "l'insieme delle norme suggerite dalla scienza, dalla pratica dell'arte per procurare la salute della popolazione cola esecuzione delle opere e degli edifici appropriati a questo scopo".[228]

A institucionalização do ensino da engenharia num contexto de proximidade entre as ciências exactas e as naturais, num quadro de transformação da realidade, teve, como resultado imediato, o aparecimento de trabalhos científicos que permitiram uma renovação constante de soluções técnicas de cariz científico, nomeadamente, as de infraestruturação urbana e a invenção de procedimentos edificatórios ligados ao aquecimento, ventilação e iluminação dos espaços. Paralelamente, o interesse comercial da indústria da construção permitiu, em poucas décadas, através da

[227] Um modelo educativo eminentemente técnico expandir-se-à gradualmente a partir de meados do século XVIII. Em França, em 1747 foi fundada a *École des Ponts et Chaussées*; em simultâneo funciona em Meziéres uma escola técnica com cursos de engenharia hidráulica, topografia e movimento de solos, vocacionados para a formação dos oficiais do exército; em 1794, é criada a *École Polytechnique de Paris* que cruzava matérias distintas, científico-tecnológicas, ligadas com a cidade e os edificios. Particularmente, na *École des Ponts et Chaussées*, forma-se o engenheiro moderno, resultado directo de um modelo educativo técnico que respondia com conhecimento técnico especializado ao forte incremento verificado no sistema produtivo industrial.

[228] ZUCCONI, Guido – *La cittá contesa. Dagli ingegneri sanitari agli urbanisti (1885-1942)*. Milano: Editoriale Jaca Book, 1989, p. 35

produção em massa, disponibilizar uma gama de artefactos que não só dotaram o espaço público urbano da qualidade ambiental desejada como também influenciariam os padrões mínimos exigíveis para a qualidade do conforto da casa.

Este vasto processo oitocentista, conduzido por *higienistas* de formações diversas, deu origem a um quadro classificativo da condição de *insalubre*, *incómodo* e *perigoso*, ainda hoje presente. São adjectivos distintos e determinantes na hierarquia das leituras dos problemas sanitários sobre os quais a casa e a cidade serão julgadas e, consequentemente, associados uma selecção e alinhamento de prioridades determinantes no planeamento urbanístico. Estudos sobre a concepção e localização de cemitérios e hospitais, critérios de dimensionamento e orientação das ruas, promulgação de legislação sobre saúde pública, criação de organismos administrativos tutelares, ajudaram a instituir uma normativa que determinou um salto para um outro estádio de racionalização e de ordem do espaço.

No caso português, desde Ribeiro Sanches (1699-1783) até Ricardo Jorge, o movimento higienista afirma um conjunto de medidas de amplitude reformadora com influência directa na qualidade do espaço urbano. Logo, em 1756, no *Tratado de conservação da saúde dos povos*, Ribeiro Sanches preocupava-se com a boa forma da cidade e dos seus edifícios alertando para a falta de atenção prestada pelos povos mais civilizados à *medicina política*. Nesse sentido, refere a ausência na formação dos arquitectos civis e militares das novas matérias relativas à *Física* aludindo, em concreto, a uma aprendizagem perfeita de "majestade e ornato sobre a boa forma das praças, dos templos e demais edifícios públicos, mas pautada pela ausência de regras essenciais à *Conservação da Saúde*".[229] Esse defeito seria colmatado se os estudos atentassem outros objectivos:

[229] SANCHES, A. N. Ribeiro – *Tratado da Conservação da saúde dos Povos, obra útil, e igualmente necessária aos Magistrados, Capitães, Generaes, Capitães de Mar, e Guerra, Prelados, Abbadeças, Medicos, e Pays de Familias*. Paris: [s.e], 1756, p. vii e viii

Indicaremos agora a melhor forma de uma povoação, ou cidade, para ser a mais útil, e a mais sádia; e quantas menos qualidades tiver das que lhe determinarmos, mais nociva será à Saúde e à conservação dos habitantes. Já indicámos acima fundados na doutrina de Vitrúvio e de Leão-Baptista Alberti que as ruas haviam de servir não só para conservar o Ar incorrupto, mas também de reparo contra os ventos que infestassem aquele sítio. […] É uma vila, ou cidade, diz Leão- Baptista, uma grande casa; e uma casa, uma pequena vila, ou cidade: necessita esta de praças, como aquela de despensas, ucharias, celeiros, adegas e guarda-roupas. As praças devem ser os lugares para guardar e distribuir as coisas necessárias à conservação dos habitantes. Devem estes edifícios ser fabricados não só com majestade e grandeza proporcionada à povoação, mas também com as conveniências necessárias, aos cidadãos. […] deixo outras considerações políticas, alheias deste tratado, que todas persuadiriam o Magistrado a ordenar um certo termo de fabricar nas cidades ou vilas; como também de serem os edifícios e as ruas conformes ao plano que deve estar depositado em cada casa do Senado, ou da Câmara.[230]

Escrito um ano depois do terramoto de Lisboa, o texto assenta numa leitura da riqueza nacional proporcional aos valores demográficos dos maiores aglomerados. A *força de braço* era entendida como um valor crucial para a prosperidade económica do país. Assim, para a fruição do corpo e procriação vigorosa, aos habitantes das cidades deviam ser proporcionadas as melhores condições de saúde decorrentes da desodorização do ar e saneamento dos espaços públicos promíscuos, cabendo à razão científica, veiculada pela Higiene, adaptar o corpo da cidade ao corpo do homem.[231] Estes propósitos dependiam de uma organização eficaz do Estado com a instituição de serviços específicos de regulamentação e fiscalização. Este início cria uma base para o que seria o debate higienista durante o século XIX protagonizado, essencialmente, pelos médicos nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, na Faculdade de Medicina de Coimbra e por arquitectos e engenheiros ligados às repartições técnicas da Administração Pública, central e municipal.

A meio do século XIX surtos sucessivos de peste afectam as principais cidades do país. Na capital, em 1857, foram iniciados esforços para a edilidade ter

[230] Idem, p. 26

[231] ARAÚJO, Ana Cristina – *"Medicina e utopia em Ribeiro Sanches"*. In, *Ars Interpretandi – Diálogo e Tempo*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2000, p. 40

regulamentação própria para implementar a salubridade nos prédios particulares e, consequentemente, no espaço público. Estas iniciativas tinham como referência a legislação francesa e os temas desenvolvidos em encontros no estrangeiro, nomeadamente, nas *Conferências Sanitárias Internacionais*. Um facto marcante na realidade nacional foi a promoção, em 1857, pela Academia Real das Ciências, de um congresso sanitário em plena epidemia de febre amarela que grassava em Lisboa. Segundo o estudo de Joana da Cunha Leal este acontecimento "marca um ponto de viragem na abordagem do planeamento urbanístico de Lisboa" e, por via da pressão exercida pela vereação lisboeta, foi o responsável directo pelo conteúdo do Decreto-lei de 31 de Dezembro de 1864.[232] O texto considerava essencialmente aspectos relacionados com a construção e fiscalização das ruas e estradas reais, tema sensível ao governo da Regeneração. Passava a existir regras básicas sobre a relação das cérceas dos prédios com a largura das ruas para garantir insolação e ventilação apropriadas. Para além deste cuidado sobre o sector das comunicações, as questões urbanísticas e arquitectónicas de embelezamento eram secundarizadas apesar da menção à "decoração das cidades, o livre trânsito, a comodidade e segurança dos habitantes, a salubridade pública e a conveniência de evitar a aglomeração da população". [233] Destacava-se a fixação de meios apropriados para o controle urbano de Lisboa através da secção *"Do plano de edificações e reedificações em Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições de polícia"*. Acrescente-se que, por denúncia da edilidade portuense, em 1867, o decreto foi alterado de forma a contemplar a capital nortenha (artigo 53º). Da comissão encarregue de relatar o *Congresso Sanitário,* que havia despoletado o processo, fazia parte o arquitecto e engenheiro Pedro José Pezerat (1801-1872). As recomendações

[232] LEAL, Joana Cunha – *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. - Da cidade pombalina à cidade Liberal*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005, p. 667

[233] Citado em, BARATA, Ana – *Lisboa "caes da Europa. Realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930).* Lisboa: Edições Colibri, 2010, p.51

afinavam pelos regulamentos parisienses de Haussmann.[234]

Em 1872, Joaquim Rodrigues Possidónio da Silva (1806-1896), arquitecto da *Casa Real*, abre a sua conferência no congresso de Bordéus da Association Française pour L'Avancement des Sciences solicitando a ajuda dos especialistas para a resolução da insalubridade e do consequente aumento da taxa de mortalidade na capital portuguesa. Tendo como cenário as construções pombalinas da baixa e alguns bairros periféricos onde a febre amarela havia incidido, a exposição de Possidónio centra-se, sobretudo, nas deficiências da rede de saneamento de Lisboa abrindo um conjunto de hipóteses de resolução ancoradas nas vantagens e inconvenientes do sistema inglês do *water-closet*. Para a argumentação sublinha-se ainda as insuficiências de ventilação devido à relação desfavorável entre cérceas e larguras das ruas e dos pátios, a incapacidade técnica de resolver as instalações sanitárias no interior das casas (prática inovadora introduzida aquando da reforma pombalina), o fraco arejamento das habitações sublinhado pelos quartos constituídos em alcovas fechadas ou o uso da janela de guilhotina que agravava substancialmente a renovação do ar rarefeito "malsain et dangereux" acumulado junto aos tectos. O alerta culminava com uma critica cultural à permanência dos portugueses em interiores de viciada atmosfera denotando a falta do hábito diário de passeios ao ar livre.[235] Assim, era traçado um quadro geral das deficiências do espaço urbano e doméstico que assimilava o conhecimento das teorias e dos modelos franceses

[234] Note-se que um dos problemas sanitários mais graves de Lisboa se relacionava com as margens portuárias. A vastidão de zonas pantanosas será objecto de vários estudos para o porto comercial, nomeadamente, em 1887, um "Plano Geral elaborado por João Verissimo Mendes Guerreiro, Engenheiro director das obras", plano que contemplava uma vasta zona residencial de malha ortogonal dedicada à classe operária.

[235] SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *"Sur l'assainissement de la ville de Lisbonne"*. In, *Association française pour l'avancement des sciences. Comptes-rendus de la 1re session 1872 (Congrès, Bordeaux)*. Paris: Secrétariat de l'association, 1873, p. 230

muito marcados pelos conceitos higienistas.[236]

Ainda que ambígua, a legislação que desde meados de Oitocentos foi sendo promulgada, permitia ao poder local actuar nos focos de insalubridade urbana. Se as posturas relativas aos comportamentos foram sendo implementadas, esse vigor e audácia não era da mesma forma aplicado contra os conjuntos de habitações decrépitas e mórbidas porque, como já se referiu, aí perdurava a longínqua prática de extrair de curtos investimentos colecções de pequenas rendas. Salário e arrendamento baixos eram as duas faces de uma mesma moeda que colocava lado a lado a rentabilização máxima da produção industrial e da construção imobiliária. Estes interesses tentaculares permitiram protelar núcleos habitacionais insalubres até ao momento em que o olhar médico os constituiu como ameaça exposta a todo o organismo urbano.

O médico Ricardo Jorge, atento aos rumores das vagas epidémicas que assolaram o país, escreve em 1885 o livro *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa* [237] onde promove a nova ciência higiénica contra o atraso sanitário das urbes, nomeadamente, nos seu aspectos de organização administrativa, de modernização das infra-estruturas e do controlo de hábitos sociais. Isso mesmo é aclarado mais tarde no relatório *O Saneamento do Porto* quando refere que "reprimir o mal físico, como reprimir o mal moral, são funções por igual sagradas do poder colectivo; para o progredimento das nacionalidades é tão fundamental fomentar a economia das vidas como fomentar a riqueza e a instrução". [238] Em 1892 passa a desempenhar, em paralelo, as funções de director dos Serviços Municipais de Saúde e Higiene da

[236] Dos escassos estudos sobre a personalidade e a obra de Possidónio da Silva destacam-se os trabalhos: MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz – *O Gótico e os Sistemas de Desenho Presentes na Arquitectura Oitocentista - Produções teóricas europeias e a recensão portuguesa manifesta na obra escrita de Possidónio da Silva*. Lisboa: Tese de Mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 1997 [policopiado]

CALADO, Maria – *A Cultura Arquitectónica em Portugal. 1880-1920. Tradição e Inovação*. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2002 [policopiado]

[237] JORGE, Ricardo – *Hygiene social applicada à nação portugueza*, Civilização, Porto, 1885.

[238] JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. - Relatório apresentada à commissão municipal de saneamento*. Porto: Typographia de Antonio Teixeira, 1888, p. 1

Cidade do Porto e do Laboratório Municipal de Bacteriologia. Sob pressão de uma iminente eclosão epidémica, começam a ser introduzidas alterações significativas nos procedimentos administrativos e nas normas regulamentares sobre usos e construções na cidade. A ameaça concretizou-se em 1899 através de um surto de peste bubónica cuja verdadeira dimensão nunca seria esclarecida.

O clínico exerceu o seu *bio-poder* em conformidade com os princípios da epidemiologia moderna alertando imediatamente o poder central e mediando as intervenções policiais, médicas e sanitárias com o objectivo do rápido isolamento dos contagiosos e da desinfecção das habitações associadas. A competência exemplar veio aumentar o prestígio que Ricardo Jorge já gozava interna e internacionalmente. Depois das indecisões do governo, o desfecho da luta contra a pandemia foi resolvido com a promulgação de um cordão sanitário ao redor do Porto assegurado por militares. Com o corte à livre circulação de pessoas e mercadorias instalou-se um histerismo geral de contestação popular e de guerrilha ao governo pelas várias tendências opositoras dos jornais do Porto, nomeadamente, as republicanas. Entre jogo político, contra informação e escamoteamento da realidade, os acontecimentos precipitam-se, com Ricardo Jorge a ver-se obrigado a aceitar outros cargos na capital. [239]

Conforme sublinha Luís Graça[240] para o caso português, nos primeiros anos do novo século iniciou-se uma reforma sanitária, centrada na actuação de Ricardo Jorge e dos seus pares, que consagraria nesse tempo o conceito de *Estado Higienista*. Foi um processo de estabilização de instrumentos operativos capazes de manter o controlo sanitário do existente e agendar acções de melhoramento infra-estrutural da cidade. Interessa alinhar alguns dados convergentes para 1903, o ano da promulgação do *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas* (RSEU).[241]

---

[239] PONTES, David – *O cerco da peste no Porto. Cidade, imprensa e saúde pública na crise sanitária de 1899*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012

[240] GRAÇA, Luís, *História da Saúde no Trabalho: A Reforma da Saúde Pública no Virar do Século XIX*. Publicação online consultada em: http://www.ensp.unl.pt/lgraca/textos16.html

[241] Diário do Governo, nº 53, 09 de Março de 1903, pp. 790-792.

Na sequência dos trágicos acontecimentos no Porto, na dependência do Ministério do Reino, irá ser criada em Outubro de 1899 a Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública que posteriormente, pela remodelação dos serviços de 1901, acolherá o Conselho Superior de Higiene Publica – órgão estruturante na concepção da normativa moderna relativa, entre outras, ao espaço urbano e habitacional. A sua função consultiva e propositiva cabia a um conjunto de individualidades liderado pelo Ministro do Reino. O dado mais relevante para esta leitura da formação de regulamentação particular vocacionada para a habitação é o facto de também ter aí assento o presidente da Junta Central de Melhoramentos Sanitários afecta ao Ministério das Obras Públicas. Este cruzamento sublinhava a necessidade de introduzir no problema a visão mais operativa sobre o território dos engenheiros de obras públicas e minas. Note-se ainda que, pelo lado do Ministério das Obras Públicas, essa Junta Central havia sido criada em Dezembro de 1899 "com os elementos idóneos, técnicos e médicos [que] editará as normas gerais e especiais, sob o ponto de vista da salubridade a que tenham de submeter-se, toda a sorte de construções, regras em vigor no estrangeiro, quando entre nós nem rudimentarmente existem".[242] Porque nas habitações dos pobres a economia devia ser conexa com a higiene, precisava-se que a questão da insalubridade dessas casas era uma questão primordial da *higiene pública*. Neste quadro, através do seu artigo 5º, era organizada para o Porto uma comissão permanente de melhoramentos sanitários dependente da Junta Central de Melhoramentos Sanitários com competência para dar pareceres sobre as condições higiénicas das obras a licenciar pela edilidade.

Também, em 1901, era organizada a Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas junto da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas. Nesse âmbito, a par do

Este regulamento será divulgado com texto comentado na secção "Legislação das Construções" da revista *A Construção Moderna* a partir do nº 9 (Anno VII) de 10 de Outubro de 1906

[242] Diário do Governo, nº 296, de 30 de Dezembro de 1899

Conselho dos Monumentos Nacionais e do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, foi criado o Conselho Superior de Melhoramentos Sanitários fazendo parte dos seus atributos:

[...]emitir parecer consultivo acerca das obras públicas que interessem à higiene, e estabelecer as normas e requisitos a que, sob o ponto de vista sanitário, devam satisfazer as construções, especialmente, as destinadas às habitação, devendo consultar em todos os assuntos de engenharia sanitária [...]: 1º Salubridade geral das povoações [...] 2º Condições higiénicas [...] de bairros operários, habitações colectivas ou grupos de habitações urbanas destinadas às classes pobres [...] 4º Regulamentos e condições de técnica sanitária a que tenha de submeter-se toda a ordem de construções públicas e particulares. [243]

Esta sucessão de organismos e procedências regulamentares aferem quanto a epidemia portuense influenciou a programação da legislação sobre a construção da cidade dando origem a um novo ciclo de regulamentos onde se destaca o *Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública* (RGSBP) de 24 de Dezembro de 1901.

Na introdução ao RGSBP, que tudo indica ser da responsabilidade de Ricardo Jorge, entretanto nomeado Inspector Geral de Saúde, observa-se que a reforma perseguida "cerra assim o seu período embrionário, e entra numa fase definida de estrutura e de acção [...] adaptando-se, quanto possível, tanto às exigências científicas e sociais da higiene, como às condições administrativas e económicas do país". [244] Segundo o artigo 10º, os serviços de saúde tinham por fim "vigiar e estudar tudo quanto diz respeito à sanidade pública, à higiene social e à vida física da população, promovendo as condições da sua melhoria". [245] Esta reorganização

[243] Idem, nº 246, de 31 de Outubro de 1901

[244] *"Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública"*. In, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, Nº 1, Ano 1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p. 3

[245] Idem, p. 22.

Note-se que sob este princípio serão fomentados os primeiros inquéritos de salubridade das povoações, dos quais, o de maior divulgação será o levado a cabo pelo engenheiro da Junta Central dos Melhoramentos Sanitários que editou o livro:

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Inquérito aos Pátios de Lisboa*. Ano de 1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

O mesmo autor, em 1900, havia publicado vários artigos na *Revista de Obras Públicas e Minas* intitulados *"A Higiene nas Habitações"*. Em 1903, escreve o opúsculo, *"Bairros operários e o saneamento urbano"*.

delegava competências nos vários organismos da Administração Pública (governador civil, polícia, municípios, paróquias, etc.) obrigando, por exemplo, as câmaras a fiscalizarem as condições de higiene das construções licenciadas conforme a regulamentação em vigência e proceder à beneficiação ou demolição das casas insalubres. Para o concelho do Porto, haveria delegações de saúde divididas por seis circunscrições autorizados a elaborar cadastro sanitário das habitações mencionando as suas condições de habitabilidade.[246] Também, de notar a instalação de um Instituto Central de Higiene com a atribuição de formar Médicos Sanitários e Engenheiros Sanitários perante a frequência, entre outras, das seguintes matérias: higiene da habitação; salubridade das habitações; normas sanitárias de construção, ventilação e aquecimento; aglomerado urbano; habitações colectivas; habitações das classes pobres; pichelaria sanitária, sistemas de saneamento; esgotos; legislação e administração sanitária; obras de salubridade e saneamento.[247] Outra vertente do Instituto era dispor de um museu e de uma biblioteca vocacionados para estudos específicos e divulgação dos temas ao grande público.[248]

Entre 1903 e 1905 o Conselho Superior de Melhoramentos Sanitários mandará fazer

---

246 "*Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública*". In, *Boletim dos Serviços Sanitários do Reino*, Nº 1, Ano 1902. Lisboa: Imprensa Nacional, 1902, p. 55

247 Idem, p. 60-61

248 No caso da biblioteca, que permanece no actual *Instituto Ricardo Jorge*, encontra-se aí um conjunto significativo de publicações que se crê terem sido, na época, obras marcantes no desenho da nova casa económica, alguns deles já evocados neste estudo:

MULLER, Émile, CACHEUX, Émile – *Les Habitations ouvrières en tous pays*. Paris : CH. Béranger, [19--?];

STRAUSS, Paul [et al.] – *Les habitations a bon marché en Allemagne*. Paris : A. Chevalier-Marescq, 1903;

LAHOR, M. Jean – *Les habitations a bon marché et un art nouveau pour le peuple*. Paris : L. Larousse, [1903] (com autógrafo dirigido a Ricardo Jorge)

MORIN, Arthur – *Salubrité des habitations: manuel pratique du chauffage et de la ventilation*. Paris: L. Hachette, [1868?];

RIOT, Albert – *Les vidanges et les eaux ménagères au point de vue de l'assainissement des habitations privées*. Paris : G. Steinheil, 1889;

PUTZEYS, Félix, PUTZEYS, E. – *Hygiène appliquée : les installations sanitaires des habitations privées et collectives (commentaire du Règlement sur les installations sanitaires privées élaboré par le Conseil supérieur d'Hygiène publique de Belgique)*. Bruxelles : Librairie Scientifique, Industrielle et Agricole, [19--?];

HELLYER, S. Stevens – *Hygiène publique et privée : La plomberie au point de vue de la salubrité des maisons, eau, air, lumière*. Paris : CH. Béranger, Éditeur, 1900 [1886];

ARNAU, Juan Avilés – *La casa higiénica*. Madrid : Bailly-Baillere e Hijos, 1904

vários inquéritos de salubridade influentes e seria o principal responsável pela promulgação em Fevereiro de 1903 da primeira legislação dedicada exclusivamente à edificação urbana – o *RSEU* – em cujo preâmbulo se faz menção a um Conselho Superior de Obras Públicas e Minas e de Higiene Pública.
A 17 de Setembro de 1904 é promulgado o *Regulamento das Comissões Delegadas* do *Conselho Superior dos Melhoramentos Sanitários*. Conforme o nº 2 do artigo 8º, das suas competências cabia verificar o cumprimento do RSEU e, no contexto do "serviço sanitário das construções", fiscalizar a "construção de bairros operários e habitações colectivas ou grupos de habitações urbanas destinadas às classes pobres".

No centro desta sequela legislativa encontra-se o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, promulgado a 14 de Fevereiro de 1903, perdurando por quase meio século até à entrada em vigor do actual *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (RGEU) cuja redacção original data de 1951.[249] Quais os fundamentos deste conjunto de normas, pela primeira vez, inequivocamente associadas ao controle do desenho da casa?

Em Dezembro de 1900, Augusto Pinto de Miranda Montenegro publica, *A Hygiene nas Habitações*, com o objectivo de "compilar, em termos simples e práticos, as medidas mais importantes que os higienistas modernos aconselham aos que se propõem edificar prédios urbanos" contra a "incúria dos proprietários e construtores, bem como a mira de economias pouco justificáveis". [250] Afinado e acrescentado por alguma normativa urbana desde longa data em vigor, o conteúdo é, *ipsis verbis,* o texto da lei que seria redigido dois anos depois, razão pela qual neste

[249] Diário do Governo, 07/08/1951: Decreto-lei nº 38382

[250] MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *"A higyene das habitações"*. In, *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa: Tomo XXI, nº 370 a 372, 1900, pp. 399 - 417

estudo se atribui a esse engenheiro a autoria moral da lei. [251]

Mas, para aclarar a natureza hereditária do diploma, sublinha-se que os principais avalizadores dessa primeira lei dedicada especificamente às construções urbanas foram o Conselho Superior de Obras e Minas e o Conselho Superior de Higiene.[252] Para mais, fixava-se peremptoriamente que nas cidades de Lisboa e Porto os processos de "prédio algum, bairros ou grupo de casas para habitação ainda que seja dentro de uma propriedade particular" não poderão ser deferidos sem antes obter os pareceres do conselho dos melhoramentos sanitários e cumpridas as disposições do regulamento sanitário de 24 de Dezembro de 1901. O *RSEU* é também contundente quanto aos propósitos de actuação higiénica e sanitária sobre todas as construções incluindo aquelas preexistentes que permitiam à pequena burguesia arrendar espaços deploráveis à população indigente. O seu artigo 67º clarifica que "tanto os grupos condenados por insalubres, mesquinhos e insusceptíveis de melhoria, como aqueles cujos donos não queiram melhorá-los, serão irremissivelmente fechados, podendo a municipalidade competente proceder a respeito deles".

Também falta apurar quais os fundamentos teóricos que suportaram a parte da legislação menos empírica, a que impõe valores mensuráveis, laboratoriais, particularmente aqueles que fixam a cubicagem de ar dos compartimentos ou a área de superfícies de vãos. Crê-se que esses dados vertidos em lei decorreram de um conhecimento adquirido através de encontros e leitura de publicações internacionais especializadas, mormente as dedicadas à ventilação, humidade das construções e ao saneamento urbano. Trata-se de informação precisa, suportada pelas ciências laboratoriais e pela estatística, discutida em diversos congressos e divulgada por um conjunto de revistas e monografias técnicas. É neste quadro que

[251] Sabe-se que em 1900, Augusto Montenegro é presidente da Junta Central dos Melhoramentos Sanitários; desconhece-se o cargo deste engenheiro no Ministério das Obras Públicas aquando da reformulação dos serviços de 1901. Pelos trabalhos de inquérito já referidos deduz-se que tenha permanecido com responsabilidades superiores no novo Conselho Superior dos Melhoramentos Sanitários.

[252] Esta dedução decorre da nota introdutória ao diploma.

se deve destacar o papel do director da École Spéciale d'Architecture, Émile Trélat, sobretudo, a sua conferência *"Contribution de l'Architecture à la salubrité des maisons et des villes"*[253] na Exposição Universal de Paris de 1889. Momento marcante porque conduz em 1899 à publicação do livro *La Salubrité* que introduziu definitivamente o tema da salubridade dos espaços no meio académico e profissional contribuindo para um maior entrosamento dessas problemáticas na prática projectual da arquitectura:

Les ressources scientifiques auxquelles elle fait appel, la multiplicité des efforts qu'elle réclame ont fait de l'Hygiène, comme l'a dit Paul Bert, le carrefour de toutes les sciences. Médicis, physiologistes, physiciens, chimistes, ingénieurs, architectes, industriels, tous se sont unis pour alimenter les recherches et accroire les découvertes. Pasteur lui-même a mis à leur service ses travaux et son génie. L'ensemble de ces riches acquisitions, on ne peut s'en étonner, est aujourd'hui très dispersé. J'ai voulu précisément ordonner, isoler et mettre à part, dans ce grand sujet, ce qu'on doit appeler la SALUBRITÉ.[254]

Trélat era conhecido e lido em Portugal no início do século por alguns dos seus textos a merecerem tradução em revistas nacionais da especialidade.[255] Igualmente, se deve referir a série dos *Congrés International d'Hygiène et de Démographie* frequentados por algumas figuras nacionais, como é exemplo João Lopes da Silva Martins, médico, em 1894 relator para Portugal do congresso realizado em Budapeste.[256] Particularmente útil ao lançamento de uma leitura sobre o contexto

---

253 TRÉLAT, Émile – *"Contribution de l'Architecture à la salubrité des maisons et des villes"*. In, *Conférences de L'Exposition Universelle de 1889*. Paris: Impremerie Nationale, 1890

254 TRÉLAT, Émile – *La Salubrité*. Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1899, [s.p.]

255 Veja-se a este propósito o texto Émile Trelat, "Aquecimento e arejamento das habitações", publicado em vários números da revista *Engenharia e Architectura* em 1893 (Vol.II, nº19, pp. 146 - 148; Vol. II, nº24, pp. 190-191; Vol. II, nº 35, pp. 273-276), traduzido do original publicado na *Revue d'hygiéne et de police sanitaire*, nº 8, 1886.

Esta revista francesa, onde se concentra muitos dos ensaios sobre a habitação operária de personagens estruturadoras ligadas ao movimento higienista, contava com correspondentes em Portugal: nesse periodo a responsabilidade era do professor de Higiene, Silva Amado, da "Faculté de médicine de Lisbonne".

La salubrité foi consultado no Instituto Fundação Marques da Silva, no fundo documental pertencente ao arquitecto Marques da Silva ; encontramo-lo também citado em várias textos da época.

256 João Lopes da Silva Martins (1866-1945), médico e político ligado ao Partido Republicano Democrático. Em 1909, responsável pela 13ª Cadeira – Hygiene - da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Em 1894 foi relator do Congresso Internacional de Higiene e Demografia realizado na Hungria. No *"Capitulo VIII"* aborda-se a "Higiene das Cidades" dicutindo-se o melhor sistema para tratar os esgotos; no *"Capitulo II"*, são resumidas as discussões em torno das "habitações dos pobres", das "bases para a organização da estatistica profissional" ou, ainda, do "regime mutualista no mundo operário".

internacional da legislação portuguesa foi a análise ao décimo encontro realizado em 1900 em Paris, paralelo a outros acontecimentos vinculados à Exposição Internacional igualmente importantes para o desenvolvimento da habitação operária salubre.[257] Na diversidade dos tópicos abordados sublinha-se o debate em torno da questão da salubridade e do saneamento da casa integrado na secção, "*Salubrité: Sciences de l'Ingénieur et de l'Architecte Appliquées a l'Hygiene"*. De entre os relatórios apresentados que suportarão a resolução final destaca-se: "*Assainissement intérieur des maisons reliées à l'egout public; règles essentielles et moyens d'en assurer l'observation* e *Règles génerales d'Hygyiene à observer dans la distribution, l'aération permanente et la décoration intérieur des maisons d'habitation",* ambas da autoria de engenheiros e arquitectos sanitários.[258] Assim, sobre o tema *L'Habitation a la Ville* na resolução final propôs-se uma especificidade para *La Maison a Loyer* que se deve atender em alguns dos seus pontos:

1. Que todos os compartimentos habitáveis da casa devem ser "visitados pelo sol" ou serem largamente iluminados naturalmente, de tal forma que não haja obstáculos num ângulo superior a 45º formado com a linha do horizonte;

O discurso sobre as casas operárias não passará desapercebido pelo médico: "O Estado deve conceder empréstimos garantidos às municipalidades e às associações de classe, quer inteiramente sem juro, quer com uma taxa extramamente módica, a fim de que elas promovam a construção de casas para os pobres". Esta parte do relatório indica as figuras tutelares de Bertillon, o chefe do serviço estatístico de Paris, e Émile Cacheux, o engenheiro dedicado a construção de bairros operários, concluindo com as preposições votadas pela "6ª secção de demografia": 1º. Que o Estado forneça habitações salubres e baratas para as classes pobres; 2º. Que seja investigada a relação entre as condições da habitação e o desenvolvimento de doenças infecciosas mediante fichas de análise rigorosas.

Cf. MARTINS, João Lopes da Silva – *Relatório do Congresso Internacional de Hygiene e Demographia. 8ª Sessão . Buda-Pesth, 1894*. Lisboa: Imp. Nacional, 1897, pp. 207-210

[257] Ainda que nessa mostra internacional tenham estado patentes no pavilhão de Ventura Terra a melhor produção nacional, no contexto deste trabalho deve ser destacado um anónimo expositor português referenciado no Relatório do júri do "Groupe de l'Économie Sociale" relativo à "Classe 106" – exposição de alojamento operário. As várias secções dessa exposição dividiam-se por tipos de promotores: Administração Pública (Estado ou Minicipios); Obras de Industriais; Sociadades Filantrópicas ou Comerciais; Sociedades de Propaganda do Movimento das "Habitations à Bon Marché"; Iniciativas Particulares de Propaganda. Ainda que não premeditada, sabe-se ter sido assinalada uma qualquer solução do que se fazia em Portugal em matéria de habitação operária, provavelmente, exposta ao lado de projectos de arquitectura nesse ano medalhados, como a conhecida *Cité Ouvrière* da fábrica Noisiel (Île de France) ou a de Crespi d'Adda (Milão) do industrial Benigno Crespi. In, LEBON, Maurice - *Exposition universelle internationale de 1900, à Paris. Groupe de l'économie sociale. Rapport au nom du jury de la classe 106*. Paris: Société Française des Habitations a Bon Marché, 1900, p. 37 e 77

[258] Por exemplo, os autores do primeiro são: M. Lacau, arquitecto, vice-presidente da "Sociedade dos engenheiros e arquitectos sanitários de França" e Louis Masson, engenheiro "inspector dos esgotos e dos trabalhos sanitários de Paris".

2. A casa deve ser elevada sobre caves bem ventiladas com pavimento bem impermeabilizado sendo que o rés-do-chão será sempre sobrelevado;

3. Os compartimentos habitáveis que compõem o fogo terão dimensões proporcionadas ao uso, mas o seu volume de ar não será jamais inferior a 30 ou 40 metros cúbicos;

4. Será garantido um fluxo de ar que no centro desses compartimentos ficará estabilizado entre os 12 e os 15º de temperatura;

5. Os W.C., independentemente do sistema de esgoto adoptado, terão pelo menos 2 metros quadrados de área e devem estar isolados e afastados quanto possível dos compartimentos habitáveis (podem ter uma espécie de antecâmara ventilada).

Todas estas considerações tomam os estudos efectuados na segunda metade do século XIX, permanentemente reiterados até à primeira década de Novecentos. Refere-se, particularmente, o *Nouveaux Éléments d'Hygiène. Première Partie: Sol, Eau, Atmosphère, Habitation*, do médico Jules Arnould, influente compêndio que atravessará o século através de sucessivas edições aumentadas. Explorando as últimas investigações da Termodinâmica e da Bioquímica desenvolve para o fenómeno da renovação do ar dos espaços habitáveis uma série de considerações tomando o ácido carbónico como indicador da viciação do ar.[259] O tratado é referenciado em algumas dissertações apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. José Rodrigues Braga cita-o nos *Subsídios para a hygiene da habitação. Ventilação, iluminação, águas e remoção de imundices,* de 1894, partilhando o mesmo referencial experimental sobre a quantidade máxima de ácido carbónico em um metro cúbico de ar livre, que não devia exceder os 0,0006. Verificação estruturante na articulação da argumentação sobre o espaço mínimo habitável pois, por aí, seria forçoso que o espaço ocupado por cada indivíduo não fosse inferior a 25 metros cúbicos.[260] No tratado de Arnould afirma-se:

[259] Tomando vários autores, define que um adulto consome 746 gramas de oxigénio por dia e elimina, através da via pulmonar, 847 gramas de ácido carbónico Ou seja, num compartimento de 45 metros quadrados aporta-se, por cada dia que passa, de 0,8 a 1% de CO^2

[260] BRAGA, José Rodrigues – *Subsidios para a Hygiene da Habitação. Ventilação, illuminação, aguas e remoção de immundicies*. Porto: Escola Medico-Cirurgica do Porto/ Typografia Peninsular, 1894, p. 42

> […] comme l'ont démontré Donkin, Lenz, Hercher, par le calcul, Vallin para l'expérience. [...] Par conséquence si l'on veut introduire quelque part une cinquantaine de mètres cubes d'air neuf par personne et par heure, il sera nécessaire de disposer dans ce local d'un cube d'espace libre individuel de 20 m2 au minimum et plutôt même de 25 m2. [261]

A conclusão coincidirá com o estipulado no regulamento nacional de 1903. No entanto, esse valor deixava ao autor algumas reservas pela falta de critério na fórmula de medição do volume de ar livre. Por um lado, a mensuração desse espaço tridimensional era algo que depende das dimensões dos móveis e de outros objectos domésticos; por outro, a geometria do espaço livre importava à eficácia da ventilação. Desta forma, Arnould proponha que a unidade de medida se relacione directamente com um padrão de leitura ancorado na atribuição de 5 a 6 metros quadrados de superfície por indivíduo.

> […] suffisante pour éviter une trop grande promiscuité et prévenir toute espace d'encombrement. Nous verrons, du reste, combien cette forme de l'espace cubique individuel est avantageuse pour chauffage des locaux, au point de vue économique. Elle facilite aussi l'entretien de la propreté. […] En réalité, cette quantité ne dépasse pas 25 m3 dans les cases plus favorables, soit exactement la moitié de ce que nous avons considéré comme nécessaire aux individus. [262]

Deste tipo de preocupações resulta um novo compromisso com as regras da arte de bem construir. Destaca-se a atenção dada à dimensão e funcionamento da janela, primeiro elemento de ventilação, mas também peça de desenho contraditório que deve observar, também, a boa iluminação e a adequada conservação térmica.

> F. Putzeys demande que la totalité de l'ouverture des fenêtres égale au moins le sixième de la surface du parquet; Richard se contenterait à la rigueur de 1 m2 d'ouverture pour 30 m2 d'espace intérieur: si l'on suppose des locaux de 4 m de haut, les baies représenteraient alors à peine le septième de la surface du parquet. […] A l'étranger on fait volontiers usage de croisées dites «à guillotine», composées de deux châssis […]. Plusieurs hygiénistes trouvent à ces croisées certains avantages au point de vue du réglage de la ventilation, à condition que les châssis bien équilibrés par un contrepoids ou manouvres à l'aide d'une vis sans fin que commande une manivelle puissent

[261] ARNOULD, Jules – *Nouveaux Élements d'Hygiène. Première Partie: Sol, Eau, Atmosphère, Habitation*. Paris: Librairie J.B. Baullière et Fils, 1900 [1881], p. 250

[262] Ibidem

s'immobiliser sûrement en n'importe quel point de leur course; à notre avis c'est encore une dilution plus ou moins permanente de l'atmosphère que l'on vise à obtenir là: et en attendant la croisée à guillotine ne permet pas à un moment donné de dégager pour la ventilation intermittente la totalité de la baie des fenêtres.[263]

No domínio das pequenas casas, é significativa a alteração do desenho da fachada na passagem da primeira década pela alteração envolvida na nova legislação quando passou a obrigar áreas de aberturas com um décimo da superfície dos quartos ou salas a arejar e, consequentemente, a estipular uma percentagem maior dos *rasgamentos* para janelas e portas sobre o opaco das paredes.

É neste género de fundamentos em que serão baseadas as regras mínimas da construção higiénica: o dimensionamento, ocupação, distribuição e localização dos espaços na habitação, da sua atmosfera e dos processos contínuos ou intermitentes de renovação do ar, do comportamento térmico, da iluminação da habitação, do desenho e disposição do mobiliário, da orientação solar e da constituição do solo e da definição das redes e aparelhos para a eliminação das imundices. Um novo quadro de validação e obrigação do projecto de arquitectura vincula-o, entre outros, a processos construtivos particulares (impermeabilização e drenagens), à garantia de mecanismos de ventilação, à pormenorização de carpintarias e paramentos, com especial referência para a utilização de materiais não porosos complementados com peças acessórias côncavas e convexas.

O discurso higienista permitiu assim dar uma racionalidade numérica aos elementos arquitectónicos para além das normas compositivas ainda vigentes. É uma outra lógica de desenho que, paralelamente à emancipação das soluções estruturais,[264] encontra também a sua validação no cálculo matemático.

A partir da primeira década do século XX estes cuidados normativos e fiscalizadores encontraram na luta contra a tuberculose a sua mais recente legitimação. A

263 ARNOULD, Jules – *Nouveaux Élements d'Hygiène. Première Partie: Sol, Eau, Atmosphère, Habitation*. Paris: Librairie J.B. Baullière et Fils, 1900 [1881], p. 251

264 Veja-se todo o desenvolvimento de modelos de cálculo numérico que se processou durante o século XIX, rematando com o uso complexo e intensivo das estruturas de betão armado na abertura do novo século.

descoberta do bacilo de Koch, em 1882, deu um novo enquadramento social à então denominada tísica com uma repercussão no olhar sobre os bairros pobres que irá perdurar até aos anos cinquenta. A doença, antes considerada de excepção, própria de almas sensíveis, transformou-se um perigo ambivalente. A aparição da tuberculose no pensamento sobre a habitação urbana ocorre, sobretudo, pela mudança no olhar clínico sobre a natureza da doença. A viragem no enfoque acontece devido, essencialmente, à maior divulgação do trabalho de Robert Koch (Nobel em 1905) cuja investigação reforçou a natureza contagiosa da doença contra as doutrinas conservadoras que sustentavam a sua transmissão por hereditariedade. Esta dupla leitura das formas de disseminação da tuberculose reverteu a favor de um vasto conjunto de medidas profilácticas antes da descoberta da vacina em 1925.

No caso do Porto, o obituário devido à denominada "peste branca" havia sido por várias vezes quantificado encontrando-se alguns picos pouco significativos "na sua fúria devastadora" em 1899 e em 1908, conforme a síntese que em 1914 faz o médico António Almeida Garrett (1884-1961).[265] No terceiro *Congresso da Liga Nacional Contra a Tuberculose*, realizado em Coimbra em 1904, são tecidos fortes elogios à actuação da própria instituição sublinhando que ali se estuda, investiga, difunde e publicam os temas essenciais à higiene colectiva e à demografia, protagonizados por médicos, engenheiros e filantropos:

[...] a mortalidade excessiva das nossas populações rurais e citadinas, a quasi criminosa inacção com que deixamos perecer e definhar o nosso viveiro infantil, o sezonismo dos nossos campos e bacias hidrográficas, a aglomeração dos nossos burgos e cidades, o saneamento do nosso solo, o barateamento das subsistências, a habitação operária, a luta contra o alcoolismo, a assistência infantil, a protecção do menor, da mulher e do operário na fábrica e na oficina. [266]

[265] GARRETT, António de Almeida Garrett – *Tuberculose e Habitação no Porto*. Porto: Enciclopédia Portuguesa, 1914, p. 17

[266] *3º Congresso contra a Tuberculose: actas e documentos do 3º Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907, p. 6

A tuberculose era encarada como questão social supra-partidária e é nesses termos que o principal dinamizador da Liga, Miguel Bombarda, insiste em associar a sua propagação à própria degeneração moral da raça portuguesa [267]. António de Almeida Garrett afirma-o ao declarar que "o problema da tuberculose não é senão uma face do problema social. Um plano de conduta que tenha por base um alto ideal de restauração da raça, combate não só a tuberculose, mas a imensidade das doenças que derivam da miséria popular".[268] O mesmo autor redigirá, em 1914, *o* estudo *Tuberculose e habitação no Porto.* [269]

Logo no primeiro congresso da Liga Nacional Contra a Tuberculose, realizado em Lisboa em 1901, abordou-se a relação da doença com a habitação insalubre. No ano seguinte, no de Viana do Castelo, o problema será aprofundado, reclamando-se o "rasgamento de bairros acumulados" através da criação de novas ruas bem orientadas "bordadas de casas higiénicas, que venham substituir os velhos pardieiros demarcadores das ruelas sombrias". [270] Nos votos oficiais, que se haveriam de repetir no encontro de 1904, foi sublinhado o papel do poder administrativo na reforma urbana e na implementação de novos bairros enquadrados num "plano sanitário definitivo de melhoramentos que o governo deve impor a cada município".[271]

Desde os congressos iniciais da liga contra a tuberculose se insiste, primeiro, na constituição de acções fiscalizadoras contra as construções insalubres, depois, no *rasgamento* das partes densas da cidade, por fim, na construção de novos bairros airosos. O médico António de Azevedo, no 3º congresso de Coimbra de 1907,

[267] VIEIRA, Ismael Cerqueira – *Conhecer, tratar e combater a "peste branca". A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012

[268] GARRETT, António de Almeida – *O problema da tuberculose em Portugal*. Dissertação Inaugural apresentada à Escola Medico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imp. C. Vasconcellos, 1906, p. 65

[269] GARRETT, António de Almeida – *Tuberculose e habitação no Porto*. Porto: Tipografia "Enciclopédia Portuguesa", 1914

[270] Relatórios dos médicos Daniel Matos e Sobral Cid citados em, GARRETT, António de Almeida - *Tuberculose e Habitação no Porto*. Porto: Tip. a vapor da "Enciclopédia Portuguesa", 1914, p. 7

[271] GARRET, op. cit., p. 7

apresenta os resultados do estudo sobre diversos sistemas de construção de habitações operárias no país, concluindo:

Todavia o voto expresso no sentido de que as câmaras municipais não consentissem em construções ou reconstruções sem o parecer da autoridade sanitária foi em parte atendido pela publicação dum regulamento de construções urbanas, que assim o prescreve. Hoje, pelo menos em Lisboa, vão todos os projectos ao Conselho dos Melhoramentos Sanitários.[272]

Sabe-se que sob indicação dos prestigiados médicos Miguel Bombarda e Daniel de Matos, por ocasião do Congresso da Tuberculose realizado no Porto, alteraram uma das soluções construídas no bairro do Comércio do Porto, no Bonfim **[BHP_3]**.[273] Trata-se da solução destacada a Sul que segue os tipos desenhados pelo mestre-de-obras Manuel Fortunato de Oliveira que no desenho original havia desenhado quartos em águas furtadas iluminadas por simples clarabóias. Partindo dessas habitações licenciadas, os dois novos grupos de casas assumem um meio piso superior fixando pequenas janelas abertas sobre o arruamento. A alteração é significativa porque alterou as cérceas do conjunto, originou coberturas com inclinações de estanquidade problemática e, sobretudo, porque não foi sensível à proporção volumétrica.

Os estudos sobre a tuberculose plasmavam no mesmo problema as questões sociais do alcoolismo e do pauperismo e, em última instância, a regulação clínica e higiénica da família. Ainda que não fosse uma novidade dos tempos, por essa via se reforçou a relação do *higienismo* e da *eugenia*. Houve quem considerasse "que se devia praticar no Homem uma espécie de zootecnia semelhante à selecção realizada pelos criadores de gado para aperfeiçoar a raça". [274] A focagem

[272] AZEVEDO, António de – *"Estudo dos resultados alcançados no país pelos diversos sistemas de construção de habitações operárias (Núcleo de Lisboa)"*. In, *3º Congresso contra a Tuberculose.* 1º Fasciculo. Coimbra: Liga Nacional contra a Tuberculose, 1907, p. 8

[273] CARQUEJA, Bento de Sousa - *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. - Notas para a sua história*. Porto: *O Comércio do Porto*, 1934, p. 195

[274] Referência à obra de 1879, do médico Augusto Filipe Simões, *"A civilização, a educação e a thisica"*.

interpretativa da doença não é clara, saltando-se facilmente do problema de degenerescência étnica, associada à questão do casamento e da reprodução, para um problema de contágio facultado pela má qualidade da alimentação, da habitação e de desregrados hábitos de higiene.

Depois da galopante inflação portuguesa devido à *Grande Guerra* de 1918, a doença atingiu o seu máximo histórico de mortalidade entre 1924 e 1930[275] o que coincide, grosso modo, com a criação em 1924 da *Liga Portuguesa de Profilaxia Social* (LPPS) e a primeira fase do lançamento do *Programa das Casas Económicas* de Salazar.

Para finalizar, observe-se a natureza da LPPS, organismo mal estudado,[276] com importância decisiva no lançamento de alguns dos temas que o Estado Novo apadrinhará. Dois dos seus fundadores foram os médicos Gil da Costa, especialista em *Medicina Sanitária*, e António Emílio Magalhães (1895-1973) que havia integrado em 1904, como substituto, a comissão municipal republicana do Porto.

Das competências da liga incluía-se a educação higiénica, a luta contra as doenças infectocontagiosas, a sexualidade e a legislação sanitária. No caso particular dos procedimentos dos higienistas era seu objectivo "difundir os princípios basilares da higiene colectiva e individual, promover a edução física, chamar a atenção do Estado e industriais para a higiene laboral e ensinar às mães os rudimentos da puericultura".[277] Com actividade centrada na cidade do Porto, a *LPPS* foi responsável por campanhas contra o "pé descalço", as doenças venéreas, a falsificação dos alimentos, ou a favor da hospitalização dos loucos e do melhoramento das condições prisionais e habitacionais. A promoção de conferências originou um

---

Cf. VIEIRA, Ismael Cerqueira – *Conhecer, tratar e combater a "peste branca". A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, p. 278

275 VIEIRA, op. cit., p. 265

276 Rara excepção são os trabalhos de Ismael Cerqueira Vieira, abaixo citado, e de José João Maia, nomedamente, MAIA, José João – "*Transição epidemiológica, infra-estruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto"*. In Análise Social, vol. XXV, nº 156. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000, p. 594

277 VIEIRA, Ismael Cerqueira – *"O Contributo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social para a educação higiénica no porto (1924-1960)*. In, *Comunicações do Colóquio Internacional MEDINFOR II*, Novembro de 2011. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, 2011, p. 106

número importante de opúsculos dos quais se destacam: *"O saneamento é a primeira condição para a salubridade do Porto",* de José Coelho de Andrade; *"As alunas da 'Secção perante as ilhas do Porto*", de Maria Augusta de Matos Ferreira; "Aspectos de salubridade", de Carlos Arruda Furtado; *"A arquitectura no plano social",* de Rogério de Azevedo; *"Le probléme des habitations économique et le cas de la ville de Porto*", de Paul Stephankevitch; *"Uma solução económica para a reconstrução do Porto",* por Raul Tamagnini Barbosa(1878-1939).

As duas últimas palestras são particularmente importantes para situar a questão da habitação económica no Porto nos anos de transição para a ditadura de Salazar.

Em primeiro lugar, conforme referiu José Manuel Lopes Cordeiro, "uma das mais curiosas, e desconhecidas, propostas para enfrentar o problema habitacional da cidade do Porto",[278] protagonizada por Paul Stephankevitch, representante de um grupo financeiro belga, sob iniciativa da seguradora *A Mundial*.

O projecto, apresentado à presidência da Câmara e ao público no salão nobre do Club dos Fenianos Portuenses em 2 de Outubro de 1931, consistia na construção de uma "nouvelle petite ville moderne" para uma população de 12.000 a 15.000 habitantes com cerca de 2700 fogos onde hoje se situa a zona industrial de Ramalde. Pela descrição, tendo em conta o alcance internacional do processo encetado na reconstrução da Bélgica que conduziu, nos anos de 1920, à afirmação de uma nova arquitectura modernista fundada nas *Garden-cities*, pode-se prever com alguma segurança que o plano consistiria numa cidade satélite autónoma estrategicamente implantada para usar a rede de transportes já estabelecida, o rio e a planeza topográfica. O empreendimento estender-se-ia por 80 hectares de terreno estruturado por um parque natural, edifícios comerciais e públicos que garantiam a autonomia da nova comunidade operária. O seu custo seria suportado por capital de investidores privados aos quais se juntaria a edilidade através de empréstimo que poderia ser amortizado ao fim de 18 anos. [279]

---

[278] CORDEIRO, José Manuel Lopes – *"O Plano do Senhor Stéphankévitch"*. In, *Jornal "O Público". Caderno Local*, 23 de Julho de 2000

[279] STEPHANKEVITCH, Paul – *"Le Problème des Habitations Économiques et le Cas de la Ville de Porto*". In, *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, 2ª Série. Porto: Imprensa Social, 1935

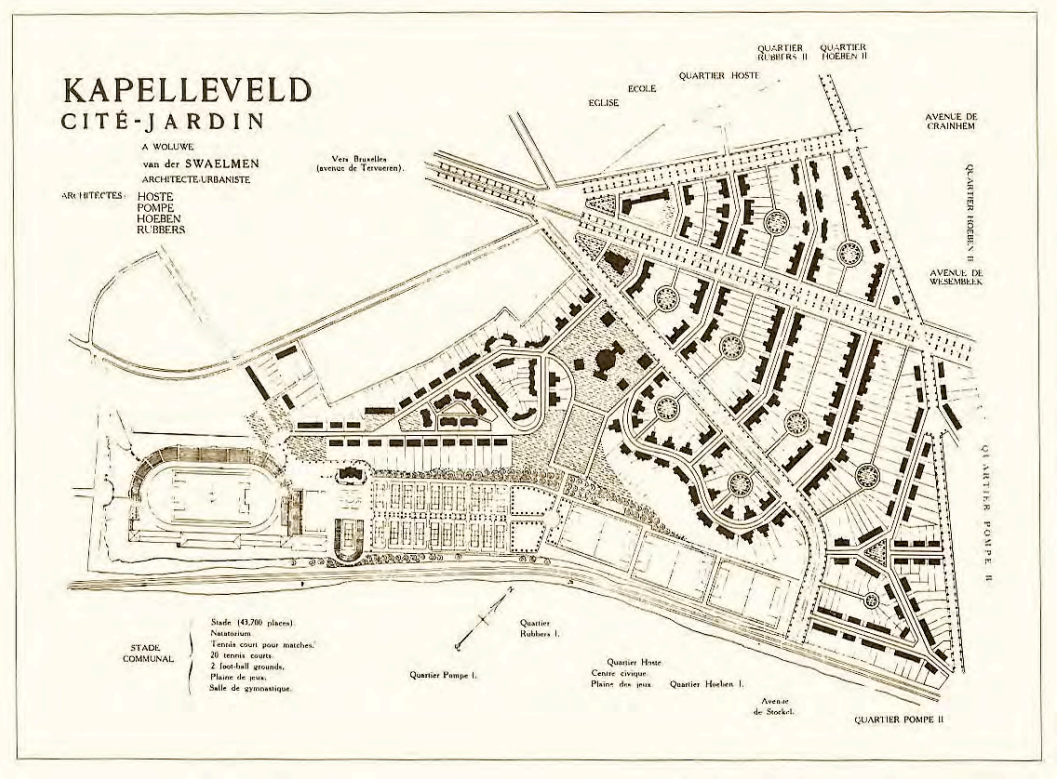


Fig. 21: Kapelleveld, Cité-Jardin, Bruxelas, Louis van der Swaelmen, 1922-1926.
[*Cités-Jardins 1920 - 1940 en Belgique*. Bruxelles: Archives d'Architecture Moderne,1994]

A 21 de Dezembro de 1932, Raul Tamagnini Barbosa insiste num modelo de gestão também belga afirmando que a construção dos bairros económicos no Porto dependia da fundação de uma grande "régie-cooperativa".[280] Ou seja, propunha criar uma associação tentacular organizada pelo princípio do *trabalho,* correspondendo o centro ao Estado que funcionaria como unificador das várias cooperativas intervenientes, às quais, por seu lado, eram "ligadas várias sociedades secundárias ou derivadas, constituídas pelas comunas, pelas instituições de beneficência públicas ou particulares e pelos simples particulares".[281] Ao contrário do que parece implícito na proposta do engenheiro belga, para esta sociedade ter rentabilidade recomendavam-se "os familistérios, género Godin (de Guise) para empregados do comércio, estudantes, operários que não tenham família e até para aqueles que na família já excedam certo número ou, por qualquer circunstância, não possam com ela viver, para todos os celibatários, enfim; mas isso, como já disse, é com os senhores engenheiros, arquitectos e higienistas".[282] Portanto, estar-se-ia perante uma solução mista constituída por blocos de habitação com galeria e casas unifamiliares associadas ou isoladas.

Em carta datada de 1939 dirigida ao município por António de Magalhães é reportado ao ano de 1931 a criação de uma comissão de estudo dos problemas de salubridade dentro da Liga de Profilaxia Social. Esse grupo de trabalho era constituído *pelo* Governador Civil, presidente e vereadores municipais, Inspecção de Saúde, Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal, vários higienistas e economistas. No teor do relatório produzido sublinhavam-se os três problemas fundamentais da cidade do Porto nos anos de 1930: água, esgotos e habitação. Posteriormente, a *LPPS* integra juntamente com as agremiações de engenheiros, arquitectos, economistas e a Faculdade de Medicina, a Comissão do Estudo das Habitações das Classes Pobres promovida pela edilidade. O relatório da liga transcrito na carta esclarece que a "a construção de bairros-jardins, sendo óptima,

280 BARBOSA, Raúl Tamagnini – *"Uma Solução Económica para a Reconstrução do Porto".* In, *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*, 2ª Série. Porto: Imprensa Social, 1935, p. 117

281 Idem, p.116

282 Idem, p. 122

não é compatível com as condições financeiras da Câmara, do Estado, e ainda com a mais precária situação económica dos munícipes". Argumentava-se contra a escassez de terrenos abertos amplos perto do centro da cidade, a fraca oferta de transportes baratos, a dificuldade de provisão de água e esgotos. Eram razões suficientes para que a liga defendesse a habitação colectiva edificada nos próprios locais onde houvesse necessidade de demolir as *ilhas* ou noutros pontos em que não houvesse a necessidade de lotear. Assim, existindo casos de sucesso na "Alemanha, Áustria, em parte de França e principalmente na Rússia, no Porto será essa a solução a adoptar quanto antes, não tendo tempo nem oportunidade para entrar em detalhes."[283]

[283] Carta da Liga Portuguesa de Profilaxia Social assinada por António Emílio de Magalhães. Cota CMP-10-86. [AHMP]

3.2.3. O debate político e a *Economia social*

Até à instauração da ditadura militar, em 1926, um conjunto de propostas legislativas vai sendo apresentada ao parlamento versando os mais variados aspectos da situação do operariado, nomeadamente, o problema da precariedade habitacional. Essa dinâmica estabilizará a partir da concretização, por Sidónio Pais, dos primeiros Bairros Sociais da República. A eloquência dos discursos proferidos busca nos exemplos estrangeiros a legitimidade e a pertinência da argumentação. O seu teor denota não só a actualidade da agenda política portuguesa em relação ao que se passava nas mais dinâmicas cidades europeias, mas também uma ausência continuada na determinação de soluções e sua implementação.

Na presença de um cenário de calamidade pública e ruptura social iminentes, a posição neutral do governo liberal era gradualmente exposta à urgência da "cidade higiénica" que arrastava consigo, irremediavelmente, a discussão política e cívica sobre a promoção das *casas baratas*. Isso é particularmente visível no número de propostas legislativas que se apresentará assiduamente à *Câmara dos Deputados do Reino*.

A primeira indicação que temos da acção governativa contemplando a questão da habitação operária é dada num Decreto-lei das Cortes Gerais, promulgado por D. Luís a 2 de Julho de 1867, referente à organização de sociedades cooperativas, as quais estariam isentas do imposto de selo e demais contribuições sobre lucros obtidos. No seu fim de "mutuamente se auxiliarem os sócios" no desenvolvimento da sua "economia doméstica", diz-se que essas sociedades poderiam construir casas para os associados, fixando os tipos e o custo relativo, ou seria permitido à cooperativa emprestar capital para aquisição de casa.[284]

A mesma questão seria ainda colocada em 1876 através de uma proposta para se dispensar "do adicional para viação" durante dez anos todos os prédios edificados

[284] Note-se que em 1876, Costa Goodolphim, no livro *A Associação*, não contemplava nas suas listas nenhuma cooperativa dedicada à construção de habitação ou, mesmo, alguma que esporadicamente tivesse edificado casas.

cujo rendimento colectável de cada um não excedesse 1.200,000 réis anuais. A medida, destinada a "animar a construção de casas baratas e próprias para as classes menos abastadas", estaria incluída num decreto aplicável exclusivamente à capital, dependente da apresentação do Plano de Melhoramentos, e contemplava um empréstimo para obras diversas de saneamento e salubridade.[285] Em 1880, o assunto sobre a construção de casas operárias era aflorado pelo regenerador Ernesto Hintze Ribeiro (1849-1907) incluído na polémica sobre a contribuição predial. Consequentemente, em 1882, Joaquim José Alves, deputado pelo círculo de Lisboa, elaborava um projecto-lei cujo artigo primeiro explicitava que "é permitido à Câmara Municipal de Lisboa, a qualquer companhia, ou particular, edificar casas para as classes pobres nos diversos bairros da cidade, de modo que reúnam à barateza as condições higiénicas precisas, devendo os planos dessas edificações ser sujeitos à aprovação dos técnicos do governo e da câmara, ouvidas as corporações de higiene". Condicionava-se o custo das habitações a 24 réis anuais sendo que os terrenos públicos poderiam ser adquiridos a custo favorável.[286] A proposta seria retomada na sessão de 2 de Junho redireccionada para a Comissão de Obras Públicas. No mês seguinte, insiste-se no problema afirmando-se que esse tipo de empreendimentos "não pertence ao número dos que vem agravar a despesa do tesouro, antes pelo contrário da sua aprovação resultara não só facilitar-se casas baratas e salubres para as classes menos favorecidas da fortuna, mas ainda proporcionar trabalho aos que dele carecem para sua sustentação".[287] Provavelmente, a pressão republicana desses anos e alguma insistência interna, por certo, pressionaram o governo a apresentar a 15 de Janeiro de 1883, pela mão de Hintze Ribeiro, à data responsável pela pasta das obras públicas, comércio e indústria do governo de Fontes Pereira de Melo, o *Projecto-Lei 10-E*. A proposta sublinha as atribuições exclusivamente reguladoras e dinamizadoras do poder público, coadjuvando "a iniciativa particular, a fim de que possa levar a efeito um

[285] Proposta apresentada à Câmara dos Senhores Deputados por Mariano de Carvalho e Pereira de Miranda. Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 25 de Janeiro de 1876

[286] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 01 de Abril de 1882.

[287] Idem, Sessão de 18 de Julho de 1882.

tão útil cometimento". [288] As medidas respeitavam a operações realizadas unicamente na capital, isentando-as de contribuição predial e de registo dos terrenos, para além de dar privilégios de escolha da melhor madeira a custos de mercado nas matas reais. Em contrapartida, as casas deviam obedecer "às necessárias condições de perspectiva, solidez, capacidade e higiene". A proposta *fontista* manter-se-ia em sede de comissão de avaliação havendo notícia que em 1884, sob responsabilidade do deputado e engenheiro civil Augusto Maria Fuschini (1843-1911), estariam a ser introduzidas algumas alterações, nomeadamente, para que a sua aplicação abrangesse a cidade do Porto.[289]

A 16 de Maio de 1884, iniciava-se na assembleia o debate do *Projecto-Lei 81-A – "Construção de Casas Económicas"* – apresentado pelo engenheiro do partido Regenerador Augusto Fuschini. O longo relatório de introdução ao articulado proposto constitui uma informada resenha da história nacional e internacional da habitação para pobres elaborada sobre a própria evolução do movimento socialista e contemplando os seus diversos autores e correntes filosóficas. No texto que serviria de base ao livro *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres,* [290] editado no mesmo ano, determinados efeitos sociais sugeridos foram pela primeira vez associados a modelos arquitectónicos concretos de habitação. Apesar de se perseguir enunciações anteriores quanto às medidas de fomento à construção, dois aspectos inovadores devem ser referidos: primeiro, a necessidade de transformar os operários em pequenos proprietários instrumentalizando as "habitações salubres, cómodas e baratas" para obter "princípios da ordem e da economia, que constituem a melhor garantia do sossego e um poderoso elemento de capitalização da riqueza nacional"; em segundo, uma recusa pelo sistema de habitação colectiva porque, conforme sublinha:

[288] Idem, Sessão de 15 de Janeiro de 1883.

[289] Idem, Sessão de 13 de Maio de 1884.

[290] FUSCHINI, Augusto – *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres*. Lisboa: S.E., 1884

[...] inegavelmente, pode proporcionar construções muito económicas; deve mesmo ser preferido em certas condições, quando por exemplo, o terreno é mui caro e correm por conta das empresas a construção, a conservação e a limpeza das ruas; em geral, porém, dificulta a adquisição das habitações pelos inquilinos, e obriga-os a uma vida íntima e comum, quase sempre inconveniente, não consentindo além disso que cada família ou locatário tenha o seu pátio, elemento tão importante para a salubridade das habitações pobres e comodidade dos moradores.[291]

O documento abrirá uma sequência de propostas, muito fomentadas por figuras alinhadas com o republicanismo, que deu corpo a um pensamento estruturado à volta da ideia que o Estado deveria ser um regulador atento de um mecanismo social harmónico e em progresso. Nesse sentido, estimular a habitação saudável de rendas reduzidas evitava que, entre outros, "os elementos sociais se atropelem, se esmaguem, ou sejam reciprocamente nocivos".[292]

Os pedidos submetidos à câmara legislativa para renovação da proposta prolongar-se-ão durante os 6 anos consecutivos através de intervenientes distintos, facto que perspectiva não só uma insistência na criação de bases legais para o arranque de bairros sociais como ainda uma predilecção por habitações unifamiliares dispostas em grupos. Aliás, doravante, esse modelo será o que acolherá o acordo nas diversas iniciativas dos vários quadrantes políticos representados no parlamento. Em 1888 foi promulgada legislação inconsequente que isentava durante 10 anos as construções modestas do imposto predial.

A discussão seria retomada a 7 de Março de 1901 pela voz de Guilherme Augusto de Santa Rita (1859-1905) que apresentará um *"Projecto de Lei sobre habitações económicas*" tendo por base o livro que havia publicado em 1891, *Habitação do operário e classes menos abastadas*.[293] Teriam acelerado a submissão do documento os recentes acontecimentos da peste no Porto e a confirmação da tuberculose como doença contagiosa "que se desenvolve no meio em que haja mais falta de asseio, ausência de higiene, ar mais viciado e menos luz", o que colocava sob observação

[291] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 16 de Maio de 1864

[292] Ibidem

[293] SANTA-RITA, Guilherme Augusto – *Habitação do Operário e Classes Menos Abastadas*. Lisboa: Typ. da "Gazeta de Portugal", 1891

mais cuidada os perigosos focos de infecção sentidos nos "bairros pobres de Lisboa e Porto, dada a falta de asseio que há nos prédios". O teor político afirmava o dever do Estado em garantir o acesso pelas famílias carenciadas a casas higiénicas. Essa tarefa tornava-se essencial ao destino das nações modernas porque por aí se garantia o equilíbrio económico, social e político do país:

> Questão fundamental, direi mesmo: questão primacial, porque encarada sob o aspecto da legal constituição da família, ela nos mostra, nos ensina como essa constituição e essa manutenção se efectuam segundo as leis da moral e da higiene; como o seu poder de orientação se reflecte nos destinos do indivíduo como membro da colectividade, e, por consequência, como acção produtora determinativa de um aperfeiçoamento constante e de uma maior e melhor distribuição, consumo e circulação da riqueza de um país. [294]

No texto original publicado em 1891 - o primeiro em Portugal dedicado exclusivamente ao problema da habitação das classes pobres – expunham-se as vantagens da promoção de habitações económicas saudáveis, a sua influência na melhoria das condições de vida dos assalariados e, consequentemente, a sua tradução no progresso industrial e económico. Partindo do estudo da habitação do pobre como ponto nevrálgico da rede de constrangimentos da vida do operariado, a melhoria da habitabilidade era olhada como potenciadora da "constituição e manutenção da família segundo as leis da moral e da higiene, sua reprodução genésica, reflexo do seu poder de orientação nos destinos do indivíduo como membro da colectividade, e por consequência sob o aspecto do maior aperfeiçoamento das forças produtoras". [295] E, assim, capaz de aumentar a produtividade, o consumo, permitindo a criação de maior riqueza para o Estado. Também era claro que essas melhorias podiam ser implementadas através de pequenas reformas legais e institucionais confiando que *natura non facit saltus*[296]. A evolução reformista da ordem física e social realizada por saltos sucessivos, *darwinianos,* teria a vantagem de afastar as ideias vanguardistas revolucionárias

[294] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 07 de Março de 1901

[295] RITA, op. cit., p. XII

[296] Idem, p. XV

capazes de incutir nas massas a ira e a desorientação, logo, a destruição das estruturas produtivas estabilizadas. É, pois, num quadro reformista, cauteloso em relação às vantagens e privilégios do liberalismo, que se pode encontrar um fio condutor entre as teorias que visavam, directa ou indirectamente, a cidade proletária.

Em nota introdutória ao diploma, Santa Rita enumerava as várias possibilidades da promoção edificatória onde figurava o papel do Estado, a par da indústria, ou do associativismo. No caso português, a ausência de uma intervenção directa do Estado, cuja neutralidade *laissez-faire* permitia uma especulação desenfreada da construção, explicava a ausência de um mercado imobiliário de casas baratas em boas condições de habitabilidade. A acrescentar ao problema da escassez de casas, Santa Rita condenava o carácter estigmatizante dos raros bairros que foram sendo construídos em locais encapotados da cidade. Essa tendência em procrastinar o alojamento das classes pobres deixando desenvolver focos circunscritos de exclusão traduzia-se numa falta de democratização da forma de habitar e também da habitação. Ou seja, o direito de todos à cidade estava a ser negado.

> As classes trabalhadoras não devem por forma alguma constituir uma casta a quem o resto da sociedade aponte um determinado sítio para habitação. Sendo as principais forças produtoras de um pais, têm elas jus a espalhar-se pela sua capital e principais centros, e por entre todos os seus órgãos de progresso. Que ao lado da habitação do opulento exista a pequenina, mas asseada casa do pobre e construída em tais condições para o inquilino, que seja possível ao cabo de alguns anos tornar-se ele seu proprietário. E a casa do opulento ao lado de esta não será mais, para o pequeno proprietário, do que um estímulo constante pela representação material do poder do trabalho.[297]

Para o proponente, um problema significativo residia no descontrole do preço dos terrenos, factor estruturante no equilíbrio dos vários interesses envolvidos no mercado liberalizado da construção de casas baratas. Tomando o caso de Lisboa, salientava-se que, quando o custo do terreno era elevado, gerava-se um ciclo de

[297] Idem, p. 83

distorções que conduzia à procura de locais desfavoráveis, a um fraccionamento máximo da propriedade e à construção de fraca qualidade. A agravar essas habitações, seguia-se um processo de transformação pela adulteração das áreas e cérceas originais obtendo-se pela repartição e acréscimo de pisos o máximo rendimento da operação.

Nas palavras de Santa Rita, a habitação operária devia optimizar as condições de economicidade, salubridade e comodidade, mantendo-se "agradável à vista". O modelo ideal devia incorporar todas as inovações da "engenharia moderna" tendo: cinco compartimentos e sótão, no mínimo, renovação de ar de 8 metros cúbicos por hora nos espaços habitáveis e materiais duradoiros. A implantação seria sobre um terreno de 6 ou 9 metros e uma faixa de 1,20 metros pelo menos a separar entre si as habitações vizinhas. A construção devia ainda estar sobrelevada do solo 30 a 50 centímetros e orientada de norte a sul, ou de nascente a poente, para garantir as melhores condições de salubridade, ser ainda confinante com a rua. [298] Esta *casa-tipo*, com telhado e jardim, térrea, que devia ser utilizada em dois terços dos empreendimentos, parece evocar de perto o mediatizado caso de Mulhouse.[299] Estas soluções que se esboçam coincidem com a formação de um discurso disciplinar crítico onde os arquitectos e engenheiros nacionais destacam as particularidades conceptuais, estéticas e formais do novo programa habitacional. Por exemplo, Arnaldo Redondo Adães Bermudes (1864-1947 elabora em 1897 o "*Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*; no *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, Costa Goodolphim elabora, em 1895, o texto *Construcções Económicas*; Melo de Matos (1856-1915) fomenta na revista *A Construção Moderna* uma campanha sobre as questões técnicas, projectuais e financeiras que a casa operária colocava; o arquitecto Lino de Carvalho escreve na passagem do século *"Povoações Salubres"* e *"Considerações sobre a higiene da*

[298] Idem, p. 84 e 104

[299] Note-se que estes discursos parecem transportar imagens demasiado concretas para não serem indexadas, naturalmente, a determinadas publicações especializadas no tema como ocorreu com o famoso livro, anteriormente referido, de Émile Muller e Émile Cacheux - *Les habitations Ouvrières en Tous Pays.*

habitação". [300] Em todos ecoa uma vontade de acção que deambula entre o programa ideário e formal das *Garden-cities* de Ebenezer Howard e o movimento mais prosaico das *Cités Ouvrières*.

A minúcia utilizada para descrever os futuros bairros tinha como objectivo político alertar para a necessidade de se implementar mecanismos compensatórios de regulação do mercado imobiliário pois, a continuar a especulação e a dificuldade de acesso ao crédito, manter-se-ia o estado de precariedade vigente. A resposta recaía na formação de sociedades construtoras anónimas exclusivamente dedicadas à edificação de "casas de renda barata" contratualizadas com o Estado, o qual garantiria um complemento de juros de 6% e cederia um terço da reserva dos terrenos permitido pela extinção das ordens religiosas em 1834. A justificação da cedência dos terrenos em pleno centro das cidades socorre-se de uma comparação a vários níveis eloquente:

[...] sob um ponto de vista filosófico e histórico seria justa, seria racional, porque nesses terrenos onde, em séculos idos, passearam as monjas piedosas, ficariam hoje muito bem localizadas as pequenas mas asseadas casas do operário, do funcionário modesto, casas rodeadas de pequenos jardins, onde os filhos deles - as crianças de hoje, os cidadãos de amanhã - beberiam a largo fausto a vida do bom sol e ao bom ar.[301]

Em alternativa, sob autorização das câmaras, que se encarregariam de executar os espaços públicos, o governo podia também arrecadar para as sociedades edificatórias prédios em Lisboa e Porto localizados perto de centros industriais através da lei de expropriação por utilidade pública por se prestarem à construção de bairros operários. Em ambas as situações, tratar-se-ia da transformação da cidade

[300] Esta produção entroncava num conjunto de informação internacional mais heterogénea onde se incluíam os relatórios das Exposições Universais e das Exposições de Higiene, os artigos publicados nas revistas de pendor mais técnico ou alguns manuais directamente dedicados ao tema do novo alojamento operário. Neste último caso destaca-se a popularidade atingida pelo texto *Les Habitations Ouvrières en Tous Pays* - editado pela primeira vez em 1878 e premiado com medalha de ouro na Exposição Universal de Paris de 1889. Esse livro devia constituir-se como um instrumento pedagógico e técnico para a expansão do "movimento das cidades operárias". Constantemente reeditado, ele era provavelmente conhecido pelos que frequentaram a academia parisiense tendo sido difundido em Portugal em circuitos de interesses distintos.

[301] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 07 de Março de 1901

através da revitalização de zonas preexistentes, o que configurava uma ideia de continuidade urbana distinta das práticas mais conhecidas baseadas em assentamento autónomos periféricos.

Sobre o tipo de promoção possível, Guilherme Santa Rita refere a acção do Estado, sob o ponto de vista legislativo, pecuniário e moral, a acção do paternalismo industrial e a acção do princípio associativo ligado à filantropia e ao rendimento imobiliário. [302] A tese de Santa Rita mantinha afastado o Estado enquanto senhorio da construção de habitação económica cabendo esse dever a organizações de direito privado. Portanto, o papel da Administração Pública limitar-se-ia a legislar para agilizar o acesso ao crédito e atenuar os deveres fiscais. Era um sentido já expresso no esforço legislativo de Augusto Fuschini apresentado em 1884.

Dada a falta de recursos e desconfiança nos gestos socialistas, invariavelmente insistia-se numa certa filantropia de sociedades de capital anónimo perante a expectável falta de rendimento. Quando Guilherme Santa Rita justificou, em 1901, uma empresa de accionistas para a provisão exclusiva de casas baratas, com uma cobertura inicial de risco por parte do Estado de 6%, expôs pela primeira vez esse problema. Porventura, tinha presente o conhecido "Five Percent Philanthropy" praticado pelas sociedades vitorianas de construção em Londres, no final de Oitocentos. No âmbito da segunda etapa para a resolução da habitação operária inglesa, após 1862, admitia-se que as sociedades construtoras de habitação operária eram pouco atractivas para o investimento no contexto geral do rendimento de capitais. Segundo a análise de Henry Roberts, já citado, as perdas estabilizavam-se entre 3,5 a 4% de lucro, pelo que esse baixo valor deveria ser considerado a quota-parte de filantropia dos accionistas. John Tarn explica que esse facto conduziu a uma prática vitoriana corrente denominada "philanthropy and 5 per cent". [303] Um dos casos citados nas publicações portuguesas é o da companhia fundada por

[302] Ibidem

[303] TARN, John Nelson – *Five per cent philanthropy. An account of housing in urban areas between 1840 and 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p. 43

Rothschild em Londres, em 1885, denominada *Four per cent industrial dwelings company*.

Uma situação intermédia decorreu do movimento cooperativo e mutualista enraizado desde meados do século XIX em vários domínios da vida económica e social operária. Num inquérito divulgado na revista *A Construção Moderna*, a maioria das operações realizadas nessa época em França eram repartidas de igual forma entre cooperativas de rendimento e aquelas sem fins lucrativos.

A 14 de Abril de 1904, Augusto Claro da Ricca propõe alterar a *Proposta de Lei nº1A*[304] no intuito de dar uma nova leitura às características arquitectónicas das casas a promover e à forma da sua aquisição: casas independentes e separadas; que cumpram com os regulamentos de salubridade [305] e sejam compradas por pagamentos anuais; que o juro do capital não sofra uma taxa superior a 6%; que as casas possam ser permutáveis para permitir a dinâmica do aglomerado familiar; que cada casa tivesse um quintal com área não inferior a 50 metros quadrados e que a qualidade construtiva devia permitir a sua duração por um período mínimo de 50 anos. Mas, a alteração mais significativa dizia respeito à natureza jurídica dos empreendimentos que podiam agora ser desenvolvidos em regime de sociedades anónimas ou cooperativas. O livre mercado imobiliário, ainda que sob algum controlo estatal, foi pontualmente contrabalançado com propostas mais alicerçadas no associativismo enquanto mecanismo capaz de ser directamente endereçado à classe operária. Assim, o afunilamento da discussão para a presença mínima do Estado encontrava nas associações cooperativas uma escapatória de compromisso entre as alas liberais e socialistas. Duas personagens distintas, ambas implicadas na causa operária, apresentam na época opiniões concludentes sobre a acção da mutualidade e do cooperativismo na resolução do problema da habitação. O

[304] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão nº 19 de 14 de Abril de 1904

[305] Note-se que o Regulamento de Salubridade e Edificações Urbanas (RSEU) tinha saído no ano anterior.

engenheiro José Manuel Mello de Mattos (1856-1915)[306] afirma-o sistematicamente nos artigos que escreve na *Construção Moderna* - expoente desse discurso, o proferido no Congresso Nacional de Mutualidade de 1910.[307] Do outro lado, o economista Bento de Sousa Carqueja, principal impulsionador dos bairros filantrópicos do Comércio do Porto, nas conclusões do livro *O Futuro de Portugal*, editado pela primeira vez em 1900, apela ao fomento do cooperativismo como ferramenta indispensável para o melhoramento das condições de vida da classe operária.[308] Em 1907 noticiava-se no parlamento que em Lisboa algumas cooperativas tentavam organizar-se propondo construir casas de vários tipos. Uma delas era dirigida pelo engenheiro Justino Teixeira e por Mello de Mattos "havendo um projecto elaborado por esse distinto funcionário, no sentido de ser autorizado o Governo, por intermédio da Caixa Geral de Depósitos, ou da Caixa Económica Portuguesa, a fazer um empréstimo sobre hipoteca dessas construções".[309] No ano seguinte as "associações de classe e de socorro mútuo de Lisboa" fazem-se representar no parlamento com uma proposta denominada *"Construções económicas e higiénicas"*[310] a qual teria sucumbido ao esquecimento ou atropelada

---

306 Embora dispersa, a reflexão teórica que o engenheiro Mello de Matos faz sobre a temática das casas económicas e outras matérias afins é uma das mais incisivas. Maioritariamente depositados na revista, *A Construção Moderna*, que o próprio em certo momento dirige, referenciam-se de seguida alguns dos titulos mais importantes:

"Casas Baratas". In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1903, pp. 142-143

"Casas Baratas" - Conferência realizada no Centro Regenerador Liberal. In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1904, pp. 276-280

"O saneamento do Porto". In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1905, pp. 19-20

"Casas Baratas" – Conferência realizada em 11 de Maio de 1905 no Atheneu Commercial de Lisboa. In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1905, pp. 67-68

"Habitações Económicas". In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1905, pp. 93

"Congresso de saneamento e salubridade da habitação". In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1906, p. 51-52

"Casas Económicas". In, *A Construção Moderna*. Lisboa: 1908, pp. 271-272

"A organização de um bairro operário". In, *A Construção Moderna e as Artes do Metal*. Lisboa: Coimbra Editora, 1911, pp. 66-67

307 MATTOS, Mello de - *"Da acção da mutualidade contra as habitações insalubres. - Papel do cooperativismo na construção de casas higiénicas e baratas"*. In, *Congresso Nacional de Mutualidade - Tese XII*. Lisboa: [s.e.], 1910

308 CARQUEJA, Bento de Souza - *O Futuro de Portugal*. Porto: Livraria Chardron, 1920, p. 334

309 Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão nº 19 de 28 de Janeiro de 1907

310 Indicação de publicação de provável opúsculo na bibliografia referida em, MOREIRA, Manuel Vicente - *Problemas da Habitação (Ensaios sociais)*. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas, 1950

pelo precipitar de acontecimentos após o regicídio a 1 de Fevereiro de 1908.

Na *Proposta 10-BB*[311] de 22 de Agosto de 1905 do governo *Progressista,* o Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João de Alarcão (1854-1918) confessava que a sua iniciativa legislativa decorria de um conjunto de inquirições ao estado da população operária promovido arguciosamente pelo Rei D. Carlos. As informações recolhidas tinham a sua fonte nos inquéritos de salubridade e nos cadastros sanitários que, desde 1901, eram impostos por diversos organismos vinculados aos serviços de saúde e higiene e dos melhoramentos sanitários, mencionados no anterior capítulo. Essas recomendações e alertas, nascidas da reforma sanitária, começaram a integrar o debate gerado ao redor do problema do alojamento operário. Conforme se pode observar na proposta de João de Alarcão, por exemplo, a aprovação pelos serviços municipais dos projectos de arquitectura dos bairros construídos dependeria do parecer favorável do Conselho de Melhoramentos Sanitários e o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas.
Chamava-se já a atenção para o problema dos desequilíbrios urbanos que a liberalização do mercado de arrendamento provocava. A cidade crescia através de uma pressão urbanística centrada em loteamentos para prédios de médio e alto rendimento que expulsava o alojamento operário e rural para zonas indistintas, pouco recomendáveis à implantação de habitação sadia, espalhadas aleatoriamente pelo território.

A presente proposta não é, portanto, e apenas uma providência de filantrópica humanidade, não é só um acto de simples beneficência, é também uma medida de incontestável utilidade social e até de uma inadiável necessidade pública. Todos lucrarão com ela, pobres e ricos. [312]

O projecto dava preferência à construção de conjuntos de moradias isoladas unifamiliares ou, em alternativa, agrupadas aos pares formando conjuntos

[311] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão nº 19 de 22 de Agosto de 1905
[312] Ibidem

separados por espaços de 5 metros, ou 8 metros quando tivessem dois pisos. As "fileiras de casas sucessivas e unidas, mas cortadas por meio de ruas transversais, quando o seu comprimento exceder os 100 metros" seriam ainda aceitáveis. Em qualquer das situações era obrigatório a existência de um terreno com largura livre mínima de 3 metros na retaguarda das casas e um pequeno jardim na frente. Os assentamentos de pequena escala organizar-se-iam segundo uma malha simples hierarquizada a partir do estabelecimento de ruas de serviço (transversais de 5 metros) e distribuidoras (longitudinais de 10 metros).[313] A dimensão urbana dos conjuntos podia ser diversa adequando-se a realidades distintas, ora se tratasse de colmatar cirurgicamente pequenas necessidades recorrendo a "grupos de casas", ora se constituindo "bairros operários" em áreas de forte influência industrial, ou mesmo, criando-se "bairros de maior vulto" que deviam ser complementados com escola e lavadouro público.

Existia uma vacilação sobre o grau de compromisso do poder político em empreendimentos maioritariamente reclamados urgentes no seio da "questão social". Nos últimos artigos desta proposta de João de Alarcão definia-se que seria o governo incumbido de destacar do orçamento de estado uma verba auxiliar a aplicar directamente na construção de casas baratas. Complementarmente, segundo o artigo 9º, os municípios do Porto e Lisboa "deverão construir estes bairros ou grupos, quando, para saneamento das povoações, tenham que proceder à demolição de casas insalubres destinadas às classes pobres".[314] Abria-se um precedente sobre a possibilidade da administração local promover directamente a habitação.

Quando no ano seguinte a Câmara dos Deputados insiste nesta *Proposta 10-BB*, há informação que no orçamento 1905-1906 estava já inscrita uma verba extraordinária de 3.600 réis para edificações de casas baratas em Lisboa. Sob protesto do regimento, a 23 de Maio de 1908, o Ministro do Reino, Ferreira do

313 É um modelo virtual de raiz francesa. No prólogo ao Projecto-Lei são referidos "com merecido louvor" os *Bairros do Comércio do Porto*.

314 Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão nº 19 de 22 de Agosto de 1905

Amaral (1844-1923), coloca em discussão a *Proposta de Lei nº 5-B* denominada *"Proposta de Lei para a Construção de Casas Higiénicas e Baratas para Operários"*,[315] provavelmente preparada por uma Comissão de Propaganda contra as Habitações Insalubres onde a Sociedade dos Arquitectos Portugueses estaria representada por Lino de Carvalho. Sabe-se do contributo do arquitecto, submetido ao parlamento, com o título *"Do arejamento, especialmente quanto aos espaços livres das povoações, e muito em particular da largura das ruas que, segundo a minha opinião, além dos jardins, nunca deveria ser inferior a 10 metros"*. [316]

Conforme o seu artigo 15º, as companhias interessadas em desenvolver bairros ou os proprietários de casas baratas eram obrigados ao registo das habitações num Conselho Superior de Higiene da Habitação que julgaria do cumprimento ou não dos objectivos da lei através da avaliação da sua qualidade. O deferimento permitia usufruir de subsídios governamentais, entre outros, a redução de contribuição predial em 2% ou 5% conforme casas com rendas anuais inferiores a 50$000 réis ou superior a 50$000 réis. O decreto também estabelecia a criação de uma bolsa de donativos de beneméritos que reverteria para o Conselho Superior sustentando uma distribuição de prémios aos proprietários ou aos chefes das famílias que habitassem os prédios inscritos e "melhor cumpram as instruções que sobre higiene privada da habitação". Se nesse Conselho houvesse inscritos conjuntos formados por mais de cinquenta habitações, os municípios dariam preferência na execução dos arruamentos, abastecimento de água e iluminação pública; esses privilégios eram estendidos à colocação de escolas por parte do Governo.[317]

O ano 1909 distingue-se pelo conjunto dos debates na Assembleia dos Deputados

[315] Idem, Sessão nº 15 de 23 de Maio de 1908

[316] Coincide com a data a informação dada pelo arquitecto Lino de Carvalho quando refere a existência dessa comissão onde havia aceite ser representante da Sociedade dos Arquitectos. Numa interpretação possivel, essa Comissão, em reunião de 26 de Junho de 1908, decidiu-se por se fazer representar a 6 de Julho no parlamento. Cf. CARVALHO, Lino de – *"A habitação"*. In, *Annuario dos Architectos Portuguezes*. Ano IV, MCMVIII. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p. 27

[317] Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão nº 15 de 23 de Maio de 1905

sobre a "questão social" do operariado.[318] Particularmente, em Julho, o tema das casas baratas é longamente discutido à volta do *Projecto de Lei nº 45*, "*Construção de casas baratas para as classes pobres"*. As várias sensibilidades manifestaram-se à volta desse sucessor do projecto de 1908 cuja originalidade, conforme se referiu, residia na instituição de uma entidade reguladora - o Conselho Superior de Higiene da Habitação.

A comissão responsável pelo desenvolvimento do projecto tinha como relator José Caeiro da Matta (1877-1963), político do Partido Regenerador controverso e autor do livro *Habitações Populares,*[319] por essa altura editado. A proposta inspirava-se no modelo belga que tinha como centro financiador caixas económicas o que obrigaria à reorganização da Caixa Económica Portuguesa.[320] No mesmo ano, no exame feito à lei pela revista *A Construção Moderna,* referia-se que os depositantes da Caixa tinham aumentado e "claro está que na sua maioria são pessoas de modestos recursos aquelas que ali efectuam depósitos; isto é, precisamente as que têm interesse na solução do problema das habitações económicas".[321]

Nas declarações de renúncia desta legislação sublinha-se o facto de alguns a considerar contrária aos princípios liberais. Outros afirmavam o seu sentido contraditório por ser "uma péssima copia do regulamento que existe em França desde 1894[322] e que os socialistas tentam por todas as formas derrubar por não corresponder às justas aspirações do operariado".[323] Pelos benefícios da lei seriam

[318] Por exemplo, em Outubro de 1909 , sob ameaça de *lock-ou*t dos empreiteiros do Porto, tenta-se introduzir o Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho, no sector da construção civil. Também nesse ano, por Portaria de 26 de Novembro, é mandada fazer uma *Inquirição pelas Associações de Classe Industriais sobre a Situação do Operariado,* publicada no ano seguinte no Boletim do Trabalho Industrial

[319] MATTA, Caeiro da – *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909

[320] Em 1880 foi criada com património e gestão separados a Caixa Económica Portuguesa indirectamente afecta à Caixa Geral de Depósitos. O propósito seria receber e gerir as poupanças de pequenas quantias de dinheiro provenientes das classes operárias com o objectivo de incitar nelas o espírito de economia. Em 1885 os fundos da Caixa Económica Portuguesa passaram a ser geridos conjuntamente com os da Caixa Geral de Depósitos .

[321] *A Construção Moderna*, Anno IX, nº 4, 20 de Agosto de 1908, p. 52

[322] Na revista *A Construção Moderna*, no seu nº 231 de 1907, página 19, é transcrita "A lei que modifica e completa a de 30 de Novembro de 1894 sobre habitações" em França.

[323] Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão nº 34 de 27 de Julho de 1909

abrangidas companhias, empresas ou entidades que emitiriam obrigações do valor igual aos do capital investido na construção, em boas condições higiénicas, da habitação para as classes menos abastadas. Durante a discussão aconselhava-se que, para facilitar a acção do conselho se criassem delegações nos diversos distritos do país, principalmente, na cidade do Porto devia existir uma organização especial. Desejava-se também que fosse reconhecido às câmaras municipais o direito de construírem ou de auxiliarem a construção de casas baratas. O Projecto de Lei acabaria por ser votado por maioria, mas sem promulgação superior.

No último ano da Monarquia, numa estratégia de aproximação ao movimento operário socialista,[324] com o intuito de atenuar a radicalização de alguns grupos republicanos, foi negociada directamente com D. Manuel II uma lista de reivindicações onde se encontrava a tese *Construção de casas económicas por iniciativa particular* da autoria de Azedo Gneco [325] (1849-1911) aprovada por unanimidade no Congresso Nacional Operário de Julho de 1909. Na carta onde se apresenta ao rei o referido documento diz-se:

Se nesta ocasião Vossa Majestade quisesse mandar elaborar por engenheiro ou arquitecto da Sua confiança um projecto nos termos das letras b) e c) da resolução 2ª da tese inclusa e sob pseudónimo qualquer o fizesse descer à comissão operária encarregada de coligir esses trabalhos, é fora de dúvida que todo o proletariado português, perante a simples suspeita de que semelhante prova de interesse e comiseração partia do seu augusto soberano, se levantaria vibrante de entusiasmo, abençoando o nome de Vossa Majestade e votar-lhe-ia uma destas devoções que raras vezes de um povo para o seu rei tem subsistido. *326*

A proposta deveria ser colocada em prática por iniciativa real, utilizada como recurso de apaziguamento social e conquista da simpatia popular através de uma

[324] Antes do regicídio, D. Carlos havia já encetado contactos entre socialistas e regeneradores. Com D. Manuel II, o presidente do Conselho, Wenceslau de Lima, tenta negociar apoios políticos com o Partido Socialista cuja desorganização e fraccionamento era aproveitada pelo Partido Republicano.

[325] Sublinha-se que Eudóxio César Azedo Gneco manteve nos anos de 1870 relações epistolares com Karl Marx e Engels. Destacado ativista na defesa da classe operária, foi fundador do Partido Socialista Português em 1890 onde se destacaria, por fim, como defensor do regime republicano.

[326] *Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais Depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1915, p. 145

colagem ao movimento operário socialista. Para além da questão política, consubstanciada na fé de que o Partido Socialista pudesse desempenhar um papel reformador contra o extremismo do Partido Republicano, a nota de apresentação coloca igualmente a tónica na questão social relativa à higiene e à economia do proletariado. Sobre este último aspecto, recorde-se que em 1909, a convite da Universidade de Coimbra e do próprio D. Manuel II, Léon Poinsard, discípulo de Le Play e eminente figura da Société Internationale de Science Sociale, inicia um trabalho de investigação sobre o mundo do trabalho em Portugal, publicado em 1910 em língua francesa e portuguesa, sobre a família operária em Portugal. O estudo tinha como objectivo final dotar o país de uma análise neutra, validada segundo o novo método da *Ciência Social*, para fundamentar a futura política social e económica portuguesa.[327]

A importância deste acontecimento projecta-se até aos tempos da ditadura de Salazar destacando-se nesses anos o gradual interesse pela nova sociologia dedicada ao espaço social do operariado industrial e rural, especialmente, um olhar mais atento à escola de Le Play. Veja-se o reparo de José Madureira Pinto:

And in fact Portuguese intellectual life saw the emergence of some undoubtedly interesting elements of para-sociological analysis at this time, both in the context of socialist thought, where Proudhon and the 'utopian socialists' were recurring sources, much more then Marx and Engels, as well as in the context of Catholic and corporatist reformism, where, through the direct influence of Léon Poinsard and Paul Descamps, the theoretical and doctrinaire principles and the methods of observation of the Social

327 "Les Portugais sont animés pour plutart d'un patriotisme à la fois très vif, trés désintéressé et très liberal. [...] Si la sotte et niaise manie de ce qu'in pourrat nommer la patriophobie a gagné des adeptes en Portugal, leur propagande est encore fort discrète et n'a que bien peu chances de succès. [...] Le roi Dom Manuel II, qui cherche avec ardeur tous les moyens d'être utile à son pays, voulut bien s'y intéresser lui-mème." Cf. POINSARD, Léon - *Le Portugal inconnu*. Volume II. Paris: Bibliothèque de la Science Sociale, 1910, p. 4 e 5.

Note-se que da edição francesa para a portuguesa, em pleno golpe republicano, são entretanto omitidos os nomes do rei e dos dois colaboradores, o engenheiro José de Mattos Braamcamp e o médico Serras Silva).

Science School of Le Play gained a significant following. Some of these followers later became the ideologues of the Salazarist dictatorship.[328]

Abre-se um parêntesis para dar nota que em 1910, o economista José Marnoco e Sousa, declarado entusiasta da escola de Le Play em Portugal, era lente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. António de Oliveira Salazar, para além da gratidão que lhe presta, suceder-lhe-á em 1916 na cátedra de *Economia Política* e de *Finanças* onde tinha sido seu assistente. Pode-se assim estabelecer um arco temporal de mais meio século, que merecia ser aprofundado pela *História Social e Política*, continuamente ligado à questão da sobrevivência da família operária observada como garante da estabilidade social e económica da pátria. Sobre Poinsard, Luís Torjal refere que o sociólogo cristão, com o seu diagnóstico sobre um Portugal provinciano e medíocre, "mostrava a Salazar o caminho a seguir. Ele que se manifestava contra o passadismo, contra o fatalismo, [...] contra a crise em que a República tinha deixado o país, defendia a necessidade de acordar a «raça adormecida», através de uma «política do povo», onde havia que contar com os «novos», os «rapazes», nomeadamente no campo da cultura, da «política do espírito»".[329]

Os temas da salubridade e da economia social sobreponham-se às exigências da luta operária e encontravam-se particularmente combinados no problema da habitação, quer pelo que significavam em relação à qualidade dos espaços e infra-estruturação doméstica, quer por evidenciarem os desajustes entre o custo das rendas e os minguados salários auferidos. Outro dado importante refere-se ao tipo de promoção escolhida para erguer este género de bairros, que devia ser particular e filantrópica, eventualmente patrocinada pela Casa Real mas sem recorrer aos favores de legislação especial. Esta preferência parece contradizer os princípios da

[328] PINTO, José Madureira – *"Sociology in Portugal. Formation and recent trends"*. In, NUNES, Ana de Almeida - *Terra Nostra: Challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century*. Montreal: International Sociological Association, 1998, p. 58

[329] TORJAL, Luís Reis – *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 144

colectivização e da estatização próximos ao socialismo marxista oitocentista de onde teria emergido a proposta.

Apesar da tese *Construção de casas económicas por iniciativa particular* não se encontrar actualmente identificada, pelos dados biográficos de Azedo Gneco presume-se que o teor do texto teria sido eminentemente programático, inspirado, possivelmente, nos casos internacionais de maior divulgação na época – aqueles construídos pelas associações cooperativas e filantrópicas. Na carta era, por exemplo, referido o caso italiano o qual, ao se adoptar uma das publicações de maior sucesso, de 1904, denominada *Le abitazione populari*, [330] verifica-se o predomínio da solução cooperativa aplicada conforme o modelo comparticipado por accionistas ou constituindo associações maioritariamente de operários sem fins lucrativos. Observando a referida publicação, o uso de uma arquitectura ecléctica era transversal à maioria das propostas usando elementos chave caracterizadores das construções rurais da Europa setentrional, quais sejam os telhados pronunciados, o destaque das molduras dos vãos com fábrica exposta. Este elenco de detalhes adapta-se com maior ou menor grau a diversos tipos de habitação sempre dominados pela casa unifamiliar térrea com jardim. Grande parte dos conjuntos apresentados no livro obedecem a uma rigorosa e hierarquizada malha ortogonal criando uma diferenciação de escala quer pela utilização de várias gamas tipológicas – da casa simples ao bloco – quer pela recriação naquele microcosmos dos espaços públicos tradicionais. Crespi d'Adda, erigida durante a segunda metade de Oitocentos por iniciativa patronal, seria o exemplo mais refinado dessas experiências híbridas situadas entre o classicismo e romantismo da forma. Aí se achavam experiências de *miniturialização* da casa burguesa para ser aplicada nos seus derradeiros rudimentos à escala e às necessidades da casa operária.[331] Parece ser esta estratégia projectual e gramática da forma que se encontra na arquitectura

[330] Recorde-se que das edições mais divulgadas sobre alojamento operário consta o livro do engenheiro italiano Effren Magrini, *Le abitazioni popolari (case operaie)*, publicado pela primeira vez em 1904 pela Hoepli. Complementarmente, no mesmo período, assiste-se à divulgação no periódico *A Construção Moderna* de casos construídos em Itália, nomeadamente, em 1909, a longa resenha histórica contida na "*A legislação estrangeira das habitações económicas"* enumera na página 195 algumas dessas experiências.

[331] MAGRINI, Effren - *Le abitazioni popolari (case operaie)*. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 1910, p. 332-337



Fig. 22: Bairro Económico para Lisboa. Adães Bermudes, 1897. [BNP]

de Adães Bermudes para um *bairro tipo* em Lisboa e para o primeiro Bairro Social do Arco do Cego, erguido já em plena Primeira República.

De todas as propostas dirigidas ao poder do Estado, apenas a colocada por Adães Bermudes em 1897 à "filantropia esclarecida e generosa" da rainha D. Amélia nos elucida quanto às opções relativas à forma arquitectónica e urbana.[332]

> Trata-se da habitação das classes laboriosas e desfavorecidas da fortuna, assunto este do mais elevado alcance, porque a ele se prendem importantíssimas questões de higiene, moralidade, educação e economia, e sobretudo, a questão fundamental da organização, da paz e da felicidade da família, reflexo e garantia da paz, da ordem e da prosperidade nacionais. [...] é seguro que Vossa Majestade estabelecerá entre o povo e o trono este novo traço de união, luminoso, indelével, eterno, ajudando a criar esta instituição, que é uma das mais puras concepções de fraternidade e da solidariedade humana. [333]

Aproveitando a comemoração no ano seguinte do *4º Centenário do Descobrimento da Índia*, apela-se à acção filantrópica da rainha para se estabelecer um primeiro Bairro Económico marítimo para servir de *modelo* a outros a erigir em vários pontos de Lisboa. Um dos aspectos que merece ser valorizado reside no facto de, pela primeira vez em território nacional, se associar uma imagem de arquitectura a um programa de intenções. A forma arquitectónica, expressa através de uma perspectiva axonométrica detalhada, dota com uma imagem precisa aquilo que

---

[332] À presente data, os desenhos conhecidos deste projecto limitam-se a uma gravura axonométrica do bairro junto ao Tejo anexa à publicação de 1897, "*Projecto para a organização duma Sociedade Promotora de Habitações Económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*". No entanto, na *Crónica - Edifícios Públicos*, número 349 da Revista de Obras Publicas e Minas, publicada em 1899, o texto, que passa em revista obras de relevância do ano anterior, menciona *"os estudos e consequentes projectos, que o Sr. Arquitecto Adães Bermudes, nosso consocio, levou a cabo, para se apresentar nos respectivos concursos, tendo por objecto, primeiramente as habitações económicas, e depois as escolas primárias*".

A iniciativa, sendo inédita, não deixa de coincidir com o primeiro concurso de projectos relatado nos seguintes termos: *"A comissão central executiva do Centenário da Índia faz público que nos termos e condições sugeridas pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, fica aberto concurso, entre engenheiros e arquitectos portugueses, para um projecto completo de habitações económicas para famílias e indivíduos menos abastados"*. In, "Concurso para um projecto de habitações económicas". *Boletim da Associação dos Condutores de Obras Publicas*. Lisboa: Imprensa Moderna, 1897, p. 106

Note-se ainda que Adães Bermudes, em 1897, foi promovido a arquitecto de 3ª Classe do Ministério de Obras Publicas, em 1898 ganhou o 1º prémio do concurso para projectos de escolas primárias promovido pelo Ministério do Reino e em 1918, já implantada a República, coordena com Edmundo Tavares a construção do Bairro Social do Arco do Cego em Lisboa.

[333] BERMUDES, A. R. Adães – *Projecto para a organização duma Sociedade Promotora de Habitações Económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas*. Lisboa: S.E., 1897, p. 5 e 15

seria unanimemente, na época, aceite como o ideal de realização da casa operária. O desenho representa um pequeno aglomerado de retaguarda voltada ao rio formado por uma malha viária regular e simétrica. Ao redor da praça central dominada por uma capela neogótica, vários tipos de habitações:

[...] desde a casa isolada de um ou dois pavimentos, que realiza o tipo ideal, até a casas agrupadas por duas e por quatro, mais económicas, pelo aproveitamento dos muros de meação e pelo estabelecimento de uma cobertura comum, e às casas justapostas em alinhamento de um ou dois pavimentos ainda mais económicas, pois que pela utilização de muros de meação, de um telhado único, de uma só cornija, de materiais da mesma qualidade, dimensões e mão de obra, reduzem as despesas de construção à sua expressão mais simples.[334]

Também não faltam os edifícios públicos de apoio a esta pequena comunidade católica vocacionados para atender à saúde, às actividades recreativas, às disposições sanitárias (lavadouros, banhos, posto de desinfecção) e à economia social (cooperativas de alimentação, fornos, cozinhas e adegas económicas). Trata-se de uma modesta utopia à margem da cidade, desconforme na relação que se estabelece entre o número de habitantes e a quantidade de serviços afectos, utilizando na estrutura urbana uma geometria abstracta, fechada e inconsequente. A ruptura intentada contra a seriação inerente a este novo tipo de construções apoiava-se numa volumetria fragmentária e na dispersão dos tipos edificatórios, depois sublinhada pelo recurso ao desenho ecléctico que intercala o tabique alsaciano, o ornamento de *esgrafito* ou o azulejo português.

Para além do plano desvelado, por certo omitindo os intentos promocionais próprios à carreira, o patrocínio solicitado à Casa Real pronunciava legitimidades para influenciar, por exemplo, o regime de benefícios fiscais. No encalço da intervenção política de Guilherme Santa Rita, propunha-se estabelecer uma sociedade anónima, imobiliária, de responsabilidade limitada, constituída para alugar ou vender casas "a pessoas honestas e sérias, dando a preferência nos grupos

[334] BERMUDES, A. R. Adães, op. cit, p. 11

construídos para uma corporação determinada de operários ou empregados aos membros da mesma corporação. Cada grupo teria um ou mais tipos de casas com jardim". [335]

A família carinhosa, inteligente, dedicada, satisfaz todas as necessidades morais do individuo; é, portanto, a pedra angular do edifício social.[336]

Presente o discurso doutrinário dos economistas sociais franceses, o "lar doméstico", nas palavras do arquitecto, devia assumir-se como o "santuário da família, base da sociedade humana" e local "onde se criam e educam moralmente os futuros cidadãos ao contacto de sólidas virtudes".[337] Nesse sentido, torna-se persistente o espírito da propriedade, literalmente um enraizamento e uma perpetuação da posse que a aquisição da casa passa a veicular também para as classes inferiores. Se bem que esta chamada de atenção não seja inédita no debate que se ia travando na *Câmara dos Deputados* desde 1883, é importante notar que, pela primeira vez, o tema do alojamento operário fica incluído no discurso de "critério nacional" que sobreleva a noção de pátria e de raça como mecanismo de coesão cultural, social e económica.

O lar doméstico representa o bocado de terra a que cada indivíduo tem direito no mundo. É a reunião de todas essas propriedades dos indivíduos da mesma raça a que se chama - Pátria. Nele se desenrola e arquiva a história de cada família, ligando todos os seus membros entre si pela tradição.[338]

A arquitectura devia cumprir esses três desígnios: identidade, comodidade e durabilidade. No primeiro caso, como afirmaria pouco mais tarde João Lino de Carvalho, "como voto particular seja-nos permitido desejar que à casa barata se lhe imprima, como à casa burguesa, o carácter nacionalista, logo que essa renovação artística comece finalmente a definir-se, e que ela, harmonizando a mais completa expressão da época com os princípios imutáveis da estética, ofereça o mais íntimo

335 Citado em, BASTOS, Teixeira – *Habitações Operarias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898, p. 40
336 Idem, p. 6
337 Idem, p. 5
338 Idem, p. 6

conforto"; [339] no segundo aspecto, estruturando minimamente o espaço doméstico segundo os preceitos da higiene e da economia social e optando por formas adaptadas ao clima; por fim, elegendo processos, elementos e materiais construtivos que prolongassem as intervenções de manutenção.

Estas condições de projecto, aliadas ao limite dos custos associados, desafiavam a prática do arquitecto *Beaux-Arts*. Sobre os edifícios utilitários e económicos seria impossível exercer o virtuosismo da grande composição ou do desenho ornamental. Era um facto que colidia com uma interpretação da arquitectura enquanto prática artística por via da *monumentalização* dos edifícios. A insistência neste tema, já abordado no capítulo *"Desenho científico da casa operária"* desta dissertação, serve agora para questionar sobre o desempenho social do arquitecto no processo de transformação da própria sociedade portuguesa. Adães Bermudes, que viveu em Paris numa época onde essas questões ecoavam nos encontros profissionais, nas feiras e, gradualmente, estavam a ser introduzidas na escola, deve ter sofrido influências desse ambiente de inquietação social e profissional. Num processo semelhante ao de Marques da Silva, em 1887, Adães Bermudes inscreveu-se na École Nationale Des Arts Décoratifs passando depois para a École des Beaux-Arts encontrando Julien Guadet como professor e aí, provavelmente, também se cruzando com o jovem Tony Garnier, o futuro arquitecto da *Cité Industrielle* já referida. Outra figura importante, particularmente relacionada com o desempenho de uma arquitectura próxima da Economia Social, foi Lino de Carvalho cujas palavras se tem usado em diversos momentos deste trabalho. Este arquitecto, formado na Escola de Belas Artes de Lisboa em 1878 e co-fundador em 1902 da *Sociedade dos Arquitectos Portugueses* foi, em 1894, nomeado director do Grupo Economia Social, Higiene, Assistência Pública da Inspecção Geral dos Serviços da Secção Portuguesa da Exposição Universal de 1900 em Paris. Em 1908, no quadro da criação do Conselho Superior de Higiene da Habitação, adstrito ao Ministério das Obras Públicas, Lino de Carvalho, em representação da Sociedade dos Arquitectos

[339] CARVALHO; Lino de – "*Povoações salubres – A casa*". In, *A Construção Moderna*, nº 152, 10 de Dezembro de 1904, p. 252

Portugueses, manifestou-se por nesse órgão não ter sido considerado nenhum arquitecto. Na carta enviada ao governo a denunciar a situação lê-se:

O arquitecto, realizando o seu ideal de Arte na vivenda opulenta, não descura mas até com dedicação de apóstolo se ocupa do grande problema da habitação operária. E só lhe interessa, aí, a estética? Não. Ele sabe bem da sua importância económica e higiénica, e, em toda a sua complexidade, tem sempre encarado este problema os arquitectos de todos os países. [...] Uma missão desta natureza não só representaria, pois, um injustificado desprestigio para a nossa classe como um prejuízo para a boa solução deste problema para a qual a mesma classe tão utilmente tem contribuído[340].

Salvo duas ou três excepções, o interesse académico e profissional dos arquitectos portugueses sobre o desenho das casas baratas era quase inexistente. Este facto histórico denota o quanto a sociedade havia afastado os arquitectos deste novo programa de habitação emergente e urgente. A eloquência do grande desenho ensinado nas academias havia cunhado a profissão de um saber *caprichoso* desenquadrado da necessidade de construções rápidas e simples. Pelo menos era essa a certeza no interior dos grupos socioprofissionais especialistas em casas baratas: reformadores sociais, médicos e engenheiros. Sobretudo, denunciava-se a formação neoclássica endereçada à grande encomenda pública e à clientela endinheirada, imprópria à obra desornamentada. Quando a Sociedade do Arquitectos se manifestou em prol dos interesses gerais da classe, argumentava que a presença dos arquitectos em tal causa impunha a dignificação da casa operária pois "o utilitarismo que orienta as ideias modernas encontra nas artes um dos seus melhores cooperadores; e assim é que a Arquitectura, sem abandonar as suas tradições de arte ornamental e monumental se integrou neste movimento".[341]

É oportuno, desde já, indicar a direcção que tomou a questão das casas baratas na República sublinhando o carácter reformador e de continuidade das políticas apesar da ferocidade dos gestos que precipitou a queda do regime monárquico. Como se

340 *"Casas baratas- Representação ao Governo".* In, *Annuario dos Architectos Portuguezes*. Ano IV, MCMVIII. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908, p.18

341 Idem, p.17

verá, quando se implantou, em 1910, a Primeira República, estavam já traçadas as principais razões do fracasso dos programas de bairros sociais que seriam lançados, nomeadamente, a perseguição de uma arquitectura tendencialmente *Beaux-Arts*, a implementação de soluções urbanas extensivas e autónomas, e a incapacidade de gestão estatal a que o cenário de crise generalizada pós-guerra 1914-18 haveria de agravar.

A leitura das actas das sessões extraordinárias de 29 de Julho de 1914 da Câmara dos Deputados é particularmente útil para captar a diversidade das preocupações republicanas em jogo. Por exemplo, dessa ordem de trabalhos parlamentares faziam parte a discussão do *Projecto de Lei nº 214* sobre construção de casas baratas, mas também, o *Projecto de Lei nº 249* sobre regulamentação do horário de trabalho, o *Projecto de Lei nº 262* que autorizaria a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto de Leixões a contrair empréstimo para as obras do porto comercial, ou o *Projecto de Lei nº 15-A* relativo às condições de trabalho na indústria para enquadrar o horário laboral, onde se afirmava que "a questão social é puramente económica". Somava-se ainda o debate sobre a organização da defesa nacional, do código administrativo ou os requerimentos sobre abastecimento de água potável.[342]

É de notar que, em 1914 existia na Assembleia da República uma Comissão Inter-parlamentar de Casas Baratas com competências para estudar e emitir pareceres sobre matéria relativa à habitação económica[343]. A comissão foi particularmente visada quando se discutiu a Lei nº 214 sobre casas baratas em cuja génese esteve envolvida a poderosa figura do engenheiro Tomás Cabreira (1865-1918) autor, entre outros títulos dedicados à economia social, do livro *A contribuição predial*. Na redacção do articulado era assumido que não seria pela iniciativa particular que se conseguiria alavancar o processo de construção de bairros operários. Avançava-se que "o desenvolvimento da *épargne* manifestado nos últimos três anos por

[342] Diário da Câmara dos Deputados. Sessão Extraordinária nº 7-A de 29 de Julho de 1914

[343] Sabe-se que em 30 de Junho de 1913 foi formalizada uma *Comissão Parlamentar para o Estudo das Casas Baratas*. A comissão, que se julga ser a mesma referida no texto, integrava quer deputados quer senadores como Tomás Cabreira.

intermédio do organismo oficial [...] está naturalmente a indicar-nos o concurso da Caixa Geral de Depósitos nesta obra de solidariedade social". [344] Alegando-se ainda que as instituições interessadas não conseguiriam retornos de investimento superiores a 5%, valor aquém da rentabilidade noutros sectores de actividade. Para não repelir por completo os investimentos particulares, deviam ser estimuladas as cooperativas de construção desde que não tirassem dividendos superiores a 4,5%. Também, através do artigo 5º, as três classes de casas então definidas (tipologia e custo de renda por três zonas geográficas) podiam ser promovidas por sociedades anónimas, associações de socorro mútuo, instituições de assistência ou previdência, câmaras municipais e quaisquer corporações do Estado. Assim, pela primeira vez, a Administração Pública ficava desimpedida de concorrer à construção de habitação económica.

Pode-se afirmar que o desfecho desta discussão culminou em 1918 com a promulgação do conhecido Decreto nº 4.137 de 24 de Abril sob os auspícios de Sidónio Pais (1872-1918). A deliberação definia prerrogativas a favor das *casas económicas* definindo-as como aquelas que se destinassem ao alojamento das classes menos abastadas (famílias de operários, artistas, empregados públicos ou particulares), e que satisfizessem as condições de salubridade e preço estabelecidas. Os inquilinos teriam a oportunidade de obter a propriedade pagando, além do aluguer, uma amortização anual. Aquando do debate, a oposição argumentava não corresponder inteiramente ao que tinha a lei em vista porque não secundava a iniciativa particular e, também, porque assentava em bases que não correspondiam às circunstâncias especiais de algumas regiões. A propósito deste diploma, e do seu regulamento de 12 de Junho, afirmava-se que pareciam "promover mais a construção de casas antieconómicas. [E que essas] fantasias podem conduzir aos maiores desastres." [345]

[344] Idem, Sessão Extraordinária nº 8-A de 29 de Julho de 1914

[345] Diário do Governo, Decreto-lei 4.137 de 24 de Abril de 1918, p.43

Se, o ordenado mensal inferior a 60$00 definia quem seriam os usuários, a fixação de tecto máximo de rendas relativo às três classes de habitações admitidas definia o grau de rentabilidade do promotor. Esses alugueres distribuíam-se conforme três zonas de implantação:

RENDA MENSAL MÁXIMA DAS CASAS ECONÓMICAS (Decreto nº 4.137)

ZONA	**CLASSE 1**	**CLASSE 2**	**CLASSE 3**
	≥ 3 quartos com 9 m2	2 quartos com 9 m2	quarto com 9 m2
	cozinha e WC	cozinha e WC	cozinha e WC
Lisboa	12$00/ m2	10$00/m2	5$00/m2
Porto	10$00/m2	8$50/m2	4$00/m2
Outras zonas	9$00/m2	7$00/m2	3$00/m2

O artigo 25º obrigava os empreendimentos a terem fontes, lavadouros, escolas e creches, redes de saneamento e iluminação e, em locais de Lisboa e do Porto periféricos, os promotores deveriam estabelecer protocolos com empresas de transporte público barato. Os conjuntos habitacionais seriam preferencialmente constituídos por moradias unifamiliares isoladas, apesar da lei prever a excepcionalidade para casas em banda cortadas por arruamentos a cada 100 metros de desenvolvimento de fachada. Em qualquer dos casos deveria complementar as casas um logradouro com 4 metros de largura mínima e um jardim na frente. Em situações topográficas especiais poderiam ser contemplados outros tipos de soluções.

O cumprimento dos requisitos e a sujeição dos projectos a comissões distritais de avaliação da salubridade outorgava o direito à isenção de contribuição predial, taxas de registos, impostos de solo e de transmissão de bens durante 20 anos. No caso particular das sociedades anónimas e cooperativas, acresciam-se outras vantagens como o acesso a juro bonificado de 4% sobre empréstimos efectuados na Caixa Geral de Depósitos, a isenção do imposto de rendimento e contribuição industrial. As sociedades de seguros, caixas económicas e estabelecimentos de beneficência podiam aplicar até um quinto das suas reservas ou património nessas sociedades ou cooperativas. Listavam-se outras entidades que podiam intervir na construção de casas baratas: empresas industriais e mineiras a explorar concessões do Estado;

Instituições de Previdência e Caixa Geral de Depósitos, instituições particulares de assistência e, por fim, o Estado.[346]

Está por apurar o verdadeiro alcance da lei no domínio da promoção privada em todo o território nacional. De qualquer maneira existem indícios que ela não terá passado totalmente despercebida aos promotores privados. No Porto, os projectos foram escassos. Logo em 1919, na Câmara dos Deputados alerta-se para a lei impor rendas que não acompanham a inflação dos materiais de construção e do valor dos terrenos pelo que "no Porto, uma companhia de construção de casas económicas, com o fim de construir 400 casas logo de momento, elevando-se depois esse número a 1.5500 casas"[347] estaria a ponderar o risco. Um caso notável, com impacto na cidade, se realizado, foi o bairro "de construções económicas para operários" mandado construir em 1919 por uma sociedade anónima denominada Companhia Portuense de Casas Económicas [**BHP_84**]. Depois de ter "presente à digníssima Comissão de Salubridade de Casas Económicas, constituída nos termos dos decretos nº 4137 e 4440 [...] para edificar 130 casas no terreno adquirido situado na Rua Costa Cabral"[348] após nove meses de espera pela aprovação submeteu o pedido de licenciamento ao município. A aceitação pela comissão ficou condicionada à "abertura de ventiladores em todas as paredes da caixa-de-ar, [...] colocação de dois lavadouros no local [...], preservar as paredes inferiores de humidade por meio de

346 Diário do Governo, I Série, nº87 de 25 de Abril de 1918

Serão imediatamente formadas em Lisboa e no Porto duas Comissões Administrativas das Casas Económicas com largos poderes para construírem o projeto das «Casas Económicas da Ajuda», também denominado «Bairro da Ajuda/Boa-Hora», assinado pelo engenheiro Joaquim Craveiro Lopes (1855-1930) e o das «Casas Económicas do Porto», logo denominado «Bairro d'Arrábida», inserido num plano mais abrangente da autoria do engenheiro Gaudêncio Rodrigues Pacheco. Um terceiro empreendimento, denominado «Bairro Ayres de Abreu» ou «Bairro das Ursulinas», será construído em Viana do Castelo sob autorização do Decreto n.º 4577, de 12 de julho de 1918. Neste caso particular, a comissão administrativa ficou constituída pelo diretor e um engenheiro da Direção de Obras Públicas distrital e, ainda, pelo governador civil Francisco Aires d'Abreu, amigo pessoal de Sidónio Pais, a quem se deveu a própria promulgação da lei. Os três bairros estavam sobre a jurisdição administrativa do Ministério do Comércio (Secretaria de Estado do Comércio ao tempo de Sidónio Pais) e, entre 1919 e 1932, Ministério do Comércio e Comunicações. É indispensável sublinhar que este organismo tinha sido criado em 1917 para, com o Ministério do Trabalho, herdar as competências do Ministério do Fomento que, por sua vez, havia substituído após a revolução de 1910 o histórico Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

347 Diário da Camara dos Senhores Deputados, Sessão de 27 de Outubro de 1919

348 LO-0204-1924. [AHMP]

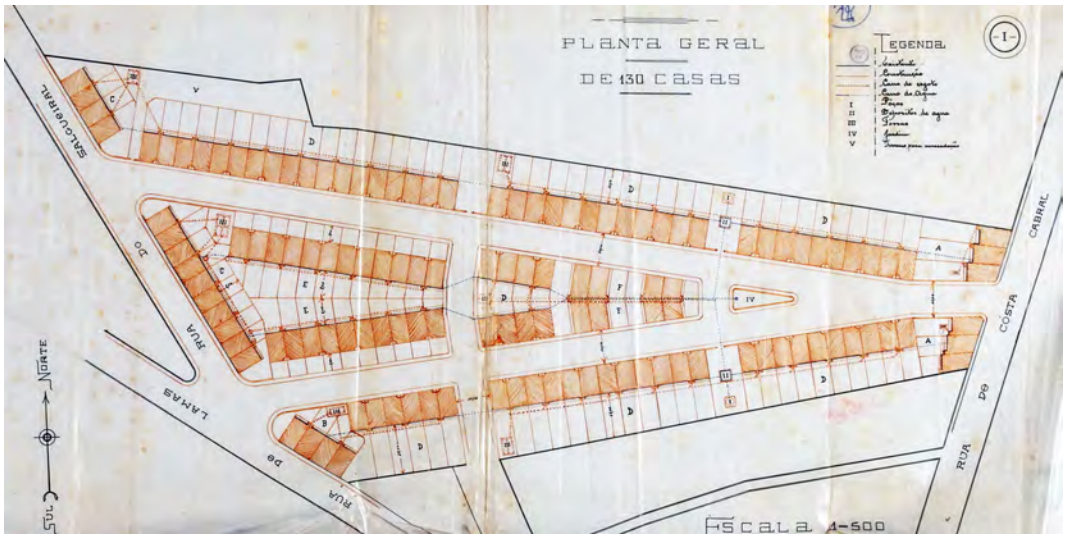


Fig. 23: Bairro da Companhia Portuense de Casas Económicas na Rua Costa Cabral [BHP_84]. Implantação, Processo Licenciamento, 1919 [AHMP]

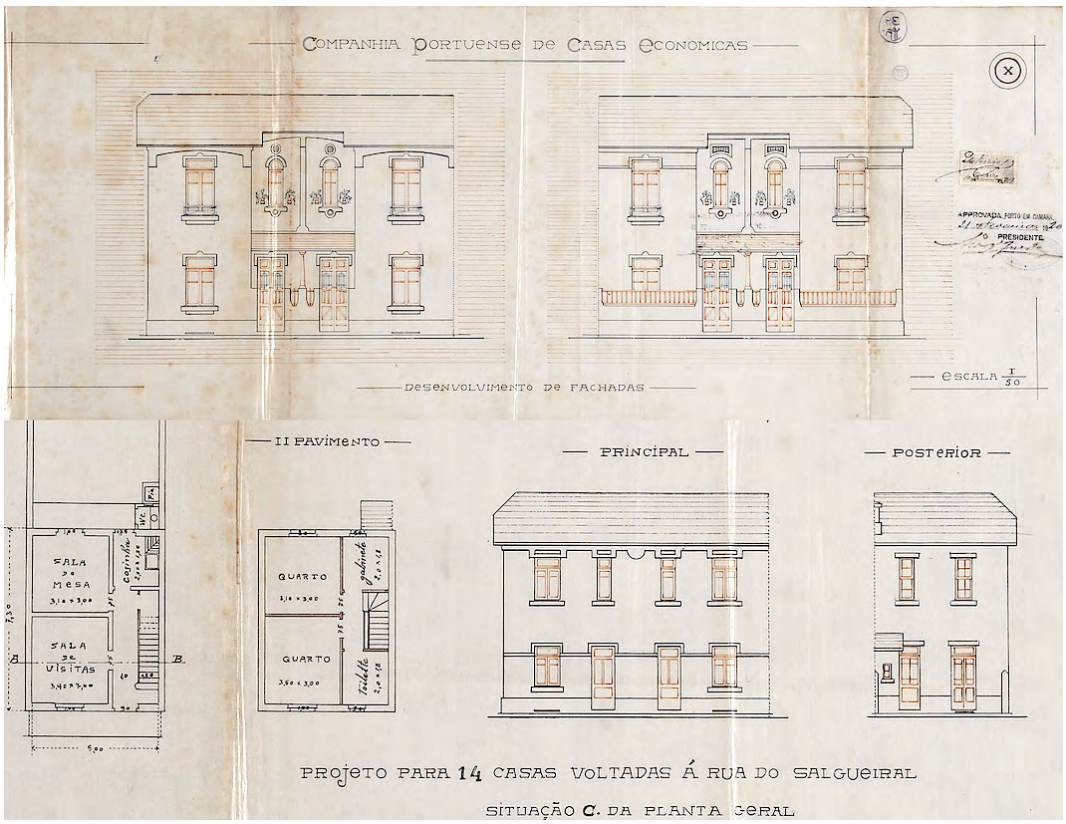


Fig. 24: Bairro da Companhia Portuense de Casas Económicas na Rua Costa Cabral [BHP_84]. Projecto de casas C, Processo Licenciamento, 1919 [AHMP]

aplicação de uma substância impermeável como asfalto ou cerezite".[349] A comissão reportava-se ainda ao artigo nº 5 do Decreto nº 4.137 para obrigar a ruas com largura mínima de 10 metros e transversais de 5 ou 8 metros com pavimentos macadamizados.

Na memória descritiva do projecto deferido pela câmara municipal em 1920 lê-se que, no terreno de 22.000 metros quadrados, se proponha construir 152 casas térreas e de andar, "todas com conforto e higiene e todas com o seu quintal, poço de abastecimento de água e outros acessórios úteis à população dum tal bairro, bem como bastante área de terreno para logradouro comum dos habitantes". Também se sublinhava o facto da zona de implantação do empreendimento ser das mais "altas e higiénicas da Cidade, completamente desimpedida e ventilada". Por fim, acrescentava-se que do local se tinha acesso em "apenas 8 a 10 minutos às linhas 7, 8 e 9 da viação eléctrica da Cidade."[350] Nos quatro tipos de moradias propostas a área útil variava entre os 87 e os 92 metros quadrados, incluindo-se nessa superfície uma "toilette", uma "sala de mesa" e uma "sala de visitas", para além de se conservar a retrete no exterior. Também, a julgar ainda o custo ornamental das fachadas, não fica claro que o investimento fosse vocacionado para o operariado. Uma última nota para referir que o empreendimento seria desmantelado no ano seguinte construindo-se duas alas de 26 casas perpendiculares à Rua de Costa Cabral após o Banco Borges & Irmão ter nesse ano comprado o terreno e de imediato submetido um pedido de aditamento para consumar a operação, agora com habitações dirigidas a segmentos superiores do mercado de arrendamento.

[349] Ibidem

[350] Ibidem



Fig. 25: Bairro Social - Ministério do Trabalho. Adães Bermudes, Caetano de Carvalho e Edmundo Tavares, 1919. [AMCL_AC]



Fig. 26: Arco do Cego – Secretariado de Propaganda Nacional. Fotografia Mário Novais c. 1930 [AFCG]

O impacto maior da *Lei nº 4.137* de Sidónio Pais foi a definição de um quadro legal de referência[351] para o desenvolvimento de um outro programa paralelo emanado do Ministério do Trabalho com vista a atenuar a grave crise de emprego nos três maiores pólos industriais do país através da construção de "bairros sociais".[352] A grande empresa dos Bairros Sociais iniciou-se com o de Lisboa autorizado pelo Decreto nº 5.397 de 14 de Abril de 1919. A construção de 1.000 casas devia promover "condições próprias para o gozo da saúde, para o desenvolvimento físico, formação e educação moral e intelectual, aperfeiçoamento profissional e para o amparo, repouso e tratamento de doenças", complementadas por "lavandarias, balneários, campos de desportos, teatros, escolas profissionais, cantinas, casas de saúde e jardins". [353] Como se observa, era a própria concepção de uma nova sociedade que a República transferia para o programa arquitectónico e urbanístico da pequena cidade.

A 26 de Abril de 1919, pelo Decreto nº 5.443, era autorizado o financiamento para o arranque da construção de cinco conjuntos distribuídos por Lisboa, Porto e Covilhã. Sob a direcção do Conselho de Administração dos Bairros Sociais presidido pelo arquitecto Norte Júnior (1878-1962), viria a protagonizar esta operação o Bairro do Arco do Cego, em Lisboa. No entanto, o Decreto n.º 5.443, de 26 de abril de 1919, determinou mais quatro operações. Foram elas, o Bairro de Braço de Prata (Lisboa), o Bairro de Alcântara (Lisboa), o Bairro da Ajuda (Lisboa) e o Bairro da Covilhã. A Portaria n.º 2003, de 23 de setembro de 1919, estabeleceu um sexto bairro no Porto, denominado Bairro do Lordelo do Ouro canalizando para aí a verba atribuída ao Bairro de Braço de Prata, entretanto preterido. [354]

---

[351] Ver, por exemplo, os Decretos nº 3.976 (27 de Março), nº 4.137 (24 de Abril), nº 4.163 (29 de Abril) e nº 4.440 (21 de Junho)

[352] No preâmbulo ao Decreto n.º 5.397 pode ler-se que, tendo em conta a necessidade de «empregar o pessoal das obras públicas e moralizar e tornar útil a sua produção», era urgente iniciar frentes de obra tendo em vista a construção de bairros operários.

[353] Diário do Governo, Decreto nº 5.397 de 19 de Abril de 1919, p.641

[354] Na Torre do Tombo encontram-se registados os seguintes "*Autos da Colocação da Primeira Pedra Fundamental*":

1º Bairro Operário de Lisboa, a 27 de Abril de 1919 (Arco do Cego);

2º Bairro Social , na Covilhã, a 28 de Setembro de 1919;

3º Bairro Social, em Alcântara, a Lisboa, 6 de Outubro de 1919;

Foi através da República que se afirmou o papel social do Estado na promoção da habitação condigna para todos. Depois da *Lei do Inquilinato* de 1910, que defendia os inquilinos da discricionariedade do senhorio, inaugura-se no país a figura da *habitação social*. A ausência de parceiros impeliu o Estado a tomar responsabilidade exclusiva na direcção da obra com consequências desastrosas para as finanças públicas e para sua própria sobrevivência. Independentemente do fracasso da actuação, no conjunto da nova habitação construída com o objectivo de ser saudável, económica e para o maior número, como se referiu, haverá aquela que é *social*, ou seja, que se constitui inequivocamente a partir de uma solidariedade entre cidadãos através de um processo institucionalizado de redistribuição de rendimentos ou de vantagens da parte daqueles que têm, em direcção àqueles que têm menos ou que, simplesmente, não têm. [355] É uma novidade que se estende ao desenho da cidade uma vez que o Estado se irá integrar num processo imobiliário cujo objecto – a habitação corrente – constituir-se-á como elemento estruturador do crescimento urbano. O conceito de "bairro social" será transposto para a escala urbana quer pela sua ambição de cobertura populacional quer pela gama de

4º Bairro Social, na Ajuda, Lisboa, a 6 de Outubro de 1919;

5º Bairro Social, em Lordelo, Porto, a 12 de Outubro de 1919.

Em 1920, na Câmara dos Deputados, Augusto Dias da Silva, Ministro do Trabalho e da Previdência Social em 1919, explica a concepção organizativa dos Bairros Sociais: "A situação não se podia manter, e como tal necessário foi procurar outras providênciss, tendo-se pensado então na aplicação dos dinheiros públicos na construção de um bairro social, o qual deveria servir muito para melhorar a situação dos nossos operários trabalhadores, para o que foi criada uma comissão técnica composta por verdadeiros técnicos e a que se deu o nome de Conselho Superior Técnico dos Bairros Sociais. Observei nos bairros sociais o critério seguido nas obras particulares. Assim nas obras particulares manda-se fazer a planta ao arquitecto ou engenheiro e dá-se de empreitada ao construtor a respectiva edificação, ficando em regra o arquitecto ou engenheiro autor do projecto como fiscal do proprietário. Nos Bairros Sociais estabeleci o mesmo princípio. Constituí a comissão técnica com arquitectos para fazerem os projectos e a respectiva fiscalização nas construções e material, e dei a empreitada de raiz, isto é o material e a mão de obra a comanditas de construção, quo tomavam a empreitada pelo preço do caderno de encargos feito pela comissão técnica. Lembro-me ainda de ter chamado alguns operários que deviam constituir as futuras comanditas, a quem afirmei a autenticidade da empreitada, e combinámos na constituição dum conselho de comanditários, destinado a administração interna e à salvaguarda dos interesses dos empreiteiros, tratando de conseguir a aquisição de pedreiras, areeiras, fornos de cal e madeiras do pinhal de Leiria com ' serração própria, para se livrarem da ganância dos fornecedores certos das obras do Estado[...] Nos Bairros Sociais a economia é maior, porquanto se estabelece o princípio de três dirigentes para administrar a construção de habitação para vinte inquilinos, e para fiscalizar mil habitações existiam cinco fiscais em cada bairro, que eram os cinco arquitectos da comissão técnica". Cf. Diário da Câmara dos Deputados. Sessão nº 22 de 2 de Junho de 1920.

[355] BAROUS, Jacques – *Le place du pauvre*. Paris: Editions L'Harmattan, 1992, p. 10

equipamentos incluídos.

A volatilidade governativa dos anos de 1920, as derrapagens orçamentais e a corrupção no Arco do Cego conduziram, primeiro, à suspensão dos "trabalhos em 4 bairros sociais projectados (2 em Lisboa - Bairros da Alcântara e da Ajuda, um no Porto - Bairro do Ouro, e um na Covilhã), aplicando a verba destinada a estes bairros na continuação da construção do Bairro do Arco do Cego em Lisboa"; [356] segundo, a suspensão de todos os bairros até sair uma lei destinada a prover a construção de "Casas Económicas Populares".[357] Em 1924 e 1925 saía legislação para consumar a liquidação dos Bairros Sociais do Estado.

Após o golpe militar de 1926, num ano de maior acalmia política, já António de Oliveira Salazar Ministro das Finanças, foi promulgado o Decreto nº 16.055 de 12 de Outubro de 1928 – *Regime de Casas Económicas*. Partindo de uma critica à actuação anterior, o texto de introdução à lei sublinhava que as obras não podiam jamais ser executadas pelo Estado ou pelos municípios. Retomavam-se velhas medidas de estímulo aos construtores privados como a prática de juros bonificados ou a simplificação e suavização das obrigações fiscais. Olhava-se com especial atenção para o parque habitacional deteriorado ou inacabado colocando a hipótese da sua venda em hasta pública se os proprietários não interviessem. E, sustentava-se que, à semelhança das obrigações do arrendamento em Inglaterra, devia ser previsto um regime de propriedade resolúvel através da amortização da casa por um período de vinte anos.

A equiparação ao estatuto de "casa económica" obrigava, entre outros, a um custo de construção inferior a 350$00/m2 de área coberta; uma garantia de qualidade construtiva quanto à impermeabilização, isolamento térmico e "higiene moderna e

356 Portaria nº 3.108 de 7 de Março de 1922. In, *Diário do Governo*, 1ª série, nº 51, p. 260

357 Proposta de Lei nº 50. In, *Diário do Senado*. Sessão nº 28 de 26 de Abril de 1922



Fig. 27: *Cooperativa Grupo Dez de Maio*. Arq. José Ferreira Penêda, Porto,1926. [A Arquitectura Portuguesa, nº30, 1926]

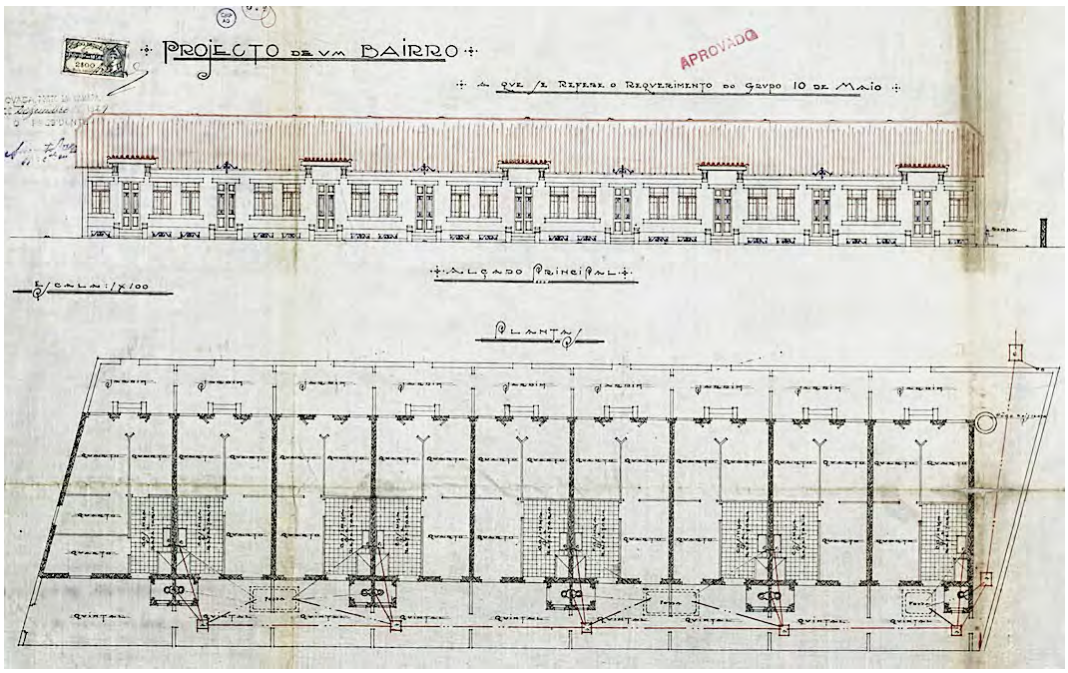


Fig. 28: *Cooperativa Grupo Dez de Maio*., Rua do Seixal. Arq. Aucíndio dos Santos, 1929. [AHMP]

conforto"; obtenção de um atestado oficial passado por uma Comissão de Casas Económicas com funcionamento afecto às câmaras municipais. A normativa de referência para a arquitectura das casas e desenho dos espaços públicos dos bairros reproduzia o teor do Decreto nº 4.137 de 1918. Igualmente, transferia-se desse diploma os incentivos a "cooperações administrativas e sociais" que seriam apoiadas pelos municípios na expropriação ou cedência de terrenos, sua urbanização e infraestruturação. Às câmaras competia ainda negociar transportes baratos, definir as zonas onde os bairros podem ser implantados. Quanto às cooperativas e sociedades de construção gozariam das facilidades de crédito e isenção ou redução de taxas e impostos.

O consequente *Regulamento da construção e venda das casas económicas* fixava que as habitações eram constituídas por "compartimentos habitáveis: quarto e sala; não habitáveis: cozinha e casa de banho; pertences: W.C., despensa e casa de arrumações". Do ponto de vista de higiene e saneamento, avançava-se para além do RSEU definindo, pelo artigo 6º, que cada "habitação destinada a uma família deve ter uma retrete, pelo menos, e três compartimentos, sendo aquela distinta da pia de serviço da cozinha. Tanto a retrete como a pia serão munidas de sifões, e colocados do lado exterior da parede de tardoz". Também se deu atenção especial à ventilação das divisões introduzindo pés-direitos mínimos de 3 metros no piso térreo e 2,80 nos restantes; os quartos não podiam ter áreas inferiores a 9 metros quadrados e 25 metros cúbicos de cubagem. As casas admitidas poderiam ter entre seis a oito compartimentos (cozinha, banho, sala e quartos) estabelecendo-se que, no incremento, as áreas dos segundos quartos podiam ser reduzidas a 5 ou 4 metros quadrados.

No Porto, a partir desta data observam-se alguns pedidos de licenciamento que reclamam o regime de "casa económica". Na memória descritiva de um projecto [**BHP_7**], submetido pela cooperativa operária "Grupo Dez de Maio" para a Rua do Seixal, dizia-se que a construção "não obedecendo já ao Decreto nº 16.055 de 22 de

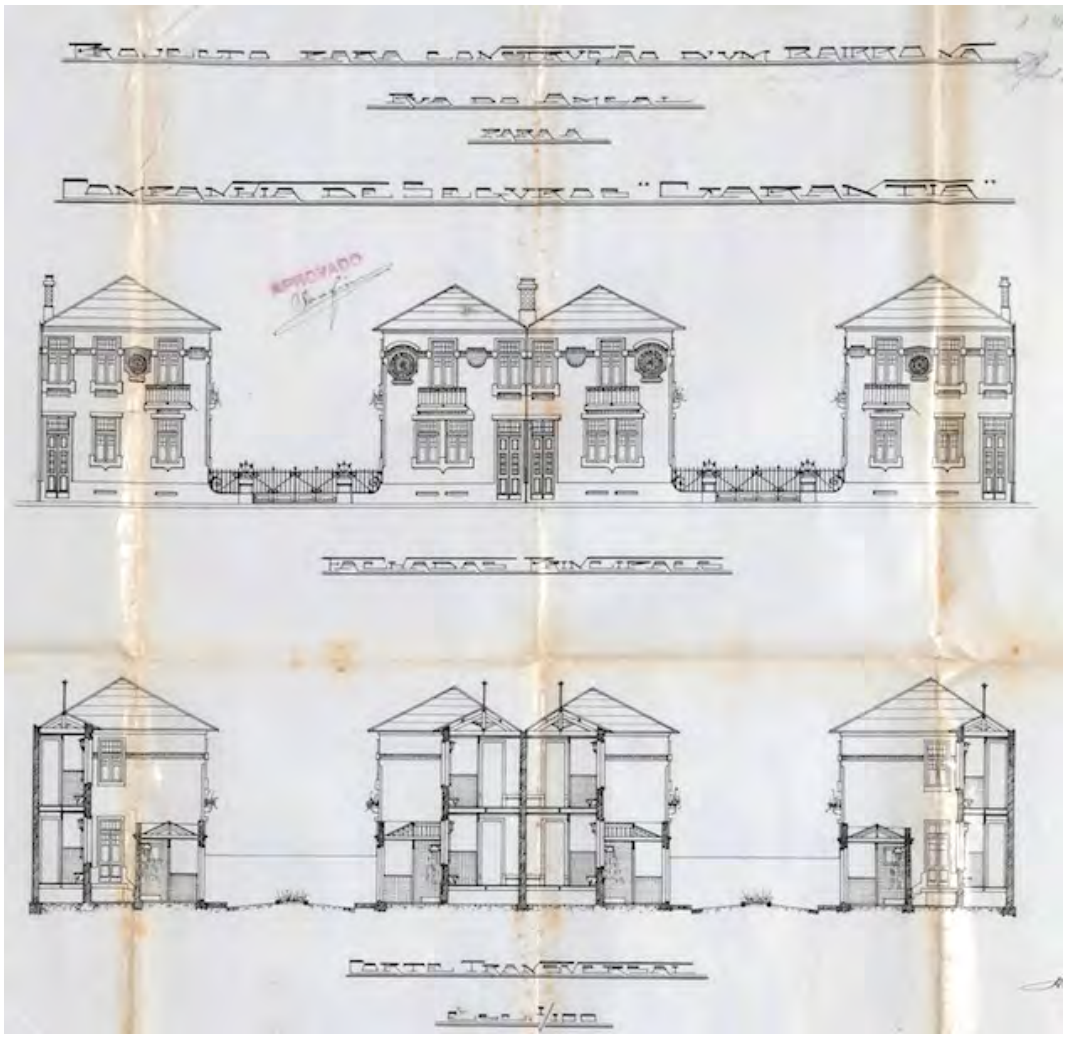


Fig. 29: Bairro da Seguradora "A Garantia", Rua do Amial, 1929. [AHMP]

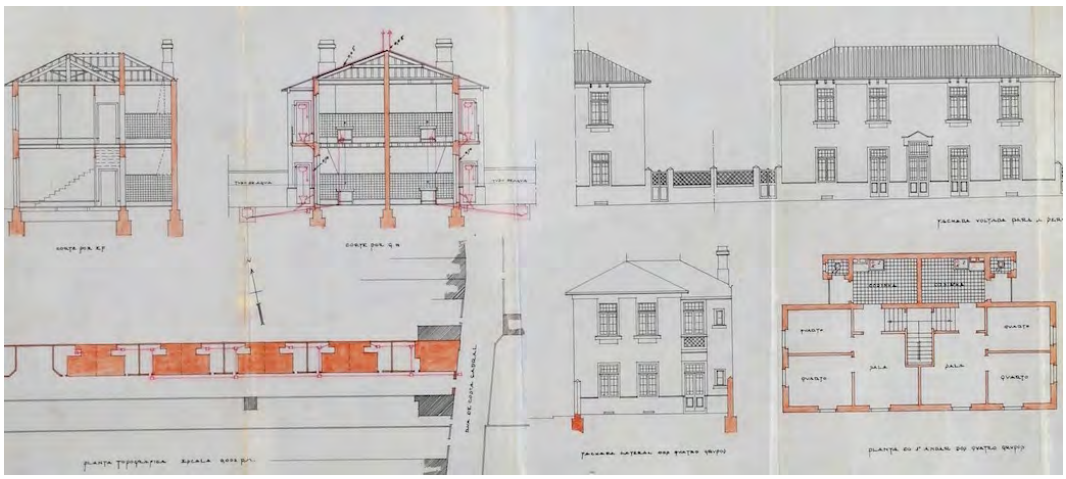


Fig. 30: Bairro da Companhia de Seguros "O Trabalho", Rua Costa Cabral, 1928. [AHMP]

Outubro de 1928 no seu art.º 4º e nº 1 e 2,[358] [...] no entanto em parte temos que nos cingir ao aludido decreto no respeitante ao espaço que fica entre as construções e a rua, que é de 3 metros; a construção dos prédios sendo simples é agradável a sua estética."[359] Ainda se esclarece que na planta "não vai indicada *sala de jantar* tendo esta área sido suprimida em virtude de se entender que em casas desta natureza apenas deve haver um refeitório que é o local da cozinha porquanto os nossos operários fazem deste local sala de jantar e assim aproveitam mais uma dependência nos prédios respectivos". O texto, da autoria do arquitecto Aucíndio dos Santos, elucida sobre o desfasamento do regulamentarmente exigido e a realidade do sector construtivo de gama baixa. Ignora-se se a operação foi considerada de âmbito económico no contexto da lei, assim como se desconhece qual a razão do processo da modesta cooperativa constar no arquivo pessoal de Salazar. Porém, em 1926, o arquitecto José Peneda havia elaborado um primeiro estudo difundido na revista *A Construção Moderna* mais exuberante, cuja inviabilidade pode ter sido decisiva na troca de projectista.

As exigências funcionais definidas para o modelo de "casa económica" idealizado na legislação de 1928, não teriam sido implementadas exactamente porque o seu custo oneraria de tal forma a obra que não justificava tornar elegível o projecto perante a Comissão das Casas Económicas. A solução limitou-se a cumprir o RSEU e as posturas municipais, mais brandas. Esta situação paradoxal explica o aparecimento na cidade de algumas obras cujo destino operário é de difícil explicação porque a sua complexidade construtiva e generosidade de áreas colocou a casa num patamar de qualidade próximo do padrão burguês. Foi o caso do Bairro da Seguradora A Garantia construído na Rua do Amial em 1929 **[BHP_16]** ou do

[358] O artigo 4º refere-se à preferência por casas isoladas por uma só familia, abrindo as excepções preceituadas no nº1 – "grupos de casas, faceando a mesma rua, separadas por um espaço de 3 metros, se forem térreas ou com 1º andar, e de 5 metros se tiverem mais andares, sendo aquele espaço dividido por uma parede ou por uma divisória de arame com plantas trepadeiras e ornamentais"; no nº2 – "Fileiras de casas sucessivas e unidas com comprimento total não superior a 100 metros em cada grupo, o qual deverá ser separado de imediato por uma rua transversal".

[359] LO 995/1930 [AHMP]

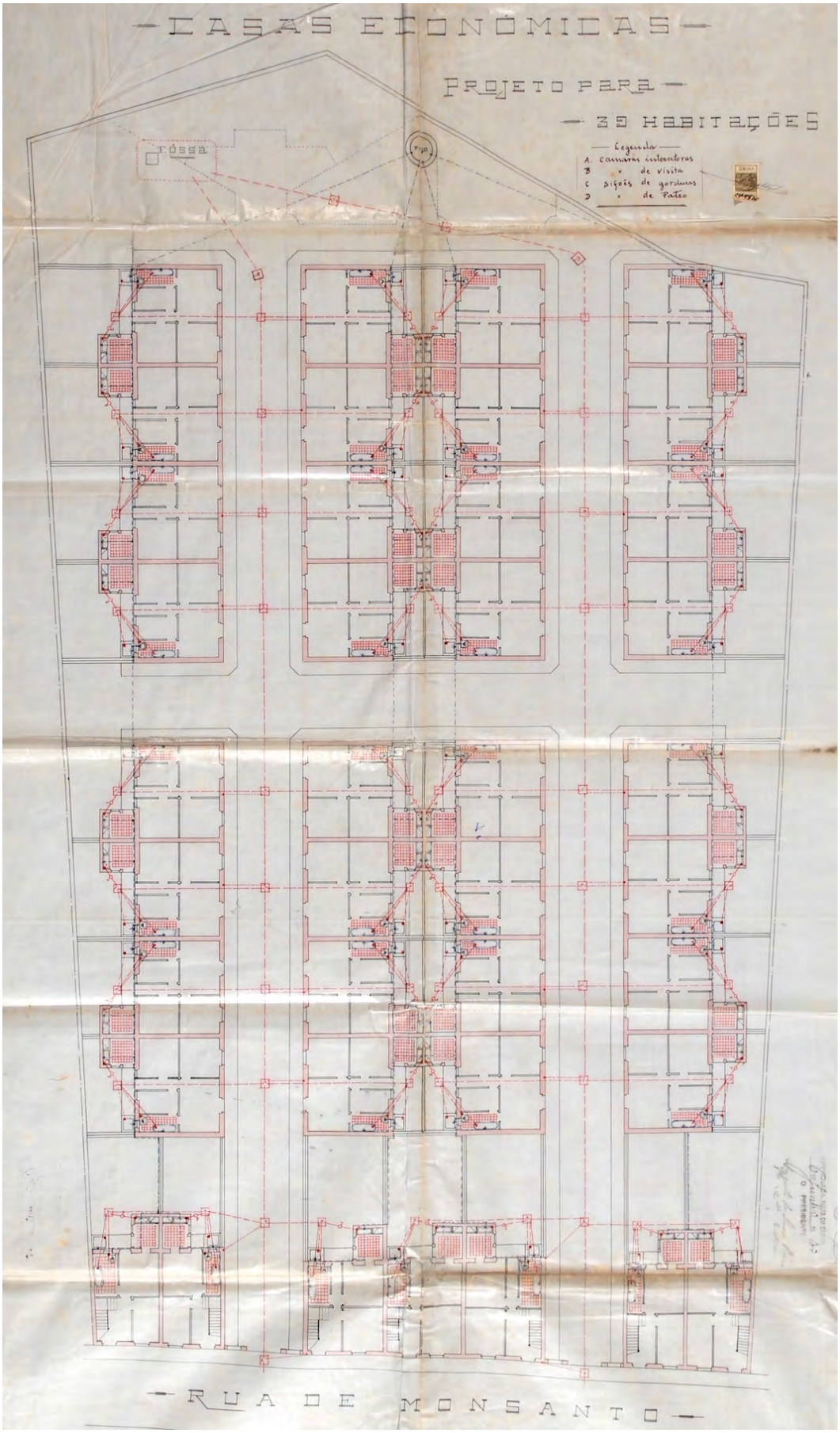


Fig. 31: Bairro da *Construtora Portuense de Casas Económicas*, Rua de Monsanto, 1929. [AHMP]

Bairro da Companhia de Seguros O Trabalho da Rua de Costa Cabral, erguido em 1928 **[BHP_25]**, para aproveitar o facto da lei permitir às companhias de seguros a aplicação até 25% das suas reservas, constituídas por acções ou obrigações, em cooperativas ou sociedades anónimas de construção de casas económicas. A sua arquitectura ostentosa, com fachadas recortadas de atmosfera *Arte Nova*, opõe-se ao sentido mais pragmático do conjunto da Rua do Seixal ou daquele que a Construtora Portuense de Casas Económicas **[BHP_70]** submeteu aos serviços municipais em 1928, e aprovado em 1930 após sucessivos aditamentos. Relativamente à planta inicial, a versão de 1929 previa uma terceira zona de dormir e incluía já um espaço de sanita e banheira servido simultaneamente pela sala e um dos quartos. A inclusão do banho no interior da casa obrigou o mestre-de-obras Faria dos Santos a anexar a cozinha ao volume principal sacrificando o pequeno quintal. Esta transformação obrigou a um acréscimo de área de 10 metros quadrados, ou seja, houve um incremento de 27% nos 42 fogos.

Após 1933 o interesse particular pelo regime da "casa económica" centrou-se em pequenos conjuntos [**ex: BHP_60; BHP_219; BHP_220**] e na construção de casa própria. Nos requerimentos deferidos pelos serviços municipais apõe-se ao processo a condição: "Casas económicas tipo A, não excedendo a renda mensal de 80$00. Sempre que a Câmara tenha conhecimento de que foi retirada à construção essa característica, o seu proprietário é obrigado a pagar ao cofre municipal todas as taxas e a multa de 300$00". O vínculo era agora dado pelo Decreto-lei nº 23.052 de 23 de Setembro de 1933 – *Programa das Casas Económicas* - uma das primeiras medidas do Estado Novo após a sua legitimação constitucional nesse mesmo ano. Desse programa distinguir-se-á, sobretudo, a promoção de bairros de *casas-quintal* projectados a partir de Lisboa pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais adequados para o Porto pela Direcção dos Edifícios do Norte.



Fig. 32: *Moradias Económicas Alto da Pasteleira* [BHP_214]. Arqt.º Joaquim Madureira, 1937. [AHMP]

4. BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR NO PORTO,1899-1933: CASAS SIMPLES EXEMPLARES

4.1. Os *Tempos difíceis* e a *Situação da classe trabalhadora.* Anacronias na industrialização portuense

Em Portugal, a decadência das cidades assumiu maior visibilidade na segunda metade do século aquando dos primeiros sinais do colapso sanitário dos dois principais aglomerados. Com quarenta anos de desfasamento sobre a situação londrina, a mesma descrição de Engels ecoava nas palavras do médico Ricardo Jorge ao referir-se ao Porto:

As classes pobres, o mundo dos proletários, vegetam encovados nuns alvéolos húmidos e lôbregos, sem ar e sem luz, e abandonados a uma especulação torpe que tão sordidamente as explora com a miserável edificação das *ilhas*. Há a desfiar um estendal de misérias e vergonhas, de males e de incúrias. É forçoso lavrar um protesto enérgico contra tanto desleixo, contra tanta inépcia, contra tanta loucura criminosa.[360]

Apesar de algum anacronismo e da reconhecida diferença de escalas entre o Porto e os principais aglomerados industriais europeus, na segunda metade do século XIX, os sinais *micro-históricos* [361] da sua industrialização permitem fixar alguns dos sintomas que estiveram na origem da torrente de discursos sobre o alojamento operário celebrados nos principais textos sociais e políticos da época. Aubey Bell, que visita a cidade nos primeiros anos da República, achou-a muito parecida com as mais industrializadas de Inglaterra:

There is here little scope for change. The narrow streets descend so sheerly that they have become in places mere flights of stone steps, and the coal smoke of Oporto gives them a coat of blackness. It is the most northern in look of all southern cities. If you were to transport a part of the City or some town of the North of England to the radiant sunshine and crushing heat of Portugal, you might have a like effect. Not that Oporto has not plenty of colour in detail, but the first impression is one of iron-grey and gloom.[362]

---

360 JORGE, Ricardo - *Hygiene Social: Applicada à Nação Portugueza*. Porto: Imprensa Civilização, 1885, p. 50.

361 Socorremo-nos do termo conforme colocado por Carlo Ginzburg em, GINZBURG, Carlo – *A Micro-história e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 177. Reconhece-se aí que a análise micro histórica "movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutros tipos de historiografia".

362 BELL, Aubey – *Portugal of the Portuguese*. New York: Charles Scribner's Sons, 1915, p. 102

Embora a meio século de distância, as ruas observadas continham o mesmo grau de miséria e ambiente industrializado de *Tempos Difíceis* de Charles Dickens (1812-1870) ou das ilustrações citadinas de Paris e Londres de Honoré Daumier (1808-1879) e de Gustave Doré (1832-1883). Inspirado em Émile Zola (1840-1902) o jornalista e escritor portuense João Grave, no mesmo ano de acesas lutas laborais na têxtil do Porto, traça com tons simultaneamente *futuristas* e *realistas* a vida na fábrica:

Todos os meses saíam daquele inferno que a luz não purificava e que uma rajada vivificadora de ar não varria, muitas criaturas lançando sangue pela boca às golfadas [...]; mas era preciso viver, e novos corpos se ofereciam para a carnificina trágica. Ondulava, estrugia, desenrolava-se uma alacre actividade por toda a parte; as chaminés lançavam na atmosfera densos rolos de fumo que se adelgaçavam, dissipando-se em espirais; as máquinas rugiam a todo o vapor, abrindo e fechando os seus peitos de ferro com ruído; os motores de aço polido rodavam vertiginosamente, numa grande cintilação de metais; as correias faziam ranger os travejamentos, e os teares, no seu bater cadenciado, enchiam dum barulho permanente os longos compartimentos das oficinas [...]. O tumulto espalhava-se por todos os recantos, e no escritório do director, uma sala tapetada e calada onde resplandeciam ao sol, que entrava triunfalmente pelas janelas rasgadas e altas, os móveis envernizados, morria o eco longínquo da luta formidável.[363]

Os extremos do excerto citado acentuam os contrastes em que a cidade se tecia afirmando a oposição entre capitalistas e proletários, ou entre burguesia e classes populares. Essa dualidade correspondia à forma como a cidade crescia contrapondo à continuidade das *colmeias* e das *ilhas*, o aformoseamento dos espaços representativos e as novas expansões para ocidente com moradias sumptuosas. A clivagem está presente em vários escritores contemporâneos. Ricardo Jorge apelida de "formigueiro humano" a essa cidade densa perto do colapso urbanístico e social:

O formigueiro humano germina em si próprio o veneno da sua destruição. [...] Sob o conforto, sob os gozos e opulências da civilização urbana, ressaltam as mais torpes misérias físicas que fazem da cidade uma mansão de eterno dolore, de horrores dantescos, um sorvedoiro infernal da espécie humana, como a estigmatizava o implacável Rosseau. [...] Se o homem fora talhado naquele tipo fisiológico ideal [...] um ente de dinamismo etéreo, emancipado do turbilhão molecular da circulação material, então o falanstério citadino seria uma morada celestial como a do sétimo céu onde se

[363] GRAVE, João – Os Famintos. Porto: Livraria Lello, 1931 [1903], p. 78

agitam os querubins. Infelizmente o homem não é um querubim, só com cabeça e asas; tem barriga e ânus.[364]

Também Rodrigues de Freitas (1840-1896) alerta em 1885 para esses focos potenciais de tumultuosas contestações sem consciência. Uma perigosidade revolucionária sem controle doutrinário "eis [a] estreita comunidade de miséria, onde a virtude se torna certamente difícil, onde os vícios, as ideias falsas, os ódios contra a sociedade acham terreno perfeitamente preparado" [365], refere ele citando previamente o livro de Engels *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra.*

Para um olhar mais directo sobre essa realidade de penúria e indulgência, partimos do testemunho ocular relatado na dissertação dirigida à Escola Médico-Cirúrgica do Porto em 1902 - *Insalubridade do Porto.* [366] Centrado no biénio 1899-1900, o documento introduz-nos nos meandros dos bairros decadentes das freguesias mais densificadas do centro através de um olhar simultaneamente diagnóstico e prescritivo acreditando na "hodierna tendência evangelizadora da Higiene em prol da saúde pública"[367]. Um dos casos analisados é o Barredo – "viva representação das condições de salubridade que a higiene condena absolutamente" [368] – onde os moradores lançam à rua todo o tipo de dejectos, das sarjetas evaporam-se odores miasmáticos, as casas aí localizadas são esconsas e sombrias e entrando nelas sente-se um ambiente inquinado propício ao definhamento físico dos corpos. A dimensão da calamidade tem a sua correspondência particular nas elevadas taxas de mortalidade infantil verificadas no relatório do Serviço Municipal de Saúde e Higiene de 1898 e no surto de peste bubónica que havia eclodido em 1899.

---

364 JORGE, Ricardo, *Saneamento do Porto. - Relatório apresentada à commissão municipal de saneamento*. Porto: Typographia de Antonio Teixeira, 1888, p. 8

365 FREITAS, Rodrigues de – *"A miséria no Porto".* In, Folha Nova, nº 52, 27 de Julho de 1885. Citado em, PEREIRA, Gaspar Martins – "As *ilhas* no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX". In, SANTOS, Carlota (coord.) – *Família, Espaço e Patrimonio.* Guimarães: CITCEM, 2011, p. 7

366 ANTAS, Álvaro Cândido Furtado – *Insalubridade do Porto.* Porto: Officinas do "Commercio do Porto", 1902

367 Idem, p. 5

368 Idem, p. 16



Fig. 33: Levantamento da Ilha de S. Vítor. Arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes, c. 1930
[Arquivo Pessoal António Madureira]

Também referido, são as mil e duzentas *ilhas* existentes à data, albergando quase metade da população da cidade.

Esta realidade era também aplicável a Lisboa, cidade mais próxima do poder político e, portanto, referência privilegiada para a maior parte da critica que desde meados do século se vai fazendo sobre as consequências terríficas da insalubridade habitacional resultante dos saltos demográficos.

Em 1890, a parte dos trabalhadores que dependiam da produção industrial representava 18% da população activa, 19% em 1900, 22% em 1911 e 19% em 1930.[369] O impacto do grave surto de pneumónica em 1918 e 1919, a vaga de emigração e a influência da Primeira Guerra explicam a quebra da curva ascendente nos anos de 1920. Entre 1890 e 1910 o operariado industrial aumentou 21,5% sendo os maiores absorventes Lisboa e Porto, seguidos de longe pela Covilhã, Braga, Aveiro, Portalegre e Tomar.[370] Em 1920, cerca de metade da população activa portuense trabalhava na indústria fabril e um quarto no comércio[371]. Dez anos depois, por si só, as indústrias transformadoras empregavam 31% da população recenseada que habitava de facto na cidade. Para Lisboa esse valor situava-se em 25%[372] o que demonstra a preponderância da empregabilidade nos serviços administrativos diluindo a importância da indústria na economia da capital. Apesar de fenómenos distintos, os *pátios* lisboetas e as *ilhas* portuenses expressam o mesmo processo de sobrelotação e constrangimento do alojamento dessa

369 VALÉRIO, Nuno, coord. – *Estatísticas históricas portuguesas*. Volume I. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2001, p.109

370 MARTINS, Conceição Andrade – *"Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)"*. In, *Análise social*. Nº 142. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1997, p. 489

371 Cf. CASTRO, Aurora Teixeira de – *Monografia da cidade do Porto*. Lisboa: Officinas da Secção de Publicidade do Museu Comercial, 1926 p. 20

372 Tratamento de dados a partir de informação extraída do *Anuário Demográfico*. Vol. 1929-1966. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1967

população urbana.[373] Nos inquéritos produzidos nos primeiros anos do século XX observa-se que no Porto viviam 50.000 pessoas nesse tipo de acomodações, número que excluía as famílias das *colmeias* localizadas no núcleo central das freguesias da Sé, Vitória e S. Nicolau. A concentração de população nas *ilhas* suplantava em cinco vezes a dos *pátios*. Porque em Lisboa a gama de salários era mais alargada e se havia estabilizado um sector de empresas de construção interessadas em habitação de baixo custo a partir do prédio de rendimento colectivo, desde cedo o mercado de arrendamento forneceu outras soluções igualmente acessíveis às várias profissões de que se compunham as camadas populares.[374] Estes dados acentuam a importância do referente espacial do Porto quando se tenta enquadrar a emergência de novas soluções de habitação no contexto dos constrangimentos da industrialização.

4.1.1. A "questão dos mal alojados"

O termo "questão social" sintetiza o que era na transição do século as reivindicações insistentemente repetidas pelo operariado urbano contra a carestia de vida no quadro do complexo jogo político entre as forças que lutavam pelo poder. A

---

[373] *Pátio*: termo que define um tipo de habitação particular da cidade de Lisboa caracterizado por alguma regularidade geométrica que tomou como modelo algumas estruturas rurais que teriam sido ocupadas pelos trabalhadores aquando da instalação da indústria em antigos locais agricolas. À imagem das *ilhas*, também os *pátios* se situavam no interior dos quarteirões e eram promovidos por pequenos inestidores; mas, porque em Lisboa o nivel de salários era superior e o mercado de arrendamento mais sofisticado, na maioria dos casos a construção das casas foi mais elaborada dando origem a conjuntos que podiam ultrapassar os dois pisos utilizando galerias voltadas para um pátio comum.

Ilha: termo que define bandas de pequenas casas com cerca de 16 metros quadrados de área útil dispostas ao longo de parcelas estreitas habitadas maioritariamente pela classe operária no Porto. Sem esgotos e abastecimento de água, com retretes comuns, a *ilha* fornecia habitações comummente constituídas por um só compartimento cuja única fachada voltada à viela continha uma porta e uma janela de dimensões diminutas. Geralmente, os conjuntos dessas casas desenvolviam-se atrás de um prédio aburguesado para residência do promotor, que ocultava o acesso a tão infame alojamento e dava frente urbana ao empreendimento.

Colmeia: termo que define a sobrelotação das casas burguesas através do fraccionamento e reorganização do seu espaço interior original permitindo alojar várias familias ou grupos de operários (denominados "côdeas") a troco de alugueres baixos. Tal como o fenómeno das *ilhas*, o aparecimento da solução assenta na máxima rentabilidade dos recursos como resposta à forte procura de alojamento barato. Os prédios alvo situavam-se maioritariamente no nucleo medieval e a sua disponibilidade decorria do êxodo das familias burguesas para novos locais da cidade fruto das novas expansões

[374] TEIXEIRA, Manuel C. – *"As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940"*. In *Análise Social*. Nº 115. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa,1992, p. 71

"questão dos mal alojados", expressão usada no título do desenho elaborado pelo gabinete do plano do município do Porto nos anos de 1940, para situar e caracterizar as manchas de insalubridade no tecido urbano, indicia a importância do alojamento na lista reivindicativa das organizações sindicais e partidárias. Alguns autores acentuam o problema da habitação nas grandes cidades como um dos sinais mais reveladores e relevantes da expressão das desigualdades das "classes trabalhadoras" na sociedade capitalista.[375] Pese a dificuldade em estabilizar um padrão de referência, numa época historicamente conturbada e irregular, da informação que nos chega através de interlocutores privilegiados - as associações de classe, as organizações sindicais ou os movimentos políticos mais comprometidos com a causa socialista – não parece claro que as condições de habitabilidade prefigurassem no topo da lista das carências que, quotidianamente, na luta pela sobrevivência, os estratos mais baixos da população se debatiam. Se tomarmos a inquirição de 1909, [376] socorrendo-nos da síntese efectuada por Villaverde Cabral,[377] os objectivos materiais perseguidos pelas classes operárias centravam-se em quatro tipos de reivindicações: condições de trabalho e salários; empregabilidade e mecanização da produção; proteccionismo e fomento estatal da indústria; e, finalmente, um grupo de questões tão diversas, como as relativas ao ensino técnico ou às "universidades populares". Do conjunto de reclamações directamente associadas à vida quotidiana do operariado sublinha-se, a par do salário mínimo garantido, da higiene e segurança no trabalho, e da redução dos impostos sobre o consumo, a anulação do imposto sobre rendas de casa.[378] - É o único aspecto que envolve directamente a habitação. A questão da renda é insistentemente referida e permite verificar o peso do aluguer da casa na gestão

375 Veja-se a observação do historiador Rui Ramos quando afirma ser este problema da habitação um óbvio sinal da "questão social". In, RAMOS, Rui – *A Segunda Fundação*. MATTOSO, José Mattoso, coord. - *História de Portugal*. Vol. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 211

376 *"Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho"*. In, *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910

377 CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX. - Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 191-199

378 Idem, p. 194

aflitiva das economias das famílias.

Entre artesões e operários, a situação dos assalariados no mundo do trabalho de então podia ser bastante diferenciada. Não havia um padrão das condições de trabalho nos diversos sectores produtivos e, em cada um deles, na aleatoriedade das simpatias ou competências, estabelecia-se ainda uma hierarquia de responsabilidades e poder. Tudo isto pautado, depois, pelos interesses particulares de cada operário que podiam ser divergentes no momento de reunir esforços para as lutas reivindicativas. A transformação de antigos camponeses e artesões em operários fabris foi uma operação que exigiu disciplina e vigor. Para essa tarefa vieram também, com as máquinas, capatazes e técnicos estrangeiros. Essa imensidão de gente que se combinou na cidade formou um mosaico laboral fragmentado somente unido pelo temor da mudança.[379]

Sobretudo na têxtil portuense, a mais poderosa do território nacional, exige-se "um pequeno aumento de salário [...] e que os industriais não admitam nos teares, para futuro, homens e mulheres do campo, enquanto que os operários criados na indústria vagueiam por essas ruas".[380] O medo concorrencial é díspar e fundamenta-se na prática da *subcontratação à peça* por mão de obra mais barata estabelecida no campo, no receio de substituição por sistemas mecanizados e pela contratação de rurais com outras fontes de rendimento, portanto, em melhores condições de submissão ao que se achava ser esclavagismo.

Era toda esta ansiedade que ecoava nos 30.000 trabalhadores que em 1903 invadiram as ruas do Porto afirmando aquilo que Maria Filomena Mónica diz ser o primeiro movimento genuinamente proletário da história portuguesa. Os contornos do conflito agravaram-se e alastraram-se à região com o Governo a ponderar a intervenção militar.

Excluindo alguns episódios circunscritos, concentrados sobretudo nas vésperas da

379 MÓNICA, Maria Filomena – *Artesões e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 212

380 Artigo no jornal *O Tecido,* de 7 de Junho de 1903. Cf., MÓNICA, Maria Filomena – *Artesões e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 177

República, pode-se afirmar com alguma segurança que a questão da habitação não estava definitivamente na agenda política sindical. Em 1903, uma onda de solidariedade auxiliou com *Cozinhas Económicas* o operariado atingido pelo braço de ferro entre os patrões e as associações sindicais. Neste caso, foi a face politizada da "questão social" que suscitou a atenção da sensibilidade pública para o problema da fome e das condições de trabalho. Não se pode afirmar peremptoriamente que essa pressão social tenha tido o mesmo resultado sobre as condições sanitárias e higiénicas de habitabilidade das casas da classe trabalhadora.

Em 1896, Ricardo Jorge, comentando o incremento da população, muito mais significativo comparativamente ao da capital, finaliza com uma expressão curiosa relativamente ao crescimento urbano: "se a febre das construções diminui, se a ampliação de área em parte corresponde a uma dispersão periférica, tudo isso são fenómenos acidentais e comuns da vida urbana".[381] Esta declaração é retirada de um contexto onde se afirma o vigor finissecular do Porto após um período obscuro denominado pelas guerras liberais, por epidemias e algumas crises políticas e financeiras[382]. Conforme conclui Gaspar Martins Pereira:

Na verdade, o último quartel de Oitocentos e a primeira década do nosso século constituem uma época de viragem na história do Porto, um tempo de forte crescimento da população, de transformações dos espaços urbanos e de aumento de ritmo de industrialização, com consequências marcantes no quotidiano e nas relações dos portuenses.[383]

Entre os censos de 1864 e o de 1890 verifica-se para o Porto um salto demográfico de 86 mil para 138 mil habitantes, o que a colocava a par das cidades europeias com maior grau de industrialização. Apesar da cidade servir a muitos como entreposto para chegar ao Brasil, outros, também oriundos dos meios rurais, permaneciam na

381 JORGE, Ricardo - *Origens & Desenvolvimento da População do Porto. - Notas históricas & estatísticas*. Porto: Typographia Occidental, 1897, p.105

382 Para este período da história do Porto ver, por exemplo, ALVES, Jorge Fernandes - *História do Porto. O progresso material. Da Regeneração aos sinais de crise*. Porto: QuidNovi, 2010. Vol. 11

383 PEREIRA, Gaspar Martins - Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910). Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 15



Fig. 34: Zona industrial do Campo 24 de Agosto, Bonfim. Domingos Alvão, c. 1900
[A cidade do Porto. Alvão 1872-1946. Porto: Edição da Fotografia Alvão, 1984]



Fig. 35: Zona industrial do Campo 24 de Agosto, Bonfim. Foto Guedes, c. 1900 [AHMP]

expectativa de melhores condições de vida engrossando a mole do operariado. Ampliando o cenário a toda a composição socioprofissional portuense – um universo de cerca de 180.000 indivíduos - constata-se, logo no início do século, o predomínio de três sectores produtivos dominantes – indústria fabril, construção civil e transportes - que absorvem cerca de 53% da população activa. A restante trabalhava no comércio (19,8%), na administração e forças militares (6,5%); sendo outra parte constituída por profissionais liberais (4 a 5%), pessoas que viviam dos rendimentos (7 a 8%) e de empregados domésticos (1,5 a 2%)[384].

Apesar da retoma comercial e produtiva, o nível de vida das classes populares na passagem do século havia piorado aumentando a disparidade entre o aumento do custo dos bens essenciais e a redução dos salários. A informação que existe sobre o Porto de transição de século é paradoxal como o é a natureza da cidade industrial.

As imagens captadas pelas objectivas de Paz dos Reis ou Domingos Alvão apresentam-nos uma cidade em rebuliço cujo ruído ensurdecedor imaginamos no silêncio desses documentos. A *Saída dos operários da Fábrica Confiança*, filmado em 1896 na Rua de Santa Catarina, explora o ritmo da vida urbana focando-se no movimento laboral e na massa anónima que vai saindo do portão da conhecida fábrica de camisas após a sirene de turno. Para onde vai essa gente e como vive?

Numa breve incursão pelo mundo do trabalho operário portuense, o historiador Jorge Fernandes Alves revela-nos alguns dados significativos:

> [...] na sua actividade diária, era uma cidade em grande parte escondida, que só se captava em toda a sua extensão pelo sentido auditivo, pois o bater seco e ritmado dos teares manuais matraqueava o ar e criava uma atmosfera específica em algumas zonas. [...] Assim se sobrevivia, numa cidade desigual, que ocultava o trabalho para fabricantes que tinham as suas oficinas e armazéns nos quintais traseiros das fachadas alinhadas de muitas ruas do Bonfim e Cedofeita. E cidade clandestina [...] porque aos menos de dois milhares de teares observados nos registos fiscais, calculavam os inquiridores corresponder pelo menos ao décuplo a realidade. [...] E porque não se cumpriam

[384] CABRAL, op. cit., p. 83

horários, ou melhor, se cumpriam todos os horários, todos os turnos, aproveitando ao máximo a capacidade produtiva do tear doméstico.[385]

O ruído do tear, sinónimo do domínio do têxtil, era indicador da localização das manufacturas e também da habitação. Não porque ela fosse obrigatoriamente próxima da fábrica, mas devido ao uso do "putting-out system" característico das primeiras economias da Revolução Industrial. Através desse sistema de subcontratação precária, o trabalho ocorria além do espaço fabril, invadia o espaço doméstico plasmando-se com a vida privada, afectando nas tarefas todos os membros da família[386].

O apoio social inexistente era compensado por outros mecanismos informais de equilíbrio como o autoabastecimento através de cultivo de pequenas hortas e a criação de animais. Perdura ainda hoje essa forma de subsistência complementar inserida nos interstícios dos quarteirões, em parcelas soltas ou associadas às *ilhas*. Daí a questão do horto ser substancial para a análise de determinadas soluções inseridas no ciclo que percorre estas primeiras décadas de aperfeiçoamento da casa de *ilha,* com alguns exemplos a escaparem-se verdadeiramente desse paradigma de alojamento da cidade industrial.

Um dos impactos maiores do aumento populacional relaciona-se com a natureza da resposta à premente necessidade de alojamento. No Porto, o valor despendido para habitar uma miserável *ilha* confirma essa exorbitância da renda relativamente ao rendimento familiar. Com as devidas reservas, considerando a informação prestada pelos *Operários tecelões mecânicos do Porto* - classe que trabalhava exclusivamente na fábrica – em média, o preço que pagavam ao mês pelas casas que arrendavam era de 1400 reis e o salário recebido à semana cifrava-se em 1600 reis, cerca de 6720 reis mensais. No total dos encargos mensais, 8% desse valor seria despendido para garantir um tecto a uma família típica constituída por 5 elementos.

---

385 ALVES, Jorge Fernandes – *"O Porto oitocentista. A cidade e os espaços industriais"*. In, *O Tripeiro*, nº 9. Porto: Associação Comercial do Porto, Setembro 2003, p. 269

386 Idem, p. 269

DESPESAS FIXAS POR MÊS (referidas a uma família de 5 elementos)[387]		
Alimentação de primeira necessidade (excluindo carne e peixe)	77%	13.490 réis
Açúcar, café e especiarias	8%	1.405 réis
Carvão e petróleo	7%	1.275 réis
Aluguer da habitação	8%	1.400 réis
TOTAL		**17.570 réis**

RENDIMENTOS POR MÊS EM ALGUNS SECTORES DO PORTO (assalariados adultos homens)[388]	
Operários Metalúrgicos	16.800 réis
Oficiais de Funileiro e Artes Correlativas	12.600 réis
Operários Fiandeiros	8.400 réis
Operários Têxteis (tecidos brancos)	5.040 réis
Operários Têxteis (tecidos do cores e fantasias)	8.400 réis
Operários Tecelões Mecânicos	6.720 réis
Manipuladores de Tabacos	20.160 réis

No parâmetro do inquérito sobre as condições de vida, sete das questões listadas referiam-se ao problema do alojamento, nomeadamente, perguntava-se se os estabelecimentos fabris tinham casas para alugar aos seus operários ou, se existiam sociedades que tivessem construído bairros. No caso da classe dos operários têxteis, a resposta centrou-se nas restrições impostas pelo jornal O Comércio do Porto evocando que teriam sido seleccionados "empregados públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe mais bem remunerada". A associação dos tecelões insistiria nessa discriminação alertando que "erroneamente [se] denominam operários, quando é certo que a estes nada aproveitam em virtude de lá serem apenas admitidos empregados, mestres de fábrica e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer". [389] Excluindo a menção à Companhia Fabril de Salgueiros, como caso único na construção de casas para os seus trabalhadores, alega-se que a maioria dos

[387] Quadro efectuado a partir dos dados fornecidos no *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910, p. 144

[388] Os dados referem-se a valores médios. Por defeito utilizou-se o valor máximo declarado tendo em conta que em certas actividades a remuneração era à peça e podia depender da complexidade da manufactura. O quadro foi elaborado aplicando um coeficiente de 4,2 para transformar o valor semanal em mensal, partindo-se dos valores divulgados no *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910

[389] *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910, p. 143

operários têxteis depende de senhorios ávidos de lucros fáceis que exploram as *ilhas* cobrando-se, em média, entre 1.800 réis e 1.400 réis mensais por um espaço de 20 metros quadrados constituído, no melhor dos casos, por uma saleta, cozinha e alcova, com escassa ventilação e luz. [390]

Tomando o outro inquérito sobre a habitação do operário efectuado em 1911 pelo mesmo organismo do Ministério do Fomento, conclui-se que no bairro de Lordelo do Ouro do diário Comércio do Porto **[BHP_2]** os alugueres praticados coincidem com a média referida de 1400 réis, com a disparidade de se estar a comparar fogos com 67 metros quadrados e de qualidade superior com as habitações de *ilhas*:

> Geralmente as casas não têm compartimentos, outras têm uma pequena saleta à entrada da porta, alcova (quarto sem porta) e cozinha, tudo numa superfície média de 5m x 4m. As condições de salubridade são, salvo raríssimas excepções, péssimas, já pela falta de limpeza, já pela aglomeração de numerosa família em tão pequenos espaços.[391]

Na sua proposta de lei de 1914 para a construção de casas económicas, Tomás Cabreira fixa que, "quando as casas forem destinadas a ser adquiridas por operários, artistas ou empregados, o seu valor final não deverá exceder em Lisboa 1.440 réis, no Porto 1.200 réis e nas outras terras 780 réis".[392]

Em 1909, no inquérito que faz às condições de trabalho em Portugal, o sociólogo francês Léon Poinsard da escola de Le Play descreve, a título exemplificativo, uma oficina portuense de construção de pequenos motores. Embora também se dedique à reparação mecânica de automóveis, a fábrica havia apostado na construção diversificada de aparelhos a gás e a petróleo. Ao contrário da têxtil, trata-se de uma nova actividade interessada em explorar a *vida moderna* e cuja

---

[390] Em 1910, referenciado aos dados fornecidos para o sector da fiação e cardação, os salários são assim quantificados: operários, 280 a 380 réis por dia; operárias, 120 a 200 réis, por dia; menores de 12 até 16 anos 120 réis, por dia de trabalho. Assim, pode-se deduzir que o jornal médio de uma família operária média, constituída por dois adultos e três menores, seria de 760 a 940 réis, o que perfaria um total mensal entre 18.240 réis e 22.560 réis (considerando 4 semanas com 6 dias, podendo durar a jornada entre as 10 e as 14 horas). Conforme a *"Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho"*. In, *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910. Nº 49, p. 114.

[391] *Ibidem*

[392] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 26 de Fevereiro de 1914

prosperidade dependia de uma atenção aguda à celeridade das transformações como, por exemplo, a que estava a operar no uso da electricidade. Por essa altura, a produção estaria associada aos gasómetros com gerador, aos bicos de incandescência, caloríferos, fogões e esquentadores de acetileno, usados nas habitações modernizadas pela introdução de redes de água quente, do aquecimento central, ou de novos sistemas de iluminação incandescente. É uma hipótese de leitura fundada no *Catálogo ilustrativo e descritivo,* divulgado em 1910 pela oficina de Ignácio Ferreira dos Santos situada na Rua do Carmo. De entre a parafernália de produtos de pichelaria e latoeiro, destaca-se um esquentador em cobre polido com torneira-válvula automática que "aquece um banho em 15 minutos" pelo preço de 73.600 reis[393]. Este luxo comercializado não seria, por certo, experimentado pelos cerca de 60 trabalhadores que a fábrica empregava, cujos salários podiam rondar os 600 réis [394] de diária. Trata-se de novos dispositivos inovadores aplicados sobretudo nas casas burguesas que começam a gozar do ímpeto de tecnologia doméstica relativamente vulgarizada nessa época. Se, por um lado, as redes de aquecimento de água, telefone e iluminação são endereçadas ao espaço burguês que chama até si a infra estruturação urbana desse tipo, por outro lado, o apetrechamento técnico que também ocorre na habitação popular foi eminentemente dirigido às solicitações do saneamento começando a incorporar novos aparelhos sanitários, sobretudo, sifões, ventiladores e retretes, para além da actualização na arte de construir os esgotos. Crê-se que esta preocupação sanitária criou um défice de democratização na irrigação da cidade pelas diversas redes que concorriam para a modernização urbana. Transportes, telefone, abastecimento doméstico de água, electricidade e saneamento, cujos direitos de exploração são concessionados a empresas privadas, têm a sua localização determinada por interesses comerciais.

O trabalho de campo de Poinsard permite uma incursão pela vida privada do jovem

393 *Catálogo illustrado da officina de picheleiro e latoeiro de Ignacio Ferreira dos Santos* Porto: Typographia Santos, 1910

394 POINSARD, Léon – *Le Portugal inconnu. - L'Industrie, le commerce et la vie publique.* Volume II. Paris: Bibliothèque de la Science Sociale, 1910, p. 319

mecânico de 24 anos e do seu agregado familiar. Sabemos que é casado e pai de dois filhos. A esposa, ao contrário da maioria das mulheres daquele meio social[395], havia ficado unicamente responsável pelo acompanhamento dos filhos e pelo trabalho doméstico, deduzindo-se daí que, apesar de parco, o orçamento familiar permitia ainda evitar a acumulação brutal dessas tarefas com as 12 horas de labor numa fábrica ou a prestação de serviços avulsos para fora. Sabemos ainda que são católicos, não praticantes, e a frequência gratuita da escola paroquial libertou-os da iliteracia generalizada.

A passagem que descreve a habitação fornece uma aproximação fiel do que seria o espaço doméstico de uma família operária média. Assim, sabemos que habitavam um andar constituído por três divisões (cozinha e dois quartos), mobiladas rudimentarmente com uma cama de ferro, um berço, uma cómoda, uma mesa de pinho, quatro cadeiras, uma banheira, um lavatório, um pequeno fogão de cozinha, panelas e tachos indispensáveis. Para além do vestuário básico, guardavam seis lençóis, dois cobertores, doze camisas, quatro bermudas, seis pares de meias, seis anáguas, lenços e outras pequenas peças de lingerie, um par de botas, um par de sapatos, um par de tamancos e um par de pantufas[396]. Todo este património não ultrapassava os 40000 réis. Deduz-se também que o rendimento familiar mensal rondaria os 15120 reis: subtraídos os 2000 réis de renda da habitação haveria um remanescente de 13120 réis, valor curto de difícil gestão para colmatar as necessidades com a alimentação e o vestuário. A realização fora do horário laboral de pequenas tarefas como motorista permitiria equilibrar o orçamento e, por certo, autorizava pequenas extravagâncias quotidianas.

---

395 Veja-se a personagem Luísa do livro *Os Famintos,* escrito em 1903 pelo já citado escritor João Grave. No capítulo IV descreve, de certa forma, os pormenores que a objectiva de Paz dos Reis não precisava nem alcançava para além dos portões da fábrica: "Na fábrica onde Luísa trabalhava, circulava logo de manhã uma alegre palpitação de vida. Os operários chegavam em grandes ranchos, descalços, rotos, chupadas pela fome as caras em que apenas fulgia o brilho dos olhos. Vinham tristes, acabrunhados, sem juventude, arrastando-se num desalento enorme. As mulheres traziam os chales muito cingidos ao peito; as roupas colavam-se-lhes ao corpo, desenhando-lhes em relêvo as formas irregulares e angulosas. Algumas eram já velhas; outras, pobres esposas que à pressa abandonaram o leito sem calor, logo ao luzir da estrela de alva, para que ao bando dos filhos não faltasse o magro pão do jantar". Cf. GRAVE, João – Os Famintos. Porto: Livraria Lello, 1931 [1903], p. 77

396 POINSARD, op. cit., p. 320

Deste quadro, aponta-se dois sinais que colocam, em nosso entender, este agregado num patamar social distinto dos miseráveis que habitavam o tipo de *ilhas* estudadas por José Manuel Teixeira nos na década de 80 do século XX. Em primeiro lugar, parece estar-se perante uma habitação estruturada por compartimentos funcionalmente e espacialmente estanques; depois, a revelação da quantidade de utensílios e as suas funções supõe uma forma de habitar e um apetrechamento técnico que se crê estar para além das casas de *ilha*.

Portanto, a breve panorâmica estabelecida indicia um mercado de arrendamento superior que interessa destacar da imagem de penúria mais vulgarizada sobre a habitação popular oitocentista. Por exemplo, aquela que transparece no estudo de Manuel C. Teixeira, nomeadamente, quando se refere que "a procura de habitação operária não evoluiu, o tipo de desenvolvimento e o tipo de casas não evoluíram também, e o fosso que existia entre a habitação para as classes trabalhadoras e a habitação burguesa manteve-se ou alargou-se mesmo ao longo do século [XX]".[397]

[397] TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 410

4.1.2. Estádio prévio

Pela escala dos empreendimentos ou pela mediatização que sofreram, os exemplos de habitação económica de promoção pública protagonizaram a breve *história da habitação económica* no Porto e, de uma forma geral, desconhecem-se os pequenos exemplos construídos a partir de curtos investimentos ou as iniciativas maiores que, apesar de licenciadas, nunca chegaram a ser concretizadas.

Aqui, o problema da habitação nunca atingiu a escala de discussão e resolução de outras cidades europeias de igual dimensão territorial, demográfica e industrial. Isso prende-se, em nosso entender, com algumas condições endogénicas ou confluentes na região, no período estudado: a perseverança dos construtores das *ilhas* insalubres e alguma permissividade fiscalizadora; a debilidade dos recursos do Estado e o álibi da ideologia liberal de não ingerência no mercado do arrendamento e da construção; a falta de clareza do tema da habitação na agenda política das organizações de classe e das correntes partidárias socialistas; a concatenação entre indústria e mundo rural como dissolvente da precariedade dos rendimentos do trabalho. Mas ainda, flagrante pelo peso que assumiu externamente no patrocínio de novas soluções arquitectónicas, foi a inexistência de qualquer tipo de filantropia organizada e sustentada que tivesse à cabeça preocupações relativas à construção de casas baratas. Para mais, sublinhe-se que quem controlava e geria o município era a média e a alta-burguesia que não possuíam "a capacidade empreendedora e a visão alargada, quer da cidade quer do seu próprio papel social, que lhes teria permitido situar os seus interesses individuais no contexto do desenvolvimento da cidade como um todo e no contexto mais amplo dos seus interesses colectivos como classe social".[398]

No período do estudo, o parque habitacional gradualmente criado para albergar a massa heterogénea constituída pela população de baixos rendimentos, dita das *classes laboriosas*, continuou a ser dominado pelo fenómeno local, duradoiro e

[398] Idem, p. 82

combinado das *ilhas* e das *colmeias*. Embora pese essas formas maioritárias de alojamento, verifica-se no seio dessa miséria o surgimento de novos modelos espalhados gradualmente por um vasto território da cidade. Não se tratou exclusivamente das soluções que o Estado, o Município ou a filantropia esclarecida timidamente experimentaram. A maioria foi constituída por pequenas operações de iniciativa privada que, na senda do pequeno rendimento oferecido pelo mercado de arrendamento das *ilhas*, polvilharam a cidade com pequenos conjuntos de casas cujo desenho se afasta das soluções anteriores.

Em 1939, aquando do inquérito preliminar ao *Plano de Urbanização*, o engenheiro Antão de Almeida Garrett (1896-?) repara que existia uma "aplicação de capitais na construção de habitações e, principalmente, nas ditas económicas", [399] reconhecendo-se uma pequena produção de grupos habitacionais efectuada por empresas ou proprietários individuais que "mostra que já se está um pouco longe das *ilhas* [contudo], é bem verdade, em algumas destas casas, não se cabe lá".[400] Embora a distinção seja assinalada tendo em conta que essas casas apresentavam um pequeno jardim ou quintal, uma análise mais aprofundada sobre um universo mais abrangente do que os 153 fogos então elencados para os anos de 1930, revela outras modificações na habitação das classes populares.

Ainda que raros, observam-se alguns sinais prévios, oitocentistas, sobre o patrocínio de *casas baratas e salubres*. Para além dos casos do Bairro Herculano - "uma região de vivendas higiénicas, cheias de ar e de luz, com os seus arruamentos, o seu viver íntimo e aconchegado de pequena povoação independente [comparável] a uma construção idêntica, feita pela fábrica de canhões Krupp, em Essen, para abrigo dos seus operários"[401] - e do Bairro do Vilar nada mais havia sido realizado durante o

399 GARRETT, Antão de Almeida – *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto. Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1939, p. 32

400 Idem, p. 33

401 Relativamente à importância destacada deste bairro no contexto da precariedade do alojamento no século XIX no Porto, ela é logo verificada no jornal *A Actualidade* em notícia publicada a 15 de Agosto de 1882 referencia a visita de fontes Pereira de Melo ao bairro:

século XIX. No caso do Vilar, um empreendimento de grande extensão com avultado investimento de capital, apostando em padrões de qualidade superior ao das *ilhas,* não foi considerada a colocação no mercado de arrendamento de casas melhoradas. Não seduzia o suficiente os operários cujos salários eram magros. Isto entroncava com a leitura ilusória sobre o nível de desenvolvimento da indústria no Porto.

Das intenções relatadas, há a destacar uma proposta de uma sociedade anónima para construir 1.000 casas apresentada pelo Governador Civil Visconde de Guedes Teixeira em 1885 comentada por Rodrigues de Freitas num longo artigo que escreve em dois números do jornal O Comércio do Porto a 1 e 10 de Outubro de 1885.[402] Também o Barão de Nova Sintra, importante industrial têxtil com sucesso no Brasil,

"Pelas cinco horas da tarde de ante-ontem, o sr. Presidente do conselho de ministros acedendo ao convite feito pelo sr. Manuel Lopes Martins, dignou-se visitar o Bairro Herculano, à Rua das Fontainhas, "uma região de vivendas higiénicas, cheias de ar e de luz, com os seus arruamentos, o seu viver íntimo e aconchegado de pequena povoação independente. Sua ex.ª que percorreu todo o bairro com o mais decidido interesse, examinando todas as minudências, inteirando-se de quantas particularidades lhe despertavam a atenção teceu ao sr. Lopes Martins os maiores elogios, pela inteligência e bom gosto com que se houve em tão importante melhoramento. No copo de água que lhe foi oferecido seguidamente, tornou-se muito notável o brinde do sr. Fontes, "que comparou o Bairro Herculano a uma construção idêntica, feita pela fábrica de canhões Krupp, em Essen, para abrigo dos seus operários". In, jornal *A Actualidade*, 15 Agosto de 1882, Porto.

O bairro era constituído por cento e vinte e nove casas térreas ou com com piso complementadas com lavadouros, uma mercearia, uma capela e um jardim que formava a pequena praça central.

402 A notícia, intitulada *"Casas para operários – um projecto do Snr. Governador Civil"*, dava conta de uma proposta para a construção de mil casas. Nesse ano o Porto contabilizava 6.020 casas em 531 ilhas conforme dados das administrações dos bairros oriental e ocidental. Conforme refere o Governador "citar os números é por em sobressalto a cidade cuja população está ameaçada. [É necessário] que todos os esforços se congreguem e todas as vontades se unam no pensamento de melhorar as condições higiénicas de uma ciadde cujas tradições liberais podem bem medir-se pelos sentimentos elevados da sua filantropia. [...] Se os estabelecimentos de crédito do Porto apoiarem o nosso pensamento, estamos certos que não haverá obstaculo que se não vença. O seu auxilio importa para nós a realização da necessidade mais instante e mais inadiavel da cidade do Porto".

"Os operários não só as arrendariam, mas também paulatinamente se iriam transformando em donos de elas. Bastariam 400 reis semanais para as terem de plena propriedade em 34 anos; a esperança de vir a ser dono do prédio estimula-o à economia. Lança no mealheiro, ou deposita no banco de sobras, ou na caixa da Companhia edificadora, o que aliás iria talvez perder-se em inutilidades, ou deprimentes aparências de luxo [...] O Estado deverá concorrer com os terrenos que puder dispensar, com a isenção de contribuição predial e de registo por 34 anos e com a obrigação que imporá às instituições de beneficiência de empregarem [1/3 ou 1/2] dos seus capitais em obrigações de 5% da sociedade". Conforme a noticia "também propõe que se emitam 50 contos de réis em obrigações de 3%; calcula que sejam subscritas ao par; conta para isto com a filantropia ; as outras obrigações serão a 5% e os accionistas não receberão também mais do que esta percentagem, podendo, porém, receber menos, ou sofrer prejuizo". Rodrigues de Freitas critica a proposta argumentando a favor de empresas financiadas com capitais do Estado e de privados indicando o modelo proposto no ano anterior por Augusto Fuschini na Camara dos Deputados. Termina afirmando que a construção de novos bairros é "simples obra de interesse publico [...] que deve ser realizada fora do estreito dominio das velhas ideias de beneficiência pública".

"não confinava os seus objectivos à fundação dum estabelecimento de educação, nem à montagem duma moderníssima fábrica de fiação de seda. Em complementaridade, acalentava o sonho dum plano de urbanização, em que os alojamentos dos operários não fossem tugúrios, mas moradias de verdade onde apetecesse descansar e conviver no aconchego do lar".[403] O empreendimento justificava-se porque:

[...] de um só passo obtém-se excelentes resultados físicos e morais; a habitação bem iluminada e ventilada é um dos melhores elementos de saúde e alegria; a boa casa convida a voltar a ela e a permanecer aí; então o lar doméstico poderosamente combate o jogo, o alcoolismo, a depravação de costumes. Além disto os aposentos alegres dão maior vontade a conservá-los limpos, a tê-los asseados, do que as casas onde o ar e a luz do sol dificilmente penetram. Estes e outros resultados benéficos da morada higiénica são consideravelmente reforçados, se o inquilino pode converter-se em proprietário.[404]

O apelo a uma "organização de uma empresa construtora de casas baratas, como remédio contra os focos de infecção existentes nas *ilhas*", decorreu da visibilidade dada pelo inquérito das "Comissões de Imprensa" e da informação divulgada pelas autoridades sanitárias. A promoção das casas estaria incumbida a uma sociedade anónima constituída com o capital de sete bancos do Porto e um da província prevendo-se que o custo médio de construção por fogo seria 300.000 réis. A área de influência da sua fábrica alargava-se desde Campanhã às Fontaínhas pelo que o seu *Plano de urbanização* coincidia com todo esse território da margem do Douro. Em notícia do Comércio do Porto referia-se esse vasto empreendimento do filantropo:

Sob a influência dos capitais de sua Excelência e de outros capitalistas, o bairro de Campanhã promete ficar muito mais povoado em pouco tempo. São numerosas as construções novas para além do Prado do repouso; e em muito maior número serão se vier à realidade um plano que o Sr. Visconde procura popularizar. Refiro-me à construção de ruas que levam do passeio das Fontainhas ao cemitério público, e correndo pela montanha, vão comunicar com Campanhã. Em toda a extensão de algumas delas se poderão plantar árvores, e deixá-las de modo que sejam agradável

403 Citado em, MENDES, António Lopes – *Colégio do Barão de Nova Sintra*. Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1988, p. 46

404 Jornal *O Comércio do Porto* , 10 de Outubro de 1885

passeio público. As casas terão de ser, até certo ponto só de um lado, a fim de não tomarem a vista do rio.[405]

Um último caso, em pleno Oitocentos, também apontado no jornal portuense, foi da responsabilidade da Companhia Edificadora Portuense[406] que, em 1874, se constitui com o objectivo de cobrir um amplo leque de tipos de habitação, desde "um novo tipo de casas de habitação, a preços módicos, apropriadas para artistas e operários, de conta da empresa e de conta alheia", até habitações de gama superior. Para dissipar o risco nesse género de mercado imobiliário, a construção "em terrenos da Companhia ou dos adquirentes" podia ser efectuada por "mera administração da Companhia", mediante uma comissão convencionada. Os prédios podiam ser construídos por conta própria ou por encomenda, com custos suportados em prestações mensais ou anuais de modo que os compradores, através de anuidade equivalente a um aluguer, tornavam-se possuidores plenos das casas ao fim de 15 anos. Complementarmente, a empresa assumia o compromisso de empreender todos os melhoramentos que se pudessem realizar de acordo com o município.[407]

405 *"Correspondência de Portugal"*. In, *O Comércio do Porto*. Porto: 1 Dezembro de 1866

O obstinação pelo rasgamento da rua marginal conduziu-o a propor auxilio à Camara Municipal do Porto. Se a intenção fosse realizada, juntamente com outros equipamentos associados ao Colégio do Barão de Nova Sintra (Colégio dos Ofãos e Colégio da Mendicidade), teria sido constituida um género de arquitectura abrangente dedicada à pobreza.

406 "Uma sociedade anónima de responsabilidade limitada que partiu da iniciativa de António Augusto Soares de Sousa Cirne, Vasco Ferreira Pinto Basto, João Ferreira Dias Guimarães, João Ferreira de Araújo Guimarães e Plácido, Irmãos. Dispondo de um capital de 2.500 contos, propunha-se investir num sector que também não tinha até então conhecido iniciativas desta natureza, o das habitações económicas". C.f. CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – *A Indústria Portuense no Século XIX*. Tese de Doutoramento em história Contemporânea. Guimarães: Universidade do Minho, 2006, p. 190

407 Jornal *O Comércio do Porto*, nº 93, 24 de Abril de 1874. Citado em, CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – *A Indústria Portuense no Século XIX*. Tese de Doutoramento. Coimbra: Universidade do Minho, 2006, p. 190

4.2. Para uma cartografia da *arquitectura do trabalho*

4.2.1. Circunscrição do espaço operário

No *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*, de 1932, o engenheiro Ezequiel de Campos (1874-1965) propõe a divisão da cidade em quatro anéis[408] definidos a partir do delineamento sobre a carta topográfica de 1903 de circunferências equidistantes de um quilómetro com centro fixado no Largo do Terreiro, na Ribeira:

A circunferência de um quilómetro de raio envolve o velho burgo do Porto, hoje todo apinhado de casas, por onde antigamente havia campos, hortas e laranjais;
A de dois a urbanização irradiada pelas vias de acesso, ainda hoje com manchas largas rurais;
A de três já uma periferia rural com tratos e núcleos urbanizados;
A de quatro abrange terras de Lordelo, de Ramalde, de Paranhos e de Campanhã, cheias de campos: - aldeias rurais.[409]

A transformação urbana é assim expressa através de uma geometria *radiocêntrica* que tenta sintetizar o crescimento orgânico da cidade ancorado nas principais vias ancestrais de ligação e nos pequenos aglomerados agrários existentes nos arrabaldes. O traçado dos anéis traduzia não só a direcção e a natureza da expansão, mas, também, decorria de uma intencionalidade em estruturar a cidade "com um plano de adaptação do anacrónico e de delineamento do vindouro [...] em urdidura unitária [colmatando] a falta de destino e de directrizes – de programa de Cidade"[410]. Desse modo, a leitura centrífuga evidenciava a centralidade administrativa, económica e comercial da baixa[411] como charneira das dinâmicas expansionistas da cidade e era, simultaneamente, um esboço de uma possível metodologia de

[408] Na base de dados que recolhe os bairros inventariados para esta investigação, um dos critérios usados para harmonizar as diferentes localizações dos edifícios foi, justamente, a proposta de zonamento anelar de Ezequiel de Campos.

[409] CAMPOS, Ezequiel de – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932, p. 20.

[410] Ibidem

[411] Deve-se ter em atenção que, por exemplo, o escoamento de produtos e a recepção de algumas matérias primas se dá fundamentalmente através dos transportes marítimos que acostavam na Ribeira. Esse fluxo comercial (e de passageiros) só se extingue a partir dos anos 30 do século XX aquando da conclusão das obras de adaptação de Leixões a porto comercial.

arrumação do território para justificar directrizes de um futuro plano para a cidade. Independentemente dos verdadeiros propósitos do autor, aquela disposição radial capta a desagregação e a descompressão dos subúrbios que sucessivamente ao longo do século irão ser ocupados e consolidados ao redor do burgo medieval, fundador, activo e populoso. É esse fenómeno que Ricardo Jorge aclarava ao afirmar os "subúrbios enredados pelos braços de polvo das ruas irradiadas da cabeça da cidade, tornam-se citadinos". [412] Assim, sobre os fortes ritmos do crescimento industrial, assistiu-se a uma consumação de áreas periféricas cuja transformação em novos bairros - veloz, cumulativa, diversa e extensa - abriu um ciclo longo de problemas de urbanização que ao longo do século serão cada vez mais intransponíveis pelos instrumentos clássicos de desenho da cidade. Destaca-se dessas dificuldades a eliminação nesse momento da relação inequívoca entre *cidade* e *campo* que havia permitido tomar a forma da cidade como unidade coerente.

Em 1923, o sociólogo americano Ernest Burgess (1886-1966) havia proposto um modelo teórico do crescimento urbano a partir do estudo do caso de Chicago[413]. O padrão de organização espacial e social das expansões urbanas modernas era definido por uma divisão em anéis relacionados com um núcleo de origem, detentor das actividades administrativas e comerciais. Numa visão *metabolista* da cidade, cada uma das partes contíguas, em séries de círculos concêntricos, continha tipos diferenciados quanto às suas características físicas, sociais e funcionais, que interagiam como um organismo adaptativo. Segundo a análise de Burgess, ter-se-ia: ao redor da baixa (Zona 1) uma primeira zona de transição caracterizada por pequenas indústrias e comércio (Zona 2); depois, ainda localizadas numa região de fácil acesso ao local de trabalho, áreas preferencialmente destinadas ao estabelecimento de novas habitações operárias em substituição de outras áreas

412 , JORGE, Ricardo – *Origens & Desenvolvimento da População do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1897, p. 102

413 BURGESS, Ernest W. – "*The growth of the city. An introduction to a research project*". In, PARK, Robert - *The City***.** Chicago: The University of Chicago Press, 1967 [1925], p. 47-62

habitacionais degradadas preexistentes no centro (Zona 3); seguidamente, uma "zona residencial" dirigida às classes altas que poderia ser constituída por bairros de casas unifamiliares (Zona 4); por fim, a "commuter's zone", um conjunto de áreas suburbanas distantes 30 a 60 minutos ao centro através dos transportes viários. [414] Segundo este modelo, a propensão de uma zona invadir a sucessiva definia um processo genérico de expansão das cidades na era da segunda industrialização.

Considerando à época as manifestas diferenças históricas, sociais, económicas e geográficas entre o Porto e Chicago, o diagrama do sociólogo americano é em certos aspectos ajustável à realidade portuense dos anos de 1930. Em a *"Expansão da Cidade do Porto"* - o esquema congénere de Ezequiel de Campos – vêm-se reflectidos alguns sintomas indicados por Burgess: por exemplo, a Zona 3 diz-se preferencialmente eleita para o estabelecimento de novo alojamento operário. No Porto, tomando o referido diagrama, esse território equivalia ao anel do terceiro quilómetro que incluía, entre outros, os novos assentamentos de habitação popular nos antigos locais do Monte Pedral e Monte Aventino, as primeiras colónias operárias municipais da Arrábida, de Salgueiros e das Antas começadas em 1919, ou os famosos bairros filantrópicos do jornal de O Comércio do Porto iniciados em 1899. Em complemento, era também aí que se localizavam alguns equipamentos e indústrias estruturantes: o Matadouro Velho da Rua Serpa Pinto; a Estação Ferroviária de Campanhã; a Fábrica do Gás de Lordelo; a Fábrica Têxtil de Salgueiros no Monte Captivo; as Fábricas de Moagem e a Central Eléctrica do Freixo; ou, o terminal de cestas das minas de carvão de S. Pedro da Cova, no Monte da Costa.
Logo em 1939, no anexo *"Evolução do território urbano"*, [415] o engenheiro Antão de

[414] Idem, p. 50

[415] Referimo-nos ao documento depositado no AHMP (D-CMP-01-004-22) que integraria o conjunto de peças gráficas a incluir no *Anexo do Inquérito para o Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto* (futuro Plano Regulador da Cidade, de 1952), da autoria do engenheiro Antão de Almeida Garrett. A peça "Evolução do Território Urbano", produzida cerca de 1939, firma dois limites periféricos correspondentes, respectivamente, ao estado da cidade em 1813 e 1892.

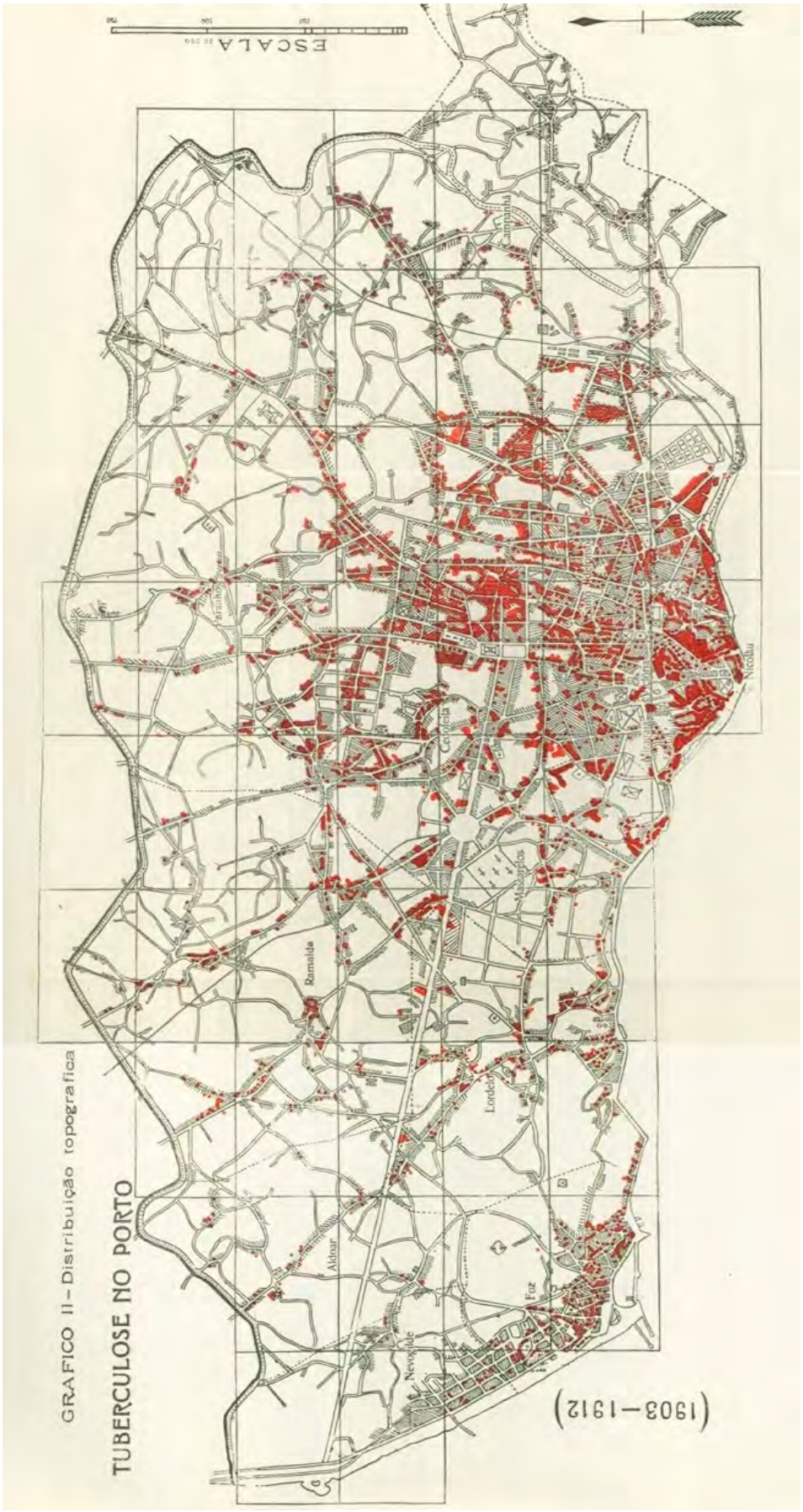


Fig. 36: Distribuição topográfica dos surtos de tuberculose no Porto. António de Almeida Garrett, 1912. [Tuberculose e habitação no Porto. Porto: Enciclopédia Portuguesa, 1914]

Almeida Garrett - planta de análise efectuada a partir da mesma base cartográfica de Ezequiel de Campos para informar o futuro *Plano Geral de Urbanização* de 1948 - verificava que essa região coincidia em grande parte com aquilo que se considerava ser o perímetro urbano da cidade em finais do século XIX. A demarcação fixada ao ano de 1892, aproveitando a informação preciosa da Carta de Teles Ferreira, estabelece uma nova fase da expansão industrial que se viria a afirmar nas primeiras décadas do século passado. Num tempo marcado por acentuados ritmos de industrialização e taxas de crescimento demográfico inauditas,[416] serão estes lugares antes insuspeitos para o especulador imobiliário, onde mais se fará sentir a pressão urbanística e a consequente transformação do seu tecido social e espaço físico. Mas o fenómeno de disseminação urbana por simples esgotamento da capacidade construtiva de zonas prévias não encontra aí a sua única razão.

Como já foi referido, nas primeiras três décadas assiste-se a uma propaganda de profilaxia social centrada na questão da tuberculose. A partir do momento em que foi descoberto o bacilo de Koch, a natureza contagiosa da "darkness disease", a sua forte disseminação e a inexistência de antídotos conduzirá a campanhas agressivas de medidas profilácticas baseadas na higiene do espaço e do corpo. A salubridade urbana e habitacional desde cedo foi incluída no conjunto dessas acções sendo amplamente discutida nos *Congressos da Liga Nacional de Combate à Tuberculose* questão da casa higiénica, dos "rasgamentos" da cidade velha e de novos assentamentos em meio pastoral. No rasto do cadastro sanitário desenvolvido por Paul Juillerat[417] para Paris, o higienista António de Almeida Garrett traça para o Porto uma análise similar dando protagonismo a uma *cartografia da doença* suportada pelo material estatístico então disponível.

---

416 PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 15

417 Paul Juillerat ficou conhecido por ter sido o primeiro director do Departamento de Higiene de Paris desenvolvendo desde então trabalhos sobre as condições de habitabilidade e a propagação de doenças contagiosas. Entre 1894 e 1905 cartografou a mortalidade por tuberculose em Paris estabecendo relações de causa-efeito, por via da estatística, entre a doença e a insalubridade dos espaços.

Em 1907 é publicado o relatório, JUILLERAT, Paul, BONNIER, Louis – *Rapport à M. le Préfet sur les enquêtes effectuées en 1906 dans les maisons signalées comme foyers de tuberculose*. Paris: Chaix, 1907

[Mostra-se] bem como dentro de cada freguesia é irregular a distribuição do obituário pela zona edificada. [...] Lançando um olhar sobre a carta topográfica da tuberculose, vê-se que, enquanto nas freguesias centrais há grupos de ruas total e fortemente manchadas, os óbitos se distribuem muito irregularmente pelo Porto fora, até que nas freguesias periféricas aparece a regularidade de distribuição que podemos denominar de normal. Afora os quarteirões de casas de muitos moradores que constituem os bairros pobres da cidade, o que preside a essa distribuição é a situação das *ilhas*, que por todo o lado estão disseminadas. [Essa profusão], a sua intrusão em todas as ruas, mesmo naquelas que parecem destinadas a ser moradia de gente abastada. [Os dados podem] fornecer já elementos bastantes a quem procure saber da influência da habitação sobre a tuberculose no Porto. Eles indicam os pontos da cidade sobrecarregados de obituário, e entre os núcleos apontados os que constituem focos intensos, mais carecidos de ampla e pronta melhoria.[418]

Porque na estatística da mortalidade "à habitação [insalubre e superpovoada] pertence, no entrançado dos factores sociais de decadência orgânica, o papel primacial", [419] a carta tecida pelo médico portuense apresenta-se como o documento da época que melhor retrata a disposição do mundo operário no território. Para mais, reforça-se a ideia que nesse universo cartografado especialmente atento à localização da habitação está ainda vinculada uma fatia não desprezável do sector produtivo cujas unidades fabris mantinham estreitas relações de proximidade com o alojamento operário. Sublinha-se a pequena e média indústria infiltrada aleatoriamente em vastas áreas da malha urbana, aliás, como mostrou Manuel Teixeira ao inscrever sobre a carta da cidade de 1892 de Telles Ferreira os dados do Inquérito Industrial de 1890. [420]

A forma negativa do mapeamento dos surtos de tuberculose elaborado por António de Almeida Garrett estabelece vastas zonas da cidade potencialmente disponíveis para a expansão moderna da cidade. Foi para aí que caíram os estudos do município e do Estado depois de resolvida a contenda entre os que defendiam a demolição em massa de áreas centrais para aí se estabelecerem novos bairros, apelando à *Lei*

[418] GARRETT, António de Almeida – *Tuberculose e Habitação no Porto*. Porto: Tip. a vapor da "Enciclopédia Portuguesa", 1914, p. 42

[419] Idem, p. 3

[420] TEIXEIRA, op. cit., p.131-141

das Expropriações por Zonas promulgada a 26 de Julho de 1912[421], e os que argumentavam a favor da deslocalização da população operária para zonas periféricas desafogadas e em condições helioterápicas ideais onde se poderia facilmente construir "bairros higiénicos banhados pelo Sol, em pleno ar sadio, este ar marítimo que temos em tão grande abundância e que aos pobres não é dado respirar quando dormem".[422]

Segundo o estudo de Pereira de Oliveira - *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e desenvolvimento*[423] - o empenho da edilidade entre 1903 e 1937 visou obras de natureza diversa dominadas pela abertura de novos arruamentos "com características de eixos secundários, no esforço de urbanização das áreas ainda francamente rurais". [424] De entre essas operações de construção de novas vias ressalva-se o facto de que elas correspondiam a uma tendência crescente de urbanizações resultado da "fuga à residência no meio do complexo burburinho duma cidade febril de actividades".[425]

Rochard diz que "l' Espagne et le Portugal n'ont pas encore suivi le mouvement qui entraine l'Europe dans la voie du progrès sanitaire". Mas à medida que nos afastamos d'estes lugares a todos os motivos miseráveis, a cidade oferece bairros aformoseados; por eles espalham os bafejados da fortuna as suas moradias às vezes com grande sumptuosidade; a higiene sugeriu-lhes o aproveitamento do ar e do sol como depuradores que a natureza lhe fornece a jorros, e isso aformoseou inegavelmente as habitações modernas[426]

A deslocalização das famílias referida em várias fontes documentais ilustra um

---

421 A Lei das Expropriações por Zonas de 1912, através do nº3 do seu artigo 2º, passa a considerar de utilidade pública e urgente as expropriações por razões de salubridade pública, designadamente, bairros e casas insalubres.

422 BARBOSA, Raúl Tamagnini – *Uma Solução Económica para a Reconstrução do Porto*. Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 2ª Série, 1932. Porto: Imprensa Social, 1935, p.109

423 Referimo-nos à investigação, OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O espaço urbano do Porto. CondiçõesnNaturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1973

424 OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e desenvolvimento*. Coimbra: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Geográficos, 1973, p. 332

425 Idem, p. 333

426 ANTAS, Álvaro Cândido Furtado – *Insalubridade do Porto*. Porto: Officinas do "Commercio do Porto", 1902, p. 18

êxodo interno em direcção a locais descongestionados e soalheiros. Este fenómeno esteve particularmente associado aos interesses da média e alta burguesia que, face à inexistência de políticas municipais concertadas, 'provocou' urbanizações *monofuncionais*, constituídas por moradias isoladas com jardim, desvinculadas dos tradicionais locais de sociabilidade, do trabalho e dos negócios, que se mantinham no centro. Casos como o da abertura da Rua Álvares Cabral[427] em 1895 ou, por exemplo, o aparecimento nos anos de 1930 do denominado Bairro dos Médicos[428] à Rua Costa Cabral, ou do Bairro Hollywood à Rua Guerra Junqueiro, demonstram bem essa dinâmica. Todos fazem parte desse processo de desagregação da cidade histórica assistida pela implementação de redes infraestruturais básicas (viárias, transportes, água, saneamento, electricidade e telefone) e provocado pela necessidade de disseminação de novos assentamentos já não integrados exclusivamente na estrutura radial das estradas reais seculares.

O controle e coesão do território será agora fundada na continuidade e fluidez de uma malha viária estruturante a qual opera "como elemento funcional e representativo e como instrumento para 'ignorar' as zonas subalternas que resultaram dessa continuidade". [429] Foram nessas *zonas cinzentas,* preexistentes ou *ex-nuovo*, nos interstícios da rede e nos locais menos apetecidos, onde a rentabilização máxima do capital foi procurada quer através da instalação das unidades produtivas quer através da exploração do mercado de arrendamento médio e baixo.

[427] A formação da Rua Álvares Cabral iniciada em 1895 a partir do loteamento da Quinta de Santo Ovídio. É um caso característico dos processos de regularização da cidade com vista à sua "higienização". O investimento residencial neste lugar foi essencialmente promovido por famílias burguesas antes instaladas no antigo núcleo e insere-se num fenómeno mais alargado de gentrificação do território pela fuga das classes privilegiadas à cidade contaminada, a favor de uma ocupação adjacente dispersa por loteamentos regidos pela nova normativa urbanística

[428] Conforme é referido por Antão de Almeida Garrett nas análises incluídas no *Plano Regulador da Cidade* de 1952.

[429] AYMONINO, Carlo – *Origenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1971, p. 29

A historiografia tem dado especial relevo a esses bairros modernos que albergam uma classe esclarecida, de rendimentos elevados, que desde o século XIX foge à degradação sanitária da baixa. No entanto, por oposição ao *embelezamento* do centro histórico e ao aparecimento de malhas e edifícios de desenho moderno endereçados aos interesses representativos da burguesia, surgem alguns núcleos urbanos de desenho menos formal dinamizados pela produção industrial e fundados na economia do trabalho operário. Também se está perante a ocupação de antigos locais com forte carácter rural que a ampliação das linhas do *Americano* (e, depois, do *Eléctrico*) e das redes viária, de saneamento, abastecimento de água, gás e electricidade vieram potencializar.

Não obstante a ausência de estudos pormenorizados que relacione a gradual democratização das novas facilidades colectivas urbanas ligados ao ambiente e aos transportes[430] com os ritmos e a forma da expansão dos novos territórios, no caso particular do Porto, parece que o seu protagonismo esteve associado à necessidade de aumento da escala da produção industrial e ao fenómeno da deslocalização das fábricas. Refira-se que parte dessas infraestruturas, concessionadas a empresas comerciais a actuar em regime não concorrencial[431], não eram de todo utilizadas pela população pobre. Pelos dados conhecidos, o preço daqueles serviços não cabia no apertado orçamento familiar da maioria das classes populares. Em particular, o uso limitado dos transportes públicos e da água no domicílio criava uma aparente segregação social. Para ilustrar este facto, em carta de Novembro de 1910, dirigida à *Carris de Ferro do Porto* pelo Delegado da Câmara junto da companhia, dava-se a conhecer que em sessão camarária, após análise da tabela de preços e horários dos "carros de segunda classe [aquele órgão] manifestou o desejo de que a Companhia,

430 Conforme refere Tiago Saraiva: "*a nova forma da urbe de Oitocentos é determinada pela necessidade de maximizar a circulação dos fluxos*". In, SARAIVA, Tiago – *Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa, 1851-1900*. Madrid: Ayuntamento de Madrid, 2005, p.6

431 Em rigor, o fornecimento de gás e eletricidade foi municipalizado em 1917, num processo que se estenderia até 1920, enquanto a municipalização dos serviços de saneamento e água ocorrerá em 1926. Cf., MATOS, Ana Cardoso de – *A internacionalização de capitais e a transferência de tecnologia na criação de infra-estruturas urbanas: a Companhia do Gás e a sociedade Energia Eléctrica do Porto (1889-1920)*. Textos de discussão NEHE, 3/2003. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.

de preferência, dê àqueles carros a denominação de *"carros do povo",* por ser mais consentâneo com o seu destino, por conquanto eles sejam mais aproveitados pelas classes operárias, é certo que muitas outras pessoas igualmente os podem utilizar" .[432] No caso dos transportes públicos, por certo, a evolução das linhas de eléctricos esteve intimamente ligada com o reforço dos núcleos populacionais ao longo dos trajectos destacando-se Monte dos Burgos, Amial, Paranhos, Conde Ferreira e a zona da Ponte do Rio Tinto, ambos os exemplos no contexto *periurbano*.

> Se acompanhássemos em pormenor a evolução destas linhas [tração elétrica], veríamos que elas seguiram a par e passo a expansão das diversas radiais da cidade, tendo-se chegado a verificar recessões em algumas delas por insuficiência das populações servidas. [...]. Foi nestes transportes públicos que se baseou a transformação urbana [...] nas primeiras décadas deste século [séc. XX] quando as ruas da baixa ainda se encontravam pejadas dos carros com que os carreteiros distribuíam as mercadorias, em complemento do serviço do caminho de ferro e da navegação fluvial. – A viação automóvel era ainda insuficiente. A camionagem de passageiros e de mercadorias, posterior à 1ª Guerra Mundial, estava longe de evidenciar a importância que nas décadas seguintes viria a assumir, transformando por completo as nossas condições de vida. [433]

Mesmo assim, é provável que este tipo de restrições não tenha invalidado o surgimento nessas zonas de uma população de rendimentos melhorados: uma classe média emergente potencializando por um lado a construção dessas infraestruturas e, por outro, despoletando o mercado de arrendamento focado numa gama de casa económica de qualidade superior à das *ilhas*. Ao contrário dos outros bairros destinados às classes mais altas, nestes locais o tecido social era heterogéneo podendo incorporar a diversidade de profissões e graduações da hierarquia operária, funcionários públicos e militares de média e baixa patente, entre outros. Também, já não se está perante a bipolarização social que estruturava o fenómeno das *ilhas* opondo as famílias de mais fracos recursos ao senhorio que

[432] Carta do Delegado do Câmara junto da Companhia da Carris de Ferro do Porto de 5 de Novembro de 1910 [ADP].

[433] ABREU, A. Barbosa – "*A evolução da cidade do Porto e os sistemas de transportes"*. In, RAMOS, Oliveira, dir. - *Revista de História. Actas do Colóquio "O Porto na Idade Moderna"*, vol. 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da U. P., 1981, p. 199

usualmente habitava na frente de rua. De facto, se forem excluídas partes muito precisas da cidade onde se construiu habitação programada para as classes pobres junto de bolsas de terrenos municipais,[434] conclui-se que a habitação popular privada se alastrou de forma aleatória pelo território constituindo em raras ocasiões núcleos condensadores.

A demolição das *ilhas* devia ser acompanhada da construção de casas populares em vários pontos da cidade e de bairros para funcionários do município.[435] Aparentemente não se vislumbra nas projecções sobre a expansão da cidade uma descriminação social do território através de grandes concentrações habitacionais. Existe uma tendência na leitura da cidade que associa certos grupos sociais a determinados lugares. Em 1868, no quadro do fenómeno de imigração dos *torna-viagem,* Júlio Diniz referia-se em *Uma família inglesa* à parte oriental da cidade como sendo brasileira; ao invés, o bairro ocidental teria, há algum tempo, a preferência dos ingleses. O mesmo é expresso por Alberto Oliveira ao escrever sobre o bairro do Vilar na zona da Torrinha:

> O bairro do Vilar e seus subúrbios é, ia jurá-lo, inédito para meio Porto: sobretudo para o Porto oriental que habita em túmulos vestidos de azulejo, composto de pessoas a quem com o dinheiro não veio a educação a ponto de compreenderem quanto o conforto de um interior contribui para a higiene das inteligências e até para a melhoria das almas. [...] Para este lado [ocidental] era já aldeia, campos vagos, ar lavado e livre, excelente matéria prima para uma cidade nova.[436]

Da mesma forma opõem-se zonas de expansão burguesa ou operária associando-se, vulgarmente, a primeira à parte poente, em direcção à Foz, e a segunda a nascente, ancorada no entreposto do caminho de ferro de Campanhã. A panorâmica, que não deixa de ser útil para o estabelecimento de uma leitura de síntese dos fenómenos, admite a dúvida sobre o desenvolvimento da cidade nos

---

434 Referimo-nos às *Colónias Operárias* que o município vinha desenvolvendo desde 1914 e, depois de 1933, os *Bairros de Casas Económicas* de promoção estatal.

435 CAMPOS, Ezequiel de - *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Emp. Gráfica do Porto, 1932, p. 42.

436 OLIVEIRA, Alberto - *Palavras Loucas*. Coimbra: Typographia Auxiliar d'Escriptorio, 1894, p. 162

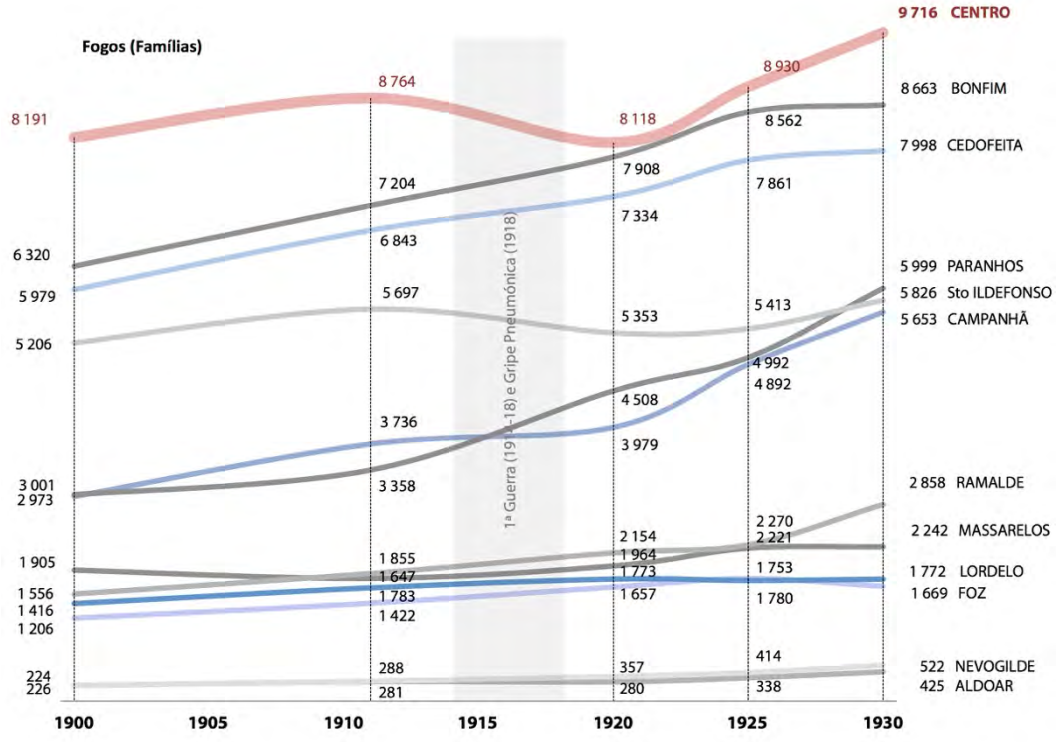


Fig. 37 (Gráfico A): Número de fogos por freguesia verificado ao ano.
[Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística/ bd_BHP]

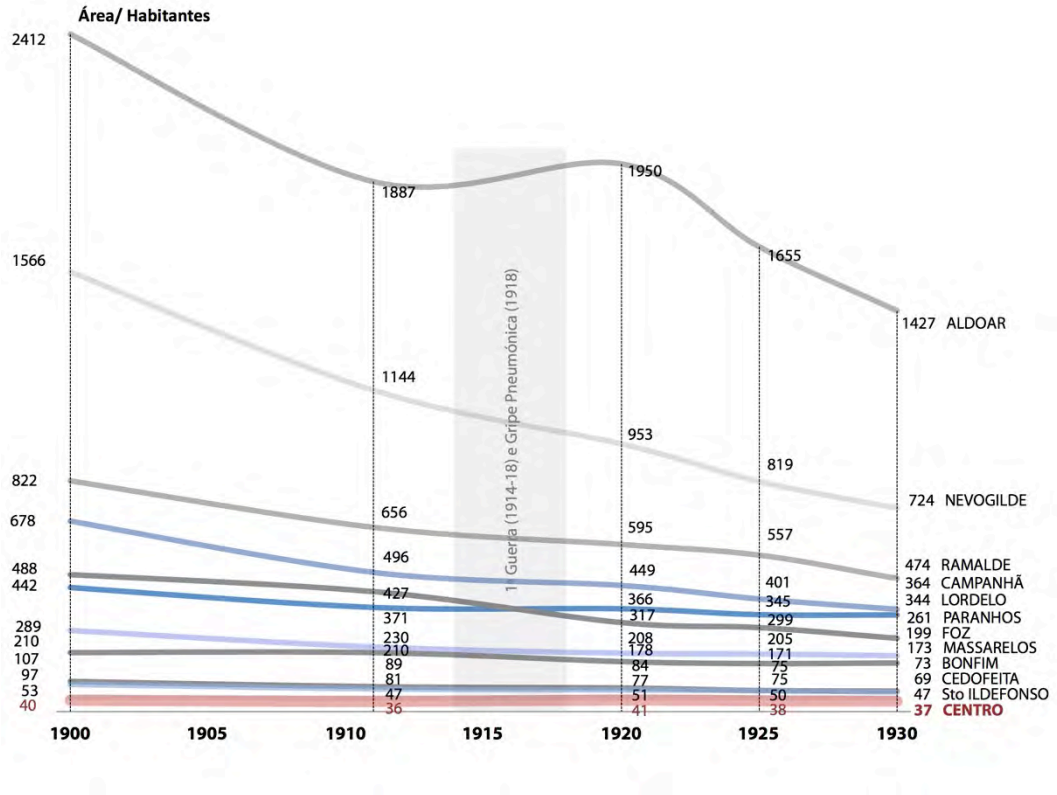


Fig. 38 (Gráfico B): Superfície (m2) por habitante verificada ao ano.
[Fonte dos dados: Instituto Nacional de Estatística/ bd_BHP]

espaços a norte.[437] Por exemplo, Vítor Oliveira ao fixar um "Período tardo-monárquico e do Estado Novo", correspondente à intensificação da construção em áreas suportadas pela Rua da Constituição e pelas avenidas da Boavista, Marechal Gomes da Costa e Antunes Guimarães, não deixa de chamar a atenção para a consolidação de uma malha ortogonal entre as Ruas S. Dinis, Serpa Pinto e Antero de Quental, no lapso de tempo 1903 – 1932.[438] Se o reparo é, na sua essência, deduzido da análise da estrutura viária por sobreposição cartográfica diferenciada no tempo, um olhar mais focado na *arquitectura da cidade* e nos fenómenos materiais que suportam a sua produção permite, antes, destacar essas aglomerações no quadro do problema do alojamento popular. Para além desse núcleo entre a Rua de S. Dinis e a Rua da Constituição identifica-se outro, igualmente importante, situado a nascente entre a Avenida Fernão de Magalhães e a Travessa das Antas. Estes casos – um, no antigo lugar do Monte Pedral na divisão entre as freguesias de Cedofeita e Paranhos; o outro, no do Monte Aventino, na fronteira de Campanhã e Bonfim – referenciam uma segunda vaga de expansão cujo arranque coincide com a passagem de século, após um primeiro período onde o crescimento industrial e comercial - e a correspondente explosão demográfica - tinha ainda sido absorvido pelas zonas centrais.

Até 1930 as freguesias que contêm esses lugares sofreram acréscimos demográficos importantes em relação à média concelhia (38,4%), destacando-se Cedofeita (40,5%), Bonfim (45,6%), Paranhos (86,7%) e Campanhã (85,8%) [**Gráficos A e B**]. Na freguesia de Ramalde, cujo crescimento no período atingia 73,1%, também se pode inscrever um terceiro foco ancorado na antiga rua da Carcereira.

---

[437] Neste momento não se conhecem trabalhos de referência sobre a expansão da cidade industrial para norte, ou seja, aquela que foi sendo tecida apoiada nos antigos caminhos reais de saída para Viana, Braga e Guimarães. Pelo contrário, para a zona nascente deve ser referido a investigação, PINTO, Jorge Ricardo – *O Porto oriental no final do século XIX, um retrato urbano (1875-1900)*. Porto Edições Afrontamento, 2007.

[438] OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX.* Porto: Editorial U. Porto, 2013, p. 115

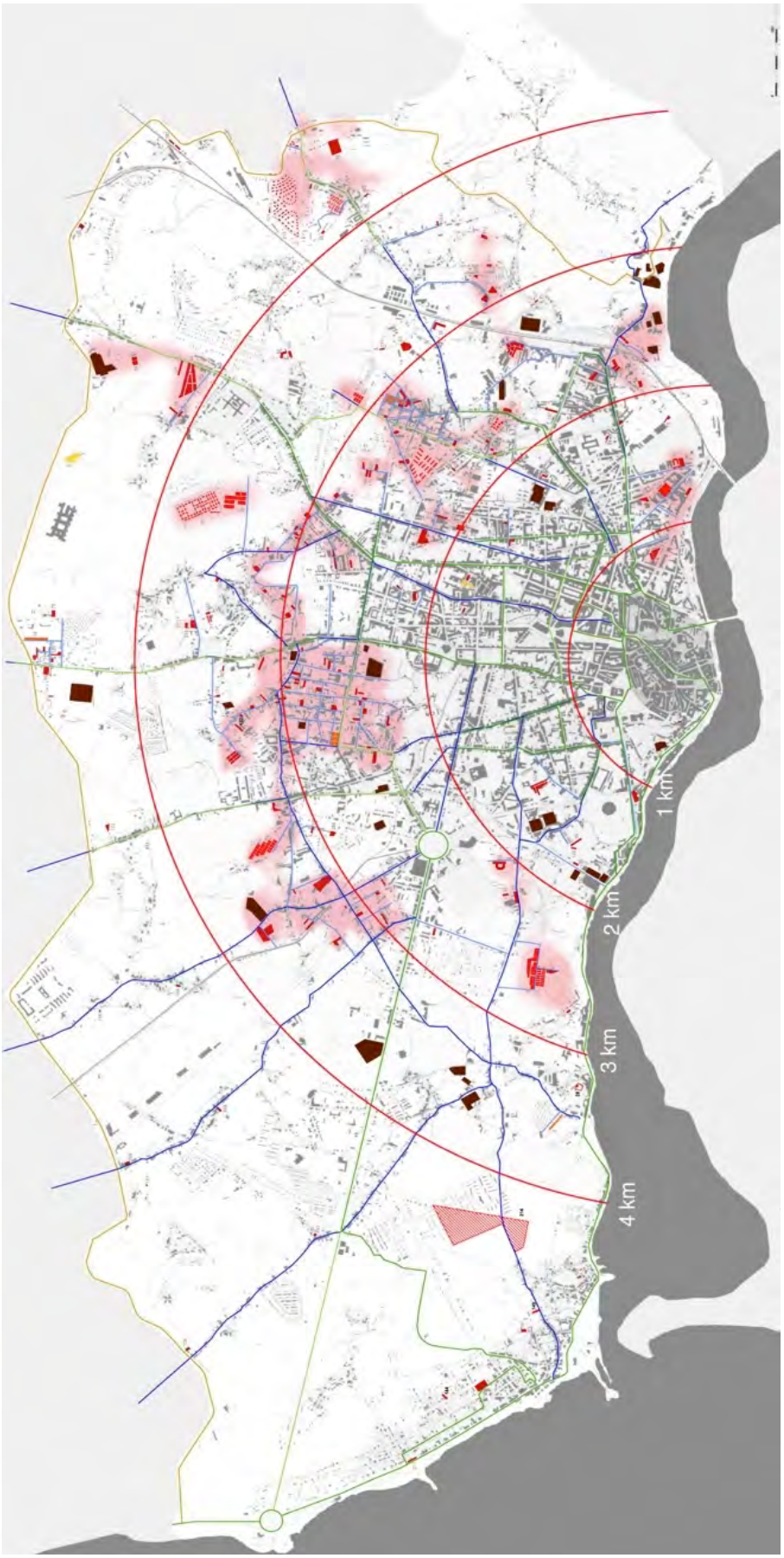


Fig. 39: Planta de localização dos bairros BHP a partir do sistema anelar de Ezequiel de Campos, sobre base cartográfica de 1963

O uso metodológico do sistema anelar de Ezequiel de Campos sobre a planta de localização dos conjuntos levantados por esta investigação, cujo original pode ser consultado em apêndice, permite extrapolar algumas relações entre unidade residencial, unidade industrial e infraestruturação urbana como momento de convergência dos fenómenos mais associados à forma urbana, aos modos de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas [439] . Para a leitura do crescimento da cidade, o facto da maioria das intervenções ou pretensões se localizar nesse território coloca a tónica no problema de fundo da relação entre cidade e campo quer no domínio da escala do espaço físico e do seu uso como no da alteração das práticas sociais. Assim, é relevante examinar as formas de concentração do edificado, as mudanças de uso dos solos e as alterações na textura e nos hábitos sociais.[440]

Os projectos inventariados para o estudo tiveram, na sua maioria, como destino terrenos situados nesse *terceiro anel* (41%) sendo que o valor é substancialmente incrementado quando se somam os processos para terrenos situados na coroa seguinte (29%) [**Gráfico C**]. Ou seja, apesar de se notar alguma dispersão na localização deste tipo de habitação, existe uma tendência significativa para as implantações se situarem num território periurbano, abrangendo, *grosso modo,* as freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, as zonas norte de Cedofeita e do Bonfim e o sul de Ramalde, Paranhos e Campanhã. A confiar nos dados divulgados nos inquéritos municipais de auxílio aos estudos urbanísticos, partindo da hipótese que eles revelam tendências com origem anterior aos anos de 1930, deduz-se que o valor dos terrenos seria aí dos mais baixos (cerca de 20 a 40 escudos por metro quadrado em 1939) desvalorizando em 50% quando não houvesse acesso directo à via pública.[441]

---

439 FREY, Jean-Pierre – *La ville industrielle et ses urbanités*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1986, p. 7.

440 GAMA, António – "*Indústria e produção de um espaço peri-urbano*". In, *Revista Critica de Ciências Sociais* nº 22, Abril, 1987, pp. 33-54

441 Gabinete de Estudo do Plano de Urbanização – *Elementos para o Estudo do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: [s.e.], 1939, p. 368

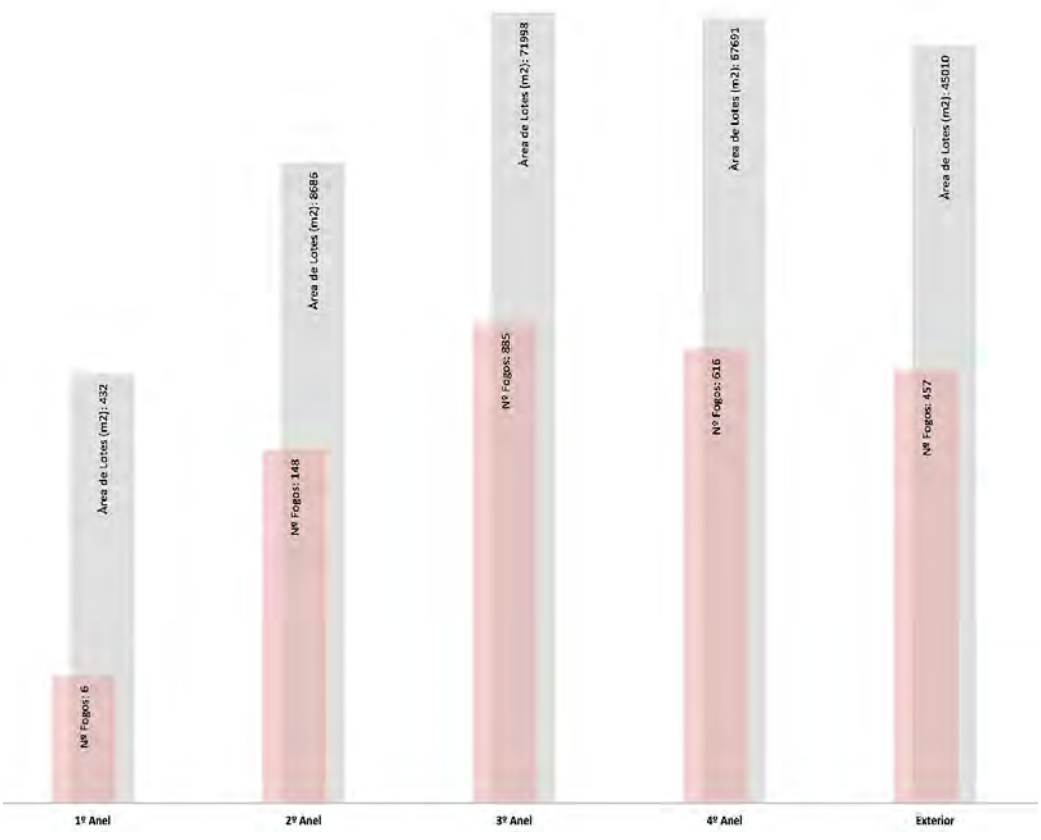


Fig. 40 (Gráfico C): Número de fogos e área dos lotes por zona urbana anelar. [Fonte: bd_BHP]

Trata-se de uma região periférica que naquelas décadas está em processo de sedimentação no interior de fortes dinâmicas de industrialização do território e da sociedade que combinam o rural e o urbano.

Tal operación [continuidade da estrutura viária primária] garantiza la rotura de la autosuficiencia de la estructura urbana de origen agrícola desarrollando las tendencias y las innovaciones de la estructura mercantil, acentúa el contraste entre ciudad y campo hasta ignorar el segundo término y sanciona una diferenciación tipológica (en los edificios) y de posición (en las zonas) que corresponda a la acentuada división del trabajo en el interior del asentamiento urbano.[442]

Sobre a habitação e a indústria, retomando Ezequiel de Campos, diz-se que "a dispersão completa das áreas de residência acompanhou o caos individualista",[443] e "as fábricas estão dispersas por toda a cidade e imediações, de Campanhã ao Ouro, de toda a beira-rio a toda a estrada da Circunvalação. Nem sequer um acantonamento sistemático, relacionado com o porto e os caminhos de ferro. Uma verdadeira dispersão".[444] Ou seja, a desarrumação das várias funções da cidade, da sua massa construída, do tipo de edifícios e do sistema viário, conforme a sorte dos interesses particulares sobre a cidade, constituía um sério entrave ao progresso social e económico do Porto. Sugeria-se que o problema podia ser controlado através de uma divisão estatutária do território sem custos para o erário público. Estas premissas coincidiam com as indicações estabelecidas na obra do americano Karl Lohmann (1887-1963), *Principles of City Planning,* citada no próprio *Prólogo ao Plano*. Defende-se aí o "zoning" como elemento da gestão urbanística disciplinador do uso da propriedade privada, com benefícios indubitáveis para os municípios[445]. No seio da planificação moderna pós-guerra, a clarividência na utilização do sistema de repartição da cidade em zonas afins, como instrumento preventivo ou correctivo dos desequilíbrios das cidades, só será verdadeiramente utilizado aquando da

442 AYMONINO, Carlo – *Origenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1971, p.29

443 CAMPOS, Ezequiel de – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1932, p. 30

444 Idem, p. 18

445 LOHMANN, Karl Baptiste – *Principles of city planning*. New York: MacGraw-Hill, 1931, p. 249



Fig. 41: *Os mal alojados*. *Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*, 1948. [Arquivo Histórico da DGOTDU]

obrigatoriedade dos municípios seguirem Planos Gerais de Urbanização, conforme fixado pelo Decreto-lei nº 24.802 de 1934.[446]

O desordenamento do território, que Ezequiel de Campos critica, revelava a impotência do município em constituir e impor um programa de acção abrangente com coesão suficiente para dissipar influências particulares. Trata-se de um problema histórico de génese liberal, mas, também, em implementar zonas funcionais conforme vinha sendo indicado internacionalmente.

No ponto relativo aos Bairros Operários, o estudo de Ezequiel de Campos considera a necessidade de os relacionar com a "vida fabril" questionando-se a dificuldade de se estabelecerem zonas próprias devido à dispersão das fábricas e das *ilhas* [447]. A questão da habitação salubre é colocada ao lado do "ambiente da vida" porque, ambos, são elementos essenciais da "higiene do corpo e do espírito". [448]

No quadro de défice orçamental do município, a promoção de casas de renda barata era vista no plano eminentemente social cabendo à câmara patrocinar a convergência de esforços entre as fábricas e o Estado. Segundo Ezequiel de Campos, no plano a desenvolver deviam ser definidos os projectos dos bairros e a sua localização, fixando-se, de antemão, pontos incontornáveis para o seu estabelecimento inicial: Miragaia, Maternidade, S. Vítor e junto à fábrica da Graham na Boavista[449].Logo, em 1933, o modelo de assentamentos extensivos, baseado na moradia isolada, é tomada pelo Estado Novo como instrumento primordial para

---

[446] Sublinha-se que o decreto de Duarte Pacheco obrigava à elaboração pelos municipios de Planos Gerais de Urbanização a finalizar até 1939. No caso do Porto, com esse fim, o presidente da edilidade Mendes Correia manda elaborar, em 1936, um inquérito à situação das *ilhas*; em 1938 é actualizada a carta topográfica "referida ao ano de 1937" que se constituirá como principal suporte do planeamento desenvolvidos nos anos seguintes; ainda neste ano é convidado como consultor dos estudos do novo plano o urbanista italiano Marcello Piacentini, seguindo-se, entre 1940 e 1943, o milanês Giovanni Muzio. O conjunto das análises e propostas então efectuadas foram centradas no Gabinete do Plano de Urbanização especialmente criado em 1938 e coordenado pelo engenheiro Antão de Almeida Garrett. Em 1946, a responsabilidade do desenvolvimento do Plano Geral de Urbanização entregue a Almeida Garrett e o gabinete de planeamento é reformado para aí serem desenvolvidos com prioridade os projectos de salubrização de *ilhas* e outras zonas degradadas e respectivos planos de construção de novos bairros de casas económicas.

[447] CAMPOS, op. cit., p. 33

[448] Idem, p. 46

[449] Idem, p. 47

moralizar a família operária. A escala destes empreendimentos e a sua exigência económica restringiu as suas localizações na cidade, determinadas quer pelo custo do solo quer pelas reservas de terreno. Este facto que remetia as operações para a periferia não urbanizada condicionava a ideia que os novos núcleos de alojamento deviam estar vinculados a uma reforma da cidade assente num *zonamento* de compromisso.

Encarregue do *Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*, uma equipa liderada pelo engenheiro Antão de Almeida Garrett elabora, na segunda metade da década de 30, um conjunto de inquéritos com o propósito de informar o futuro plano. Única, a planta *"Os mal alojados"* identifica as zonas pobres quanto à qualidade da habitação. Trata-se de uma cartografia que tenta agregar numa malha viária, ou numa rede de transportes (esboçada a azul), núcleos operários preexistentes distinguindo-os pelas cérceas dominantes e áreas de superfície coberta.[450] A ausência de texto explicativo do desenho consente a interpretação de que se estava a inquirir a realidade para, possivelmente, justificar que "na vida da cidade, cada função deve ter o seu órgão e reciprocamente. É, pois, esta correspondência recíproca entre função e órgão que impede que se altere o ritmo dessa vida sem entrar com os múltiplos factores que a condicionam".[451] Esta visão orgânica da cidade de Antão Garrett retirada de *"O problema da habitação"* (do relatório *Elementos para o estudo do plano de urbanização*, ao qual se pode associar a carta de caracterização acima referida) sublinham a ideia de que a disposição no território e a escolha dos tipos edificatórios para albergar a população carente é um "verdadeiro problema de Urbanismo".[452] A análise, que se pode reportar aos anos de 1930 e anteriores, suportou o argumento que a resolução do problema da habitação insalubre das classes operárias não dependia exclusivamente do fornecimento de

[450] Planta "Os mal alojados". A amarelo, agrega-se as zonas com superficie coberta menor que 25 em dois pisos e as de um pavimento de superficie coberta entre 25 e 50; a verde, agrega-se as zonas com superficie coberta menor entre 25 m2 e 50 m2 em dois pisos e as de um pavimento de superficie coberta entre 50 m2 e 75 m2; até se atingir as zonas vermelhas que tinham dois e três pavimentos e uma superficie coberta maior que 75 m2.

[451] Gabinete de Estudo do Plano de Urbanização – *Elementos para o Estudo do Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: [s.e.], 1939, p. 210

[452] Ibidem

novos bairros construtivamente bem elaborados em terrenos baratos "onde a vista se enleve na contemplação do cenário da Natureza". Ainda que sob efeito da pressão oficial do Estado Novo, a solução de moradias unifamiliares independentes com quintal, no quadro da propriedade fiduciária, é habilmente colocada em causa. A dúvida é apresentada no contexto da manutenção de alguns equilíbrios entre a estrutura física, produtiva e social. Para a aplicação de outros modelos que não o preferido por Salazar, argumenta-se com a situação particular do Porto no que toca, por exemplo, à variação dos rendimentos dos habitantes das *Ilhas*, factor que desenquadraria muitas famílias dos padrões de salários fixados do regime das *Casas Económicas*. A dispendiosa e deficiente rede de transportes colectivos ou os vínculos cruciais de proximidade que se estabeleceram entre certas actividades produtivas e quem as exercem. É estabelecido que somente um plano de urbanização produzido localmente poderia integrar e resolver adequadamente os diversos problemas fazendo vingar uma solução mista que contemplasse, simultaneamente, casas e blocos. A orientação definia uma rede viária radial ao centro e uma arrumação dos bairros "nas zonas fabris da cidade e, de uma maneira geral, onde a actividade local os reclame [para] ajustar satisfatoriamente a construção dos bairros económicos às necessidades reais dos trabalhadores".[453] Ainda que o Município não pudesse legalmente substituir o papel do Estado na *assistência pública social*, advogava-se uma participação directa no mercado imobiliário, condicionando a inflação nos alugueres de habitação de promoção privada derivada, sobretudo, dos requisitos construtivos exigidos pelo regulamento de salubridade urbana de 1903.

Mais tarde, nas peças escritas do *Plano Regulador,* datadas de 1952, manifesta-se a vontade de uma estratificação das actividades residenciais e industriais, de uma mistura de tipologias habitacionais, de uma mesclagem de classes sociais e de uma abertura à incorporação dos interesses imobiliários do capital privado para incitar a promoção da gama económica da habitação.[454] Principalmente, no capítulo

[453] Idem, p. 229

[454] GARRETT, Antão de Almeida – *Plano Regulador da Cidade do Porto*. Porto: [s.e.], 1952, pp. 325-327

"Realojamento das populações com más habitações e a deslocar pelos trabalhos de urbanização" coloca-se a dúvida sobre uma cartografia híbrida como hipótese de trabalho na reconfiguração da cidade.

4.2.2. Monte Aventino: um campo de estudo

A operação edificatória que o jornal O Comércio do Porto montou nas primeiras décadas do século privilegiou duas proeminências geográficas de diversos modos estratégicas na história da cidade: o Monte Pedral e o Monte Aventino (ou Monte das Antas). Se interessa desenvolver particularmente a génese do primeiro, a importância do segundo na vida operária e industrial da parte oriental da cidade, ligada à estação de Campanhã e aos núcleos fabris do Campo 24 de Agosto e Freixo, é digna de um breve apontamento introdutório ao qual se associará o carácter experimental de alguns bairros aí construídos.

Para além do seu valor militar na linha de retaguarda do Exército Libertador, o Monte das Antas apresentava-se ainda como local de manifestações políticas como o comício ocorrido em 1890, no contexto da primeira comemoração do 1º de Maio em Portugal. Mais de 2.000 operários e "muitos académicos, que levantavam vivas, calorosamente respondidos, ao operariado, aos trabalhadores portugueses e à Internacional" [455] ter-se-iam deslocado para esse arrabalde da cidade para debater, entre outros, a jornada de trabalho de 8 horas, a criação de uma bolsa de trabalho, a abolição do trabalho nocturno, proibição de indústrias nocivas à saúde, ou a inspecção pelo Estado das fábricas e indústrias domésticas.[456] Em 1914, chega aí o terminal do cabo aéreo das cestas de carvão provenientes das Minas de S. Pedro da Cova estabelecendo-se um recinto com uma fábrica de briquetes usados para fim domésticos e silos de carga que alimentavam a cidade, particularmente, a *Central Termoeléctrica de Massarelos,* inaugurada em 1915, pertencente à *Companhia de Carris de Ferro do Porto*. [457] Porém, em 1901, Francisco Carqueja, na qualidade de

[455] "A manifestação operária". In, *Jornal da Manhã*, n.º 120, de 2 de Maio de 1890. Citado por, CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – *A Indústria Portuense no Século XIX*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea . Guimarães: Universidade do Minho, 2006, p. 369

[456] CORDEIRO, op. cit., p. 368

[457] LOPES, Alexandra Maria Dias – *As Minas de São Pedro da Cova. Indústria, arquitectura, património*. Tese de Mestrado em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, p. 55-57

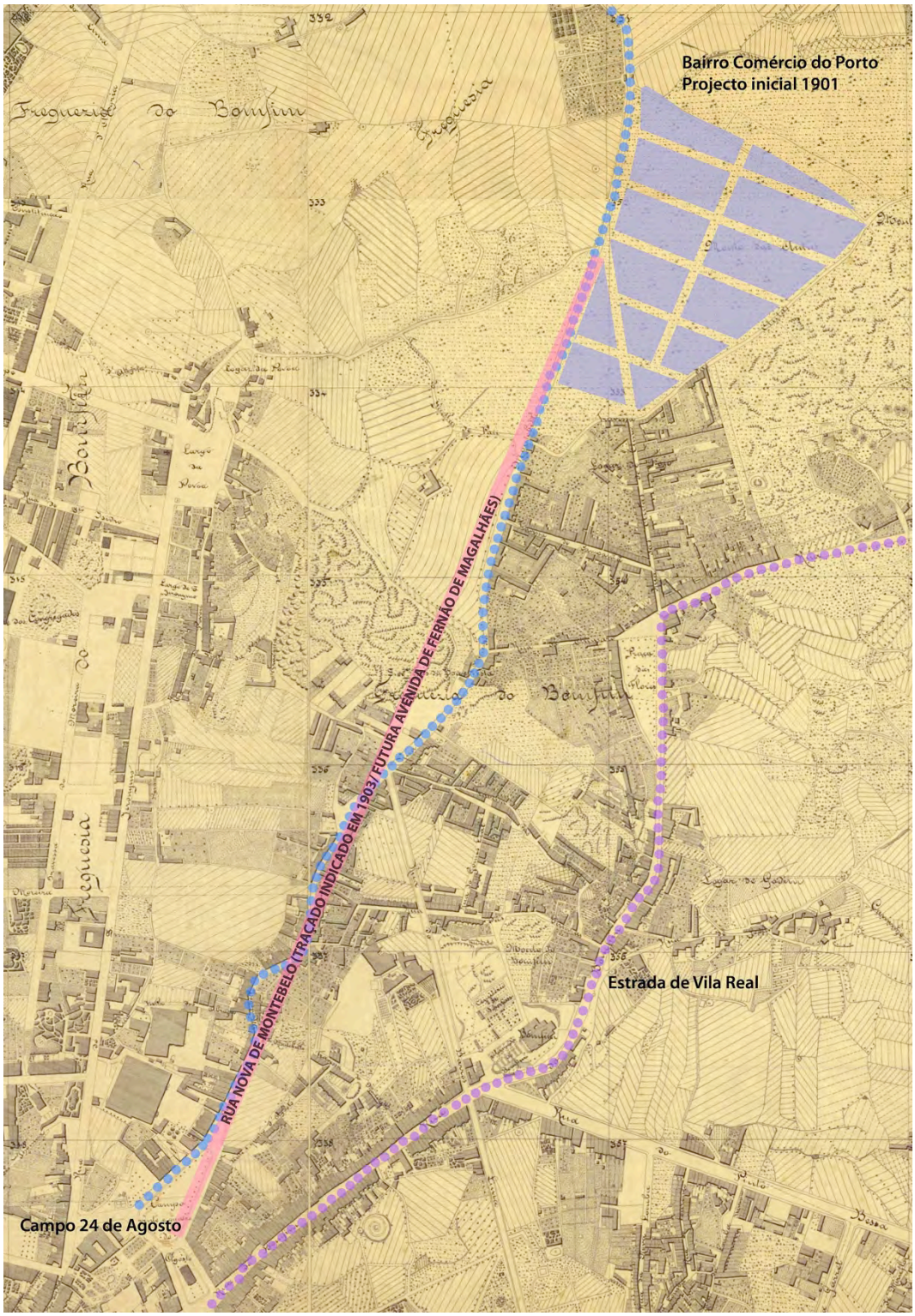


Fig. 42: Monte Aventino na *Planta de Telles Ferreira* de 1892. Bairro do Comércio do Porto (1901) e o traçado da futura Avenida Fernão de Magalhães

administrador do Comércio do Porto, submete à câmara um projecto do mestre-de-obras Manuel Fortunato de Oliveira Mota para a construção do terceiro bairro [**BHP_3**] empreendido pelo jornal. Entre 1901 e 1914 formar-se-á entre a Rua de Montebelo e a Travessa das Antas "40 prédios com três tipos de habitação: um idêntico ao do Lordelo, outro ainda desse tipo, mas modificado segundo indicações dos professores Miguel Bombarda e Daniel de Matos [...] e outro segundo projecto do engenheiro Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco, em virtude de um donativo feito por D. Emília Parreira Montez Champalimaud".[458] No seu número do dia 2 de Março de 1902, o jornal referia-se ao bairro citando a *Cité Jouffroy-Renault* em Clichy: "Elle est composée de 76 pavillons semblables, constitués d'un étage surmonté d'un comble, et d'un petit jardinet devant. Les pavillons sont loués avec promesses de vente, payables en 15 ans par mensualités, ce qui représente à l'époque un moyen d'accession à la propriété très «social». Cette cité est représentative de l'effort réalisé au XIX siècle par des bourgeois et industriels philanthropes". Sabe-se que o conjunto teria sido ampliado com novas construções em 1919 e, em Fevereiro de 1931, aquando da *4ª Festa do Trabalho*, por ali teria sido colocada pelo Ministro do Comércio a primeira pedra do misterioso Bairro Xavier da Mota cuja expansão prosseguiu até à *6ª Festa do Trabalho* em 1933.[459]

Na zona norte do recinto, em sessão camarária de Junho de 1915, foi anunciado que se haviam iniciado as obras de 28 *casas-jardim* geminadas que viriam a constituir a Colónia Operária de Antero de Quental [**BHP_11**]. A sua arquitectura - de amplas janelas de duas folhas e bandeira rectiforme, beirais pronunciados escorados por elementos de marcenaria complexa a marcar a entrada, contidos apontamentos decorativos de cantaria e embasamento destacado por imperativo sanitário – afina por um vocabulário afrancesado e austero transversal a muitos edifícios utilitaristas da Primeira República.

A pequena malha ortogonal formada nesses anos despoletou um processo de

458 CARQUEJA, Bento – *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. - Notas para a sua história*. Porto: O Comércio do Porto, 1934, p. 195

459 Idem, p. 213 e 309

construção privada de habitação operária no qual destacamos a promoção de António Ramos Pinto, o industrial ligado ao vinho do Porto e, também, importante fotógrafo e frequentador da Academia Portuense de Belas Artes. O seu primeiro bairro data de 1927 **[BHP_59]** e o último de 1935 **[BHP_53]**. Auxiliado por destacados arquitectos da cidade (Leandro de Morais, Francisco de Oliveira Ferreira e Manuel Marques), nesse período submeteu à apreciação camarária cerca de 40 fogos. Aqui, as soluções empregues escaparam ao simples uso de bandas de casas dispostas ao longo dos arruamentos, investindo-se em novas fórmulas que tiram partido de pátios interiores e recuos nas fachadas para atenuar alguma massificação de áreas. Nessa aproximação à habitação económica, a par das tipologias vizinhas do Comércio do Porto, intentaram-se formas de difícil referenciação nacional e internacional. Nota-se uma depuração expressiva dos vários elementos construtivos no desenho das fachadas que, num lapso de 7 anos, passa de uma ênfase de desenho que destaca as cantarias dos vãos ou a tectónica dos beirais a composições mais contidas usando simples jogos de planos com recurso a diversas espessuras do reboco e a anulação do telhado por platibandas em continuidade com o plano da fachada. Esta fase modernista está presente, por exemplo, no projecto mais tardio do arquitecto Manuel Marques (1890-1925) começado em 1933 **[BHP_106]**. Tomando como tópico do desenho a rentabilização máxima de áreas, Francisco de Oliveira Ferreira (1884-1967), que nessa precisa data tinha em mãos o projecto do Sanatório Heliântia para Vila Nova de Gaia, propôs um conjunto de 10 casas agregadas, passíveis de expansão ilimitada. De entre as particularidades do projecto, o recurso a paredes duplas com pórticos de betão armado[460] e o uso de um átrio

[460] Esta solução construtiva, estrutural e distributiva [BHP_223] é análoga à solução que havia sido projectada para o bairro social da República no Porto [BHP_4]. Em carta escrita a Março de 1919 ao Eng. Gaudêncio Pacheco, à data Comissário do Governo no Porto para a construção de casas económicas, o arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira expõe o seguinte: "Afim de se regularisarem os direitos e obrigações que resultam para mim, V. Exª e o estado, com relação ao tipo de construção do Bairro Operário que se anda a fazer no alto da Arrábida desta cidade, e que resultam da minha patente de nova indústria devidamente registada no Ministério do Fomento, rogo a V. Exª a fineza de se dignar marcar dia, hora e local para termos os dois uma conferência juntamente com o meu advogado afim de assentarmos no caminho a seguir." [AFS]

disposto ao centro tomando a esquadria das diagonais. A rotação a 45º de um espaço central de planta quadrada (aqui denominado distribuição quadrilátera). Na sua situação extrema (de maior rentabilidade de áreas distributivas) este mecanismo permite aceder a todos os espaços do fogo sacrificando apenas um dos compartimentos afecto à entrada (sala ou cozinha). A distribuição quadrilátera parece ter sido um subterfúgio erudito para resolver sem grandes dispêndios de área a questão da privacidade das zonas de dormir e, assim, absorver o problema dos quartos trespassados ou o uso de alcovas ainda presentes na habitação operária das primeiras décadas de Novecentos. A anulação de um dos diedros para se aceder directamente a esse quadrilátero criou um ritmo de cheios e vazios que simultaneamente marcam as entradas e desmontam a volumetria. Esta "arte de bem compartimentar" foi usada em 1927 pelo jovem Carlos Ramos no Bairro Operário de Olhão para quinze famílias da Fábrica Lucas & Ventura.[461]

Esta diversidade de arquitecturas, dinamizadas à volta das figuras de Bento Carqueja e Ramos Pinto, marcaram o Monte Aventino como um mostruário de modelos que rompem com as soluções de continuidade que por compromissos legais se estavam a transformar. O processo de urbanização que aí se desenvolveu por três décadas, por certo, colaborou na reorganização daquele território que se estendia até ao Campo 24 de Agosto repleto de fábricas cujo tráfego justificou o posterior rasgo da Rua Nova de Montebelo e, mais tarde, o seu prolongamento para Norte através da Avenida Fernão de Magalhães. Como se observará, o processo será inverso no Monte Pedral.

Carlos Sambricio nota que este modesto dispositivo foi novidade na arquitectura moderna. Pode-se incorrer em interpretações de ordem distinta: presumir uma autoria ou colaboração do arquitecto no projecto do importante bairro; ou, lançar a dúvida sobre a aplicação de invenção técnica de produtos e sistemas na casa económica para maior agilidade e economia dos métodos constructivos, facto que teria sido inédito no contexto edificatório nacional face à presença secular do saber fazer dos pedreiros nacionais apesar de, por exemplo, a préfabricação e a utilização do betão e do aço terem tomado internacionalmente um papel preponderante na génese da arquitectura do Movimento Moderno.

[461] Veja-se, por exemplo, a obra do importante Pieter Oud (1886-1968) e o complexo de habitação social de Kiefhoek construído entre 1925 e 1930 em Roterdão.

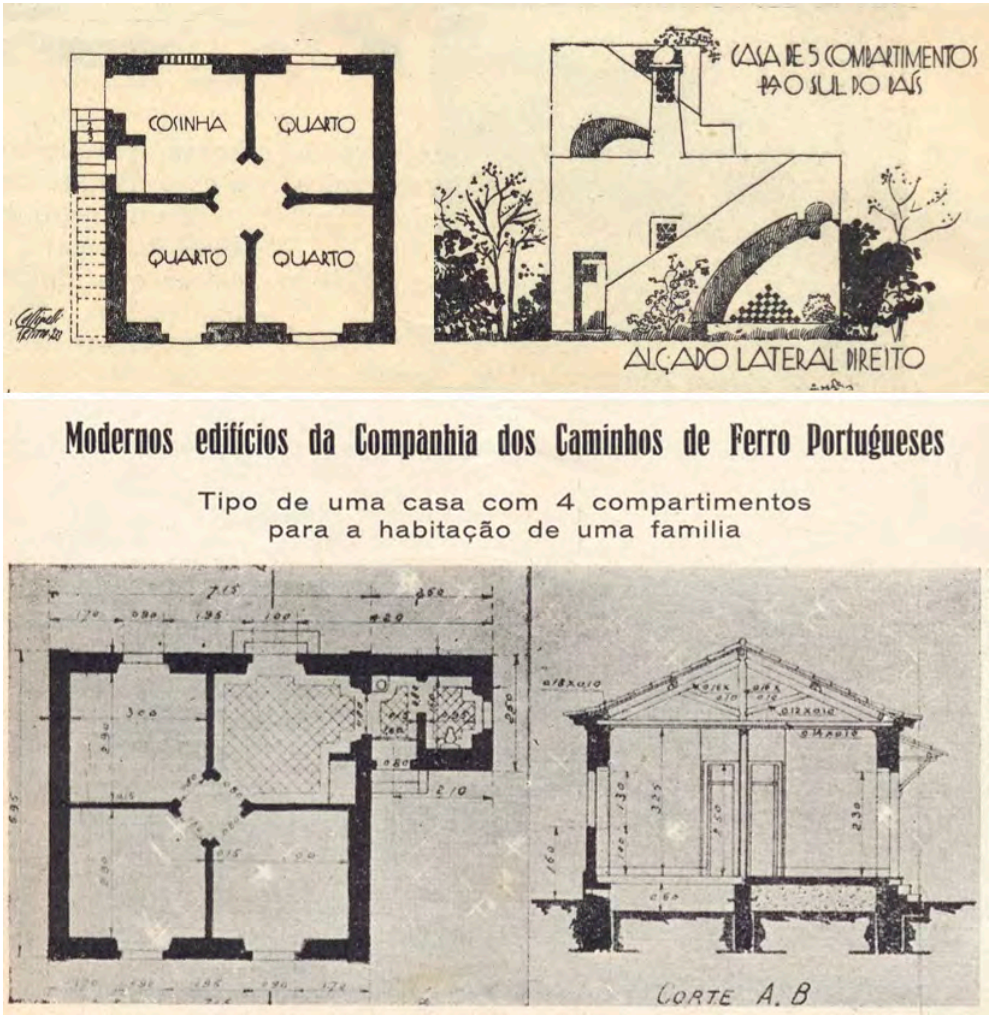


Fig. 43: Exemplos de *Distribuição quadrilátera*: Proposta de Cottineli Telmo (1933) e Bairro da CP (1931). [*Arquitectura Portuguesa*, nº 8, Setembro 1933/ *Arquitectura Portuguesa*, nº7, Julho1931]

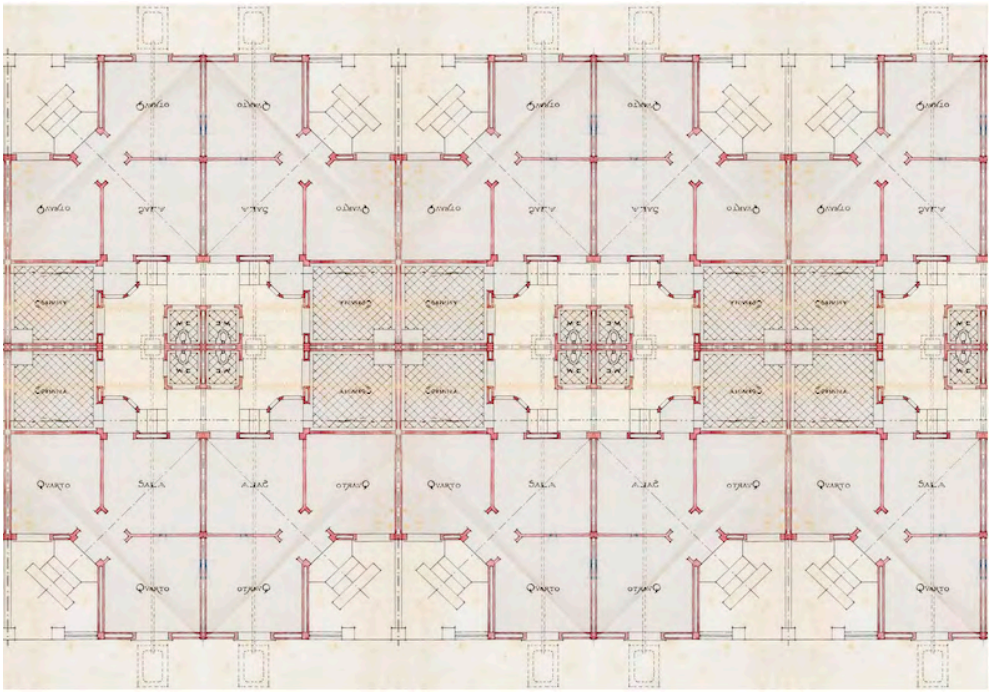


Fig. 44: Composição Bairro de António Ramos Pinto, Porto. Francisco de Oliveira Ferreira, 1927. [AHMP]

4.2.3. Monte Pedral: zonamento informal a partir da fábrica

Um dos primeiros melhoramentos com referência ao Monte Pedral, porventura o que estruturará em definitivo o destino daquele lugar, é o observado num plano topográfico datado de 1843, da responsabilidade do arquitecto Joaquim da Costa Lima Júnior (1806-1864), onde se estabelece a continuação para poente da Rua 27 de Janeiro (depois, Rua da Constituição) e uma ligação perpendicular dessa ao Matadouro. Se o objectivo era o de estabelecer uma comunicação a norte entre os velhos Caminho de Vila do Conde e o de Braga, o facto é que a operação (realizada plenamente um século depois) irá estabelecer definitivamente a matriz sobre a qual o território há-se crescer. Nessa planta existem ainda vestígios do projecto de 1839, também de Lima Júnior, cujas preocupações se centravam antes na ligação do Matadouro à Ramada Alta apontando ao centro da cidade e, perpendicularmente, esboçava-se um novo arruamento do Carvalhido até ao Sério, unindo aí à estrada de Braga. Ocupando um ponto intermédio, o Forte da Glória encimava o Monte Pedral afirmando-o como proeminência de estratégia militar nas Lutas Liberais a favor do Exército Libertador.

Outro documento indispensável na leitura da evolução do sítio é a Carta de Telles Ferreira de 1892. Meio século decorrido, permanece a aspereza do lugar dominado por pedreiras a céu aberto, destacando-se agora o seu carácter militar denunciado pela presença do novo quartel, do paiol e da escola de tiro. Simultaneamente, registam-se dois factos importantes, primeiros indicadores de um novo destino e de uma nova ordem para aquele espaço. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao aparecimento da Fábrica de Fiação a Vapor fundada em 1873, aproveitando o manancial de água e as pedreiras existentes[462]. A sua volumetria rivalizava com a do quartel impondo-se numa paisagem por urbanizar ainda dominada por terrenos agrícolas, arvoredos e pedreiras. Aquando do Inquérito Industrial de 1881, a unidade contava já com 201 teares mecânicos e uma máquina a vapor com 300 cavalos

[462] CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – *A Indústria Portuense no Século XIX*. Tese de doutoramento. Guimarães: Universidade do Minho, 2006, p. 184

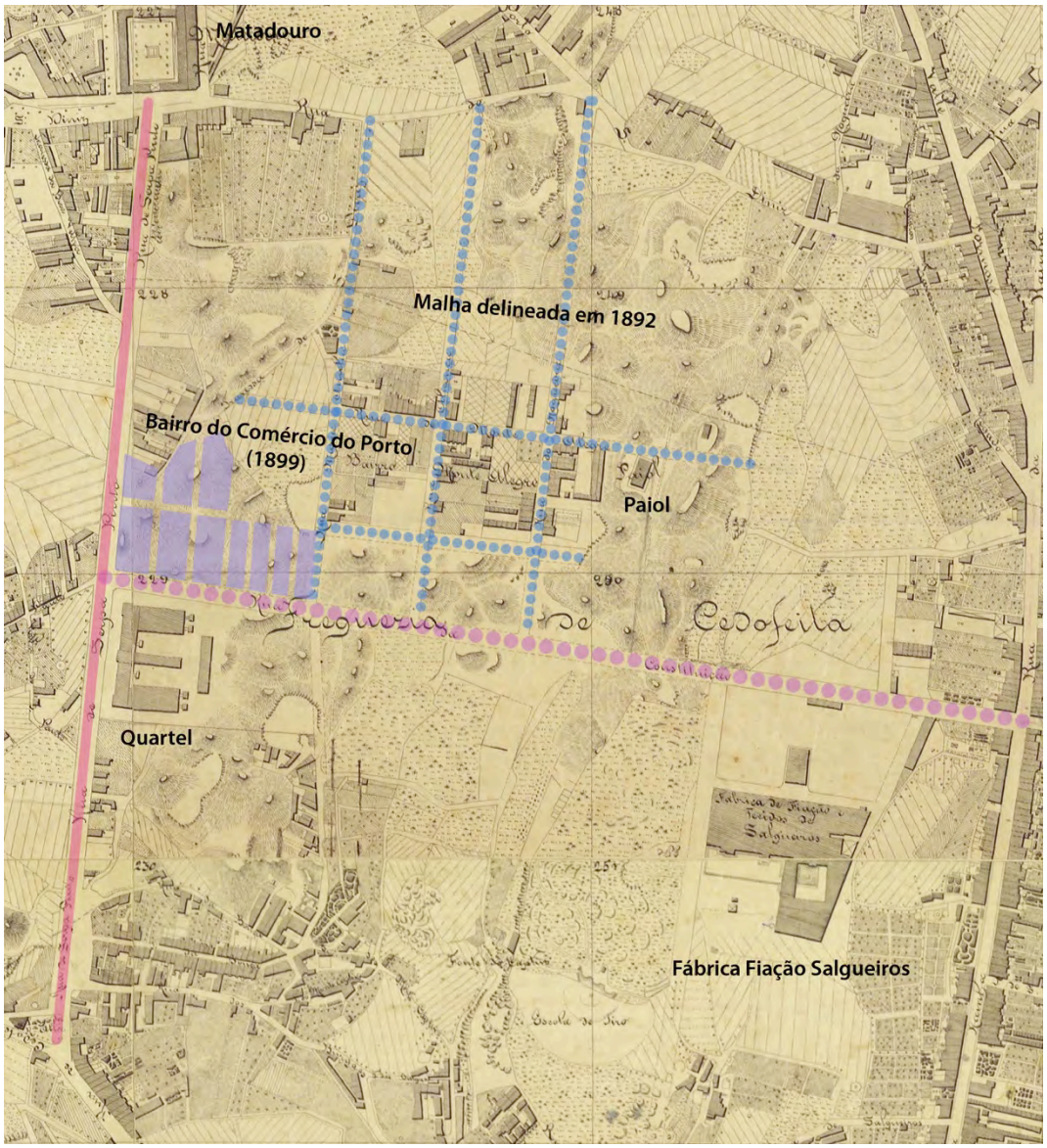


Fig. 45: Monte Pedral na *Planta de Telles Ferreira* de 1892. Marcação do Bairro do Comércio do Porto sob malha preestabelecida.

de força, trabalhando aí cerca de 550 operários - o sucesso da fábrica reflectia o grau de confiança e optimismo do sector industrial e comercial nestas décadas.
Integrava ainda o complexo fabril um bairro operário onde habitavam 250 trabalhadores. A excepcionalidade do caso despertou o interesse do jornal O Comércio Português que, em 1881, noticiava que essas habitações estavam de acordo com os preceitos maiores da higiene, feixe luminoso na lúgubre situação habitacional do operariado. [463] O tom crítico tinha como alvo a profusão lamentável das *ilha*s e era premonitório do inquérito que a Comissão Central de Imprensa haveria de promover sete anos depois criando a partir daí uma base de material consistente para a discussão sobre o alojamento das classes pobres.

Em segundo lugar, a carta topográfica de Telles Ferreira – peça de descrição irrepreensível e, igualmente, instrumento de planeamento – delineia sobre os escombros do antigo forte uma rede de arruamento ortogonais embrionária do actual tecido urbano confinado entre as Ruas de S. Dinis e da Constituição. Na carta está inscrita a denominação "Bairro de Monte Alegre". Aí estão enumeradas as originais ruas de Maria Amélia, da Aliança, do Nogueira e do Monte Alegre, e a partir daí é projectada a malha que se irá concretizar nas décadas seguintes. Os processos de licenciamento de obra que são submetidos até aos anos de 1910 referem-se sistematicamente a essas ruas como "rua particular". Sabe-se que por toda a cidade a construção de arruamentos particulares era um estratagema para aumentar a capacidade construtiva dos terrenos sem sofrer condicionamentos maiores da tutela. Aliás, a imponderabilidade do acto e, sobretudo, a natureza ambígua desses espaços de carácter público instalados em propriedade privada, obrigou mais tarde o município a impor restrições de licença. No caso do Monte Pedral, a importância da denominação pode revelar uma operação imobiliária unitária cúmplice com um plano superior que só a estreiteza das vias parece denunciar. Conforme se pode observar, o parcelamento representado preserva a lógica secular da urdidura portuense mantendo na sua maioria lotes com cerca de 5,50 metros de frente e um

[463] Idem, p. 245

edificado de 'casas esguias' cujo padrão dimensional parece supor um predomínio de habitações muito simples vocacionadas para o alojamento de famílias operárias. Em 1914, numa das sessões da vereação, no quadro do problema das ruas particulares fora do controle municipal, chamava-se a atenção para o caso do Monte Pedral onde, por essa via, "dentro em pouco se terá levantado uma cidade nova inteiramente ao arbítrio de cada um , e sem a mais simples fiscalização por parte da câmara , e que mais tarde há de trazer graves embaraços a melhoramentos públicos que ali se queiram fazer".[464]

Segundo alguns autores, entre 1926 e 1933, assiste-se a uma intensificação de construção nos subúrbios da cidade consolidada. Evidenciam-se as zonas ancoradas na Rua da Constituição, avenidas da Boavista, Marechal Gomes da Costa e Antunes Guimarães e, também, uma malha ortogonal entre as Ruas S. Dinis, Serpa Pinto e Antero de Quental. [465] Se este último dado advém de uma análise da estrutura viária por sobreposição cartográfica diferenciada no tempo, um olhar mais focado na *arquitectura da cidade* e nos fenómenos materiais que suportam a sua produção permite, antes, destacar essas aglomerações no quadro do problema do alojamento popular instalado sobre territórios assentes na economia do trabalho operário, não endereçados aos interesses representativos da burguesia cujo símbolo maior serão os bairros residenciais que cresceram a ocidente. No contexto particular do Monte Pedral, o primeiro terço do século XX é marcado por um impulso na edificação industrial sobretudo a associada a fabriquetas e pequenas oficinas que sobreviviam à custa de serviços contratados pelas indústrias maiores. Esta estrutura fundada na produção industrial animava interesses imobiliários de baixo rendimento, principais responsáveis pela consolidação do tecido urbano que se pode verificar da observação da fotografia aérea de 1939. Apesar do predomínio do sector privado, a partir da implantação da República, o município utilizou alguns dos terrenos que

[464] Acta da Vereação, 17 de Janeiro de 1914

[465] OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de Oliveira – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Editorial Universidade do Porto, 2013, p. 115

detinha na sua posse para a construção de empreendimentos de assistência social às famílias operárias. A construção do Internato Municipal – Escola de Artes e Ofícios – para o apoio de crianças do sexo masculino abandonadas, projectado pelo arquitecto António Correia da Silva e, posteriormente, adaptado para quartel dos bombeiros municipais representa na zona uma segunda fase desse esforço. A primeira correspondeu ao aparecimento da denominada Colónia Operária do Monte Pedral no gaveto formado pelas ruas Serpa Pinto e da Constituição. Na realidade o bairro teve a sua origem num núcleo original mandado construir em 1899 pelo jornal O Comércio do Porto cujo projecto original não terá sido realizada na íntegra, apesar do município o ter aumentado para 26 casas em 1904. De qualquer forma, o facto é marcante porque, sob os auspícios da municipalidade, inaugura-se aí a promoção social da habitação em Portugal.

Na *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho,* de 1910, algumas das mais importantes organizações da têxtil portuense referem-se ao problema da habitação criticando as más condições da habitação e o preço do seu arrendamento. O bairro do Monte Pedral é particularmente referido como erroneamente denominado de operário "quando é certo que [os operários] nada aproveitam em virtude de lá serem apenas admitidos empregados, mestres de fábrica e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer". [466] Do reparo excluía-se a Companhia Fabril de Salgueiros como caso único a promover casas para os seus trabalhadores, alegando-se que a maioria dos operários têxteis dependem de senhorios ávidos de lucros fáceis que exploram as *ilhas* cobrando-se, em média, entre 1$800 e 1$400 réis mensais por um espaço de 20 metros quadrados constituído, no melhor dos casos, por uma saleta, cozinha e alcova, com escassa ventilação e luz.

[466] SIMÕES, José Maria de Oliveira – *"Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho"*. In, *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910, p. 114

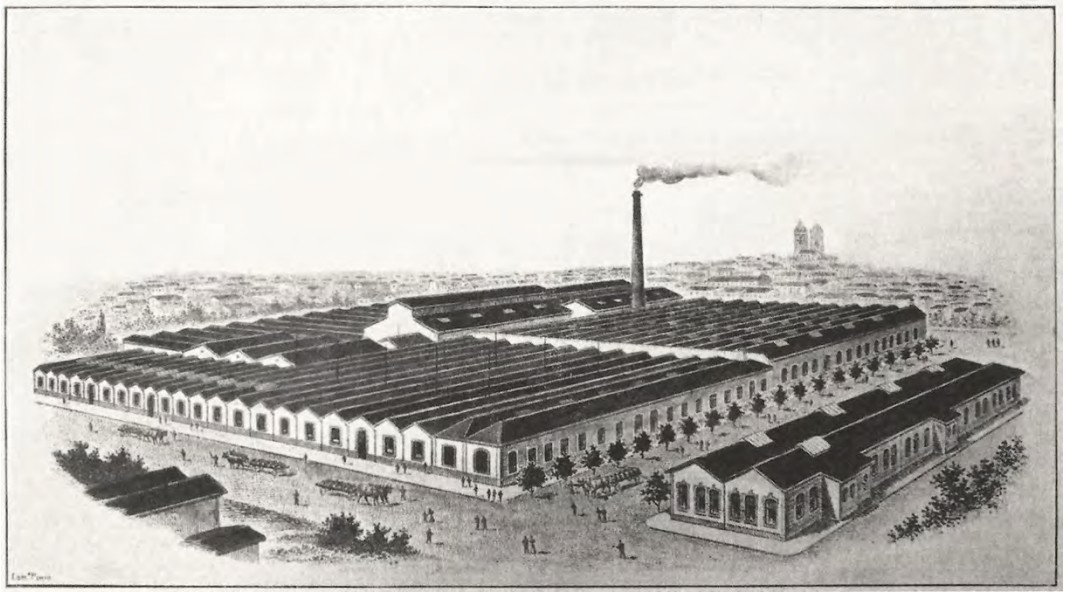


Fig. 46: Companhia Fabril Salgueiros. Gravura c. 1910 [Exposição de Arqueologia Industrial. Porto: Associação Industrial Portuense, 1999]

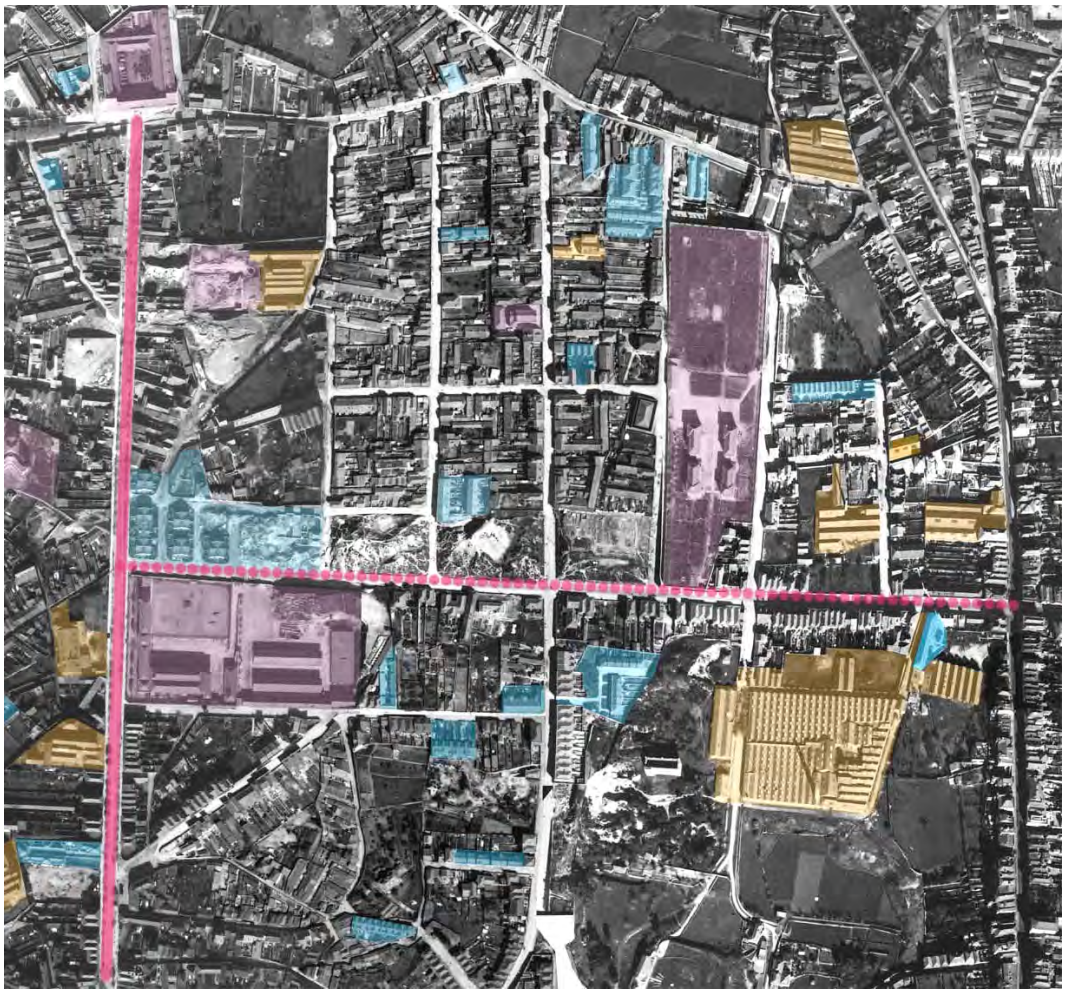


Fig. 47: Monte Pedral no Levantamento aéreo-fotométrico de 1939. Bairros BHP (azul); Indústrias (amarelo); Equipamentos públicos (púrpura).

Ainda que sob a mesma lógica da construção das *ilhas*, as medidas proibitivas municipais impostas sobre esse tipo de habitação, alguns benefícios fiscais e a continuada procura de casas baratas, por parte do operariado, alimentaram a promoção privada de soluções híbridas possíveis de serem realizadas através do desembolso de pouco capital. Até aos anos 30, apurou-se para a zona do Monte Pedral o licenciamento de cerca de 260 fogos relativos a habitações económicas construídas segundo a nova legislação que obrigava à *casa higiénica*. Embora estas novas intervenções continuem a explorar a autossuficiência do lote profundo dispondo aí conjuntos de moradias em banda, distinguiam-nas o propósito de substituírem os pardieiros por casas airosas que integravam os novos padrões de conforto mínimo. São propostas de iniciativa privada que acabam por se situar num patamar intermédio de acção onde também converge a contingência de uma economia débil e um forte vínculo a um modo de construir secular local.

O lugar do Monte Pedral apresenta-se como uma amostra operativa e relevante na compreensão das formas de *residencialização* da classe operária em faixas de transição entre o rural e o urbano imiscuídas em estruturas industriais de média dimensão. Aí estão sintetizadas as várias formas de alojamento higiénico operadas no período deste estudo: *Bairros de Casas-jardim,* ou seja, um tipo de habitações que seguem modelos importados que cunham a solução com uma erudição assente no debate internacional que se enquadram numa espécie de agenda proto-moderna da casa **[ex: BHP_1; BHP_73];** *Vilas* operárias, ou seja, conjuntos estruturados a partir de um arruamento particular central e uma ocupação lateral do terreno permitindo que as habitações tenham na sua retaguarda um pequeno logradouro que as afasta dos muros de meação **[ex: BHP_18; BHP_44; BHP_45; BHP_52];** ou, os *Bairros unifamiliares de* continuidade, que traduzem em situações distintas soluções de continuidade urbana **[ex: BHP_35; BHP_51; BHP_55; BHP_62; BHP_63; BHP_145]**; e os primeiros *Blocos colectivos* de rendimento baixo da cidade **[ex: BHP_48; BHP_101;**

BHP_105]. Uma possível agregação destes projectos nos quatro grupos tipológicos propostos possibilita 'viajar' no interior do que era à época o discurso e as práticas sobre a *habitação económica, saudável e cómoda* dirigida às classes operárias.

4.3. Formulação das novas soluções de habitação popular

4.3.1. A regulação do construído e os bairros de rendimento

A denúncia da habitabilidade mórbida, especialmente, na segunda metade do século XIX é distinta do discurso do empirismo e por vezes mágico dos higienistas de Setecentos. Utilizando, fora do seu contexto usual, a metáfora de Walter Benjamin do cirurgião e do mago, dir-se-ia que a nova higiene penetrava objectivamente o interior do organismo da cidade analisando a tessitura do real através de aparelhos precisos. Ora, é essa verdade que lhes dá toda a legitimidade e legibilidade. Nesse sentido, quando Ricardo Jorge redige os primeiros relatórios sobre o saneamento do Porto, considera-se que o peso das suas palavras cai de outra forma sobre quem gere a cidade. O sucesso do inicio de actividade do higienista portuense coincide com as crescentes preocupações da edilidade e da sociedade civil que, desde meados dos anos de 1880, vinham tomando posição sobre a preocupante situação sanitária da cidade.[467] Assim, logo em 1888, Ricardo Jorge integra uma comissão técnica camarária, desenvolvendo a partir daí uma série de inquéritos e estudos analíticos que funcionarão como fundamento científico para o lançamento de um conjunto de medidas profilácticas que o município, "rendendo-se à grande comunhão religiosa que tem por lema generoso a *salus urbis*"[468], implementará.

O novo *Código de Posturas Municipais,* editado em 1889, obrigará à instrução de processos de licenciamento de construções implantadas até 5 metros da frente de rua, para além de impor que as paredes de fachada e muros fossem acabados com materiais não putrescíveis (azulejos, mármores e mosaicos) ou, ao invés, fossem pelo menos caiados os rebocos e lavadas as cantarias de granito em intervalos de 6

[467] Como exemplo maior da congregação de esforços independente da Administração Pública foi o vasto trabalho de inquérito levado a cabo em 1885 pela Comissão Central de Imprensa, dinamizada por homens de letras e higienistas da cidade.

[468] JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. - Relatório apresentada à commissão municipal de saneamento*. Porto: Typographia de Antonio Teixeira, 1888, p. 3

anos[469]. Em complemento, uma postura aprovada em Outubro de 1891[470] relativa aos critérios de saneamento das obras particulares fixava que:

Artigo 1º. Nenhuma edificação de casa de habitação será autorizada, sem que seja submetida à aprovação da Câmara o projeto das fossas ou das canalizações das matérias fecais e das águas caseiras para os esgotos públicos, segundo o sistema de remoção delas que em cada caso se deva adotar. [...] Artigo 4º. As disposições dos artigos 2º e 3º [disposições técnicas de fossas e ligações entre a rua, latrinas e cozinhas] são aplicáveis não só às casas de habitação a construir à face das ruas, largos e praças, mas ainda às que se edifiquem no interior dos prédios até à distância de cinco metros das ditas ruas, largos e praças, e são também aplicáveis a outros quaisquer edifícios onde hajam de se construir latrinas. [...] Artigo 6º. Para a verificação do cumprimento das disposições desta postura, a Câmara mandará fiscalizar pelos seus agentes, dentro dos prédios [faltas à] execução das obras respectivas, como a sua conservação e estado de funcionamento.

Excluindo os factos técnicos, devem ser sublinhados dois aspectos sobre esta importante medida. Em primeiro lugar as preocupações higiénicas dos materiais a empregar nas construções, que pode remeter para uma cultura do limpo veiculada na renovação das pinturas e no uso de superfícies vidradas impermeáveis aos miasmas[471]. Depois, a intromissão inédita na história da cidade do poder público no espaço doméstico cuja representação capital é a *casa* e a propriedade privada. De facto, pela primeira vez, passa a existir uma legitimidade legal que condiciona a autorização de construções urbanas à superação do simples desenho do plano da fachada principal por outras peças de projecto que possam informar sobre a organização interna do fogo e da sua relação com o lote. O licenciador passa a deter na sua posse elementos precisos sobre as estruturas espaciais onde a vida doméstica se desenrola, permitindo-se fazer a sua avaliação, fiscalização e

469 Código de Posturas do Município do Porto. Aprovado em sessão da Câmara Municipal de 25 de Janeiro de 1889. Porto: Livraria de Viúva Jacinto Silva, 1889

470 Postura aprovada em sessão plenária da Câmara Municipal de 20 de Outubro de 1891. Registo de posturas e regulamentos. AHMP.

471 A este propósito, nas *"Instruções práticas para a beneficiação das casas insalubres, a fim de prevenir a invasão e desenvolvimento da colera morbus"*, aprovadas em 1865, mandava o Conselho de Saúde Publica do Reino que "as paredes das casas que forem caiadas ou tiverem estuque estragado serão raspadas e rebocadas e seguidamente caiadas com duas ou três demãos de cal [...] Os móveis de madeira não pintados ou polidos serão lavados com água e sabão". In, Decreto-lei nº 247 de 31 de Outubro de 1865.

julgamento. [472] Refere Manuel Teixeira que era "uma incursão deliberada da Administração Municipal no domínio privado, numa atitude sem precedentes".[473] Depois deste primeiro momento, a obrigatoriedade de instruir os processos de licenciamento com plantas, cortes, alçados e pormenores da rede de saneamento em todo o tipo de obras particulares tornar-se-á prática corrente nos serviços municipais a partir de 1897.

---

[472] Os documentos relativos ao licenciamento de obras particulares depositados no Arquivo Histórico Municipal do Porto constituem processos instruídos de forma diversa conforme a normativa de cada época. Até 1891, o projecto que constituía as denominadas "Plantas de Casas" cingia-se ao desenho do alçado frontal à rua embora, a partir de 1892, esse documento passe a conter planta, corte e memória descritiva do saneamento. Depois de 1896, todos os projectos de construção nova ou alteração da existente incluem já memória descritiva, plantas, alçados, cortes e planta topográfica.

Nelson Mota, na nota de introdução ao livro, *A Arquitectura do Quotidiano,* refere a "introdução dos novos procedimentos de instrução de processos de licenciamento, que passaram a obedecer ao Regulamento de 6 de Junho de 1895, que obriga, entre outras coisas, a apresentar todas as peças desenhadas (plantas, cortes, alçados e pormenores do sistema de drenagem das águas residuais)". In, MOTA, Nelson Jorge Amorim – *A Arquitectura do Quotidiano – Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Coimbra: Edarq - Edições do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2010.

Deve-se precisar que o regulamento referido – *Regulamento para o serviço de inspecção e vigilância para segurança dos operários maiores e menores nos trabalhos de construções civi*s – que, de facto, evoca novos procedimentos na instrução do "Projecto" é omisso quanto à sua configuração. Também se pode confrontar esse possível equívoco com o estudo especifico recente de Clara Vale que, sobre uma aprofundada investigação legislativa relacionada com os edifícios urbanos, nada mais nos esclarece, presumindo-se não existir documentação precisa sobre o contexto em que tal medida foi promulgada. Ver, "Organização e arquivo dos processos de licenças de obra. Cidade do Porto". In, VALE, Clara Pimenta do – *Um alinhamento urbano na construção edificada do Porto. O eixo da Boavista (1927-1999)*. Dissertação de Doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010, p. 241-247

No entanto, o Novo Código de Posturas Municipais de 1905, em matéria de definição do "Projecto" a entregar, fixava no seu artigo 141º que "nenhuma obra de construção ou reconstrução das indicadas no artigo 1º do regulamento [...] decretado em 6 de Junho de 1895, poderá efectuar-se", indicando-se que "o projecto a que se refere o artigo 2º do dito regulamento e o artigo 136º destas posturas, constará em geral, além dos alçados exteriores, da planta de cada pavimento e dos cortes verticais necessários para bem definir a obra a executar, tudo em duplicado e em escala não inferior a 0,001 m/ por metro; se ainda de uma memória, designando a qualidade dos materiais a empregar, a natureza das fundações, o fim a que a edificação se destina e finalmente tudo o mais, que seja necessário para completa inteligência do mesmo projecto". In, GOMES, Armando Dias – *Código de Posturas do Município do Porto de 1905*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1965, p. 72.

Antes, no Regulamento de Salubridade e Edificações Urbanas (RSEU) de 1903, através do seu artigo 56º relativo a Lisboa e Porto definia que "prédio algum novo, bairro ou grupo de casas para habitação, ainda que seja dentro de uma propriedade particular, ou recinto fechado por paredes" ou reconstrução, se podia licenciar sem o parecer do Conselho de Melhoramentos Sanitários fixando que o pedido de licença seria "acompanhado de plantas, alçados, cortes e os esclarecimentos precisos para se conhecer que serão nela atendidas as disposições do decreto de 31 de Dezembro de 1864 e as prescrições sanitárias" referidas no próprio RSEU.

[473] TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 179

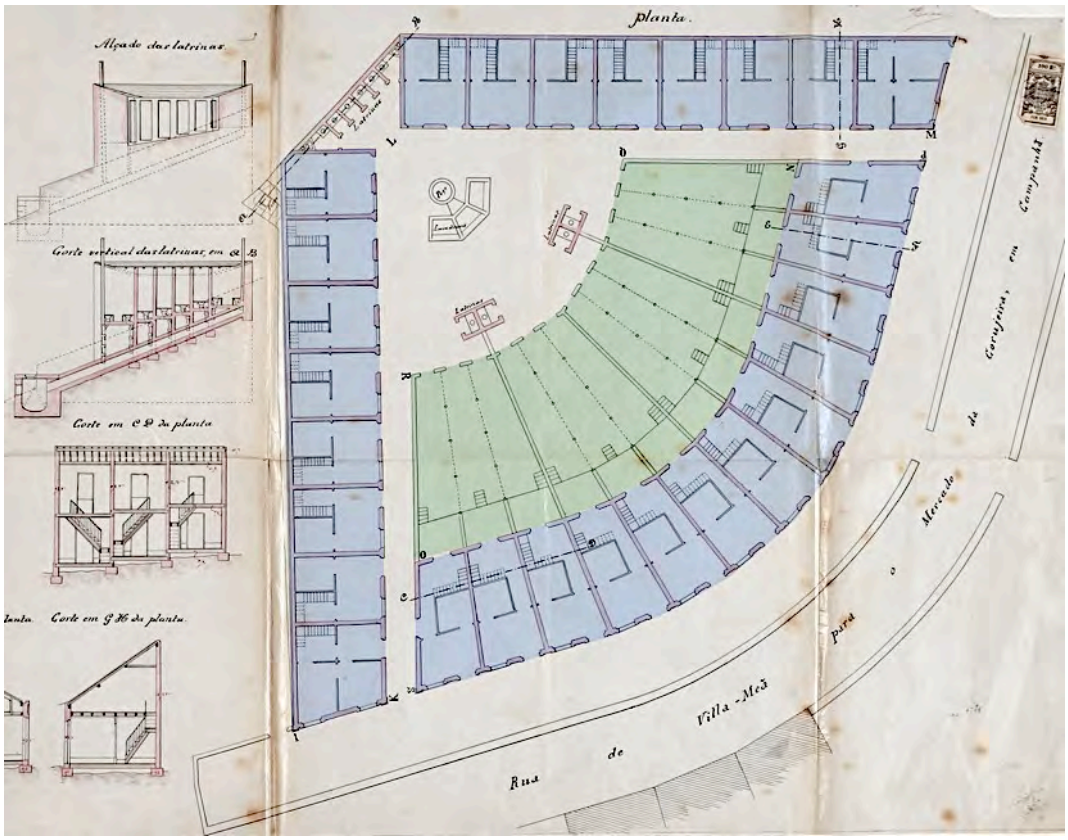


Fig. 48: Bairro Rua Vila Meã. Licenciamento de Obra, 1898. [AHMP]



Fig. 49: Brigada de desinfestação de *ilhas*. Foto Guedes, 1899. [AHMP]

Mesmo as *ilhas,* tradicionalmente incógnitas e dubiamente clandestinas, não deixam de passar nesse novo crivo do procedimento administrativo para licenciamento. Veja-se o caso de José de Sousa Pinto, industrial com pequena oficina têxtil no Bonfim, que na sua pretensão de 1898 submeteu um projecto de arquitectura completo onde define plenamente as doze habitações em banda voltadas à Rua de Vila Meã e, de igual forma, os dois conjuntos de *casas de ilha* a construir no interior do lote **[BHP_96]**. Ainda que se coloque lado a lado dois tipos distintos de alojamento, não deixa de ser mais surpreendente a expressão desmesurada do aparato técnico do saneamento em relação ao desenho dos fogos.

A morte anunciava-se: em 1899 eclodia o mais mediático dos surtos pestilentos que ocorreram na cidade nortenha expandindo-se rapidamente da baixa para outros pontos do aglomerado urbano. A missão para a sua qualificação, controle e pronunciação coube ao médico municipal Ricardo Jorge, que nos seus primeiros relatórios de Julho, ao governador civil, resumia da seguinte forma a sucessão dos acontecimentos mortais a partir da Rua da Fonte Taurina:

> Forma-se o foco, açoita um núcleo de habitações: é uma epidemia de casas. Mas também projecta à distância o contágio, um caso ou outro, que nem sempre se sabem referir ao foco inicial, onde os ataques se sucedem com mais ou menos fracasso; ora surpreende com tal violência que fulmina, ora branda e ténue nem sequer põe a vida em perigo. Mais uma vez confere a lição dos observadores de epidemias pestilenciais de outrora e de agora. Peste bubónica, se o é clinicamente, é-o também epidemiologicamente. [...] O mal já tocou nas *ilhas* do Bonjardim e Vilar; os dois tugúrios foram queimados. É nessas malditas tocas que mais há a temer da sua difusão.[474]

Em 1900, um jovem médico aluno de Ricardo Jorge e, provavelmente, testemunha ocular do sucedido, condenava o cordão sanitário decretado, responsabiliza o consequente isolamento de precipitar uma profunda crise económica e social sem benefícios duradoiros. Refere ainda que, das medidas profilácticas a implementar,

---

474 JORGE, Ricardo – *"A Peste bubónica no Porto - 1899. Seu descobrimento - Primeiros trabalhos"*. In, *Anuário do serviço Municipal de Saúde e Higiene da Cidade do Porto*. Tomo II. Porto: Repartição de Saúde e Higiene da Câmara Municipal do Porto, 1899, p. 19, 30

se deve "sanear a cidade, construindo a rede dos canos de esgoto, arrasando completamente três bairros: o do Barredo, o da Fonte Taurina e o de Miragaia" e construindo "casas higiénicas"[475]. A questão da transformação desses bairros é introduzida no debate da assembleia municipal, logo em 1901, com a aprovação dos primeiros estudos para correcção urbanística:

O Senhor Azeredo[476], continuando, referiu-se à importante questão do Saneamento da Cidade [...] Se o Município cobrasse na totalidade o imposto do consumo no seu concelho teria recursos para fazer mais facilmente as obras; que para o Saneamento era necessária a reforma da canalização e demolição de bairros insalubres; que havia muitos anos se não fazia na Cidade uma obra de vulto, e depois de diversas considerações indicou a traços gerais alguns melhoramentos, como a demolição das casas no Passeio da Graça, alienação de terrenos da Cerca das Carmelitas, traçando arruamentos, que permitissem o embelezamento do local, e prolongamento da Rua de Sá da Bandeira até à Rua de Fernando Tomas, e extinção do bairro do Barredo. [...] forçoso que tudo isto precisava de um estudo minucioso e seguro, e que, o que agora desejava era que a câmara se pronunciasse sobre estes traços gerais, a fim de se poder empreender os precisos estudos. O Senhor Avides disse que julgava importante para o Saneamento da Cidade, ao lembrar-se dos acontecimentos que deram nesta cidade há dois anos [...] O Senhor Vice-Presidente declarou que concordava também com o plano apresentado, que foi afinal aprovado.[477]

Nesta mesma acta é dada notícia que o Serviço Municipal de Saúde e Higiene e o Laboratório de Bacteriologia e Higiene serão transferidos para a tutela do Estado. Como já se referiu em capítulo anterior, a medida decorreu do facto da administração central ter procedido a uma reestruturação dos serviços de defesa sanitária pelo rumo que em 1899 os acontecimentos tomaram. Nesse novo contexto, no início do século assiste-se a um esforço de tornar as leis operativas e afinadas

[475] COELHO, Carlos Alberto da Cunha – *A peste do Porto de 1899*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Medico-Cirúrgica do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa, 1900, p. 97

[476] Trata-se do professor de Física, Francisco de Paula de Azeredo Teixeira de Aguilar,. Foi Ministro da Fazenda no antepenúltimo governo da Monarquia, integrando com Wenceslau de Lima o denominado *Governo da Politécnica do Porto*.

[477] Acta de Vereação. Sessão de 11 de Julho de 1901.

O Sr. Avides referenciado é o médico, Manuel de Sousa Avides que entre 1902 e 1905 foi presidente da Câmara Municipal do Porto. Na época o vice-presidente era o médico republicano, António de Sousa Júnior que havia integrado a equipa de erradicação da peste bubónica do Porto assumindo em 1902 o cargo de médico-chefe do Hospital de Infecto-contagiosos de Goelas de Pau no Bonfim.

para, por fim, atacar a escala da casa. O novo quadro legal, normativo e fiscalizador, irá afirmar pelo critério de qualidade a *casa higiénica* e a *casa económica* pelo critério de quantidade. A convergência dessas duas razões – higiene e economia - fixará para a habitação de série das classes baixas um dos problemas de concepção projectual mais duradoiro. Essas exigências sociais combinadas originaram uma força criativa poderosa.

No contexto particular da habitação operária, produzida no período compreendido entre a última década da Monarquia Constitucional e a implantação da República, é possível identificar uma rede de reformas traduzidas nas seguintes medidas: a criação de nova legislação habitacional e laboral; a implementação e o controle de práticas higiénicas e morais; a promoção de tecnologia de controle ambiental de edifícios e do espaço urbano; a formação de competências técnicas e a reorganização das entidades responsáveis pela regulação da cidade. Esta dinâmica reformadora foi despoletada pela impossibilidade de procrastinar problemas com uma expressão no *espaço público* de maior visibilidade. O *Regulamento de Salubridade e Edificações Urbanas* ancorou esses interesses.

O arquitecto Alfredo de Ascensão Machado, em artigos que publica sobre a legislação dos edifícios, em geral, e o *RSEU*, em particular, refere:

> [...] estas leis, tendentes a defenderem interesses gerais, tolhem e limitam o direito de propriedade e, ao mesmo tempo, não permitem que a Arte possa expandir-se exuberadamente por não deixarem aos seus cultores a liberdade de produzir tudo o que a imaginação e temperamento de alguns poderia apresentar de originalidade e arrojo de concepção[478]

Mas, também, admite que numa sociedade moderna, a uma organização equilibrada corresponde a determinação de padrões onde se estabelece os limites "além dos quais não deve passar a fantasia dos artistas ou o capricho dos

[478] MACHADO, Alfredo de Ascensão – *"Legislação portuguesa sobre edificação"*. In, *Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes.*. Lisboa: Typographia do Commercio, 1905, p. 64

proprietários". O tom crítico centra-se nalguns aspectos da lei: a falta de critério sobre a altura das cérceas definidas e a sua relação com a dimensão do perfil da rua; a ausência de condicionantes sobre as coberturas; ou, a omissão de uma normativa sobre a 'qualidade arquitectónica' nas principais ruas das cidades, propondo a constituição de um conselho de estética local. A avaliação excluía os programas onde a condicionante decisiva era construir muito barato pois o interesse focava-se, sobretudo, na produção corrente de habitação média que, conforme refere, se alastrava pelas avenidas novas da capital sem a qualidade desejada.

No que se refere aos prédios urbanos, o RSEU criou um patamar mínimo de qualidade. Nesse sentido, as construções que mais se ajustarão ao novo padrão serão, exactamente, aquelas integradas no mercado de arrendamento baixo sustentadas por parcos investimentos e recorrendo a métodos de construção rudimentares. Ou seja, com a nova lei, a casa barata passará a ser forçosamente higiénica e, portanto, com preço maior pelo dispêndio de mais meios na sua construção. No caso portuense, se a lei fosse aplicada na íntegra, isso significaria a estagnação do número de casas de *ilha* e, por conseguinte, o incremento de novo alojamento. A realidade era bem mais poderosa face à força da lei e, portanto, mantendo-se os baixos rendimentos no sector fabril, não existindo compensações significativas do Estado para a declinação dos preços das rendas, a construção agora ilegal de *ilhas* continuou protelada pela Administração Pública. Na síntese efectuada sobre os casos inventariados para este estudo, observa-se que depois de um curto período de decréscimo na instrução de pedidos de licença, a tendência é invertida em 1904. Eventualmente, o dado pode também estar associado à procura de casas por parte de grupos profissionais ligados a uma classe média, que poderia incluir operários especializados ou com patentes superiores, pequenos comerciantes e funcionários públicos de rendimento baixo, mas regular.

A obrigatoriedade instaurada ao redor da segurança do indivíduo e da salubridade pública arrastou consigo alterações significativas na arquitectura da casa de gama baixa. Isso decorreu da incorporação, no desenho, de algumas condicionantes

técnicas que tiveram repercussões na organização do espaço interno e na relação do prédio com o espaço público. Conforme comentava Augusto Montenegro no seu *Cadastro Sanitário,*[479] de 1907, a essas disposições legais relativas à acção do estado e dos municípios sobre a salubridade da habitação e das povoações devia ainda ser acrescida uma lei sobre a construção de casa baratas e uma lei de expropriações para, definitivamente, ser processada a tão reclamada reforma da cidade. Na senda da lei de expropriações de Agosto de 1888, que previa a possibilidade de expropriação por zonas, em 1912 a Administração Pública (principalmente os municípios) ficará autorizada a realizar expropriações de maneira a adquirir, em boas condições, os prédios insalubres. No entanto, não se pode descurar que o compromisso do Estado com a construção de bairros continuava a ser adiado.

Quanto às habitações simples, de iniciativa particular, o regulamento de 1903 colocou directamente aos projectistas restrições de vária ordem que devem ser consideradas quando se analisa a sua configuração:

1. Que a altura mínima entre pisos não fosse inferior a 3,25 metros no rés-do-chão e primeiro andar; 3,00 no segundo; 2,85 no terceiro e 2,75 nos sucessivos (artigo 6º);
2. O pavimento do rés-do-chão devia ter uma camada impermeabilizada ou formar uma caixa-de-ar com 60 centímetros de altura (artigo 9º);
3. O desenho da caixa de escada deveria garantir a introdução de luz natural no interior da construção e simultaneamente permitir a renovação do ar;
4. As janelas deveriam ser amplas para darem entrada ao ar e à luz, tendo pelo menos um décimo da superfície do pavimento do quarto [compartimento habitável] com um mínimo de 0, 8 [metros quadrados] nos quartos de dormir (artigo 11º);
5. A obrigatoriedade de em cada domicílio existir pelo menos, e de forma independente, uma latrina adjacente e uma pia de despejo independentes;
6. Possibilidade de instalar latrinas interiores desde que fosse assegurada janela com área de 30 x 60 centímetros de preferência no fundo do corredor;
7. Possibilidade de existência de pátios interiores desde que, no caso de prédios com menos de 18 metros de altura, tivessem 30 metros quadrados de área com

[479] MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Cadastro Sanitário*. Lisboa: Typog. Universal, 1907, p.5

os lados a medirem no mínimo 5 metros (artigo 19º);

8. O volume de ar nos quartos de dormir correspondia a 25 m3, por utilizador, tendo obrigatoriamente ligação directa ao exterior (artigo 13º);
9. As construções em terrenos desnivelados deviam garantir na fachada mais desfavorável 2 metros de altura acima da cota do passeio mais alto sendo que no caso de terem mais que um piso essa dimensão podia decrescer até 1 metro de altura (artigo 18º).

A *3ª Repartição* – divisão responsável pelas obras do município do Porto - só em 1908 fez constar o decreto de 14 de Fevereiro de 1903 no formulário de pronunciamento que passou a instruir os pedidos de construção. No documento, que começa a ser apenso aos processos de obras de edificação urbana, são então definidos quatro campos de apreciação das pretensões: áreas para apurar valores tributáveis (área coberta, área útil habitável, altura de fachadas, número de pavimentos, extensão da fachada voltada para a via publica); "sob o ponto de vista arquitectónico"; estabilidade; e "o projecto". Neste último, fixa-se um conjunto de condicionantes aplicáveis às construções para cumprir o Código de Posturas e o Regulamento de Salubridade: altura da fachada; quartos de dormir e dormitórios; dimensões das janelas, pátios e saguões; escadas interiores; beirais e calões de telhados; tubos de queda; sifões e tubos de ventilação; "latrinas, pias, urinóis e outros escoadouros"; fossas; defesa das paredes contra a humidade por capilaridade das fundações; ou dos telhados; defesa dos pavimentos térreos contra a humidade; chaminés; saliência de varandas cobertas, balcões e *bow windows*.

Para além das condições de ordem topográfica, de cultura construtiva local e constrangimentos urbanísticos impostos pelo município, os parâmetros atrás listados foram, por certo, dos mais disciplinadores na produção privada de habitação de baixo arrendamento. Para o caso francês, Christian Moley, fixa o período de 1850-1902 como decisivo para formar um pensamento normativo sobre a casa.[480] No regulamento de salubridade convergem os discursos e os estudos de

[480] MOLEY, Christian – *L'Architecture du Logement. Culture et logiques d'une norme héritée*. Paris: Economica/Anthropos, 1998, p. 11

médicos, engenheiros, arquitectos, filantropos e políticos que na altura dos congressos internacionais e das exposições publicitavam o seu pensamento. A hipótese colocada por este autor francês estabelece que a "norma" se torna verdadeiramente operante na concepção do alojamento sendo constantemente reelaborada na longa duração por processo interactivos. Mais que "regulamentação", é uma doxa que estabelece relações entre a cultura e os agentes envolvidos na construção da habitação e da cidade, sejam projectistas, organismos particulares ou a Administração Pública.[481]

Com algum atraso, também em Portugal se observa um fenómeno similar desmultiplicado quer em acções oficiais do poder público quer noutro tipo de movimentos cujo grau de influência é mais difícil de apurar. É o caso da circulação de publicações populares, em forma de artigo de jornal, de breves manuais, de almanaques ou pequenos tratados ligados à higiene pessoal, à economia ou à limpeza doméstica. O vigor da imprensa da época fazia com que este material díspar, que cruzava o científico com o panfletário, invadisse o discurso sobre a casa higiénica. Desta produção literária refere-se o almanaque de 1883, *A Higiene da Habitação,* da colecção *Biblioteca do Povo e das Escolas*, ou o livro traduzido em 1900 do inglês, *Maneira de ter uma casa saudável,* [482] que adverte sobre a gratuitidade da edição e "unicamente destinada a ser distribuída pelas famílias". Neste último caso, a matéria abordada abarca desde o problema das "*casas costas com costas*" até à exigência "Luz! Mais luz!" das donas de casa, passando pelos diversos aspectos técnicos de construção: cubicagem ideal do ar nos compartimentos, localização de sanitários, revestimentos porosos a evitar, canalização de esgotos, ou as comodidades tecnológicas disponíveis para facilitar os rituais domésticos.

[481] Idem, p. 8

[482] WILSON, André – *Maneira de ter uma casa saúdavel*. Lisboa: Typographia de A. E. Barata, 1900

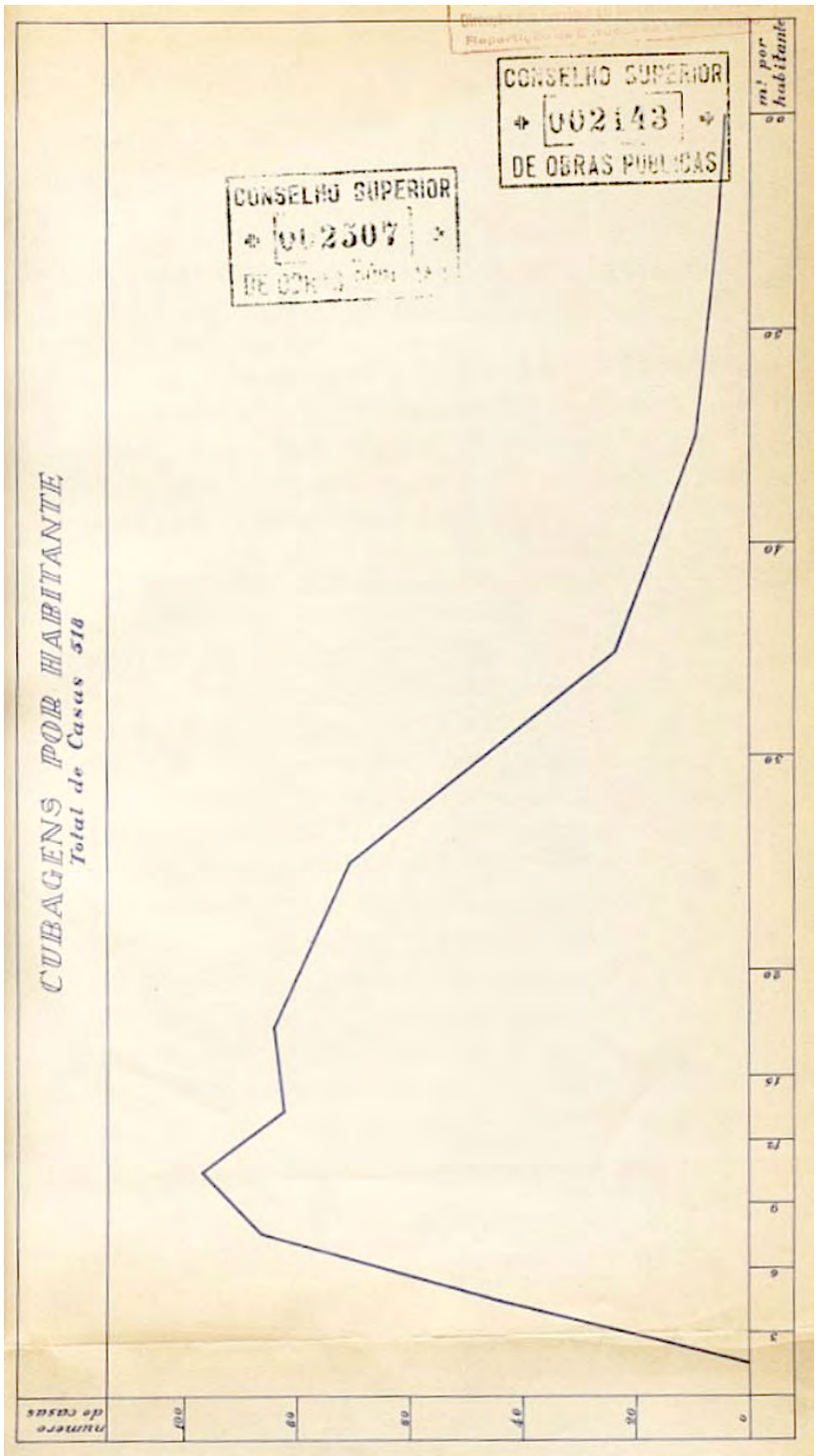


Fig. 50: "Cubagens por Habitante". *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto,*1939. [Arquivo DGOTDU]

Casas de transição nas ilhas

Na totalidade da produção de habitação apurada para o presente estudo, a auxiliada pela Administração Pública ou a decorrente de gestos altruístas (paternalismo industrial e filantropia) sempre se socorreu de modelos importados, os quais incorporavam, por defeito, a normativa depositada no RSEU. No caso da construção de empreendimentos dirigidos ao rendimento imobiliário, os projectos tiveram de se harmonizar com a nova legislação dando, por essa via, saltos de qualidade e de inovação tipológica no interior da tradição da construção de habitação de gama baixa.

A partir de então, a lei deixava menos margem de interpretação o que significava uma tendência para apontar sem hesitações os casos de construção clandestina. Veja-se, por exemplo, o critério mais caro aos higienistas da cubicagem de ar nos diversos espaços da habitação. Pelo relatório de inquérito a trinta e seis *ilhas* de S. Vítor, realizado na década de 30 pelo Serviço de Edificações Municipais, sob responsabilidade do engenheiro João Pessoa e o médico Campos Paiva, constata-se que o volume de ar da sala oscila entre 20 a 30 metros cúbicos, a alcova não excede 10 e a cozinha interior os 4 metros cúbicos. Num total de 518 casas, a cubicagem mais frequente por habitante é de 12 metros cúbicos, valor muito distante dos 25 metros cúbicos exigidos por utilizador para um quarto.[483] No estudo de Manuel Teixeira afirma-se que a "estrita lógica económica que presidia à construção de *ilhas* era incompatível com tais regulamentos, pelo que seria legitimo supor que este tipo de habitação deixaria de ser construído. [...] uma vez que não foram criadas alternativas de alojamento para as classes trabalhadoras, as *ilhas* continuaram a ser construídas ilegalmente".[484]

A constatação é suportada pelos dados então recolhidos: em 1899, 1.048 *ilhas* ou 11.129 fogos; em 1909, 1.200 *ilhas* ou 12.000 fogos; por fim, em 1929, 1.301 *ilhas*

---

[483] Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto – *"Habitação das classes operárias"*. In, *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto*: Porto: [s.e.], 1939, p. 203

[484] TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 180

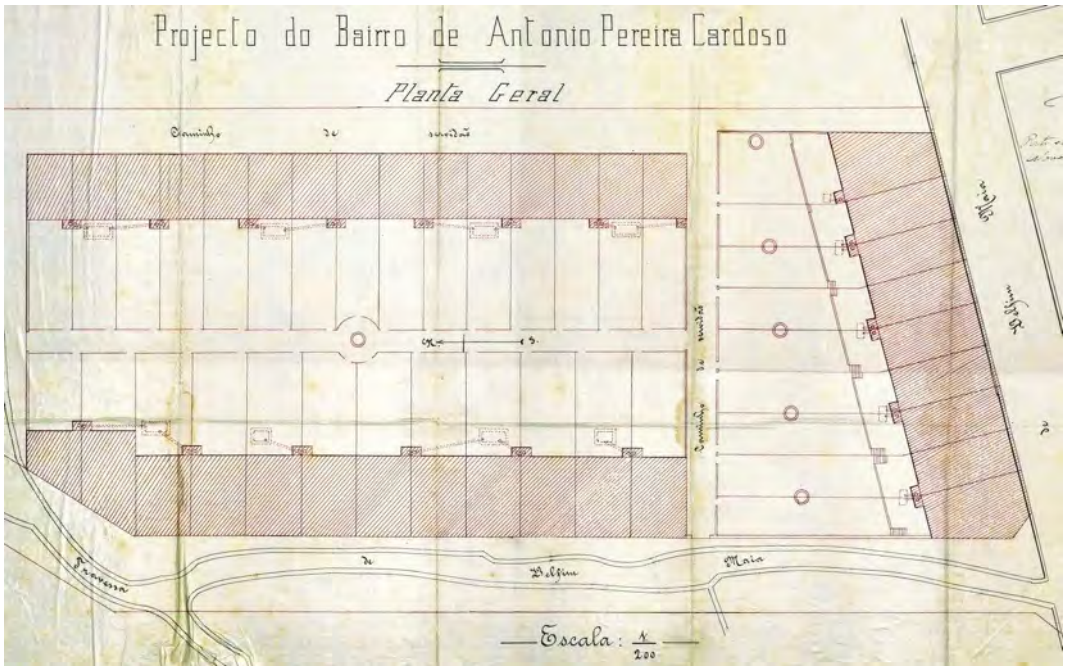


Fig. 51: Bairro de António Pereira Cardozo, Rua Delfim Maia. Licenciamento de Obra, 1910. [AHMP]

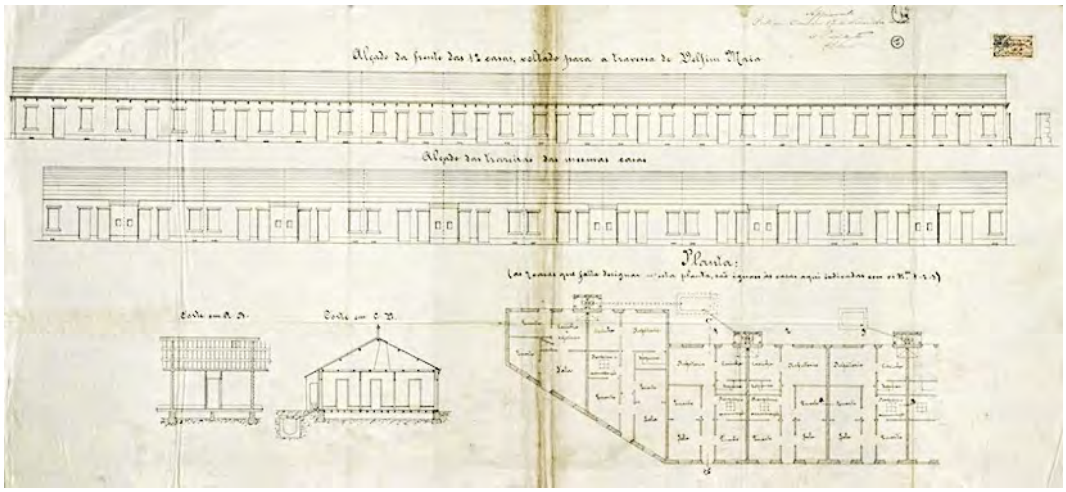


Fig. 52: Casas operárias do Bairro de António Pereira Cardozo, Rua Delfim Maia. Licenciamento de Obra, 1910. [AHMP]

ou 14.676 fogos[485]. Do mesmo modo que Manuel Vilaverde Cabral chama a atenção sobre o rigor dos critérios de leitura da realidade fornecida pelos *Inquéritos Industriais*, coloca-se a dúvida sobre o apuramento dos critérios que presidiram à classificação e quantificação do que era a habitação insalubre nos diversos inquéritos desenvolvidos pelas entidades. Não deixa de ser revelador que, na análise que faz da situação da *"Habitação da classe média – Como habita a classe média – Tipo de habitação"*, Antão de Almeida Garrett repara que muitas dessas famílias viram-se obrigadas a viverem em comum.

> Ora a divisão interior da maior parte das casas nada tem de perfeita; é muitas vezes difícil saber quais os fins que as diferentes dependências pretendem preencher. Com a aglomeração de pessoas em número superior ao que seria admissível, então todos os quartos e cubículos são ocupados contrariamente a todos os preceitos de higiene e de bons costumes. [...] As circunstâncias apontadas [...] são as principais causas das más condições em que habita quasi toda a classe média do Porto.[486]

O facto de se vincular um estrato social heterogéneo, que não era alvo directo das políticas de erradicação da habitação insalubre, à adulteração da habitação média independente com quintal "que até há pouco predominava no Porto e que lhe dava um certo cunho individualista" [487] arrastava o problema da dificuldade de classificação dos estratos sociais alvo. Será que essas palavras eram dirigidas às *"colmeias"* onde se amontoavam os grupos indigentes ou pressupunha um fenómeno idêntico menos malévolo, mas igualmente preocupante no quadro geral do problema da habitação: higiene, moral e economia?

O inventário elaborado por esta investigação permite perceber que essa realidade teria tons intermédios. Vejam-se alguns casos onde foi elevado a outro patamar de exigência esse género de habitação, num processo de aproximação à casa burguesa. Todos os pontos regulamentares em 1910 eram satisfeitos pelo projecto

485 Ibidem

486 Gabinete de Estudo do Plano Geral de Urbanização da Câmara Municipal do Porto - *"Habitação das classes operárias"*. In, *Elementos para o estudo do Plano de Urbanização da Cidade do Porto*: Porto: [s.e.], 1939, p. 208

487 Idem, p. 207

apresentado nesse ano por António Pereira Cardozo[488] para a construção de um bairro na Travessa Delfim Maia **[BHP_15]**.

Conforme vigente naqueles anos, o deferimento era acompanhado por parecer da Comissão dos Melhoramentos Sanitários que, neste caso, se pronunciava favoravelmente tecendo unicamente reparos à abertura de sete poços para o abastecimento de água pela sua influência nas nascentes do manancial de Arca d'Água situado nas proximidades. O objectivo era a construção de trinta e seis fogos repartidos por três gamas de casas: à face da Rua Delfim Maia erguer-se-iam nove casas de rendimento médio com dois pisos; no logradouro, propunha-se a construção de vinte e sete casas térreas agrupadas em dois conjuntos distintos dirigidas às classes baixas. Se a observação sobre o impacto da construção nos lençóis de água demonstra algum cuidado na análise do projecto, o mesmo não pode ser confirmado nos aspectos ligados à salubridade dos espaços da casa. Por exemplo, na solução mais económica é desenhada uma escada de dois lanços, com algum impacto na organização do fogo, que distribui para um compartimento dito de "arrecadação" no desvão do telhado – é, claramente, um artifício que, na tradição das *ilhas*, permite constituir esse espaço como zona de dormir. Outro problema que subsistirá é o relativo à caixa de ventilação de 60 centímetros de altura entre o solo e o primeiro pavimento: ao contrário do espírito da lei, o piso térreo não se eleva do chão garantindo-se o preceito regulamentar através de uma escavação abaixo da cota de soleira. Na solução intermédia, constituída por doze fogos de 83 metros quadrados de área localizados à face da nova rua particular, a profundidade do módulo obrigou à inclusão de compartimentos interiores apelidados de "roupeiro e arrumação" e, no caso do que liga por vão amplo à sala, "quarto". Pela sua dimensão, em ambos se afigura um jogo de terminologia para iludir a vulgar *alcova* usada quer nas "casas de ilha" quer nas casas burguesas de duas frentes. Este subterfúgio será indefinidamente reproduzido com o intuito de fazer aprovar espaços, à luz da lei, clandestinos.

[488] Crê-se tratar do segundo Barão do Candal (1846-1919), proprietário e capitalista que repartia os seus negócios entre o Porto e o Rio de Janeiro.

Nesta época de transição, uma distracção do desenhador pode custar contratempos administrativos como o que aconteceu a Manuel José Teixeira Brandão "possuidor de um grupo de casas pequenas, das denominadas *ilhas* [...], de aluguer barato, ocupando, cada uma, a superfície livre interior de 23 metros quadrados, a qual compreende sala, cozinha e dois quartos, um dos quais nas águas furtadas, servido por escada".[489] Em 1908, na sua boa fé, pediu licença para ampliar essa *ilha* da Carcereira porque as casas "de construção antiga, não satisfazem a todas as condições exigidas pelo regulamento de 14 de Fevereiro de 1903, nem é possível alterá-las dentro dos seus limites de paredes de granito". Mas seria possível melhorá-las significativamente porque:

> [...] qualquer coisa que se faça de melhor é bom e muito preferível a que se façam simples consertos para o que já há licença, visto o proprietário não poder prescindir do rendimento que dão as mencionadas casas [...].
> Em conclusão: as obras projectadas não modificam as casas por forma a satisfazer ao regulamento em vigor mas melhora as suas condições de habitabilidade a que se destinam. Os quintais fronteiros às casas, por onde recebem ar e luz com abundância, dão-lhes condições higiénicas pouco vulgares neste género de edificações."[490]

O pedido referia-se ao aumento do pé direito, à colocação de latrinas em grupos de três em cada lado, "muito afastadas das casas", e à construção de mais três casas com mansardas. O facto da designação "arrecadação" na planta da mansarda não coincidir com o descritivo "quarto" da memória do projecto foi razão para o despacho obrigar a um aditamento para transformação dos 2,80 metros de altura média em 3,30 metros e colocação de duas janelas de 0,80 x 1,20 metros de superfície cada.

Este caso permite colocar a questão das *ilhas* frente a este maior cuidado no carácter patológico das construções. Perante o *Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas*, torna-se acto ilegal a construção de habitações de baixa altura com postigos a iluminar espaços exíguos. Isto não estancou o fenómeno dessas tiras de interior de quarteirão continuando a assistir-se à sua expansão por via de

[489] Memória Descritiva. Licença de Obra nº 635 de 1 de Maio de 1911

[490] Ibidem

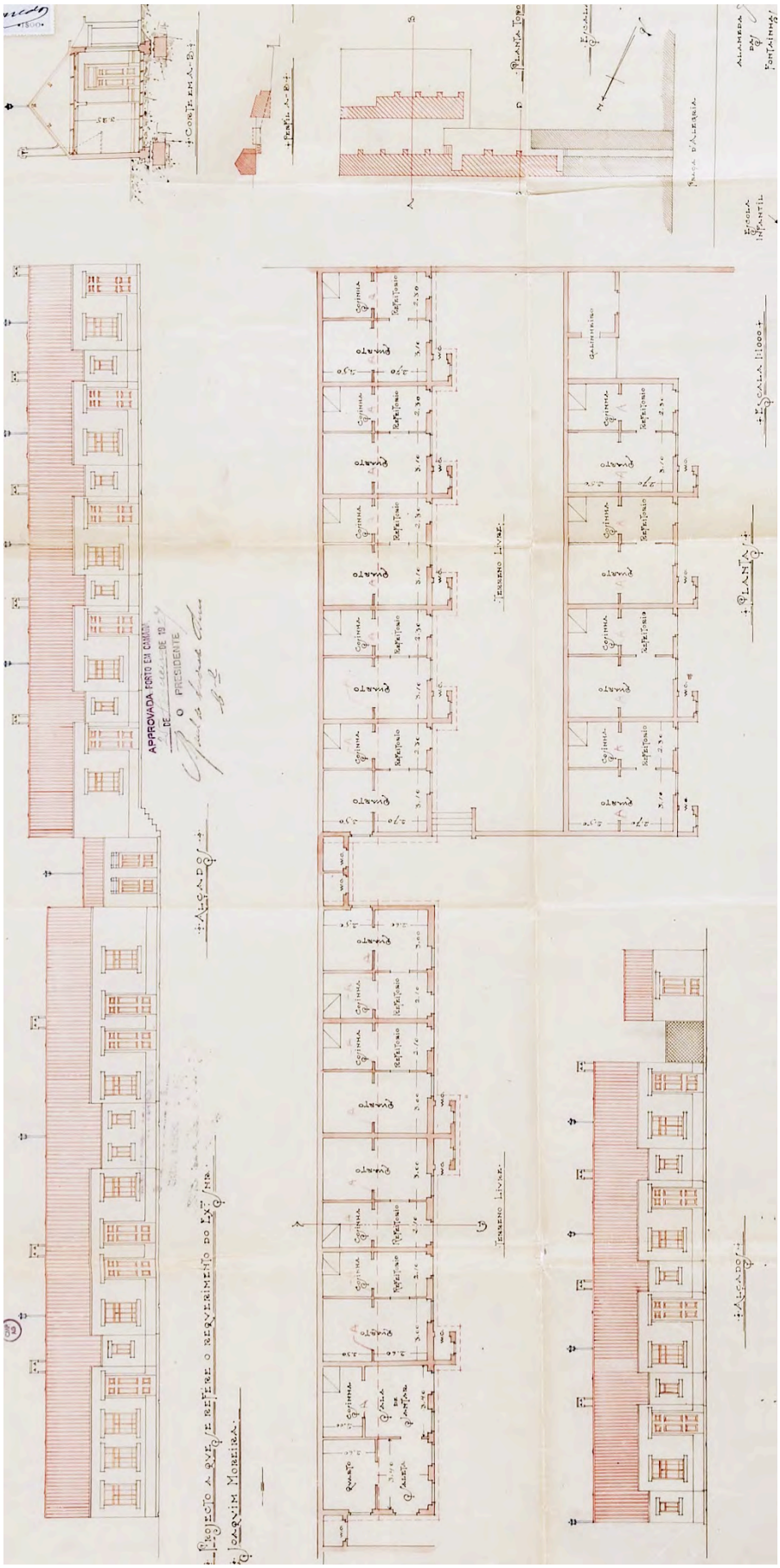


Fig. 53: Bairro em S. Vitor. Licenciamento de Obra, 1924. [AHMP]

ampliações às existentes ou, mesmo, criando-se novas fora do olhar público.

Algumas artimanhas de desenho e a discricionariedade na interpretação dessas imposições por parte dos verificadores reflectiram-se por certo nas várias velocidades de desenvolvimento da casa higiénica. São sinais de um processo mais profundo de desfasamento entre a novidade da lei e a inércia histórica devida, neste caso, ao pesado lastro da cultura edificatória, ao qual não se pode deixar também de associar alguma indulgência voluntarista, fruto do conhecimento da realidade débil da população aí alojada.

Em 1926, Joaquim Moreira, negociante, proprietário de *ilhas* e de uma padaria nas Fontainhas, negligenciando a acção fiscal dos serviços teve que pagar multa pelo início ilegal de um acrescento de sete casas numa das *ilhas* de S. Vítor. O projecto de "um pequeno bairro constituído por 14 casas afim de ser habitado por outras tantas famílias pobres"[491] decorreu dessa intimação camarária. Apesar da continuidade na mancha de implantação, o licenciamento das casas, apresentado em 1927, da autoria do arquitecto Rogério Rodrigues Vilar **[BHP_79],** pouco tem a ver com a tradicional célula habitacional da *ilha*. Ainda que o sistema *back-to-back* permaneça, obrigando a uma frente de fachada única, são estabelecidos novos fundamentos para o desenho: primeiro, a garantia de melhores condições de exposição solar das bandas através do afastamento entre os dois grupos de construções e pela sua disposição na topografia do terreno; segundo, a instalação em cada fogo de um *water closet*, a autonomia do desvão do telhado e a impermeabilização do pavimento em contacto com o solo, em substituição da caixa-de-ar sugerida pela normativa; terceiro, a utilização de espaços funcionalmente ambíguos para garantir uma ligação directa ao exterior por todos os compartimentos (quarto dividido por pórtico, cozinha interior com especialização do "refeitório"). Relativamente à obrigatoriedade de a cada fogo corresponder uma latrina, a resolução mais vulgarizada foi anexar o pequeno volume a uma das fachadas, preferencialmente, a da cozinha, concentrando aí as derivações na rede de saneamento. Por vezes, manteve-se a solução recorrente nas *ilhas* de concentração em edículas afastadas

[491] Licença de Obra nº 391/1927

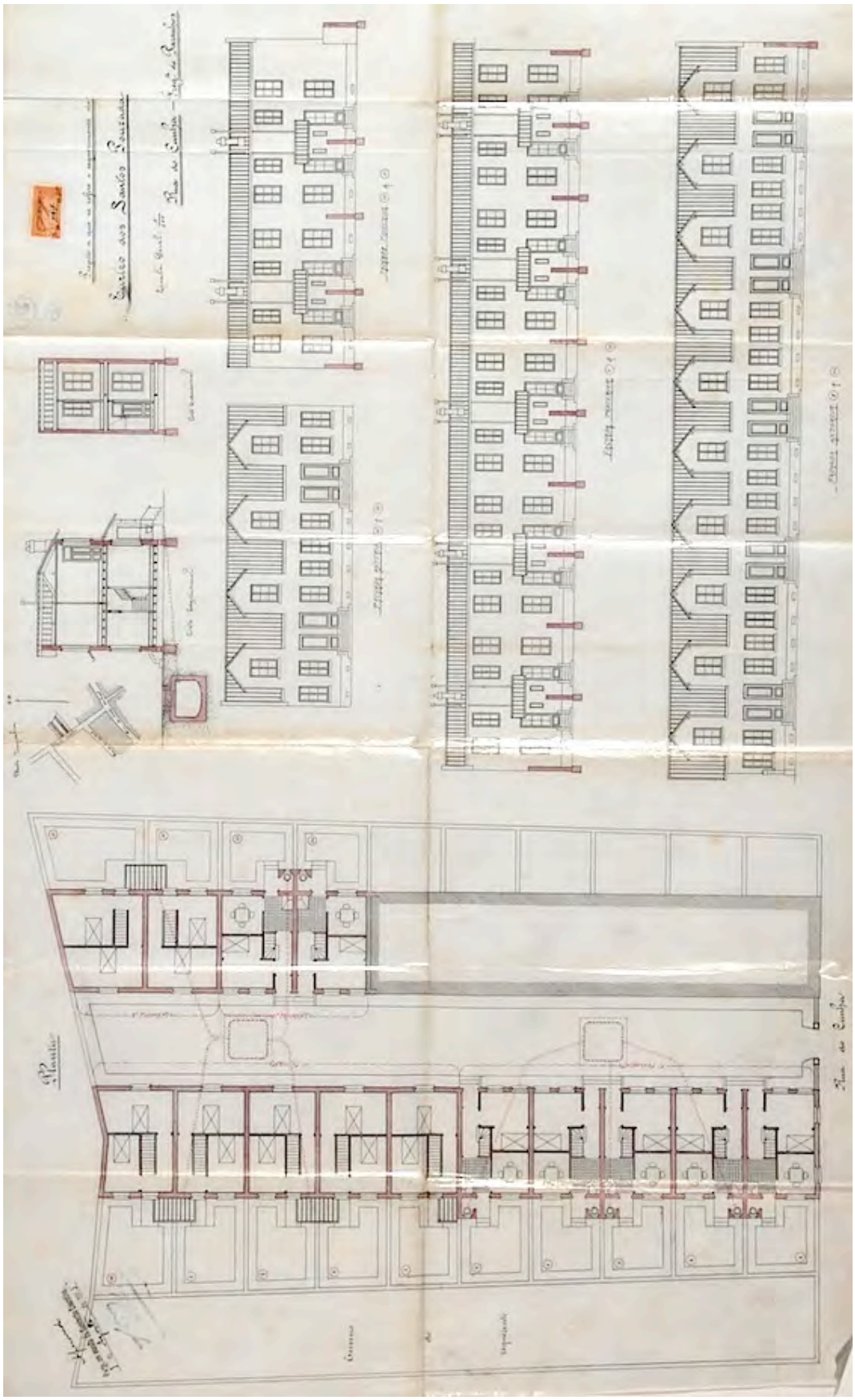


Fig. 54: Bairro da Rua do Cunha [BHP_97]. Licenciamento de Obra, 1915. [AHMP]

da habitação, passando a cumprir-se o número de unidades obrigatório. No contexto desta *ilha*, tinha sido erguido em 1923 um conjunto de quatro casas provavelmente da responsabilidade do anterior proprietário. No projeto destaca-se a curiosa disposição dos sanitários por estarem embutidos na fachada frontal, duplicando o desenho da porta de entrada na habitação e formando um pequeno vestíbulo ligado à cozinha.

Quando em 1903 foi promulgado o *Regulamento de Salubridade*, já havia na cidade uma dinâmica de harmonização de alguns critérios de salubridade sintetizada na alteração, ainda que ténue, de princípios de construção e, também, de reformulação do espaço habitável. Conforme já referido, observam-se propostas mais complexas de compartimentação introduzindo caixas de escada de acesso a mansardas, por vezes, com alguma expressão na definição de espaços de circulação.

É exemplo o bairro de 24 habitações mandado erguer no *lugar d'Aval* (Covelo) – na época um forte núcleo de residência operária – construído em duas fases, respectivamente, por António de Santos Pousada[492] e Eurico de Santos Pousada, num lapso de tempo de dezassete anos, utilizando o mesmo modelo de casa **[BHP_97]**. O responsável pelo projecto inicial será António Cardoso Botelho, mestre-de-obras, também autor do caso anteriormente citado na Rua de Vila Meã **[BHP_96]**. A solução original, composta por três fileiras dispostas perpendiculares à Rua do Cunha, conformava dois pequenos arruamentos rematados por portais. Para além de logradouros isolados, a maioria dos fogos era constituída por seis compartimentos indiferenciados (quartos, alcovas ou salas), latrina exterior, cozinha, átrio e aquilo que se julga ser um compartimento para banho, localizado nas águas furtadas junto aos quartos, atravessado por conduta do fogão. A solução é inédita quer pelo luxo que representa a introdução de uma zona de higiene pessoal na casa

492 Talvez se trate de António dos Santos Pousada (1854-1912), figura importante do republicanismo que em 1904 tomava parte da comissão municipal republicana do Porto. Também, activista contra a Monarquia, promotor do movimento republicano, defensor da mutualidade no norte de Portugal. No Congresso Nacional da Mutualidade, de 1911, realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa foi eleito vogal do Conselho Central da Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos e foi vice-presidente da Comissão Oficial de Reforma do Mutualismo.

quer por toda a inovação técnica implícita decorrente da referida postura de 1891, bem demonstrado no corte transversal onde, em esquema, se entende a complexidade do traçado sifonado da rede de saneamento. Quer, ainda, pela tentativa de conferir uma certa monumentalidade em alguns elementos arquitectónicos, nomeadamente, a escada interior e o alçado cujo desenho conjuga os ritmos das aberturas, as suas dimensões e a inclusão da mansarda.

Depois de construídas seis casas, a obra será retomada em 1915, agora sob outro plano submetido a licenciamento para adequar o bairro ao novo contexto regulamentar.[493] Mantendo a mesma organização interna, o salto é sobretudo denunciado por pequenos detalhes: a anulação do conjunto intermédio permitindo a inclusão de rua privada de maior perfil transversal com passeios; a ligeira diminuição da largura do fogo para possibilitar manutenção do módulo no encontro com o limite irregular do fundo do lote; a redução do número de compartimentos para aumentar a sua área; a inclusão de patamar de acesso exterior para vencer cota devido à caixa de ventilação de pavimento; o aumento do pé direito da mansarda libertando uma das águas para tomar por inteiro os dois pisos na fachada posterior. A representação gráfica adoptada, de qualidade invulgar neste tipo de obras que inclui o desenho do mobiliário, permite uma leitura mais precisa quanto ao uso dado aos espaços. Assim, o piso superior é confirmado como área de dormir retirando da anterior versão a alcova e a oferta do pequeno banho; o piso térreo contém uma saleta de refeições adjacente à cozinha e uma sala que inclui câmara interior com leito.

A transformação da matriz original, reconhecida na variante proposta passada década e meia, demonstra o carácter reformista das alterações operadas ao nível

[493] Este novo projecto é da responsabilidade de Francisco Santos Silva, um prolixo construtor que em seis anos submete à câmara cerca de mil pedidos para obras de todo o género. Embora sem o rigor de detalhe e qualidade de representação gráfica do da Rua do Cunha (o que pode indiciar a suspeita sobre a verdadeira autoria do desenho), na recolha efectuada para este trabalho conta-se mais sete conjuntos com a sua assinatura. Desses, devem ser destacados os de 1911 dispostos no interior das parcelas; um, para a Rua de S. Diniz, não construído, com dois blocos de dois pisos e escada comum, constituindo, em nosso entender, uma das primeira tentativas de habitação colectiva operária [BHP_48]; e um outro, na Rua Barros Lima, formado por dois grupos modestos de casas quadripartidas [BHP_159], sem a voluptuosidade do *Bairro do Comércio do Porto* no Monte Pedral [BHP_1].

tipológico e morfológico. Essa continuidade não se constitui exclusivamente por contingências particulares do processo podendo ser considerada em âmbito mais alargado. Trata-se de uma mutação, também visível noutros contextos da habitação construída na cidade do Porto, referida por alguns autores a modos de construir profundamente enraizados.

Não existem dados que permitam verificar se essas soluções decorrem exclusivamente dos requisitos da nova regulamentação, de estratégias imobiliárias satisfazendo a procura de estratos do operariado de maior rendimento, ou mesmo, se são fruto de uma síntese desses factores aos quais se pode associar algum pudor moral face à campanha de desacreditação patenteada pelos higienistas. Mas, o regulamento de 1903 e as posturas de 1905 parecem ter impulsionado na cidade uma vaga de requalificação que também foi observada na expansão de algumas *ilhas* adicionando conjuntos de habitação distintos na forma e na organização do fogo.

Reforma sanitária e reformulação da casa simples

Uma das preocupações técnicas mais empíricas relativa à construção do alojamento, formuladas desde cedo pelos higienistas, correspondia à emanação miasmática por contacto com o "sol humide et obscur".[494] O aparecimento, em meados do século XIX, de caves na habitação operária deve-se à sua dupla função de tampão contra humidades ascendentes e local termicamente estável para o armazenamento duradoiro de produtos alimentares de primeira necessidade. A difícil execução

[494] Alusão à famosa frase de Le Corbusier: "La maison s'enfonçait dans le sol: locaux obscurs et souvent humides". Neste caso trata-se do extracto do segundo dos *"cinq points d'une nouvelle architecture"* enunciados durante os anos de 1926 e 1927. Não se pode deixar de mencionar este facto porque o arquitecto suiço hiperboliza a condicionante sanitária solucionando-o, pela inventiva do desenho dos "pilotis", através da elevação da habitação e, consequentemente, garantindo a continuidade do espaço verde. Contudo, a proposta ancora-se no processo de renovação da arquitectura da casa e da cidade dinamizado a partir de meados do século XIX através do apelo higienista, desenbocando nas propostas das *garden-cities*.

Le CORBUSIER – *"Ou en est l'architecture?"*. In, *L'Architecture Vivante*. Automne & Hiver MCMXXVII. Paris: Éditions Albert Morangé, 1927, p.19

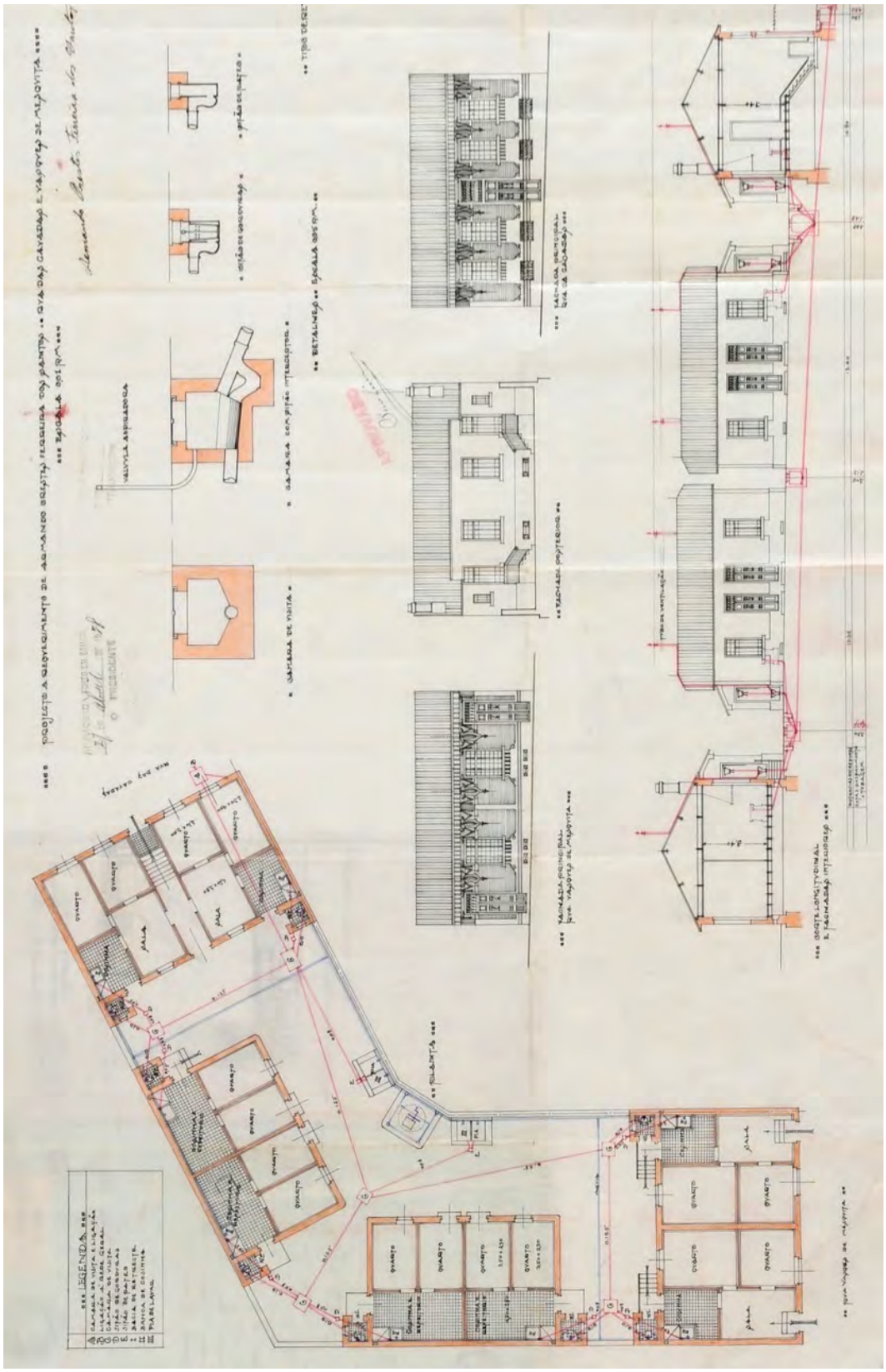


Fig. 55: Bairro Rua Vasques de Mesquita. Licenciamento de Obra, 1928. [AHMP]

desse espaço nem sempre o consagrou nas soluções correntes[495] mas a sua redução a uma pequena caixa-de-ar desde logo foi afirmada como uma condição irredutível. Assim, através do seu artigo nono, o RSEU foi particularmente responsável pela evolução no desenho da casa simples. A imposição em tratar convenientemente o contacto com o solo, nomeadamente, prescrevendo uma caixa-de-ar com 60 centímetros altura, conduziu, como se observará, a uma pequena reformulação da organização interna da casa com implicações directas na relação com o espaço envolvente. De facto, as estratégias usadas para vencer o desvão resultante da ventilação de pavimento suscitaram algumas decisões técnicas importantes visíveis, sobretudo, a partir dos anos de 1920.

A simples necessidade de transpor a diferença de cota impôs um dispositivo de acesso com cerca de 1 metro de desenvolvimento de modo a conter os degraus indispensáveis e patamar associado. Esta inocente condição, se não necessária e suficiente, é útil para a interpretação de certas descontinuidades urbanas singulares e para a compreensão de um maior grau de complexidade do espaço interior. Se, por um lado, a impossibilidade dessa pequena escada ocupar a via pública obrigou a um recuo aproveitado para pequenos jardins ou hortas frontais; por outro, em alternativa, os degraus foram incorporados no interior da casa legitimando átrios e corredores. Por causa desta última consequência, assistiu-se a uma inserção precoce de algumas funções próprias à casa burguesas antes interditas ao desenho das habitações modestas e confinadas a áreas mínimas pelo princípio da economia.

Para ilustrar este progresso, o primeiro bairro apresentado refere-se a um conjunto de oito fogos mandados construir em 1928 por Armando Ferreira dos Santos num terreno de 536 metros quadrados de superfície localizado nas Antas [**BHP_67**]. Trata-se de um caso exemplar por retratar o problema nos seus mais diversos aspectos incorporando outros, adjacentes, que é relevante acentuar. As variantes introduzidas ao modelo usado foram fortemente condicionadas pela geometria e confrontações da parcela influenciada pelo gaveto formado entre as Rua das

[495] Por exemplo, a alteração mais notada entre as duas fases do Bairro do Monte Pedral [BHP_1] é a anulação da cave. Aliás, logo em 1899, o projecto não terá sido rigorosamente cumprido devido, crê-mos, à constituição granitica do solo da antiga pedreira.

Cavadas e Vasques de Mesquita. Se as unidades implantadas no centro são menos cuidadas ao nível da ornamentação porque não expostas ao olhar público, as voltadas para a rua apresentam uma fachada exuberante dotada de alguma complexidade no trabalho de cantaria e carpintaria. Esse tratamento ornamental distinto, cunhando com estatuto social os elementos construtivos, embora amplamente reconhecível noutros momentos da história da cidade, encontra na interioridade das *ilhas*, à qual esta solução não é alheia, a sua irredutibilidade técnica. Nessa discriminação assinala-se ainda a existência nas casas à face da rua de uma sala cujo papel de distribuidor interno é preterido nos outros dois conjuntos a favor da cozinha. Apesar dessa desigualdade, a organização dos fogos é semelhante utilizando-se soluções de 43 e 32 metros quadrados de área útil, com quatro e três compartimentos, respectivamente associadas às frentes e ao interior da parcela, complementadas por um sanitário exterior contíguo à cozinha fixando aquilo que se julga ter sido a efectiva entrada da casa. O projecto ataca a questão do desnivelamento indispensável com estratégias diferenciadas. Nas casas geminadas orientadas à Rua Vasques de Mesquita, foi introduzido um *rasgamento* no soalho, de forma neutra, enquanto na frente oposta o construtor serviu-se da pendente natural do terreno para formar o vazio, introduzindo uma escada de acesso comum ao interior da parcela que permitia aceder de nível às duas casas da Rua das Cavadas. Nos restantes fogos a entrada é garantida pelo degrau das soleiras uma vez que, tal como acontece na maioria das situações mais precárias, evita-se o contacto com o solo por escavação.

Num primeiro momento o projecto teve aprovação condicionada à aplicação de clarabóias de arejamento e iluminação na zona mais interior das cozinhas, "sendo absolutamente indispensável assegurar passeio e amplo acesso" [496] a essas habitações centrais. Sabe-se que a construção se prolongou para além de 1930 e se desistiu simplesmente do volume que dissimulava o estreito corredor e escadaria de acesso comum. Em meados do século, esse edifício de fecho será concretizado através da introdução de uma diminuta passagem lateral incorporada, agora, num

[496] Licença de Obra nº 538/1928

prédio de cave e dois pisos organizados em propriedade horizontal com o átrio comum escalonado.

Relativamente ao problema colocado pela ventilação térrea é claro que as modificações não eram introduzidas à mesma velocidade e, por vezes, no mesmo empreendimento, eram criteriosamente pensadas como resposta a solicitações específicas do mercado de arrendamento ou do conhecimento da prática fiscalizadora discricionária dos serviços municipais os quais, no interior da pesada tradição dos hábitos administrativos, continuavam a encarar a propriedade privada como direito inalienável, pelo menos, para além do visível. No conjunto dos casos inventariados estas razões justificam algum desequilíbrio na abordagem ao problema.

Ao se tomar como referência o processo de constituição e estabilização de um espaço autónomo de entrada no interior da habitação económica, depara-se com um universo de indecisões independente de uma cronologia evolutiva. Mesmo no momento chave de consolidação do modelo ideal estatal, adoptado em 1933, o protótipo de casa eleita para os primeiros bairros do Porto correspondia a uma simples acomodação ao terreno cuja maior inovação residia na transposição para o interior do fogo da latrina, associando-lhe utensílios de banho. Sem dispositivos específicos, a entrada na casa ocorria vulgarmente pela cozinha, estabelecendo-se na sua área de influência a importante prática quotidiana, pelo menos no mundo operário, de mudança de roupa e limpeza corporal. O acesso nobre, a utilizar em dias festivos, era directo à sala se esta ainda não tivesse sido definitivamente transformada em quarto. As práticas sociais destes estratos da população não se podiam comparar àquilo que Nelson Mota, no estudo sobre a burguesia portuense anteriormente citado, reclama de autênticas interfaces entre o público e o privado. Acrescentar no mínimo duas portas e fazê-lo à custa da introdução de outros tantos paramentos, era um custo significativo no orçamento total de casas que tinham em média 40 metros quadrados de área. Portanto, excluindo alguns casos de habitação de rendimento médio de difícil classificação, pode-se concluir que as hesitações

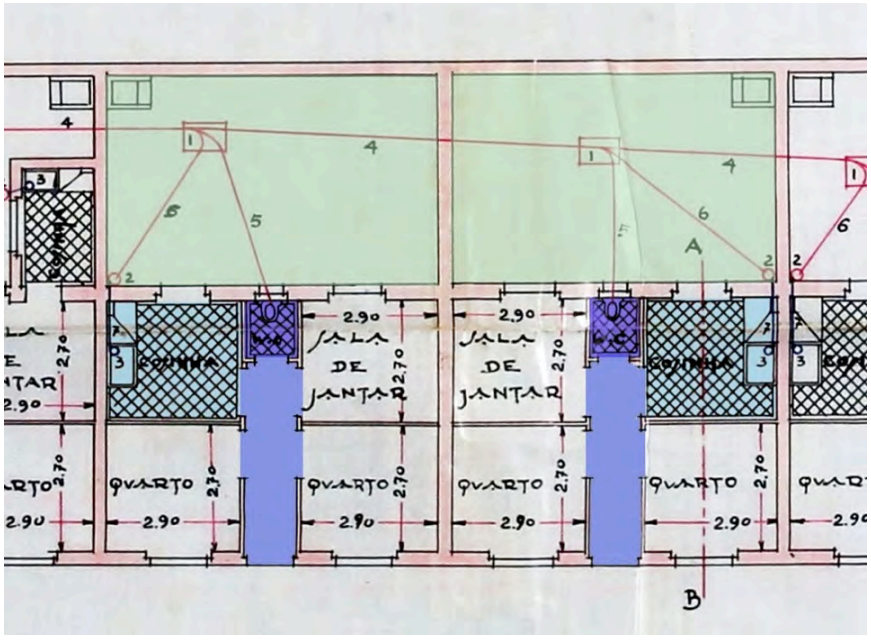


Fig. 56: Bairro Travessa Ribeiro de Sousa. Arq. Aucíndio dos Santos, 1933. [AHMP]

detectadas se devem a outro tipo de solicitações originais que não as associadas ao espaço de representação.

Um desses conjuntos que assume, de forma inequívoca, um vestíbulo e magnifica uma *axialidade* com a introdução de um corredor, foi erguido em 1915 na Rua da Travagem, em Francos [**BHP_33**]. Na memória descritiva do licenciamento refere-se:

É já muito sensível a falta de casas pequenas para habitação de famílias sem meios de fortuna. As que Guilherme Duarte vai construir e que são destinadas a habitação e a que confronta com a travessa da Pisca também a casa de negócio, satisfazem esta necessidade e embora de poucos cómodos satisfazem também as prescrições regulamentares sobre edificações de prédios urbanos, não só pelo que respeita à higiene mas também pelo lado estético da sua fachada exterior. Seria de estimar que outras pessoas dotadas de meios de fortuna construíssem casas deste tipo ou d'outro semelhante, que satisfizessem à impreterível necessidade que se está notando, e de que resulta a intervenção forçada do Município e talvez de futuros Governos. As casas como fica referido satisfazem aos regulamentos, tendo um quarto com janela podendo ser aproveitada a dependência da sala, visto o arco que a separa da sala de jantar não ter portas e além disso em casos de necessidade pode-se transformar a sala de visitas que tem janela em quarto. Pelo que respeita ao volume todos os quartos incluindo a dispensa tem capacidade superior a 25 metros cúbicos.[497]

O mesmo se passa nos anos de 1930 numa proposta que segue de perto a estratégia dos donos de *ilhas* de consagrar a frente de rua para residência própria e fazer render o logradouro construindo casas baratas [**BHP_205**]. O terreno confina com a antiga Travessa Delfim Maia coincidente com uma propriedade que em 1910 havia já sido alvo de um importante projecto parcialmente realizado [**BHP_15] e** já referido. A sua originalidade reside no desdobramento da entrada em dois patamares permitindo aceder autonomamente a dois quartos e sala de refeições. A solução que se verificou ser de maior sofisticação incorpora nesse eixo uma instalação sanitária. No RSEU, no capítulo "*Latrinas e pias"*, elencavam-se algumas soluções para permitir a inserção no interior da habitação das comodidades sanitárias "convindo [...] que o seja ao fundo de um corredor, em local onde possa haver uma janela ou pelo menos

[497] Licença de Obra nº705/1915

uma fresta de 30 centímetros por 50 centímetros que dê comunicação para o ar exterior". Esta disposição decorria do estratagema de, a partir da porta de acesso, utilizando o corredor como túnel de ventilação, se garantir o cruzamento do compartimento da sanita por correntes de ar novo [**BHP_17**]. O custo desse atravancamento sucessivo de espaços e o preço dos aparelhos de controlo de cheiros de retorno (autoclismos, *sifonagem* hidráulica e as próprias retretes) foram responsáveis pela exclusão, até muito tarde, cerca da década de 30, dessa nova função no interior doméstico.

Ilhas proletárias e Bairros de pequeno rendimento: continuidades morfológicas

Segundo Gaspar Martins Pereira, a dicotomia entre casa burguesa e *ilha*, no quadro da *domesticidade*, devia ser atenuada.[498] A força do *espírito doméstico,* presente na forma de habitar da burguesia portuense,[499] não pode ser lida como dado que garante uma exclusividade do uso da habitação.

Apesar das *ilhas* terem continuado a proliferar, constituindo durante longo tempo a forma mais imediata de alojamento, as medidas proibitivas municipais impostas sobre esse tipo de habitação, alguns benefícios fiscais e a continuada procura de casas baratas por parte do operariado, alimentaram a promoção privada de soluções híbridas possíveis de serem realizadas através do desembolso de pouco capital – é a mesma lógica imobiliária que se pode reconhecer na construção das *ilhas*, caracterizada pela rentabilização máxima da área dos terrenos através de investimentos curtos. Embora estas novas intervenções continuem a explorar a auto-suficiência do lote profundo, dispondo aí conjuntos de moradias em banda, distinguiam-nas o propósito de substituírem os pardieiros por casas airosas que

[498] PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p. 135

[499] A este propósito ver, MOTA, Nelson Jorge Amorim – *A Arquitectura do Quotidiano*, Dissertação de Mestrado. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias , 2006 [policopiado]

integrassem os novos padrões de conforto mínimo. Condicionadas pela nova legislação que obrigava à *casa higiénica* e por um sentido implícito de "utilidade pública" dado às soluções de feição com o movimento internacional da *cidade jardim*, essas propostas de iniciativa privada acabam por se situar num patamar intermédio de acção onde também converge a contingência de uma economia débil e um forte vínculo a um modo de construir secular sintonizado com a geometria particular do parcelamento portuense.

Deste conjunto de projectos de continuidade destaca-se o projecto não construído do Bairro de Rodrigo Teixeira Mendes d'Abreu [**BHP_9**] para a Rua Guerra Junqueiro, apesar dos vários aditamentos ao processo de licenciamento e as consequentes aprovações indicarem uma persistência que só a obra tranquilizaria. Em 1907, "num dos locais mais belos e pitorescos, mais arejados e higiénicos da cidade"[500] é apresentado, para aprovação camarária, o projecto para a construção de um bairro económico constituído por catorze casas em banda, cada uma complementada com jardim e horta. Conforme é destacado na memória do processo, o bairro "não é [...]do tipo das desgraçadas *ilhas* que nesta cidade existem. Muitíssimo ao contrário. Este bairro formará um agrupamento de casas elegantes, confortáveis, higiénicas e com uma disposição que garante a completa independência de cada casa como convém. Se bem que estas foram projectadas sob o lema – alugueres baratos – não influiu isso de modo algum em deixá-las privadas dos elementos indispensáveis à comodidade e saúde dos seus futuros habitantes".[501] O conjunto dispõe-se perpendicularmente à rua, preenchendo o meio do lote, deixando duas faixas de terreno nas franjas para aí localizar as hortas e os jardins. É uma implantação que permite autonomizar os vários usos do solo, pela disposição de dois arruamentos interiores ao longo das fachadas de maior desenvolvimento, para aceder quer à parte frontal quer à posterior de cada casa, fixando assim uma zona de jardins associada às entradas principais e uma de hortas mais ligada à parte dos serviços.

[500] Excerto da Memoria Descritiva e Justificativa, Processo de Obra 649/1907, f.133.

[501] Ibidem

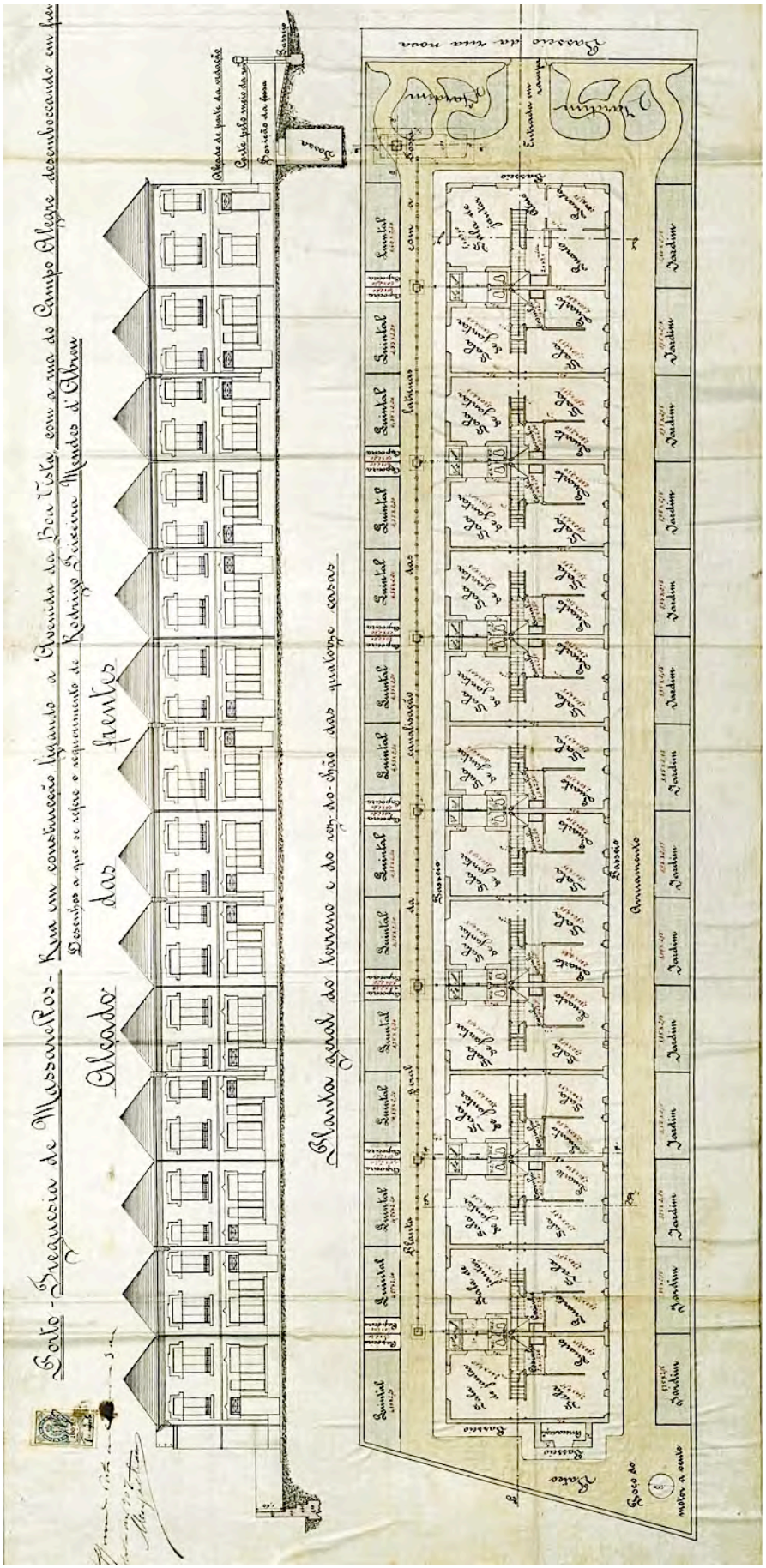


Fig. 57: Bairro de Rodrigo de Abreu na Rua Guerra Junqueiro. Processo licenciamento, 1907 [AHMP]

A habitação é formada a partir de uma planta de 6x9 metros (base construtiva típica da casa portuense oitocentista) desdobrada em dois pisos através de escada central de dois lanços. Da organização do fogo destaca-se o singular aparecimento de um sanitário interior colocado junto ao patamar da escada, a meio piso. Esta posição ambígua revela o caminho de hesitações associado à integração plena dos compartimentos dedicados à higiene pessoal na estrutura da casa operária. Embora se parta da mesma matriz tipo-morfológica que formou maioritariamente o tecido urbano oitocentista e liberal, a solução é adaptada às novas exigências de salubridade recriando esse modelo e ordenando-o na parcela de forma distinta. A construção destaca-se por replicar no interior do lote a imagem burguesa da cidade e com isso ousar tornar visível um tipo de habitação correntemente escondida do olhar público.

Entre a *ilha* e a *casa-jardim*, a arquitectura do bairro mandado edificar por Rodrigo Teixeira Mendes d'Abreu constitui uma resposta ao problema da falta de alojamento para as classes baixas ancorada numa forte tradição de construir a cidade. Considerámo-lo como um caso paradigmático daquilo que antes se explicou ser uma exploração maximizada do lote estreito portuense cumprindo com as novas restrições legais e seguindo os novos padrões de conforto mínimo. De natureza idêntica é a denominada *vila operária*: solução estruturada a partir de um arruamento particular central e uma ocupação lateral do terreno permitindo que as habitações tenham na sua retaguarda um pequeno logradouro que as afasta dos muros de meação. Estes conjuntos habitacionais surgiram no Porto a partir dos anos de 1920 e nada têm a ver com as famosas *vilas* lisboetas, apesar de ostentarem o mesmo classificativo em inscrições expostas nas fachadas ou nos pórticos das vedações voltadas para a rua.

Um desses casos é a Vila de João Machado Fonseca de Castro **[BHP_30]**, concebida por um dos mais dinâmicos mestre-de-obras do Porto – Manuel Domingues dos Santos – e construída em 1927 num terreno situado na Rua da Carcereira (actual Rua Pedro Hispano) que, à época, formava com a Rua de S. Dinis uma das vias âncora das

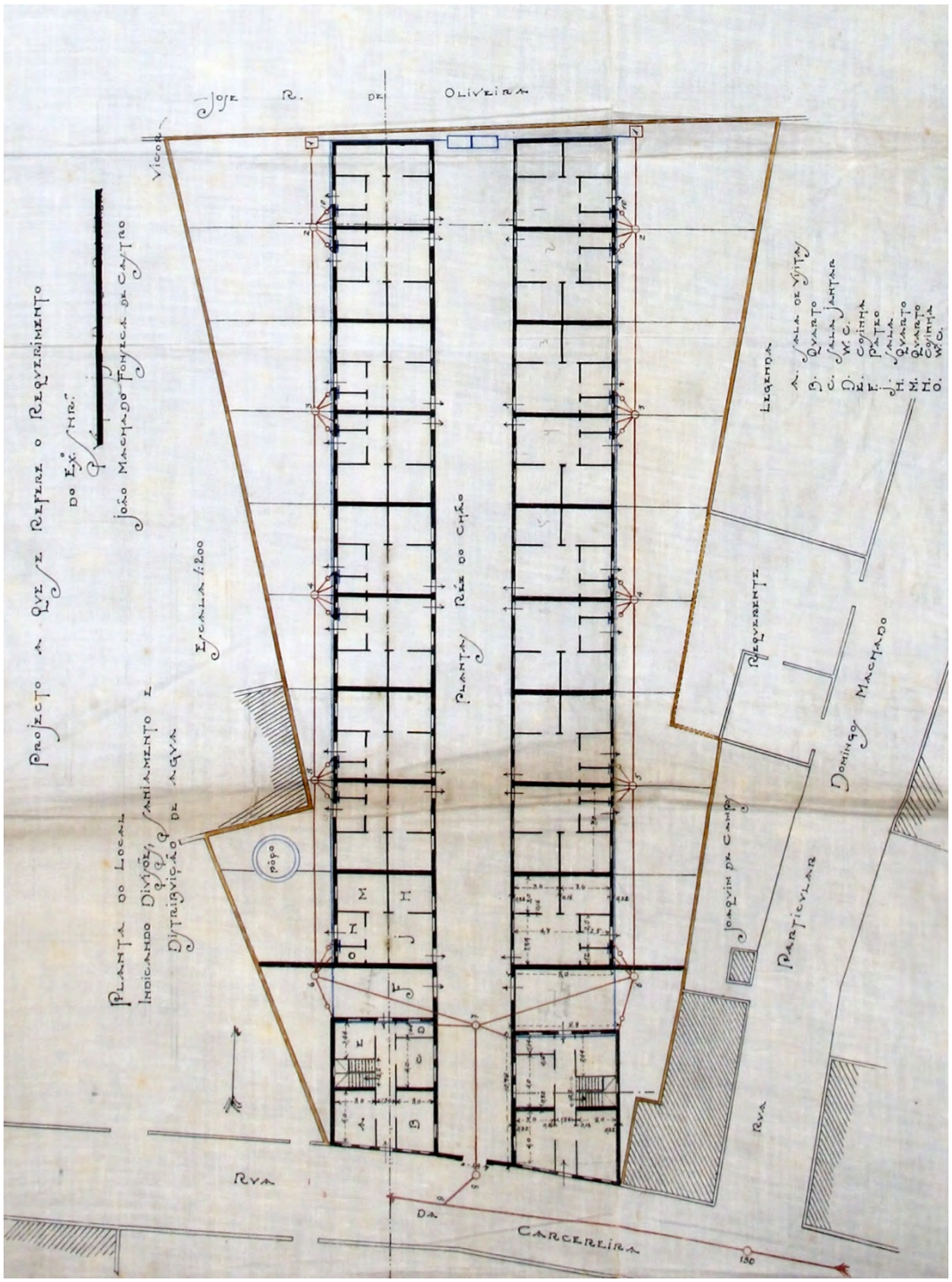


Fig. 58: Vila de João Machado de Castro na Rua da Carcereira. Processo licenciamento, 1927 [AHMP]

indústrias situadas a norte da cidade. Conforme se refere na memória do projecto, a *vila* era formada por "vinte casas sendo duas independentes e com primeiro andar e dezoito em dois grupos de nove cada ladeando um arruamento com seis metros de largura e constituindo um bairro onde a higiene se notará pelo saneamento, pela água e pela luz". [502] A chamada de atenção para certos aspectos físicos da construção exemplifica, para o período estudado, as preocupações na actualização técnica da casa económica tomando como central a questão da ventilação, do abastecimento de água e do tratamento dos esgotos. Neste contexto é ainda significativo o facto da solução apresentar no interior do fogo um espaço autónomo dedicado à latrina e duche. Trata-se de um caso invulgar no panorama da habitação de fracos recursos onde era recorrente a existência de um compartimento com essa função exterior, individualizado ou partilhado pelos outros fogos.

A planta térrea quadrangular das habitações é repetida em pares simétricos formando duas bandas iguais e paralelas. A cobertura única de quatro águas confere aos dois conjuntos um sentido de homogeneidade e autonomia no interior do lote. Em algumas intervenções, a afirmação urbana da *vila* reside exclusivamente no desenho requintado da cerca e do portão central, noutras, é herdada a solução das *ilhas* aproveitando para fechar o bairro com casas maiores colocadas à face da rua e afastadas entre si para formar pórtico.

Ao contrário do bairro da Rua de Guerra Junqueiro, está-se perante pequenos investidores que dão preferência ao arrendamento de casas com áreas úteis pouco superiores às usadas nas *ilhas*. A fácil comparação com essa forma penosa de alojamento permite aferir da importância da interferência da regulação administrativa no desenho e na transformação da casa pequena e simples.

[502] Excerto da Memoria Descritiva e Justificativa, Processo de Obra 913/1927, f. 76.

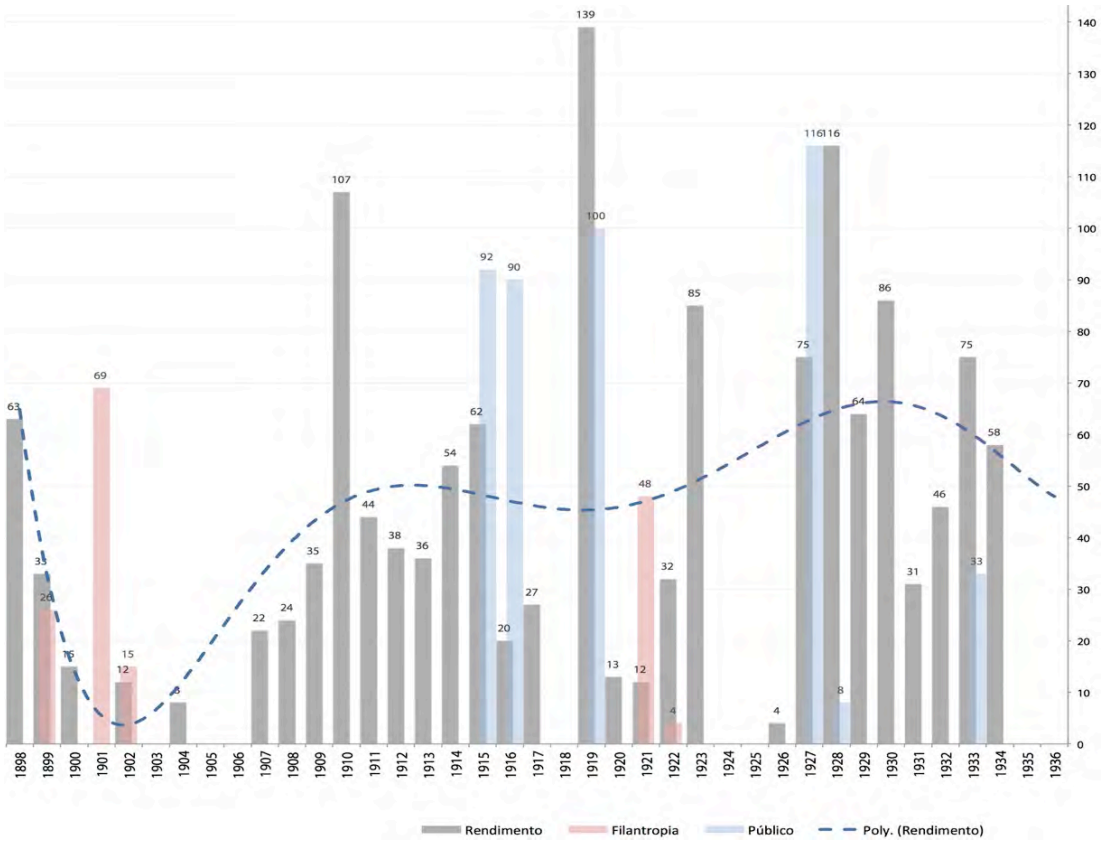


Fig. 59 (Gráfico D): Números de fogos por tipo de promoção verificados ao ano. [Fonte: bd_BHP]

4.3.2. Filantropia e compaixão burguesa. O protagonismo do Comércio do Porto

Uma filantropia esclarecida, politicamente empenhada, desempenhou na Europa um papel importante quer no desenvolvimento em escala de novas soluções quer como alavanca para outras realizações ligadas a organismos da Administração Pública. Em Portugal, esses gestos, raros, isolados, estariam maioritariamente ligados a manifestações pontuais de afirmação pessoal. No Porto, as operações filantrópicas, o paternalismo industrial e a compaixão burguesa foram residuais em relação ao empenho camarário ou ao mercado imobiliário, e ocorreram entre os primeiros anos de 1900 e o início da segunda década, como é o caso do jornal O Comércio do Porto.

A piedade burguesa foi responsável pelo aparecimento do Bairro Monteiro dos Santos **[BHP_14]**, fruto da execução testamentária do retorna viagem Monteiro dos Santos que sonhou "construir 10 bairros denominados Bairro dos Pobres"[503] para redenção de pecados. A verba oferecida à Santa Casa da Misericórdia previa distribuí-los pelas várias freguesias do Porto e dois em Gaia. O orçamento somente possibilitou o do Amial a rasgar o tecido orgânico com uma parcela de 6 metros de frente e casario contínuo construído em 1927. Também um projecto patente nos serviços municipais sem ter dado entrada como obra particular, em 1910, previa para a Estrada de Carreiros (a cobiçada Avenida Brasil poucos anos depois) um edifício de 18 fogos em dois pisos com quartos voltados ao mar para beneficiarem da aragem curativa atlântica **[BHP_211]**.

Na senda dos bairros da Fábrica de Fiação de Salgueiros (Rua da Constituição), da Fábrica de Fiação e Tecidos Jacinto de António Marinho (Rua Aníbal Cunha e Torrinha) ou do Bairro da Fábrica Social de Álvaro da Real Fábrica da Fontinha, ambos de Oitocentos, o Bairro da Fábrica da Areosa **[BHP_5],** mandado construir pelo industrial Manuel Pinto de Azevedo na segunda década, promoveu a baixa densidade e a dispersão volumétrica agarrada a uma malha de arruamentos

[503] Testamento do benemérito Monteiro dos Santos. [BSCMP]

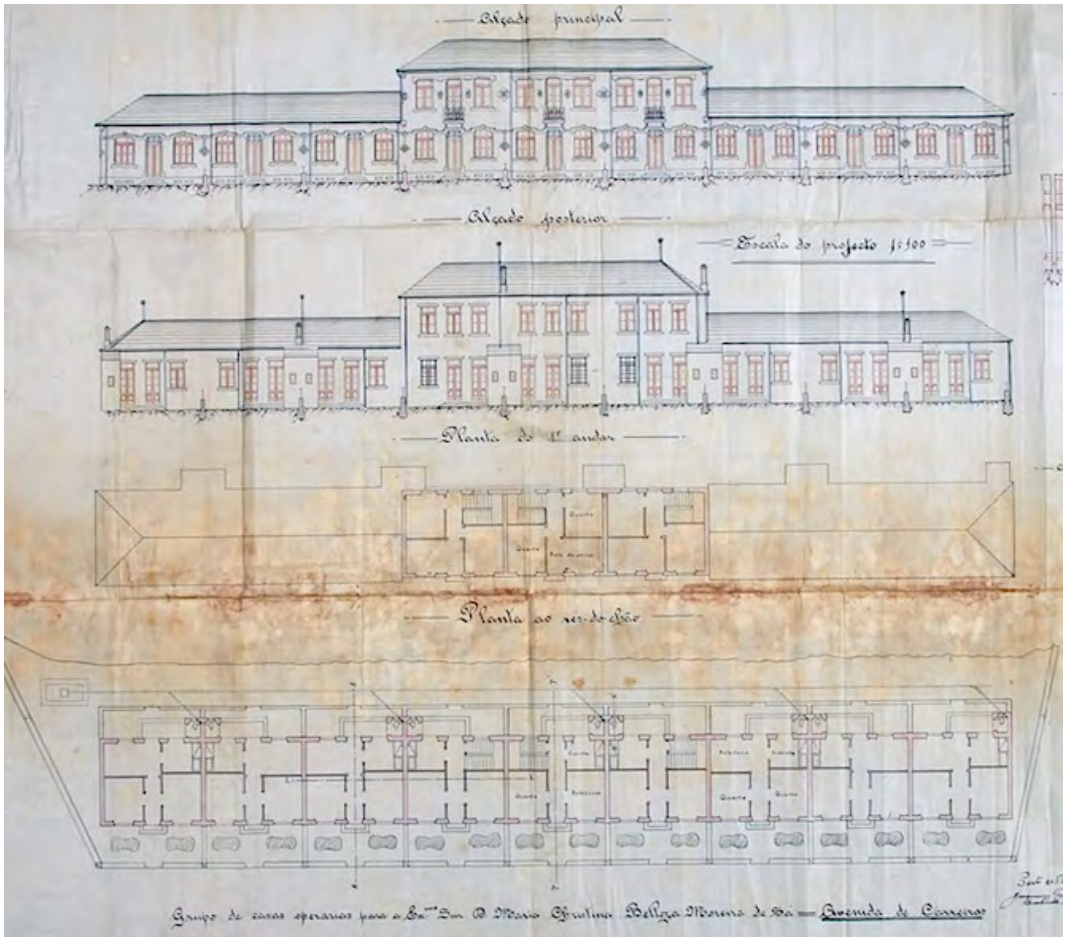


Fig. 60: *Grupo de casas operárias*, Estrada de Carreiros. 1910 [AHMP]

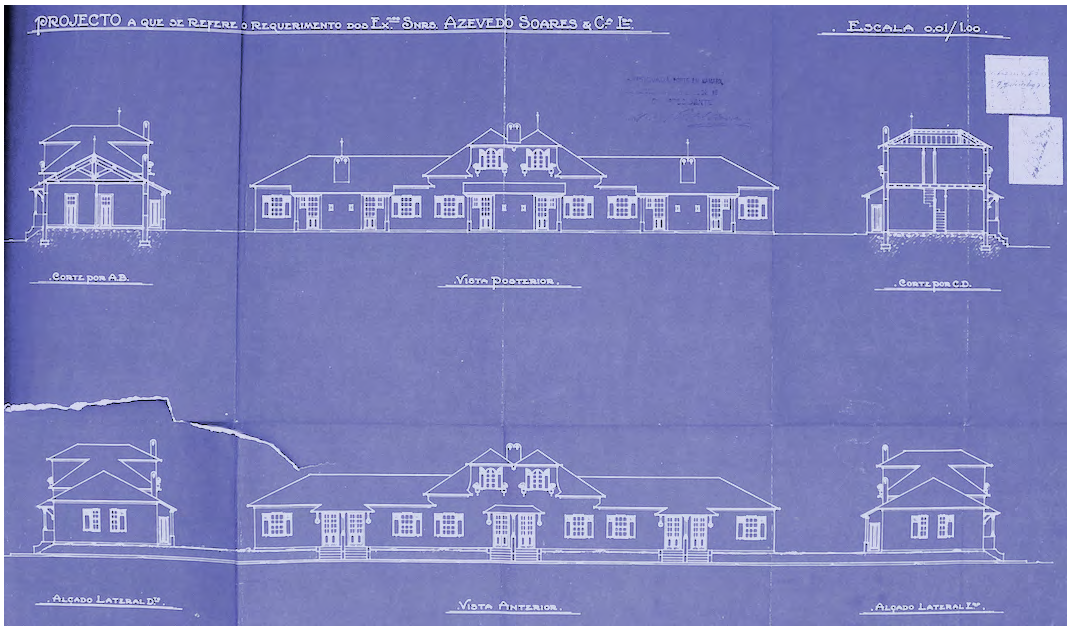


Fig. 61: Bairro da Fábrica da Areosa, Circunvalação. 1921 [AHMP]

regular recorrendo a uma arquitectura fundada na ideia da *casa-jardim* alemã nos seus detalhes vernaculares. Antes das fábricas se adensarem na periferia, o industrial Gaspar Rodrigues Coelho constrói, em 1902, para os seus operários um bloco de habitação de 3 pisos constituído por 15 fogos - novidade na cidade, incorporada na Travessa da Póvoa à Rua de Montebelo **[BHP_155].**

Desses investimentos, o levado a cabo pelo Comércio do Porto destaca-se porque aí se detecta uma acção programática e programada, implementada durante cerca de duas décadas.

Desde 1880 o jornal portuense desenvolvia acções filantrópicas diversas a favor das classes pobres da cidade, financiadas sobretudo com o resultado de subscrições públicas, que o próprio diário animava. Compreende-se que, alguma agitação operária,[504] o reaparecimento frequente de surtos pestilentos e as débeis condições de habitabilidade no centro da cidade,[505] tenham, em definitivo, estimulado a promoção do primeiro bairro. Essa agilidade, experiência e interesse serão responsáveis pela invulgar celeridade e eficácia de um processo que conduzirá, depois, num prazo de cinco anos, à edificação de mais dois bairros em partes distintas da cidade: Monte Pedral, Lordelo do Ouro e Monte Aventino.

Os principais responsáveis pelos vários projectos foram os arquitectos José Marques da Silva, o mestre-de-obras Manuel Fortunato de Oliveira Motta e o engenheiro de minas Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco.[506] As propostas que apresentaram,

---

504 O operariado urbano, através de organizações de classe com alguma expressão havia adquirido um poder reivindicativo efectivo com tradução directa na ordem pública da cidade do Porto. Um dos casos que exemplifica essa instabilidade ocorreu em 1895 tendo como protagonista a *Associação dos Tecelões*. A greve a que parte dos 17.000 associados darão corpo rapidamente se estende a outras profissões dando origem a uma cadeia de adesões que ameaçou a paragem geral da produção têxtil portuense. In CORDEIRO, José Manuel Lopes (coord.) – *Um século de indústria no Norte, 1834-1933*. Porto: Associação Industrial Portuense, 1999, p.120.

505 Relembre-se todo o esforço efectuado a partir de 1885 pela Comissão Central de Imprensa reunindo homens de letras e higienistas num vasto trabalho de inquérito. In, FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A Habitação Popular no Porto em Finais do Século XIX. O Inquérito Comissão Central de Imprensa (1888)*. Tese de Mestrado .Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998

506 Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco, Engenheiro-chefe da 3ª Repartição da Câmara Municipal do Porto (1906-1914). Posteriormente, será o responsável pelas obras da Colónia Viterbo Campos na Arrábida. Em 1904, havia desenhado para *O Comércio do Porto* algumas casas do bairro operário das Antas. Com Marques da Silva, critica as primeiras propostas de Barry Parker para a zona central da cidade. Em 1919 dirige o Comissariado do Porto dos Bairros Sociais.

apesar da sua discrepância quanto ao grau de complexidade formal e funcional, perseguem uma solução de *casa-jardim* inspirada nos modelos veiculados na literatura coeva especializada da época. Aliás, no documento assinado pelos proprietários do Comércio do Porto, que estabelece a construção das primeiras casas, refere-se que os bairros seriam "dotados com as máximas condições higiénicas e organizadas em harmonia com os melhores modelos destas fundações no que forem adaptáveis no nosso país".[507] Bento Carqueja esclarecerá mais tarde quais as melhores práticas:

[...] À face do muito que se tem feito lá fora, vamos esboçar o plano modesto, mas tão perfeito quanto possível, que nos parece dever ser preferido entre nós. [...] O bairro operário deve ser formado por pequenos grupos de casas, convenientemente dispostas, para que umas não prejudiquem as outras. Cada casa deve ter necessariamente um terreno anexo, para quintal de cultivo e recreio. Uma casa de banhos e um lavadouro são indispensáveis em cada bairro e bom será que não falte uma sala de creche. Neste ponto a organização de Mulhouse é aproveitável. [...] É uma cidade operária, não constituída por um casarão, como se fosse um quartel; nada disso. Cada casa, construída o mais economicamente possível, só pode conter uma ou duas famílias e é cercada por um jardim.[508]

Ressalvando que:

[...]nessas imitações reclama-se critério seguro e observação circunspecta para que não venha a introduzir-se entre nós o que possa ser planta exótica de impossível aclimação, ou o que não corresponda a necessidades reais e impreteríveis do operariado português.[509]

Em jeito de epílogo, o próprio jornal noticiaria que:

Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitectos, em

[507] *Livro de Documentos Relativos a Termos e Escrituras*, 1899, fl. 344 [AHMP]

[508] CARQUEJA, Bento – *O Futuro de Portugal*. Porto: Livraria Chardron, 1920 [1900], p. 99, 104 e 108

[509] Idem, p. 99

livros e congressos, devem satisfazer as casa baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe".[510]

Ainda que fragmentos dispersos, os textos veiculados esporadicamente no jornal, somados à produção teórica de índole económica e social do director do jornal Bento Carqueja, [511] subentendem um ideário político, funcional e formal da habitação económica comum aos três bairros filantrópicos. Quando o economista propôs construir alojamento para o operariado, estava implícita uma estratégia de intervenção assente no fomento de uma *arquitectura disciplinadora* que premiava os mais competentes e morigerados, e que criava hábitos de ordem e de higiene; uma *arquitectura moderna* que integrava os princípios modernos de salubridade e acomodação; uma *arquitectura barata* disciplinada pelo habitar mínimo e, ainda, uma *arquitectura experimental* com modelos diversificados e abertos. Esta última preocupação, que à época significava basicamente a diversidade de combinações do unifamiliar, foi radicalizada por Manuel Fortunato de Oliveira Motta antecipando em cerca de trinta anos a acesa polémica sobre a implantação no Porto de blocos de habitação colectiva:

Provado como está, que são estas as construções que mais económicas se tornam, para desejar seria que se fizesse, a pretexto de experiências, uma construção neste género.[512]

As referências internacionais apontam-nos uma rede de afinidades estabelecida à volta do movimento das *cités ouvriéres* já referidas que permite por em relação realidades geográficas, sociais e políticas distintas. Uma ramificação particular que emerge desses trânsitos e influências é a *petite histoire* traçada em capítulo anterior protagonizada pelo *carré moulhousienne*. De vários modos, a invenção de Émile Muller disseminou-se ao longo de meio século pelas mais diversas regiões industriais europeias. Conforme já se adiantou, o triunfo dos bairros de Mulhouse

510 Jornal *O Comércio do Porto*, 29 de Novembro de 1905

511 Parte da razão filantrópica da acção pode ser encontrada na produção teórica de Bento Carqueja nomeadamente naquela dedicada à "Questão Social" como, por exemplo, os livros *O Futuro de Portugal* (1900 e 1920) ou, *O Povo Portuguez. Aspectos sociaes e económicos* (1916).

512 Manuel Fortunato de Oliveira Motta – *"Memória descritiva e justificativa" do Bairro de Lordelo do Ouro*. Publicada no jornal *O Comércio do Porto*, 24 de Março de 1901.

resultou da urgência do tema na agenda política da época e, simultaneamente, da impetuosidade e sagacidade dos discursos e dos escritos dos personagens envolvidos que a imprensa de grande tiragem difundirá através dos seus diversos géneros.[513] Portanto, ou a experiência pessoal e académica de Marques da Silva, em Paris, ou uma atenção especial dada ao caso pela administração do jornal nortenho, fruto dessas mediatização, terá sido directamente responsável pela escolha desse modelo para formar o seu primeiro *Bairro Operário* no Monte Pedral – o exemplo mais representativo dos objectivos do jornal.

A colocação da pedra fundadora do Bairro do Monte Pedral foi rodeada de todo o aparato festivo capaz de despertar todos os interesses naquele Domingo de Novembro de 1899. Para aquele lugar inóspito nos arrabaldes da cidade, o jornal mobilizou os mais ilustres representantes das instituições da cidade e as demais figuras proeminentes da sociedade portuense. A sessão foi presidida pelo bispo do Porto, D. António José de Sousa Barroso, participando directamente no acto de assentamento da pedra, o presidente da Câmara Municipal, João Baptista de Lima Júnior, e o governador civil, José Adelino Ferreira de Lima.[514]

O facto foi oficialmente testemunhado por mais de meia centena de personalidades que firmaram com a sua assinatura o auto da cerimónia. Nessa longa lista de subscritores estranha-se a ausência do nome de Marques da Silva que provavelmente nem sequer terá comparecido a tão mediático acontecimento. Independentemente dessa falta ter origem num suposto desinteresse pela obra, ou dela decorrer de qualquer outra razão maior, deve referir-se que em 1900 o desenho de habitação económica era considerado menor na prática projectual dos arquitectos formados nas Academias.

Neste sentido, quando Marques da Silva se compromete com o jornal O Comércio

[513] Por exemplo, um dos veículos de maior divulgação foi o livro já indicado de Émile Muller e Émile Cacheux - *Les habitations Ouvrières en Tous Pays*. Várias números das diversas edições estão localizadas nos arquivos nacionais. A de 1889, medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, encontra-se actualmente no Fundo Antigo da Universidade do Porto.

[514] CARQUEJA, Bento – *O Comércio do Porto: notas para a sua história*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1944, p.193

do Porto, no fomento de bairros operários, parece ecoar nesse gesto um jogo de contradições que só o interesse na afirmação profissional do jovem arquitecto perante a elite financiadora da causa e um possível desejo de experimentação arquitectónica e urbana parecem atenuar.

A rapidez do projecto e da obra do Bairro do Monte Pedral é notável e a sucessão dos factos sugere todo o pragmatismo que esteve envolvido: os desenhos definitivos, da autoria de Marques da Silva, datam de Outubro de 1899; no dia 4 de Novembro era celebrado entre o jornal e o município o acordo de cedência do terreno; a primeira pedra será colocada no dia 12 desse mês; as datas limite para apresentação de propostas das empreitadas de pedreiro, trolha, carpinteiro, vidraceiro e pintor foram fixadas, respectivamente, para os dias 20 de Novembro de 1899, 11 de Janeiro, 2 de Abril, 27 de Julho e 6 de Julho de 1900. Conforme notícia divulgada pelo próprio jornal, a obra finalizou-se em Março de 1901 procedendo-se nessa altura à atribuição das casas e à elaboração do regulamento interno do bairro.

A partir do desenho geral existente verifica-se que inicialmente o empreendimento se estendia à totalidade da antiga pedreira conformada pelas ruas de Serpa Pinto, Constituição e Maria Amélia (actual Rua do Zambeze). A partir do enunciado na *Carta de Teles Ferreira* de 1892, Marques da Silva dispõe sobre uma malha ortogonal gerada a partir dos principais arruamentos sessenta e oito habitações em conjuntos distintos complementados por uma creche e vários lavadouros públicos. A associação entre as manchas de construção desenhadas e a geometria do fraccionamento da propriedade indica uma preocupação em fixar no mesmo território diversos tipos de alojamento provocando uma variedade volumétrica e funcional no bairro. É visível nessa disposição uma hierarquização de elementos que adquirem um desenho mais complexo à medida que se aproximam da Rua Serpa Pinto, nesse período uma via arborizada, estratégica na ligação da cidade com o



Fig. 62: Bairro Operário do Comércio do Porto, Monte Pedral. Arq.º Marques da Silva.
[*A Construção Moderna*, Fevereiro de 1902]

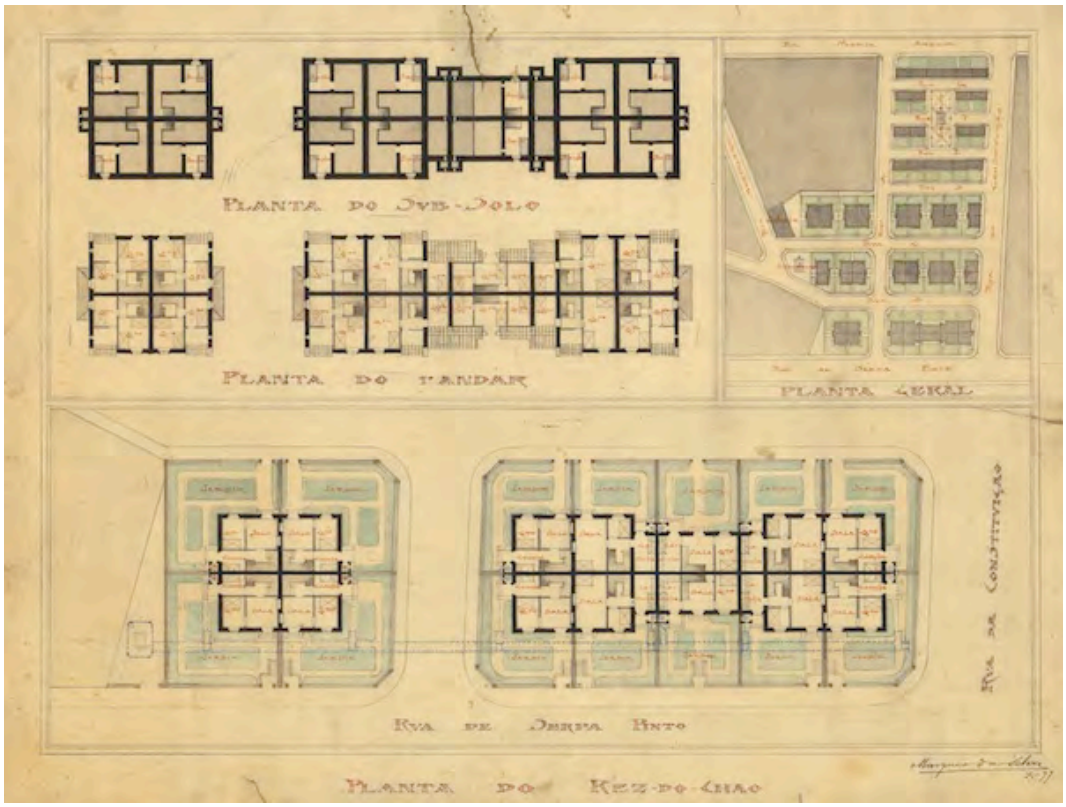


Fig. 63: Bairro Operário do Comércio do Porto, Monte Pedral. Arq.º Marques da Silva, 1899 . [FIMS]

Matadouro Novo. Essa estratificação é alcançada recorrendo à escolha diferenciada de soluções: da *habitação quádrupla*[515] passa-se gradualmente para simples casas de correnteza que a Nascente formam uma praceta interior.

A primeira fase do bairro "que o distinto arquitecto Sr. Marques da Silva tomou generosamente a seu cargo" era constituída por catorze *casas-jardim* associadas para formarem dois conjuntos autónomos que permitiam fechar a frente do bairro voltada para a Rua Serpa Pinto. O módulo usado é gerado a partir de uma planta quadrada de sete metros de lado onde se organizavam três compartimentos (cozinha, quarto e sala) e, no canto do diedro interior, uma caixa de escada de acesso à cave e aos dois quartos localizados nas *águas furtadas*. Completavam a casa dois espaços sanitários situados na cave e no pequeno coberto que marcava a entrada. Esta unidade mínima, repetida à volta de um eixo por simetria simples, caracteriza singularmente os conjuntos formados pela associação de quatro casas.
A construção que ocorreu sob gestão do jornal era constituída por três destes núcleos sendo que os localizados no gaveto formado pela Rua da Constituição e a de Serpa Pinto foram parcialmente alterados e unidos.

Apesar da proposta ser visivelmente de matriz *mulhousiana*, a resolução do pequeno quarteirão que o núcleo forma, a sul, desmonta o sistema quadripartido ajustando-o à dimensão irregular do lote. Esse trabalho de optimização geométrica e rentabilização de áreas determinou uma solução formada por seis *casas em banda*, *costas com costas,* distinta da solução usada no núcleo destacado a norte, claramente tomada de Mulhouse apesar dos fogos terem uma planta quadrangular com sete metros de largura. As variantes introduzidas denotam não só um saber na "arte de bem compartimentar", patente na disposição e articulação dos espaços; mas também um domínio no desenho da forma suficientemente ágil para, por

[515] Os termos "Sistema quadripartido" ou "Habitação quádrupla" serve aqui para definir a agregação de quatro casas por rebatimento consecutivo de um módulo sendo que, cada um dos dois diedros opostos relativamente à planta formam, respectivamente, as paredes de meação (diedro interior) e as fachadas (diedro exterior). Este facto e o jogo das coberturas confere ao conjunto uma unidade que dissipa a leitura da agregação.

exemplo, dar coerência e unidade formal ao conjunto através do uso da matriz modular original como mecanismo de controle entre as parte.[516] Porventura, esta atenção à qualidade arquitectónica do bairro acabou por gerar uma terceira gama de habitações com áreas superiores a cem metros quadrados - facto interdito no contexto do alojamento operário, cujo limite máximo para este padrão de casas se situava nos oitenta metros quadrados.

Émile Muller referia-se à sua *habitação quádrupla* como sendo a solução mais vocacionada para alojar os contramestres e quebrar a monotonia das casas operárias vulgares. Dizia representar uma gama alta de alojamento que, apesar de obrigar a mais ruas, a lotes maiores e exigir um maior controle sobre os inquilinos, corrigia as diferentes ambições e necessidades da hierarquia operária e, simultaneamente, possibilitava uma diversidade tipo-morfológica essencial à qualidade espacial e paisagística do bairro. O pequeno desenho, que representa a totalidade da proposta até à actual Rua de Zambeze, assemelha-se a um pequeno estrato do plano de Mulhouse tentando transpor para a pedreira da Constituição esse microcosmos. O traçado esboçado que define a malha ortogonal estabelece zonas de *casas em banda* e *casas quadripartidas* ordenadas num crescendo até culminar num grupo mais marcante voltado para a Rua Serpa Pinto. A par com o quartel militar, esta parte do bairro construída em 1900 dotou o troço daquela rua com uma escala urbana adequada à sua importância na estrutura viária do Porto da época.

A escala intermédia que é introduzida naquele lugar e as premissas higienistas que fundamentaram aquela arquitectura admite que se faça algum paralelismo com o processo de crescimento de zonas residenciais para a burguesia em outros territórios também periféricos à cidade histórica. Marques da Silva serve-se do *type mulhousien*, não só para acentuar os critérios de higiene ligados à circulação do ar e à exposição solar, mas também como artifício arquitectónico capaz de tecer

[516] A este propósito, veja-se a ilusão criada no alçado voltado para a Rua Serpa Pinto dos dois volumes dos extremos. Apesar das diferenças nítidas em planta com a solução usada na casa quadripartida isolada (matriz que identifica a restante solução a norte), alguns dos seus sinais formais repetem-se pontuando todo o projeto.

possíveis continuidades morfológicas com novos bairros burgueses e adaptado a uma visão mais genérica da cidade oitocentista enquanto *obra de arte*.

Se a leitura das áreas dos compartimentos e dos fogos do bairro pode criar um equívoco quanto à validade da proposta no interior da luta contra a carência de habitação, o recurso ao jardim periférico e o uso de pequenos apontamentos inspirados em arquitecturas vernaculares alimenta uma confusão de outra natureza. Na primeira década do século,[517] ao reproduzir o modelo da casa unifamiliar isolada com jardim como ideal do alojamento operário, Monte Pedral representava já um dos últimos resquícios europeus da narrativa começada em Mulhouse. O princípio da casa-jardim estava já a desvanecer-se cedendo o lugar a soluções de habitação massificadas. Os bairros ajardinados com casas pitorescas que se construíram nesses anos decorrem já de uma dinâmica distinta – o movimento internacional das *garden-cities* – e interpretam os sinais *urbano-fóbicos* de uma classe média em ascensão. Os termos *cidade-jardim* e *casa-jardim* que, insistentemente e discricionariamente, a República e o Estado Novo usarão, em nada se assemelham às fórmulas testadas sobretudo em Inglaterra e na Alemanha pondo em relação o *higienismo*, o *urbanismo* e o *eugenismo*.

Le type de Mulhouse est devenu classique: il convenait de s'arrêter quelque temps sur un effort d'une telle importance. Il nous suffira de mentionner par la suite les imitations qui ont été faites et les modifications qu'a reçues ce système.[518]

O intervalo de tempo entre o arranque da solução de Émile Muller e a interpretação de Marques da Silva representa um processo de deformação com vários sentidos. Uma das dificuldades de interpretação dos processos de conceptualização do novo alojamento operário prende-se com o seu carácter doutrinário. Olhado estritamente na perspectiva da "questão social", um simples desajuste dimensional transforma-se num erro, que se desvanece à luz dos princípios da cultura arquitectónica *Beaux-*

[517] Note-se que a segunda fase do projeto é de 1904 acrescentando-se nessa data doze casas.

[518] Georges Picot – "*Section XI, Habitations Ouvrières*." In, *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris – Rapports du Jury International*. Paris: Impremerie Nationale, 1891, p.199

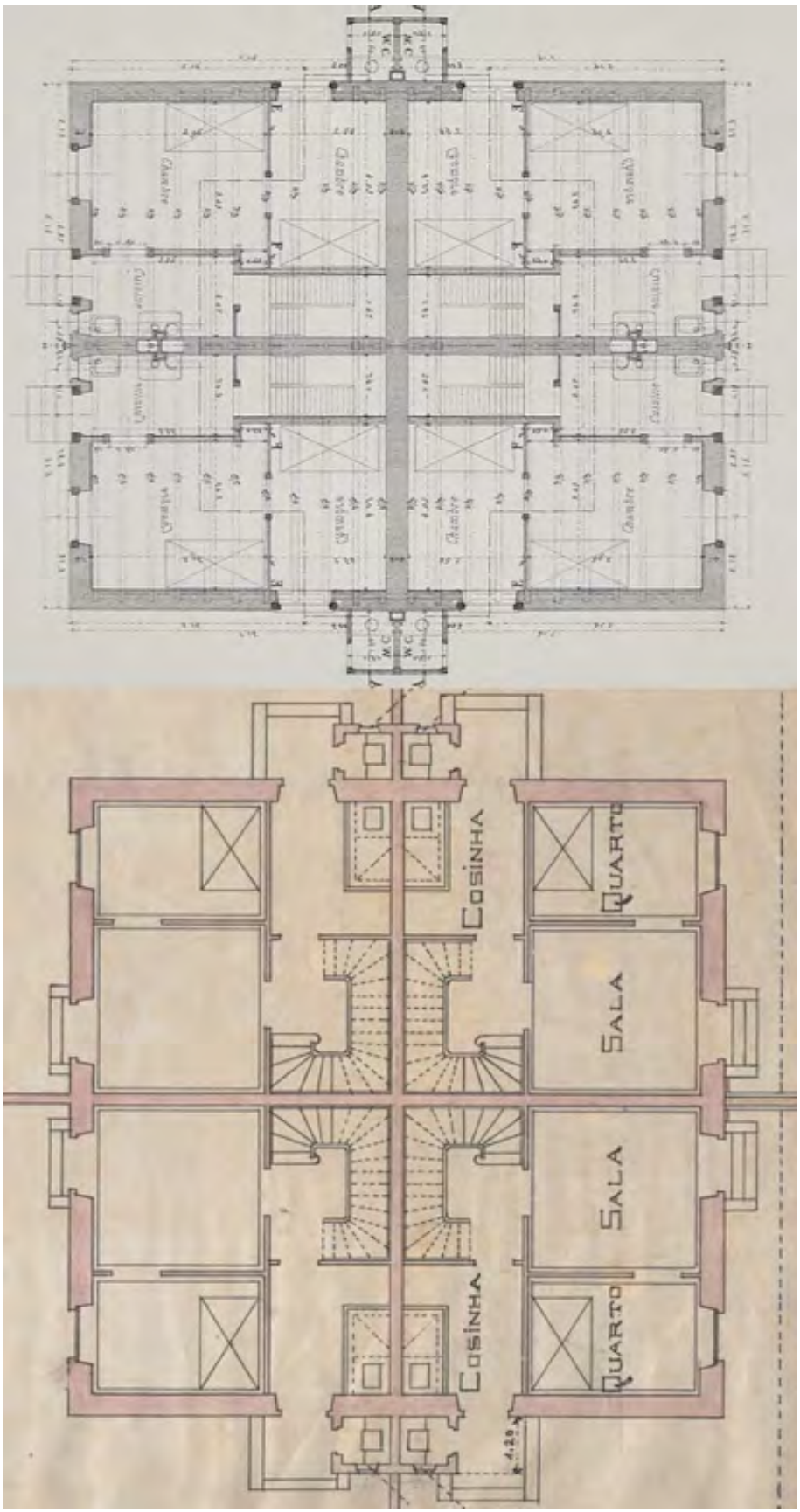


Fig. 64: Plantas à mesma escala do Monte Pedral e o do *Carré Mulhousienne*. [AHMP e AMM]

Arts e do seu entendimento sobre a boa forma da cidade. O problema disciplinar que a habitação simples colocava aos arquitectos que, como Marques da Silva, se regiam pelo *canon* da academia, decorria da imposição de rígidas limitações programáticas e orçamentais ao exercício do *estilo*. Ao invés da formação dada na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts*, essa questão estaria resolvida na formação politécnica como, por exemplo, a oferecida pela *École Spéciale d'Architecture,* onde prevalecia um pragmatismo interdisciplinar vocacionado, sobretudo, para a resolução dos programas utilitários da segunda industrialização. Conjugava-se com essas orientações a questão do estatuto social do arquiteto: as *Beaux-Arts*, secularmente ligado ao poder e à alta burguesia; e o *entrepreneur*-arquitecto-engenheiro, formativamente ligado ao *saint-simonisme* e activamente empenhado no progresso social. Porém, no período em que Marques da Silva frequenta a escola parisiense, Julien Guadet, professor de *Teoria de Arquitectura*, transmite a ideia de um classicismo operante, relativo e processual [519] em relação ao mundo contemporâneo. Conforme é ressalvado por Jean-Pierre Epron:

Cette théorie est mêlée au projet d'école. Elle permet aux élèves de composer par les règles et préceptes qu'elle donne; mais elle appelle à la 'transgression' puisqu'il faut par ces projets d'élèves tester l'efficacité des nouvelles positions pour adapter la pratique à la conjoncture.[520]

Essa vantagem metodológica estará presente na obra portuense de Marques da Silva e coloca em dúvida dois termos estruturadores até agora usados arbitrariamente. A distinção entre *modelo* e *tipo* e o seu valor semântico e sentido disciplinar na concepção, produção e interpretação arquitectónica.

519 FANELLI, Giovanni, GARGIANI, Roberto – *Auguste Perret*. Bruxelles: Editori Laterza, 2002, p. 3

520 EPRON, Jean-Pierre – *L'architecture et la règle*. Paris: Perre Mardaga éditeur, 1981, p. 174



Fig. 65: Bairro O Comércio do Porto das Antas. Eng.º Gaudêncio Pacheco.
[*Boletim do Trabalho Industrial*, nº 66, 1912]



Fig. 66: Bairro O Comércio do Porto das Condominhas. M.O. Fortunato d'Oliveira Motta. Fotografia, 1947.
[*AHMP*]

Parafraseando a conhecida definição de Quatremére de Quincy[521] (1755-1849), dir-se-ia que Marques da Silva toma o *carré mulhousienne* como um *tipo*, ou seja, uma estrutura conceptual susceptível de ser manuseada. A metamorfose operada, que permite criar um novo objecto, reforça o sentido negativo da cópia no pensamento idealista da arte e refuta operações básicas de reprodução aceitáveis nos meios ligados às escolas técnicas. É assim possível associar a questão do *modelo* ao ensino politécnico e a do *tipo* ao ensino académico de *Belas-Artes*.

A racionalidade de processos e formas auferida pela lógica da máquina, da optimização industrial e do conhecimento científico, será fundamentalmente responsável pela estandardização e réplica dos *modelos* escolhidos. Esta visão positivista da imitação a que o *modelo* se presta, provoca a sua reprodução técnica, e fixa protótipos [522] de casas baratas. A *arquitectura menor* dessas habitações permitiu a democratização da casa saudável para o maior número. Entre nós, usaram-na sobretudo os mestres de obras e os condutores de obras públicas. O que distingue Monte Pedral das operações posteriores do jornal O Comércio do Porto na zona das Condominhas (Lordelo) e no Monte Aventino (Bonfim), foi o facto de nesses bairros se ter empregue, rigorosamente, soluções testadas em todas as suas dimensões.

António Cardoso referiu-se ao bairro de Marques da Silva "mais como paradigma do desejo do que o sinal de reiteradas iniciativas do poder central e municipal que tardarão". [523] Isso aplicar-se-á a toda a empresa edificatória dirigida por Bento Carqueja.

---

[521] É referido à frase retirada do seu *Dictionnaire Historique d'Architecture*: "A palavra Tipo não representa tanto a imagem de uma coisa que se tem de copiar ou imitar perfeitamente, mas antes a ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo. [...] O Modelo, entendido segundo o exercício prático da arte é um objeto que se deve repetir tal qual é. Pelo contrário, o Tipo é um objeto segundo o qual se pode conceber obras que não se assemelham nada entre si. Tudo é preciso e está fixo no Modelo, tudo é mais ou menos vago no Tipo". Tradução do autor a partir de, QUATREMÈRE DE QUINCY, A.C. – *Dictionnaire historique d'architecture*. Paris : Librairie d'Adrien Le Clère et C.ie, 1832, tome II, p.629.

[522] TERRANOVA, Antonino, CELLINI – *"Nota-Ficha sobre 'tipo' e 'modelo'"*. In, QUARONI, Ludovico – *Proyectar un edificio. - Ocho lecciones de arquitectura.* Madrid: Xarait Ediciones, 1987, p. 87

[523] CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: Faup Publicações, 1997, p.119.

4.3.3. Bairros de promoção pública

A habitação no plano de melhoramentos: colónias operárias municipais

Até 1913 não se reconhece na política camarária portuense qualquer posição consistente sobre a construção qualificada de habitação operária. Apesar de se estar perante um tempo dominado pelos problemas associados à higiene urbana, o agendamento da resolução do alojamento insalubre parece ter sido esquecido face à importância que o abastecimento de água, o saneamento ou o sistema de limpeza adquirem no seio das transformações discutidas. No *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto,* proposto em 1881 pelo presidente José Augusto Correia de Barros (1835-1908), [524] que se constituirá como o principal instrumento de gestão estratégica das obras municipais até à primeira década de Novecentos, não obstante a longa lista orçamental para financiamento de novos arruamentos, melhoramento dos mercados e aformoseamento dos espaços da zona central, o texto justificativo introdutório é fortemente dominado por preocupações sanitaristas. Conforme se afirma:

> De entre os assuntos, que a lei comete às municipalidades, aquele, que por ventura está mais instantemente reclamando a vossa esclarecida atenção, e com relação ao qual se pode com verdade afirmar que está tudo por fazer, é o que diz respeito às condições sanitárias da cidade.[525]

Face a esses desafios, somente as recentes negociações com a Compagnie générale des eaux pour l'étranger (Paris) auguravam na prática um bom desfecho para a questão do fornecimento e distribuição de água que permitiria a utilização máxima diária de 100 litros contra os anteriores escassos 4 litros. Por sua vez, ao contrário do

[524] Para um estudo mais preciso da evolução dos Planos de Melhoramentos pensados na época consultar TAVARES, Rui – *"Da Avenida da Cidade ao Plano para a Zona Central. A Intervenção de Barry Parker no Porto"*. In, *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª Série, Vol. 3/4, 1985/86, p. 270-272.

[525] BARROS, José Augusto Correia – *Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto. Apresentado à Câmara em sessão extraordinária de 26 de Setembro de 1881*. Porto: Tipografia António José da Silva Teixeira, p. 6.

cometimento da água, cujas obras estarão concluídas em 1886, a fixação de uma solução para o saneamento será adiada até aos primeiros anos de 1900, [526] discutindo-se por mais de uma década qual o modelo a seguir.

Em finais de 1897 foi apresentado à Câmara Municipal do Porto o relatório "Saneamento do Porto" onde constam as conclusões da Comissão de Saneamento nomeada nesse mesmo ano para dar parecer sobre a proposta da firma inglesa Hughes & Lancaster (Londres). [527] O magro orçamento da câmara obrigou-a a diligenciar junto do Governo mecanismos de financiamento. Nas *Vereações* de Agosto de 1899 deliberou-se informar o Governador Civil sobre o empenho do município em melhorar as condições higiénicas da cidade ainda que as verbas para tal fim fossem escassas. Várias acções estavam a ser traçadas: aumento de taxas sobre vinho e derivados, a canalizar para a obra de saneamento; direccionamento de fundos do melhoramento da Estrada da Circunvalação para o serviço de higiene e assistência pública. Complementarmente, no desfecho do século, também se encetaram negociações com a Compagnie Nouvelle des Châlets de Commodité pour la France et l'Etranger para o fornecimento de urinóis metálicos que, juntamente com a rede de lavadouros, fontanários e balneários, haveriam de dotar a cidade de pequenos equipamentos públicos de higiene imprescindíveis à vida urbana moderna. Os próprios serviços técnicos ficaram responsáveis pelos projectos

---

[526] As obras de saneamento da cidade serão alvo de discussão parlamentar para inserção no orçamento do Estado sendo que, em 1903, os serviços da câmara elaboram o plano para pedido de empréstimo. Nesse mesmo ano a obra é adjudicada à firma Hughes & Lancaster ficando concluída a fase relativa ao centro da cidade, em 1907.

[527] Entre outras questões, o texto relatado por Ricardo Jorge coloca em confronto os dois sistemas de esgotos mais utilizados noutras cidades europeias, os denominados "separate system" e "combined system". O primeiro entende uma rede exclusiva para a evacuação de águas residuais domésticas ou industriais; no sistema combinado na mesma rede admite-se também as águas pluviais. A escolha causou importantes debates internacionais nas principais cidades no quadro das reformas urbanas da segunda metade do século XIX. O projeto proposto pela casa inglesa para o Porto baseava-se num sistema de separação das redes, o qual é também defendido pela comissão "na corrente mais moderna e esclarecida", contra "o typo classico do *sewerage*, da drenagem integral e completa, a que os franceses cunharam a conhecida etiqueta: *tout-à-l'égout*". In, *Saneamento do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1897.

Note-se também que, já em 1888, havia apresentado um relatório à Comissão Municipal de Saneamento contendo uma análise pormenorizada da situação portuense no contexto do movimento higienista internacional. Cruzando a dimensão técnica e social do problema, propunha-se a abertura de um inquérito exaustivo sobre o estado sanitário da urbe, o qual deveria suportar a tomada de decisão sobre as melhores soluções e a sua aplicabilidade ao Porto. In, JORGE, Ricardo– *Saneamento do Porto.* Porto: Typographia de António José da Silva Teixeira, 1888

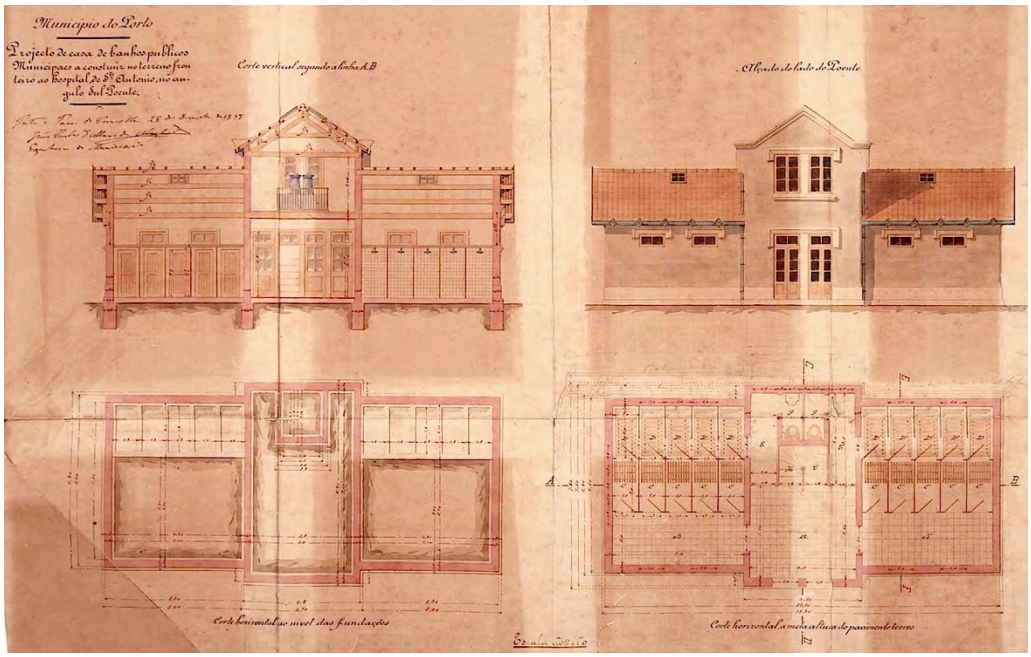


Fig. 67: *Projecto de casa de banhos públicos*. Eng.º João Carlos d'Almeida Machado, 1899. [AHMP]

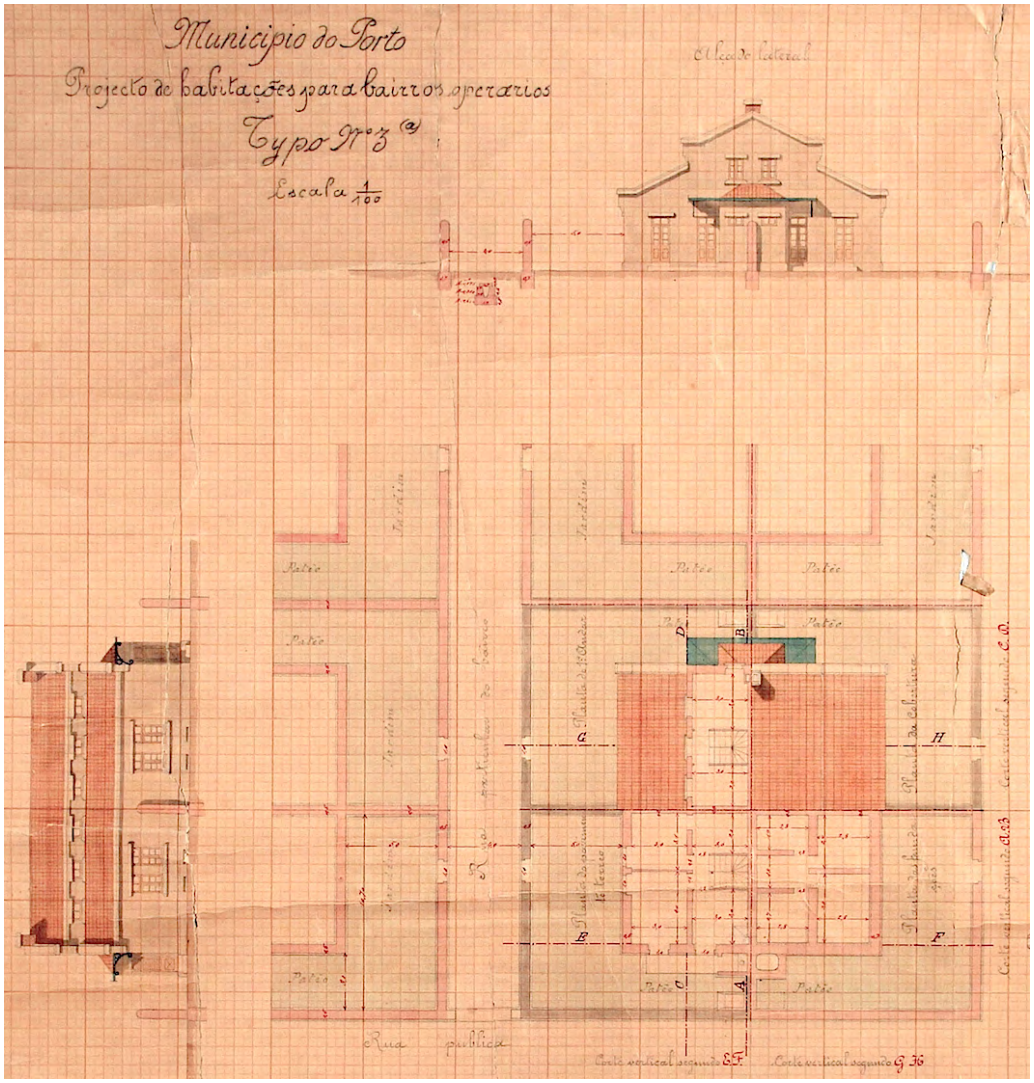


Fig. 68: Projecto de habitações para bairros operários. Tipo nº 3A. [AHMP]

de algumas dessas edículas que *miniaturizavam* a arquitectura utilitarista Oitocentista dos grandes equipamentos oitocentistas. Um desses trabalhos, assinado em 1899 pelo prestigiado engenheiro municipal João Carlos d'Almeida Machado (1841-1913),[528] destinava-se à construção de banhos públicos junto ao Hospital de S. António. A técnica da aguarelada sobre lápis, a minúcia no detalhe construtivo em todas as suas frentes, a ilustração realista dos acabamentos, o posicionamento da cotagem e a caligrafia criteriosa e arredondada cunham os desenhos deste pequeno projecto. A representação expressa uma arquitectura com sinais neomedievais franceses.

A demora nesta pequena obra serve para introduzir um outro projecto de desenhos não assinados produzidos para o município em data desconhecida. As similitudes gráficas e arquitectónicas indiciam que se trata de trabalhos do mesmo período e autor ou desenhador. Trata-se de um conjunto inédito de sete desenhos em papel milimétrico de uma mesma série intitulada *"Projecto de habitações para bairros d'operários"*. Os desenhos correspondem a diversos tipos de casas quadripartidas à escala 1/100 a aplicar numa malha ortogonal modelo desenhada à escala 1/200, assim legendada: "Planta geral d'um bairro para qualquer dos 6 typos de casas". A proposta partiu de um *carré mulhousienne* de habitações térreas com jardim e quintal constituídas cada, por dois quartos, sala e cozinha. As variantes introduzidas aumentam o número de camas a partir do acréscimo de águas furtadas ou piso. Na realidade trata-se de três tipos de casas acedidas de nível e das suas três variantes pela introdução de um piso térreo exclusivo para arrecadação. A justificação possível para a criação forçada deste espaço pode ter residido na necessidade de elevar a cota dos espaços habitáveis para não coincidir com a de cheia. O problema invernal e sanitário das populações ribeirinhas preocupava a edilidade e desde 1900 era assiduamente colocado sobre a mesa a hipótese da demolição total do Barredo e Miragaia e a sua reconfiguração.

A importância da datação do projecto torna-se decisiva se a fase da sua criação coincidir com a dos banhos públicos, referido. O grau de precisão pode dar leituras

[528] Este técnico foi autor do projecto para o Asilo Escola da Rua Serpa Pinto, no Porto, ainda existente.

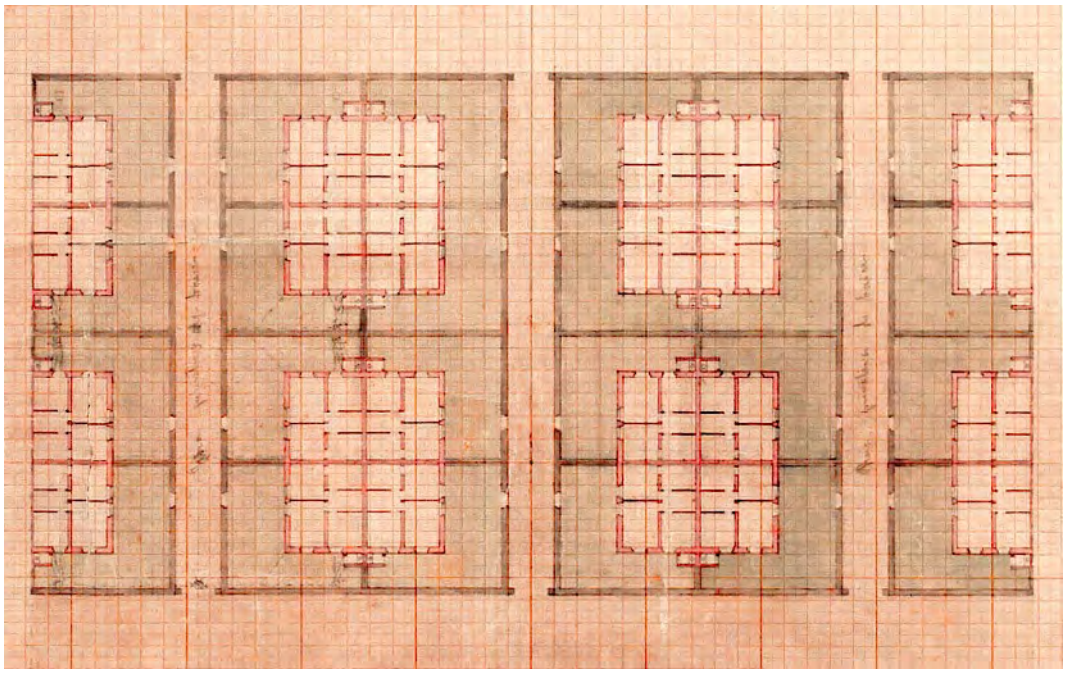


Fig. 69: Planta geral d'um bairro [de] qualquer dos 6 tipos de casas. Sem data e autor. Extracto a partir do desenho original. [AHMP]

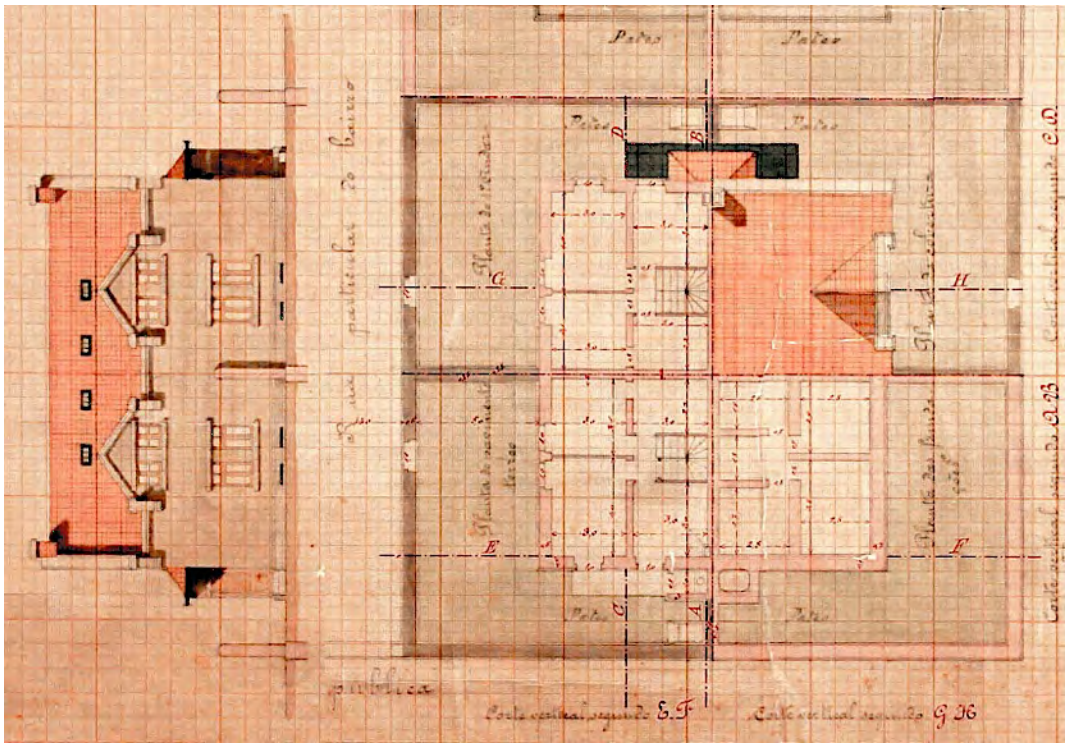


Fig. 70: Projecto de habitações para bairros operários. Tipo nº1. Sem data e autor. Extracto a partir do desenho original. [AHMP]

distintas sobre o interesse da administração local na promoção da habitação operária. Se, por hipótese, a encomenda tivesse sido anterior a 1899, o do jornal O Comércio do Porto para o Monte Pedral e a autoridade de Marques da Silva teria que ser reenquadrada. Por outro lado, partindo do princípio que o autor é o mesmo e da certeza que a norma ortográfica empregue nas legendas mudou em 1911, a proposta seria anterior a essa data, por certo. Nesta segunda conjectura, o projecto identificar-se-ia com os estudos que precederam a construção do primeiro bairro municipal em 1914 e enquadraria algumas propostas indicadas nas Actas das Vereações das quais não se conhecem os desenhos desenvolvidos pela 3ª Repartição de Edifícios e Obras.

Estranhou o ilustre Deputado que no projecto não se fizesse referência especial à acção das câmaras municipais na construção de habitações para as classes pobres. O ilustre Deputado, que me deu a honra de ler o meu livro, sabe bem que eu defendo o colectivismo municipal e que aos municípios assino uma dupla função em matéria de habitações populares: a da salubridade pública e da construção. Em primeiro lugar, porque a iniciativa privada constrói, mas não reforma. À demolição das casas insalubres representa uma necessidade, e a especulação e a filantropia não realizam estas demolições senão muito raramente, porque a preocupação de obter para os capitais remuneração mais vantajosa ou de construir o mais barato possível leva os especuladores e os filantropos a construir exclusivamente nos bairros em que os terrenos são baratos, ou a dar preferência aos bairros ainda não ocupados. [...] E uma razão última e decisiva há a favor da intervenção dos municípios: é de que a iniciativa privada fica muito aquém do fim a cumprir.[529]

Os primeiros trabalhos de saneamento do Porto arrancaram no centro da cidade em 1903, altura em que o tema da insalubridade habitacional começa, indelevelmente, a ser introduzido no debate reformista da cidade. Aquando da sessão camarária para aprovar o orçamento para o ano de 1900, ainda sob influência dos tumultos provocados pelo surto de peste bubónica surgido no verão anterior, o vereador Paula de Azeredo faz notar que entre os melhoramentos que a cidade necessita

[529]Discurso de Caeiro da Matta contra Brito Camacho. In, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Sessão nº 34 de 27 de Julho de 1909.

estão "uma boa canalização de esgotos, expropriação de bairros imundos, abertura de ruas amplas e espaçosas, a remodelação dos serviços de limpeza".[530] Um dos locais mais censurados é o Barredo que se apresenta "tal um cantochão funerário, miserere rouco em que se juntassem as imprecações, os soluços e os gemidos de todas as agonias dos deserdados que se estorcem e rastejam na tenebrosa selva do mundo",[531] foco principal da última epidemia e, também, a face mais visível da cidade para quem chega de sul.

Sucessivamente, insiste-se na extinção desse casario até que, em 1902, chega a ser votada uma proposta de financiamento para a edificação de um novo bairro, incluída num pacote mais amplo de medidas onde figuram, entre outras, a alienação dos terrenos da Cerca das Carmelitas, o prolongamento da Rua de Sá da Bandeira até à Rua de Fernando Tomás e o lançamento do concurso para o projecto de transformação do Mercado do Bolhão.[532] Para a renovação dessa velha zona da cidade, o mesmo vereador Azeredo propõe que se faça a obra a partir de um fundo especial formado por diversas receitas, nomeadamente: o produto da venda dos materiais da demolição; as taxas aplicadas a edifícios que tivessem saliências sobre a via pública; o proveito da aplicação de um novo imposto sobre construções novas ou a alterar, erigidas na cidade (isentando-se unicamente os edifícios públicos e os "bairros operários cuja administração esteja sob fiscalização da Câmara ou do Governo"); enfim, o lucro da venda de terrenos municipais necessários para o alinhamento e regularização de ruas e praças do novo bairro.[533] Sob a autoridade do presidente Manuel de Sousa Avides, a solução será adiada, nomeando-se uma comissão para elaborar parecer, analisando o Barredo por zonas "não só pelo lado da higiene, mas também para se dar uma melhor comunicação com o concelho de Gaia pelo tabuleiro inferior da Ponte de Dom Luís Primeiro".[534]

---

530 Acta de Vereação de 30 de Novembro de 1899.

531 MONTALVÃO, Justino – *"O Porto velho. O Barredo, à noite"*. In, *Serões*, Revista Mensal Ilustrada, nº 9, Março de 1906, p. 193

532 Actas de Vereação de 11 de Julho de 1901 e de 11 de Dezembro de 1902

533 Idem, 11 de Dezembro de 1902

534 Idem, 18 de Dezembro de 1902

Duas calamidades estarão associadas à promoção efectiva de dois bairros operários municipais notáveis na futura política habitacional do município.

O primeiro, acidental e breve, permite perceber a falta de atenção da política municipal em relação às necessidades de alojamento condigno do operariado até à implantação da República. Trata-se da segunda fase do Bairro do Monte Pedral, iniciada em 1904, para completar a operação do jornal O Comércio do Porto. Aproveitando o préstimo de Marques da Silva responsável pelo projecto original – agora arquitecto municipal – e uma verba para construção de habitações operárias pela subscrição promovida pela *Gazeta de Noticias do Pará* "para famílias das vitimas da moléstia reinante no Porto". [535] Se a peste bubónica havia influenciado o momento de construção do primeiro bairro do jornal portuense, a sua mediatização internacional provocará um primeiro fundo de maneio para a promoção municipal de habitação condigna. Depois de sucessivos impasses ligados à ideia que os bairros deveriam ser implantados no centro da cidade e dependentes do arrasamento do Barredo, foi decidida a via mais fácil de ampliar o referido bairro do Monte Pedral com mais 12 casas. Porém, sem resultados, havia-se fomentado em 1903 um concurso público de concepção e construção estabelecendo-se dois prémios aos melhores projectos. Em 1907 informava-se a presidência que "o rendimento dos bairros operários não corresponde às despesas orçadas, que em vez de produzirem receitas, davam deficit".[536]

O segundo, consequente e estruturante nos destinos da periferia urbana, teve a sua origem na trágica cheia do Douro de 1909 que mereceu capa na *Illustração Portugueza*. A revista dedicou a maioria do seu conteúdo editorial ao acontecimento cujo nível invulgar de destruição havia transformado semanas antes "a velha cidade do trabalho [num] lugar de desolação".[537] O grave incidente mereceu, logo a 26 de Dezembro, uma visita inesperada do rei D. Manuel II e de alguns ministros do seu

535 Acta de Vereação, 7 de Dezembro de 1899

536 Idem, 14 de Fevereiro de 1907. A referência a mais de um bairro pode indicar as duas fases do Monte Pedral, pois em 1907 houve passagem administrativa para a câmara da parte do *Comércio do Porto*.

537 *"A cheia do Douro"*. In, *Illustração Portugueza*. Nº203, 10 de Janeiro de 1910, p. 33

governo que, acompanhados por membros da edilidade, avaliaram a escala dos estragos. Em particular, uma fotografia da *Illustração* mostra-nos a comitiva real embrenhada numa das ruas do bairro do Barredo em contacto directo com famílias desalojadas.

A tragédia será tida como momento para a tomada de decisões convergentes: obras na barra do Douro; melhoramentos do Porto de Leixões; o estabelecimento de uma rede urbana ferroviária; a reabilitação da margem direita com incidência na zona do Barredo e Miragaia "considerando quanto importa, não só ao movimento comercial, como ao bem estar das classes trabalhadoras, que se desafogue a parte [...] do rio onde o tráfego é mais intenso, pelo seu alargamento à custa dos insalubres bairros [...], que dão lugar a novos arruamentos com as indispensáveis condições higiénicas" [538]. Para o cumprimento do designado foi estabelecida uma comissão mista para delinear as soluções directamente relacionadas com as obras portuárias e a sua ligação à rede de comboio existente, mas também, para realizar um plano de urbanização para a substituição integral dos bairros insalubres do Barredo e Miragaia. No mesmo despacho ministerial, datado de 7 de Janeiro, propunha-se que o financiamento desses melhoramentos tivesse em atenção o elevado interesse público das operações para que o agravamento do Tesouro ficasse atenuado com a possibilidade de modificações na legislação das expropriações.

A emergência da situação conduziria à implementação imediata de algumas medidas governamentais das quais se destaca a criação de um fundo especial a afectar ao amparo das populações ribeirinhas. Nesse sentido, uma comissão de socorros aos inundados, associada à Junta Administrativa das Obras de Melhoramento da Barra do Douro, foi munida com um orçamento de 20.000$000 réis provenientes directamente do cofre do Estado. Como se observará, essa verba deu alento a uma nova discussão sobre o problema do alojamento operário na cidade e suporte material às primeiras políticas habitacionais do município.

[538] Decreto do Governo nº 16 de 21 de Janeiro de 1910, p. 4 -5

No Diário do Governo de Janeiro de 1910 comunicava-se a deliberação governamental de, "considerando quanto importa, não só ao movimento comercial, como ao bem estar das classes trabalhadoras, que se desafogue a parte da margem direita do rio onde o trafego é mais intenso, pelo seu alargamento à custa dos insalubres bairros do Barredo e Miragaia, que dão lugar a novos arruamentos com as indispensáveis condições higiénicas."[539] Entre outras medidas, imponha-se que fosse indicado um plano geral de arruamentos e de financiamento para tal transformação radical.

Já implantada a República, a Junta Autónoma das Obras da Cidade do Porto, criada sob a autoridade do novo Ministério de Fomento através do decreto de 7 de Fevereiro de 1911, herdará a quantia que a comissão não havia chegado a aplicar. No texto da lei explicita-se que a verba deveria "ser aplicada pela Junta em obras ou serviços que utilizem directamente aos bairros da cidade sujeitos às inundações do rio Douro".[540]

O compromisso do município do Porto em construir bairros para as classes mais desfavorecidas cruza-se com um esforço geral de refundação da cidade assente em propostas determinadas pelo ímpeto republicano da década de 10. Assim, desde a questão da passagem de Leixões a porto comercial com a possibilidade de anexação de Matosinhos, resolvida em 1913, até à proposta de Barry Parker para a "avenida da cidade", concretizada em 1916, o tema dos "bairros operários" foi sendo inscrito, com intensidades diversas, no programa de melhoramentos urbanos pensado pela edilidade.

Numa primeira fase, essa intenção coincidia com a necessidade de demolição dos núcleos populosos do centro histórico, nomeadamente, formados pelas zonas do Barredo e da Sé, servindo a construção de casas baratas para realojar nas suas proximidades as respectivas populações. Ainda em 1913, é apresentado o "Projecto e orçamento de novas avenidas" elaborado pela 3ª Repartição Técnica para

539 Diário do Governo, nº 16, 7 de Janeiro de 1910

540 Decreto-lei de 7 de Fevereiro. In, Diário do Governo de 8 de Fevereiro de 1911, p. 464

urbanizar a zona entre a Estação de S. Bento e a Ponte D. Luís. O seu autor, o engenheiro Gaudêncio Pacheco, referiu-se à solução como decorrente de um profundo estudo sobre a circulação na cidade integrando-a num conjunto de melhoramentos para a renovação do Porto. O ponto central do projecto seria o morro da Sé, pela urgência sanitária da demolição e pelo seu valor potencial paisagístico, voltado ao "perfil gracioso da ponte e a silhueta da velha catedral".

O projecto que vos apresento parece realmente realizar essa obra de beleza, de higiene e de expansão à actividade crescente da nossa terra. E independentemente da correlação indispensável com outras artérias, que estabeleçam comunicações fáceis com centros importantes da actividade comercial, há que prepararmo-nos ainda para a construção de casas baratas, que são por assim dizer obras complementares dos trabalhos projectados. [...] Porque para início se marcou já espaço onde deve erguer-se o primeiro bairro operário, onde os proletários, bem no centro da cidade, possam colher irmãmente com o resto da população os benefícios e bem estar material e moral da civilização. Obra de assistência e de educação. Claramente que não podia haver a pretensão de efectivar o projecto até ao termo da nossa gerência. [541]

Gaudêncio participou no importante *Premier Congrès International et Exposition Comparée des Villes,* no âmbito da Exposição Internacional de Gand (Bélgica) em 1913. Por certo, aí ouviu Raymond Unwin apresentar *The Town Extension Plan* e de Augustin Rey a *La Ville salubre de l'Avenir*. A sua viagem e conhecimento da realidade das grandes cidades foi citada a favor da qualidade das soluções apresentadas. A fixação do centro histórico como ponto nevrálgico da intervenção é oposta à transformação da cidade pelo seu crescimento ao longo de grandes avenidas centrífugas. Mantinha a média escala da cidade e a valorização do seu poder comercial "em lugar de utilizar na abertura de largas artérias que fossem, por assim dizer, levar a vida e o movimento a uma nova cidade que deve erguer-se à orla mar."[542] Depois da renovação do centro através do "rasgão , talhado no velado sombrio da velha cidade", seria definido o plano de vias modernas arborizadas para servir "essa bela região do sol e de atmosfera clara, [esse] belo rincão de entre

[541] Acta da Comissão Administrativa, 27 de Outubro de 1913
[542] Idem

Matosinhos-Foz, pelos campos de Lordelo". Na sequência do debate sobre as novas avenidas, o presidente Adriano Augusto Pimenta lembrava que os bairros operários estavam incluídos no plano central como era "tendência moderna" e seriam custeados através do fundo de 1911 da Junta Autónoma.

No confronto diário com a calamidade das *ilhas*, a partir de 1913, a vereação inscreveu no orçamento camarário uma quantia destinada à construção de novos bairros alimentada anualmente por 50% dos saldos nas diversas verbas orçamentais existentes. No ano seguinte a minoria socialista propõe a aquisição de terrenos nos locais mais salubres como medida urgente para edificar casas económicas para alojar entre 3.000 a 5.000 famílias. Simultaneamente, em Lisboa, solicita-se ao Ministro do Fomento a publicação de legislação que habilitasse as câmaras municipais a construir casas.

A sucessão de presidentes na Comissão Administrativa da Câmara do Porto,[543] será pouco propícia à sedimentação, continuidade e implementação das políticas urbanísticas. Em 1914 continua-se a discutir o Barredo e que fazer da sua população. A fiscalização às *ilhas* intensifica-se pressionando o Delegado de Saúde a intimar quem não cumprir com as condições higiénicas mínimas; pede-se celeridade à 3ª Repartição para "estudar a forma prática e mais rápida possível, de demolir o Bairro do Barredo, transformando-o num bairro higiénico, perfeitamente moderno".[544] Na sequência, entende-se associar a esse novo destino a construção de casas baratas para os seus actuais moradores ficando a vereação na expectativa da apresentação, pelo engenheiro Aníbal de Barros, de um projecto de bairros económicos. A este propósito discute-se a designação de "bairro operário" por oposição ao conceito mais acertado de "casas baratas".

O estudo, que mais tarde o departamento técnico apresentou, ressalvava a dificuldade em localizar os bairros pela ingrata topografia da cidade, os obstáculos

[543] Entre 1900 e 1920 contam-se 22 presidências de figuras distintas - raramente o mandato durava mais que 1 ano. Caso raro, em 1921, António Joaquim de Sousa Junior mantém-se no cargo por 3 anos. Igualmente, entre 1926 e 1930, a administração militar é desempenhada por Raul Andrade Peres e Augusto de Sousa Rosa que lhe sucede até 1933. Depois, até 1936, foi presidente José Alfredo Mendes de Magalhães e, até 1942, António Mendes Correia.

[544] Acta da Comissão Administrativa, 8 de Janeiro de 1914

de aceder à água, por causa do contrato com a Companhia das Águas, e ainda o problema da electricidade cuja rede estaria por essa altura a ser instalada. No entanto, as construções a desenvolver deviam seguir as seguintes condições:

Primeira - A todos os preceitos impostos pelo RSEU [...] Terceira - Os tipos propostos devem referir-se não só ao sistema de casas isoladas, mas ainda ao de agrupamentos, não podendo, neste caso, cada grupo ter mais de quatro casas. Quarta - Nos tipos a estudar pode estabelecer-se um ou dois pavimentos, completamente independentes. Quinta - O material a empregar deverá ser de preferência nacional, reduzindo-se ao mínimo as cantarias, que deverão ser substituídas, tanto quanto possível por argamassa de cimento. Sexta – Em qualquer dos tipos deve haver, pelo menos quatro compartimentos independentes e com iluminação directa.[545]

Os tipos que Aníbal de Barros se propunha desenvolver num prazo de um mês dividiam-se da seguinte forma: agrupamentos de quatro casas; agrupamento de quatro casas com um ou dois pavimentos formando quatro ou oito habitações independentes; tipo de casa isolada com um ou dois pavimentos formando uma ou duas habitações independentes. Este conjunto de soluções permitia encontrar seis patamares de rendas. Não se conhecem os desenhos desenvolvidos segundo estas premissas; por certo, eles estarão na origem da primeira construção municipal dedicada à habitação operária em terrenos expropriados em 1915, no lugar da Arrábida, denominado Bairro Operário de Entre Campos, depois, Colónia Operária Viterbo Campos.

Para esta nova fase da promoção municipal recaíram as verbas inscritas no orçamento e a esquecida quantia relativa à cheia de 1909 que, pela reorganização da Junta Autónoma das Instalações Marítimas, agora com tutela exclusivamente marítima, passará para o cofre do município. Sabendo-se que, antes da alteração do seu estatuto, a "Junta iniciou trabalhos para a construção [de um] bairro. Procurou terrenos e, se não se está em erro, escolheu um na Rua Dom Pedro Quinto e outro na Arrábida."[546] Para algumas vozes, a posse desse dinheiro obrigava à construção

[545] Idem, 16 de Janeiro de 1914

[546] Idem, 17 de Janeiro de 1914

imediata de um "bairro ribeirinho" que deveria inaugurar a tão esperada operação de construção em larga escala de habitações económicas municipais. Esse bairro serviria como motor à constituição de outros, também junto à margem do Douro, cuja gestão devia promover a aquisição das casas pelos arrendatários ao fim de um determinado tempo aplicando-se, de seguida, esse rendimento na construção de outros.

O problema dos novos bairros era colocado a par com a construção do Mercado do Bolhão e do Novo Matadouro. Pela vontade do vereador das Obras Municipais, Elísio de Mello, avançava-se com o plano da Avenida Camilo para ligar o centro à zona oriental e proponha-se a continuação da Avenida Cinco de Outubro até à Senhora da Hora, para norte. As obras careciam de um plano de enquadramento que tardaria, embora, naquele momento, se colocasse a hipótese da abertura de um concurso de ideias "com prémios valiosos, a que pudessem concorrer mesmo técnicos estrangeiros".[547] O seu caderno de encargos seria ainda lançado em 1914 tendo como objectivo trazer à cidade um *Plano de Melhoramentos e Ampliação da Cidade do Porto,* em conformidade com "os princípios da moderna arte de construção de cidades, tendo-se em vista as circunstâncias locais",[548] centrado no desenho do seu centro comercial e na sua ligação à nova zona portuária de Leixões.

A proposta vencedora seria achada pelo mérito "sob o quíntuplo ponto de vista higiénico, técnico, artístico e social" por um júri que integraria "um profissional estrangeiro de nome consagrado nesta arte".[549] Esta última informação indicia um primeiro momento do contacto com o arquitecto britânico Richard Barry Parker, provavelmente aproveitando as relações estreitas entre Porto e Londres por causa do negócio do vinho. A acção do urbanista das *garden-cities* para o desenho da Avenida da Cidade será formalizada nos anos seguintes com, primeiro, Parker a visitar a cidade, no Verão de 1915, e a elaborar um relatório que o Município

547 Idem, 14 de Novembro de 1914

548 Idem, 31 de Dezembro de 1914

549 Ibidem

publicaria em Setembro sob o título *"Memórias sobre a projectada Avenida da Cidade (Da Praça da Liberdade ao Largo da Trindade) pelo engenheiro Barry Parker*". A proposta, centrada na dotação de um centro cívico monumental na sua arquitectura e traçado, excluía qualquer menção à solução a dar aos problemas do alojamento das classes pobres. Sob rumores do grande *rasgamento* a implementar, houve quem o achasse descabido preferindo o simples alargamento da Praça do Município para com a poupança se construir novos núcleos de habitação operária. Para a minoria socialista isso devia ser acompanhado da "demolição das *ilhas* onde a raça definha". A prossecução do projecto que uniria as praças da Trindade à da Liberdade, criticado por Marques da Silva e Gaudêncio Pacheco, arredará de vez a possibilidade da habitação operária coabitar com as funções nobres do burgo e fará esquecer o problema sanitário do Barredo, prestes a ser arrasado.

Foi estratégia de financiamento municipal junto do Governo uma insistência sobre a criação de impostos indirectos sobre o consumo de vinho, aguardente, jeropiga e vinagre. A questão foi debatida na assembleia nacional arrastando consigo temas estranhos à simples questão económica do município. Aproveitou-se a ocasião para discutir a classificação do vinho como bem de primeira necessidade imprescindível às classes pobres. Dizia-se que, "segundo a opinião de muitos médicos e higienistas, [o vinho] tem qualidades nutritivas muito apreciáveis, é um tónico, um estimulante que, embora não alimento, na verdadeira acepção da palavra, ilude o organismo até que lhe forneçam o indispensável alimento". [550] A medida tinha contornos infindáveis – agricultura duriense, restauração, produtividade laboral – para além de ser socialmente discriminatória "de maneira que as classes ricas, essas que podem comer queijo [caro], as que bebem vinho finos e espumosos, essas é que deviam pagar mais, e não os pobres". Esta ligeira incursão enológica cruza-se, de maneira determinante, com o destino da baixa portuense na segunda metade da década de 1910. Foram as receitas com essas taxas que suportaram parte importante dos custos das obras de reforma da cidade operadas nesses anos. Esse tipo de

[550] Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 3 de Março de 1916.

rendimento municipal tinha sido autorizado pela primeira vez em 1914. Recurso de fácil e rápida execução, em 1916 insistia-se junto do parlamento para o seu aumento. No seguimento da discussão, acima apontada, o deputado portuense Alfredo de Magalhães justificava a sua aplicação:

Tem-se aberto novas ruas, rectificado praças e largos; procedeu-se à construção de quatro bairros de casas baratas; mandou-se levantar a planta de Matozinhos; elaborou-se o projecto de um novo edifício para a Câmara, fizeram-se expropriações importantes que atingem já uma importância superior a 130.060$00; organizou-se uma escola de artes e oficinas, sem falar já da difusão extraordinária do ensino primário e infantil: fez-se já, enfim, qualquer coisa que nos dá bem a impressão de quanto essa Câmara está animada do propósito de dar ao Porto a soma de melhoramentos a que ele tem direito e que são indispensáveis ao seu progresso e desenvolvimento.[551]

O intuito do aumento das taxas estava definido na declaração do Município. Dar "começo a uma obra de vulto, que seja como que um despertar para uma nova vida de iniciativas [para] dentro dos moldes acanhados da velha cidade dos primeiros anos do *constitucionalismo* [...], um pouco alargada nas ensanchas da *grande aldeia* do princípio do século passado [...], romper uma cidade nova, mais bela e mais salubre". [552] Das respostas aos "obstáculos prementes e crescentes numa velha cidade em que tudo é preciso reformar – desde o aspecto da rua e o arranjo da habitação; à educação e à saúde do habitante",[553] enumeravam-se, entre outras, a assistência escolar e os seu novos edifícios, um novo centro cívico através da abertura de uma grande avenida e novos equipamentos municipais.

Da informação extraída das várias sessões municipais que, em 1914 abordam insistentemente o tema da habitação, sublinha-se o facto que, depois de desenhado o projecto das casas modelo, restava sempre a dificuldade em encontrar os terrenos. Ou seja, a arquitectura do bairro era concebida descontextualizada, tipificada, para ser implementada em massa independentemente do local.

551 Ibidem

552 Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 3 de Fevereiro de 1916

553 Ibidem



Fig. 71: Colónia Operária Viterbo Campos. Foto Guedes, c.1930. [AHMP]

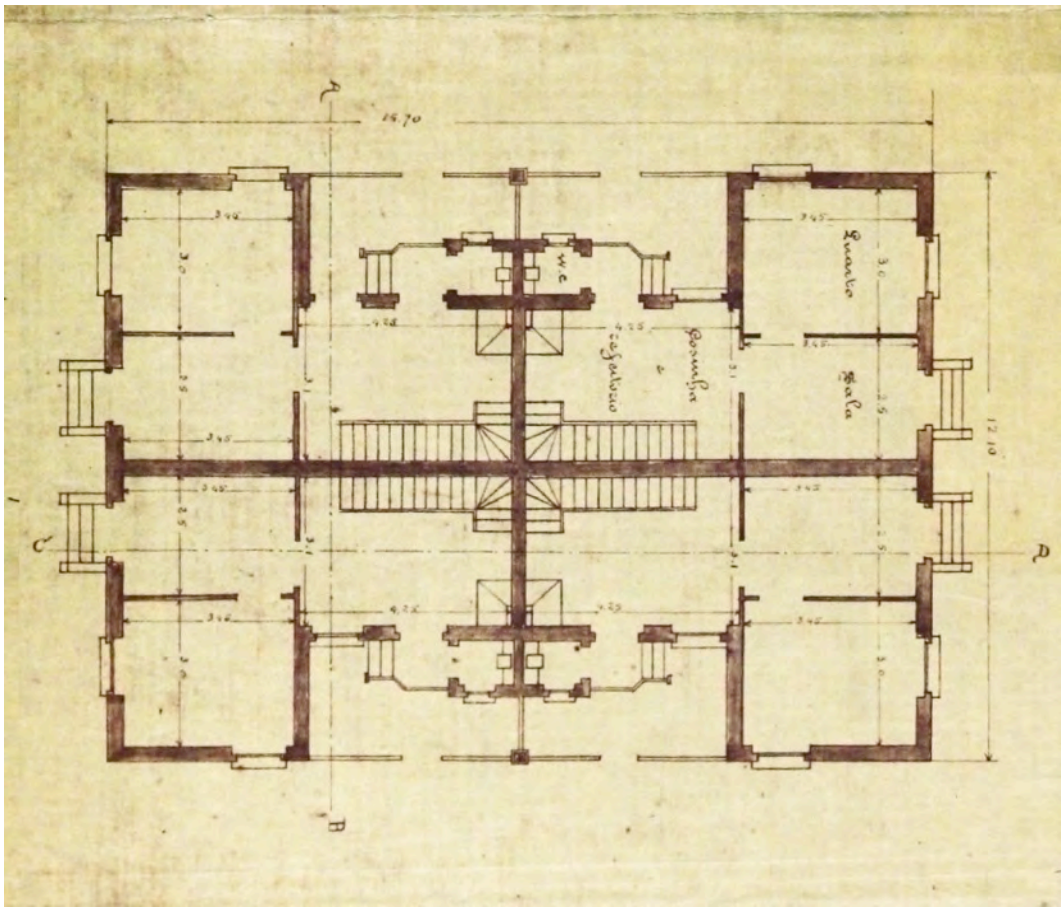


Fig. 72: Unidade de quatro casas. Colónia Operária Viterbo Campos, Arrábida, 1914. Eng.º Aníbal de Barros (assinatura). [AHMP]

Note-se que na legenda dos desenhos do projecto, que corresponde ao Bairro Operário da Arrábida (mais tarde nomeado Colónia Operária Viterbo de Campos), o bairro não foi identificado pelo uso genérico do termo *"Projecto de Bairros Operários"*. No caso particular do Porto, essa estratégia de economia, fundada na repetição da *casa quadripartida,* encontrava na geografia muito acidentada do Porto sérios obstáculos. A exigência de largas faixas de terreno de nível, difíceis de encontrar na bolsa de terrenos camarários e no centro da cidade obrigaria, contra a vontade expressa da maioria das vereações, à deslocação dos conjuntos habitacionais para a periferia. Colocava-se como alternativa proceder à expropriação de terrenos na cidade consolidada sob o pretexto de requalificar propriedades abandonadas cujos muros eram dissonantes no processo de embelezamento do centro, como era o caso dos mosteiros e conventos.

Até 1915, os terrenos escolhidos para o empreendimento das casas baratas variam no tempo, predominando a denominada zona ribeirinha: Massarelos, plataforma de S. João Novo e escarpa dos Guindais. Particularmente, os problemáticos taludes dos Guindais, e as suas constantes derrocadas noticiadas desde o início do século XIX, permaneciam expectantes à intervenção camarária. - Ali, um bairro "não só embeleza mas garante os que habitam ao fundo da escarpa contra uma nova derrocada". Por certo, a memória da última tragédia fez com que nesse local estivesse prestes a concretizar-se aquele que seria o primeiro bairro municipal não fosse, à última da hora, a lucidez da vereação em antever os custos desmesurados na criação de taludes onde se disporiam os edifícios. O facto não invalidou as expropriações feitas em 1914, para esse fim, no contexto do plano da nova avenida da ponte. Dessas hipóteses de implantação, daquele que seria o primeiro bairro, somente a Quinta do Covelo, periférica, se assumia própria para a construção de um conjunto de maiores dimensões.

Para concluir este périplo, ancorado no aceso debate tido no ano da eclosão da



Fig. 73: Sector Poente da *Colónia Operária do Dr. Manuel Laranjeira*. Fotografia Guilherme Barreiros, 1947. [AHMP]

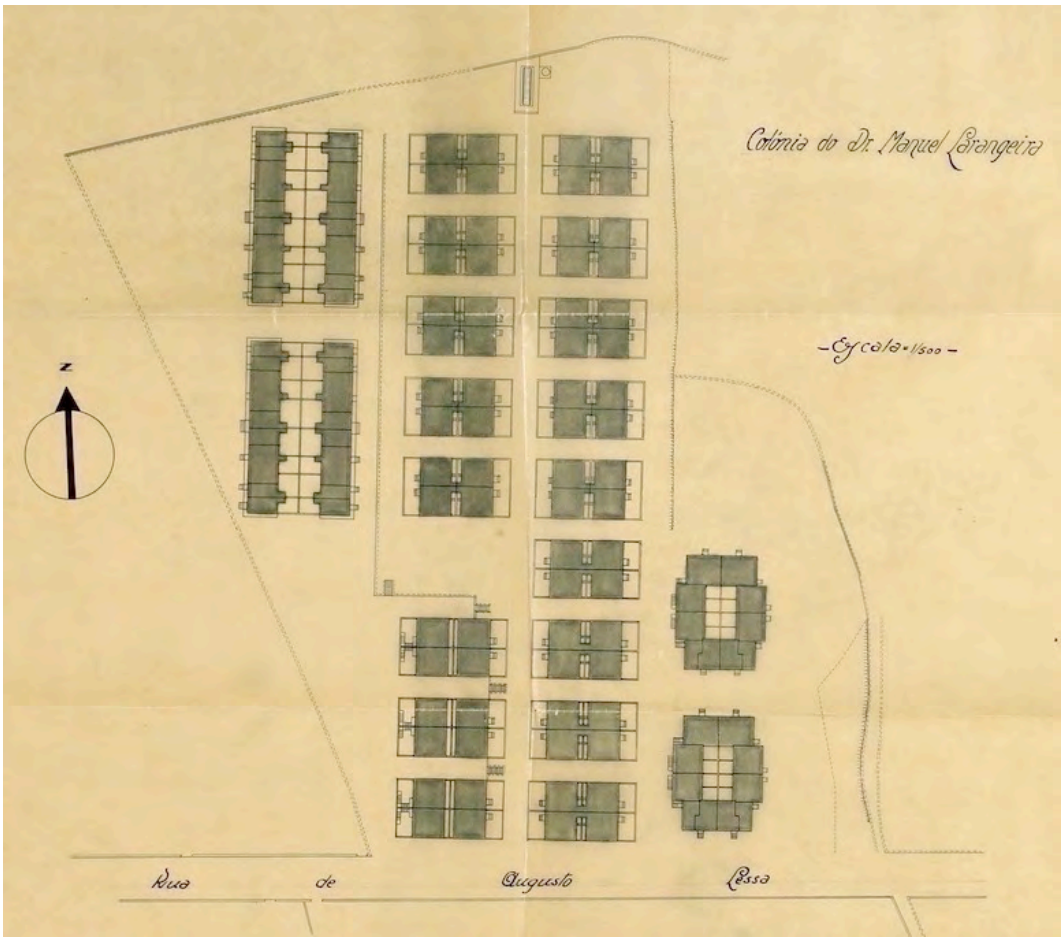


Fig. 74: Colónia Operária do Dr. Manuel Laranjeira. Rua de Augusto Leça, Salgueiros, 1933. [AHMP]

Grande Guerra, deixa-se em aberto o destino da verba que o último monarca dedicou à construção de casas baratas no Porto, aquando da cheia de 1909, referindo que, no ano em que a guerra acaba, há a notícia que a Junta Autónoma entregou na Câmara os vinte contos "destinados à construção de um bairro ribeirinho, bairro na sua maior parte já construído na Arrábida".[554]

Desconhecendo-se o processo e data da Colónia da Foz do Douro [**BHP_149**], entre 1914 e 1917 serão concebidas as Colónias de Antero de Quental [**BHP_11**], Estêvão Vasconcelos [**BHP_12**], Dr. Manuel Laranjeira [**BHP_20**] e Viterbo Campos [**BHP_13**] cujas obras, faseadas, prolongar-se-ão até 1929. Durante este processo ainda se insistirá no regresso à baixa quando, em 1916, se oferece a oportunidade de permuta do Tribunal de S. João Novo, pertença do Estado, pelo Mercado Ferreira Borges para aí se erguer o novo Palácio da Justiça que a Câmara se propunha construir. O laicismo republicano permitia a demolição do antigo convento *agostinho* para na sua plataforma ser erguido um bairro de casas baratas para acudir aos desalojados na operação de arrasamento do Barredo.[555] Também, em 1919, depois de pacificados os trabalhos da Avenida da Cidade, regressa ao debate o problema da avenida da ponte e, com ele, as casas económicas a construir nos Guindais, Fontaínhas e Miragaia para que se pudessem alojar as populações vítimas do programa de demolição desses bairros lúgubres.

Entre o primeiro conjunto da Arrábida, dominado por uma arquitectura estranha à realidade portuguesa com telhados quebrados e beirais pronunciados a lembrar a ruralidade centro-europeia, os intermédios de feição francesa e republicana, e os últimos conjuntos pátio da Colónia Dr. Manuel Laranjeira, chãos, de 1933, não construídos, observa-se uma atenção maior à economia dos meios, investindo mais nas comodidades ligadas ao banho e menos nos elementos compositivos.

O município do Porto, face à situação insustentável das *ilhas* e o desinteresse

554 Acta da Comissão Administrativa de 21 de Março de 1918

555 Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão de 16 de Fevereiro de 1916

generalizado dos construtores privados, concretizou finalmente uma operação ambiciosa alargada a todo o anel periférico da zona consolidada. À imagem dos modelos utilizados nas *cités ouvrières,* alguns já introduzidos na cidade nortenha pela mão de Marques da Silva, em acto isolado a nível nacional, foi criado um parque de habitação público que fixará nas suas proximidades as futuras acções do *Programa das Casas Económicas* do Estado e o modelo de casa. Durante as décadas de 20 e 30 o seu financiamento foi aligeirado pelo novo enquadramento legal que permitia aos municípios a sua construção.

O breve episódio do Bairro Social Sidónio Pais

No contexto da crise do alojamento popular urbano, a República materializará o desfasamento ente utopia e realidade que, desde finais de Oitocentos, marcava o discurso sobre a habitação económica em Portugal. Uma das suas primeiras concretizações ocorreu no Porto.

Ao contrário do que tem sido tomado pelos estudos sobre os bairros republicanos, no Porto foram construídos dois conjuntos afastados cerca de quilómetro e meio. O dado, excluído da historiografia dedicada à cidade, permite uma vez mais medir o grau de desorganização com que o regime republicano lançou nacionalmente os programas de "Casas Económicas" e de "Bairros Sociais". São eles, o desconhecido bairro cuja pedra inaugural se chegou a enterrar na antiga Quinta da Granja, designado "Bairro do Lordelo do Ouro", definido no decreto lançado em 1919 pelo Ministério do trabalho, e o Bairro Social da Arrábida, também denominado "Bairro Sidónio Pais" **[BHP_4]** pela interferência direta do presidente-rei, justificada pela epidemia de tifo que assolava o Porto e enquadrado pelo decreto de 24 de Abril de 1918.

Do primeiro pouco se sabe, a não ser que "a colocação da pedra [fundamental] foi feita no local destinado à edificação da Casa do Povo, a que se refere o Decreto nº 5.379" [556] na Quinta da Granja ou do Ouro. A comissão técnica responsável pelo empreendimento tinha como presidente o engenheiro Manoel de Matos Ferreira Carmo e vogais os arquitetos António Correia da Silva e Leandro de Morais. Em 23 de Setembro de 1919, pela Portaria nº 2.003, atendendo ao facto do empréstimo de 10.000.000$00 concedido pela Caixa Geral de Depósitos permitir a construção de mais um bairro, mandou-se criar um Bairro Social na cidade do Porto. A 11 de Outubro de 1919, pela Direcção das Bolsas Sociais de Trabalho do Ministério do Trabalho, era decretado um conjunto de expropriações a levar a efeito em Lordelo do Ouro para os terrenos entrarem na posse imediata do Conselho de

556 *"Cópia do auto da colocação da pedra fundamental do Bairro Social no 5 – Lordelo – Porto"*. 12 de Outubro de 1919 [AHMP]

Administração da Construção dos Bairros Sociais. A urgência devia-se à escassez de trabalho no Porto "onde se encontravam mais de mil operários em *chômage*"[557] e às "endemias que frequentemente assumem proporções de grande gravidade que, a não serem combatidas [põem] em sério risco a saúde pública, sobretudo a das classes laboriosas, menos defendidas, pelas suas precárias condições de vida, do contágio da doença".[558] Conforme acima referido, o local escolhido era constituído pela Quinta da Granja de Cima, situada entre a freguesia de Lordelo do Ouro e a da Foz e outras propriedades próximas da Rua da Pasteleira, da estrada marginal e da estação de retenção de esgotos de Sobreiras, nomeadamente, terrenos da Companhia das Águas do Porto.

A julgar pelo relato do deputado pelo Porto, Manuel José da Silva, sabe-se que, em 1921, no de "Lordelo estão apenas feitos três barracões e que não há mais do que terraplanagens que só elas por si ficam mais caras do que a construção das casas. O terreno aí é acidentado, foi um erro escolher esse terreno. A melhor solução seria vender este terreno e adquirir o terreno ao lado norte do bairro da Arrábida que se estende até ao campo Alegre, terreno plano e bom". [559] Segundo a mesma testemunha, o Bairro da Arrábida teria sido anterior à autorização legal de Bairros Sociais porque "esse bairro foi mandado construir em 1918, com dinheiro do Estado, pelo Governo de Sidónio Pais. Essas casas haviam sido mandadas construir a pretexto de se acudir às necessidades ocasionadas pelo tifo exantemático. Têm paredes e telhados. Não têm mais nada". [560] O contraditório à crítica sobre a localização do empreendimento veio do próprio Ministro do Trabalho referindo que o terreno foi, juntamente com técnicos, por ele examinados e ficaram "com a certeza de que ele, pela sua extensão e situação perto do mar , é o melhor que se podia ter encontrado para o fim a que se destinou".[561] Pela portaria nº 3.108 de 1922, cinco dos bairros iniciados (Arco do Cego, Alcântara, Ajuda, Covilhã e Lordelo) foram

[557] Decreto nº 6.155. In *Diário do Governo*, 11 de Outubro de 1919, p. 2137

[558] Ibidem

[559] Diário da Câmara dos Deputados. Sessão de 11 de Maio de 1921

[560] Ibidem

[561] Ibidem

suspensos derivado às incomportáveis frentes de obra que representavam, concentrando-se, a partir daí, os esforços no do Arco do Cego. Por sua vez, uma Comissão de Inquérito informou nesse ano que no "Bairro do Ouro, os trabalhos se limitam a alguns arruamentos e escavações, e bem assim que na Covilhã apenas estão feitas terraplanagens, arruamentos e as paredes exteriores de três edifícios".[562] Estes terrenos teriam passado para a posse do município, conforme se chegou a anunciar, dando origem em 1953 ao bairro modernista Rainha D. Leonor e ao Bairro da Pasteleira construído no âmbito do Plano de Melhoramentos dan década de 50.

O Bairro de Sidónio Pais implantou-se contíguo à Colónia Operária Viterbo Campos, mas no seu provável plano inicial o bairro da câmara seria emoldurado pelo da República. Através de um desenho de implantação, deduz-se que na sua origem o bairro persiga um modelo complexo de arruamentos em "borboleta" típico das soluções mais elaboradas das *cidade-jardim*. A proposta para cerca de 600 casas contemplava edifícios públicos que fixavam os dois eixos da composição. Desconhece-se a efectiva relação do Comissariado do Governo no Porto para a construção de casas económicas da Comissão dos Bairros Operários ligada ao programa *dos Bairros Sociais*. É certo que os tipos de casas apresentadas por aquele organismo coincidem com as construídas no pequeno planalto da Arrábida. Dirigia-o o engenheiro Joaquim Gaudêncio Pacheco empossado em 1918, coadjuvado pelos engenheiros Duarte de Sá e Mello e o arquitecto José Teixeira Lopes (1872-1919).[563] Conforme se referiu, aquele engenheiro era um profundo conhecedor das dinâmicas internacionais à volta da casa operária; José Teixeira Lopes tinha formação *Beaux-Arts* e, tal como Adães Bermudes, frequentou o atelier de Blondel e integrava a poderosa Comissão de Estética do Município do Porto que funcionou entre 1913 e 1927.

562 Portaria nº 3.108 de 7 de Março de 1922. In *Diário do Governo*, 1ª série, nº 51, p. 260

563 Carta do Secretaria de Estado do Comércio ao Comissariado do Governo na Cidade do Porto, 22 de Julho de 1918. [AFS]

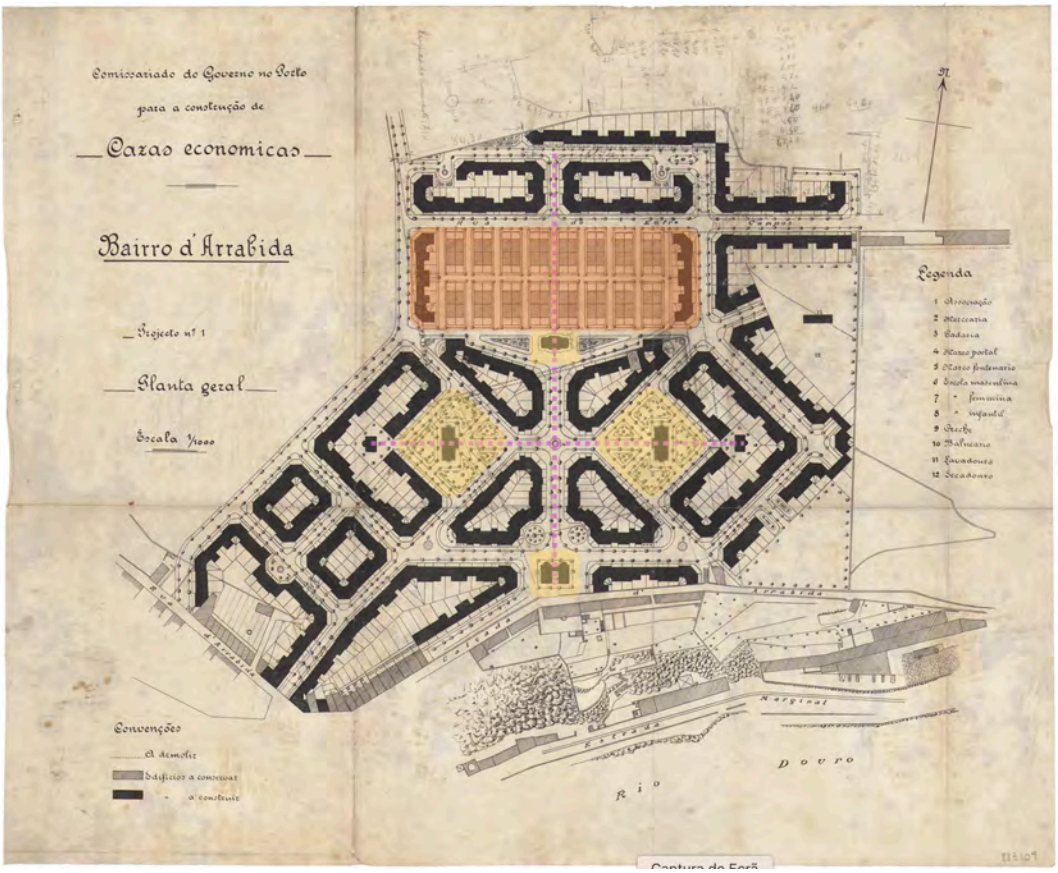


Fig. 75: Plano geral do Bairro Social da Arrábida, c. 1919. Marcação dos equipamentos e Colónia Operária Viterbo de Campos. [AFS]

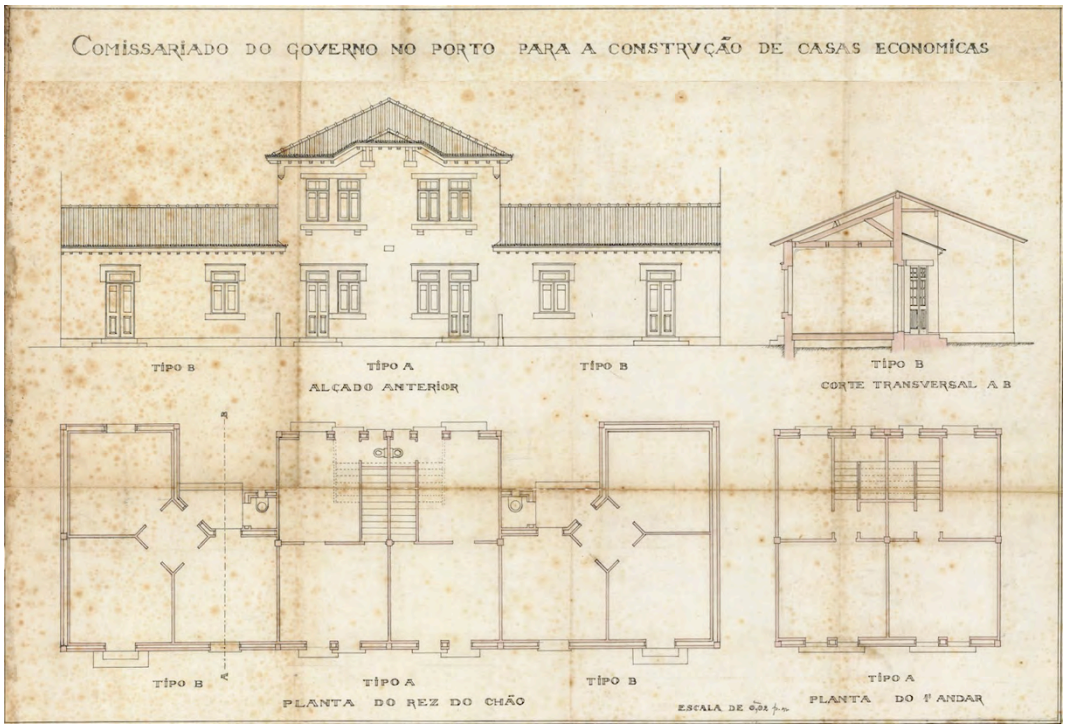


Fig. 76: Bairro Social da Arrábida - Casa Tipo A e B. 1919. [AFS]

No período em que os bairros arrancam, no discurso crítico sobre a arquitectura da casa era já assíduo o problema da "casa portuguesa". A questão vinha sendo discutida na abertura do século, mas coincide com o ano de 1918 a publicação bem-sucedida de Raul Lino, *A nossa casa: Apontamentos sobre o bom-gosto na construção das casas simples*. Também na área da Arquitectura estava em formação um movimento de procura das formas genuínas representativas da nação e na possibilidade de as agregar às exigências sociais e técnicas modernas. Esta passagem era ainda contaminada por um eclectismo *classizante* principalmente amarrado à *Academia* parisiense.

The debate for a national identity forged by romantic intellectuals of the 19th century and, later, by ethno-genealogical researches, which deepened the material and immaterial domains of its representation in popular culture, will be determinant for the nationalist character of the *Primeira República*. But the "role of republican indoctrination and propaganda in the production of the fundamental ingredients of the end of the century Portuguese nationalism" is not only decisive to improve the republicanism position, as it also allows the creation of different national identity discourses in the following decades.[564]

A arquitectura mais monumental do Bairro do Arco do Cego, ou da Ajuda Boa-Hora, em Lisboa, distingue-se das soluções portuenses mais próximas do *modelo culturalista*, para utilizar a conhecida categorização de Choay. Despido de qualquer grau de erudição arquitectónica, nos debates da *Câmara dos Deputados,* alguém chamava a atenção sobre as especificidades da cidade do Porto relativamente à urbanidade de Lisboa sublinhando o carácter pitoresco de feições rurais ainda presente no Norte. Por causa do impacto menor da especulação imobiliária sobre zonas periféricas, durante largo tempo foi possível obter no Porto terrenos baratos sem criar novas estruturas viárias. Isso possibilitou a construção extensiva de bairros, mais adaptativa, mais propícia a investimentos curtos e fragmentados. Isto é particularmente visível na operação que a câmara levou a cabo até 1933. Num

564 RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu, SILVA, Sérgio – *"From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal"*. In, *DoCoMoMo Journal*. Nº 51, Novembro 2014, p. 64

primeiro momento o referencial escolhido foi o das *cités ouvriéres* pelo seu menor grau de dogmatismo.

Apesar de quatro anos decorridos, a arquitectura do Bairro Sidónio Pais distancia-se irreversivelmente da forma bucólica internacional da Colónia Operária Viterbo Campos contigua. Se nesta última domina ainda o viajado "chalet infidèle", de origem incerta, dimensão modesta e declaradamente rústico,[565] na arquitectura do bairro republicano - observando as chaminés, o apoio das floreiras, os beirados ou o entrançado dos balcões - estão já presentes os primeiros sinais de uma construção tradicional vernacular portuguesa cuja diversidade se queria normalizar.

[565] VERNES, Michel – *"Le chalet infidèle ou les dérives d'une architecture vertueuse et de son paysage de rêve"*. In, *Revue d'histoire du XIXe siècle* , nº 36, 2006 , p.123

O Bloco dos Bombeiros Portuenses: modelo precursor do Bloco de Saldanha

Uma das polémicas, que nas primeiras décadas do século XX animava a política edificatória do (re)alojamento operário, opunha a utilização da casa unifamiliar isolada ou agregada e edifícios de habitação colectiva. Para além das opções de carácter ideológico ligado à família e à propriedade estava igualmente em jogo a oposição entre uma ocupação extensiva do território, urbanizando a periferia, e a transformação das zonas centrais por ocupação de parcelas expectantes ou de espaços a libertar por demolição de construções insalubres. Ambos os casos constituem leituras sobre a unidade de habitação mínima com claras divergências quanto ao entendimento da cidade como realidade social e física.

Com a constituição, em 1933, do Estado Novo e a consequente implementação da moradia unifamiliar isolada com quintal, como modelo ideal vertido no Decreto-lei nº 23.052, os blocos tornaram-se solução proscrita e a sua realização sinal de perversão. No compêndio que o Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência elabora sobre os primeiros dez anos da política da habitação económica refere-se que o "nosso feitio repele o *falanstério* e tudo aquilo que atenta contra a reserva e o pudor que são inseparáveis na nossa vida familiar".[566] Contra esta ameaça do poder central a Câmara Municipal concretiza em 1938 uma série de propostas que têm a sua origem em 1933 devido à necessidade de alojar as famílias dos bombeiros municipais.

Segundo Manuel Teixeira, o facto de no Porto o derrube das muralhas medievais ter ocorrido precocemente relativamente a outras cidades congéneres, permitiu que a expansão da cidade tomasse caminhos diferentes.[567] Assim, quando a vaga mais forte de industrialização aconteceu, não havia fortes restrições territoriais ao *sprawl*

[566] Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência – *Dez Anos de política Social 1933-43*. Lisboa: [s.e], 1943, p. 176

[567] A demolição dos muros deveu-se a dois problemas fundamentais: o primeiro, especificamente portuense, foi a grande expansão do comércio durante o século XVIII que induziu à construção nos arrabaldes de novas zonas residenciais; o segundo, a redundância do papel das muralhas no contexto da geoestratégia militar. Cf., TEIXEIRA, Manuel C. – *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 73.

urbano. Por isso, o "Porto nunca experimentou os níveis extremos de sobre população de outras cidades, e a habitação colectiva não se tornou parte das suas formas tradicionais de habitação".[568] Por oposição a outras cidades meridionais europeias, onde só em pleno século XIX essas cinturas defensivas desapareceram, no Porto, a inexistência precoce desses limites terá sido decisiva no desenvolvimento de formas de habitação operária próprias, nomeadamente, a insistência em casas individuais de baixa altura. A opção parte de uma lógica de rentabilização fácil de capitais uma vez que a dissolução da cidade medieval havia criado uma grande disponibilidade de solo edificável e desinflacionado o preço dos terrenos. Conforme refere o mesmo autor, "uma utilização mais extensiva dos solos era compensada pelo menor investimento inicial necessário para a construção deste tipo de habitação".[569]

O tema das muralhas, enquanto colete de forças, não justifica, *per si*, a exclusão do modelo da habitação colectiva. Se é verdade que cidades médias europeias, desde muito cedo, implementaram *casas de andares*, e isso gerou uma cultura construtiva e uma normalidade social essenciais à sedimentação desse tipo de habitação, também se deve acentuar a influência do movimento socialista de Oitocentos a favor desse género de alojamento.

> O espírito, de sempre individualista, do Portuense, deverá ser tido na devida consideração: se a sua casa, com o seu quintal, representam a grande aspiração da maior parte dos chefes de família, deve a municipalidade proporcionar condições favoráveis a tão justo e moral anseio.[570]

Outro dado importante para retardar a escolha desse modelo deveu-se à incapacidade de maior investimento inicial e, também, a maior dificuldade em incorporar uma maior volumetria e maior consumo de superfície em partes da cidade dominadas pela pequena parcela. A bitola da casa estreita teceu a cidade e,

---

568 TEIXEIRA, Manuel C. - *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996, p. 73.

569 Ibidem

570 GARRETT, Antão de Almeida – *Plano Geral de Urbanização da Cidade do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1948, p.20 [policopiado]

de certo modo, tornou-a durante muito tempo impermeável ao grande prédio de rendimento. De tal forma se enraizou o lote estreito e profundo na construção da cidade que a sua prática se tornou orgânica.

[Opta-se] pelo tipo de habitação unifamiliar de frente estreita, mesmo quando os lotes são inexistentes e o cadastro é o de uma quinta pertencente a um único proprietário. Isto é, não podemos fundamentar, neste caso, a permanência de um determinado tipo de edificação a partir de um determinado parcelamento, mas sim nas características, ensinamentos e fundamento de uma tradição de construção especifica. Do mesmo modo, não são suficientes os condicionalismos tecnico-constructivos, nem os materiais disponíveis para justificar opções tipológicas. [...] A burguesia portuense preferia realizar uma pequena casa de cada vez, podendo vendê-la ou alugá-la de imediato, do que investir no "prédio de rendimento" que implicava um maior investimento inicial de capital, uma maior complexidade na gestão e administração do edifício, dos inquilinos e finalmente menos flexibilidade nas decisões de venda ou aluguer. [571]

A promoção privada de habitação para as classes baixas em raras ocasiões utilizou edifícios colectivos com acesso em galeria conhecendo-se, apenas, o denominado Bairro Ignez de 1915 **[BHP_6]**. No caso de acessos verticais partilhados, à parte a novidade do conjunto licenciado em 1911 para a Rua de S. Diniz **[BHP_48]**, somente na segunda metade dos anos de 1930, também em S. Diniz, se localizaram dois edifícios do género, um dos quais para a associação mutualista *A Previdente* **[BHP_101]**. Das razões antes apontadas pode-se acrescentar a falta de enquadramento legal da propriedade horizontal só equacionada nos anos 40.
Pelo contrário, o uso de acesso directo para aceder a fogos justapostos foi solução utilizada com alguma frequência a partir da década de 20.[572] Veja-se, por exemplo, o caso do prédio *"Labor Honor"* **[BHP_145]** construído em 1928 na Rua Egas Moniz por Manuel Afonso Figueiredo, que resultou do apuramento de uma primeira solução não consumada de casas individuais térreas em banda com o objectivo de obter maior rendimento. Ou, em 1931, o da Rua Capitão Pombeiro **[BHP_200],**

571 FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense – As formas da casa na forma da cidade*. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996, p. 149

572 Veja-se, por exemplo, o caso do prédio construido em 1928 na Rua Egas Moniz ,em 1931, na Rua Capitão Pombeiro [BHP_200] referenciável ao mais conhecido

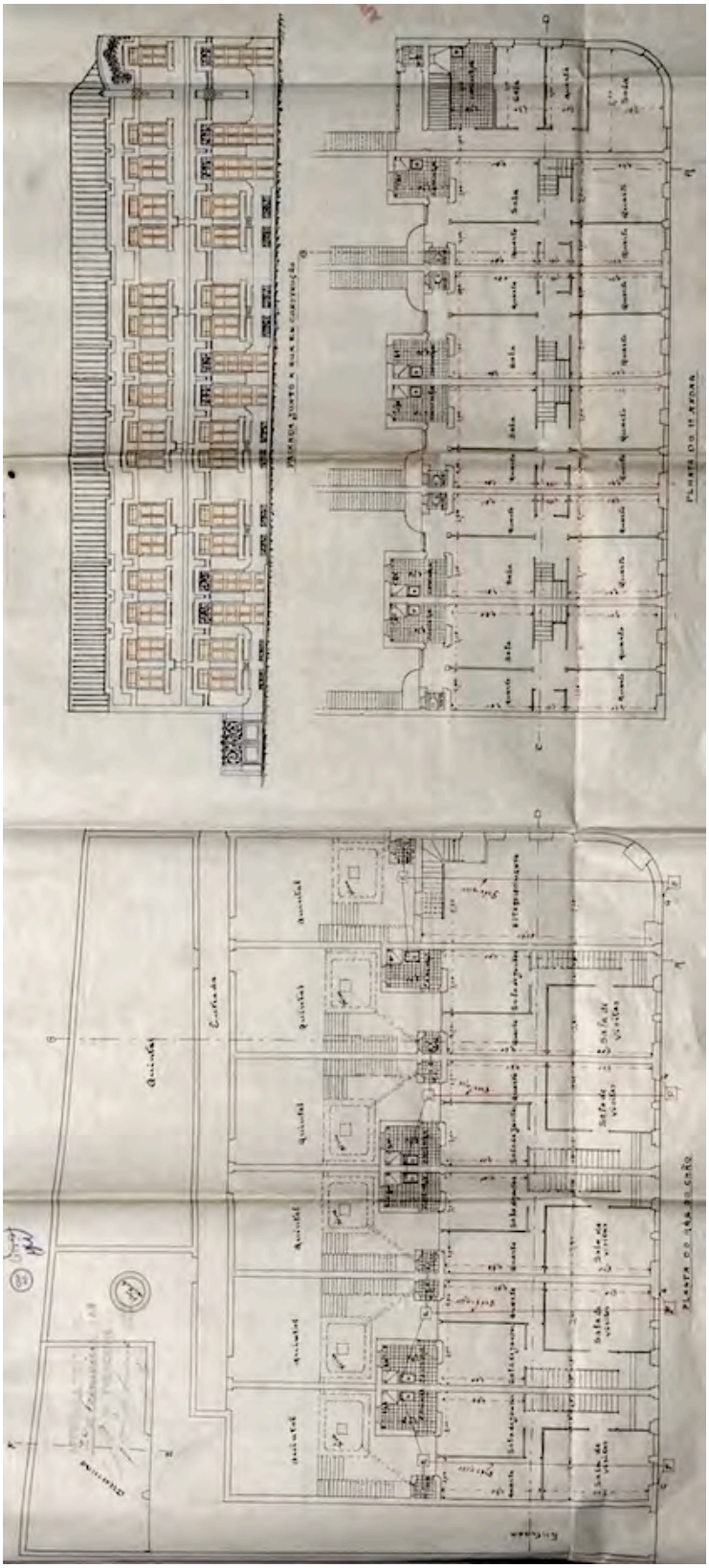


Fig. 77: Bairro *Labor Honor*, Rua Egas Moniz, 1928 [AHMP]

cuja entrada partilhada e desdobramento da escada lembra o notável edifício modernista de 30 fogos projectado pelo arquitecto Januário Godinho, em 1935 [**BHP_56**] junto ao Largo do Cruzinho, atual Rua Marques da Silva.

Para a administração municipal, a utilização de habitação colectiva era, simplesmente, olhada como o meio de alojar o maior número de famílias a custo reduzido. O engenheiro Avelino Joaquim Monteiro de Andrade, no relatório intitulado *"Casas económicas",* editado em 1937, apresentado à "*Comissão encarregue do estudo para a construção de casas destinadas às classes pobres"* referia que "a solução da casa única *lar de família* - óptima – é tão dispendiosa e cara que infelizmente terá de ser posta de lado para se procurar outra, sem dúvida pior, mas em nada comparável aos estado actual das ilhas, da categoria *péssimo*".[573] Nos mesmos termos, outras personalidades, como o engenheiro Antão de Almeida Garrett, manifestavam-se a favor. Os engenheiros e higienistas Azeredo Antas e Manuel Monterroso, que haviam recentemente estudado as condições da habitação operária na cidade, escreveram:

Parece-nos que devem marchar a par as duas soluções: a das casas colectivas para aluguer e a dos bairros-jardins de casas absolutamente independentes, susceptíveis de serem adquiridas pelos inquilinos, a bom preço, em boas condições. [574]

Em Janeiro de 1933, Avelino Monteiro de Andrade, Engenheiro Chefe da 3ª Repartição havia assinado com Guilherme Barreiros um projecto camarário *"Habitações Económicas – Edifício destinado aos bombeiros Municipais"* a localizar no gaveto da Rua do Moreira e da Rua Heróis de Chaves [**BHP_77**]. Na memória descritiva produzida pelos serviços técnicos da Câmara relata-se:

Destina-se este grupo de 36 habitações ao alojamento de alguns bombeiros municipais. O local escolhido pertence desde há muito à Municipalidade que o cede gratuitamente

573 ANDRADE, A. J. Monteiro de – *"Casas Económicas"*. In, *Separata do Boletim de Higiene e sanidade Municipais da Câmara Municipal do Porto.* Porto: Tipografia Leitão, 1937, p. 8

574 ANTAS, Azeredo, MONTERROSO, Manuel – *Fomento da construção de casas higiénicas.- A Salubridade Habitacional no Porto: 1929 - 1933*. Lisboa: DGS/ Inspecção de Saúde do Porto, 1934, p. 31

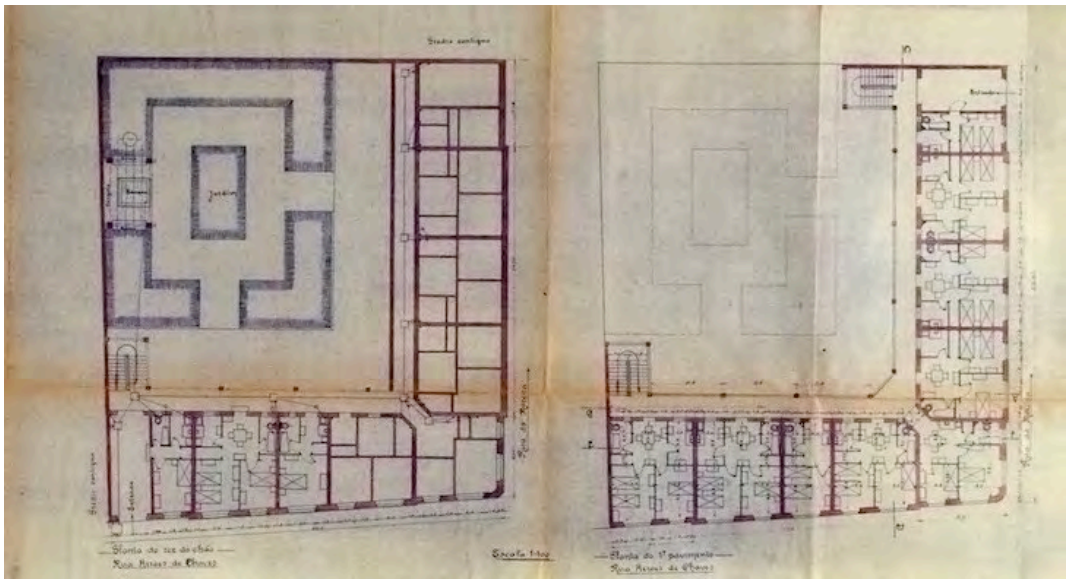


Fig. 78: Bloco de habitações Económicas dos Bombeiros Municipais, Rua do Moreira [BHP_77]. Serviços Municipais, 1933. [AHMP]

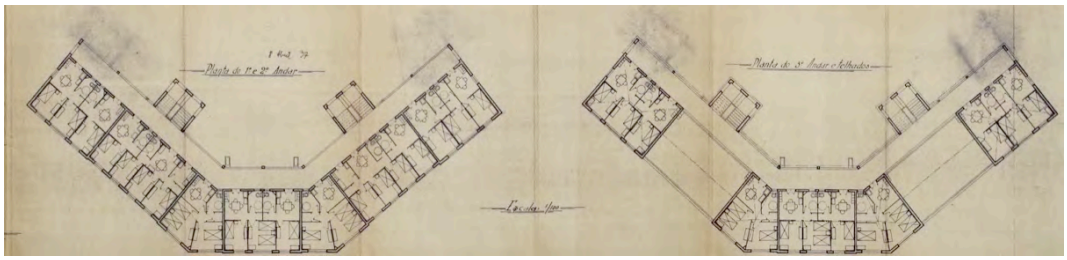


Fig. 79: Bloco de Habitações Económicas, Rua Barão de S. Cosme [BHP_120]. Serviços Municipais, 1937 [AHMP]

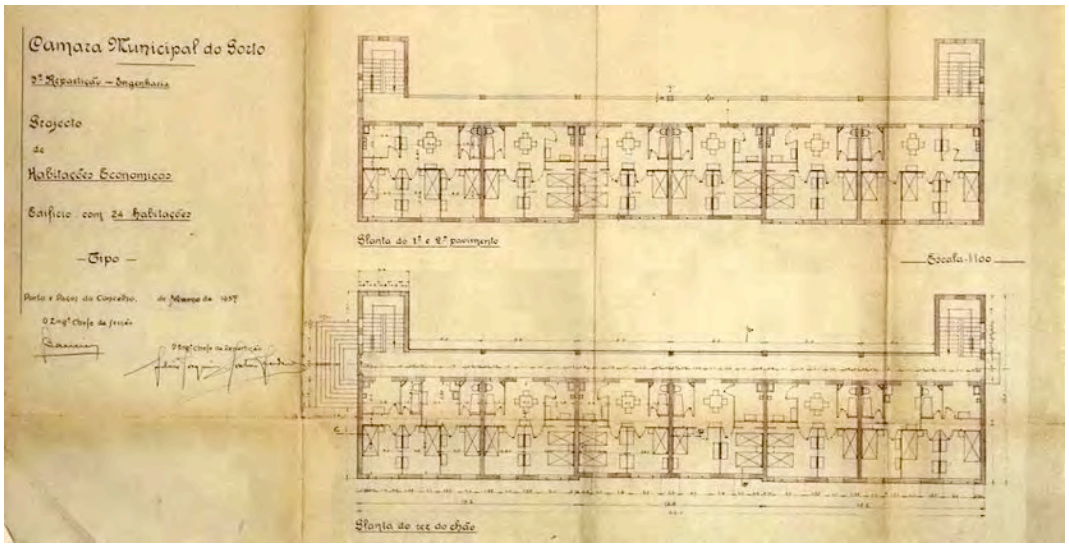


Fig. 80: Bloco de Habitações Económicas. Sem local. Serviços Municipais, 1937 [AHMP]

aos bombeiros para edificarem casas económicas para sua moradia, custeadas pelo fundo da sua Caixa de Socorros.[575]

O local prestava-se à escala e ao uso do edifício. Pela sua boa exposição solar, para uma ventilação e iluminação optimizadas, adoptou-se um sistema de galeria ao redor de um pátio ajardinado.

Com o fim de obter a máxima economia, de acordo com o conforto que, hoje em dia, devem possuir estas habitações, previu-se o sistema de entradas para as diferentes moradias por meio de varandas de cimento armado estabelecidas em cada pavimento ao longo de todo o prédio. Estas varandas comunicam com os diferentes andares por meio de duas amplas escadas, igualmente de cimento armado, situadas nos extremos do edifício, em comunicação directa com as Ruas dos Heróis de Chaves e do Moreira. Evita-se assim por este sistema o dispêndio feito com muitas escadas interiores e principalmente preocupou-nos a sua limpeza e aceio que por esta forma se tornam imensamente mais simples e práticos. (...) As varandas, a sua comunicação pelas duas escadas extremas, permitindo assim servir todas as habitações com o máximo de economia, constituem por assim dizer uma forma nova de construir habitações colectivas, pelo menos, entre nós.[576]

O acesso às galerias era feito por duas caixas de escada que rematavam os topos; os fogos incluíam banho, cozinha, sala e dois quartos com varanda associada. A arquitectura respondia à forma do gaveto quer organizando na bissectriz a entrada no lote ajardinado, quer utilizando cérceas distintas para, no jogo dos volumes, acudir à diferença de cotas mantendo uma marcação simétrica. Os alçados, de amplos envidraçados unidos, através de friso, pelos peitoris, auferiam ao desenho uma horizontalidade original na cidade. É um traçado modernizante internacional com vestígios *Art Decó* provenientes da Bélgica ou França. Num artigo publicado no jornal *O Século*, no seu número do dia 29 de Dezembro de 1932, Monteiro de Andrade dizia que se tem de seguir "os exemplos de Praga, de Viena, Berlim, Hamburgo e aquele tão recente do Gand".

O modelo, que acabou por não se realizar, descerá até S. Victor acabando por se construir na Rua do Duque de Saldanha em 1937. Porém, numa primeira

[575] Guia 5/2003 nº184 [AHMP]

[576] Ibidem

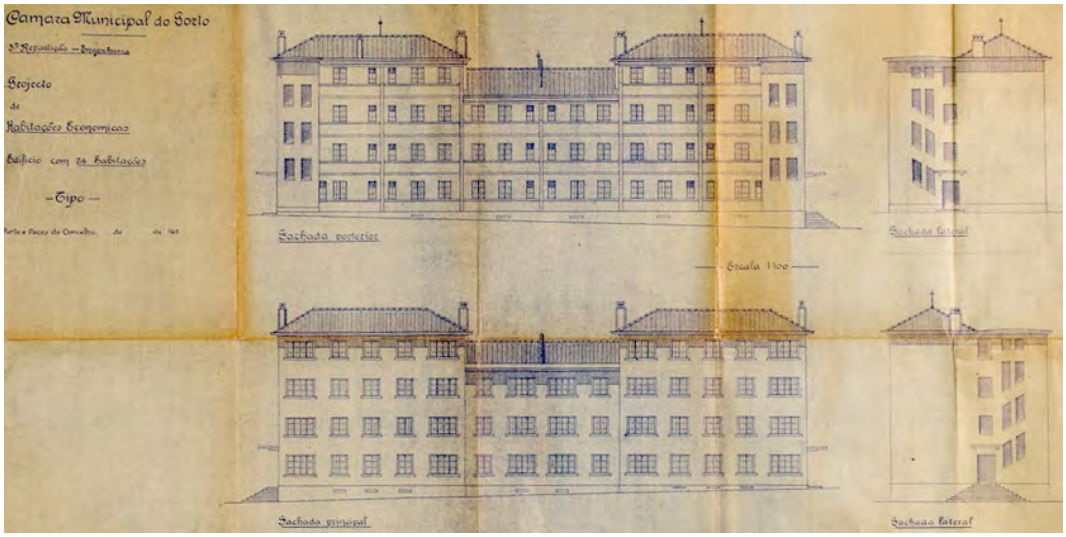


Fig. 81: *Bloco Tipo* com galeria. 3ª Repartição, c. 1936. [AHMP]

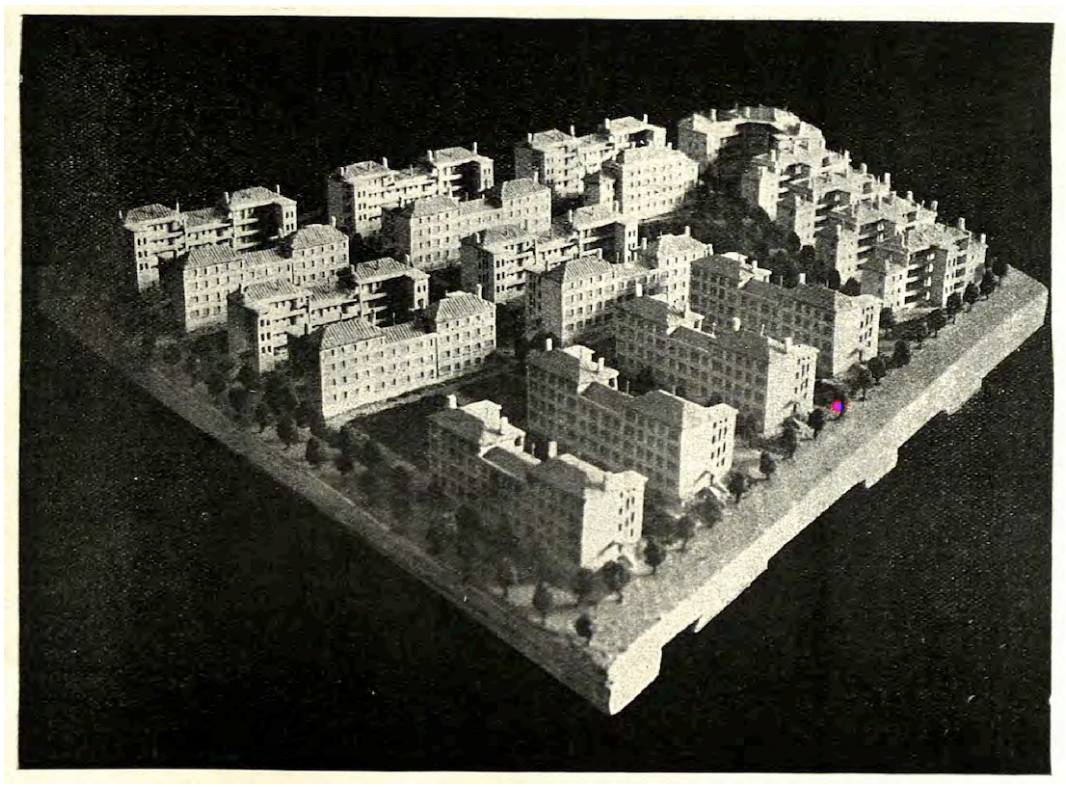


Fig. 82: Blocos de Habitações Económicas, Rua de S. Crispim, c. 1936. [ANDRADE, A. J. Monteiro de – "Casas Económicas". In, *Separata do Boletim de Higiene e sanidade*. Porto: Tipografia Leitão, 1937]

aproximação, chegará a ser colocada a primeira pedra no gaveto da Rua Barão de S. Cosme e Joaquim António Aguiar de uma versão intermédia, sob o título "*Projecto de Habitações Económicas*". A solução de quatro pisos apresenta variações mais complexas na tipologia dos fogos e, quatro anos decorridos, o alçado torna-se mais depurado restando o efeito da horizontal dado agora pelo rebaixo do reboco a unir os vãos. Em ambas as versões, uma platibanda afirma a volumetria monolítica e esconde os telhados.

No relatório acima citado, de Monteiro de Andrade, apresenta-se um estudo levado a cabo por uma comissão nomeada pelo presidente do município e médico Alfredo Mendes de Magalhães, em 25 de Junho de 1936. Os projectos seguem a solução do Bloco dos Bombeiros introduzindo na planta de um dos tipos uma escada central e encastramento da galeria. A aplicação prática dos modelos criados pela *3ª Repartição* seria no lado oposto ao do Monte Aventino, em terrenos compreendidos pela Rua Coutinho de Azevedo e S. Crispim. Ao observar-se o desenho dos alçados detecta-se a afirmação dos beirais e a autonomia dos vãos. Esta simples alteração marca a sua arquitectura aproximando-a, segundo Monique Eleb,[577] das casernas alemãs.

O Bloco do Duque de Saldanha **[BHP_22]** decorre deste processo iniciado no projecto para os Bombeiros Municipais. Constitui um caso único de consumação, em plena execução do Programa das Casas Económicas, de uma solução contrária ao pensamento autoritário vigente, aparentemente subversiva. Em 1936, Augusto Mendes Correia[578] sucede a Alfredo de Magalhães no cargo de presidente do

[577] Observação oral no âmbito de uma sessão de trabalho promovida pelo grupo de investicação *Atlas da Casa* (CEAU/FAUP) em Outubro de 2013

[578] Devemos referir que António Augusto Mendes Correia, ainda estudante, é citado em acta de reunião camarária de 1911 no âmbito de cedência de elementos para o estudo de Bairros Operários. Mendes Correia , presidente da câmara entre 1936-42, especializa-se em Antropologia produzindo uma vasta obra literária sobre a questão da Raça Portuguesa introduzindo de forma clara o programa eugénico no debate político e intelectual.

município que, em 1937, autorizará a construção do Bloco na Rua Duque de Saldanha. Diz Alfredo Magalhães, em 1937:

No tocante a obras municipais muito reclamadas por processos tão cómodos como deliquescentes, em regra não subordinados a qualquer plano lógico e oportuno, elas resultam não raro antagónicas com a própria orientação do Estado Novo.
Está neste caso o caravanseralho diabolicamente imaginado para habitação das classes trabalhadoras [que a Câmara] a procurar terreno mais desafogado, foi encontrá-lo junto dum cemitério, consoante as reclamações do urbanismo fino e da eugenia científica 'dernier cri'.[579]

Raul Tamagnini Barbosa, na conferência proferida em 1932, na Liga de Profilaxia Social do Porto adverte: "tudo indica, para nos encaminharmos, gradualmente, para uma época de verdadeira fraternidade entre os homens, já visionada por esse sonhador inesquecível que se chamou Charles Fourier". O *falanstério* surgirá, mas por razões mais prosaicas: simplesmente porque era necessário construir 15.000 casas para dar abrigo às 60.000 pessoas que habitavam em condições socialmente inconcebíveis. É esse o teor do relatório apresentado por Azeredo Antas, em 1934,[580] tornando seu cúmplice o engenheiro Almeida Garrett; ou os arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes Filho ao se referirem "que não há soluções rígidas para estes problemas antes tem de variar conforme as circunstâncias. Há que atender à maneira de viver das populações; à facilidade de aquisição de terrenos; ao meio mais expedito de criar alojamento; e para esta cidade a fórmula adoptada [Blocos] corresponde absolutamente às suas reais e primeiras necessidades".[581]
Momentaneamente, a Câmara e a Delegação Geral dos Edifícios e Monumentos

O autor refere: "Longe de mim concluir que a raça está inteiramente perdida [...] Eu confio nos agentes automáticos de depuração natural e na sobrevivência de gerações fortes. Mas é preciso não esperar que a natureza, cruelmente ceife as existências de pobres criaturas que nasceram fracas, doentes ou predispostas à doença. De resto, sobrevivem, mercê da terapêutica e da higiene, muitos indivíduos que atravessam a vida contagiando os sãos, desfalcando terrivelmente a saúde, a tranquilidade, a economia e a moralidade públicas. Governar [...] é também seleccionar." Retirado de, MENDES CORREIA, António Augusto – *"Lusitânia Pré-Romana"*. In, PERES, D. (coord.) – *História de Portugal,* Porto, Edições Barcelos, 1928, p. 6

579 MAGALHÃES, Alfredo de – *Em defesa do Porto*. Porto: Ateliers Gráficos Minerva, 1937, p. XIV e XV.

580 ANTAS, MONTEROSO, op. cit., p. 30

581 Arq.º J. Madureira; Amoroso Lopes Filho; Engenheiro: C. Pereira da Cruz – "*Descrição e Justificação*". In *Projeto do Aglomerado de Moradias Económicas na Rua de S. Victor, na Cidade do Porto*. (s.d) [Arquivo pessoal António Madureira]

Nacionais (DGEMN) empenham-se no desenho de bairros de habitação colectiva a implantar preferencialmente sobre os escombros das primeiras demolições previstas para algumas *ilhas*. O mais notável é o projecto para a zona de S. Vítor promovido pela DGEMN e concebido pelos arquitectos Joaquim Madureira e Amoroso Lopes. Encaixada no casario oitocentista, propõem uma arquitectura marcadamente modernista, de influência francesa, com soluções tipológicas inovadoras, demonstrando um trabalho atento na inserção dos quatro blocos na estrutura do quarteirão existente, com o intuito claro de garantir, simultaneamente, continuidade urbana e imagem de cidade nova.

O Bloco de Saldanha resulta destas circunstâncias. Constrói-se. É isso que o vai marcar, afirmando uma arquitectura exótica no contexto da uniformidade morfológica da cidade existente e estabelecendo-se como elemento inquietante no equilíbrio institucional entre o município e Lisboa. No decurso dos anos da sua construção sucede-se um conjunto de imprevistos e indecisões que atestam sobre o conflito de interesses que marcava a política social da habitação: as comissões técnicas de acompanhamento nomeadas no intuito de produzirem relatórios confrontando as vantagens e defeitos do modelos; a proposta de viagem de estudo pelo responsável da obra a Gand (Bélgica) para proceder à mesma análise comparativa entre o unifamiliar e o plurifamiliar; os pareceres requeridos à Liga da Profilaxia Social; as dúvidas sobre a construção do segundo bloco fronteiro à rua, suas alterações programáticas e volumétricas, e consequentes paragens de obra; as manobras jurídicas para o enquadrar legalmente no Programa das Casas Económicas.

O jogo de forças entre município e governo regia-se por valores de diferente natureza. Para o regime, tratava-se da manutenção da solidez ideológica confirmada que estava a institucionalização da *casa unifamiliar isolada* enquanto suporte ideal da família. Por seu lado, a Administração Municipal empenhava-se em fechar uma obra em curso decorrente de um processo experimental



Fig. 83: Bloco de Habitação Duque de Saldanha. Fotografia c. 1940 [AHMP]

sustentado pelo real, de renovação da cidade consolidada.

Os dois edifícios que formam o denominado Bloco de Habitação Económica da Rua Duque de Saldanha introduzem na cidade tradicional uma arquitectura branca, moderna e internacional. A sua construção, possível graças ao seu estatuto de entreposto, contrariou a linha oficial do regime que tenta um léxico de formas inspirado nos elementos característicos de uma *arquitectura portuguesa* que o próprio regime institui, muito inspirado na produção teórica de Raul Lino. Negou o aclamado individualismo do homem português que rejeita todas as formas de associativismo para evitar os comportamentos desviantes que as grandes colectividades promovem. Opôs-se à propriedade privada, base para a estabilidade dos valores da família, garante de um património estável.

No contexto do desenho da cidade a incursão do município pelo plurifamiliar, testando e importando novos dispositivos espaciais, serviu de "ensaio de formas de ruptura de cadastro corrente de pequena parcela e na ruptura da dependência *edifício-rua* através do prolongamento do espaço público ao interior do quarteirão".[582] Conforme refere Manuel Mendes, o Bloco de Saldanha é o sinal da "monumentalização do colectivo" [583] realçada no impacto produzido numa estrutura urbana dominada pela forte divisão parcelar do solo.

No Porto, o processo conturbado da passagem da "Ilha Proletária"[584] para o *bloco colectivista* foi sintomático das dinâmicas sociais e urbanas provocadas pela necessidade de implementar bairros operários para (re)alojamento das "classes trabalhadoras". Entre o início da construção dos Bairros Operários do jornal O Comércio do Porto e a fase de utilização do Bloco de Habitação Colectiva da Rua

---

582 MENDES, Manuel – "Passagens para uma cultura da cidade, 1927-1952". In, ROSAS, Fernando (Dir.)- *História. Porto Coração do Norte*. Ano XXIII (III Série),38. Lisboa: História- Publicações e Multimédia Lda, Setembro, 2001, p.42

583 MENDES, Manuel, coord. – *(In)Formar a Modernidade – Arquitecturas Portuenses, 1923-1943: Morfologias, Movimentos, Metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 249

584 Termo utilizado por Alexandre Alves Costa para distinguir a simples forma urbana do seu sentido mais profundo enquanto valor matricial da forma e dos hábitos sociais: "Quando se chama ilha proletária às *ilhas*, estamos a conferir-lhes um novo sentido e uma nova dignidade. O singular dá-lhe globalidade: é o conjunto de todas as *ilhas*, é a cidade a construir ou a reconstruir. Proletária porque a nova cidade será operária, antes de cidade sem classes". Retirado de, COSTA, Alexandre Alves – *"A Ilha proletária como elemento Base do Tecido Urbano. Algumas Considerações sobre um título Enigmático"*. In, *Jornal dos Arquitectos*, nº 204. Lisboa: Ordem dos Arquitectos Portugueses, 2002, p. 12

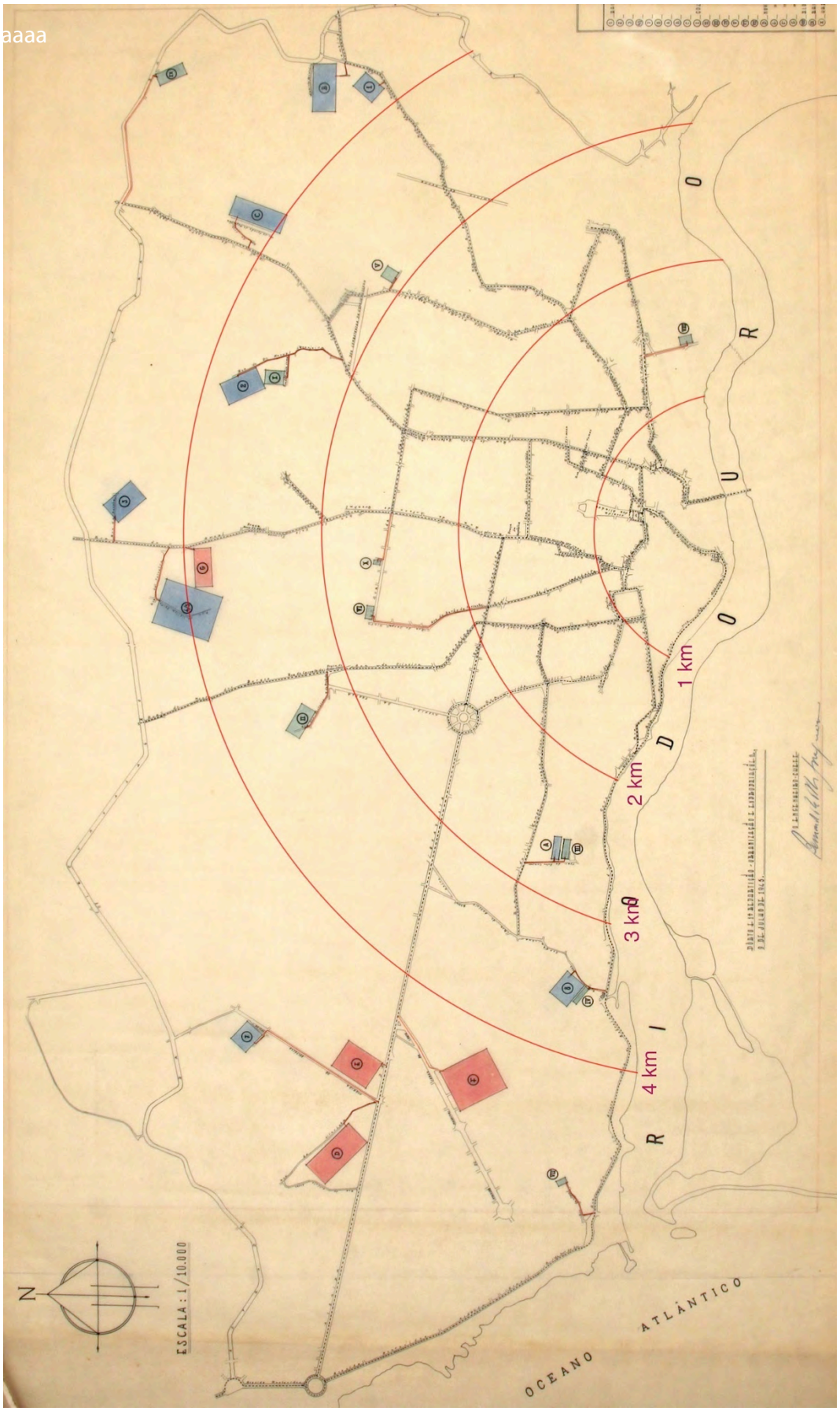


Fig. 84: Carta de localização dos bairros públicos. 1ª Repartição, 1945 [AHMP]

Duque de Saldanha decorrem 40 anos: morre a Monarquia, afirma-se a República, transita-se para o regime autoritário e corporativista do Estado Novo. Apesar deste cenário conturbado de lutas de poder e alterações políticas e económicas, assiste-se a uma afirmação sucessivamente renovada da *casa unifamiliar* como valor moral e social estável. Este facto está patente numa carta elaborada pela 1ª Repartição de Urbanização e Expropriações, em 1945. O Bloco de Saldanha apresenta-se como objecto isolado na produção da *habitação social*.

A síntese dos conjuntos de casas económicas, construídas à data, foi classificada em "Bairros de Casas Económicas do Estado" (azul), "Colónias Operárias Municipais" (verde) e "Novas Moradias Económicas a Construir" (encarnado). Esses bairros foram representados ancorados às "Linhas da Companhia Carris de Ferro do Porto" (traço interrompido) e percursos a pé admissíveis (traço encarnado).

DESIGNAÇÂO DOS BAIRROS / Nº DE FOGOS

1	Bairro do Ilhéu	Estado Novo	54
2	Bairro de Paranhos	Estado Novo	180
3	Bairro da Azenha	Estado Novo	114
4 a 6	Bairro do Ameal e Telheira	Estado Novo	304
7	Bairro de Ramalde	Estado Novo	148
8	Bairro das Condominhas	Estado Novo	102
A	Bairro de Sidónio Pais	Primeira República	100
B	Bairro de S. Roque da Lameira	Estado Novo	230
C	Bairro de Costa Cabral	Estado Novo	240
			Total: 1472
I	Colónia do Dr. Manuel Laranjeira	Município	120
II	Colónia de Estêvão de Vasconcelos	Município	90
III	Colónia de Viterbo de Campos	Município	64
IV	Colónia de Lordelo do Ouro	Município (antes, Comércio do Porto)	29
V	Colónia de Antero de Quental	Município	28
VI	Colónia de "O Comércio do Porto"	Município (antes, Comércio do Porto)	26
VII	Colónia da Foz do Douro	Município	8
VIII	Bloco do Duque de Saldanha	Município	115
IX	Bairro de Rebordães	Município	144
X	Habitações Populares do Monte Pedral	Município	2
			Total: 626

Não incluindo os derradeiros bairros de casas económicas do Estado dedicadas à classe votante média, até ao fim dos anos de 1930, no Porto, existiam pertença da Administração Pública 2.098 fogos construídos, número reconhecido por todos insuficiente para acudir à situação precária das classes pobres.

5. A PRÁTICA DE UMA ARQUITECTURA ECONÓMICA, SAUDÁVEL E CÓMODA NAS VÉSPERAS DO MODERNO

Quando se partiu para este trabalho colocaram-se algumas perspectivas de desenvolvimento da investigação concertadas a partir de conhecimento existente sobre outras realidades europeias que, de antemão, se sabia não aplicável ao contexto particular da habitação operária em Portugal dada a especificidade do seu contexto social, económico, político e cultural. Apesar do seu valor estrutural ser diverso, nos andaimes invisíveis que moldaram a dissertação, essas dúvidas são agora explicitadas para, de algum modo, afirmar as limitações do presente trabalho que futuras investigações poderão corrigir ou completar. Trata-se de uma listagem de *questões-tema* que corresponderam a hipóteses de trabalho soltas e inaugurais, primeiras aferidoras da pertinência das problemáticas envolvidas. O seu alinhamento não segue um critério particular senão o simples elencar de matérias afins que, em último caso, se podem relacionar directamente com o espaço doméstico da casa. [585]

1. Quando é que a sociedade portuguesa se fez urbana?
2. Quando se produziu o salto demográfico no Porto, qual a sua natureza, ordem de grandeza e desenvolvimento?
3. Como se caracterizavam as classes trabalhadoras e como se definia a casa operária?
4. Qual o predomínio das áreas nos diferentes tipos de casas?
5. Se o Porto mantinha relações privilegiadas com Londres, então existiriam vínculos ao nível do debate e da produção da nova habitação económica?
6. Essa relação entre as duas cidades terá sido responsável pela implementação de tipologias estruturadas com saguões, e do bloco habitacional com pátio alargado?
7. Quando se abriu a discussão sobre a higiene no Porto e o que se discutiu?
8. Qual a política habitacional da Primeira República no Porto? Qual foi a diferença entre a política da Monarquia, da República e a do Estado Novo?

[585] Não podemos deixar de referir que a eleição deste questionário decorreu fundamentalmente das reuniões tidas em Madrid e Lisboa com Carlos Sambricio, profundo conhecedor do tema na Europa, professor na Escola Técnica Superior Arquitectura de Madrid.

9. Existiram consequências directas da Primeira Guerra Mundial em Portugal, nomeadamente, quanto aos custos dos materiais de construção e ao crescimento industrial?

10. Quais as tramas onde foram estabelecidas as leis de fomento à construção de casas baratas, e quais foram os sistemas de financiamento propostos?

11. Qual foi a política do município, ou das organizações locais operárias, filantrópicas, na promoção de bairros económicos?

12. Que tipo de casas, e quais os modelos que serviram de referência? E qual foi a intensidade da norma, das suas variantes, da fixação de uma ideia de variação? É possível comparar com a arquitectura holandesa e alemã no mesmo período?

13. Como se colocou a questão do unifamiliar e do multifamiliar na política da habitação da Primeira República?

14. Como foi colocada a discussão sobre a casa barata e sobre a célula habitacional? Qual foi a relação com a Alemanha, França, Inglaterra, bastiões no debate internacional?

15. Quais foram as ligações aos encontros e congressos internacionais de higiene, salubridade, habitação económica e do movimento internacional da *Cidade-jardim*?

16. Como foi inserida a questão do horto no problema da habitação, do lar e da família? Existiram influências dos anarquistas ecológicos alemães do início do século?

17. Existiu uma influência da arquitectura rural na arquitectura urbana?

18. Existiu alguma relação com a cidade jardim de Ebenezer Howard? Ou com a parcela mínima de 10 metros quadrados defendida por Muthesius?

19. O que diziam as outras associações de classe dos arquitectos, e as academias sobre estas casas?

20. Qual o papel dos engenheiros, dos arquitectos e dos médicos no debate sobre a casa?

21. Que significava popular? Qual a influência do *fordismo* ou *taylorismo* no desenho da casa? O que se entendia por comodidade? A casa económica estava associada à prefabricação?

22. Qual a relação entre a cidade do trabalho e a cidade do ócio? Pode ser cartografada? Onde se situavam os núcleos do operariado? Onde se situavam as fábricas e as habitações obreiras?

23. Quando apareceram as redes de electricidade, água, saneamento e telefones? Qual a sua relação com as áreas da habitação operária? Como se transformaram as redes de transporte? No sentido do crescimento da cidade incorporando as zonas habitacionais operárias?

24. Onde, quem e como se estava a vender o solo para este tipo de casas? Reflectia uma urbanização planeada, um traçado imposto, ou decorria de um processo informal? Como foi o território de contorno à cidade oitocentista? Quais eram os términos e limites? Qual foi o papel desempenhado pelas pontes no desenvolvimento a sul do rio Douro?

25. Existiam fábricas a construir e a alugar casas premiando os melhores e castrando os piores? Existiam diferenças entre a promoção do paternalismo industrial, do município, do Estado, da filantropia, das sociedades reformistas católicas e as operações de simples rendimento imobiliário?

26. O problema da raça foi discutido associado ao da *habitação social*?

27. Existiu simultaneidade entre a promoção da habitação salubre e a eliminação dos pontos negros formados pelas *ilhas*? Qual a relação entre as *ilhas* e as novas construções?

28. Qual a relação que se foi estabelecendo entre a casa simples higiénica e as casas burguesas?

Ao determo-nos sobre a cidade do Porto, verificou-se uma proliferação de conjuntos de habitações simples para albergar as classes populares por várias zonas da cidade, denotando uma diversidade de interpretações sobre a casa mínima construída em série com manifestas consequências na morfologia urbana. Essa produção foi estabelecida não só pela "mão visível da regulação administrativa" como também pelos mais diversos interesses económicos, sociais e filantrópicos de instituições e particulares. Em diferentes graus, revelam os sintomas de um período histórico caracterizado pela passagem de um regime monárquico constitucional para um ditatorial e corporativista através da curta experiência da Primeira República.

Para o problema da habitação convergiram problemáticas captadas nos diversos estudos oriundos principalmente da *História* e da *Sociologia*. Algumas das questões elencadas não obtiveram resposta no decurso da dissertação porque o seu aprofundamento dependia de investigações de retaguarda inexistentes. Entre

outras, o caso da escassez de trabalhos sobre a cultura material operária e do seu quotidiano, ou sobre a perspectiva económica das políticas do solo e da construção residencial ou, ainda, informação sobre o desenvolvimento novecentista das redes infra-estruturais. Outras dúvidas que não cabiam neste estudo foram remetidas para estudos conexos referenciados. As restantes, permanecem suspensas para desenvolvimentos posteriores.

Habitação portuense mínima

Filtrados pela contingência histórica local, pode afirmar-se que nesta cidade nortenha de média escala urbana, se vêm reflectidos alguns dos acontecimentos responsáveis pela renovação europeia do olhar sobre a questão do então intitulado *alojamento operário* e dinamizada, sobretudo, por princípios higiénicos.

Perante a necessidade de rentabilizar recursos escassos e a obrigatoriedade de cumprir com um mínimo de qualidade imposta por legislação higienista centrada no RSEU de 1903, o desenho da casa deu um novo sentido às funções espaciais. Estabeleceu-se uma arquitectura diversa definida pelo princípio de economia da unidade mínima de habitação e, nessa base, fixaram-se alguns níveis de conforto, relativa complexidade espacial e apontamentos decorativos chãos que, nalguns casos, se aproximaram do referencial da casa burguesa.

O cruzamento entre as circunstâncias locais (culturais, sociais e económicas) e o contexto internacional de criação de modelos e vasta reflexão critica constitui uma dialética complexa sobre a transformação da *casa económica* nas suas vertentes técnica, legal e social. As escalas de leitura permitem, por exemplo, perceber a diferença entre as propostas privadas de rendimento e as propostas públicas e filantrópicas. Neste caso, enquanto a primeira testa modelos importados criando, por vezes, momentos de descontinuidade na cidade, a segunda, sob um novo espartilho legal, tenta a partir do êxito imobiliário da *ilha* encontrar soluções intermédias.

Do conjunto dos bairros analisados pode-se estabelecer três linhas genéticas: primeiro, a casa unifamiliar de tradição local, cujas raízes podem ser rurais; segundo, conjuntos importados dominados pelo modelo do unifamiliar quadripartido; terceiro, a habitação colectiva. Enquanto no primeiro caso se vislumbram razões associadas a lógicas construtivas específicas, a subterfúgios de rentabilização do solo enraizados em estratégias seculares ou, simplesmente, um comodismo

operativo de mandar fazer igual; no segundo e terceiro caso, maioritariamente experimentado por organizações institucionais, públicas e privadas, transparece uma dicotomia ora colocando o acento na autonomia familiar, ancorada nos valores da ruralidade, ora estabelecendo como prioridade a massificação do alojamento apelando para os valores da comunidade. Em ambos os casos as soluções resultam de um jogo que mistura, simultaneamente, oportunidades de negócio e rentabilização de capitais, os valores da ideologia e o pragmatismo da gestão da cidade.

Sob a mesma estrutura familiar mantida, grosso modo, desde a época pré-industrial, a habitação construída ou idealizada no período do estudo pode ser agrupada, como se referiu, em três géneros de soluções com aproximações distintas ao espaço social da família e ao sentido de reforma da cidade industrial. Se a perseguição pelo modelo de casas unifamiliares nos coloca perante uma estratégia de gentrificação e terciarização do centro histórico, acentuando a oposição entre o campo e a cidade, quer pela idealização pastoral quer pela cristalização do organismo urbano medieval, o mesmo não acontecerá com a derradeira proposta de habitação colectiva assente numa concentração de fogos em blocos serviços comuns.
No arco temporal do estudo, no único momento em que aparece o edifício de habitação colectiva apurou-se que esse modelo representou, por um lado, o modo mais pragmático e acelerado de realojamento da população das *ilhas*, por outro, o último esforço por manter a diversidade social e funcional da cidade tomando esse dado como essencial para a sua reforma. À parte a produção pública, os exemplos promovidos pelo sector privado de rendimento insinuaram-se na malha e na volumetria preexistente tal como as *ilhas*. No contexto da habitação normalizada, o fenómeno secular da *ilha* foi transformado em *villa* pelo redimensionamento do lote, actualização da casa e detalhe na interface com a rua pública. Isto sucedeu até ao momento em que a abertura de *ruas particulares* foi inibida.

Para além do horizonte temporal estabelecido – 1933 – a resolução da *habitação*

social será efectuada unicamente fora do perímetro da cidade consolidada por razões decorrentes do ideário político da ditadura e, obviamente, económicas, dado o valor e a disponibilidade dos terrenos.

O autismo do Estado Novo, insistindo na casa unifamiliar isolada, elegerá bolsas de terreno no *terceiro anel* de Ezequiel de Campos para aí instalar os primeiros bairros de casas económicas, contrariando a tendência europeia de direccionar esses investimentos para a reformulação da cidade antiga através da assunção da habitação multifamiliar. A partir do Plano de Melhoramentos de 1956, o município amplifica essas intervenções intercalando, segundo os novos princípios da urbanística pós-guerra, conjuntos de barras de habitação colectiva em galeria. Os dois paradigmas da *habitação social* vão sendo preferencialmente instalados nessa coroa.

Com a queda do regime em 1974, as intervenções são deslocadas para as zonas centrais depauperadas. Tratou-se de um regresso que não foi exclusivamente geográfico. Na curta experiência do *SAAL* reconhece-se uma convergência entre a herança *tipo-morfológica* da cidade industrial, os espaços de sociabilidade da "ilha proletária", e as eternas aspirações à *habitação pavilhonar*.

O olhar rizomático e processual de construir a cidade tem no exemplo de S. Vitor, de Álvaro Siza Vieira, a sua síntese final. Um esboço das primeiras propostas para esse conjunto habitacional, revolucionário, denota uma actualização da métrica e ritmo das aberturas usadas nas casas modestas oitocentistas, uma estrutura ampliada do espaço e vizinhança da *ilha* e o mesmo delito de escala perante a cidade burguesa próxima.

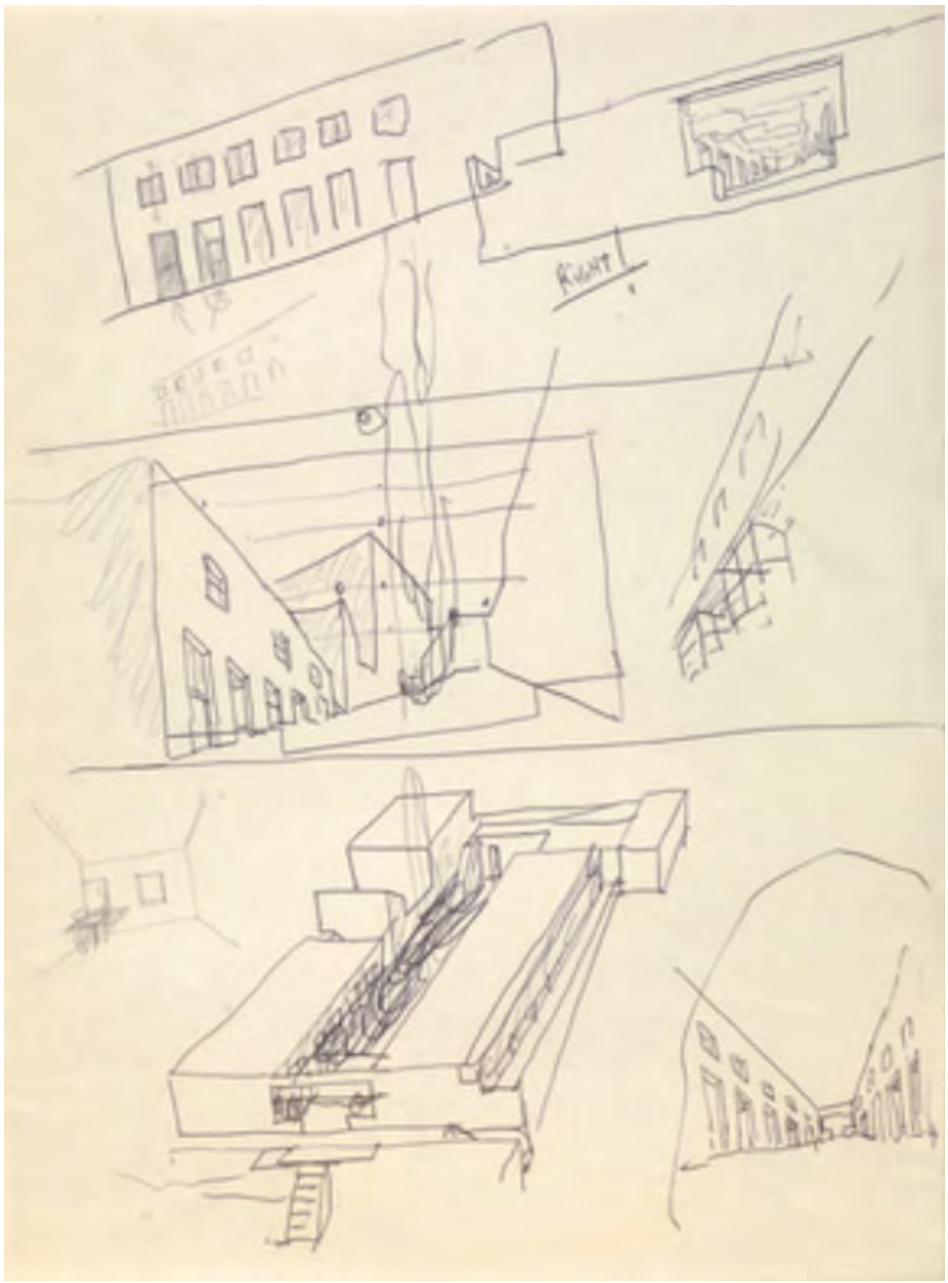


Fig. 85: Esboço de proposta para S. Vítor (SAAL). Álvaro Siza Vieira, c. 1975. [MOMA]

Síntese final: habitação económica saudável e cómoda nas vésperas do Moderno

Na cultura arquitectónica, o período proposto foi marcado pela determinação da postura moderna sob o pulsar nacionalista: "modernidade inquieta" ou "modernidade (es)forçada".[586] O objecto de estudo integra-se num tempo de gradual afirmação portuense de novas configurações do espaço doméstico da casa mais por causa de um "sentido prático de progresso que por cumplicidade ideológica-cultural".[587] Segundo Manuel Mendes, entre 1920 e 1945, as alterações verificadas no desenho da casa foram a resposta pragmática às solicitações de uma clientela burguesa cujo cosmopolitismo a tentava, nas formas modernas. Nas suas diversas expressões, a preferência pelo unifamiliar, sem radicais transformações, representa o apego a um sentido continuado de família na sua relação com a propriedade privada e uma fidelidade aos métodos, já instalados, de construir e de mercado. A metamorfose manteve os "estereótipos habitacionais" dominantes processando-se mais pela adequação aos "quadros normativos, administrativos, mais higienistas que embelezadores, mais reguladores da geometria parcelária, urbanização ou economia do solo", sem atingir verdadeiramente a revolução doméstica ou a alteração do destino social do solo[588].

Essa destilação local, referenciada sobretudo à obra internacional *proto-moderna*, especialmente a de origem francesa, criou uma etapa de transição até ao momento determinante da afirmação ideológica inequívoca do *Movimento Moderno* na cidade no final da década de 40. A charneira coincide com a fundação, em 1947, da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM) que através de acções colectivas se empenhará com sucesso em publicitar e incorporar nos projectos e nas decisões camarárias algumas directrizes dos CIAM cuja rigidez dogmática começava a ser já

586 Termos utilizados pelos arquitectos Rui Jorge Garcia Ramos e Manuel Mendes, respectivamente.

587 MENDES, Manuel – *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-1943: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: FAUP Publicações, 2001, p. 235

588 MENDES, Manuel – *"Passagens para uma cultura da cidade, 1927-1952"*. In, *Revista História*. Ano XXIII, nº 38, Setembro 2001, p. 42

alvo de crítica interna.[589]

Assim, quando no subtítulo da presente dissertação se menciona um tempo anterior a uma fase do Moderno – "A prática de uma arquitectura *económica*, *saudável* e *cómoda* nas vésperas do Moderno" – referencia-se esse período histórico da arquitectura portuense moderna marcado, entre outras, pela obra de Viana de Lima (1913-1991), Arménio Losa (1908-1988) ou Mário Bonito (1921-1976).

Conforme manifestado por diversos intervenientes no debate sobre as formas de alojamento popular, a "casa simples" devia comportar critérios de "economia" na sua construção, ser "saudável" no seu ambiente e ajustada a todas as "comodidades" mínimas da vida moderna. Esta prática de uma arquitectura económica, saudável e cómoda nas vésperas do moderno favoreceu a transformação do espaço doméstico produzindo soluções distintas das utilizadas historicamente na cidade, quer na sua dimensão formal e funcional, quer naquilo que encarnavam relativamente a um novo pensamento sobre a cidade que vinha sendo testado na Europa. A triangulação entre a dimensão social e económica da casa, o mundo da sua regulação e normalização e a prática projectual permitirá, em especial, densificar a leitura dos requisitos do habitar mínimo. No desenlace destes problemas estará o agendamento *moderno* da casa, ou seja, uma gradual integração de temas correlacionados ligados ao espaço mínimo, à seriação da construção, à actualização e apetrechamento técnico e à especialização funcional. Factores sucessivamente assimilados no lento processo de modernização do quotidiano que, no caso do Porto, somente nos anos 40 apresentará verdadeiros sintomas.

[589] Para uma leitura mais desenvolta sobre a situação dos arquitectos Modernos no Porto, consultar: TREVISAN, Alexandra – *Influências internacionais na arquitectura moderna no Porto (1926-1956)*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. Valladolid: Departamento de Teoria de la Arquitectura y Proyectos Arquitectónicos - Universidad de Valladolid, 2013

A.FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Arquivos e bibliotecas

Arquivo Histórico Municipal do Porto [AHMP]

Arquivo do Forte de Sacavém/ IRHU [AFS]

Arquivo da Fundação Instituto Marques da Silva [AFIMS]

Arquivo do Ministério das Obras Públicas [AMOP]

Arquivo Municipal de Gaia [AMG]

Arquivo Distrital do Porto [ADP]

Arquivo do Departamento Municipal de Museus e Património Cultural [IPAP]

Arquivo da Assembleia Distrital do Porto [AADP]

Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República Portuguesa [AHP]

Archives Municipales de Mulhouse [AMM]

Biblioteca Nacional de Portugal [BNP]

Biblioteca da Ordem dos Arquitectos Portugueses [BOA]

Biblioteca da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [BFAUP]

Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto [BFEUP]

Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto [BFLUP]

Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto [BFMUP]

Biblioteca do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge [BINSA]

Biblioteca Municipal do Porto [BMP]

Biblioteca da Santa Casa da Misericórdia do Porto [BSCMP]

II. Fontes manuscritas

Séries documentais

Actas da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto – 1926-1937 [AHMP]

Licenças de obras particulares (séries documentais D-CMP-7 e D-CMP-9) – 1896-1937 [AHMP]

Resumo das Deliberações da Câmara (séries documentais A-PUB/254 a A-PUB/260) – 1901-1926 [AHMP]

Resumo das Deliberações da Câmara remetido à Autoridade Administrativa (séries documentais A-PUB/263 a A-PUB/273) – 1898-1925 [AHMP]

Actas de Vereações (séries documentais A-PUB/135 a A-PUB/182) – 1895-1926 [AHMP]

Índice das Actas da Comissão Administrativa – 1927-1935 [AHMP]

Actas da Comissão Administrativa (séries documentais A-PUB/211 a A-PUB/241) – 1926-1937 [AHMP]

Sumário das Actas e Deliberações da Junta Geral do Distrito do Porto – gerências de 1914-1936 [AADP]

Processos de obra relativa à Delegação Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais/ Direcção Regional de Edifícios e Monumentos do Norte (série documental DREMN-0810 a DREMN-0812) [AFIMS]

III. Fontes Impressas

Monografias editadas em Portugal

ANDRADE, A. J. Monteiro – "Casas Económicas. Relatório apresentado à Comissão encarregada do estudo para a construção de casas destinadas às classes pobres". *Boletim de Higiene e Sanidade Municipais*. Nº3. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937

ANDRADE, José Coelho d' – *Questões de Higiene Social (na Escola e na Oficina).* Porto: Tipografia Civilização, 1927

ANTAS, Álvaro Cândido Furtado – *Insalubridade do Porto*. Porto: Officinas do "Commercio do Porto", 1902

ANTAS, Azeredo , MONTERROSO, Manuel – *Fomento da construção de casas higiénicas. A Salubridade Habitacional no Porto: 1929 - 1933*. Lisboa: Direcção Geral de Saúde - Inspecção de Saúde do Porto, 1934

ATAÍDE, Alfredo – "A valorização da máquina humana". *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*. 5ª Série. Porto: Imprensa Social, 1942

BASTOS, Teixeira – *Habitações Operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898

BRAGA, José Rodrigues – *Subsídios para a Hygiene da Habitação. Ventilação, illuminação, aguas e remoção de immundicies.* Porto: Escola Médico-Cirúrgica do Porto/ Typografia Peninsular, 1894

CARQUEJA, Bento – *O Comércio do Porto ao completar 80 anos. Notas para a sua história*. Porto: O Comércio do Porto, 1934

CARVALHO, Augusto da Silva – *Acção do saneamento Geral sobre a Tuberculose*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905

CASTRO, Fernando Jácome de – *"*Bairros Económicos*". Separata das Conferências sobre Problemas de Urbanização. Realizadas no salão nobre dos Paços do Concelho, de Novembro de 1934 a Janeiro de 1935*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L., 1936

Documentos Políticos Encontrados nos Palácios Reais Depois da Revolução Republicana de 5

de Outubro de 1910. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1915

ENGELS, Friedrich – *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Edições Afrontamento, 1975 [1845]

ENGELS, Friedrich – *O Problema da Habitação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975 [1872]

FRANCO, Francisco Soares – *Ensaio sobre os melhoramentos de Portugal e do Brazil*. Lisboa: Impressão Regia, 1820

FUSCHINI, Augusto – *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres*. Lisboa: [s.e.], 1884

GARRETT, António de Almeida – *Tuberculose e Habitação no Porto*. Porto: Tip. a vapor da "Enciclopédia Portuguesa", 1914

GOMES, Armando Dias – *Código de Posturas do Município do Porto de 1905*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, 1965

JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Consulta da commissão de saneamento apresentada à ex.ma Câmara Municipal do Porto*. Porto: Typographia Occidental, 1897

JORGE, Ricardo – *A Peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*. Tomo II. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara Municipal do Porto, 1899

JORGE, Ricardo – *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima-População-Mortalidade*. Tomo I. Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara Municipal do Porto, 1899

JORGE, Ricardo – *Hygiene Social. Applicada à Nação Portugueza.* 1ªSérie. Porto: Imprensa Civilização, 1885

JORGE, Ricardo – *Origens & Desenvolvimento da População do Porto. Notas históricas & estatisticas*. Porto: Typographia Occidental, 1897

JORGE, Ricardo – *Saneamento do Porto. Relatório apresentado à commissão municipal de saneamento*. Porto: Typographia de Antonio Teixeira, 1888

JORGE, Ricardo – *Hygiene Militante. Separata da Revista A Medicina Contemporânea*. Lisboa: Typographia Adolpho Mendonça, 1920

LEMOS, António Gomes Ferreira – *Contribuição para o Estudo da Higiene do Pôrto - Ilhas*. Porto: Imprensa Nacional de Jayme Vasconcellos, 1914

MACEDO, José de – *Cooperativismo*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898

MAGALHÃES, Alfredo de – *Em defesa do Porto*. Famalicão: Grandes Ateliers Gráficos Minerva, 1937

MARTINS, João Lopes da Silva – "1866-1945". *Congresso Internacional de Hygiene e Demographia*. 8ª Sessão. Buda-Pesth, 1894. Lisboa: Imp. Nacional, 1897

MATTA, Caeiro da – *O Direito de Propriedade e a Utilidade Pública. Das expropriações*.

Coimbra: Imprensa da Universidade, 1906

MATTA, Caeiro da – *Habitações Populares.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909

MATTOS, Mello de – *Da acção da mutualidade contra as habitações insalubres. Papel do cooperativismo na construção de casa higiénicas e baratas.* Lisboa: Congresso Nacional de Mutualidade, 1910

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Inquerito aos Pateos de Lisboa. Anno 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Bairros operários e o saneamento urbano.* [s.l.]: [s.e.], 1903

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – *Cadastro Sanitário.* Lisboa: Typographia Universal, 1907

MOREIRA, Manuel Vicente – *Problemas da Habitação*. Lisboa: Grandes Oficinas Gráficas, 1950

PACHECO, Albino – "*Prophilaxia Social prática da Tuberculose". Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose.* Lisboa: Typ. Adolpho de Mendonça, 1901

RITA, Guilherme Augusto de Santa – *Habitação do Operário e Classes Menos Abastadas.* Lisboa: Typ. da "Gazeta de Portugal", 1891

SANCHES, António Ribeiro – *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos. Obra útil e, igualmente, necessária aos Magistrados, Capitães Generais, Capitães de Mar e Guerra, Prelados, Abadessas, Médicos e Pais de Famílias.* Lisboa: Bonardel e Du Beux, Mercadores de Livros, 1756

SIMÕES, José Maria de Oliveira – "Contribuição para o estudo das casas para operários". *Boletim do Trabalho Industrial*. Nº 66. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria/ Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1912

SIMÕES, José Maria de Oliveira – "Inquirição pelas Associações de Classe sobre a situação do Operariado. Apuramento das Respostas ao questionário da Repartição do Trabalho". *Boletim do Trabalho Industrial*. Nº 49. Lisboa: Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910

Plano de Salubrização das ilhas do Porto. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1956

STEPHANKEVITCH, Paul – "Le Probleme des Habitations Economiques et le Cas de la Ville de Porto". *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social*. 2ª Série. Porto: Imprensa Social, 1935

TRINDADE, Manuel Cachulo da – *Casas Económicas: Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Famílias Pobres. Legislação Anotada.* Coimbra: Coimbra Editora, 1951

WILSON, André – *Maneira de ter uma casa saúdavel*. Lisboa: Typographia de A. E. Barata, 1900

Regulamento do Bairro Operário do Monte Pedral de Iniciativa do Commercio do Porto. Porto:

Officinas do "Commercio do Porto", 1901

Monografias internacionais

Premier Congrès International et Exposition Comparée des Villes. Bruxelles: Union Internationales des Villes, 1913

ARNAU, Juan Avilés – *Ingenieria sanitaria : la casa higiénica.* Madrid: Bailly Baillière, 1904

BELL, Aubey F. G. – *Portugal of the Portuguese.* New York: Charles Scribner's Sons, 1915

BIGET, Henri – *Le Logement de L'Ouvrier. Étude de la Législation des Habitations a Bon Marché en France et a L'Étranger.* Paris: Jouve & Cie, Éditeurs, 1913

BOUSQUET, M. – *Hygiène de L'Habitation. Sol et Emplacement. Matériaux de Construction.* Paris: Gauthier- Villars, Masson et Cie, Éditeurs, 1911

CACHEUX, Émile – *État des habitations ouvrières à la fin du XIXe siècle; étude suivie du Compte rendu des documents relatifs aux petits logements qui ont figuré à 'Exposition universelle de 1889*. Paris: Baudry & Cie, Libraires - Éditeurs, 1891

CACHEUX, Émile – *Le philanthrope pratique. Première partie, Habitations ouvrières : études, avec plans, sur les habitations isolées, maisons à étages, hôtels pour ouvriers*. Paris: Laval – Impremerie et Stéréotypie E. Jamin, 1882

CACHEUX, Émile – *"*Étude sur les Habitations ouvrières exposées en 1889*"*. *Revue technique de l'Exposition universelle de 1889*. 1ª Parte. Paris: E. Bernard et Cie, Imprimeurs-Editeurs, 1893

CACHEUX, Émile – *"*Habitations a Bon Marché Exposées en 1900*"*. – *Revue Technique de L'Exposition Universelle de 1900*. Première partie (Architecture et construction). Tome I. Paris: E. Bernard & Cie, Imprimeurs-Éditeurs, 1900

CASALI, Ing. I. – *Tipi Originali di Casette Popolaria, Villini Economici ed Abitazioni Rurali.* Milano: Ulrico Hoepli, 1915

DOUR, Hippolyte de Royer de – *Habitations Ouvrières (Groupe XI - Èconomie sociale. Section Belge, E. Universelle Paris)*. Bruxelles: P. Weissenbruch, Imprimeur du Roi, 1889

DOUR, Hippolyte de Royer de – *Les habitations Ouvrières en Belgique.* Bruxelles: Société Belge de Librairie, 1890

FOVILLE, Alfred de – *Enquête sur les conditions de l'habitation en France. Les Maisons-types*. Paris: E. Leroux éditeur, 1894

GODIN, Jean-Baptiste André – *La Richesse au Service du Peuple. Le Familistère de Guise.* Paris: Librairie de la Bibliothèque Démocratique, 1874

HELLYER, S. Stevens – *The Plumber and Sanitary Houses*. London: Cassell & Company,

Limited, 1887 [1877]

LAHOR, Jean– *Les Habitations à bon marché. Et un Art nouveau pour le peuple*. Paris: Librairie Larousse, 1903

LEBON, Maurice – *Exposition universelle internationale de 1900, à Paris. Groupe de l'économie sociale. Rapport au nom du jury de la classe 106.* Paris: Sociètè Française des Habitations a Bon Marché, 1900

MAGRINI, Effren – *Le abitazioni popolari (case operaie)*. Milano: Ulrico Hoepli Editore, 1910 [1904]

MULLER, Émile – *Habitations ouvrières et agricoles, cités, bains et lavoirs, sociétés alimentaires. Détails de construction: statuts, règlements et contrat.* Paris: Victor Dalmont, Éditeur, 1860 [1855]

MULLER, Émile, CACHEUX, Émile – *Les habitations Ouvrières en Tous Pays*. Paris: Baudry & Cie, Libraires- Éditeurs, 1889

MULLER, Émile, CACHEUX, Émile – *Les Habitations Ouvrières En Tous Pays. Situation en 1878. Avenir.* Paris: J. Dejey & Cie, Imprimeurs - Éditeurs, 1879

PENOT, A. – *Les Cités Ouvrières de Mulhouse & Du Département du Haut-Rhin*. Paris: Libraire Scientifique de Eugène Lacroix, 1867 [1865]

PIERRET, Émile – *Vers la Lumière et la Beauté. Essai d'Esthétique Sociale*. Paris: La Renaissance Française, 1909

POINSARD, Léon – *Le Portugal inconnu. L'Industrie, le commerce et la vie publique.* Vol. II. Paris: Bibliothèque de la Science Sociale, 1910

RICHARDSON, Benjamin Ward – Hygeia. Acity of health. London: MacMillan and CO., 1876

ROBERTS, Henry – *Des Habitations des Classes Ouvrières*. Paris: Gide et J. Baudry, Éditeurs, 1850

ROBERTS, Henry – *The Dwellings of the Labouring Classes*. London: Savill and Edwards, Printers, 1853 [1850]

ROBERTS, Henry – *The Improvement of The Dwellings of the Labouring Classes*. London: Knight & CO, 1859

ROBERTS, Henry – *The Physical Condition of the Labouring Classes Resulting from the State of their Dwellings and the Beneficial Efects of sanitary Improvements Recently Adopted in England.* London: The Society for Improving the Condition of the Labouring Classes, 1855

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – "Sur l'assainissement de la ville de Lisbonne". *Comptes-rendus de la 1re session 1872 (Congrès, Bordeaux)*. Paris: Association française pour l'avancement des sciences, 1873

TRÉLAT, Émile – *La Salubrité.* Paris: Ernest Flammarion, Éditeur, 1899

VILLERMÉ, Louis René – *Sur les Cités Ouvrières.* Paris: Chez J. - B. Baillière, Libraire de L'Académie Nationale de Médecine, 1850

Artigos em periódicos nacionais

Annuario da Sociedade dos Architectos Portuguezes, Lisboa. 1905-1911

A Arquitectura Portugueza, Lisboa. 1908-1919

Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, Lisboa. 3ª série 1894-1900, 4ª série 1901-1920

A Construção Moderna, Lisboa. 1900-1919

"A esthetica e a hygiene nas construções urbanas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume VII, nº 225, Junho de 1907

"A exposição da habitação, das industrias da edificação e das obras públicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº 268, Agosto de 1908

"A exposição da habitação". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IV, nº 106, Setembro de 1903

"A hygiene das cidades". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº 276, Novembro de 1908

"A legislação estrangeira das habitações económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº 284, Fevereiro de 1909

"A vivenda hygiénica." *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IV, nº 107 e 114, Setembro e Novembro de 1903

"Acta da sessão de 6 de abril de 1889, contendo a communicação do engenheiro Adolpho Loureiro sobre o saneamento de Coimbra". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XX. Volume 20, nº 233 e 234, Maio e Junho de1889

"Aquecimento e arejamento das habitações". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº 335, Abril de 1910

"As casas económicas na França e Itália". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº268, Agosto de 1908

"As vivendas hygienicas e económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IX, nº 306, Outubro de1909

"Bairro Operário do Monte Pedral." *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume III, nº 57, Abril de1902

"Bairro operário em Ponte de Lima". A *Arquitectura Portuguesa.* Ano XXIII, nº 5 e 6, Maio e Junho de 1930

"Casas baratas – Representação ao Governo". *Annuario da Sociedade dos Architectos*

Portugueses. Lisboa: Typographia do Commercio, 1908

"Casas baratas de formigão armado". *A Construção Moderna e as Artes do Metal*. Volume XVIII, nº 521, Setembro de 1918

"Casas Baratas". *A Arquitectura Portugueza.* Ano XXI, nº 4, Abril de 1928

"Casas baratas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IV, nº 105, Agosto de1903

"Casas Baratas". *A Construção Moderna –Revista Illustrada*. Volume VIII, nº 262, Junho de 1908

"Casas baratas". *Arquitectura Portuguesa*. Ano XXIII, nº 3, 5 e 10, Março, Maio e Outubro de1930

"Casas Económicas – Bairros Operários". *Arquitectura. Revista de Arte e Construção*. Ano IX, nº 33, Agosto de 1936

"Casas económicas na Suissa". *A Construção Moderna –Revista Illustrada*. Volume IX, nº 276, Novembro de1908

"Casas económicas. Uma casa económica na Amadora. Arquitecto, sr. A. Marques da Silva". *A Construção Moderna e as Artes do Metal*. Volume XIV, nº 414, Março de 1914

"Casas Económicas. Uma importante decisão dos eleitores de Zurich. A municipalidade constroe e explora as casas por sua conta". *A Construção Moderna –Revista Illustrada*. Volume VII, nº 224, Junho de1907

"Casas Económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VI, nº 176, Setembro de1905

"Casas Económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VII, nº 223, Maio de 1907

"Casas económicas". *Arquitectura. Revista Mensal.* Ano I, nº 6, Junho de 1927

"Casas para Operários – O problema na Inglaterra". *Arquitectura. Revista de Arte e Construção.* Ano X, nº 37, Fevereiro de 1937

"Chronica – Edifícios Públicos". *Revista de Obras Publicas e Minas* . Tomo XXX. Volume 30, nº 349 e 350, Janeiro de1899

"Concurso de ideias". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IV, nº 100, Julho de 1903

"Concurso de projectos de casas económicas aberto pela Ex.ma Câmara Municipal da Póvoa de Varzim. Projecto que obteve o prémio – Arquitecto, sr. João de Moura Coutinho d´Almeida d´Eça". *A Construção Moderna e as Artes do Metal*. Volume XVI, nº 469, Julho de 1916

"Concurso para um projecto de habitações económicas". *Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas.* Volume I. Lisboa: Imprensa Moderna, 1897

"Congresso das habitações económicas". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 231, Agosto de 1907

"Congresso internacional da habitação". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 235, Setembro de1907

"Construções Escolares e Bairros Operários. Escola e Bairro Camões no Entroncamento" . *Arquitectura.* Ano I, nº 4, Abril de1927

"Cooperativa Predial Portugueza. A festa da entrega do 1º prédio, sob a presidência do ministro das Obras Públicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 235, Setembro de1907

"Cooperativa Predial Portugueza". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VI, nº 184, Novembro de1905

"Curiosidades. Casas Baratas". *Arquitectura. Revista Mensal.* Ano IV, nº 20, Agosto de 1931

"Em Estocolmo – Casas para operários". *Arquitectura. Revista de Arte e Construção.* Ano X, nº 36, Janeiro de1937

"Exposição da habitação, das industrias de edificação e de obras públicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IV, nº 97/98, Junho de1903

"Exposição da habitação, das industrias de edificação e de obras públicas – Conclusão". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume V, nº 105, Agosto de 1903

"Exposição da vida operária". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume VI, nº183, Novembro de 1905

"Fundação Rothschild". *A Construção* Moderna – Revista Illustrada. Volume VII, nº 194, Agosto de 1906

"Habitações económicas em França". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 267, Agosto de 1908

"Habitações Económicas. Justificação da proposta apresentada na Sociedade de Geografia na sessão de 5 de julho de 1905". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VI, nº 169, Junho de 1905

"Habitações económicas. Uma proposta de lei". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 271, Setembro de 1908

"Habitações Económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume VIII, nº 229, Julho de 1907

"Habitações Económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 322, Março de 1910

"Habitações Operárias". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IV, nº 100, Julho de 1903

"Hygiene urbana". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 270, Setembro de 1908

"Legislação das construções". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VII, nº 193, Julho de 1906

"Mais uma habitação económica". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 274, Outubro de 1908

"O problema da habitação e o descongestionamento das grandes cidades, por Ricas Moreno em *El Construtor*". *Arquitectura. Revista Mensal*. Ano IV, nº 19, Julho de 1931

"Obras hydraulicas – Exgotos". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XXXVII. Volume 37, nº 433-435, Janeiro de 1906

"Os Bairros Sociaes (Arco do Cego)". *Ilustração Portugueza*. II série, nº 7416, 7 Junho de 1910

"Reconstrução de casas para famílias pobres nas localidades mais prejudicadas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 294, Maio de1909

"Regulamento de salubridade das edificações urbanas. Condições higiénicas a adoptar na construção dos prédios". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume IV, nº 103, Agosto de 1903

"Salubridade e hygiene urbana". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VI, nº 188, Maio de 1906

"Saneamento das povoações". *A Construção Moderna e as Artes do Metal.* Volume XIV, nº 414, Março de 1914

"Sedes sociaes – uma casa operária. Projectos do architecto, Sr. A. M. Costa Campos". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 235, Setembro de 1907

"Segundo congresso de saneamento da habitação reunido em Genebra em 1906". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VII, nº 213, Fevereiro de 1907

"Segundo Congresso internacional de saneamento e salubridade da habitação". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VII, nº195, Agosto de 1906

"Uma lei sobre habitações económicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 231, Agosto de 1907

"Uma solução financeira do problema das habitações económicas – continuação do nº 222". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VII, nº 222, Maio de 1907

"XIVº congresso internacional de hygiene e demografia". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 247, Janeiro de 1908

A Actualidade (15 Agosto 1882). Porto: 1882

ALMEIDA, F. J. De – "Technologia da edificação (continuação)". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes.* Serie 2ª,nº 7, 1878

ALMEIDA, F. J. De – "Considerações ácerca da hygiene das construcções civis e públicas (continuação)". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Serie 2ª, nº 6, 1878

ALMEIDA, F. J. De – "Considerações àcerca da hygiene nas habitações". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Serie 2ª,nº 5, 1878

Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse. Mulhouse: Imprimerie Veuve Bader et Cie

CAMACHO, Manuel de Brito – "Portaria de 3 de maio, criando uma junta de melhoramentos hygienicos e esthetica na cidade de Coimbra". *Revista de Obras Publicas e Minas* . Volume XVIII, 1911

CARVALHO, J. Lino – *Considerações sobre a Hygiene da Habitação*. Lisboa: Typ. da Papelaria palhares, 1898

CARVALHO, J. Lino de – "Povoações hygiénicas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume V, nº 151, Dezembro de 1904

CARVALHO, J. Lino de – "Povoações salubres. A casa." *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume V, nº 152, Dezembro de 1904

CARVALHO, J. Lino de – "Povoações salubres. A cidade." *A Construção Moderna –Revista Illustrada*. Volume V, nº 154, Janeiro de 1905

CARVALHO, J. Lino de – "Povoações salubres. O bairro". *A Construção Moderna – Revista Illustrada*. Volume V, nº 153, Dezembro de 1904

CARVALHO, Lino de – "A Habitação". *Annuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*. Anno II. Lisboa: Typographia do Commercio, 1906

CARVALHO, Lino de – "Construcção Moderna. Considerações sobre a hygiene da habitação". *Boletim da Associação dos Conductores de Obras Publicas*. Volume I, 1897

COSTA, José Cecílio, COURAÇA, João da Costa, BESSA, José António Ferro de Madureira – "Projecto de esgoto e saneamento da cidade de Coimbra". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XX, Volume 24, nº 277 e 278, Março de 1893

JUNIOR, António Rodrigues da Silva – "Hygiene Pública. Saneamento urbano e depuração biológica". *A Construção Moderna - Revista Illustrada*. Volume VI, nº 157, Fevereiro de 1905

JUNIOR, António Rodrigues da Silva – "Hygiene Pública - Systemas de evacuação dos líquidos impuros da habitação e do esgoto urbano". *A Construção Moderna - Revista Illustrada*. Volume VI, nº 163, Abril de 1905

JUNIOR, António Rodrigues da Silva – "Hygiene Pública. Salubridade pública atravez da História". *A Construção Moderna - Revista Illustrada*. Volume VI, nº 161, Abril de 1905

LOUREIRO, José Adolpho de – "Esgoto e saneamento da cidade de Coimbra". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XXIV. Volume 24, nº 281 e 282, Maio de 1893

LUCIANO, José – "Decreto e regulamento para os encanamentos particulares e consumo

de água da Cidade do Porto". *Revista de Obras Publicas e Minas.* Dezembro, 1886

MACHADO, Alfredo d'Ascensão – "Legislação Portuguesa sobre Edificação". *Annuario da Sociedade dos Architectos Portugueses.* Anno I, 1905

MATTOS, Mello – "Habitações Económicas". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VI, nº 168, Junho de 1905

MATTOS, Mello de – "A organisação de um bairro operário". *A Construção Moderna e as Artes do Metal*. Volume IX, nº 345, Maio de 1911

MATTOS, Mello de – "Casas Baratas. Conferência realizada em 11 de maio de 1905 no Atheneu Commercial de Lisboa pelo engenheiro José Maria de Mello de Mattos". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VI, nº 165, Maio de 1905

MATTOS, Mello de – "Casas Baratas. Conferência realizada no Centro Regenerador Liberal pelo engenheiro José Maria de Mello de Mattos". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume V, nº 119, Janeiro de 1904

MATTOS, Mello de – "Casas Baratas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IV, nº 102, Julho de 1903

MATTOS, Mello de – "Casas Económicas". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 262, Junho de 1908

MATTOS, Mello de – "Congresso de saneamento e salubridade da habitação". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VII, nº 199, Setembro de 1906

MATTOS, Mello de – "O saneamento do Porto". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VI, nº 159, Março de 1905

METOPA & TRIGLYPHO – "A cidade do Porto. A hygienização da cidade". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume V, nº 132, Maio de 1904

MONTENEGRO, Augusto Pinto de – "Casas económicas (O problema da habitação)". *A Construção Moderna - Revista Illustrada.* Volume VIII, nº 264, Julho de 1908

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – "A Hygiene nas Habitações". *Revista de Obras Publicas e Minas.* Tomo XXXI, nº 370 a 372, Outubro a Dezembro de 1900

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – "Hygiene Publica. Causas da Insalubridade das Casas de Habitação". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Volume 32, nº 373 e 375, Janeiro e Março de 1901

MONTENEGRO, Augusto Pinto de Miranda – "Hygiene publica. Causas da insalubridade das casas de habitação". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XXXII, Volume 32, nº 373-375, Outubro de 1900

MONTEZ, Paulino – "Bairro Económico Dr. Oliveira Salazar". *Arquitectura*. *Revista de Arte e Construção*. Ano XII, nº43, Fevereiro de 1939

MOREIRA, Manuel Vicente – "Notas sobre a habitação operária em Portugal". *Brotéria.* VolumeXXV, fasc. 4, Outubro de 1937

NUNES, José de Sousa – "Bairro de Torres Vedras – Da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses". *A Arquitectura Portuguesa*. Ano XXVII, Dezembro de 1934

P. A. – "Chronica – Cooperativa Predial Portugueza". *Revista de Obras Publicas e Minas*. Tomo XXXVI. Volume 36, nº 424 e 426, Abril e Junho de 1905

PENEDA, José Ferreira – "Projecto de um grupo de dez habitações – Para dez operários que se constituiram em grupo a que deram o nome: DEZ DE MAIO. No ângulo das ruas do Seixal e Cavadas, no Porto". *A Arquitectura Portugueza*. Ano XIX, nº 12, Dezembro de 1926

RAMOS, Carlos – "Bairro operário em Olhão". *Arquitectura*. *Revista Mensal*. Ano I, nº 9, Setembro de1927

RAMOS, Carlos – "Casas para todos. Casa Moderna". *Arquitectura. Revista Mensal.* Ano III, nº 17, Novembro de1929

ROBALO, Jacinto – "Fachadas de Casas Económicas e duma edificação em estilo tradicionalista em Vila Velha de Rodam". *Arquitectura Portuguesa.* Ano XXI, nº 11, Novembro de1928

TEIXEIRA, Francisco Pinto – "A Crise de Habitação em Lisboa (Cont.)". *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.* Nº 647, Julho de 1928

TRELAT & SOMASCO – "Artigo sobre aquecimento e arejamento das habitações". *Engenharia e Architectura*. II, nº 13, 1892

ULRICH, J. – "As casas económicas. A isenção dos impostos prediaes e das portas e das janelas". *A Construção Moderna – Revista Illustrada.* Volume IX, nº 324, Abril de 1910

VASCONCELLOS, Manuel de – "O III Congresso Internacional de Técnica Sanitária e de Higiene Urbana". *A Medicina Contemporanea*. Nº 21, Maio de 1932

IV. Bibliografia internacional sobre habitação

AYMONINO, Carlo – *La Vivienda Racional. Ponencias de los Congresso CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973

BÉDARIDA, Marc, PAQUOT, Thierry, – *Habiter l'Utopie. Le Familistère Godin à Guise*. Paris: Éditions de La Villette, 2009 [1982]

BULLOCK, Nicholas, READ, James – *The movement for housing reform in Germany and France 1840-1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [1985]

CALABI, Donatella, coord. – *Architettura domestica in Gran Bretagna, 1890-1939*. Milano: Electa Editrice, 1982

DUMAS, Jean – *Cités, Cités-Jardins: Une Histoire Européenne*. Talence: Editions de la maison des sciences de l'homme d'Aquitaine, 1996

DUMONT, Marie-Jeanne – *Le Logement Social a Paris 1850-1930. Les Habitations a Bon Marche*.

Liège: Pierre Mardaga éditeur, 1991

ELEB, Monique – *L'apprentissage du «chez-soi». Le Groupe des Maisons Ouvrières, Paris, avenue Daumesnil, 1908*. Marseille: Editions Parenthèses, 1994

ELEB, Monique, DEBARRE, Anne – *L'invention de l'habitation moderne. Paris 1880 - 1914*. Paris: Éditions Hazan et Archives d'Architecture Moderne, 1995

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne – *L'Habitation Ouvriere.- Architectures de la vie privée. -XVII XIX siècles. Bruxelles*. Paris: Éditions Hazan et Archives d'Architecture Moderne, 1999

ELEB-VIDAL, Monique, DEBARRE-BLANCHARD, Anne – "*Architecture domestique et mentalités: les traités et les pratiques au XIXe siècle". Extenso.* nº2 e nº5. Paris: École d'architecture Paris – Villemin, 1984

FLAMAND, Jean-Paul – *Loger le Peuple. Essai sur L'histoire du Logement Social*. Paris: Éditions la Découverte, 1989

GAULDIE, Enid – *Cruel Habitations. A History of Working-Class housing 1780-1918*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1974

GUERRAND, Roger-Henri – *Les Origines du Logement Social en France, 1850-1914*. Paris: Éditions de la Villette, 2010 [1987]

HELLER, Geneviève – *Propre en ordre. Habitation et vie domestique 1850-1930: l'exemple vaudois*. Lausanne: Editions d'En Bas, 1979

JONAS, Stéphane – *Mulhouse et Ses Citès Ouvrières*. Strasbourg: Editions Oberlin, 2003

KLEIN, Alexander – *Vivienda mínima: 1906-1957*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980

LUCAN, Jacques, coord. – *Eau et Gaz a Tous les Etages. Paris, 100 ans de logement*. Paris: Édition du Pavillon de l'Arsenal; Picard Éditeur, 1992

MAGRI, Susanna – "*L'intérieur domestique. Pour une analyse du changement dans les manières d'habiter". Genèses*. Science sociales et histoire. nº 28. (Septembre 1997). Paris: Edicion Belin, 1997

MOLEY, Christian – *L'Architecture du Logement. Culture et logiques d'une norme héritée*. Paris: Economica/Anthropos, 1998

MOLEY, Christian – *L'Immeuble en Formation. Genèse de L'habitat Collectif et Avatars Intermédiaires*. Liège: Pierre Mardaga, 1991

MOLEY, Christian – *Les Abords du Chez-Soi. En quête d'espaces intermédiaires*. Paris: Éditions de la Villette, 2006

PEREIRA, Paloma Barreiro – *Assentamientos urbanos y perifericos de vivienda unifamiliar en Madrid, 1909-1939 (Las casas baratas)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1987

RAYMOND, Henri, HAUMONT, Nicole, DEZÈS, Marie-Geneviève, HAUMONT, Antoine – *L'Habitat Pavillonnaire*. Paris: L'Harmattan, 2001 [1966]

ROMÓN, Maria A. Castrillo – *"Reformismo, vivienda y ciudad: orígenes y desarrollo de un debate: España 1850-1920". Arquitectura y Urbanismo*. nº38. Valladolid: Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 2001

ROMÓN, María A. Castrillo – "Influencias Europeias sobre la "Ley de Casas Baratas" de 1911: el referente de la *Loi des Habitations à Bon Marché* de 1894". *Cuadernos de Investigación*

Urbanística. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2003

ROMÓN, María A. Castrillo – "Vivienda social y planificación urbanística: vestigios reformistas en la práctica actual". *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras.* Série I, nº 13, 2003

SAMBRICIO, Carlos, coord. – *Un siglo de vivienda social (1903/ 2003)*. Tomo I. Barcelona: Editorial Nerea, 2003

STÉBÉ, Jean-Marc – *Le logement social en France (1789 a nos jours)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998

TARN, John Nelson – *Five per cent philanthropy. An account of housing in urban areas between 1840 and 1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973

TEIXEIRA, Manuel C. – *Housing Strategies in Europe, 1880-1930*. Leicester: Leicester University Press, 1992

URSULA, Paravicini – *Habitat au Féminin*. Paris: Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1990

Housing and Dwelling. Perspectives on Modern Domestic Architecture. London and New York: Routledge, 2007

V. Bibliografia nacional sobre habitação

ALMEIDA, Paulo – *Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas Económicas do Porto (1935-1965)*. Porto: Faculdade de Letras UP, 2010. Tese de Mestrado

ANTUNES, Filipa Alexandra Gomes da Silva Oliveira – *Habitação Operária. Pátios e Vilas de Lisboa. A experiência da cidade operária industrial*. Lisboa: Faculdade Arquitectura - UTL, 2002. Tese de Mestrado

AZEVEDO, Orlando – *Bairro Social do Arco do Cego: Uma Ética, Uma Estética, Uma Poética*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1998. Tese de Mestrado

BAPTISTA, Luís Vicente – "Casa, família, ideologia: a emergência da política de 'moradias unifamiliares' em Portugal nos anos 30". *Ler História*. Nº34. Lisboa: Associação de Actividades Científicas ISCTE,1998

CARDOSO, Vasco – "The Low-Income Townhouse Blocks in Porto: The Morphological Origins of a Central and Unique Portuguese Social Housing Experience". *17th Conference ISUF 2010*. Institute of comparative Urban History, University of Münster and Institute of Geography, University of Hamburg, Agosto de 2010

COELHO, António Baptista, – "Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972". *RISCO, Revista de pesquisa Arquitectónica e Urbana*. Nº10, 2009

CORDEIRO, José Manuel Lopes – "O Plano do Senhor Stéphankévitch". *Jornal "O Público". Caderno Local*. Porto, 2000

CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – "Une Initiative Philanthropique au Debut du XXº Siecle: Les Quartiers Ouvriers du Journal *O Comércio do Porto*. Archéologie industrielle en France. *Villages Ouvriers, Utopie ou Realites?". Actes du Colloque international du Familistère de Guise*. Nº 24/25, 16-17 octobre 1993. Cilac e l'Heur de Laon, 1994

FERNANDES, Francisco Barata – *Transformação e Permanência na Habitação Portuense. As formas da casa na forma da cidade*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996

FERREIRA, José António, coord. – *Habitação Social no Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999

FERREIRA, José António, coord. – *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2000

FERREIRA, Maria Júlia – "O Bairro Social do Arco do Cego - uma aldeia dentro da cidade de Lisboa". *Análise Social*. Volume XXIX, 3ºano, nº 127, 1994

FITAS, Idalinda Rosa Rodrigues – *A Habitação Popular no Porto em Finais do Século XIX. O Inquérito Comissão Central de Imprensa (1888)*. Porto: edição policopiada/ FLUP, 1998

GONÇALVES, Eliseu – "As soluções do alojamento operário no Porto na transição da Monarquia para o Estado Novo". *Atas do 1º Congresso sobre o Património Industrial*. Vila do Conde: Associação Portuguesa para o Património Industrial (APPI) / CM Vila do Conde, 2010

GONÇALVES, Eliseu – "Bairros operários". Maria Fernanda Rollo, director. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2011

GONÇALVES, Eliseu – "Das casas octogonais de Orson Fowler à *Casa de amanhã*". *RESDOMUS*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2010

GONÇALVES, Eliseu – "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário". Virgílio Borges Pereira, coord. *Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006)*. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, 2010

GONÇALVES, Eliseu – "O Bairro do Monte Pedral e o alojamento operário em 1900". Rui Jorge Garcia Ramos, coord. *Leituras de Marques da Silva*. Porto: Fundação Instituto José Marques da Silva, 2011

GONÇALVES, Fernando – "A mitologia da habitação *social*. O caso português". *Cidade e Campo. Portugal Habitação e Dependência*. Nº 1, Fevereiro de 1978

GROS, Marielle Christine – *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1982

JANARRA, Pedro – "A política urbanística e de habitação social do Estado Novo; o caso do Bairro de Alvalade de Lisboa: entre o projecto e o concretizado". *História*. Nº34, 1998

KOEHLER, Mariana – *Colónia Operária Viterbo Campos. Do reconhecimento à estratégia de intervenção*. Porto: FAUP, 2010. Tese de Mestrado Integrado

MATOS, Fátima Loureiro de – "Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956". *Análise Social*. Volume XXIX, 3º ano, nº 127, 1994

MOTA, Nelson Jorge Amorim – "A Arquitectura do Quotidiano". *Público e privado no espaço doméstico da burguesia portuense no final do século XIX*. Série B, nº 9. Coimbra: edarq - Edições do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2010 [2006]

PEREIRA, Nuno Teotónio – "Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário". *Análise Social*. Volume XXIX, 3º ano, nº 127, 1994

PEREIRA, Virgílio Borges – "A política da habitação do estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica". Carlota Santos, coord.

Família, Espaço e Património. Guimarães: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço Memória", Dezembro de 2011

RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A Casa. Arquitectura e Projecto Doméstico na Primeira Metade do Século XX Português*. Porto: FAUP publicações, 2010

SALGUEIRO, Teresa Barata – "Habitação operária em Lisboa". *Arquitectura*. 4ª série, nº 143, Setembro, 1981

SARAIVA, Luís Miguel Silva – *Os tipos de habitação do Estado Novo*. Lisboa: Dep. Arquitectura - Universidade Lusíada de Lisboa, 1998. Tese de Mestrado

SENOS, Sofia Maria Grilo Marques – *Vista Alegre. Um espaço urbano industrial*. Coimbra: Departamento de Arquitectura - Faculdade Ciências UC, 2008. Prova Final para obtenção da Licenciatura em Arquitectura

SILVA, Carlos Nunes da – *"*Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira metade do século XX*"*. *Análise Social*. Volume XXIX, 3º ano, nº 127, 1994

TEIXEIRA, Manuel C. – "As estratégias de habitação em Portugal 1880-1940". *Análise Social*. Volume XXVII, 1º ano, nº 115, 1992

TEIXEIRA, Manuel C. – *"*Habitação Popular na Cidade Oitocentista*"*. *As Ilhas do Porto: Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996

TEIXEIRA, Manuel C. – "A habitação popular no século XIX - características morfológicas, a transmissão de modelos: as *ilhas* do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro". *Análise Social*. Volume XXIX, 3ºano, nº 127, 1994

TIAGO, Maria da Conceição – *O Bairro Social da Ajuda/ Boa Hora. Um Projecto da República Nova e uma realização do Estado Novo. 1918-1935.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1997. Tese de Mestrado

TOMÁS, Ana Leonor Morgado - *Ciudad Oculta. Lisboa 1870-1930. La vivienda obrera*. Sevilla: E.T.S. de Arquitectura - Universidad de Sevilla, 2009. Tese de Doutoramento

VI. Bibliografia de contextualização internacional

ADAMS, Annmarie – *"*Fisiologia doméstica. Higiene y arquitectura: una perspectiva histórica*"*. *Arquitectura Viva*. Nº 22, Janeiro e Fevereiro de 1992

BAROU, Jacques – *La Place du Pauvre. Histoire et géographie sociales de l´habtitat HLM.* Paris: Editions L'Harmattan, 1992

BOURDIEU, Pierre, SALAH, Bouhedja, ROSINE, Christin, CLAIRE, Givry – *"*Un placement de père de famille*"*. *La maison individuelle.*

CORBIN, Alain – *Le miasme et la jonquille. L'odorat et l'imaginaire social XVIII-XIX siècles.* Barcelona: Éditions Flammarion, 2008 [1982]

CURL, James Stevens – *The Life and Work of Henry Roberts, 1803-1876. The evangelical conscience and the campaign for model housing and healthy nations.* Guilford, Surrey: Phillimore & Co. Ltd, 1983

DE FUSCO, Renato – *Storia dell'architettura contemporanea*. Roma: Editori Laterza, 1981

ÉPRON, Jean-Pierre – *Comprendre L'Éclectisme*. Paris: Norma Editions, 1997

FOUCAULT, Michel – *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1977 [1963]

GINZBURG, Carlo – *A Micro-história e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel, 1989

GOUBERT, Jean-Pierrre – *La conquête de l'eau. L'avènement de la santé à l'âge industriel*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1986

GUERRAND, Roger-Henri – *Hygiène*. Paris: Éditions de la Villette, 2001

GUERRAND, Roger-Henri – *Les lieux. Histoire des commodités*. Paris: Éditions La Découverte, 2009 [1985]

HANEY, David H. – *When Modern Was Green. Life and work of landscape architect Leberecht Migge*. London: Routledge, 2010

KALAORA, Bernard, SAVOYE, Antoine-Frédéric – "Le Play et les figures de l'ingénieur". *Culture Technique*. Nº 26, 1992

KINTZ, Jean-Pierre – *Nouveau dictionnaire de biographie alsacienne nº26 (Mar à Mie)*. Strasbourg: Fédération des Sociétés d'Histoire et d'Archéologie d'Alsace, 1995

LAUWE, Paul-Henry Chombart de – *Famille et Habitation*. I *Sciences Humaines et Conceptions de l'Habitation*. Paris: Centre National de la Recherche, 1967 [1960]

LEFEVRE, Henri – *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Póvoa do Varzim: Editorial Ulisseia, 1973 [1972]

MAGRI, Susanna Magri, TOPALOV, Christian – "Pratiques Ouvrières et Changements Structurels Dans L' Espace des Grandes Villes du Premier XX Siècle. Quelques Hypothèses de Recherche". *Villes Ouvrières, 1900-1950*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1989

OLMO, Carlo – *La Città Industriale*. Torino: Giulio Eunaudi Editore, 1980

PAQUOT Thirry, RONCAYOLO, Marcel – *Villes & Civilisation Urbaine, XVIII - XX siècle*. Paris: Larousse, 1992

PFAMMATTER, Ulrich – *The Making of the Modern Architect and Engineer. The origins and development of a scientific and industrially oriented education*. Basel: Bikhauser - Publishers for Architecture, 2000

RONCAYOLO, Marcel – *La ville et ses territoires*. Sarthe: Galimard, 1993

TAFURI, Manfredo, DAL CO, Francesco – *Architettura Contemporanea*. Milano: Electa, 1992

VIGARELLO, Georges – *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1988 [1985]

VII. Bibliografia de contextualização nacional

ABREU, A. Barbosa – "A evolução da cidade do Porto e os sistemas de transportes". *Revista de História. Actas do Colóquio "O Porto na Idade Moderna"*. Volume 4. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica/ Centro de História da U. P.,1981

ALVES, Jorge Fernandes – "O Porto Oitocentista. A cidade e os espaços industriais". *O Tripeiro*. 7ª série. Ano XXII, nº 9. Porto: Associação Comercial do Porto, Setembro de 2003

BAPTISTA, Luís Vicente – *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999

CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988

CARDOSO, António – *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1992. Tese de Doutoramento

CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes – *A Indústria Portuense no Século XIX*. 2 volumes. Guimarães: Universidade do Minho, 2006. Tese de Doutoramento

CORDEIRO, José Manuel Lopes – *Exposição de Arqueologia Industrial. Um Século de Indústria no Norte, 1834-1933. O Génio dos Engenhos*. Porto: Associação Industrial Portuense, 1999

CORREIA, Fernando da Silva – *Portugal Sanitário (Subsídios para o seu estudo)*. Lisboa: Ministério do Interior - Direcção Geral de Saúde publica, 1938

Desafios à República. Cidade inconformada e rebelde. Volume 13. Matosinhos: QN - Edição e Conteúdos, S.A., 2010

FONSECA, Madalena Pires da – *A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras UP, 2001

FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Volume II. Lisboa: Bertrand Editora, 1990

FRANÇA, José-Augusto – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 1990

FRANÇA, José-Augusto – *A Arte Portuguesa de Oitocentos*. Volume 28. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979

LEAL, Joana Cunha – *Arquitectura privada, política e factos urbanos em Lisboa. Da cidade pombalina à cidade Liberal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2005. Tese de Mestrado

LOBO, Huertas – *A Arte e a Revolução Industrial nos Séculos XVIII e XIX*. Nº 37. Lisboa: Livros Horizonte, 1985

MARTINS, Conceição Andrade – "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)". *Análise Social*. Volume XXXII, 3º, nº 142, 1997

MELO, Daniel – *Cultura Popular no Estado Novo*. Coimbra: Angelus Novus Editora, 2010

MÓNICA, Maria Filomena – *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1986

MÓNICA, Maria Filomena – "Capitalistas e industriais (1870-1914)". *Análise Social*. Volume XXIII, 5º, nº 99, 1987

OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de Oliveira – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do*

Porto nos séculos XIX e XX. Porto: Editorial U. Porto, 2013

OLIVEIRA, J. M. Pereira de – *Morfologia Urbana. O Espaço Urbano do Porto. Condições Naturais e desenvolvimento.* Coimbra: Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Geográficos, 1973

PEIXOTO, Ana Lemos – *Grandes beneméritos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.* Volume I . Porto: Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997

PEREIRA, David Oliveira Ricardo – *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926).* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008. Tese de Doutoramento

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento, 1995

PEREIRA, Gaspar Martins – *"*As *ilhas* no percurso das famílias trabalhadoras do Porto em finais do século XIX". *Família, Espaço e Patrimonio*. Guimarães: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço Memória", Dezembro de 2011

PINTO, Jorge Ricardo – *O Porto Oriental no Final Do Seculo XIX: Um Retrato Urbano (1875-1900)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007

PORTAS, Nuno – *"*A evolução da arquitectura moderna em Portugal*"*. ZEVI, Bruno – *História da Arquitectura Moderna*. II Volume. Editora Arcádia, 1973

RAMOS, Rui – *"*Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX*"*. Rui Jorge Garcia Ramos, coord. *Leituras de Marques da Silva*. Porto: Fundação Instituto José Marques da Silva, 2011

RODRIGUES, Teresa, FERREIRA, Olegário A. Vieira – "As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX. Características da sua evolução demográfica: 1864-1930". *Revista de História*. Volume XII. Porto: JNICT / Centro de História da Universidade do Porto, 1993

SALEMA, Isabel – *25 olhares sobre a I República. Do republicanismo ao 28 Maio*. Lisboa: Público, Comunicação Social, LDA, 2010

SARAIVA, Tiago – *Ciencia y Ciudad. Madrid y Lisboa, 1851-1900.* Madrid: Ayuntamento de Madrid, 2005

SEIXAS, Paulo Castro – *"*Higienismo: Textos que fizeram cidade*"*. *Literatura e Medicina. I Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas*. Porto: Ed. Universidade Fernando Pessoa, 2003

SILVA, José Álvaro Ferreira da – *Crescimento urbano, regulação e oportunidades empresariais: a construção residencial em Lisboa, 1860-1930.* Florença: Dep. de História e Civilização - Instituto Universitário Europeu, 1997. Tese de Doutoramento

TEIXEIRA, Manuel C. – *"*A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes*"*. *Análise Social*. Volume XXVIII, 2ºano, nº 127, 1993

TREVISAN, Alexandra, MATIAS, Isabel – *Higiene e Salubridade no Porto (1850-1930)*. Porto: Centro de Estudos Arnaldo Araújo da CESA/ESAP, 2002

Utopie et Socialisme au Portugal au XIX Siecle. Exposition Bibliographique et Iconographique. Colloque. Braga: Centro Cultural de Português de Paris/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1979

VALE, Clara Pimenta do – *"*Códigos de Posturas da cidade do Porto entre o Liberalismo e a República. Influências e reflexos na forma de construir corrente*"*. *I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira*, 2013

VIII. Bibliografia crítica

ARÍS, Carlos Martí – *Las variaciones de la identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura.* Barcelona: Ediciones del Serbal, 1993

BILANCIONI, Guglielmo – *Il Primo Behrens. Origini del moderno in architettura.* Firenze: Sansoni Editore, Nuova S.p.A, 1981

CALADO, Maria – *A Cultura Arquitectónica em Portugal. 1880-1920. Tradição e Inovação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, 2002

CHOAY, Françoise – *L'urbanisme, utopies et réalités. Une anthologie.* Paris: Éditions du Seuil, 1979 [1965]

COLLINS, Peter – *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950).* Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1977

DEVILLERS, Christian, HUET, Bernard – *Le Creusot. Naissance et développement d'une ville industrielle 1782-1914*. Seyssel: Editions du Champ Vallon, 1981

FANELLI, Giovanni, GARGIANI, Roberto – *Auguste Perret.* Roma-Bari: Editori Laterza, 2002 [1991]

FREY, Jean-Pierre – *La ville industrielle et ses urbanités. La distinction ouvriers/ employés Le Creusot 1870-1930.* Bruxelles: Pierre Mardaga, 1986

FREY, Jean-Pierre – *Le rôle social du patronat : du paternalisme à l'urbanisme*. Paris: L'Harmattan, 1995

GADDIS, John Lewis – *The landscape of history. How historians map the past*. New York: Oxford University Press, 2002

GUERRAND, Roger-Henri, ROMÓN, María A. Castrillo – *Ciudades*. Nº 6. Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, 2001

MAGRI , Susanna, TOPALOV , Christian – "*De la cité-jardin à la ville rationalisée. Un tournant du projet réformateur (1905-1925) dans quatre pays*". *Revue française de sociologie*, nº 3, 1987

MENDES, Manuel – *"Porto - Cultura da Cidade, Paisagem Doméstica, Morfologias da Casa, 1895-1969 (continuidades, contaminações, metamorfoses)". Memoriam*. Volume II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1999

MOLEY, Christian – *Entre ville et logement. En quête d'espaces intermédiaires*. Paris: Ecole d'architecture de Paris - La Villette, 2003

OVERY, Paul – *Light, Air and Openness. Modern architecture between the wars.* London: Thames & Hudson, 2007

RAMOS, Rui Jorge Garcia – "*Produções correntes* em arquitectura: a porta para uma diferente gramática do projecto no início do século XX*". NW noroeste. Revista de História*. Nº 1. Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, 2005

RAYMOND, Henri – *L'Architecture, les aventures spatiales de la Raison*. Paris: CCI/ Centre Georges Pompidou, 1984

RAYMOND, Marie-Geneviève – *"*Idéologies du logement et opposition ville-campagne*"*.

Revue Française de Socologie. Nº 9, 1968

RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, Transição e Mudança. A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista*. Lisboa: Dissertação para concurso de professor das disciplinas de História Geral da Arte e da História da Arte em Portugal, Estética e Teorias da arte da Escola superior de Belas-artes de Lisboa, 1979

RUBIÓ, Manuel de Solà-Morales – "Ensanche y saneamento de las ciudades". *Vivienda y urbanismo en España*. Madrid: Banco Hipotecario de España, 1982

SAMBRICIO, Carlos, coord. – *La construcción de la ciudad liberal. Invertir capital en busca de renta segura?* Madrid: Ricardo S. Lampreave, 2009

SAMBRICIO, Carlos – *Madrid, vivienda y urbanismo: 1900-1960. De la "normalização de lo vernáculo" al Plan Regiona.* Madrid: Ediciones Akal, 2004

SECCHI, Bernardo – *La città ventesimo secolo.* Volume 6. Bari: Gius. Laterza & Figli Spa, 2008 [2005]

SICA, Paolo – *História del Urbanismo. El Siglo XIX*. Volumen 2º. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981 [1977]

TESSENOW, Heinrich – *Manuel García Roig (a cura di)- La costruzione della casa.* Milano: Edizioni Unicopli, 1999 [1909]

TEYSSOT, Georges – *Da Teoria de Arquitectura: Doze Ensaios*. Lisboa: Edições 70 e Edarq, 2010

TEYSSOT, Georges – *Figure d'interni. Il progetto domestico. La casa dell'uomo: archetipi e prototipi*. Milano: Electa Editrice, 1986

TEYSSOT, Georges – "The Disease of the Domicile". *Assemblage*. Nº 6, Junho de 1988

VIDLER, Anthony – *Histories of the Immediate Present: Inventing Architectural Modernism*. Cambridge: The MIT Press, 2008

ZUCCONI, Guido – *La cittá contesa. Dagli ingegneri sanitari agli urbanisti (1885-1942)*. Milano: Editoriale Jaca Book, 1989

ZUCCONI, Guido – *La città dell'Ottocento.* Bari: Editori Laterza, 2008 [2001]

B. BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR PROJECTADOS PARA A CIDADE DO PORTO, 1894-1938: FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

I. Introdução

O catálogo de fichas de obra diz respeito a 150 projectos extraídos de um universo de 222. As obras escolhidas têm como data de referência o período que decorreu entre os anos de 1894 e 1938, ou seja, amplia em cinco anos o intervalo proposto para a presente investigação com o intuito de perspectivar continuidades nos fenómenos.

As fichas apresentadas são o resultado de uma sistematização da informação recolhida em vários arquivos nacionais, constituindo-se como fonte documental primordial os registos de projectos de arquitectura depositados no Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante). Ainda que um conjunto considerável de projectos municipais esteja também aí depositado, na sua maioria, a informação recolhida provém dos processos de licenciamento de obras particulares. Todo esse manancial de informação - constituído por peças desenhadas e partes escritas relativas a requerimentos, memórias descritivas ou pareceres de entidades licenciadoras - estruturou e alimentou a catalogação das obras. Casos houve em que foi necessário tecer uma rede mais alargada de informação contemplando também fontes iconográficas, bibliográficas e legislativas[590] oriundas de outros espólios.

O lançamento, tratamento e gestão dos dados foram suportados por uma engenharia organizacional de identificadores distribuídos por três filiações de fontes que entroncam no caudal maior constituído pelos processos de obra. Para este cometimento, denominado *Banco de Dados dos Bairros de Habitação Popular* - ***db_BHP*** - foi usada uma aplicação informática especifica [591]. A *db_BHP* constitui um instrumento adaptativo, territorialmente e cronologicamente aberto à elencagem de edifícios de habitação projectados e/ou edificados para a construção em série. Nela se pode combinar informação correlativa de natureza distinta. Nesse sentido,

[590] Os arquivos consultados, os seus espólios e a pertinência à formação e análise do objeto de estudo foi abordado no capitulo referente à metodologia da investigação.

[591] Neste trabalho de investigação foi utilizado o *software* para bases de dados relacionáveis, denominado *FileMaker,* na sua versão 13.

em paralelo, foram constituídas bases de dados exclusivamente dedicadas a documentos de imagem (***db_dI***), documentos de texto (***db_dT***) e documentos legais (***db_dL***) que, quando aplicáveis, concorrem para densificar a informação primária retirada dos processos de obra. Importa ressalvar que em alguns casos, por extravio ou ausência de documentos de projecto, a iconografia e a bibliografia constituem as únicas pistas para o registo das obras.

Os campos e os automatismos criados na *db_BHP*, e o seu carregamento com dados que podem ultrapassar o estrito objecto de estudo da tese, permitem extrair cruzamentos direccionados para outros estudos. Tendo como critério a relevância da informação no quadro das problemáticas essenciais da dissertação, configurou-se especificamente uma *ficha-tipo* para análise das obras. Esta ficha individual de caracterização e análise foi expressamente editada para formar esta parte da dissertação, constituindo, eventualmente, um conjunto de dados com a autonomia suficiente para se emancipar aos interesses particulares da tese.

II. Organização das fichas individuais

A ficha individual apresenta para cada obra, informação vertida da *db_BHP* de forma resumida. A cada registo – identificado com a sigla BHP seguido do número de entrada (ex. *BHP_33*) – correspondem duas páginas (frente e verso) com informação de importância distinta: na frente apresenta-se a caracterização do bairro tanto pela enumeração de alguns dados como pela selecção de uma iconografia base; no verso lista-se informação neutra comum às várias bases de dados relacionáveis atrás referidas.

As fichas estão ordenadas por ordem crescente conforme o *número de identificação*. Em complemento, são fornecidas listas de indexação que ordenam as fichas pelos seguintes campos: números de identificação BHP_**ID** (índice do catálogo); data de referência; denominação do bairro; localização urbana; e, tipo de bairro.

III. Parâmetros de caracterização

Denominação do bairro

A importância de se assinalar as diversas intervenções com um nome prende-se com uma facilidade operativa de nomear, mas também se deve ao facto de, quando se utiliza a denominação original, os seus termos se constituírem como indícios para enriquecer a leitura da obra.

O critério para a fixação de uma denominação segue, em primeiro lugar, a mais comummente utilizada pela entidade promotora e inscrita nos documentos de arquivo. Por exemplo, o primeiro bairro municipal identificado – originalmente rotulado *Bairro Operário da Arrábida* – integrou mais tarde o programa das *Colónias Operárias* do município, passando, desde aí, a ser vulgarmente designado como *Colónia Operária Viterbo de Campos*. Também existem intervenções onde foi afixada, no local, inscrição com o nome do bairro evitando qualquer equívoco sobre a melhor denominação. É o caso, por exemplo, de bairros no interior dos quarteirões auto designados de *Vilas*.

Na maioria das obras privadas não houve um interesse particular em intitular a iniciativa – nestas, o critério seguido foi simplesmente o de associar o classificativo *Bairro* ao nome da rua porque, para a maioria dos casos, se achou vantajoso fixar prontamente a obra no território.

Data de referência da operação

A data utilizada como referência representa o ano em que pela primeira vez o projecto é mencionado. No caso da promoção pública, essa data poderá, eventualmente, ser referida ao próprio acto da decisão política. Portanto, o critério estabelecido visa dar indicação sobre os primeiros vestígios de uma cadeia de fases que conduz à entrega das casas. Para as obras particulares, cuja informação é exclusivamente extraída do licenciamento, esta data coincide com o ano de entrada

do processo nos serviços municipais. A ficha é complementada com uma tabela do faseamento (início do projecto – início da construção – início do uso), não só porque essa determinação pode ser relevante para os estudos, mas também, porque em certos exemplos partes do empreendimento ocorrem a velocidades distintas.

Localização e realização

A cada conjunto corresponde uma localização definida pelo nome da rua e do concelho acompanhada de coordenadas de *geo-referenciação*. Também é identificado o estádio da sua realização (total ou parcialmente construído/ não construído) e a sua condição actual (total ou parcialmente demolido).

Promoção e intervenientes

Os empreendimentos estão classificados quanto à natureza da acção da sua promoção:

Operação Filantrópica	*Bairro Operário Filantrópico* (BO)
Rendimento Imobiliário	*Bairro de Rendimento* (BR)
Paternalismo Industrial	*Bairro de Fábrica* (BF)
Promoção Municipal	*Bairro Municipal* (BM)
Promoção do Estado	*Bairro de Casas Económicas* (BE)
Associativismo	*Bairro Cooperativo* (BC)

Os autores e promotores da obra estão identificados conforme constam nos documentos históricos. Sabe-se que em certos exemplos a autoria definida corresponde puramente a uma visibilidade imposta pela hierarquia do poder. No caso dos projectos desenvolvidos pela 3ª Repartição Técnica da Câmara Municipal do Porto, apesar de se inscrever sempre o nome do técnico responsável (aquele que assina) poderá acontecer que a legítima autoria intelectual e técnica se localize nas camadas inferiores das graduações oficiais. Neste sentido, também se alerta para o facto de que, eventualmente, neste tipo de edifícios - programa menor nos escritórios dos arquitectos e financeiramente pouco aliciante - a assinatura formal

poder não corresponder àqueles que verdadeiramente tutelaram o projecto, ou seja, técnicos legalmente impedidos de se responsabilizarem por ele.

Caracterização urbana

As obras estão analisadas quanto à sua expressão e tensão urbana, ou seja, são fornecidos alguns indicadores para ler a intensidade urbanística da operação: área do terreno; quantidade de parcelas produzidas; número de volumetrias edificadas. Estes parâmetros são completados com outros relativos a usos complementares à habitação que algumas propostas utilizam.

Num contexto mais alargado, filiam-se os conjuntos num referente local - *rua âncora* - e num referente concelhio – *anéis urbanos*. O critério utilizado para a definição da *rua âncora* parte da eleição na cidade de vias estruturadoras quer porque desempenham funções primárias e históricas de distribuição interna e externa (inerentes, por exemplo, à expansão da rede de transporte, do saneamento ou da água), quer porque funcionaram na época como canais de ligação às primeiras servindo de charneira para a criação de novos bairros. Quanto ao critério das zonas anelares, partindo da proposta de 1932 de Ezequiel de Campos, ele permite verificar modas no posicionamento dos conjuntos edificados, numa lógica expansionista concêntrica onde o núcleo antigo da cidade funciona como centro do poder financeiro e político.

Associação e caracterização do fogo

A habitação e sua agregação em séries encontra-se caracterizada quer pelo quadro quantitativo de áreas e definição de compartimentos como pela classificação das soluções de associação dos fogos (S1, S2, S3, ...). As diversas fórmulas de associação encontram-se sintetizadas quanto à propriedade do solo resultante (habitação individual ou colectiva), ao sistema de acessos comuns (acesso directo, vertical ou de galeria, quando habitação colectiva), à sequência e geometria da série (geminada ou em banda, por simetria ou translação do módulo, formando ou não pátios) e, por fim, à sua relação com a via pública (à face, recuada ou no interior do lote). Obteve-se as seguintes possibilidades utilizadas na classificação tipológica presente na ficha:

individual agrupada: geminada
individual agrupada: geminada: recuada
individual agrupada: geminada: interior parcela
individual agrupada: geminada: quadripartida
individual agrupada: geminada: quadripartida: pátio

individual agrupada: banda
individual agrupada: banda (por simetria)
individual agrupada: banda (por simetria): recuada
individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
individual agrupada: banda (por translação)
individual agrupada: banda (por translação): recuada
individual agrupada: banda (por translação): interior parcela

colectiva: acesso galeria
colectiva: acesso galeria: recuada
colectiva: acesso galeria: interior parcela

colectiva: acesso vertical
colectiva: acesso vertical: recuada
colectiva: acesso vertical: interior parcela

colectiva: acesso directo
colectiva: acesso directo: recuada
colectiva: acesso directo: interior parcela

À parte esta informação, é indicado o número de fogos autorizados e representados. Para alguns casos, a distinção entre o número de habitações submetidas efectivamente à aprovação superior (entidade licenciadora ou tutelar) e aquilo que está representado, permite verificar, por um lado, a ordem de grandeza e a escala da operação original não realizada, por outro, constatar ampliações de bairros

preexistentes não cadastrados cujas unidades são detectadas pela sua indicação em texto ou em desenho de implantação.

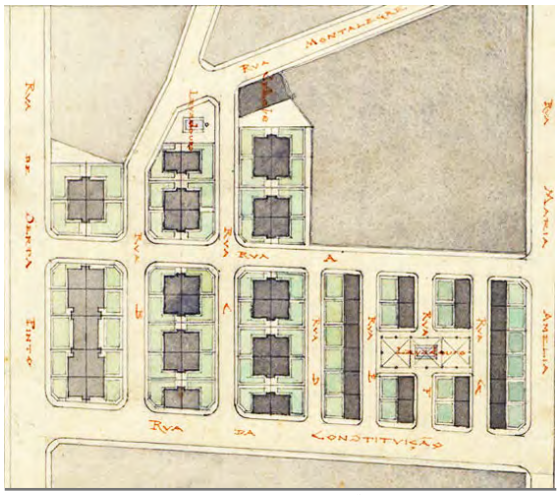
Imagens selecionadas

A ficha contém uma coluna com três imagens ordenadas verticalmente da seguinte forma: levantamento fotográfico aéreo do Porto de 1939 com indicação em mancha da intervenção (proposta implementada, a azul; proposta não construída ou processo não identificado, a amarelo); desenho de implantação do projecto ou, quando não exista, localização na carta topográfica do Porto de 1937; planta de um conjunto exemplar de fogos com respectiva escala gráfica. Todas as plantas apresentadas sensivelmente à mesma escala para permitir algum rigor na comparação.

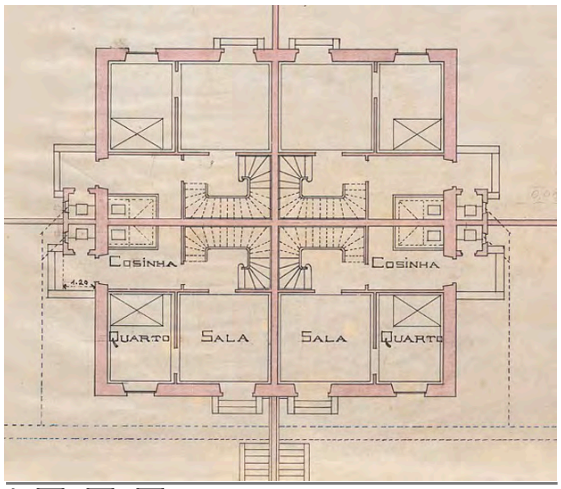
IV. Catálogo de fichas individuais de obras
Bairros de Habitação Popular_BHP



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_003



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_002



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_005



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_001

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_1

Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Monte Pedral

1899 — **Bairro Operário Filantrópico** — **BO**

Segundo dos três bairros promovidos pelo jornal O Comercio do Porto no contexto do movimento internacional das Cidades Operárias. A operação, com projecto de Marques da Silva, nunca será consumada tendo-se unicamente realizado 26 casas, doze das quais construídas somente em 1904 já sob os auspícios da municipalidade que inaugura aí a promoção social da habitação.

localização e realização

Serpa Pinto, Rua — Porto

41° 9'50.92"N / 8°37'11.95"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Operação Filantrópica

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: O Comércio do Porto/CMP

projectista: José Marques da Silva — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 26 nº volumes: 7 área terreno^{m2}: 2000

equipamentos apoio: lavadouro; creche;

esp. público: praça;

rua âncora: Serpa Pinto, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 26 fogos representados: 68

área exterior: jardim frontal; jardim lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**20**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**40**	**38**
S2	**4**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**49**	**38**
S3	**2**	0	1	1	4	0	0	1	0	**2**	**35**	**38**

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida
S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada
S3 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3- solução existente entre os 2 núcleos transformados (s1 e s2);
S2- transformação da matriz pela alteração de dois fogos; S1- 4 núcleos isolados de 4 fogos cada que constituem a matriz.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**14**	S1+S2+S3	**1899**	**1899**	**1902**	**1899**
F2	**12**	S1	**1904**	**1904**		
F3						

construção tradicional em alvenaria de pgarnito e armação de madeira em cobertura

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_1 Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Monte Pedral

informação arquivística principal

arquivo: Fundação Instituto Marques da Silva | cota: | folhas:

licença de obra: | data entrada: 1899 | data de referência do projecto: 1899

registos BHP relacionados

BHP_2	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1901	Condominhas, Rua das	O Comércio do Porto
BHP_3	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1901	Doutor Henrique de Miranda,	Francisco Carqueja

referência legislação (dL)

dL_26	Discussão do projecto de lei n.º 45 (Construcção de casas baratas para as classes	Discussão/ Propostas	27/07/1909
dL_28	Isenção de contribuição na aquisição de terrenos para construção de bairros	Projecto de Lei	22/02/1912
dL_29	Proposta de lei isentando de quaisquer contribuições pela aquisição de terrenos	Proposta de Lei	26/02/1912
dL_032	Proposta Financiamento e subvenção de casas económicas		26/02/1914
dL_039	discussão do parecer n.º 248	Parecer	03/03/1913
dL_227	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	28/01/1915

referência bibliográfica (dT)

dT_3	Manuel C.	Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto	p. 281	1996
dT_4	Marielle Christine	O Alojamento Social sob o Fascismo		1982
dT_12	José Maria de Oliveira	Boletim do Trabalho Industrial	p. 34 e 35	1912
dT_104	Bento (?)	Regulamento do Bairro Operário do Monte Pedral de Iniciativa do		1901
dT_215	CORDEIRO, José Manuel	Archéologie industrielle en France. -"VILLAGES OUVRIERS, UTOPIE		1994
dT_271	FRANÇA, José-Augusto	A Arte em Portugal no Século XIX (vol II)	p. 163	1990
dT_272	CARDOSO, António	O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País	p.159 -161	1992
dT_275	GONÇALVES, Eliseu	Leituras de Marques da Silva		2011
dT_277	Eliseu	Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956		2010
dT_281	CORDEIRO, José Manuel	Exposição de Arqueologia Industrial. - Um Século de Indústria no	114 - 116	1999

referência imagens (dI)

outras referências documentais

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26802

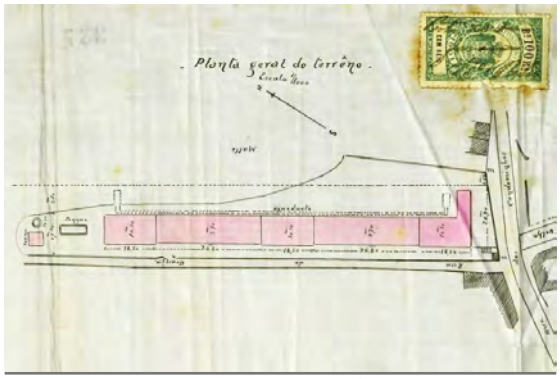
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Lordelo

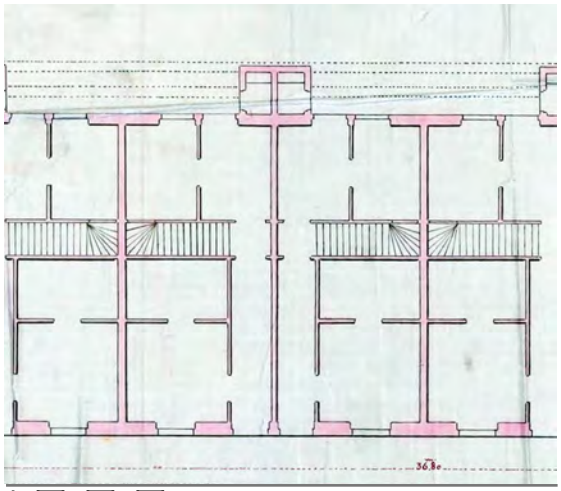
1901 **Bairro Operário Filantrópico** **BO**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_028



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_025



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_026



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_030

localização e realização

Condominhas, Rua das — Porto

41° 9'0.29"N / 8°39'11.88"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Operação Filantrópica

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: O Comércio do Porto — Imprensa

projectista: Manuel Fortunato d'Oliveira — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 4500

equipamentos apoio: forno; poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Condominhas, Rua das

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 29 fogos representados: 29

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**27**	1	2	1	2	1	0	1	0	**2**	**67**	**31**
S2	**2**	0	2	1	1	2	0	1	0	**2**	**67**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

Uma das casas de topo da Solução II possui WC interior em vez de exterior. Existem 16 casas que são ligeiramente mais recuadas, tendo menos 2 m2 que as restantes.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**24**	S1+S2	**1901**	**1902**		**1901**
F2	**5**	S1+S2		**1903**		
F3						

construção tradicional de alvenaria de pedra e armação de madeira na cobertura

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_2 Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Lordelo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/7 (164) | folhas: 333-338

licença de obra: 59(1)/1901 | data entrada: 1901 | data de referência do projecto: 1901

registos BHP relacionados

BHP_1	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1899	Serpa Pinto, Rua	O Comércio do Porto/CMP
BHP_3	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1901	Doutor Henrique de Miranda,	Francisco Carqueja

referência legislação (dL)

dL_26	Discussão do projecto de lei n.º 45 (Construcção de casas baratas para as classes	Discussão/ Propostas	27/07/1909
dL_28	Isenção de contribuição na aquisição de terrenos para construção de bairros	Projecto de Lei	22/02/1912
dL_29	Proposta de lei isentando de quaisquer contribuições pela aquisição de terrenos	Proposta de Lei	26/02/1912
dL_032	Proposta Financiamento e subvenção de casas económicas		26/02/1914
dL_039	discussão do parecer n.º 248	Parecer	03/03/1913
dL_099	Expropriação de terreno da Quinta da Granja	Lei	11/11/1904
dL_122	Expropriação de terrenos para alargamento da Rua das Condominhas	Lei	07/11/1889

referência bibliográfica (dT)

dT_4	Marielle Christine	O Alojamento Social sob o Fascismo		1982
dT_104	Bento (?)	Regulamento do Bairro Operário do Monte Pedral de Iniciativa do		1901
dT_215	CORDEIRO, José Manuel	Archéologie industrielle en France. -"VILLAGES OUVRIERS, UTOPIE		1994
dT_277	Eliseu	Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956		2010
dT_296	CARQUEJA, Bento	O Futuro de Portugal. - Portugal após a guerra	94	1920
dT_318	CARQUEJA, Bento	O Comercio do Porto ao completar 80 anos. - Notas para a sua		1934
dT_322		O Comércio do Porto. 100 anos 1854-1954		1954

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

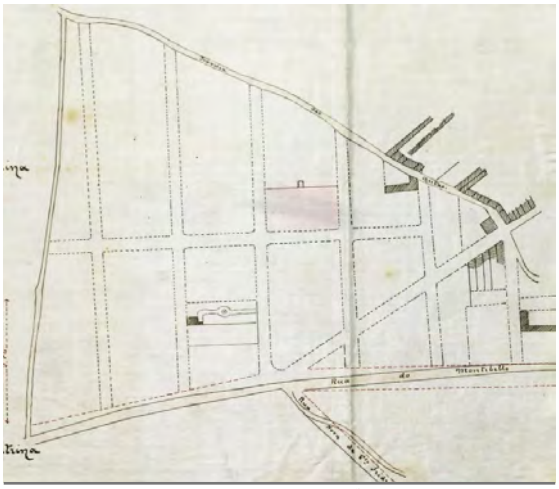
Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Bomfim

1901 **Bairro Operário Filantrópico** **BO**

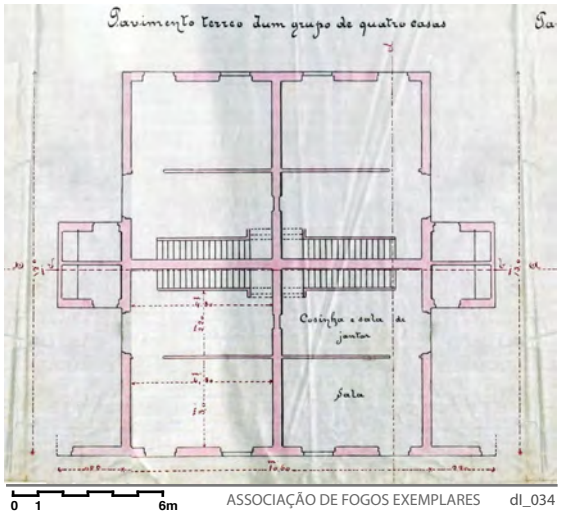
O terceiro bairro mandado construir pelo jornal portuense foi implantado no antigo lugar do Monte Aventino (Antas). Trata-se de um empreendimento faseado provavelmente associado a um quarto bairro esquecido: o Bairro Xavier da Mota. Deste, sabe-se que a primeira pedra foi lançada a 22 de Fevereiro de 1931 na quarta Festa do Trabalho. As seguintes festas do trabalho consecutivamente aí realizadas sendo sorteadas pelo menos 4 casas até 1933.



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_035



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_032



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_034

localização e realização

Doutor Henrique de Miranda, Rua — Porto

41° 9'39.28"N / 8°35'24.92"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Operação Filantrópica

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Carqueja — Administrador CP

projectista: Manuel Fortunato d'Oliveira — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 40 nº volumes: 8 área terreno^{m2}: 2190

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 40 fogos representados: 40

área exterior: pátio lateral jardim frontal;

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**16**	0	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**52**	**5**
S2	**16**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**		
S3	**8**	0	1	1	4	0	0	1	0	**2**		

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3 individual agrupada: geminada: quadripartida

Os dados referem-se a parte da intervenção, relativa ao único processo de licenciamento encontrado. Presume-se que os dois outros tipos referidos em textos da época não tenham dado entrada nos serviços da câmara.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_036

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**16**	S1	**1901**	**1903**	**1904**	**1901**
F2	**16**	S2		**c.1903**	**c. 1904**	
F3	**8**	S3		**1914**	**c. 1920**	**1914**

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_3 Bairro Operário "O Comércio do Porto" - Bomfim

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/7 (165) | folhas: 255-261

licença de obra: 109/1901 | data entrada: 1901 | data de referência do projecto: 1901

registos BHP relacionados

BHP_1	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1899	Serpa Pinto, Rua	O Comércio do Porto/CMP
BHP_2	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1901	Condominhas, Rua das	O Comércio do Porto

referência legislação (dL)

dL_26	Discussão do projecto de lei n.º 45 (Construcção de casas baratas para as classes	Discussão/ Propostas	27/07/1909
dL_28	Isenção de contribuição na aquisição de terrenos para construção de bairros	Projecto de Lei	22/02/1912
dL_29	Proposta de lei isentando de quaisquer contribuições pela aquisição de terrenos	Proposta de Lei	26/02/1912
dL_032	Proposta Financiamento e subvenção de casas económicas		26/02/1914
dL_039	discussão do parecer n.º 248	Parecer	03/03/1913
dL_234	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	04/02/1915

referência bibliográfica (dT)

dT_4	Marielle Christine	O Alojamento Social sob o Fascismo		1982
dT_12	José Maria de Oliveira	Boletim do Trabalho Industrial	p. 34 e 35	1912
dT_104	Bento (?)	Regulamento do Bairro Operário do Monte Pedral de Iniciativa do		1901
dT_215	CORDEIRO, José Manuel	Archéologie industrielle en France. -"VILLAGES OUVRIERS, UTOPIE		1994
dT_277	Eliseu	Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956		2010
dT_281	CORDEIRO, José Manuel	Exposição de Arqueologia Industrial. - Um Século de Indústria no	114 - 116	1999
dT_296	CARQUEJA, Bento	O Futuro de Portugal. - Portugal após a guerra	94	1920
dT_318	CARQUEJA, Bento	O Comercio do Porto ao completar 80 anos. - Notas para a sua		1934
dT_322		O Comércio do Porto. 100 anos 1854-1954		1954

referência imagens (dI)

outras referências documentais

Boletim do Trabalho Industrial - Contribuição para o Estudo das Casas para Operários , nº66, Lisboa, 1912, pág. 34 e 35

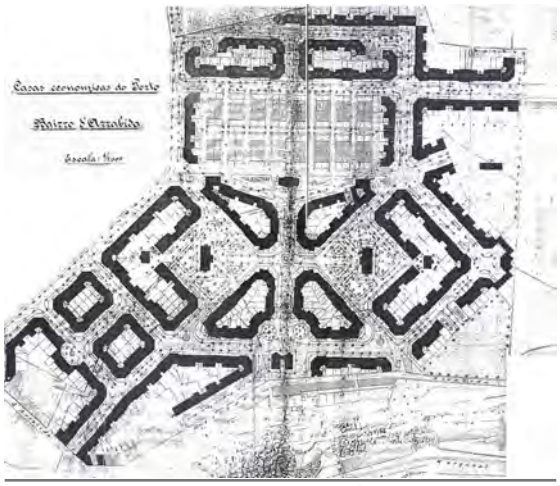
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Social da Arrábida/ Bairro Sidónio Pais

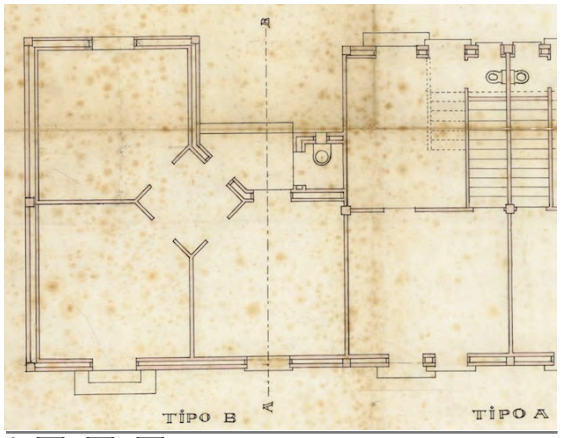
1919 **Bairro Social do Estado** **BE**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_041



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1491



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_943



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_942

localização e realização

Entre Campos, Rua de — Porto

41° 9'5.92"N / 8°38'26.15"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção do Estado

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Ministério do Trabalho

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 100 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 6900

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 100 fogos representados: 465

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**32**	0	1	1	2	0	1	0	0	**2**	**46**	**40**
S2	**32**	1	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**38**	**40**
S3	**24**	0	1	1	0	0	0	1	0	**1**	**37**	**40**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

A área total do terreno (em projecto) é de cerca de 51.000 m2. A área do espaço exterior indicada é um valor médio, já que os pátios posteriores apresentam diferentes áreas. Existe uma quarta solução, nas casas de cunhal, com dois pisos: espaço de entrada, sala, cozinha, wc exterior, espaço exterior e um quarto no piso superior. (12 unidades). Existem espaços de arrumos nas Soluções I,III e IV.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1			**1919**	**1923**	**1919**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_4 Bairro Social da Arrábida/ Bairro Sidónio Pais

informação arquivística principal

arquivo: SIPA/IRHU/IPAP		cota:	folhas:
licença de obra:	data entrada: 1919	data de referência do projecto:	1919

registos BHP relacionados

BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

dL_046	crédito destinados à construção de casas para operários em Lisboa e Porto	Decreto-Lei	29/04/1918
dL_058	Medidas para promoção da construção de casas económicas REPETE	Decreto-Lei	25/04/1918
dL_149	Dissolução das comissões administrativas das casas económicas do Porto e Lisboa	Decreto-Lei	30/07/1926
dL_204	Novo Regulamento para a construção e administração dos bairros sociais	Decreto-Lei	12/04/1920
dL_216	Venda à Camara de Terreno na Arrabida	Decreto-Lei	05/12/1929
dL_221	Conclusão de Bairros sociais	Decreto-Lei	27/09/1924
dL_222	Bairro Social da Arrabida (Granja de Cima) ????	Decreto-Lei	11/10/1919
dL_223	aquisição de terreno e construção de cem casas económicas	Proposta de Lei	28/06/1918

referência bibliográfica (dT)

dT_279	GONÇALVES, Eliseu	Dicionário de História da I República e do Republicanismo	2013

referência imagens (dI)

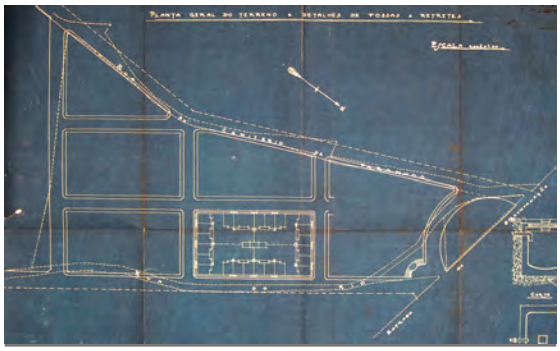
outras referências documentais

TRINDADE, Cachulo da, Casas Económicas. Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada e Casas para Famílias Pobres. Legislação Anotada, Coimbra Editora, Limitada, 1951; RESENDE, Feliciano, Habitações Económicas. Coimbra, Coimbra Editora, GARRET, V. A., A Casa Económica no Passado, no Presente e no Futuro, Trabalho Apresentado no "IV Congresso da União Nacional", Maio-Junho, 1956; 1961; Ministério das Corporações e Previdência Social, Direcção Geral da Previdência e Habitação Económica, Casas Económicas, Agosto de 1966;
Jornal noticias, 27 set 1918 "sidonio pais visita o norte".

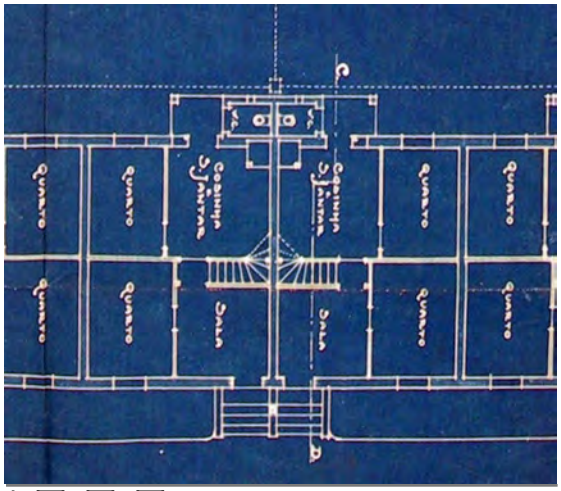
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_064



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_067



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_069



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_879

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_5

Bairro da Fábrica da Areosa

1921 **Bairro de Fábrica** **BF**

localização e realização

Rio, Rua do — Porto

41°10'49.61"N / 8°35'43.70"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Azevedo, Soares & Companhia — Indústria Têxtil

projectista: José Domingues d´Almeida

caracterização urbana

nº parcelas: 48 nº volumes: 8 área terreno m2: 3400

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 48 fogos representados: 130

área exterior: logradouro/ serventia

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**16**	0	1	1	4	0	0	1	0	**2**	**66**	
S2	**32**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**46**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

O número de fogos representados é uma suposição, uma vez que a planta de implantação não dá informação quanto ao loteamento do terreno.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1921**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_5 Bairro da Fábrica da Areosa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (324) folhas: 12-22

licença de obra: 1104/1921 data entrada: 1921 data de referência do projecto: 1921

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_281	CORDEIRO, José Manuel	Exposição de Arqueologia Industrial. - Um Século de Indústria no	114 - 116	1999

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

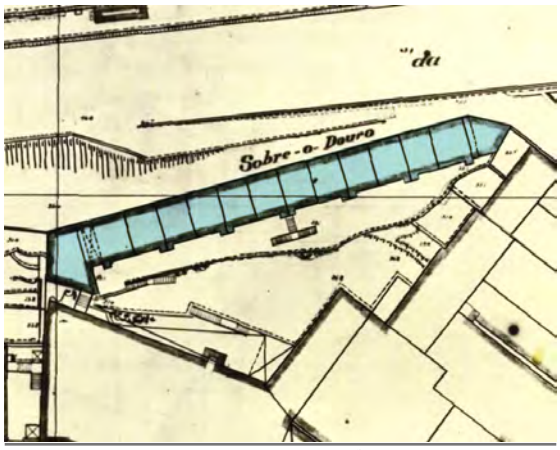
Bairro Ignez

1915 **Bairro de Rendimento** **BR**

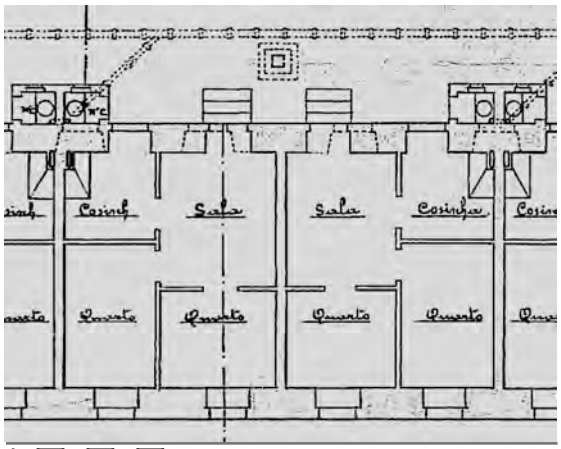
ver tipos aplicados S1 s2 s3 .....
Trata-se da alteração da fábrica de pregaria, conforme traço interrompido sobre desenhos de fachada.



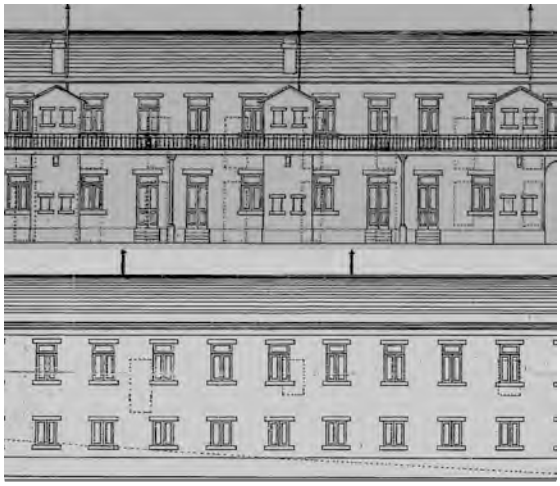
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_74



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_75



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_79



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_82

localização e realização

Sobre-o-Douro, Rua de — Porto

41° 8'43.13"N / 8°37'29.32"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Eleuterio Adolfo Moreira da — Engenheiro

projectista: Inácio Pereira de Sá — Mestre Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1120

equipamentos apoio: lavadouros

esp. público: logradouro;

rua âncora: Vilar, Rua do

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 27 fogos representados: 27

área exterior: logradouro/ serventia

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**21**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**38**	**0**
S2	**2**	0	1	1	2	1	0	1	0	**1**		
S3	**4**									**1**		

S1 coletiva: acesso galeria
S2 coletiva: acesso galeria
S3 coletiva: acesso galeria

Existem variações da solução: nas casas de topo no piso inferior, com uma alcova, sala, dois quartos, cozinha, wc exterior e espaço exterior; casas de topo no piso superior, com duas salas, dois quartos, cozinha, wc exterior e espaço exterior; do lado oposto apenas com uma sala; e ainda uma terceira variação, nas casas ao centro, nas quais existe apenas um quarto já que o espaço do segundo é ocupado com uma caixa de escadas que dá acesso às águas furtadas.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**21**	S1+S2+S3				**1915**
F2						
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_6 **Bairro Ignez**

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (199) folhas: 322-330

licença de obra: 364/1915 data entrada: 1915 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25031

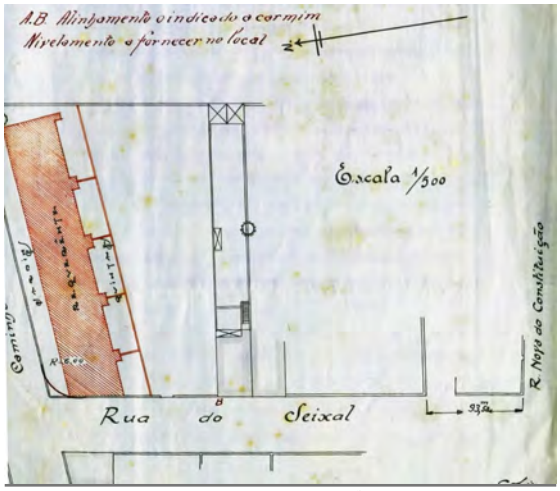
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Grupo Dez de Maio

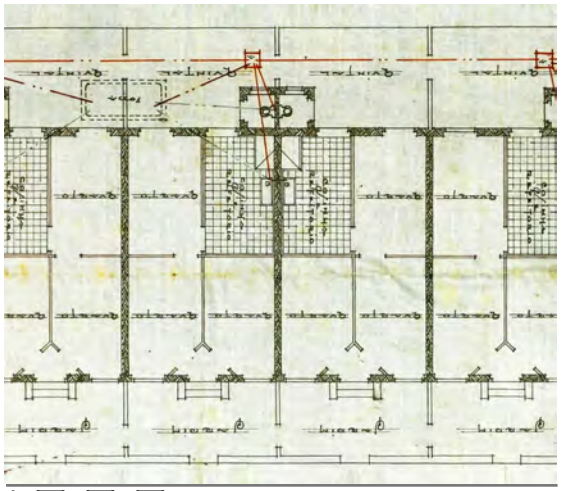
1930 **Bairro Cooperativo** **BC**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_083



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_092



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_090



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1332

localização e realização

Seixal, Rua do — Porto

41° 9'44.59"N / 8°35'45.98"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Associativismo

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Fernandes de Sousa — Presidente

projectista: Aucíndio F. dos Santos/ José — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 9 nº volumes: 1 área terreno m²: 647

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Alegria, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior: jardim frontal horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**8**	1	0	1	3	0	0	1	0	**1**	**41**	**26**
S2	**1**	1	0	1	4	0	0	1	0	**1**	**45**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

As casas de topo possuem um espaço exterior maior que as restantes. S2 casa de topo.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

Paredes em perpianho, caiadas, com cantaria em pedra lavrada e caixilharia em madeira de castanho.

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_7 Bairro Grupo Dez de Maio

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (581) folhas: 671-688

licença de obra: 995/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_138	Regime das Casas Económicas	Decreto-Lei	22/10/1928

referência bibliográfica (dT)

dT_125	A Arquitectura Portugueza	1926
dT_305	A Arquitectura Portugueza	1928
dT_430	A Arquitectura Portugueza	1910
dT_431	A Arquitectura Portugueza	1923
dT_432	A Arquitectura Portugueza	1924

referência imagens (dI)

outras referências documentais

A Arquitectura Portuguesa, Dezembro 1926. Ano XIX. Páginas 46 a 47, capa

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Monte dos Congregados

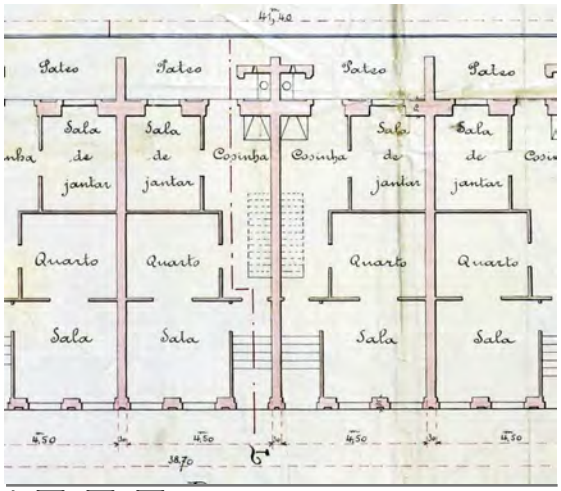
1897 **Bairro de Rendimento** **BR**



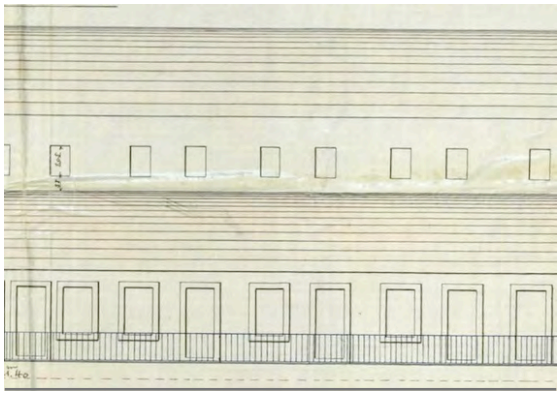
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_093



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_094



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_096



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_097

localização e realização

Monte dos Congregados (junto Comp. das — Porto

41° 9'23.34"N / 8°36'3.29"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Casimiro de Sousa Fontes

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 26 nº volumes: 3 área terreno m2: 1392

equipamentos apoio: poço; WC exterior

esp. público: rua particular;

rua âncora: Alegria, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 26 fogos representados: 26

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	1	2	1	1	1	0	1	0	**2**	**48**	**8**
S2	**9**	0	1	1	1	1	0	0	0	**2**	**26**	
S3	**9**	0	2	1	2	1	0	0	0	**2**	**28**	

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3 individual agrupada: banda (por simetria)

Existe uma variação nas casas superiores de topo: deixa de existir alcova e passa a haver mais um quarto.
Apenas as casas inferiores possuem pátio.S1 casas inferiores; S2 casas intermédias (a área refere-se às casas mais pequenas, a maior tem cerca de 36 m2); S3 casas superiores (a área refere-se às casas mais pequenas, a maior tem cerca de 42 m2)

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1897**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_8 Bairro Monte dos Congregados

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (149) folhas: 161-165

licença de obra: 444/1897 data entrada: 1897 data de referência do projecto: 1897

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

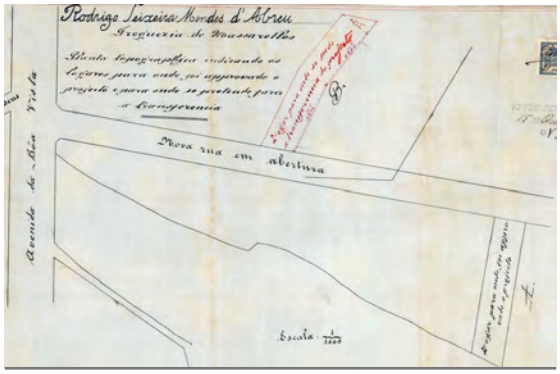
referência imagens (dI)

outras referências documentais

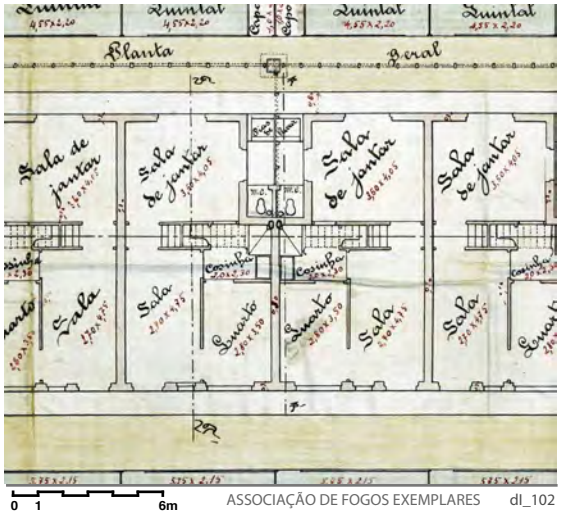
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



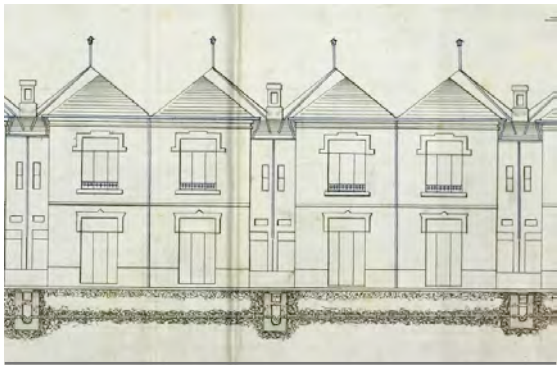
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_098



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_100



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_102



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_103

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_9

Bairro das Quatorze Casas

1907 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Guerra Junqueiro , Rua — Porto

41°09'27.90"N / 8°38'09.94"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Rodrigo Teixeira Mendes — Comerciante

projectista: José de Vasconcellos — Condutor de

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1911

equipamentos apoio: poço; arrecadação;

esp. público: jardim; rua particular;

rua âncora: Boavista, Avenida da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 14 fogos representados: 14

área exterior: jardim frontal horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**13**	0	2	1	4	1	2	0	0	**2**	**100**	**25**
S2	**1**	1	2	0	4	1	2	0	0	**2**	**120**	**25**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Cada casa possui uma capoeira anexa à horta posterior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1907**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_9 Bairro das Quatorze Casas

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/7 (199) | folhas: 131-137

licença de obra: 649/1907 | data entrada: 1907 | data de referência do projecto: 1907

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_273	GONÇALVES, Eliseu	Atas do 1º Congresso sobre o Património Industrial - Vila do Conde	2010

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

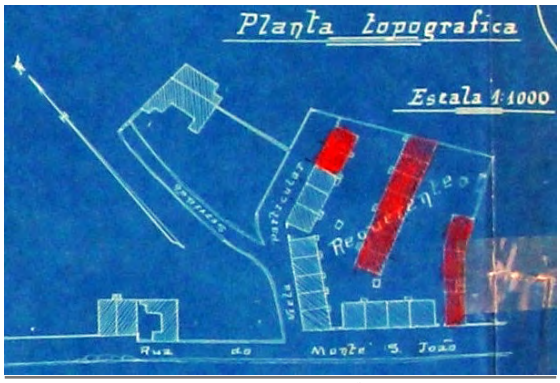
Bairro Rua Monte S. João

1923 **Bairro de Rendimento** **BR**

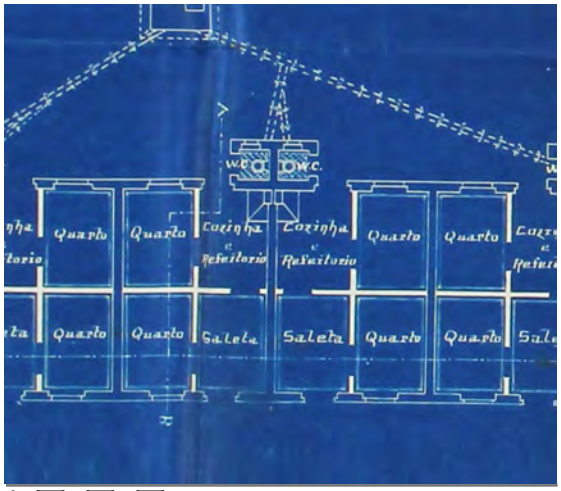
Os dados aqui inseridos dizem respeito ao projecto já com o acrescento de 12 fogos de 1924.



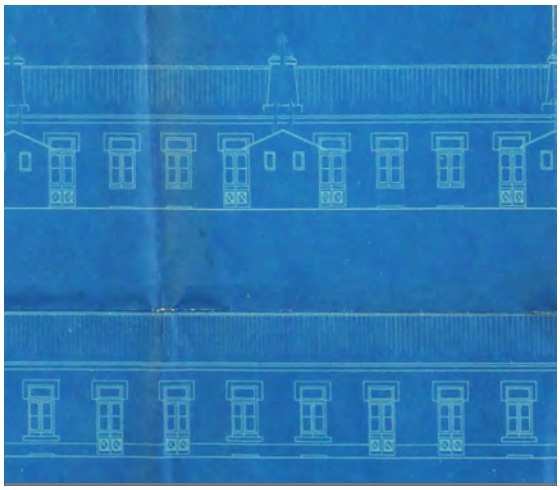
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_107



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_114



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_115



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_116

localização e realização

Monte de S. João, Rua do — Porto

41° 10'08.21"N / 8°36'18.54"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim Pinto dos Santos

projectista: José Pereira Bastos

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 1954

equipamentos apoio: poço; lavadouro;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 25 fogos representados: 25

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**22**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**41**	
S2	**3**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**41**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: geminada: interior parcela

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1923**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_10 Bairro Rua Monte S. João

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (404) folhas: 313-320

licença de obra: 2062/1923 data entrada: 1923 data de referência do projecto: 1923

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

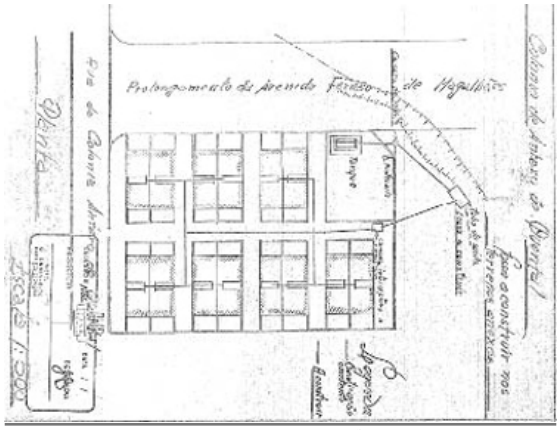
referência imagens (dI)

outras referências documentais

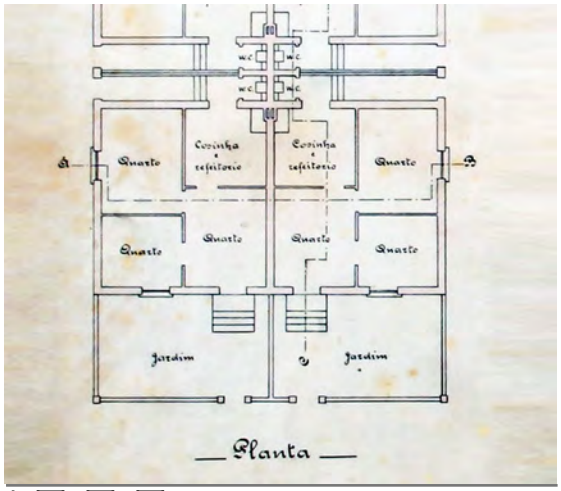
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



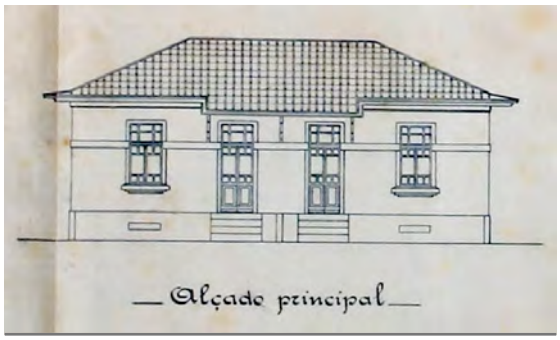
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_117



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_120



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_123



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_124

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_11

Colónia de Antero de Quental

1915 — **Bairro Municipal** **BM**

localização e realização

Monte Aventino, Rua do — Porto

41° 9'46.11"N / 8°35'23.94"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista: Serviços Técnicos Municipais

caracterização urbana

nº parcelas: 28 nº volumes: 7 área terreno^{m2}: 2850

equipamentos apoio: lavadouro;

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 28 fogos representados: 28

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**28**	0	0	1	3	0	0	1	0	**1**	**37**	**20**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: recuada

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1915**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_11 Colónia de Antero de Quental

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/17 (16) folhas: 1

licença de obra: data entrada: 1914 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

BHP_12	Colónia de Estevão de Vasconcelos	1916	Castelos, Rua dos	Câmara Municipal do Porto
BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto
BHP_20	Colónia do Dr. Manuel Laranjeira	1916	Augusto Leça, Rua	Câmara Municipal do Porto
BHP_149	Colónia da Foz do Douro	1928	António Pinheiro Caldas, Rua	Camara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

dL_229	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	03/06/1915
dL_230	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	27/05/1915
dL_237			03/02/1916
dL_238			11/02/1916

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

" [Maio de 1915] São festivamente inauguradas as primeiras pedras dos bairros operários municipais do Monte Aventino e da Prelada, falando nas cerimónias, a que assistiram quase todos os edis portuenses, os Drs. Lopes Martins e Jaime Cortesão, os Engenheiros Casimiro Barbosa e Aníbal Barros, e Elisio de Melo, Marvillas Pereira, Domingos Basto e João Dias da Silva" in O TRIPEIRO nº5/Maio 65/VI Serie/ Ano V

Processo com projecto de alteração lic.238/1950_ rua do monte aventino_fazer cave (fonte: IPAP_Departamento Municipal de Museus e Património Cultural)

jornal de noticias "o chefe dT_109_Vasco Cardoso

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Colónia de Estevão de Vasconcelos

1916 **Bairro Municipal BM**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_126

localização e realização

Castelos, Rua dos — Porto

41°10'5.73"N / 8°37'45.25"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_129

promoção e intervenientes

natureza da acção: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista: A. Aníbal de Barros — Engenheiro

caracterização urbana

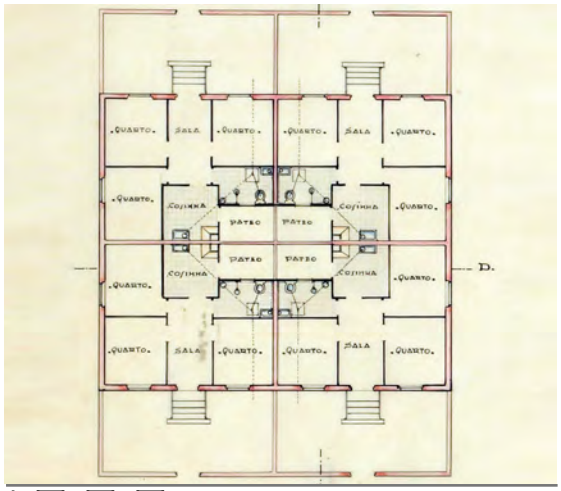
nº parcelas: 90 nº volumes: 23 área terreno^{m2}: 8058

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Oliveira Monteiro, Rua de

situação urbana: 4º anel



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_132

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 90 fogos representados: 90

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**70**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**35**	**26**
S2	**20**	0	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**37**	**27**
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2 individual agrupada: geminada: quadripartida: pátio

S3

As casas da Solução II possuem despensa e um pequeníssimo pátio posterior



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_133

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1916**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_12 Colónia de Estevão de Vasconcelos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/20 (56) | folhas: 1 a 8

licença de obra: | data entrada: 1921 | data de referência do projecto: 1916

registos BHP relacionados

BHP_11	Colónia de Antero de Quental	1915	Monte Aventino, Rua do	Câmara Municipal do Porto
BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto
BHP_20	Colónia do Dr. Manuel Laranjeira	1916	Augusto Leça, Rua	Câmara Municipal do Porto
BHP_149	Colónia da Foz do Douro	1928	António Pinheiro Caldas, Rua	Camara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

dL_229	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	03/06/1915
dL_230	Acta da Comissão Executiva	Discussão/ Propostas	27/05/1915

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

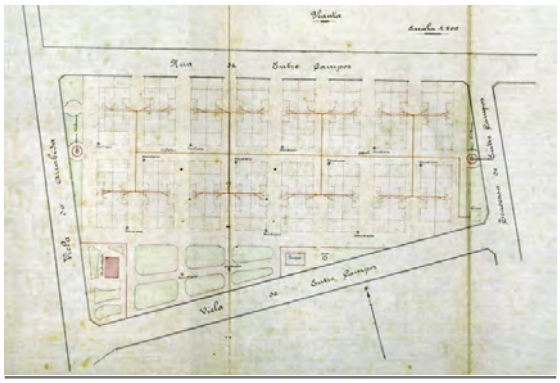
" [Maio de 1915] São festivamente inauguradas as primeiras pedras dos bairros operários municipais do Monte Aventino e da Prelada, falando nas cerimónias, a que assistiram quase todos os edis portuenses, os Drs. Lopes Martins e Jaime Cortesão, os Engenheiros Casimiro Barbosa e Aníbal Barros, e Elisio de Melo, Marvillas Pereira, Domingos Basto e João Dias da Silva" in O TRIPEIRO nº5/Maio 65/VI Serie/ Ano V

dT_109_Vasco Cardoso

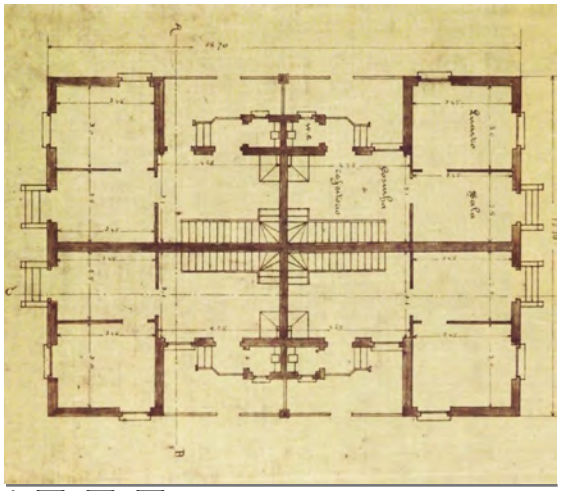
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_041



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_137



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_139



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_042

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_13

Colónia de Viterbo Campos

1915 **Bairro Municipal** **BM**

localização e realização

Entre Campos, Rua de — Porto

41° 9'3.88"N / 8°38'26.50"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista: A. Aníbal de Barros (assina) — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 64 nº volumes: 16 área terreno m2: 13000

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: jardim;

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 64 fogos representados: 64

área exterior: jardim frontal pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**64**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**73**	**34**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**32**	S1				**1915**
F2	**32**	S1			**1919**	
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_13 Colónia de Viterbo Campos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: Guia 07/2003 nº 12 | folhas: 105 (17)

licença de obra: | data entrada: 1914 | data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

BHP_4	Bairro Social da Arrábida/ Bairro Sidónio Pais	1919	Entre Campos, Rua de	Ministério do Trabalho
BHP_11	Colónia de Antero de Quental	1915	Monte Aventino, Rua do	Câmara Municipal do Porto
BHP_12	Colónia de Estevão de Vasconcelos	1916	Castelos, Rua dos	Câmara Municipal do Porto
BHP_20	Colónia do Dr. Manuel Laranjeira	1916	Augusto Leça, Rua	Câmara Municipal do Porto
BHP_149	Colónia da Foz do Douro	1928	António Pinheiro Caldas, Rua	Camara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

dL_208		Proposta de Lei	20/02/1913
dL_216	Venda à Camara de Terreno na Arrabida	Decreto-Lei	05/12/1929
dL_224	Verba para construção de bairros operarios	Portaria	14/03/1918
dL_237			03/02/1916
dL_238			11/02/1916

referência bibliográfica (dT)

dT_339	KOEHLER, Mariana	Colónia Operária Viterbo Campos. Do reconhecimento à estratégia de

referência imagens (dI)

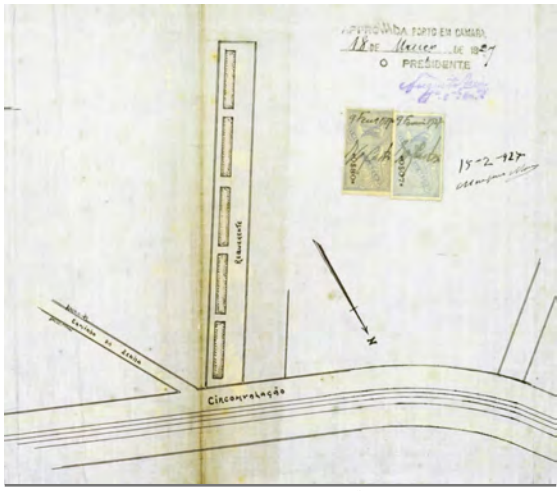
outras referências documentais

ahmp - doc. originais avulsos 1915, vol. 77, p.121 -121v (IPAP)

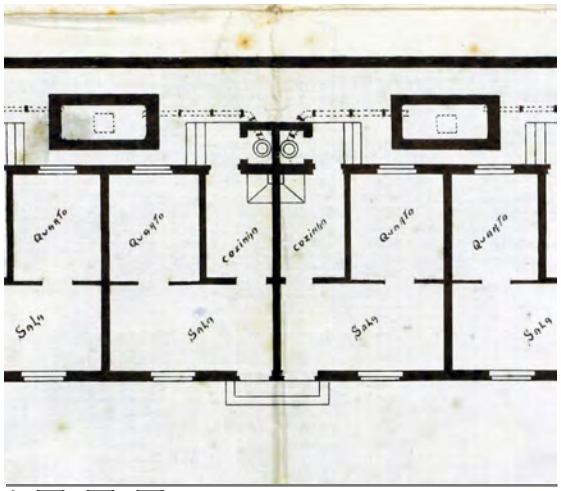
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_140



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_149



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_147



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_142

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_14

Bairro dos Pobres (Bairro Monteiro dos Santos)

1927 **Bairro Operário Filantrópico** **BO**

localização e realização

Ribeira Grande, Rua — Porto

41°10'58.85"N / 8°36'40.48"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Operação Filantrópica

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Maria das Dores dos Santos

projectista: António Monteiro Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 5 área terreno m2: 2649

equipamentos apoio: nora

esp. público: jardim

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 30 fogos representados: 30

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**30**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**32**	
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

No projecto inicial existe um jardim comum a todas as casas, à face da rua. Actualmente esse jardim encontra-se subdividido pelas várias habitações.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

paredes em perpianho?; revestimento a argamassa de cal; cantarias toscas; telha marselha

BHP_14 Bairro dos Pobres (Bairro Monteiro dos Santos)

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (498) folhas: 268-275

licença de obra: 245/1927 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro de António Pereira Cardoso

1910 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_150

localização e realização

Delfim Maia, Rua — Porto

41°10'22.73"N / 8°36'35.90"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

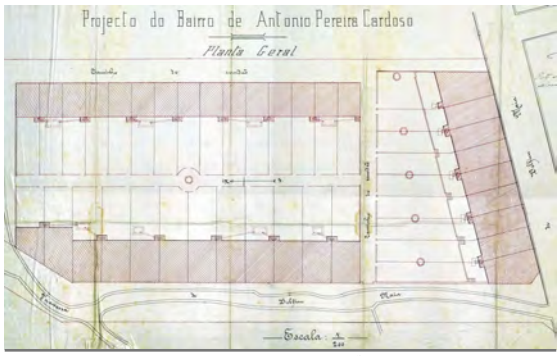
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: António Pereira Cardoso

projectista: Manuel da Silva Neves — Mestre de Obras



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_154

caracterização urbana

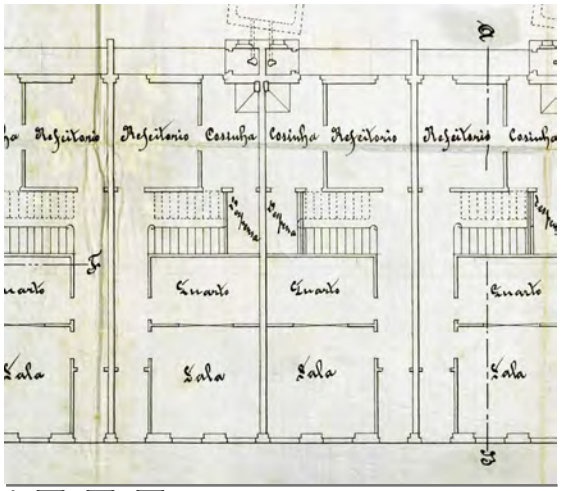
nº parcelas: 36 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 7000

equipamentos apoio: poço

esp. público:

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: 4º anel



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_156

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 36 fogos representados: 36

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**15**	0	1	1	2	1	0	1	0	**2**	**83**	
S2	**12**	1	2	1	1	2	0	1	0	**1**	**83**	
S3	**9**	1	3	1	2	2	0	2	0	**2**	**112**	**96**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3 individual agrupada: banda (por simetria)

A área exterior é variável, trata-se de um valor médio. Nas casas voltadas para a Rua Delfim Maia, um dos espaços de alcova aparece nas plantas com a legenda "Toilette". Nas casas voltadas para a Travessa Delfim Maia, um dos espaços de alcova aparece nas plantas com a legenda "Roupeiro/Arrumação". Nas casas voltadas para o caminho particular, o piso superior não tem janelas e aparece legendado como "Arrumação". Todas as casas possuem despensa. Nos três tipos existe uma variação nas casas de topo (a que está voltada para a Rua Delfim Maia tem inclusivamente uma loja).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1910**
F2					
F3					



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_153

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_15 Bairro de António Pereira Cardoso

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (66) | folhas: 411-424

licença de obra: 1494/1910 | data entrada: 1910 | data de referência do projecto: 1910

registos BHP relacionados

BHP_205	Bairro da Travessa Delfim Maia	1932	Leonardo Coimbra, Rua	Aníbal Teixeira Jacinto

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Seguradora "A Garantia" (Bairro do Relógio)

1929 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_160

localização e realização

Amial, Rua do — Porto

41°10'56.06"N / 8°36'50.53"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

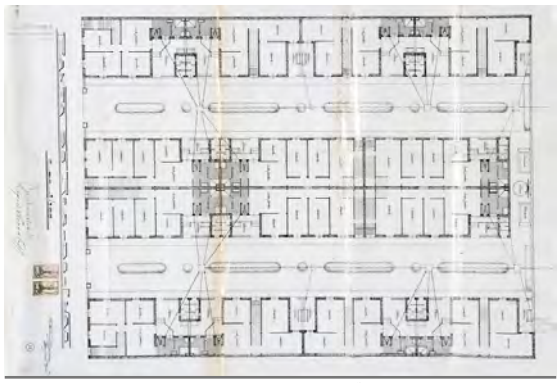
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Companhia de Seguros

projectista: Alberto Fernandes Gomes — Arquiteto



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_164

caracterização urbana

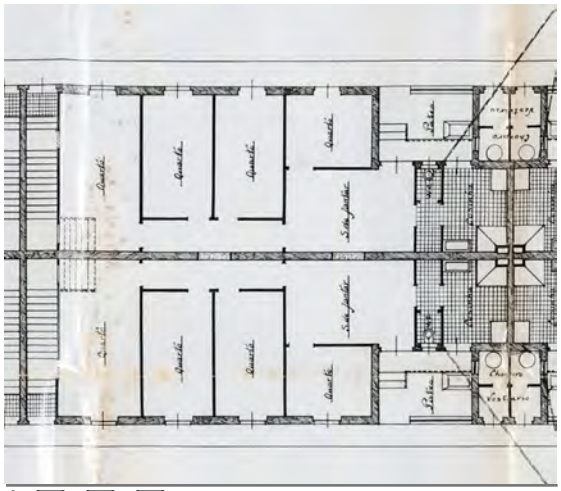
nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1450

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: Anel exterior



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_165

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 28 fogos representados: 28

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	1	1	4	0	1	0	1	**1**	**51**	**6**
S2	**8**	0	1	1	3	0	1	0	1	**1**	**44**	**13**
S3	**6**	1	1	1	4	0	1	0	1	**1**	**51**	**0**

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela

S2 individual agrupada: geminada: interior parcela

S3 individual agrupada: geminada: interior parcela

Existe uma Solução IV: casas volumes laterais piso superior: sala; três quartos; cozinha; wc interior; espaço de entrada. 8 unidades. 44 m2
Cada habitação possui um chuveiro e vestiário exterior



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_163

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1929**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_16 Bairro da Seguradora "A Garantia" (Bairro do Relógio)

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (549) folhas: 346-363

licença de obra: 952/1929 data entrada: 1929 data de referência do projecto: 1929

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_138	Regime das Casas Económicas	Decreto-Lei	22/10/1928

referência bibliográfica (dT)

dT_148	ALMEIDA, Paulo	Favor, Recompensa e Controlo Social: Os Bairros de Casas	p.17	2010

referência imagens (dI)

outras referências documentais

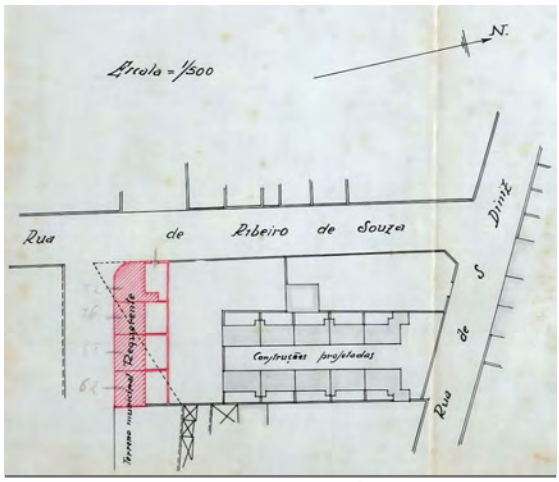
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa Ribeiro de Sousa

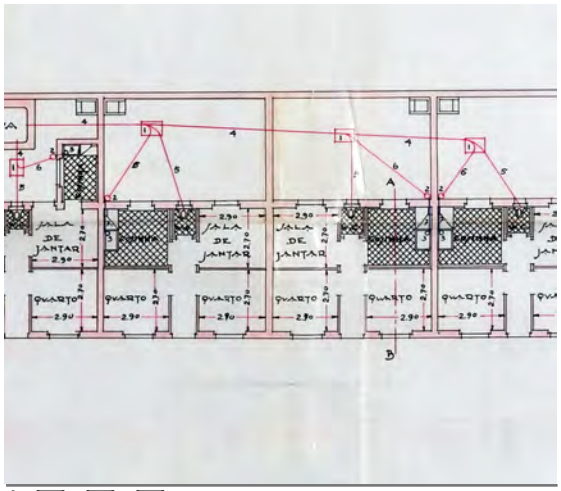
1933 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_180



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_176



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_178

localização e realização

Ribeiro de Sousa, Travessa de — Porto

41°09'58.81"N / 8°36'51.89"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Lourenço da Silva

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 1 área terreno m2: 332

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**3**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**45**	**38**
S2	**1**	1	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**48**	**38**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2 individual agrupada: banda (por simetria)
S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_175

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_17 Bairro Travessa Ribeiro de Sousa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (679) folhas: 595

licença de obra: 174/1933 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

BHP_18	Vila Amélia	1932	Ribeiro de Sousa, Rua de	Álvaro Lourenço da Silva

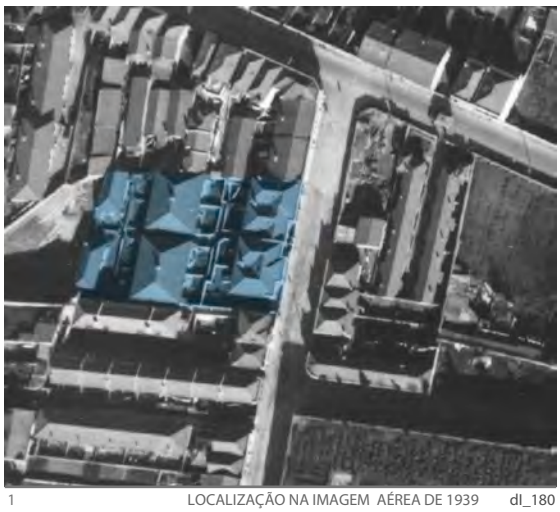
referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

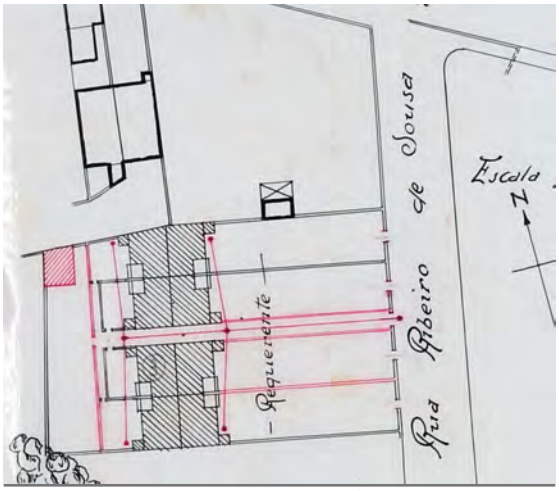
referência imagens (dI)

outras referências documentais

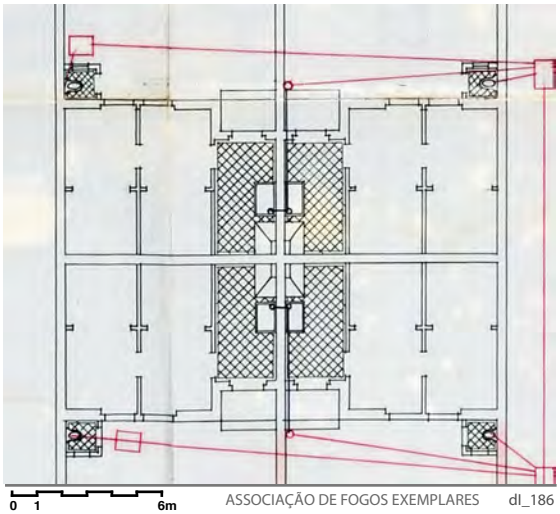
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_180



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_185



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_186



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_173

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_18

Vila Amélia

1932 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Ribeiro de Sousa, Rua de — Porto

41°10'0.24"N / 8°36'52.86"W (2ªfase: 41°10'00.01"N / 8°

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da acção: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Lourenço da Silva

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 3 área terreno m2: 520

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**35**	**30**
S2	**4**	1	2	1	1	0	1	0	0	**2**	**98**	**60**
S3												

S1 individual agrupada: geminada: recuada

S2 individual agrupada: geminada

S3

S2: As casas possuem no R/C uma loja, um espaço legendado como "trabalho", um quarto de criada e um wc exterior. A área do R/C é idêntica à do piso superior.
No piso superior existe um espaço de "despensa", um "terraço" e uma "varanda".
O acesso ao piso superior faz-se quer pelo R/C através de um espaço de distribuição, quer directamente pela rua (acesso directo).
Uma das casas de topo tem a caixa de escadas com janela e um pátio maior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**8**	S1				**1932**
F2	**4**	S2				**1937**
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_18 Vila Amélia

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (649) folhas: 475-483

licença de obra: 270/1932 data entrada: 1932 data de referência do projecto: 1932

registos BHP relacionados

BHP_17	Bairro Travessa Ribeiro de Sousa	1933	Ribeiro de Sousa, Travessa	Álvaro Lourenço da Silva

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

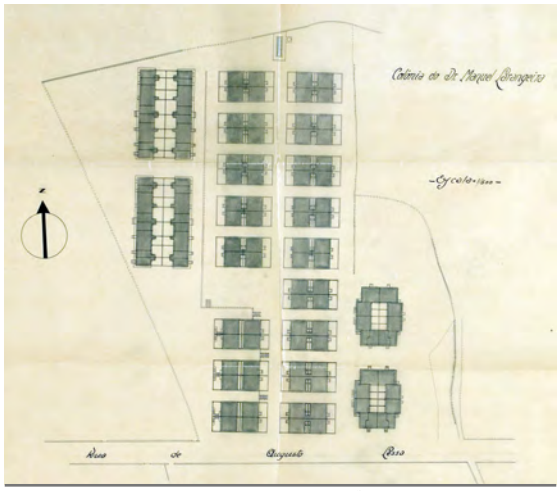
referência imagens (dI)

outras referências documentais

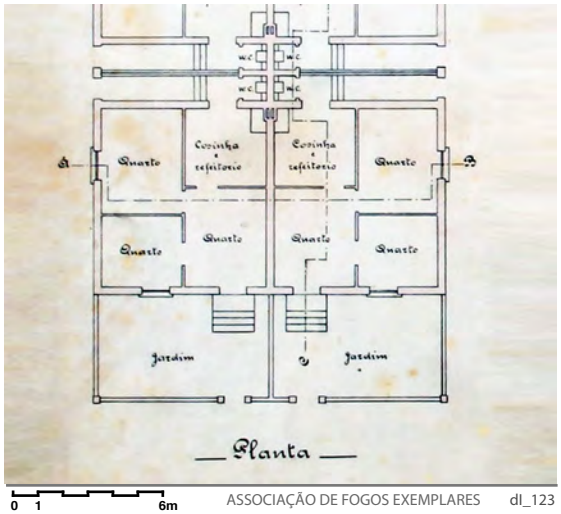
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



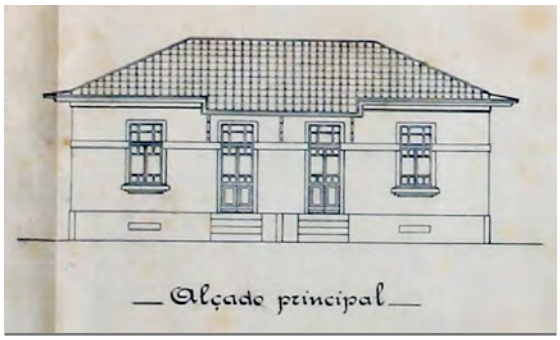
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_190



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_195



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_123



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_124

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_20

Colónia do Dr. Manuel Laranjeira

1916 — **Bairro Municipal BM**

localização e realização

Augusto Leça, Rua — Porto

41°10'12.42"N / 8°35'56.60"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 116 nº volumes: 21 área terreno^{m2}: 13037

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Alegria, Rua da

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 116 fogos representados: 116

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**16**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**46**	**10**
S2	**32**	?	?	?	?	?	?	?	?	**1**	**?**	**?**
S3	**68**	0	0	1	3	0	0	1	0	**1**	**37**	**20**

S1 individual agrupada: geminada

S2 individual agrupada: banda

S3 individual agrupada: geminada: quadripartida

Existem três variações das casas geminadas: uma com mais um quarto; outra com menos um quarto; e uma terceira Solução, as casas de topo apenas com cozinha, sala e wc interior. Todas elas possuem espaço de arrumos.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**16**	S1		**1916**		**1916**
F2	**36**	S3		**1927**		
F3				**1929**		

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_20 Colónia do Dr. Manuel Laranjeira

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: Guia 19/2003 nº142 folhas:

licença de obra: data entrada: 1921 data de referência do projecto: 1916

registos BHP relacionados

BHP_11	Colónia de Antero de Quental	1915	Monte Aventino, Rua do	Câmara Municipal do Porto
BHP_12	Colónia de Estevão de Vasconcelos	1916	Castelos, Rua dos	Câmara Municipal do Porto
BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto
BHP_149	Colónia da Foz do Douro	1928	António Pinheiro Caldas, Rua	Camara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

dL_232 Acta da Comissão Executiva Discussão/ Propostas 08/11/1919

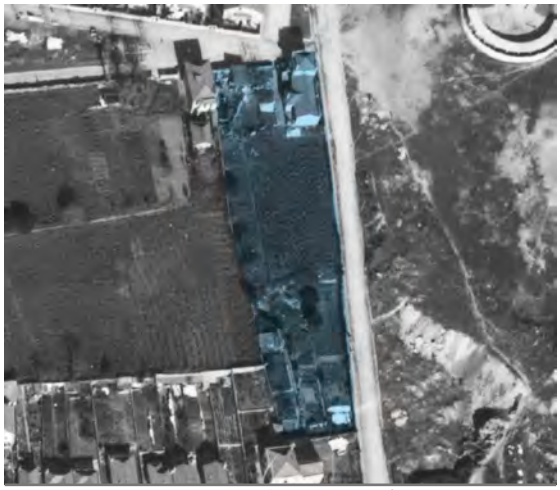
referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

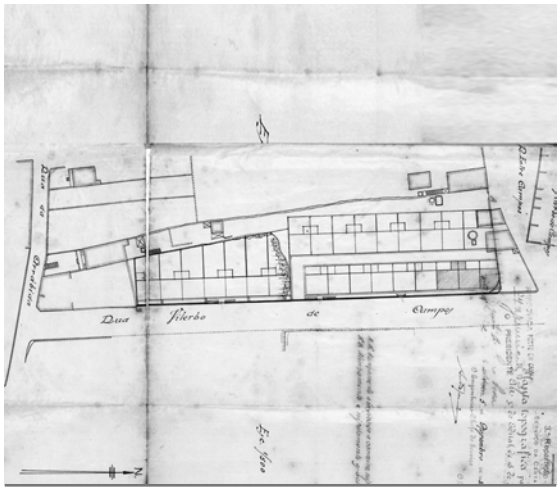
outras referências documentais

Artigo_109_Vasco Cardoso

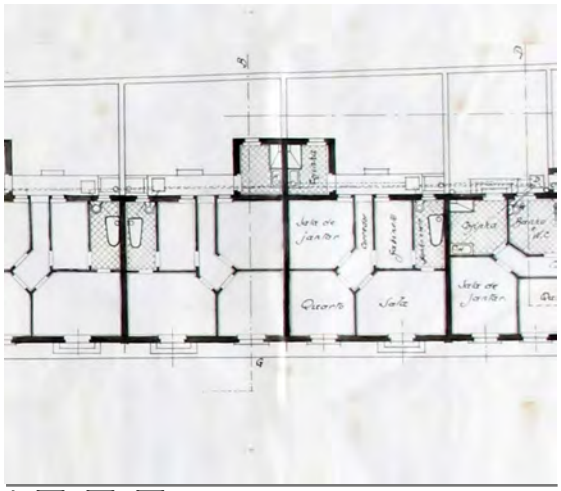
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1403



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_206



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_239



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_240

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_21

Bairro Rua Viterbo Campos

1930 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Viterbo de campos, Rua (à Rua Entre campos) Porto

41°09'00.67"N / 8°38'18.05"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: Mário da Silva Cabral

projectista: José Joaquim de Carvalho

caracterização urbana

nº parcelas: 25 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1900

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público:

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 25 fogos representados: 25

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**22**	0	2	1	2	0	0	0	1	**1**	**42**	**20**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

A área do espaço exterior é um valor médio.
Um dos quartos é legendado na planta como "Gabinete". O wc interior possui uma banheira. A cozinha é exterior.
Existe uma variação da solução nas casas de topo voltadas para a Rua de Entre Campos: os topos têm dois pisos. Num dos topos as casas são idênticas às restantes, com a diferença de que o "Gabinete" passa a ser quarto, possuem espaço de entrada e não possuem wc exterior (a casa do piso superior tem inclusivamente um pátio no R/C).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

Paredes em perpianho e tabique; paredes das cozinhas em tijolo; telhado em madeira de pinho e telha marselha.

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_21 Bairro Rua Viterbo Campos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (604) folhas: 431 a 443

licença de obra: 860/1931 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

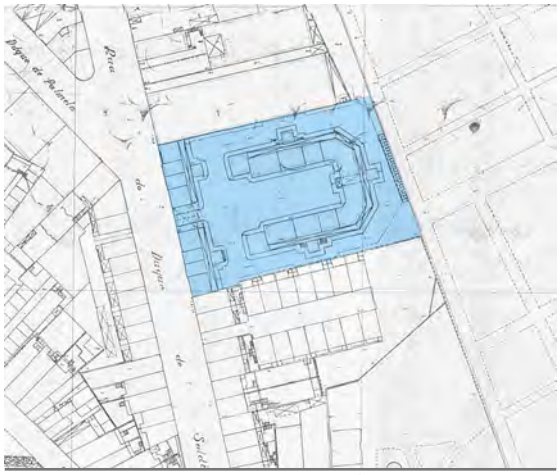
referência imagens (dI)

outras referências documentais

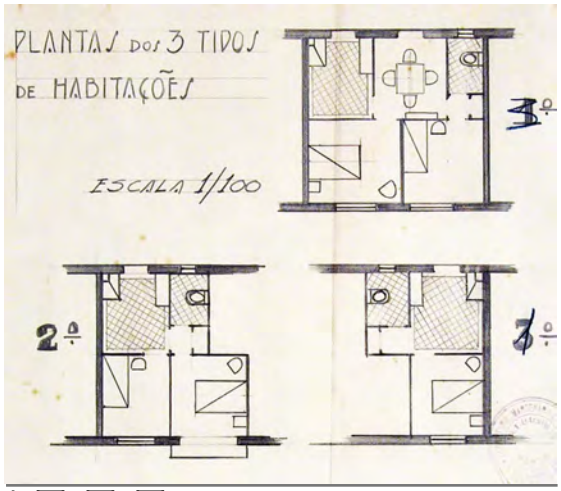
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_216



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_225



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_228



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_217

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_22

Bloco do Duque Saldanha

1937 — **Bairro Municipal** **BM**

localização e realização

Duque de Saldanha, Rua — Porto

41°08'34.20"N / 8°35'46.40"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista: Serviços Técnicos Municipais

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m²: ?

equipamentos apoio:

esp. público: praça;

rua âncora: Rodrigues de Freitas, Avenida

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 115 fogos representados: 115

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**27**	0	0	1	1	0	1	0	0	**1**	**25**	**0**
S2	**39**	0	0	1	2	0	1	0	0	**1**	**32**	**0**
S3	**45**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**45**	**0**

S1 coletiva: acesso galeria

S2 coletiva: acesso galeria

S3 coletiva: acesso galeria

O bloco à face da rua é exclusivamente de habitação, havendo no entanto espaços de armazéns na cave. Existe um ante-projecto em que no nível do R/C tem cantina, médico, dentista, balneário, lactário e creche. No 1º e 2º pisos funciona uma escola. No bloco interior, no nivel do R/C, existe uma passagem que altera o desenho do piso tipo.
BLOCO INTERIOR: S4 (4 fogos T3 com sala)

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**115**	S1+S2+S3	**1937**	**1939**		**1937**
F2						**194?**
F3						

BHP_22 Bloco do Duque Saldanha

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: Guia 05/2003 nº 35 | folhas:

licença de obra: | data entrada: 1937 | data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_095	Discussão Inquilinato/ casas económicas	Proposta de Lei	15/04/1948
dL_101	Expropriação de terreno no prolongamento da Rua Duque de Saldanha	Lei	23/04/1908

referência bibliográfica (dT)

dT_31	Alfredo de	Em defesa do Porto		1937
dT_177	A. J. Monteiro	Boletim de Higiene e Sanidade Municipais		1937
dT_188	MOREIRA, Manuel Vicente	Problemas da Habitação (Ensaios sociais)	p.189	1950
dT_277	Eliseu	Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956		2010

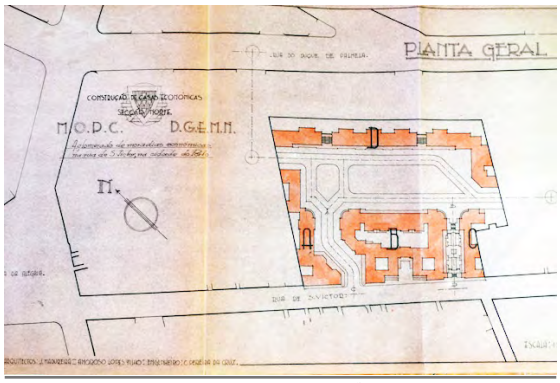
referência imagens (dI)

outras referências documentais

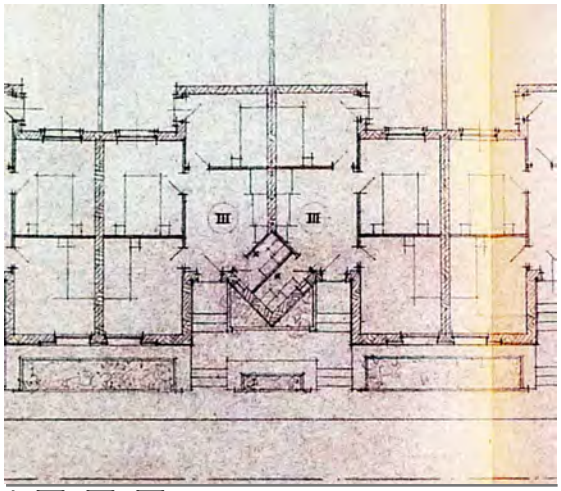
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1451



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_242



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_252



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_244

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP BHP_23

Aglomerado de Moradias Económicas de S. Vitor

1937 **Bairro Social do Estado** **BE**

localização e realização

S. Victor, Rua de — Porto

41°08'36.60"N / 8°35'54.37"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção do Estado

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: DGEMN

projectista: Joaquim Madureira / Amoroso — Arquitectos

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 2000

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular; praça;

rua âncora: Rodrigues de Freitas, Avenida

situação urbana: 1º anel (Cristal/Trindade/Fontaínhas)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 118 fogos representados: 118

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**47**	0	0	1	3	0	1	0	0	**1**	**50**	**0**
S2	**44**	0	0	1	2	0	1	0	0	**1**	**44**	**0**
S3	**22**	0	0	1	1	0	1	0	0	**1**	**37**	**0**

S1 coletiva: acesso galeria
S2 coletiva: acesso galeria
S3 coletiva: acesso galeria

Existe ainda uma Solução IV (2 fogos) com quatro quartos, cozinha, wc interior e espaço de entrada. Outra Solução V (3 fogos)

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_23 Aglomerado de Moradias Económicas de S. Vitor

informação arquivística principal

arquivo:		cota:	folhas:
licença de obra:	data entrada: 1937	data de referência do projecto:	1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

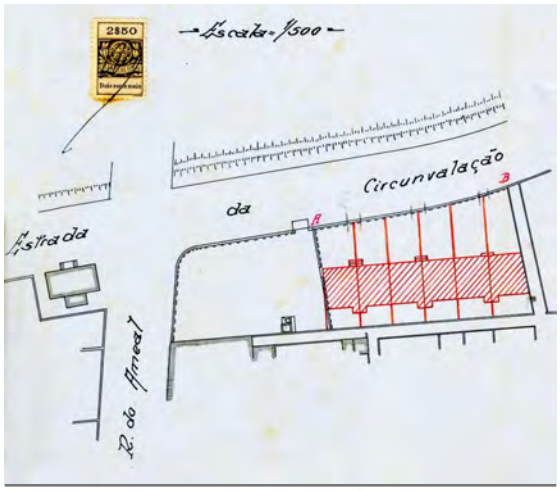
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Circunvalação n8833

1933 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_889



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1492

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES

localização e realização

Circunvalação, Estrada da — Porto

41°10'59.35"N / 8°36'46.18"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor:

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno m2: 690

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**									**1**	**42**	**60**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_253

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_24 Bairro da Circunvalação n8833

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: folhas:

licença de obra: 1062/1933 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

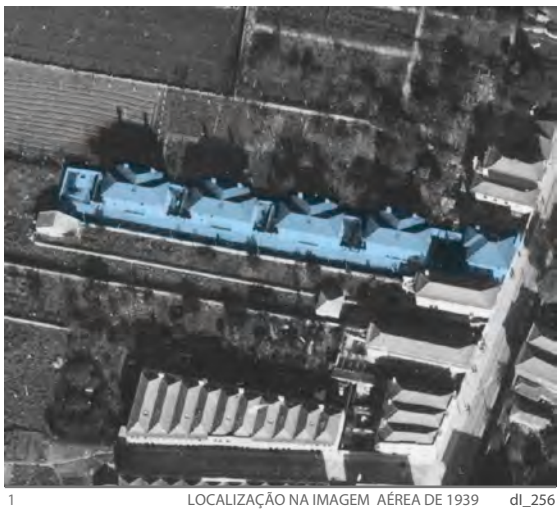
referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

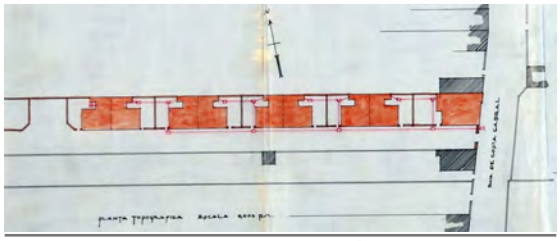
referência imagens (dI)

outras referências documentais

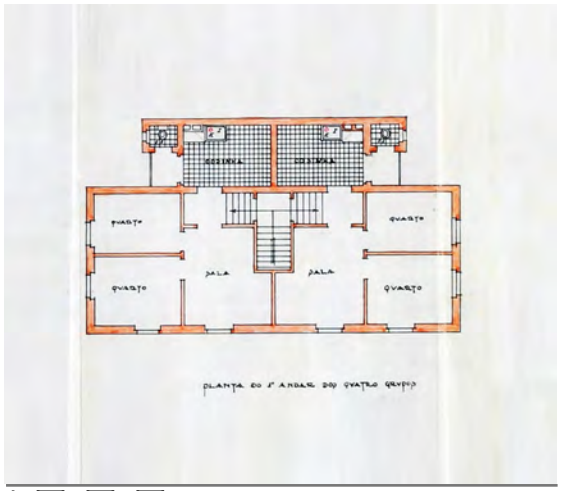
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_256



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_259



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_260



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_266

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_25

Bairro da Seguradora "O Trabalho"

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Costa Cabral, Rua de — Porto

41°10'26.07"N / 8°35'12.47"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: Companhia de Seguros "O

projectista: José Coelho de Freitas — Construtor Civil

caracterização urbana

nº parcelas: 9 nº volumes: 5 área terreno^{m2}: 1740

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 18 fogos representados: 18

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**16**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**56**	**44**
S2	**1**	1	1	1	3	0	0	1	0	**1**	**95**	**58**
S3	**1**	1	2	1	3	0	0	1	0	**1**	**106**	**0**

S1 coletiva: acesso direto: interior parcela
S2 coletiva: acesso direto
S3 coletiva: acesso direto

Na Solução I, as casas do piso superior possuem espaço de entrada e as do piso inferior possuem despensa.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_25 Bairro da Seguradora "O Trabalho"

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (534) folhas: 69

licença de obra: 313/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

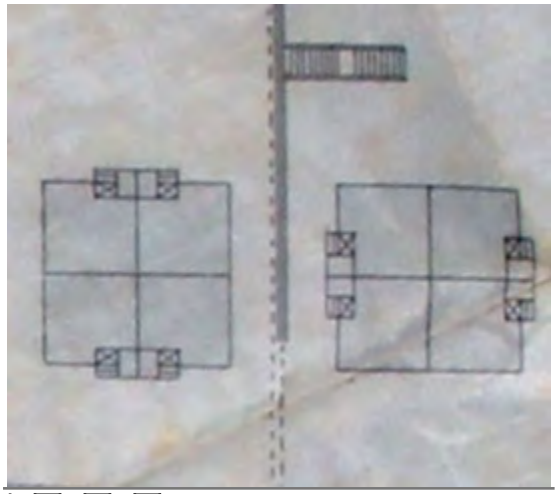
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_271



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_272



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1523



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_199

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_27

Bairro da Polícia de Segurança Pública

1930 **Bairro Social do Estado (?)** **BE**

Tres soluções, uma identica á utilizada na Colonias Operaria Manuel Laranjeira e Antero de Quental.

localização e realização

Bonfim, Travessa do — Porto

41°09'13.05"N / 8°35'31.01"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção do Estado

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Comando da Polícia

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 28 nº volumes: 9 área terreno m²: 5720

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular; praça;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 28 fogos representados: 28

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**16**									**2**	**75**	
S2	**8**									**2**	**75**	
S3	**4**									**2**	**75**	

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida
S2 individual agrupada: geminada: quadripartida
S3 individual agrupada: geminada

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**16**	S1			**1930**	**1930**
F2	**12**	S2+S3			**1931**	
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_27 Bairro da Polícia de Segurança Pública

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/21 (47) folhas: 1

licença de obra: data entrada: 1925 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

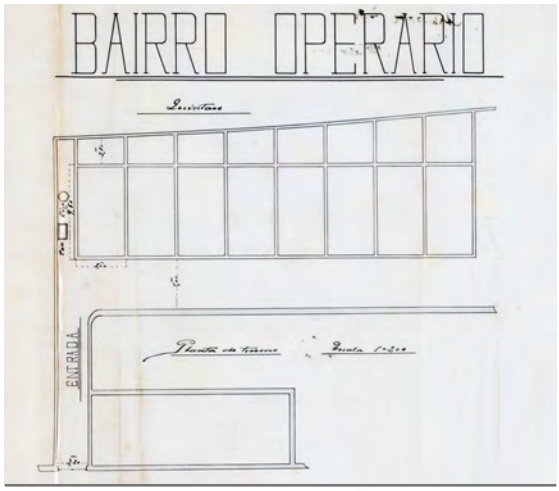
referência imagens (dI)

outras referências documentais

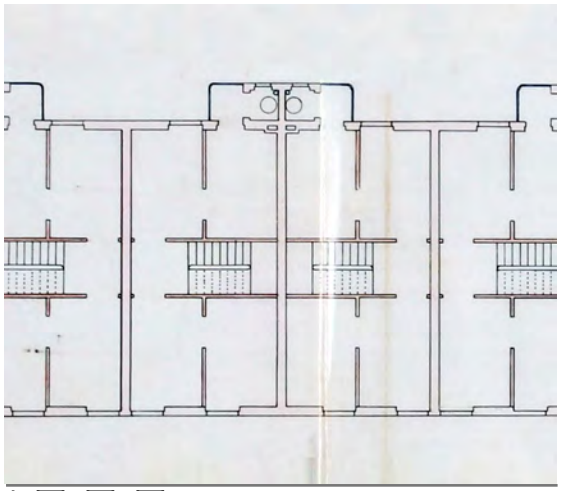
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_278



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_284



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_285



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_280

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_29

Bairro Operário Travessa de Campanhã

1907 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Dr. Alberto de Aguiar, Rua — Porto

41°09'26.38"N / 8°35'30.98"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Serafim Moreira da Silva

projectista: António Pereira da Silva — Técnico

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 800

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**	1	2	1	4	0	0	2	0	**2**	**90**	**13**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1907**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_29 Bairro Operário Travessa de Campanhã

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (199) folhas: 73 a 79

licença de obra: 637/1907 data entrada: 1907 data de referência do projecto: 1907

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

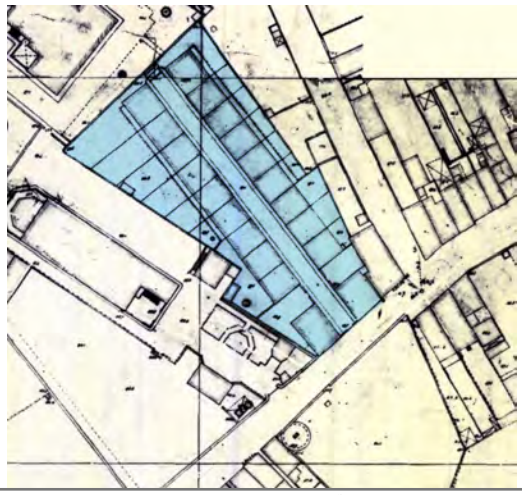
referência imagens (dI)

outras referências documentais

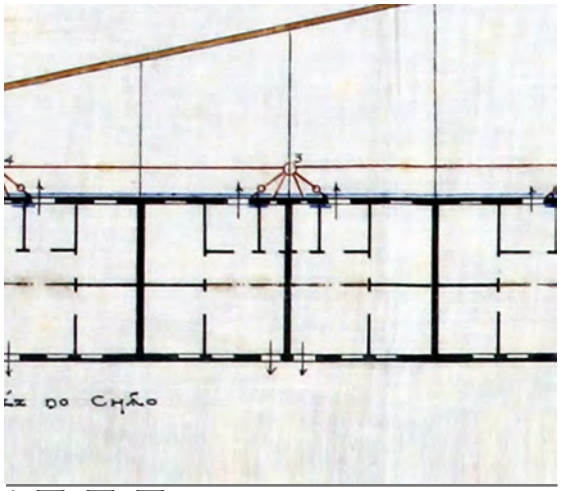
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_287



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_289



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1422



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_290

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_30

Bairro Rua da Carcereira n937

1927 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Pedro Hispano, Rua de — Porto

41°09'53.36"N / 8°37'56.00"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: João Machado Fonseca de

projectista: Manoel Domingues dos Santos

caracterização urbana

nº parcelas: 20 nº volumes: 2 área terreno m2: 2900

equipamentos apoio: poço com motor; lavadouro;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Pedro Hispano, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 20 fogos representados: 20

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**18**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**52**	**56**
S2	**2**	1	2	1	1	0	1	0	0	**1**	**89**	**56**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 coletiva: acesso direto

S3

Nas casas da Solução I, no primeiro piso existe uma arrrecadação.
Os pátios têm áreas variáveis, o valor indicado é apenas uma média

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**20** S1+S2				**1927**
F2					
F3					

paredes de alvenaria de perpianho, com ombreiras e peitoris em cimento. Portas e janelas exteriores em madeira de castanho. Portas interiores em madeira de pinho nacional.

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_30 Bairro Rua da Carcereira n937

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (512) folhas: 74 a 82

licença de obra: 913/1927 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

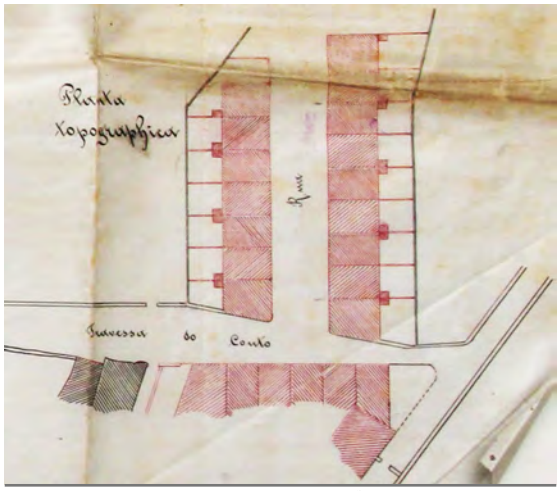
referência imagens (dI)

outras referências documentais

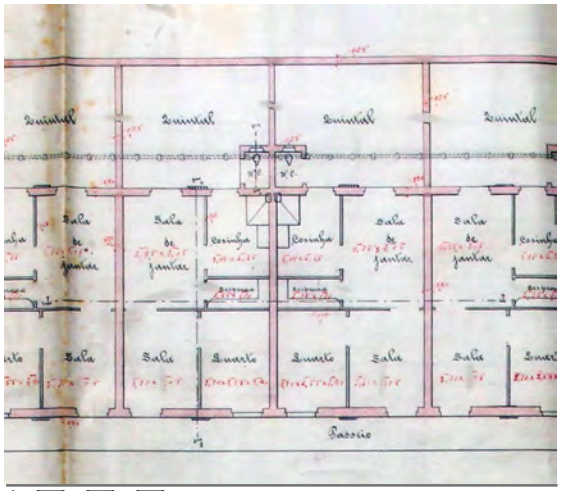
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



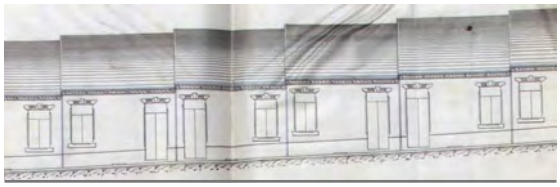
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1452



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1121



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1122



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1123

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_31

Bairro Travessa do Couto n247

1909 **Bairro de Rendimento** **BR**

Este processo diz respeito a um grupo de 7+9 casas a serem construídas na Travessa do Couto. Na planta de implantação deste processo aparecem 6 lotes assinalados a vermelho do outro lado da rua, que se pensa dizerem respeito às 6 casas mencionadas no processo associado.

localização e realização

Couto, Travessa do (à Rua Delfim Maia) — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António José Soares
projectista: Manoel Ferreira Ribeiro

caracterização urbana

nº parcelas: 16 nº volumes: 2 área terreno m2: 1136
equipamentos apoio:
esp. público: rua particular;
rua âncora: Delfim Maia, Rua
situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 16 fogos representados: 16
área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**16**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**46**	**25**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2
S3

As casas possuem despensa

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1909**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_31 Bairro Travessa do Couto n247

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (25) folhas: 203-210

licença de obra: 1250/1909 data entrada: 1909 data de referência do projecto: 1909

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

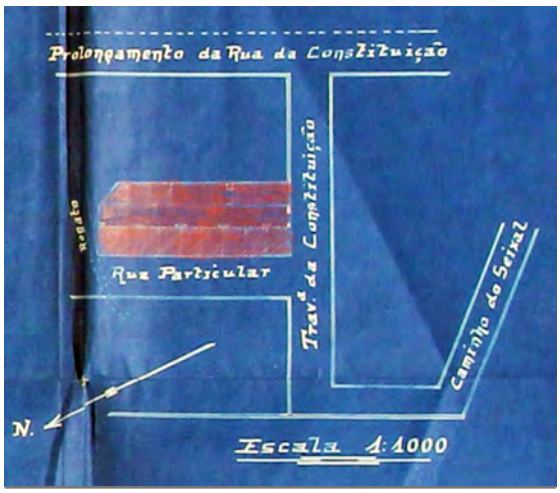
referência imagens (dI)

outras referências documentais

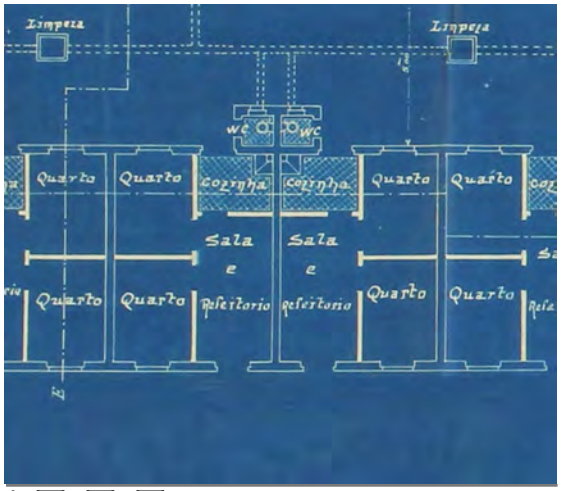
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1453



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_306



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_307



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_308

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_32

Bairro Travessa da Constituição n60

1923 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Vasco Lobeira, Rua de (Travessa da — Porto

41°09'41.35"N / 8°35'45.96"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Delfim Rodrigues

projectista: José António da Silva?

caracterização urbana

nº parcelas: 12 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 846

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**9**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**37**	**0**
S2	**2**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**34,5**	**30**
S3	**1**	1	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**73**	**54**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2 individual agrupada: geminada: recuada
S3 individual

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1923**
F2					
F3					

BHP_32 Bairro Travessa da Constituição n60

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (370) folhas: 323 a 332

licença de obra: 264/1923 data entrada: 1923 data de referência do projecto: 1923

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Travagem

1915 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_309

localização e realização

Travagem, Rua da — Porto

41°09'56.35"N / 8°38'10.86"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Filipe Lamas

projectista: Licínio Guimarães

caracterização urbana

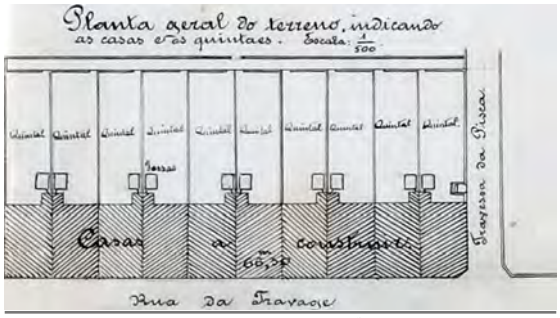
nº parcelas: 10 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1800

equipamentos apoio:

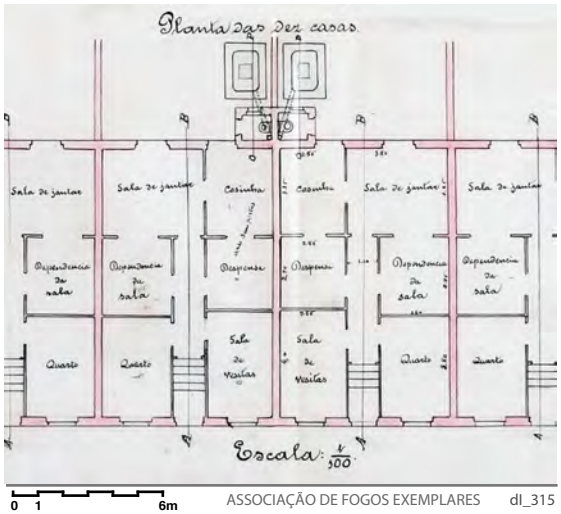
esp. público: rua particular;

rua âncora: Boavista, Avenida da

situação urbana: 4º anel



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_317



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_315

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**9**	1	2	1	1	2	0	1	0	**1**	**70**	**120**
S2	**1**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**43**	**120**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

As duas alcovas vêm legendadas como "Despensa" e "Dependência da sala". A solução II possui uma loja com cerca de 24 m2 que faz frente com a rua. Nesta solução um dos quartos está legendado como "Despensa", apesar de ter a mesma dimensão do quarto.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_316

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1915**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_33 Bairro Rua da Travagem

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (206) folhas: 25 a 34

licença de obra: 705/1915 data entrada: 1915 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

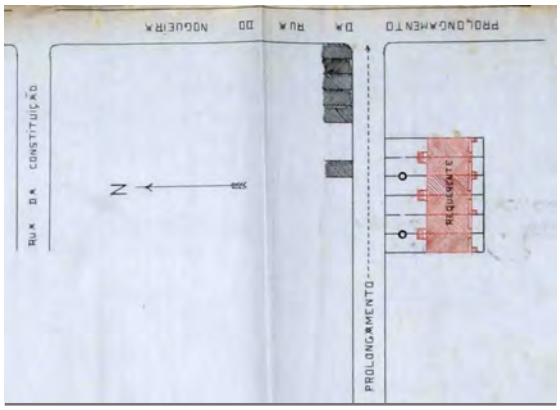
referência imagens (dI)

outras referências documentais

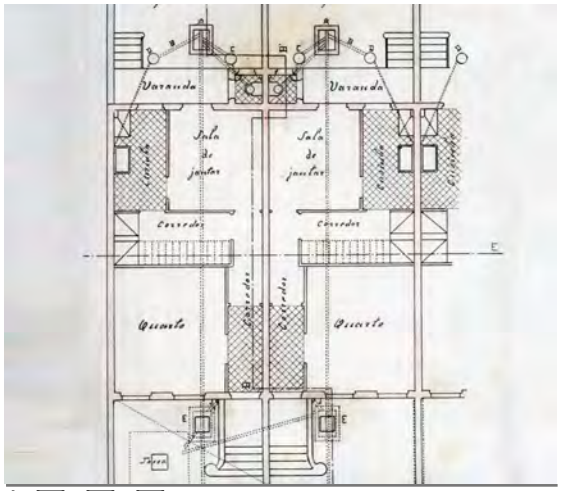
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_321



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_979



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_976



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_982

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_35

Bairro Rua Egas Moniz n71

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Egas Moniz, Rua de — Porto

41°09'44.20"N / 8°37'02.62"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: João António

projectista: Michelangelo Soá — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 720

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Serpa Pinto, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	1	1	1	0	0	1	0	**2**	**77**	**73**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

As casas possuem arrumos nas águas furtadas

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_35 Bairro Rua Egas Moniz n71

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (531) folhas: 382-397

licença de obra: 161/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

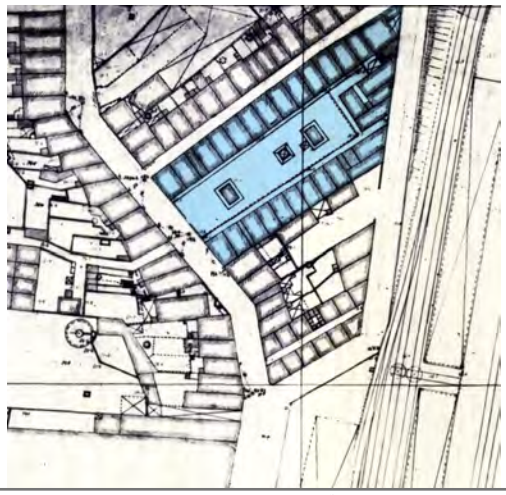
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Justino Teixeira

1890 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_327



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_328

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_330

localização e realização

Justino Teixeira, Rua — Porto

41°09'04.38"N / 8°35'09.84"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor:

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 24 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 2016

equipamentos apoio: lavadouro;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: fogos representados: 24

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**24**									**2**	**60**	
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda ???

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1890**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_37 Bairro Rua Justino Teixeira

informação arquivística principal

arquivo:		cota:	folhas:
licença de obra:	data entrada:	data de referência do projecto:	1890

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro de Santo Isidro

1910 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_331



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_332

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_333

localização e realização

Particular de Santo Isidro, Rua — Porto

41°09'26.81"N / 8°36'01.45"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Correia da Silva

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 13 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1036

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Alegria, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 13 fogos representados: 13

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**13**									**2**	**40**	**40**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1910**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_38 Bairro de Santo Isidro

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: | folhas:

licença de obra: | data entrada: | data de referência do projecto: 1910

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

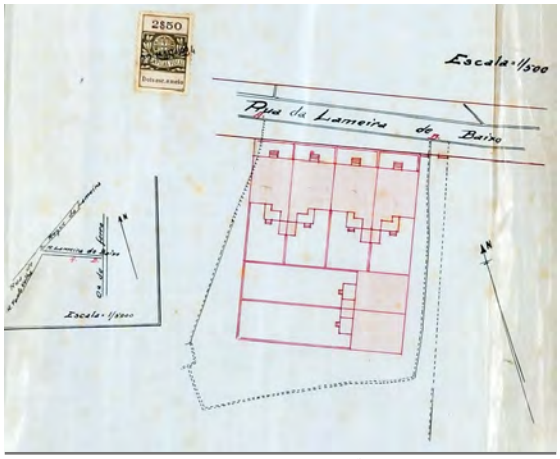
referência imagens (dI)

outras referências documentais

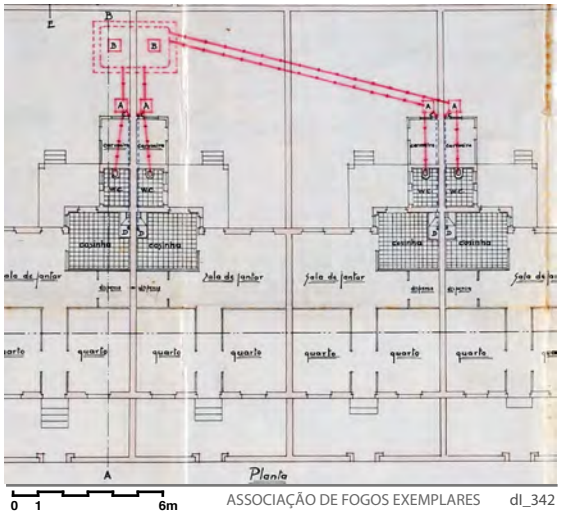
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_334



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_338



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_342



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_341

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_39

Bairro Rua da Lameira de Baixo

1934 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Lameira de Baixo, Rua da — Porto

41°09'28.43"N / 8°35'00.70"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Severina Gomes Ferreira

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 11 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 1380

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**47**	**64**
S2	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**47**	**96**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

Todas as casas possuem um espaço de "despensa".
As 6 casas à face da Rua da Lameira de Baixo possuem uma carvoeira no pátio.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_39 Bairro Rua da Lameira de Baixo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (703) folhas: 1 a 15

licença de obra: 1100/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

BHP_139	Bairro Rua Lameira de Baixo (interior)	1935	Lameira de Baixo, Rua da	Manoel Ferreira Junior

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

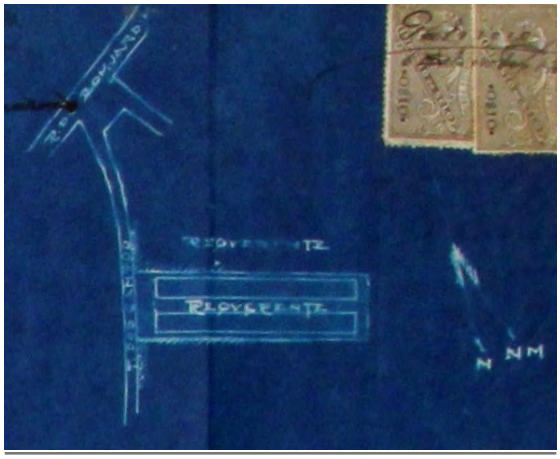
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa dos Campos

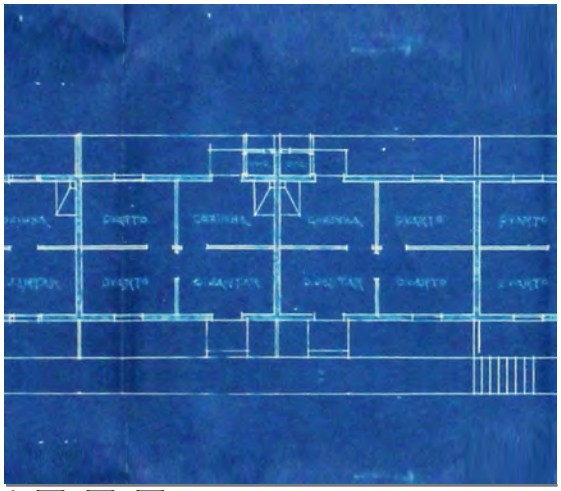
1922 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_351



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_973



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_974



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_971

localização e realização

Campos, Travessa dos — Porto

41°09'33.49"N / 8°36'25.52"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Fernandes dos Santos

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 812

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Bonjardim, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 14 fogos representados: 14

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**12**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**28**	**0**
S2	**2**	1	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**61**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

As casas da Solução II possuem ainda um escritório no r/c e arrumos no piso superior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1922**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_42 Bairro Travessa dos Campos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (361) folhas: 74-82

licença de obra: 1614/1922 data entrada: 1922 data de referência do projecto: 1922

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

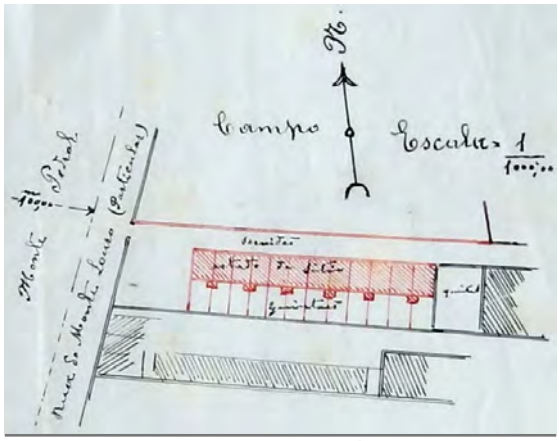
referência imagens (dI)

outras referências documentais

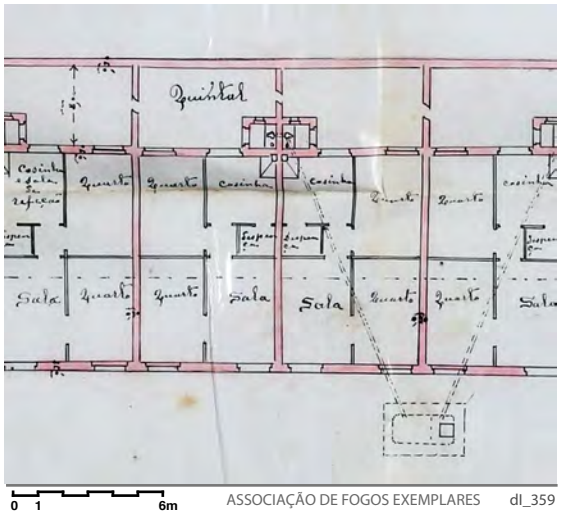
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_354



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_358



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_359



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_360

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_43

Vila Pinto

1914 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Cunha Júnior, Rua — Porto

41°09'53.08"N / 8°36'46.73"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Pinto Teixeira

projectista: José da Silva Maio

caracterização urbana

nº parcelas: 12 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 564

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**12**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**35**	**12**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2
S3

Todas as casas possuem um espaço de despensa.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1914**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_43 Vila Pinto

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (172) folhas: 150 a 160

licença de obra: 234/1914 data entrada: 1914 data de referência do projecto: 1914

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

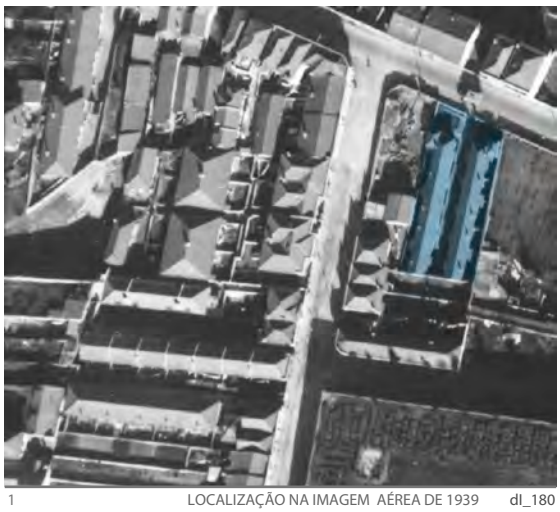
referência imagens (dI)

outras referências documentais

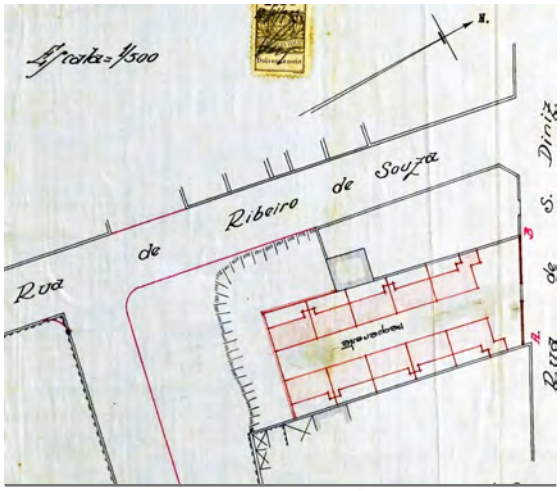
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua S. Dinis n790

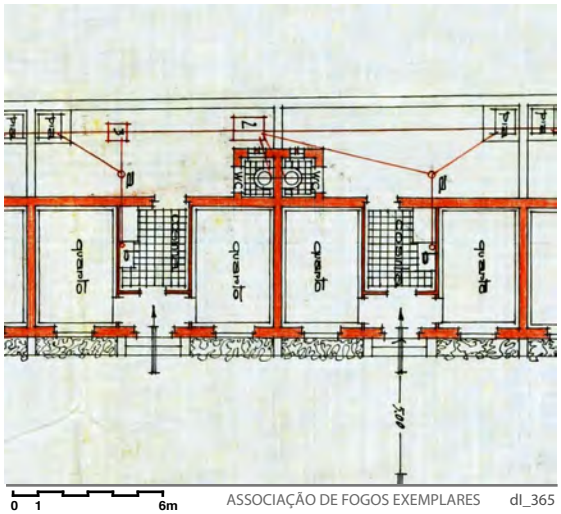
1933 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_180



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_363



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_365

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'00.58"N / 8°36'50.56"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Arminda Pinto Mouta

projectista: José Coelho de Freitas

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 810

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular; jardim;

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior: pátio posterior

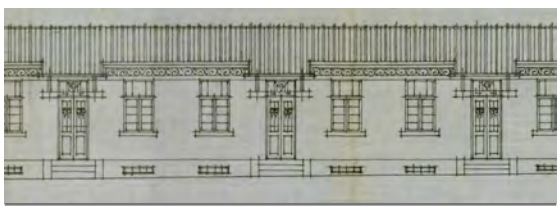
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**	1	0	1	2	0	0	1	0	**1**	**28**	**15**
S2	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**40**	**15**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Todas as casas possuem pia no pátio.
O espaço de serventia e jardim tem 290 m2.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_366

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_44 Bairro Rua S. Dinis n790

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (667) folhas: 705

licença de obra: 1098/1933 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

BHP_45	Vila Maria Odete	1931	S. Diniz, Rua de	Arminda Pinto Mouta

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

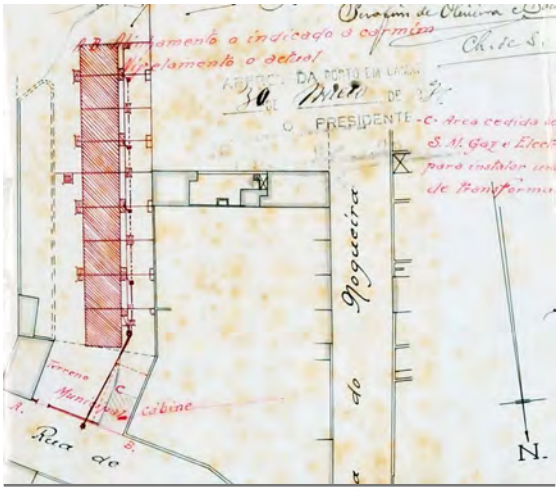
referência imagens (dI)

outras referências documentais

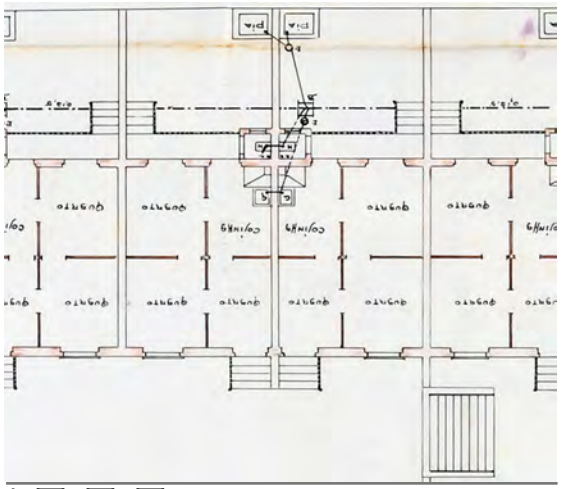
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_374



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_369



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_372



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_373

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_45

Vila Maria Odete

1931 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'02.25"N / 8°36'54.15"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Arminda Pinto Mouta

projectista: José Maria de Barros

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 900

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**9**	0	0	1	3	0	0	1	0	**1**	**28**	**19**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

Todas as casas possuem uma pia no pátio.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**9**				**1931**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_45 Vila Maria Odete

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (628) folhas: 89 a 97

licença de obra: 510/1932 data entrada: 1931 data de referência do projecto: 1931

registos BHP relacionados

BHP_44	Bairro Rua S. Dinis n790	1933	S. Diniz, Rua de	Arminda Pinto Mouta

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

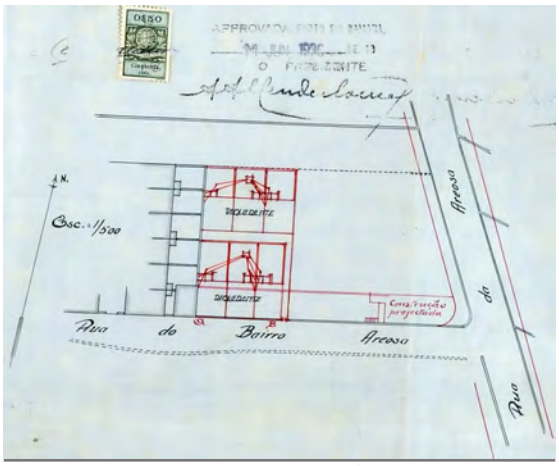
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Areosa

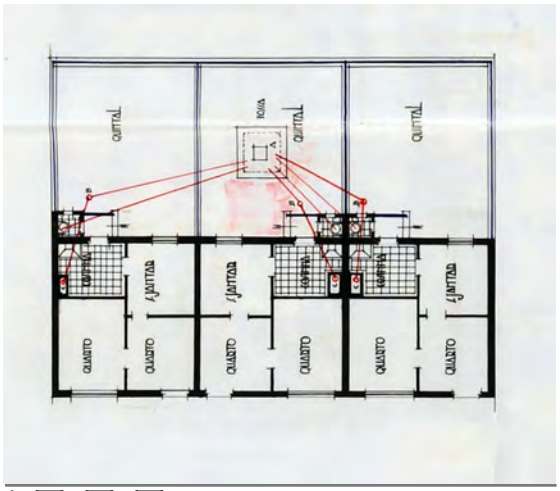
1936 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_384



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_380



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_383

localização e realização

Bairro da Areosa, Rua do — Porto

41°10'36.02"N / 8°35'12.32"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Pires Martins

projectista: Leandro de Morais — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 470

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**3**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**33**	**34**
S2	**3**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**33**	**34**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_381

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_47 Bairro Rua da Areosa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (798) | folhas: 143 a 156

licença de obra: 720/1936 | data entrada: 1936 | data de referência do projecto: 1936

registos BHP relacionados

BHP_64	Bairro da Areosa	1930	Bairro da Areosa, Rua do	Joaquim da Silva

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

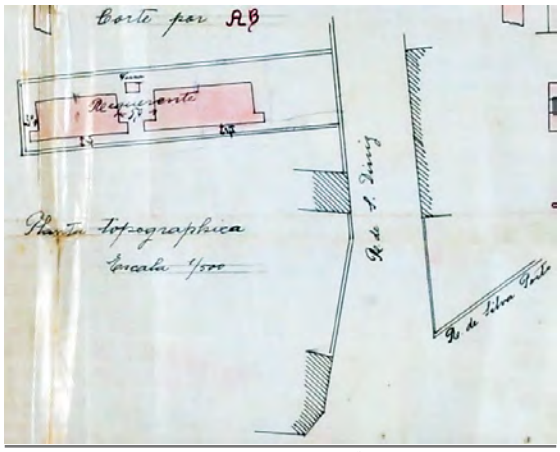
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Rua S. Dinis

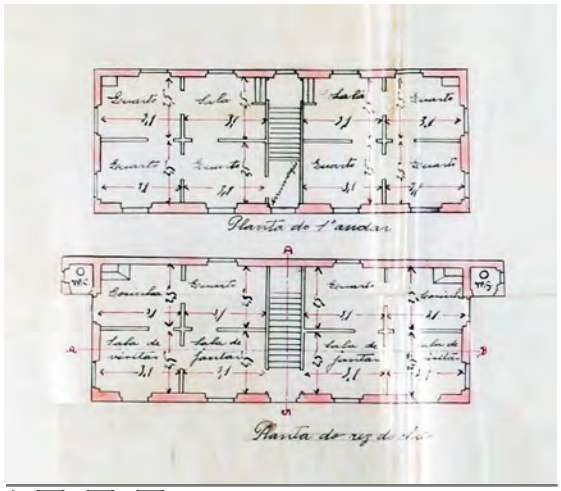
1911 **Bairro de Rendimento** **BR**



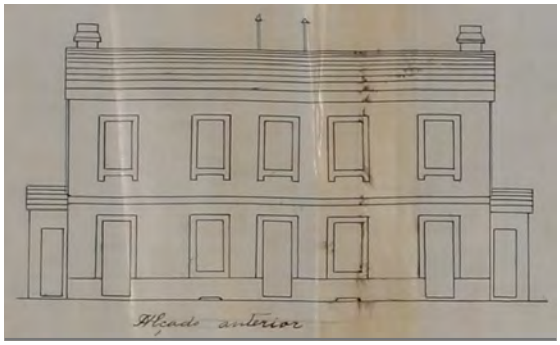
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1454



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_387



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_388



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_389

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'03.23"N / 8°36'58.35"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco d´Oliveira Ramos

projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 450

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	3	1	4	0	0	1	0	**2**	**76**	**0**
S2	**2**	1	3	1	4	0	0	1	0	**1**	**76**	
S3												

S1 coletiva: acesso vertical

S2 individual agrupada: geminada

S3

O espaço de entrada dos fogos da Solução I é comum às duas casas. Uma das casas possui um espaço de "arrumações" no piso superior.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1911**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_48 Bairro da Rua S. Dinis

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (096) folhas: 263

licença de obra: 1357/1911 data entrada: 1911 data de referência do projecto: 1911

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Previdencia do Ferroviário

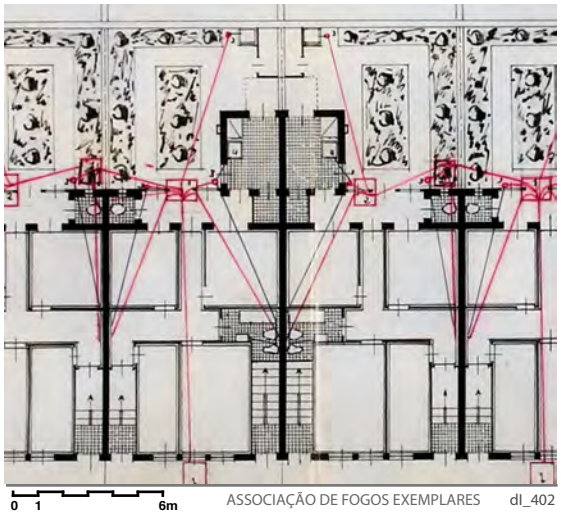
1937 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_394



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_405



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_402



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_930

localização e realização

Monte da Estação, Rua do — Porto

41°09'09.28"N / 8°35'06.77"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: "A Previdência" do Ferroviário

projectista: Renato Montes — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 62 nº volumes: 8 área terreno^{m2}: 8000

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 62 fogos representados: 62

área exterior: jardim posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**16**	1	2	1	2	0	1	0	0	**1**	**78**	**39**
S2	**16**	1	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**78**	
S3	**30**	1	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**62**	

S1 coletiva: acesso direto

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3 individual agrupada: banda (por simetria)

A área do jardim é variável, o valor indicado é apenas um valor médio.
A Solução III possui variações quanto ao número de quartos (por vezes há 4 quartos, por vezes 2), e consequentemente variações também ao nível das áreas, de modo que o valor apresentado é um valor médio.
Uma das salas da Solução I é um "gabinete". A cozinha está em contacto com o resto da casa através de uma galeria envidraçada.
Todas as casas possuem despensa, pia e carvoeira e as do piso superior possuem varanda.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

Paredes em perpianho, com reboco a argamassa de cal e areadas a cor. Impermeabilizaçõ com argamassa de cimento e cerezite. Paredes interiores em tabique e estucadas (excepto as cozinhas e despensas, em tijolo vazado).

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_49 Bairro da Previdencia do Ferroviário

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (909) folhas: 401 a 437

licença de obra: 1942/1937 data entrada: 1937 data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

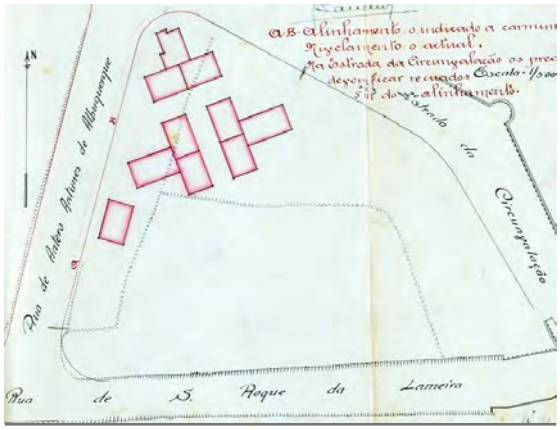
referência imagens (dI)

outras referências documentais

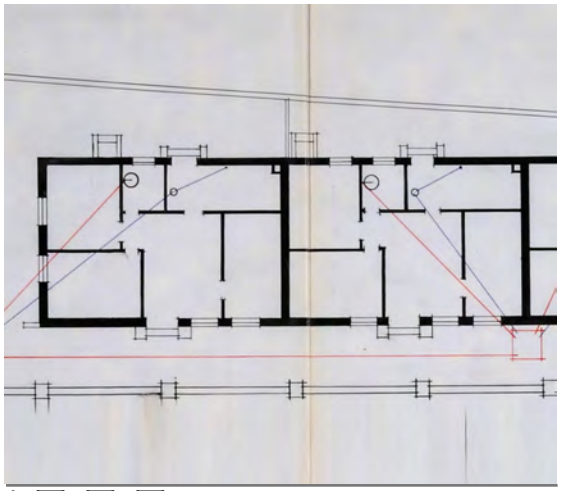
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



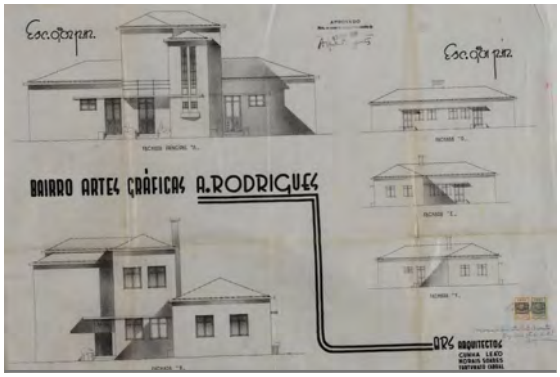
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_406



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_408



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_944



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_410

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_50

Bairro das Artes Gráficas A. Rodrigues

1935 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Antero Antunes de Albuquerque, Rua de — Porto

41°10'00.87"N / 8°34'03.66"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Ignácio A. de Sousa

projectista: Manuel da Costa Pinto Barreto — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 12 nº volumes: 4 área terreno m2: 1800

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**11**	0	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**49**	**39**
S2	**1**	1	2	1	3	0	1	0	0	**2**	**98**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação):recuada

S2 individual agrupada: banda (por translação): recuada

S3

A área de jardim é variável, o valor indicado é apenas um valor médio
A casa da Solução II possui dois espaços de despensa/arrumos no R/C e outro no piso superior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1935**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_50 Bairro das Artes Gráficas A. Rodrigues

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (886) folhas: 169 a 196

licença de obra: 1376/1937 data entrada: 1935 data de referência do projecto: 1935

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

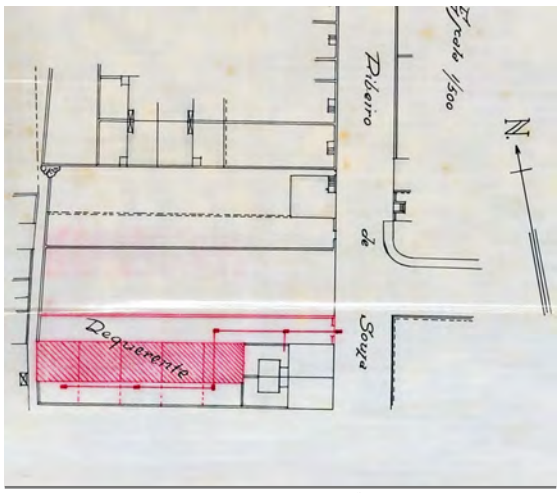
referência imagens (dI)

outras referências documentais

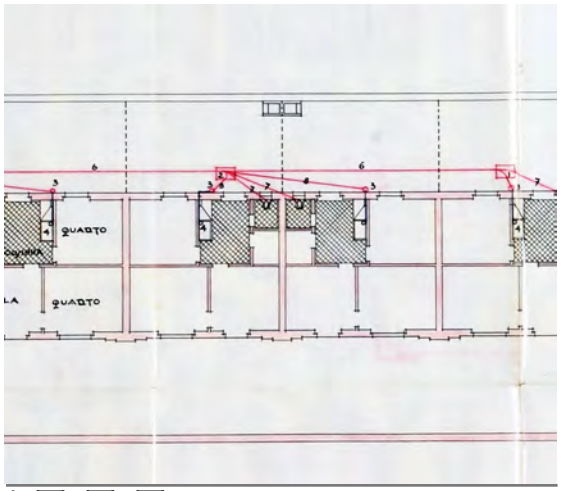
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_424



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_418



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_421



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_422

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_51

Bairro Rua Ribeiro de Sousa

1933 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Ribeiro de Sousa, Rua de — Porto

41°09'59.34"N / 8°36'53.23"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Lourenço da Silva

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 7 — nº volumes: 2 — área terreno m²: 730

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 7 — fogos representados: 7

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**5**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**40**	**26**
S2	**2**	0	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**47**	**22**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

As casas da Solução I possuem despensa e pia no pátio

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_51 Bairro Rua Ribeiro de Sousa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (698) | folhas: 68

licença de obra: 909/1934 | data entrada: 1933 | data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

BHP_18	Vila Amélia	1932	Ribeiro de Sousa, Rua de	Álvaro Lourenço da Silva

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

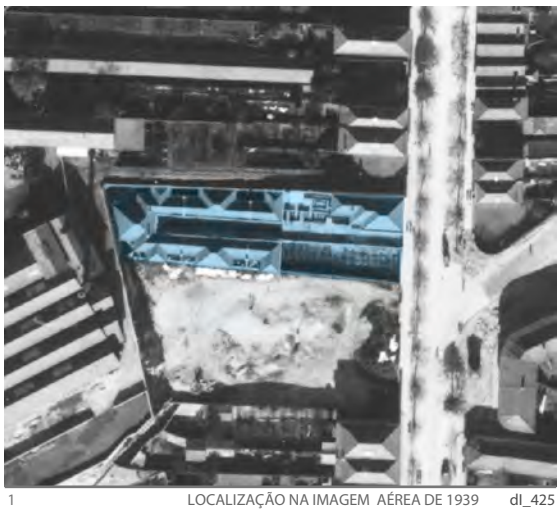
referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Serpa Pinto n115

1936 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_425

localização e realização

Serpa Pinto, Rua — Porto

41°09'41.65"N / 8°37'15.97"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

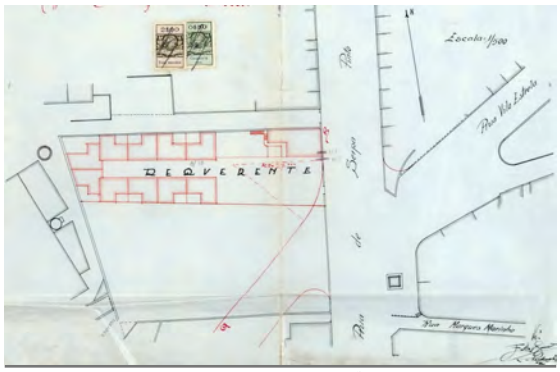
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Luiz de Sá

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquitecto



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_428

caracterização urbana

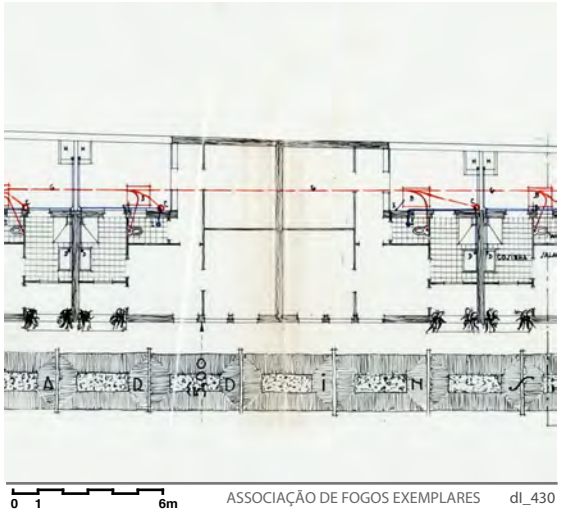
nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 1600

equipamentos apoio:

esp. público: jardim;

rua âncora: Serpa Pinto, Rua

situação urbana: 3º anel



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_430

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 11 fogos representados: 11

área exterior: pátio posterior

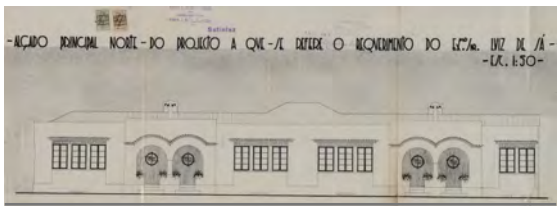
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**10**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**51**	**11**
S2	**1**	1	1	1	1	0	1	0	0	**1**	**100**	**127**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 coletiva: acesso vertical??

S3

A Solução II diz respeito a um prédio à face da rua, não sendo perceptível se se trata de uma única habitação com três pisos ou de um prédio de três pisos com uma habitação por piso (apenas existe planta do r/c). Os compartimentos indicados são os existentes no r/c. Além destes há ainda dois espaços de arrumos de grande dimensão voltados para a rua; e ainda uma despensa.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_431

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_52 Bairro Rua Serpa Pinto n115

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (848) folhas: 163 a 184

licença de obra: 316/1937 data entrada: 1936 data de referência do projecto: 1936

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro António Ramos Pinto I

1935 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_434

localização e realização

Manuel Carqueja, Rua — Porto

41°09'36.41"N / 8°35'26.40"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

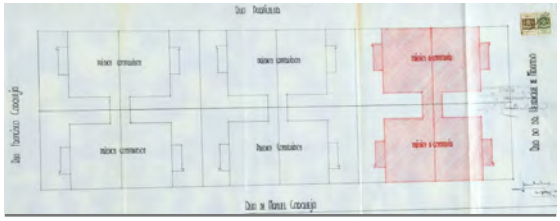
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ramos Pinto

projectista: Leandro de Morais — Arquitecto



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_445

caracterização urbana

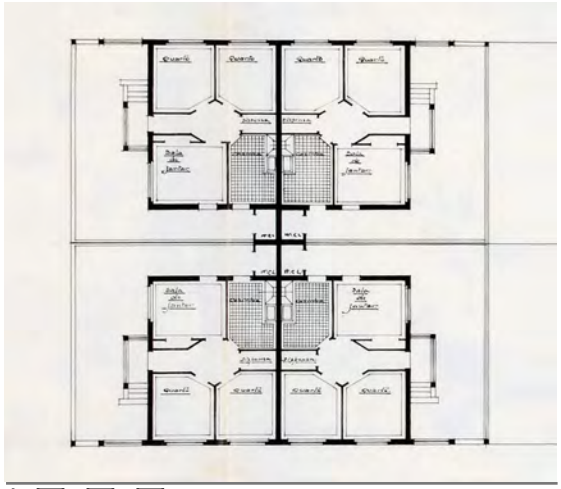
nº parcelas: 12 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1212

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_447

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**12**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**53**	**48**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2

S3

As casas possuem despensa.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_436

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**8**	S1				**1935**
F2	**4**	S1				**1936**
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_53 Bairro António Ramos Pinto I

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (744) folhas: 56 a 68

licença de obra: 1304/1935 data entrada: 1935 data de referência do projecto: 1935

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

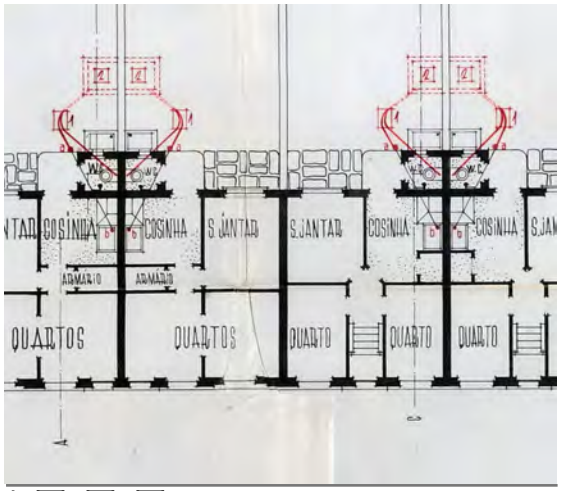
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_452



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_453



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_456



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_451

Bairro Rua Armando Cardoso

1936 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Armando Cardoso, Rua — Porto

41°10'55.76"N / 8°36'45.58"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Antonio Duarte Silva Junior

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 412

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**44**	**43**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

As casas possuem pia nos pátios.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_54 Bairro Rua Armando Cardoso

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (808) folhas: 93

licença de obra: 1011/1936 data entrada: 1936 data de referência do projecto: 1936

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

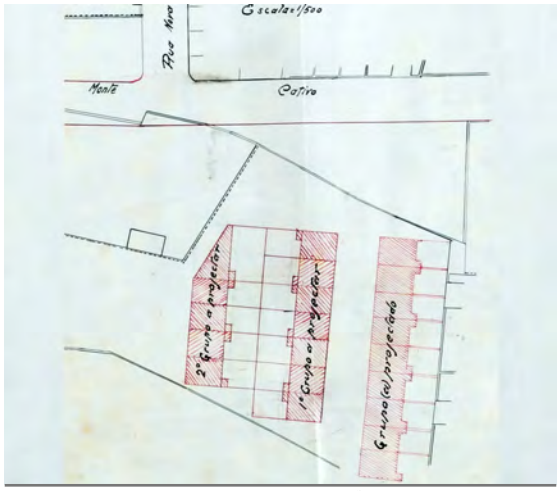
referência imagens (dI)

outras referências documentais

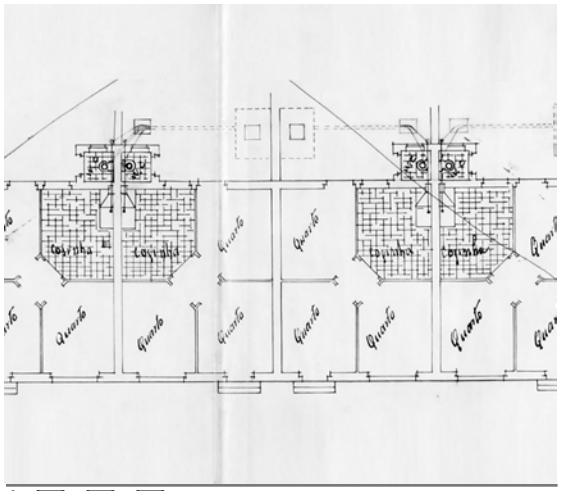
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



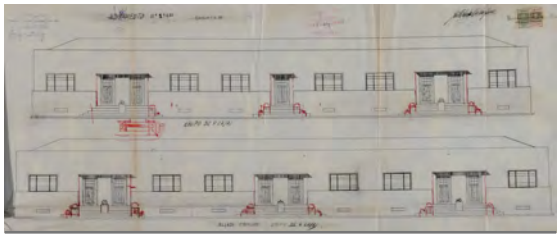
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_457



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_466



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_470



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_472

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_55

Bairro Rua do Monte Cativo

1936 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Monte Cativo, Rua do — Porto

41°09'44.42"N / 8°36'57.70"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Inez Pinho do Rêgo

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 21 nº volumes: 3 área terreno m2: 1900

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Antero de Quental, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 21 fogos representados: 21

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**21**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**39**	**33**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_55 Bairro Rua do Monte Cativo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: | folhas: 131 a 145

licença de obra: 571/1936 | data entrada: 1936 | data de referência do projecto: 1936

registos BHP relacionados

BHP_215	Bairro Rua Nova de Pereiró	1912	Nova de Pereiró, Rua (ou Dr	Crispim Ferreira Bispo

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

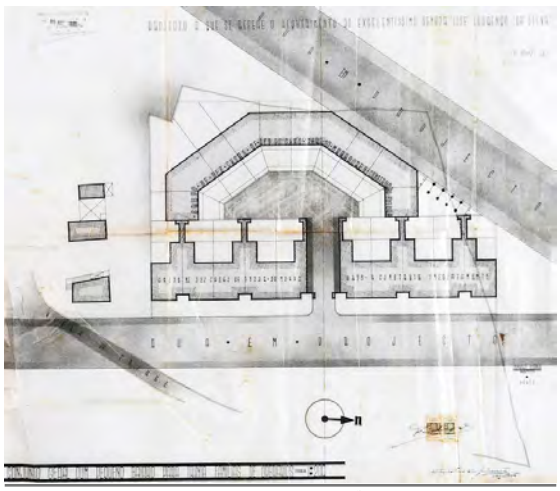
referência imagens (dI)

outras referências documentais

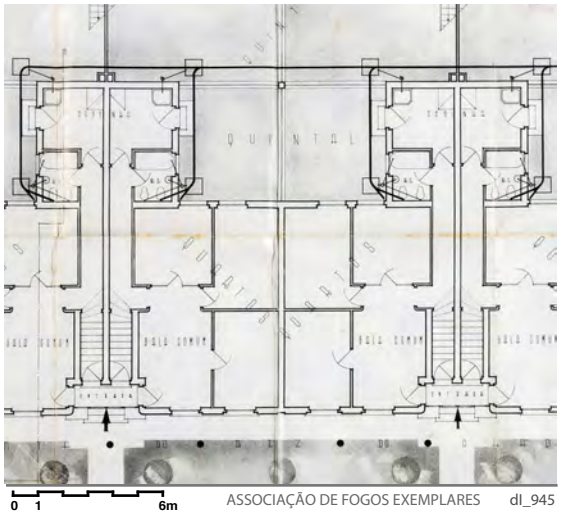
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_473



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_476



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_945



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_475

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_56

Bairro Largo do Cruzinho

1935 — **Bairro de Rendimento** BR

localização e realização

Arquitecto Marques da Silva, Rua — Porto

41°09'13.60"N / 8°37'50.74"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Lourenço da Silva

projectista: Januário Godinho — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 30 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 4500

equipamentos apoio:

esp. público: jardim;

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 30 fogos representados: 30

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**10**	0	1	1	3	0	1	0	1	**1**	**94**	**27**
S2	**10**	1	1	1	3	0	1	0	1	**1**	**94**	**42**
S3	**10**											

S1 coletiva: acesso direto

S2 coletiva: acesso direto

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1935**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (768) folhas: 479 a 503

licença de obra: 2051/1935 data entrada: 1935 data de referência do projecto: 1935

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

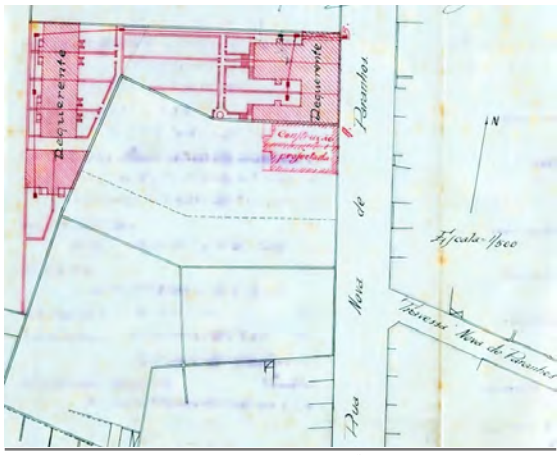
referência imagens (dI)

outras referências documentais

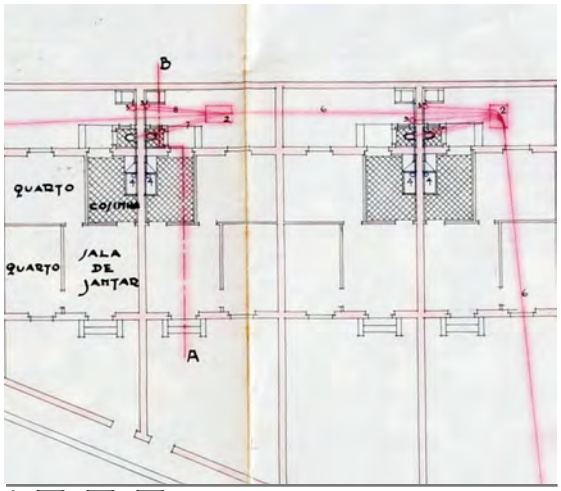
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_483



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_486



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_489



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_485

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_58

Bairro Rua Nova de Paranhos

1934 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Carvalhido, Rua do (antiga Rua Nova de — Porto

41°10'05.14"N / 8°37'31.83"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: Severina Gomes Ferreira

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 9 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1060

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Carvalhido, Rua do

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior: pátio posterior jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**32**	**38**
S2	**3**	1	2	1	2	0	1	1	1	**1**	**65**	**40**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

As áreas exteriores são variáveis, trata-se de um valor médio.
Das casas da Solução I apenas 4 possuem jardim frontal, e todas elas possuem um tanque no pátio.
A Solução II possui um espaço de despensa.
As habitações à face da rua inserem-se num prédio de dois pisos, com o r/c ocupado por um espaço com a legenda "Sala" que parece ser de comércio (actualmente funciona como tal).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

BHP_58 Bairro Rua Nova de Paranhos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (721) folhas: 438 a 463

licença de obra: 558/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

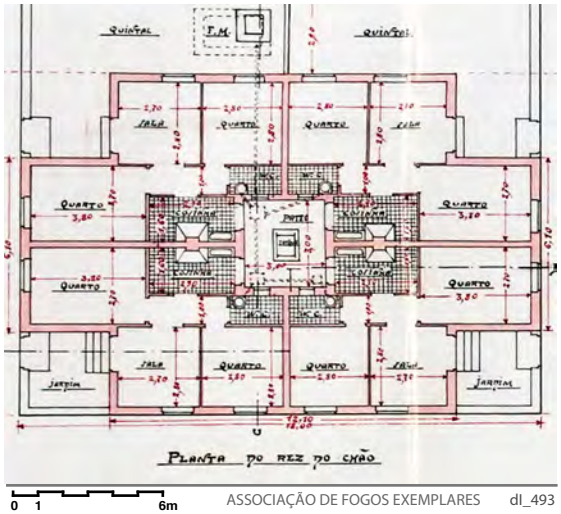
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_434



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_491



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_493



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_490

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_59

Bairro de António Ramos Pinto I

1927 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Francisco Carqueja, Rua (com Rua Bento — Porto

41°09'36.57"N / 8°35'26.24"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ramos Pinto

projectista: Inácio Pereira de Sá — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 452

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**37**	**31**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2

S3

As casas possuem um pátio comum ao centro, com 9 m2, com um tanque.
Duas das casas do modelo quadripartido possuem jardim lateral mais pequeno, com apenas 8 m2

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_59 Bairro de António Ramos Pinto I

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (503) | folhas: 668 a 679

licença de obra: 467/1927 | data entrada: 1927 | data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

BHP_106	Bairro de António Ramos Pinto III	1933	Antas, Travessa das	António Ramos Pinto

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

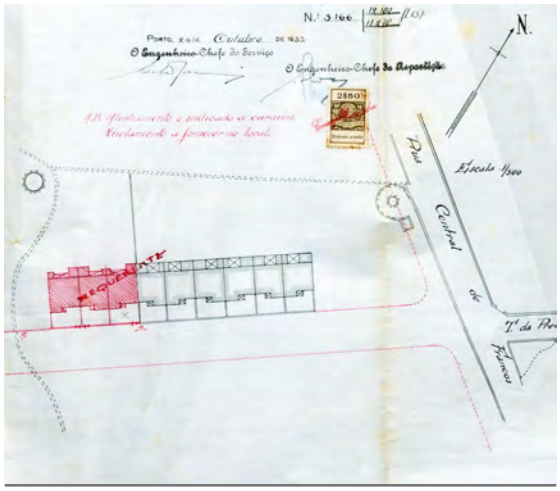
Bairro Rua Airosa

1933 **Bairro de Rendimento BR**

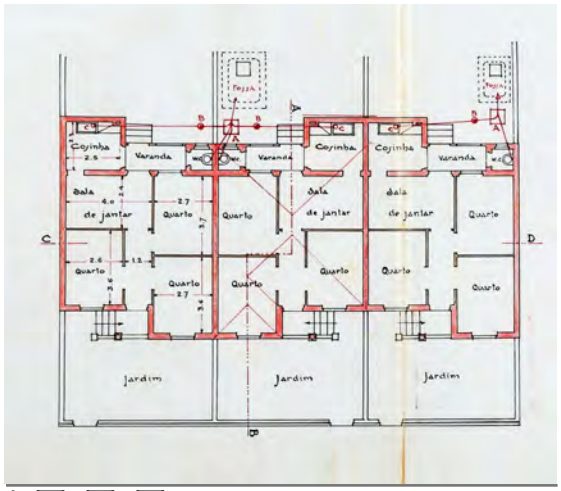
Utiliza-se o especificado no Decreto-lei das Casas Económicas. Condição de licenciamento: "Casas económicas tipo A, não excedendo a renda mensal de 80 $00; Sempre que a Camara tenha conhecimento de que foi retirada à construção essa caracteristica, o seu proprietário é obrigado a pagar ao cofre municipal todas as taxas e a multa de 300$00"
Referente ao Edital de 4 Fevereiro de 1933.
Isenção de Taxas de Licença, Estética, Numeração, de alinhamento.



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_296



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_300



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_499



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_299

localização e realização

Airosa, Rua (à Rua Central de Francos) — Porto

41°10'08.58"N / 8°38'15.16"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Alfredo António Ribeiro

projectista: Joaquim Faria Moreira — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 17 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 4700

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Central de Francos, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 17 fogos representados: 17

área exterior: jardim frontal horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**11**	1	1	1	3	0	0	1	0	**1**	**55**	**31**
S2	**6**	1	1	1	3	0	1	0	1	**1**	**120**	**31**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

A Solução II possui uma cave com dois espaços de arrumos (47 m2).
A área do espaço exterior associado diz respeito ao jardim frontal, sendo a área das hortas cerca de 130 m2 nas casas da primeira fase e de cerca de 240 m2 nas casas da segunda fase.
Todas as casas possuem o que aparentam ser tanques nas hortas.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_60 Bairro Rua Airosa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (672) folhas: 271 a 278

licença de obra: 1244/1933 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

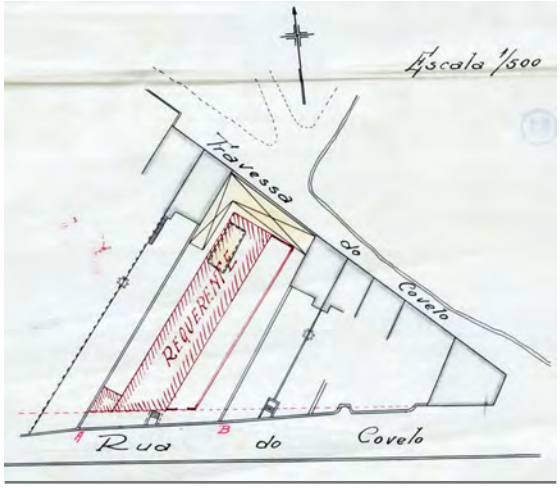
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua do Covelo

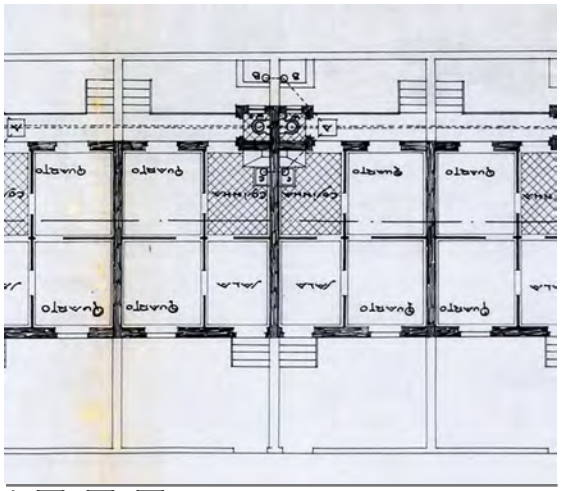
1932 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1351



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1347



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1349



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1350

localização e realização

Covelo, Rua do — Porto

41°10'00.88"N / 8°36'30.47"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: César Augusto Mendes

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 492

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**5**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**28**	**25**
S2	**1**	0	1	1	4	0	0	1	0	**1**	**49**	**23**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Um dos quartos da Solução 2 é acessível apenas através da varanda exterior onde se localiza o WC
Todos os pátios possuem uma pia

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1932**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_61 Bairro Rua do Covelo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (660) folhas: 528-536

licença de obra: 786/1933 data entrada: 1932 data de referência do projecto: 1932

registos BHP relacionados

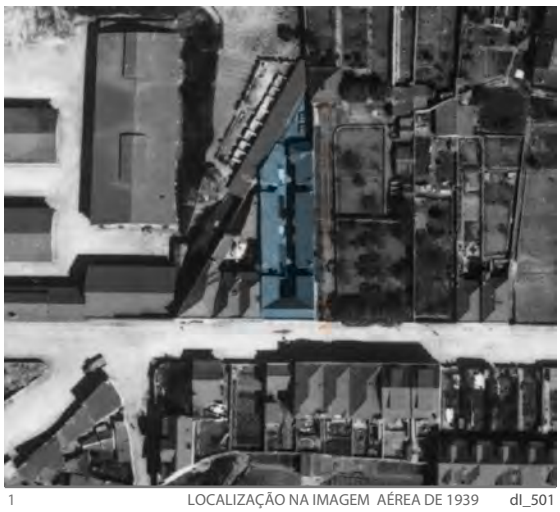
referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

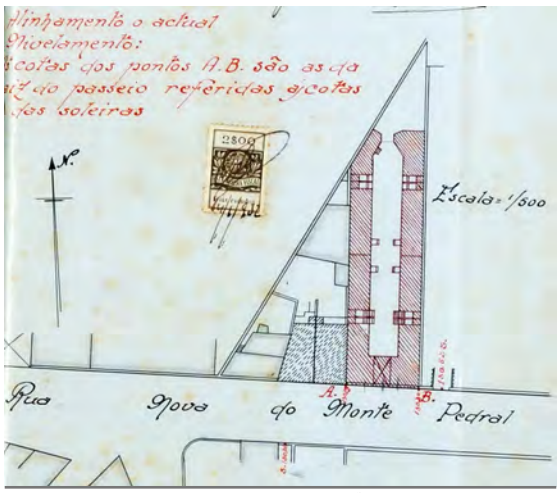
referência imagens (dI)

outras referências documentais

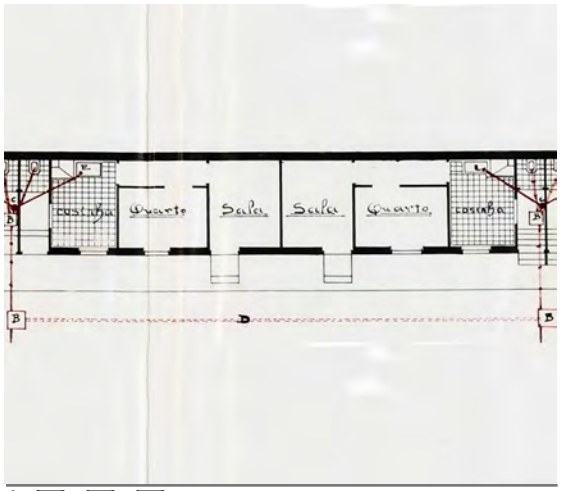
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



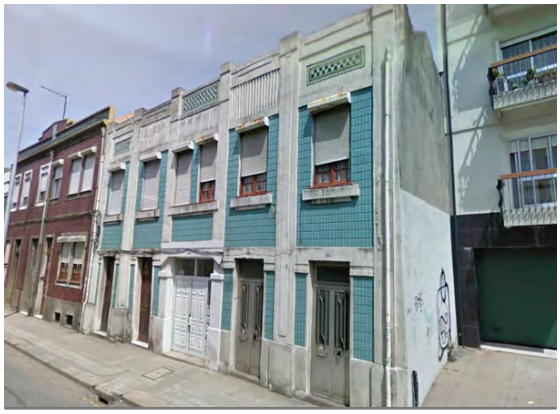
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_501



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_503



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_506



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_502

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_62

Bairro Rua Nova do Monte Pedral n124

1932 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Egas Moniz, Rua de — Porto

41°09'45.25"N / 8°37'04.73"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Rodrigues de Oliveira & Cª

projectista: Manuel da Silva Fumega

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 530

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**33**	**0**
S2	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**48**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela

S2 individual agrupada: geminada

S3

As casas da Solução II possuem lojas no R/C com 32 m2.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1932**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_62 Bairro Rua Nova do Monte Pedral n124

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (637) folhas: 283 a 290

licença de obra: 847/1932 data entrada: 1932 data de referência do projecto: 1932

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

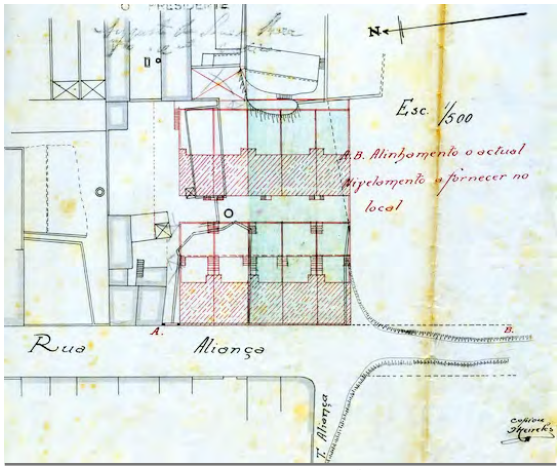
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Aliança n60

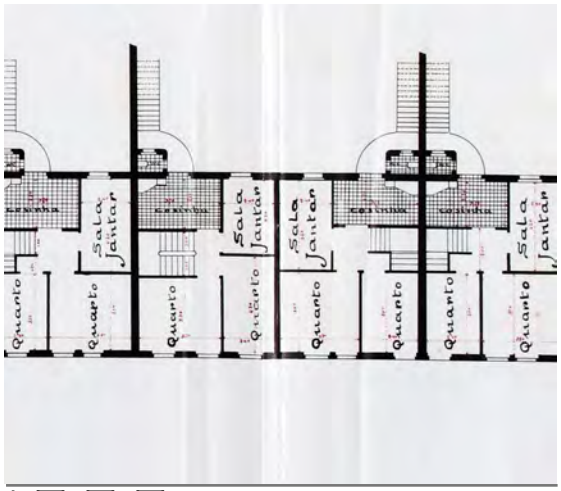
1930 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_508



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_512



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1324



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_516

localização e realização

Aliança, Rua da — Porto

41°09'50.86"N / 8°37'02.30"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Manuel Rodrigues d

projectista: José dos Santos

caracterização urbana

nº parcelas: 15 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 1350

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 15 fogos representados: 15

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**5**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**50**	**35**
S2	**5**	1	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**50**	**27**
S3	**5**	1	3	1	2	0	0	1	0	**2**	**71**	**46**

S1 coletiva: acesso direto

S2 coletiva: acesso direto

S3 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

A solução S1 têm variante num fogo intermédio com escada interior. Supõe-se que S1 seria utilizada por 2 familias.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_63 Bairro Rua da Aliança n60

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (607) folhas: 193 a 204

licença de obra: 925/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

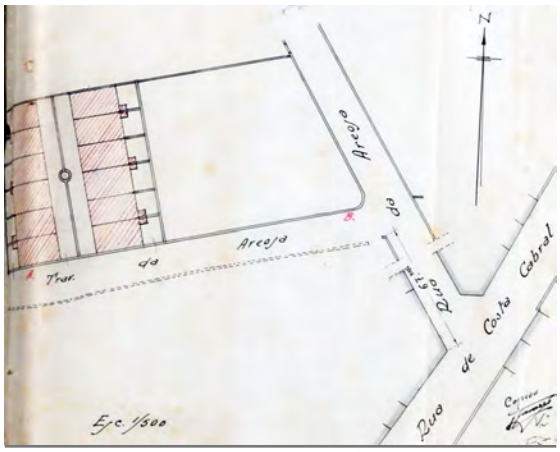
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Areosa

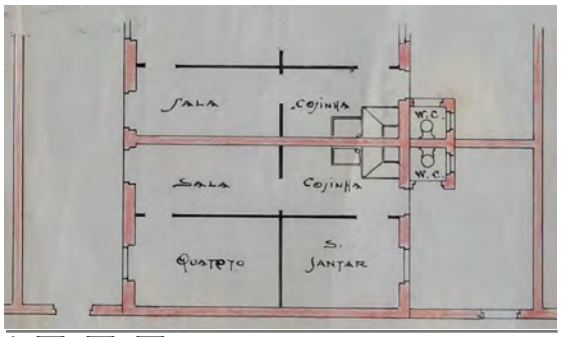
1930 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_384



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_517



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_521



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_519

localização e realização

Bairro da Areosa, Rua do — Porto

41°10'35.81"N / 8°35'13.22"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim da Silva

projectista: José Maria de Barros

caracterização urbana

nº parcelas: 12 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 980

equipamentos apoio: poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**12**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**44**	**16**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

S1 na 1ª versão reprovada apresentava escada na sala

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_64 Bairro da Areosa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (600) | folhas: 71 a 84

licença de obra: 711/1931 | data entrada: 1930 | data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

BHP_47	Bairro Rua da Areosa	1936	Bairro da Areosa, Rua do	José Pires Martins

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

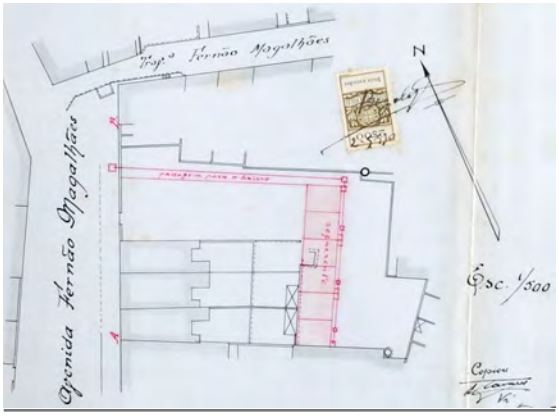
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Avenida Fernão de Magalhães

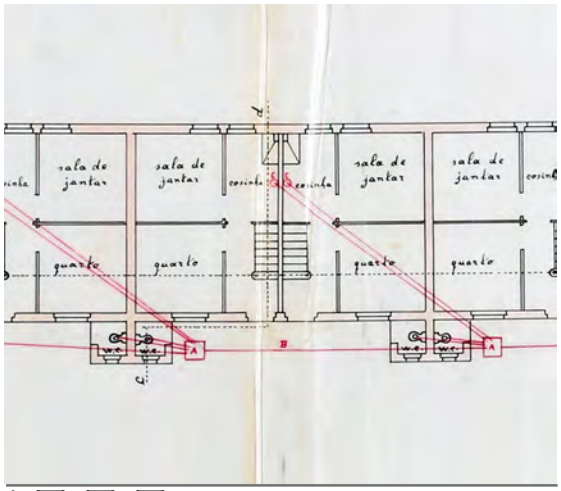
1930 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_522



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_524



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_527

localização e realização

Fernão de Magalhães, Avenida de — Porto

41°09'04.01"N / 8°35'49.70"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Israel dos Santos Feio

projectista: Domingos da Silva Leça — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 620

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular; logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: logradouro/ serventia

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	2	1	3	0	0	1	0	**2**	**62**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_528

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_65 Bairro Avenida Fernão de Magalhães

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (585) folhas: 300 a 310

licença de obra: 38/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

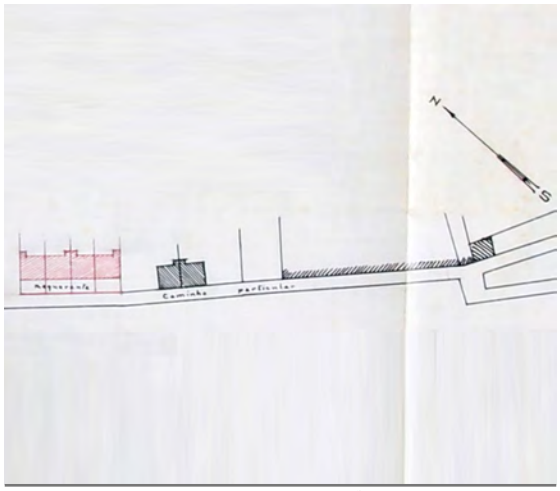
referência imagens (dI)

outras referências documentais

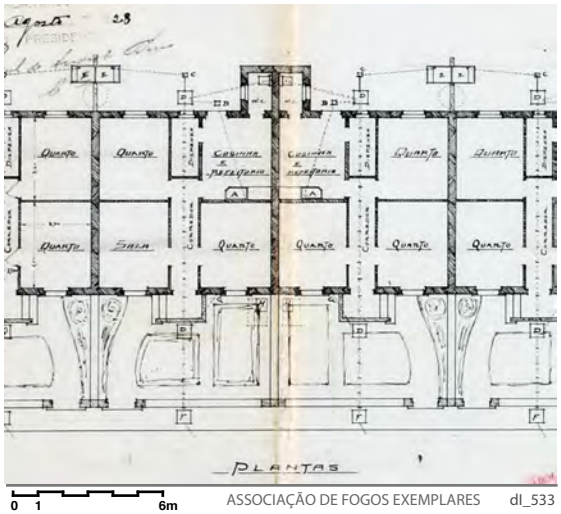
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1325



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_532



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_533



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_534

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_66

Vila Ferreira

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Arada, Rua da — Porto

41°09'54.03"N / 8°34'31.76"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel Francisco Ferreira

projectista: Augusto dos Santos Malta — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: ?

equipamentos apoio: inexistentes

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**49**	**28**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

A área do espaço exterior refere-se apenas ao jardim frontal, é desconhecida a área do pátio posterior.
As casas possuem despensa.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_66 Vila Ferreira

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9(534) folhas: 169

licença de obra: 326/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

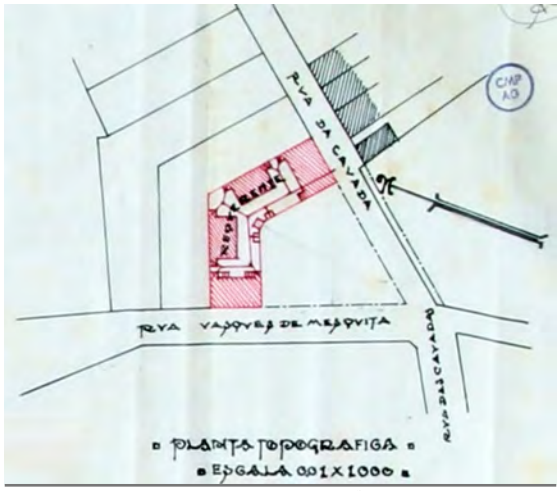
referência imagens (dI)

outras referências documentais

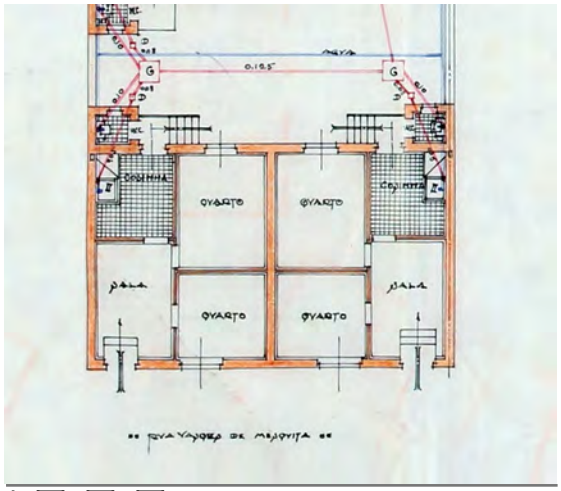
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



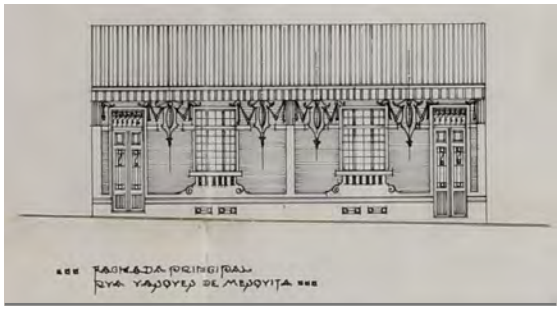
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_535



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_539



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_540



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_541

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_67

Bairro Rua Vasques de Mesquita

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Vasques de Mesquita, Rua de (e Rua das — Porto

41°10'02.04"N / 8°35'11.89"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Armando Orestes Ferreira dos

projectista: José Coelho de Freitas

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 536

equipamentos apoio: lavadouro;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	0	0	1	2	0	0	1	0	**1**	**32**	**0**
S2	**4**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**43**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela
S2 individual agrupada: geminada
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_67 Bairro Rua Vasques de Mesquita

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (527) folhas: 225

licença de obra: 538/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

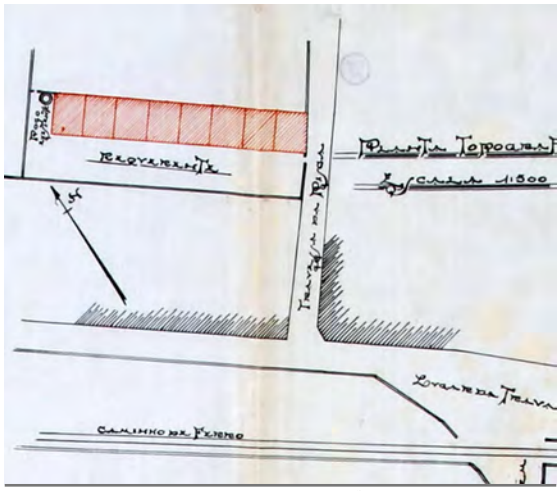
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa da Pisca

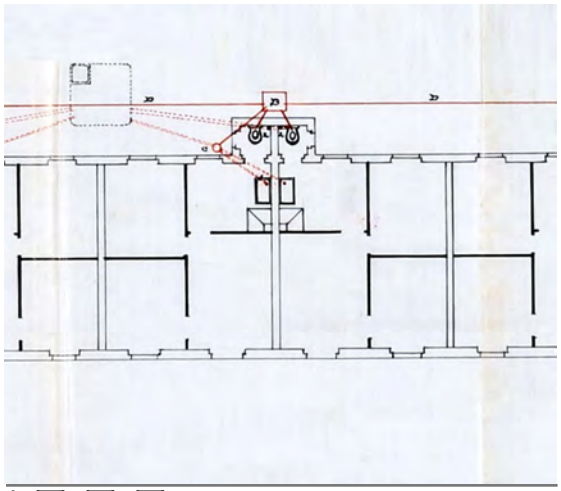
1928 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_309



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_544



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_545

localização e realização

Pisca, Travesssa da — Porto

41°09'56.78"N / 8°38'08.39"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Guilherme Duarte

projectista: Joaquim Mendes Jorge — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 610

equipamentos apoio: poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Pedro Hispano, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

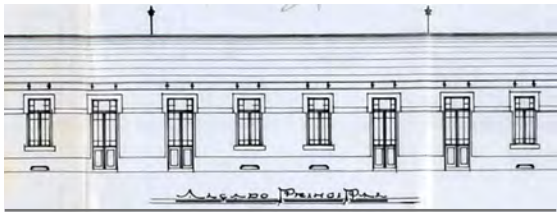
área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**30**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_546

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_68 Bairro Travessa da Pisca

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (523) folhas: 166

licença de obra: 428/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

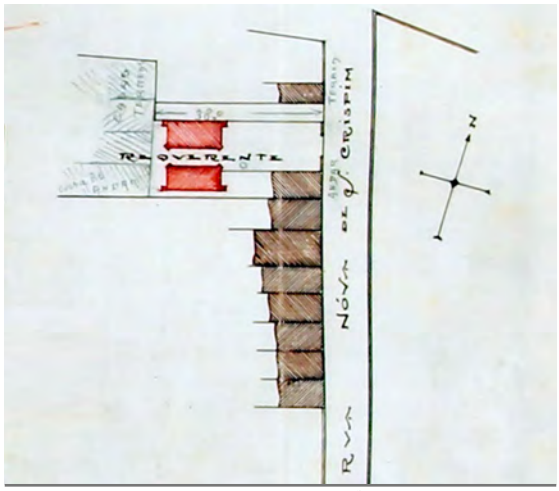
referência imagens (dI)

outras referências documentais

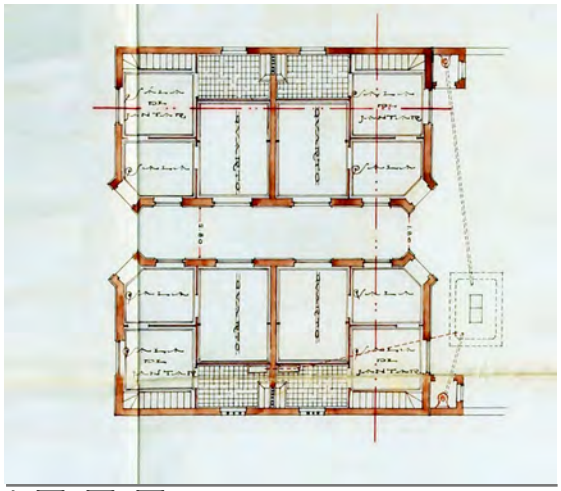
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



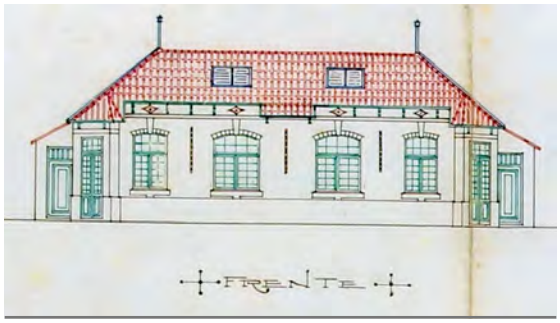
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_547



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_553



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_554



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_555

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_69

Bairro Rua Nova de S. Crispim

1927 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Diogo Cão, Rua — Porto

41°09'36.78"N / 8°35'44.00"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Amélia Andrade Rodrigues

projectista: António Martins Rosas — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 980

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	0	2	1	1	0	0	1	0	**2**	**86**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela

S2

S3

O piso superior ("sótão") é constituído por dois espaços de "arrumos".

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_69 Bairro Rua Nova de S. Crispim

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico do Porto cota: D-CMP/9 (503) folhas: 558

licença de obra: 490/1927 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

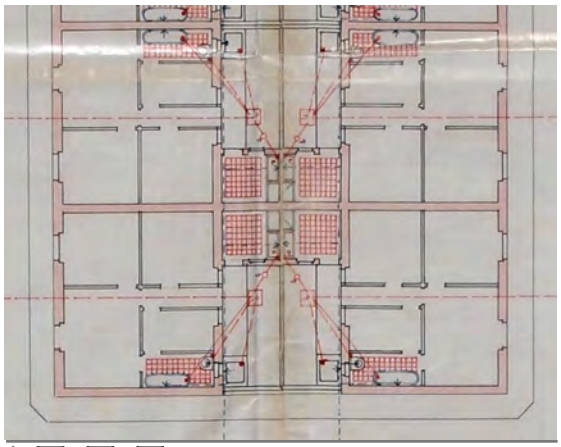
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_556



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_562



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_563



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_564

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_70

Bairro Rua de Monsanto

1928 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Monsanto, Rua de — Porto

41°10'12.38"N / 8°37'16.98"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Construtora Portuense de

projectista: Manoel Domingues dos Santos

caracterização urbana

nº parcelas: 42 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 3020

equipamentos apoio: poço; wc público

esp. público: rua particular;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 42 fogos representados: 42

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**42**	0	1	1	2	0	1	1	1	**1**	**46**	**19**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

Na primeira versão a solução tinha 36 m2 sem banho e com dois quartos

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_70 Bairro Rua de Monsanto

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (521) | folhas: 157 a 170

licença de obra: 328/1928 | data entrada: 1928 | data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_138 Regime das Casas Económicas — Decreto-Lei 22/10/1928

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

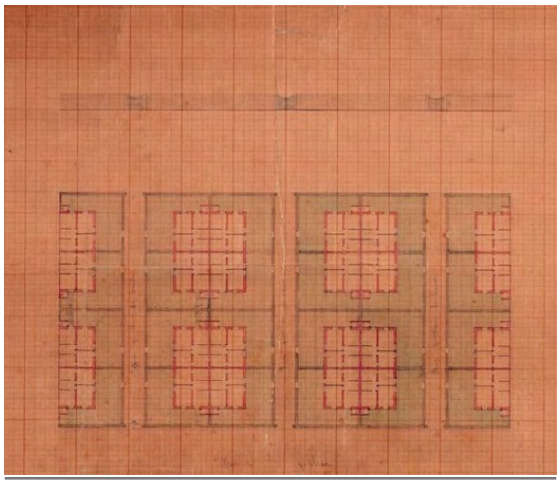
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Operário Municipal Tipo

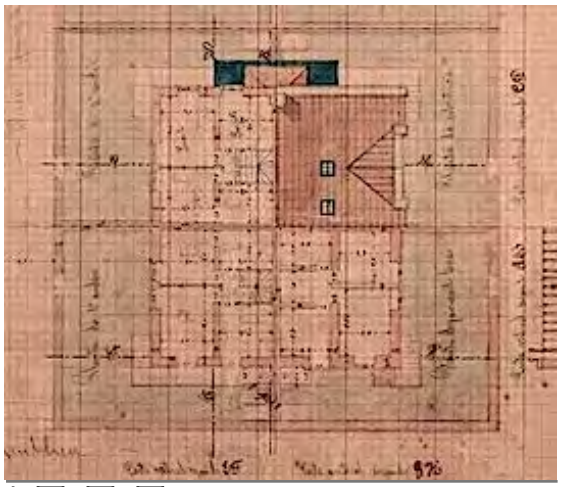
1890 **Bairro Municipal BM**

Projecto Tipo que se julga ter sido desenvolvido na passagem do século (c. 1899) pelos serviços da Câmara. Apesar de não existir referências a datas, pela ortografia (regras anteriores à reforma ortográfica de 1911) e apresentar a mesma caligrafia, técnica de desenho e expressão arquitectónica dos projectos para banhos de 18?5.

1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_581



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_575

4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO

localização e realização

Local Indeterminado

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do porto

projectista: João Carlos d'Almeida Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: nº volumes: área terreno^{m2}:

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Local Indeterminado

situação urbana: Zona Indeterminada

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: fogos representados:

área exterior: jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**50**	**73**
S2	**4**	0	1	1	6	0	0	1	0	**2**	**96**	**73**
S3	**4**	0	1	1	4	0	0	1	0	**2**	**72**	**73**

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2 individual agrupada: geminada: quadripartida

S3 individual agrupada: geminada: quadripartida

Existe ainda um "Typo nº3", em tudo idêntico ao "Typo nº 2", apenas com uma redução do pé-direito no piso superior recuado.
As casas do "Typo nº 2" e "Typo nº 3" são idênticas ao "Typo nº 1" no R/C.
Todas as soluções possuem uma variação, na qual se retiram as habitações do R/C.
Todas as casas de R/C possuem um espaço de arrumos no local onde se desenvolve a escada no piso superior.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1890**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_72 Bairro Operário Municipal Tipo

informação arquivística principal

arquivo:		cota: D-CDT/A4 (150)	folhas: 1 a 7
licença de obra:	data entrada:	data de referência do projecto:	1890

registos BHP relacionados

BHP_1	Bairro Operário "O Comércio do Porto" -	1899	Serpa Pinto, Rua	O Comércio do Porto/CMP
BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

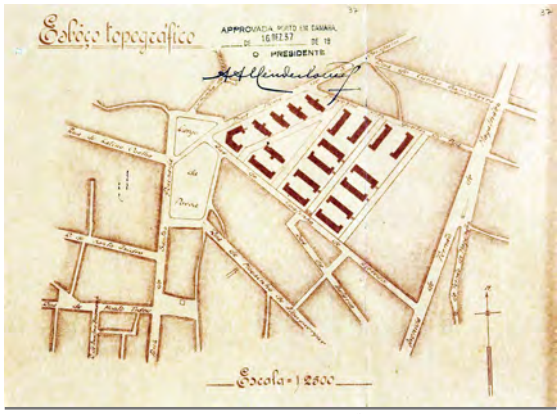
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro de Habitações Económicas de S. Crispim

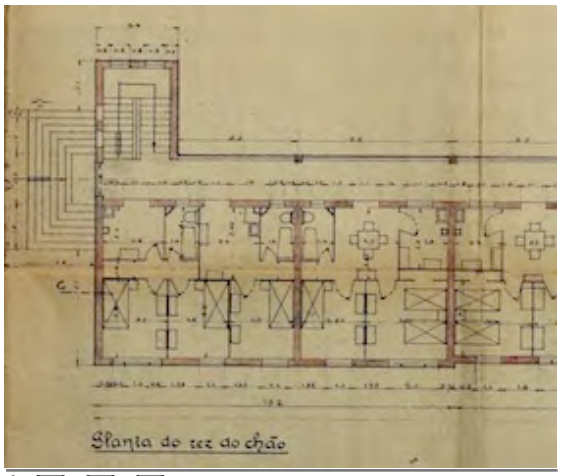
1937 **Bairro de Casas Económicas BCE**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1457



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_587



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1340

4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO

localização e realização

Nova de S. Crispim, Rua — Porto

41°09'32.00"N / 8°35'47.12"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor:

projectista: J. Meireles

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 19 área terreno m2: 36000

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 324 fogos representados: 324

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**114**		1	1	3				1	**1**	**60**	
S2	**156**		1	1	2				1		**50**	
S3	**54**		1	1	2				1		**50**	

S1 coletiva: acesso galeria
S2 coletiva: acesso galeria
S3 coletiva: acesso galeria

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_75 Bairro de Habitações Económicas de S. Crispim

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/3 (441) | folhas:

licença de obra: | data entrada: | data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

BHP_197	Bloco de Habitações Económicas Tipo	1937	Local Indeterminado	C.M.P. - 3ª Repartição

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_177	A. J. Monteiro	Boletim de Higiene e Sanidade Municipais	1937

referência imagens (dI)

outras referências documentais

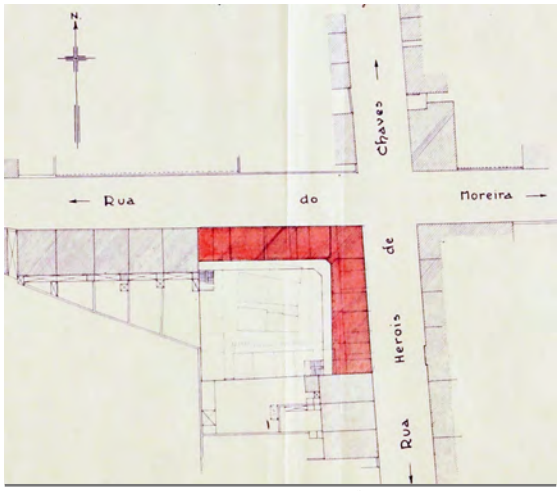
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bloco de Habitações Económicas dos Bombeiros Municipais

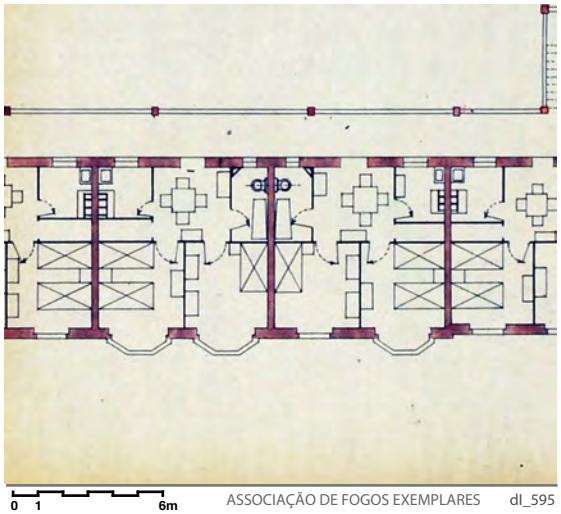
1933 **Bairro Municipal** **BM**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1458



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_593



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_595

localização e realização

Moreira, Rua do — Porto

41°09'11.52"N / 8°36'09.06"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista: Guilherme Barreiros - 3ª — Chefe de Secção

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1000

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Alegria, Rua da

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 33 fogos representados: 33

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**24**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**50**	**0**
S2												
S3												

S1 coletiva: acesso galeria

S2

S3

Existem variações da Solução I ao nível do R/C: casa do topo, apenas com um quarto, cozinha e WC interior (assim como o terceiro módulo da Rua Heróis de Chaves, que tem sempre esta tipologia em todos os pisos) e a casa de gaveto em que a sala e a cozinha partilham o mesmo espaço.
As casas possuem um espaço de arrumos.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_597

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_77 Bloco de Habitações Económicas dos Bombeiros Municipais

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: Guia 5/2003 nº 184 folhas:

licença de obra: data entrada: data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_177	A. J. Monteiro	Boletim de Higiene e Sanidade Municipais	1937

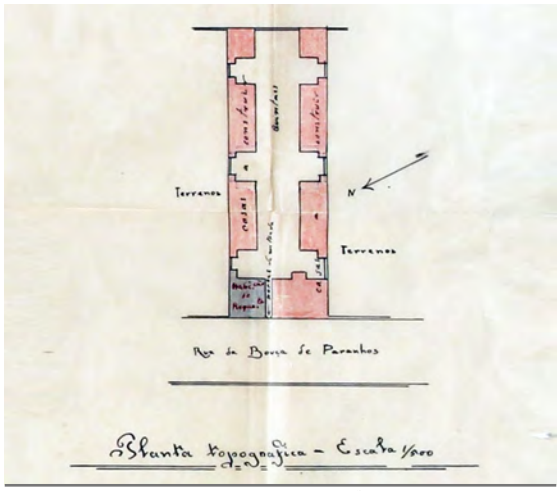
referência imagens (dI)

outras referências documentais

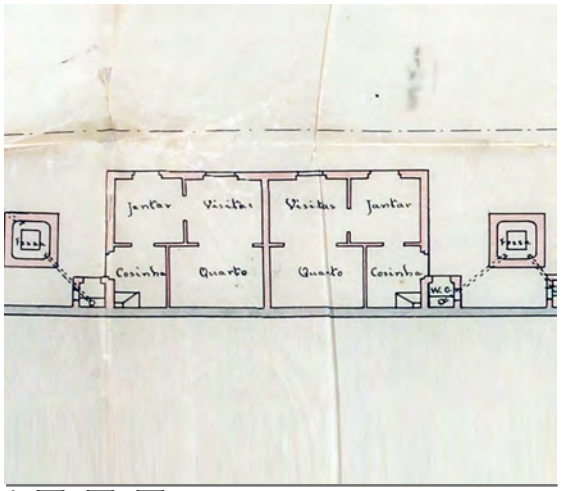
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



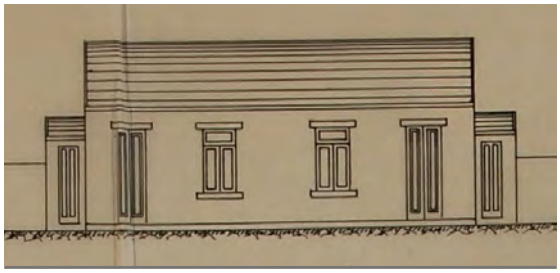
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1459



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_603



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_604



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_605

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_78

Bairro Rua da Bouça de Paranhos

1922 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Dionísio dos Santos Silva, Rua — Porto

41°10'54.81"N/ 8°36'32.47"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Pinto Leitão

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 7 área terreno m2: 590

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**12**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**19**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela
S2
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1922**
F2					
F3					

BHP_78 Bairro Rua da Bouça de Paranhos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (358) folhas: 339 a 346

licença de obra: 1483/1922 data entrada: 1922 data de referência do projecto: 1922

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

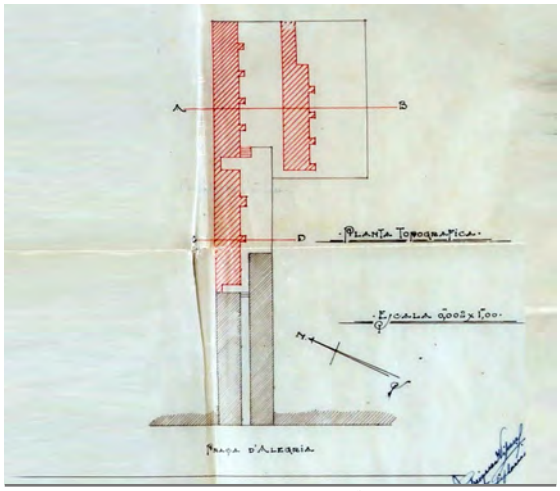
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Praça da Alegria

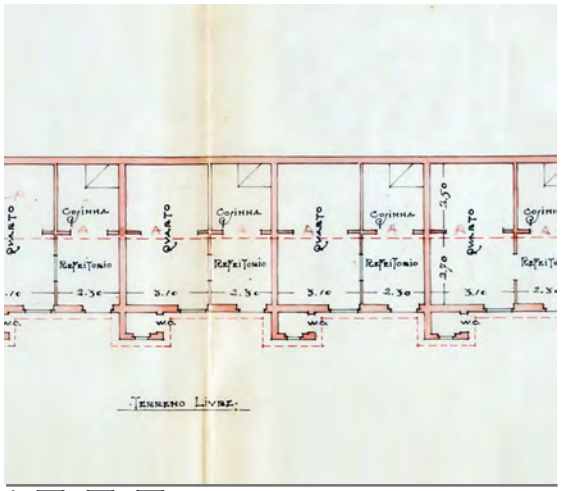
1927 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_606



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_611



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_612

localização e realização

Alegria, Praça da — Porto

41°08'35.29"N / 8°35'57.68"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim Moreira

projectista: Ribeiro Rogério Rodrigues — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 2? nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1050

equipamentos apoio: galinheiro

esp. público: logradouro;

rua âncora: Rodrigues de Freitas, Avenida

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 18 fogos representados: 18

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**14**	0	1	1	1	1	0	1	0	**1**	**32**	**0**
S2	**4**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**29**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Nas casas da Solução I o WC é integrado na fachada



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_613

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (501) folhas: 574 a 583

licença de obra: 391/1927 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

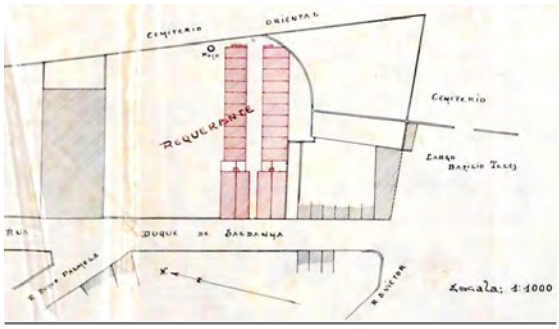
referência imagens (dI)

outras referências documentais

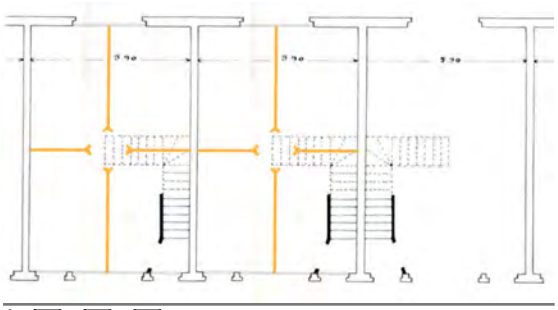
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_216



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_623



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_624



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_626

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_82

Vila Albertina

1929 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Duque de Saldanha, Rua — Porto

41°08'33.01"N / 8°35'46.18"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Eduardo da Rocha Mendes

projectista: Inácio Sá/ Mário Abreu

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 2900

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Rodrigues de Freitas, Avenida

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 24 fogos representados: 24

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**20**									**1**	**48**	
S2	**4**											
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: geminada

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1929**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_82 Vila Albertina

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (553) folhas: 178 a 191

licença de obra: 1126/1929 data entrada: 1929 data de referência do projecto: 1929

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_101 Expropriação de terreno no prolongamento da Rua Duque de Saldanha Lei 23/04/1908

referência bibliográfica (dT)

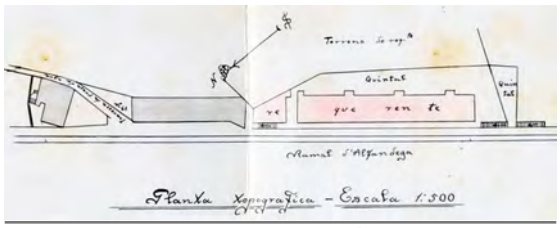
referência imagens (dI)

outras referências documentais

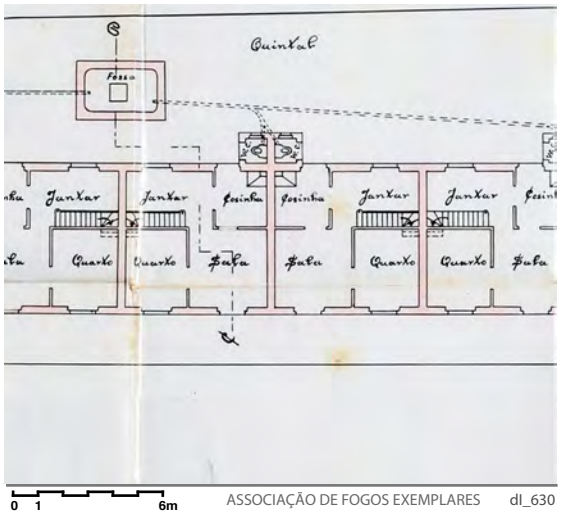
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



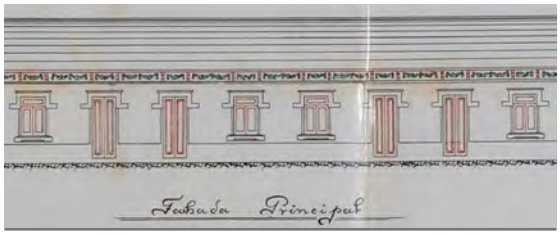
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_627



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_632



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_630



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_633

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_83

Bairro Travessa da Presa da Agra

1920 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Presa da Agra, travessa da — Porto

41°08'41.66"N / 8°35'11.48"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Bernardo Mendes d´Azevedo

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 568

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Freixo, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**7**	0	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**52**	**0**
S2	**1**	0	2	1	1	0	0	1	0	**2**	**33**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

As casas possuem arrumos no piso superior.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1920**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_83 Bairro Travessa da Presa da Agra

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (305) folhas: 231 a 238

licença de obra: 145/1920 data entrada: 1920 data de referência do projecto: 1920

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

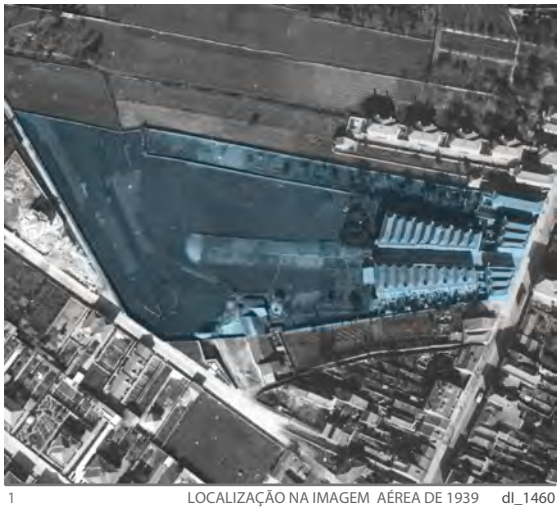
referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Costa Cabral

1919 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1460

localização e realização

Costa Cabral, Rua de — Porto

41°10'24.95"N / 8°35'19.50"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

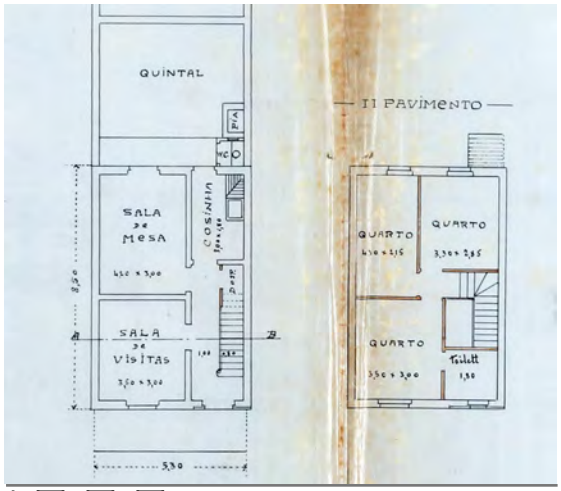
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Companhia Portuense de

projectista: António Rodrigues de



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_641



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_645

caracterização urbana

nº parcelas: 130 nº volumes: 17 área terreno^{m2}: 22000

equipamentos apoio: poço; jardim;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 152 fogos representados: 152

área exterior: pátio posterior jardim frontal

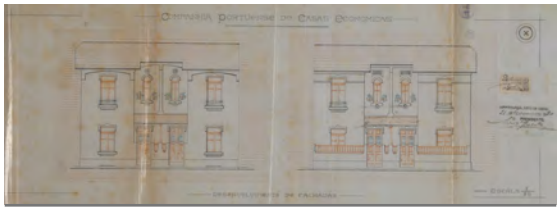
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**76**	1	2	1	3	0	0	1	0	**2**	**92**	**47**
S2	**24**	1	2	1	4	0	0	1	0	**2**	**92**	**30**
S3	**22**	1	2	1	3	0	0	1	0	**2**	**87**	**50**

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

Na S1, casas da Rua de Lamas, um dos quartos vem legendado no desenho como "Toilette" e nas casas da Rua do Salgueiral outro quarto tem a legenda de "gabinete". Na S2 e S3 um dos quartos vem legendado como "Toilette". Existe ainda uma S4, de modelo quadripartido. Trata-se de 8 casas com espaço de entrada; sala; cozinha; wc exterior; dois quartos e uma "Toilette", também com dois pisos e um pátio.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_651

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1919**
F2					
F3					

Paredes em perpianho argamassadas, com revestimento a pintura asfáltica para impermeabilização. Existência de caixa de ar. Portas em madeira e soleiras em pedra lavrada.

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_84 Bairro Rua Costa Cabral

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (285) folhas: 17

licença de obra: 204/1920 data entrada: 1919 data de referência do projecto: 1919

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

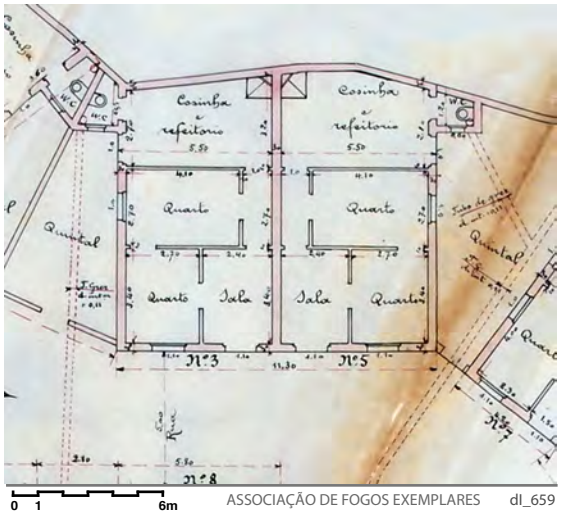
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



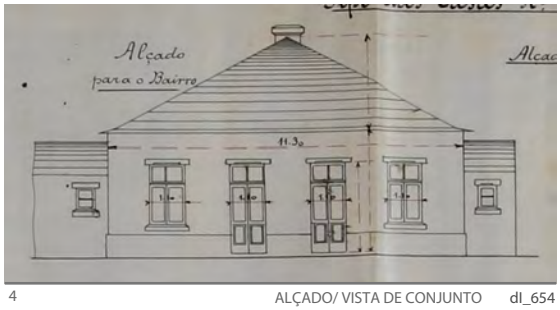
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1461



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_658



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_659



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_654

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_85

Bairro Rua Lameiras de Cima

1917 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Lameiras de Cima, Rua (Monte da Costa- Porto

41°09'32.68"N / 8°35'06.93"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Luiz de Carvalho

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 1676

equipamentos apoio: fontanário; poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 17 fogos representados: 17

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**17**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**57**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

Três casas têm pátios laterais com 21 m2

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1917**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_85 Bairro Rua Lameiras de Cima

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (264) folhas: 254 a 262

licença de obra: 549/1918 data entrada: 1917 data de referência do projecto: 1917

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

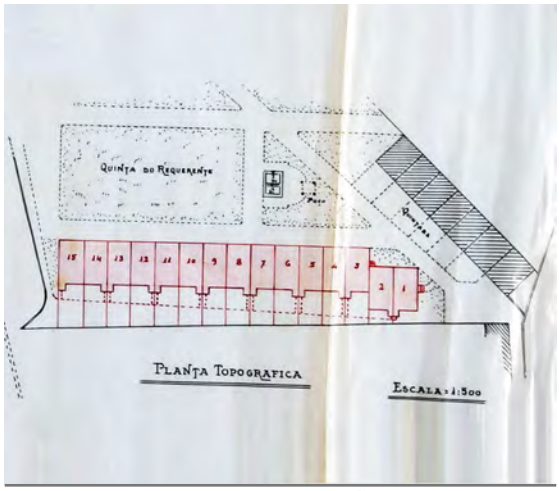
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Quinta de Jesus

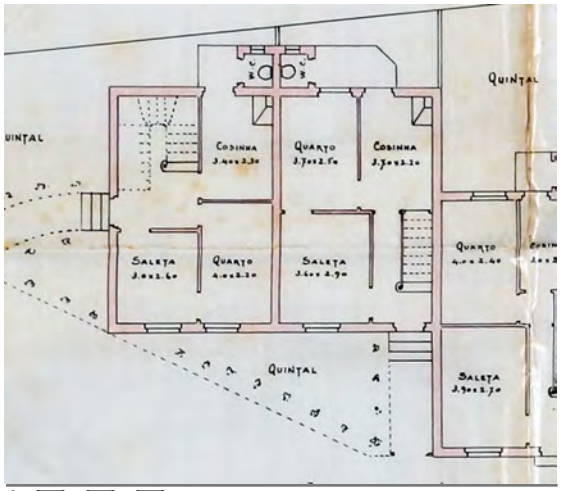
1915 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1462



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_661



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_662

localização e realização

Abade de Baçal, Rua do — Porto

41°08'56.62"N / 8°37'44.48"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Nunes Coêlho

projectista: Joaquim da Silva ?

caracterização urbana

nº parcelas: 15 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1200

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público:

rua âncora: Vilar, Rua do

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 15 fogos representados: 15

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**15**	1	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**75**	**45**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

A área dos pátios é variável, o valor é apenas indicativo



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_663

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1915**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_86 Bairro da Quinta de Jesus

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (209) folhas: 356 a 362

licença de obra: 874/1915 data entrada: 1915 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

BHP_146	Bairro do Vilar	1888	Vilar, Rua do	João Gonçalo Pacheco Pereira

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

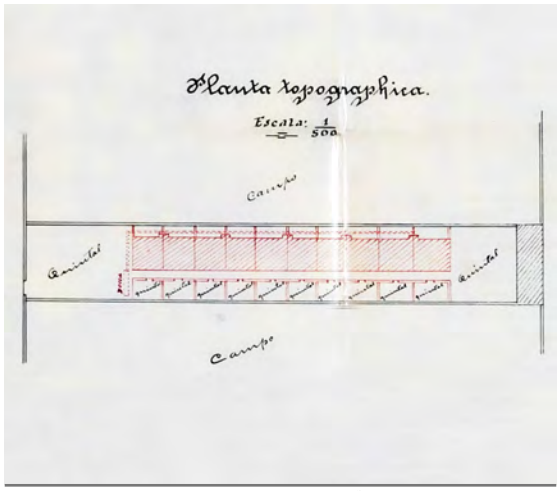
referência imagens (dI)

outras referências documentais

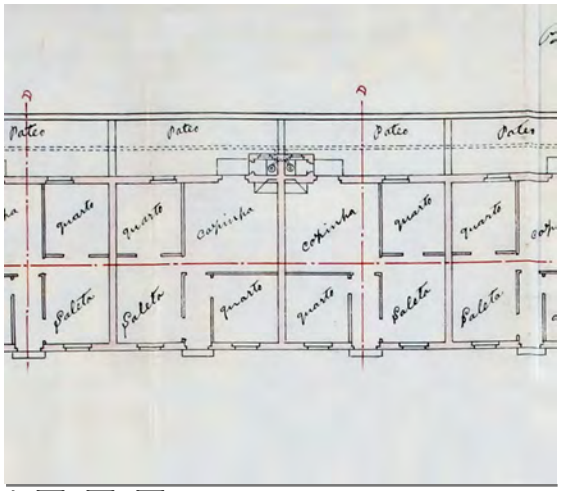
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



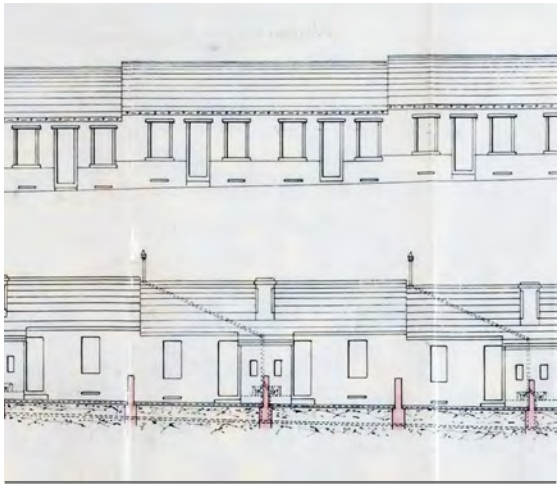
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1501



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1503



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1500



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1502

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_88

Bairro Rua Visconde de Setúbal n108

1912 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Visconde de Setúbal, Rua — Porto

41° 9'47.41"N / 8°36'16.40"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Olinda Ferreira d´Oliveira

projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 1500

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 16

área exterior: pátio posterior jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**10**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**42**	**40**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

Nas casas da Solução II os WC não estão directamente ligados às casas, são WC comuns (apesar de existir um projecto que os agrega às casas).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1912**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_88 Bairro Rua Visconde de Setúbal n108

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (128) folhas: 312 a 319

licença de obra: 865/1912 data entrada: 1912 data de referência do projecto: 1912

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

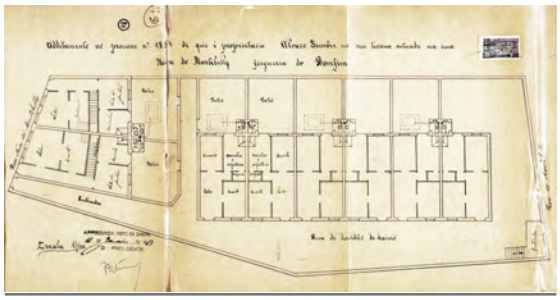
referência imagens (dI)

outras referências documentais

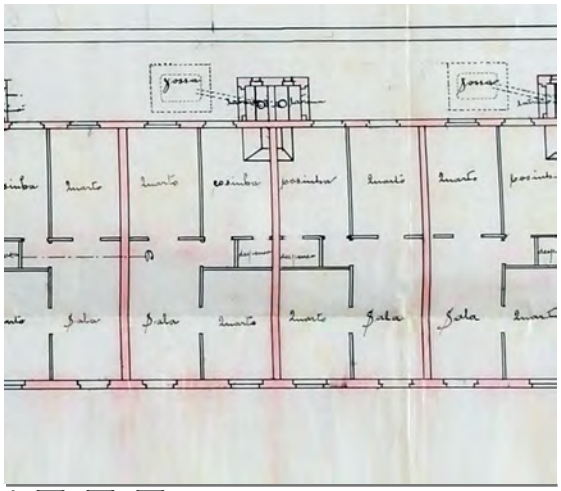
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



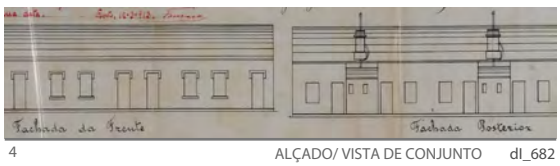
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_679



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_683



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_684



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_682

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_89

Bairro Rua Nova de Montebello

1912 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Fernão de Magalhães, Avenida de — Porto

41°09'23.30 "N / 8°35'39.10"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Simões

projectista: Alfredo Ferreira Ribeiro — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 850

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	6	0	1	1	2	0	0	1	0	1	40	23
S2	2	1	3	1	1	1	0	1	0	2	87	23
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: geminada

S3

As casas da Solução I possuem um espaço de despensa.
Nas casas da Solução II a alcova vem legendada como "gabinete" e existe um espaço sem janelas legendado como "arrecadação" no piso superior.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					1912
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_89 Bairro Rua Nova de Montebello

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (146) folhas: 29

licença de obra: 206/1913 data entrada: 1912 data de referência do projecto: 1912

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

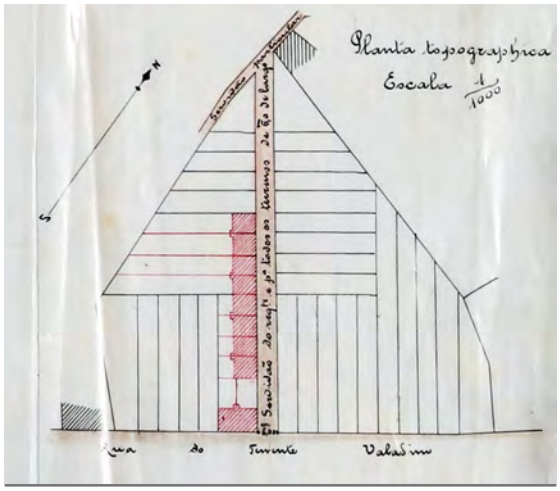
referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



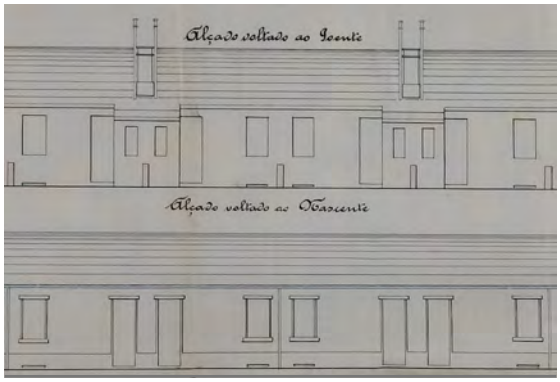
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_685



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_687



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_689



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_690

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_90

Bairro Rua Tenente Valadim

1912 **Bairro de Rendimento** **BR**

Existem 4 casas com um pátio maior, que vai até ao fundo do lote. Essa área extra não está contabilizada na área de implantação.

localização e realização

Tenente Valadim, Rua do — Porto

41°09'50.33 "N / 8°38'14.86"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Nunes Ferreira

projectista: Domingos Duarte — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 10 nº volumes: 2 área terreno m2: 1200

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Boavista, Avenida da

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**10**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**41**	**26**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

Quatro casas possuem hortas posteriores em vez de pátios, com cerca de 200 m2

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1912**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_90 Bairro Rua Tenente Valadim

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (123) folhas: 29 a 39

licença de obra: 606/1912 data entrada: 1912 data de referência do projecto: 1912

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

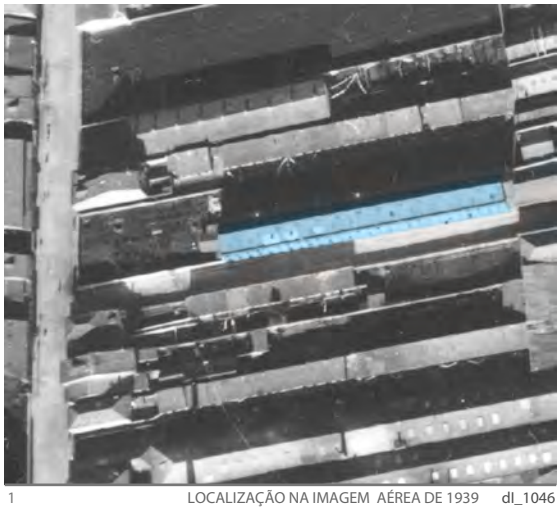
outras referências documentais

dT_221 (apresenta memória descritiva)

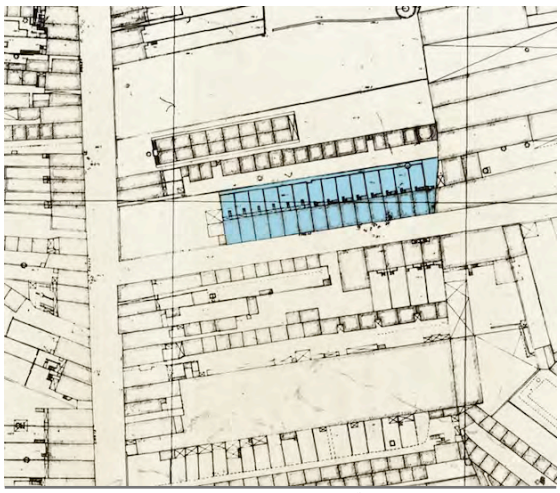
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa Álvaro de Castelões

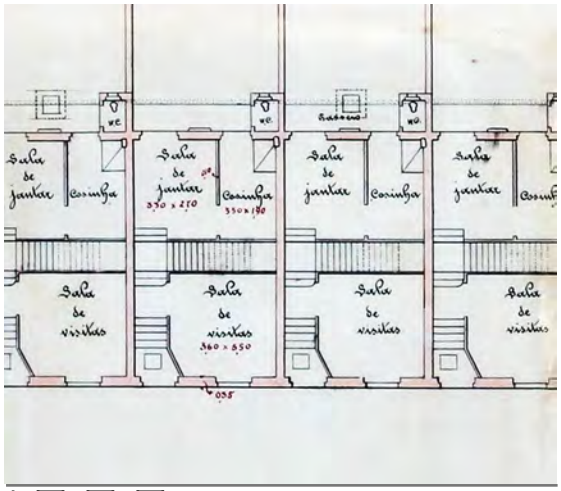
1910 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1046



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_703



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_694



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1045

localização e realização

António José da Silva, Rua (antiga Travessa — Porto

41°09'51.00"N / 8°36'15.66"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Domingos Teixeira Coelho

projectista: José de Vasconcellos — Coordenador de

caracterização urbana

nº parcelas: 17 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1530

equipamentos apoio: poço; arrecadação;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Álvaro Castelões, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 17 fogos representados: 17

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**17**	1	2	1	3	1	0	1	0	**3**	**105**	**40**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)

S2

S3

A alcova é um espaço legendado como "arrecadação" nas águas-furtadas.
Os pátios possuem pias.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1910**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_91 Bairro Travessa Álvaro de Castelões

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (65) folhas: 49 a 56

licença de obra: 1414/1910 data entrada: 1910 data de referência do projecto: 1910

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

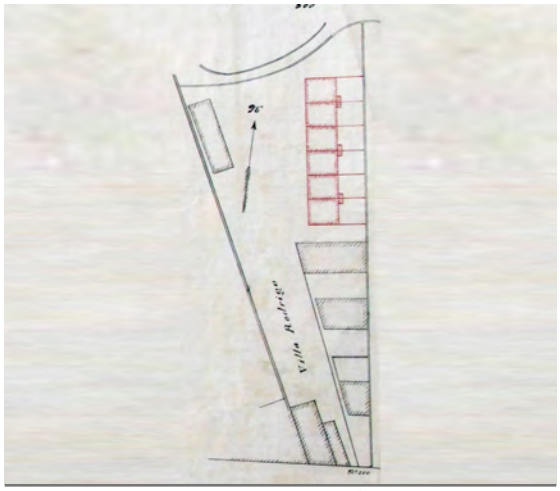
referência imagens (dI)

outras referências documentais

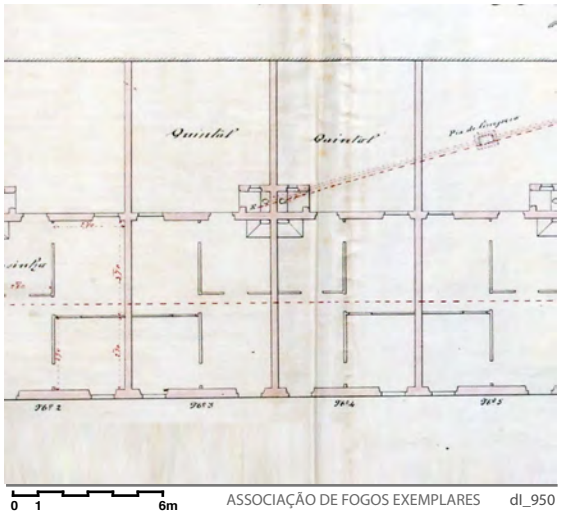
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



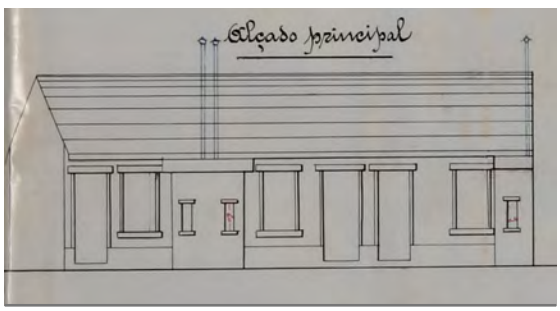
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_699



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_949



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_950



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_697

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_92

Vila Rodrigo

1908 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Santo Amaro, Travessa de (à Rua do Campo — Porto

41°09'12.14"N / 8°38'01.01"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Albino Rodrigues da Costa

projectista: Domingos Ferreira da Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 420

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**40**	**30**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1908**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_92 Vila Rodrigo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (218) folhas: 210

licença de obra: 1045/1908 data entrada: 1908 data de referência do projecto: 1908

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

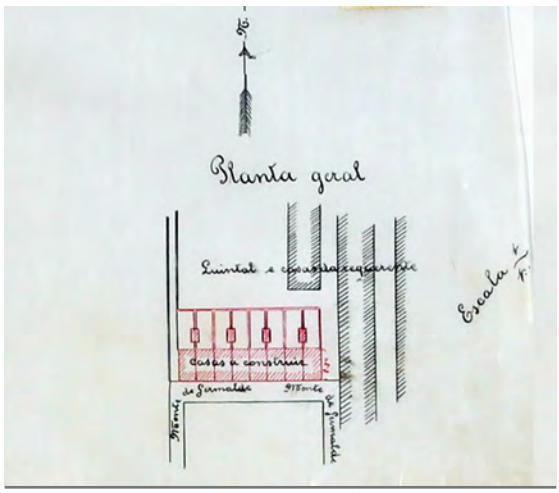
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Viela do Monte Germalde

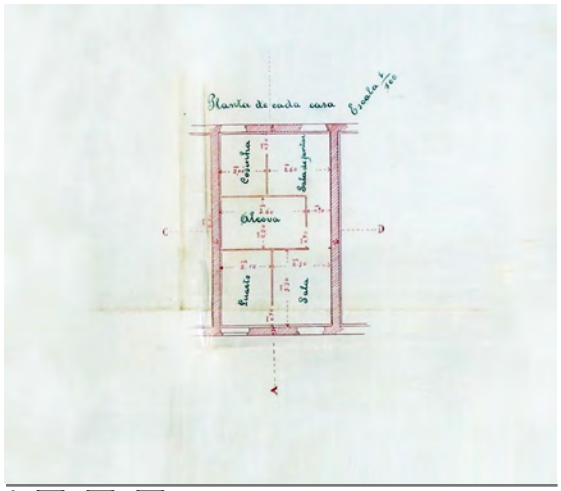
1899 **Bairro de Rendimento BR**



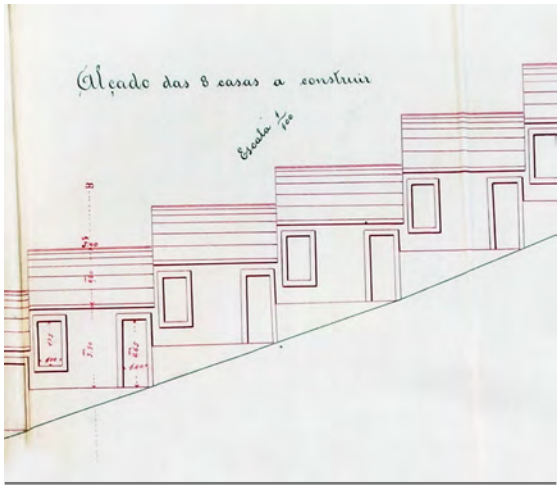
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1463



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_709



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_710



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_711

localização e realização

Monte Germalde ou Travessa do Leal ? — Porto

41° 9'21.81"N; 8°36'31.11"W (?)

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Umbelina de Barros Leal

projectista: António Cardoso Botelho

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: ?

equipamentos apoio: inexistentes

esp. público:

rua âncora: Faria Guimarães, Rua

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**	0	2	1	1	1	0	1	0	**1**	**50**	**?**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)
S2
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1899**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_94 Bairro Viela do Monte Germalde

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (158) folhas: 59

licença de obra: 207/1899 data entrada: 1899 data de referência do projecto: 1899

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

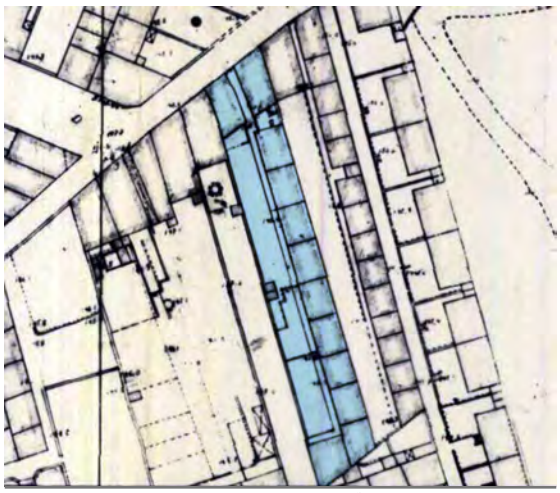
referência imagens (dI)

outras referências documentais

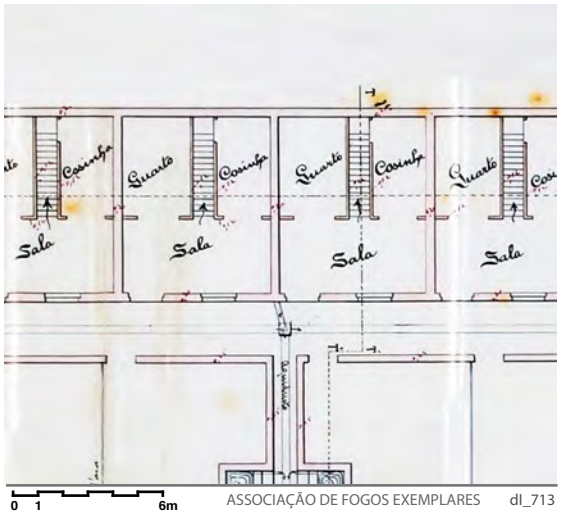
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_718



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_719



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_713



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_714

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_95

Bairro Travessa das Antas n258

1900 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Antas, Travessa das — Porto

41°09'31.20"N / 8°35'31.22"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Vitorino Ferreira Ribeiro

projectista: Estevão Eduardo Augusto de — Cond. O. Públicas

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 470

equipamentos apoio: lavadouro;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: horta frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**7**	0	1	1	0	2	0	1	0	**2**	**35**	**24**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação): interior parcela

S2

S3

Uma das alcovas está legendada como "quarto", a outra como "sótão".
Existe uma variação da solução numa das casas de topo: a sala é disposta perpendicularmente às restantes e a alcova ganha uma janela, ficando voltada para o caminho de entrada.
Os WC exteriores são apenas quatro e não estão directamente relacionados com as casas.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1900**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_95 Bairro Travessa das Antas n258

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (166) folhas: 146

licença de obra: 167/1901 data entrada: 1900 data de referência do projecto: 1900

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

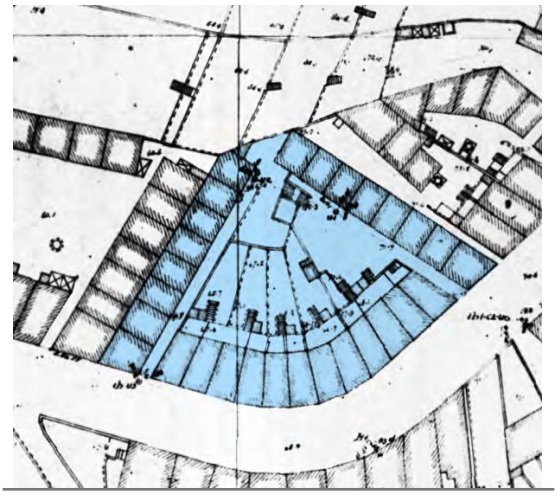
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Vila Meã

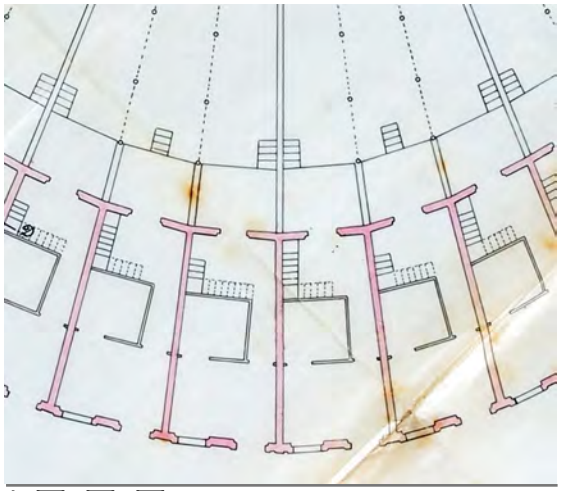
1898 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_721



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_723



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_947



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_724

localização e realização

Doutor Maurício Estêves Pereira Pinto, Rua — Porto

41°09'16.98"N / 8°34'51.84"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José de Sousa Pinto — industrial

projectista: António Cardoso Botelho

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1160

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 28 fogos representados: 28

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**12**	0	1	1	1	1	0	1	0	**2**	**46**	**20**
S2	**14**	0	1	0		2	0	1	0	**2**	**38**	**0**
S3	**2**											

S1 individual agrupada: banda (por translação)

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Existem variações das Soluções nas casas de topo, no caso da primeira solução, com mais uma divisão no R/C; no caso da segunda solução, com uma janela no corredor interior no R/C.
Os WC exteriores não estão directamente associados às casas, existindo em menor número do que os fogos.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1				**1901**	**1898**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_96 **Bairro Rua Vila Meã**

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (154) folhas: 338

licença de obra: 370/1898 data entrada: 1898 data de referência do projecto: 1898

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_3	Manuel C.	Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As Ilhas do Porto	p. 281	1996

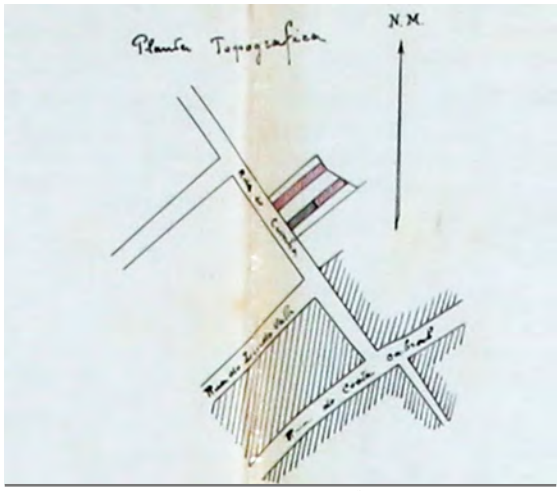
referência imagens (dI)

outras referências documentais

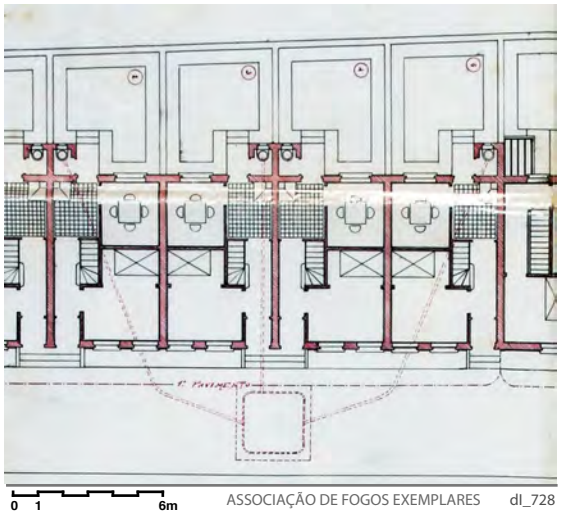
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_734



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_727



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_728



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_733

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_97

Bairro Rua do Cunha n62

1898 **Bairro de Rendimento** **BR**

Acabou por ser construído o projecto de 1915, que previa apenas duas filas de casas, num total de 20 casas. Foram construídas apenas 12 (6 de cada lado).
A área de intervenção, bem como o número de fogos e de parcelas corresponde ao projecto de 1898.

localização e realização

Cunha, Rua do — Porto

41°09'56.88"N / 8°36'01.77"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António dos Santos Pousada

projectista: António Cardoso Botelho — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 1900

equipamentos apoio: poço

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 24 fogos representados: 24

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**20**	1	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**62**	**20**
S2	**4**	1	2	1	2	1	0	1	0	**2**	**54**	**20**
S3	**20**	1	2	1	2	2	1	1	0	**2**	**66**	**20**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S3 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1898**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_97 Bairro Rua do Cunha n62

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (153) folhas: 21 a 25

licença de obra: 225/1898 data entrada: 1898 data de referência do projecto: 1898

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

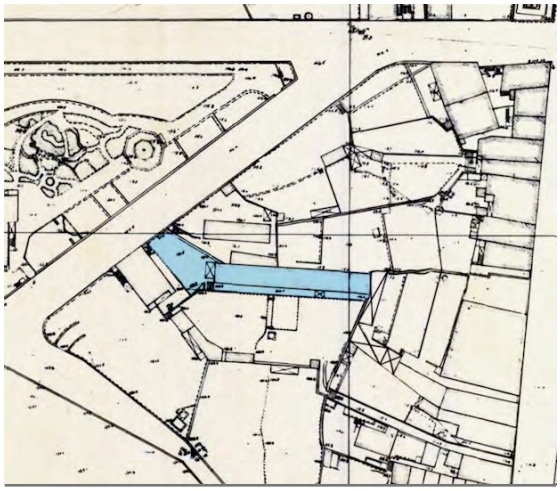
referência imagens (dI)

outras referências documentais

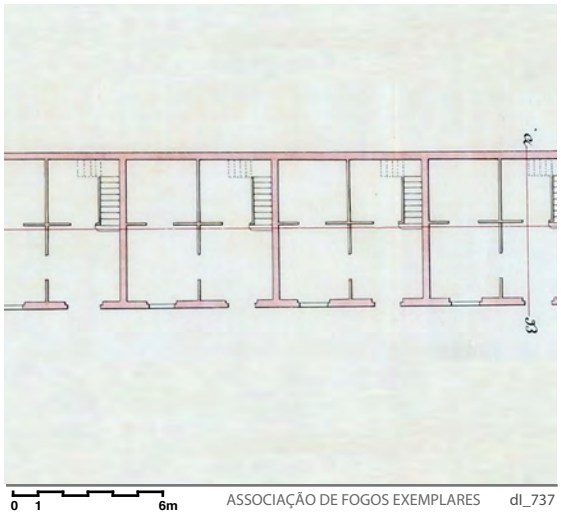
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



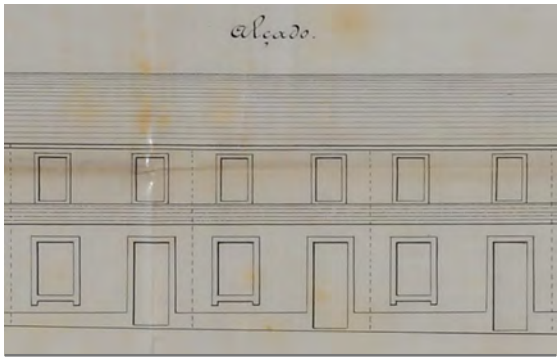
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1464



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_884



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_737



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_738

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_98

Bairro Rua da Bica Velha

1898 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

9 de Abril, Rua — Porto

41°10'17.33"N / 8°36'49.51"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim de Sousa Moreira

projectista: Joaquim de Sousa Moreira — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: ?

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 7 fogos representados: 7

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**7**	0	1	1	2	2	0	1	0	**2**	**45**	
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1898**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_98 **Bairro Rua da Bica Velha**

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (150) folhas: 244 a 248

licença de obra: 46/1898 data entrada: 1898 data de referência do projecto: 1898

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

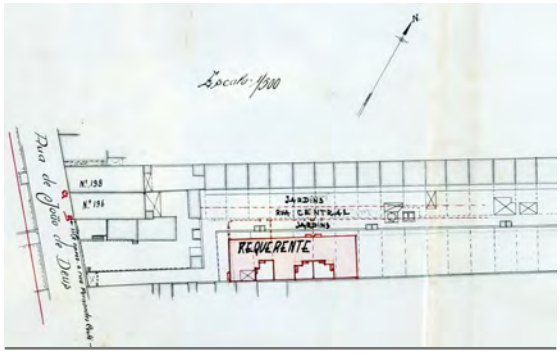
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua João de Deus

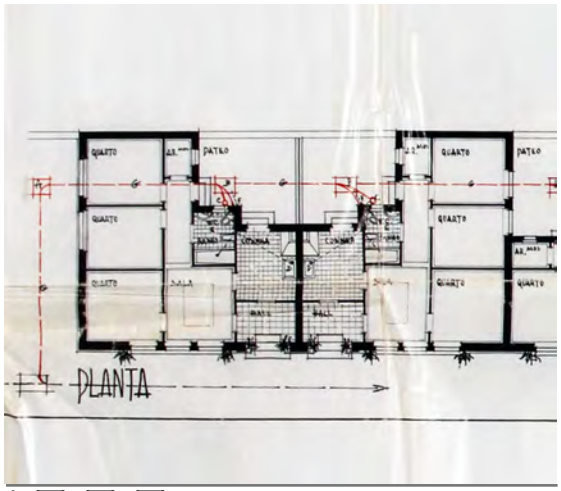
1938 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_748



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_749



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_751



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_752

localização e realização

João de Deus, Rua de — Porto

41°09'39.02"N / 8°38'09.76"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Armindo Purificação Soares

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 171

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: João de Deus, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 3 fogos representados: 3

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**3**	1	1	1	3	0	1	0	1	**1**	**47**	**10**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

O espaço de entrada tem uma área considerável e está legendado como "Hall". Há um corredor de distribuição dos quartos e sala ao fundo do qual está um espaço de "arrmunos".
A casa de topo sofre uma rotação, sendo a entrada lateral.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1938**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_100 Bairro Rua João de Deus

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (971) folhas: 466

licença de obra: 1109/1938 data entrada: 1938 data de referência do projecto: 1938

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

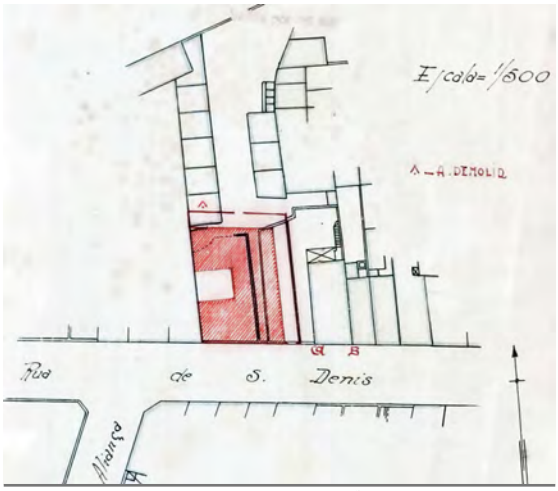
referência imagens (dI)

outras referências documentais

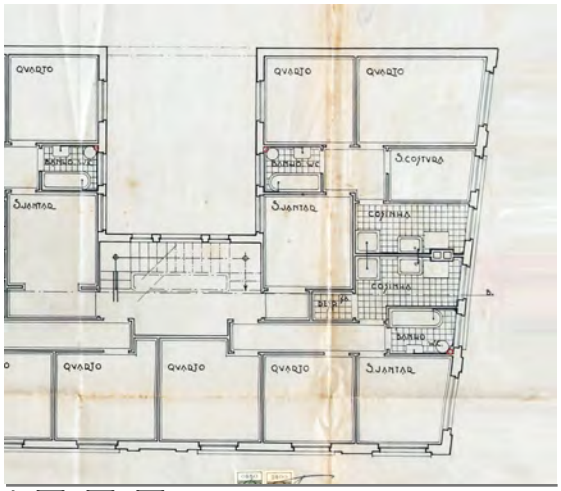
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_754



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_759



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_761



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_763

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP BHP_101

Bloco Associação Mutualista A Previdente

1938 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'03.59"N / 8°36'59.68"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: A Previdente (Associação de

projectista: José Fernandes da Silva — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 438

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 16 fogos representados: 16

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	8	1	1	1	2	0	1	0	1	1	61	0
S2	8	1	1	1	3	0	1	0	1	1	66	0
S3												

S1 coletiva: acesso vertical

S2 coletiva: acesso vertical

S3

As habitações do R/C voltadas para o caminho particular por onde se faz a entrada possuem um quarto com um pouco menos de área, que corresponde ao espaço de entrada.
Nas casas da Solução II, um dos quartos vem legendado como "sala de costuras".
As casas da Solução I possuem despensa.
O pátio é comum a todas as casas e tem 39 m2.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					1938
F2					
F3					

Paredes em perpianho com isolamento em cerezite. Pavimento em lajes de cimento armado. Cozinhas e WC com paredes cerezitadas até 1.60m. Armação do telhado em pinho, com cobertura em telha marselha. Paredes divisórias em

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_101 Bloco Associação Mutualista A Previdente

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (971) folhas: 643

licença de obra: 1178/1938 data entrada: 1938 data de referência do projecto: 1938

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

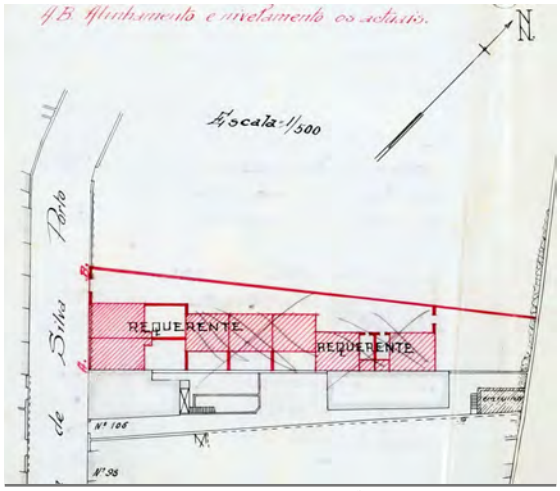
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Silva Porto n122

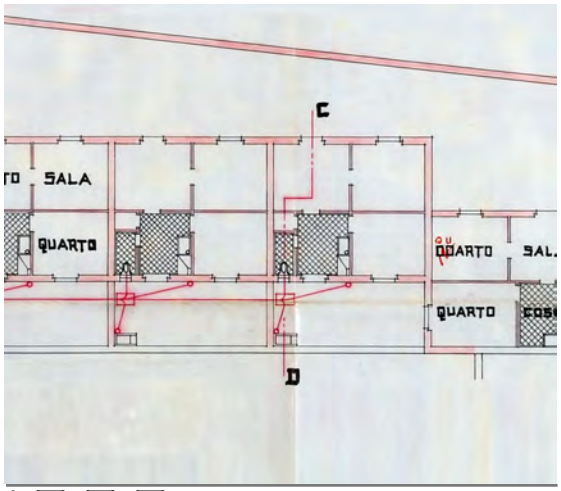
1934 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_766



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_769



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_771

localização e realização

Silva Porto, Rua de — Porto

41°10'07.07"N / 8°36'59.97"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário Imobiliário [BR]

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Lourenço da Silva

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno m2: 713

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 7 fogos representados: 7

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**3**	0	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**40**	**18**
S2	**2**	1	2	1	3	0	1	1	1	**2**	**86**	**31**
S3	**2**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**43**	**9**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2 individual agrupada: geminada
S3 individual agrupada: geminada: interior parcela

As casas possuem pias nos pátios.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_768

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_102 Bairro Rua Silva Porto n122

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (774) folhas: 355 a 367

licença de obra: 94/1936 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

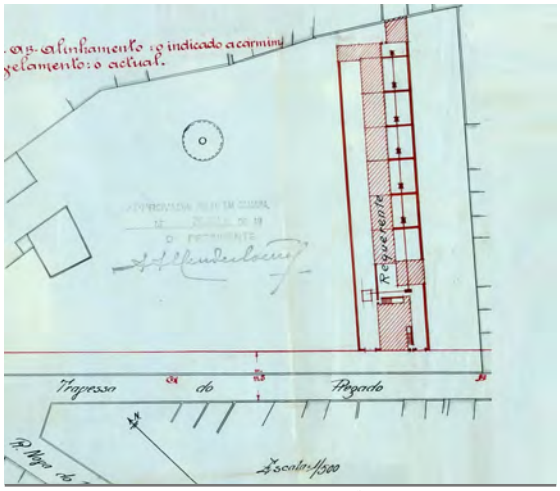
referência imagens (dI)

outras referências documentais

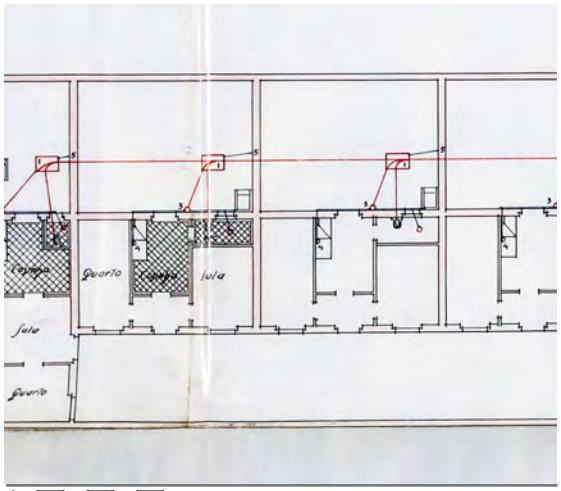
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_779



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_773



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_776



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_777

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_103

Bairro Travessa do Regado

1937 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Regado, Travessa do — Porto

41°10'12.71"N / 8°37'07.75"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Álvaro Lourenço da Silva

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 — nº volumes: 2 — área terreno m²: 1000

equipamentos apoio: barracão para garagem (na casa

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 — fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**6**	0	1	1	1	0	1	0	0	**1**	**35**	**38**
S2	**1**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**27**	**16**
S3	**1**	0	2	1	2	0	1	1	1	**2**	**111**	**72**

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S3 individual agrupada: banda (por simetria)

Na Solução II o WC exterior é integrado na fachada. O pátio é sensivelmente mais pequeno que os restantes.
Na Solução III acave está legendada como "arrumos".
As casas possuem pias nos pátios.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_103 Bairro Travessa do Regado

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (638) folhas: 128

licença de obra: 1315/1937 data entrada: 1937 data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

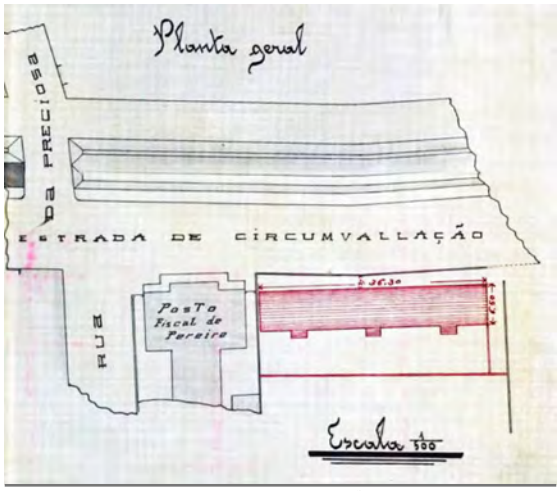
referência imagens (dI)

outras referências documentais

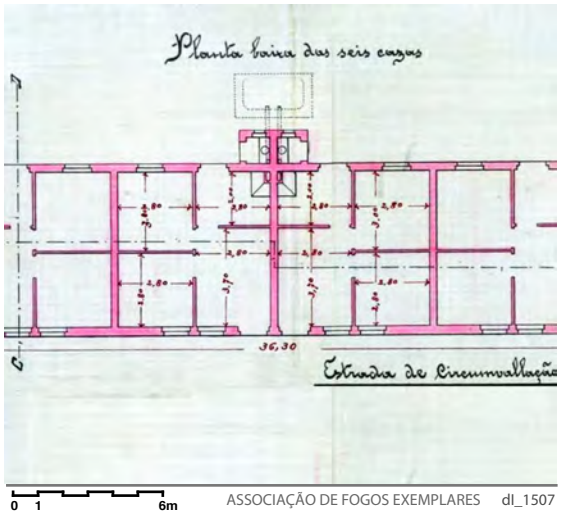
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



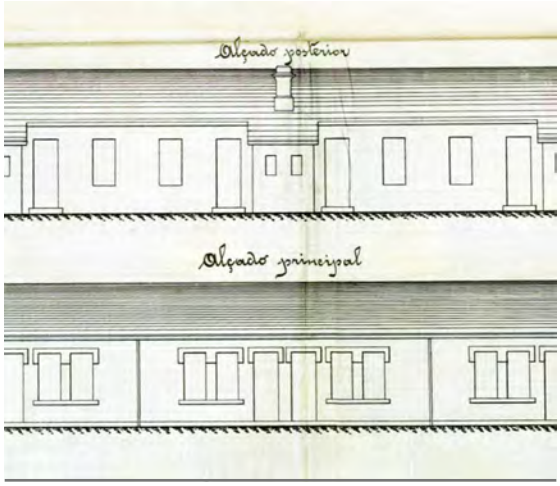
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1465



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1506



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1507



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1508

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_104

Bairro Circunvalação n12967

1909 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Estrada da Circunvalação/ Poente — Porto

41°10'38.56"N / 8°39'25.07"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel da Rocha

projectista: Licinio Cardozo Teixeira

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 570

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**36**	**41**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**6**	S1				**1909**
F2						
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_104 Bairro Circunvalação n12967

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: folhas:

licença de obra: 582/1909 data entrada: 1909 data de referência do projecto: 1909

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

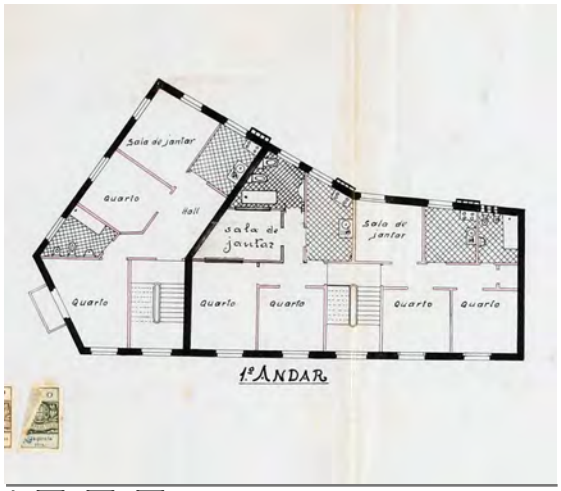
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_787



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1501



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_790



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_788

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_105

Bloco Rua Silva Porto n21

1935 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'04.08"N / 8°36'57.20"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel Correia da Silva

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 186

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**47**	**0**
S2	**4**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**42**	**0**
S3	**4**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**38**	**0**

S1 coletiva: acesso vertical

S2 coletiva: acesso vertical

S3 coletiva: acesso vertical

Os fogos de gaveto possuem um espaço de entrada com uma área considerável que está legendado como "Hall".
Os fogos da cave são os únicos que têm acesso ao pátio (30 m2) - acesso directo das salas e das cozinhas.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1935**
F2					
F3					

travejamento sobre paredes de perpianho

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_105 Bloco Rua Silva Porto n21

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (765) folhas: 550

licença de obra: 1964/1935 data entrada: 1935 data de referência do projecto: 1935

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

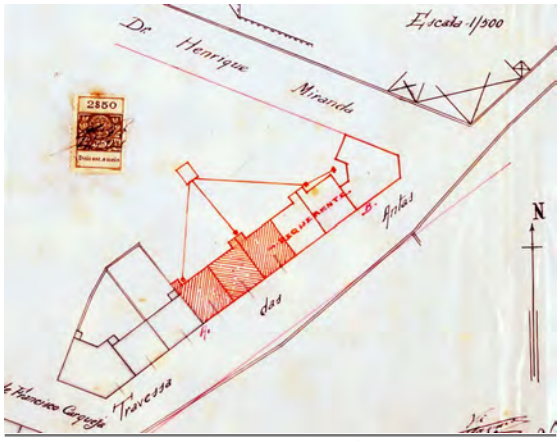
referência imagens (dI)

outras referências documentais

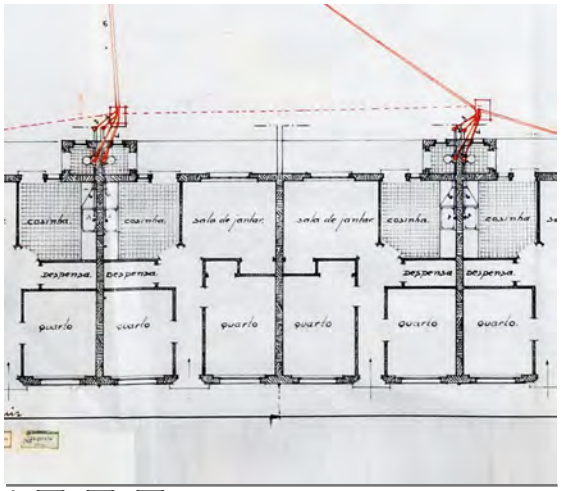
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_801



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_799



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_797



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_798

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_106

Bairro de António Ramos Pinto III

1933 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Antas, Travessa das — Porto

41°09'36.14"N / 8°35'22.59"W

construído ☒ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ramos Pinto

projectista: Manuel Marques e Amoroso — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 9 nº volumes: 1 área terreno m2: 1300

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**5**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**57**	**88**
S2	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**54**	**88**
S3	**2**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**		

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2 individual agrupada: banda (por simetria)
S3 individual agrupada: banda

A área exterior é variável, o valor é apenas indicativo.
Existe uma variação da Solução S3, os fogos de topo com três/dois quartos, sala de jantar, cozinha, wc interior e um espaço de loja que confronta com a rua.
Todos os fogos possuem despensa.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	**3**	S1+S3				**1933**
F2	**6**	S2+S3				**1934**
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_106 Bairro de António Ramos Pinto III

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (697) folhas: 479 a 488

licença de obra: 874/1934 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

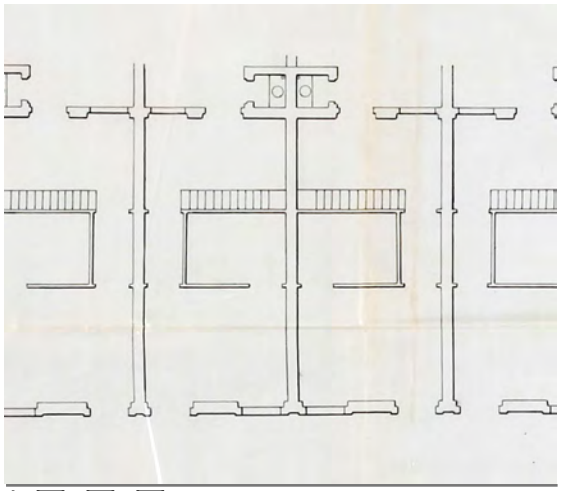
Bairro do Lugar de Salgueiros

1904 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1467

2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_804



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_808

localização e realização

Cavadas, Rua (Lugar de Salgueiros) — Porto

41°10'1.79"N/ 8°35'10.06"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Pinheiro

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: nº volumes: 1 área terreno m2: ?

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Serpa Pinto, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	0	1	1	0	2	0	1	0	**2**	**42**	**?**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

Uma das alcovas é o espaço de sótão.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1904**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_108 Bairro do Lugar de Salgueiros

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (179) folhas: 202

licença de obra: 188/1904 data entrada: 1904 data de referência do projecto: 1904

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

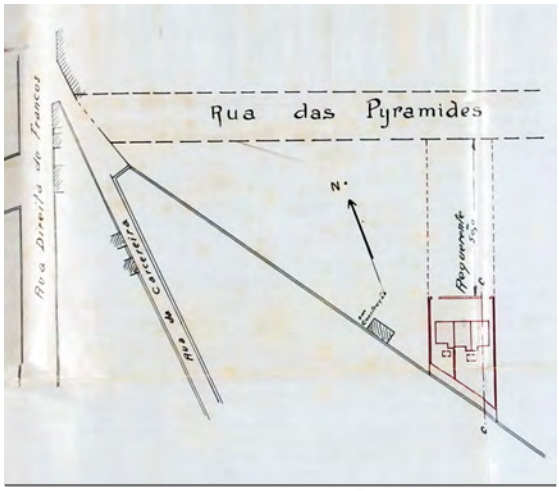
referência imagens (dI)

outras referências documentais

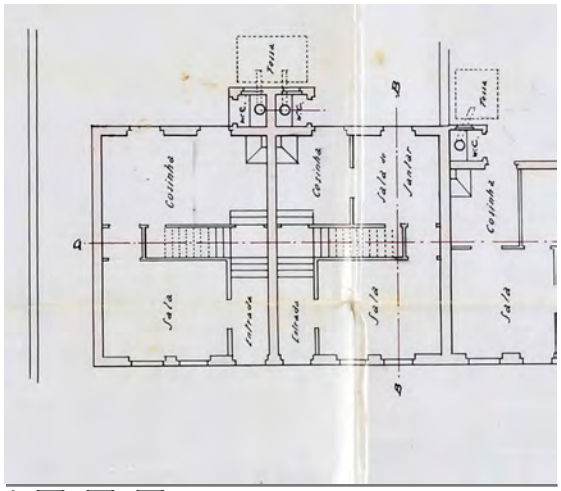
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_817



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_810



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1326



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_816

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_109

Bairro Rua dos Açores n227

1927 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Açores, Rua dos — Porto

41°09'56.09"N / 8°37'39.18"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel Ferreira d'Almeida

projectista: Alberto Rodrigues de Abreu — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 3 nº volumes: 1 área terreno m2: ?

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Pedro Hispano, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 3 fogos representados: 3

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**2**	1	3	1	2	0	0	2	0	**2**	**78**	**?**
S2	**1**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**32**	**?**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

As casas da Solução I possuem "despensa".

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_109 Bairro Rua dos Açores n227

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (514) | folhas: 56 a 66

licença de obra: 9/1928 | data entrada: 1927 | data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

BHP_209	Bairro da Rua dos Açores	1928	Açores, Rua dos	José Pinto Dias

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

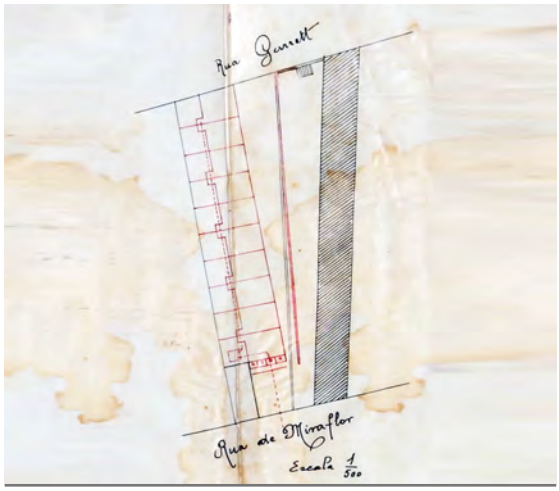
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua de Miraflor

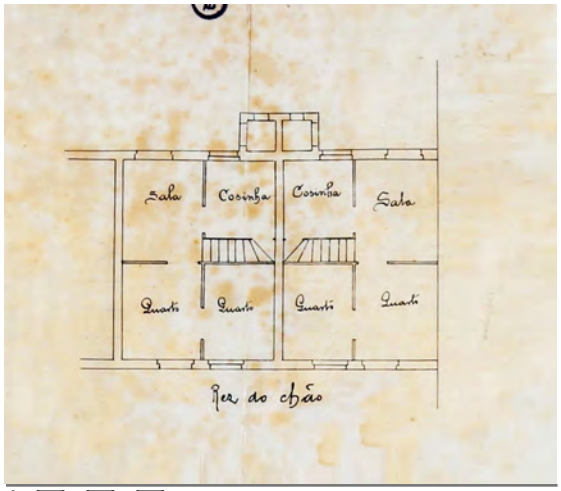
1910 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_820



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_823



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_824

localização e realização

Miraflor, Rua de — Porto

41°08'52.91"N / 8°35'17.43"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Rodrigo Fernandes dos Santos

projectista: José Teixeira Bastos — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 500

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Bonfim, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

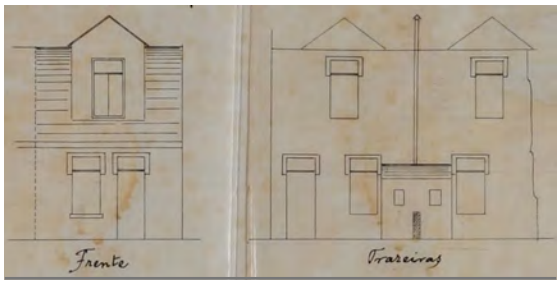
área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**10**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**34**	**16**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_825

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1910**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_110 Bairro Rua de Miraflor

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (76) | folhas: 458 a 465

licença de obra: 397/1911 | data entrada: 1910 | data de referência do projecto: 1910

registos BHP relacionados

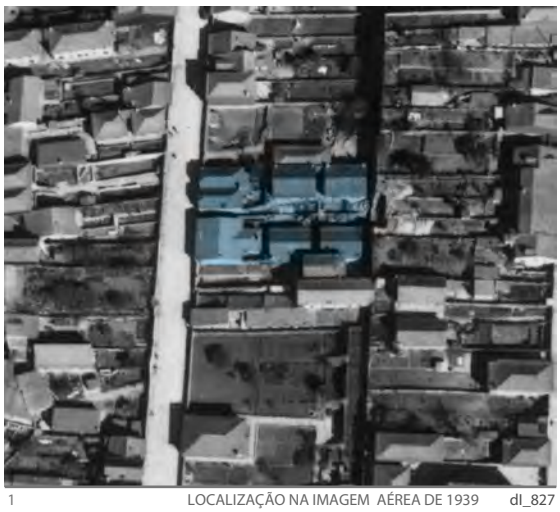
referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

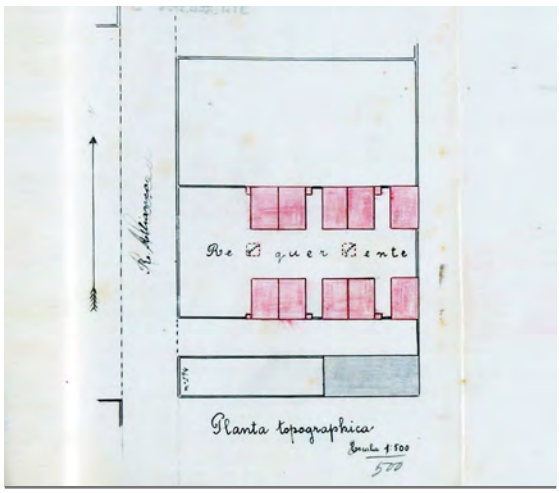
referência imagens (dI)

outras referências documentais

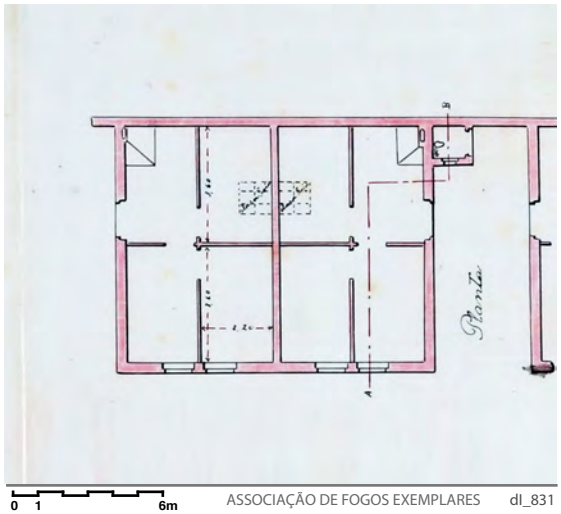
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



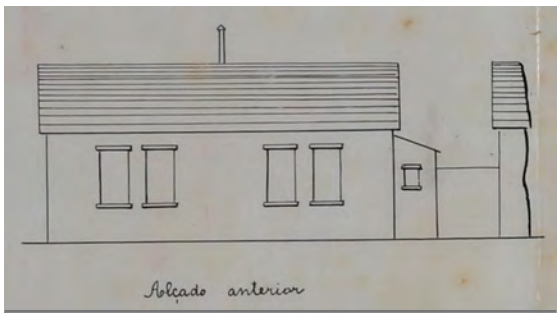
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_827



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_830



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_831



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_832

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_111

Bairro Rua da Aliança n224

1914 **Bairro de Rendimento** **BR**

associar processos

localização e realização

Aliança, Rua da — Porto

41°09'58.82"N / 8°36'59.65"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Augusto Rodrigues

projectista: Arthur Mendes da Costa — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 6 área terreno^{m2}: 1000

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**10**	0	1	1	1	1	0	1	0	**1**	**38**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela

S2

S3

A alcova possui uma clarabóia.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1914**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_111 Bairro Rua da Aliança n224

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (178) folhas: 11

licença de obra: 504/1914 data entrada: 1914 data de referência do projecto: 1914

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

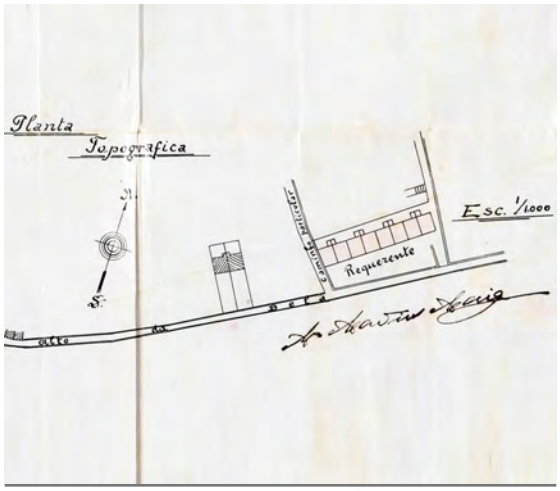
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua do Alto da Bela

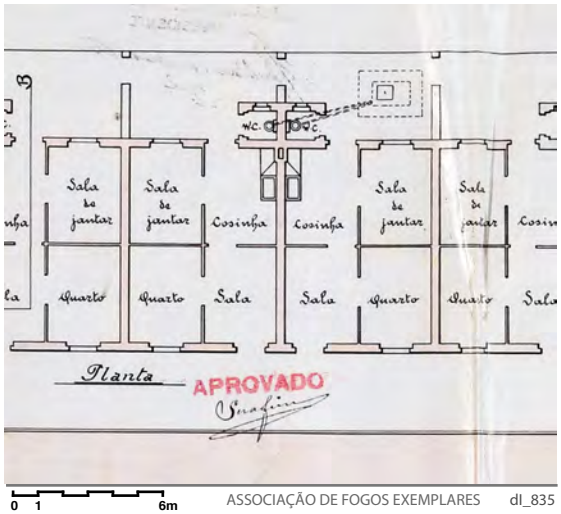
1927 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_838



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_834



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_835

localização e realização

Alto da Bela, Rua — Porto

41°09'17.85"N / 8°34'32.33"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Martins

projectista: Maximino Martins Maria(?)

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 408

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

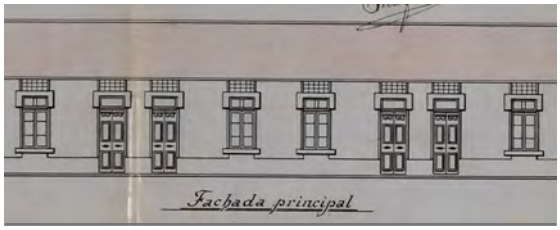
área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**38**	**13**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_836

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_112 Bairro Rua do Alto da Bela

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (545) folhas: 47 a 64

licença de obra: 807/1929 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Caminho Monte da Costa

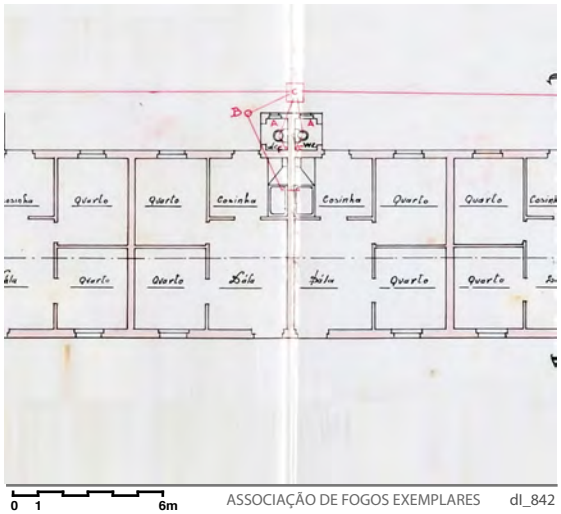
1931 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_839



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_840



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_842

localização e realização

Monte da Costa, caminho (a norte Rua de S. | Porto

41°09'40.11"N / 8°35'07.54"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Domingos de Oliveira Pinto

projectista: Manoel Domingues dos Santos

caracterização urbana

nº parcelas: 7 | nº volumes: 1 | área terreno m2: ?

equipamentos apoio: arrecadação;

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 7 | fogos representados: 7

área exterior: pátio posterior

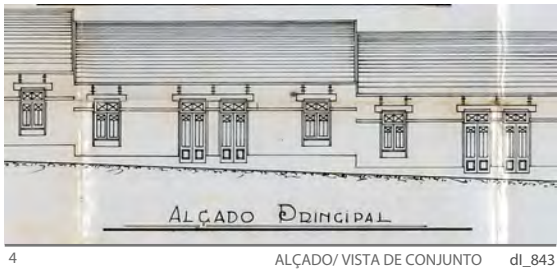
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**7**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**28**	**?**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

A casa de topo possui uma segunda entrada junto à cozinha (com espaço de entrada).



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_843

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1931**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_113 Bairro Caminho Monte da Costa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (604) folhas: 347

licença de obra: 848/1931 data entrada: 1931 data de referência do projecto: 1931

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

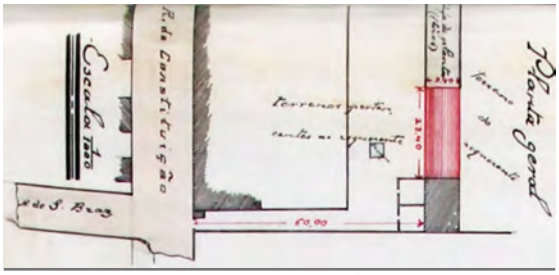
referência imagens (dI)

outras referências documentais

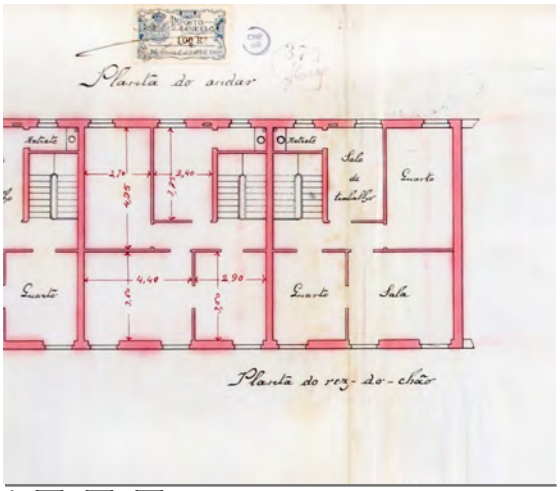
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1509



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1510



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1511



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1512

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_115

Bairro Rua da Constituição n926

1934 **Bairro de Rendimento** **BR**

CORRIGIR

localização e realização

Constituição, Rua da — Porto

41° 9'47.30"N; 8°36'34.08"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor:

projectista: Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 3 nº volumes: 1 área terreno m2: 570

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**3**	1	2	1	1	0	1	0	0	**1**	**75**	**126**
S2	**3**	1	2	1	2	0	1	0	0	**1**	**75**	**0**
S3												

S1 coletiva: acesso direto
S2
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_115 Bairro Rua da Constituição n926

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (718) folhas: 362 a 377

licença de obra: 441/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

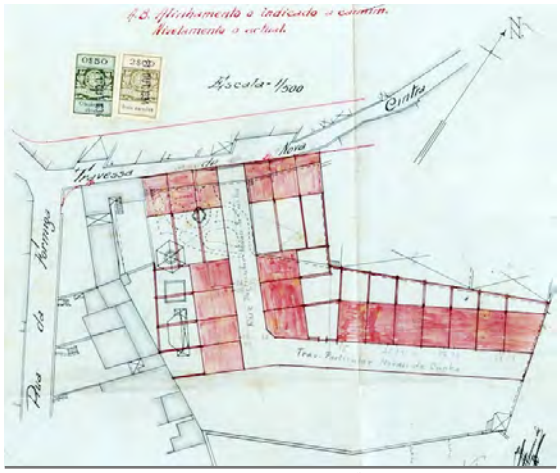
referência imagens (dI)

outras referências documentais

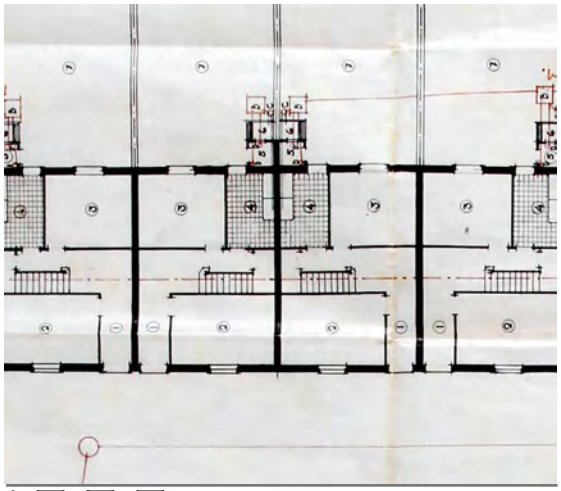
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_855



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_858



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_863



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_860

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_116

Bairro Travessa Nova Sintra

1934 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Nova Sintra, Travessa de — Porto

41°08'48.44"N / 8°35'15.32"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manoel José Ferreira Marques

projectista: Serafim Martins de Sousa — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 20 nº volumes: 5 área terreno^{m2}: 1824

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Freixo, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 20 fogos representados: 20

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**20**	1	2	1	3	0	1	1	1	**2**	**67**	**34**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2
S3

A área exterior é variáel, o valor é apenas indicativo
Todas as casas possuem um espaço legendado como "Arrecadações" no piso superior e tanques nos pátios.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_116 Bairro Travessa Nova Sintra

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (725) folhas: 782 a 790

licença de obra: 697/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Calçada de Nova Sintra

1936 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_868

localização e realização

Calçada de Nova Sintra — Porto

41°08'43.55"N / 8°35'17.39"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Araújo Cunha

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno m²: ?

equipamentos apoio: inexistentes?

esp. público:

rua âncora: Freixo, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados:

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**7**	1	1	1	1	0	0	1	0	**2**	**94**	**?**
S2	**1**	1	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**47**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

Os dados relativos ao TIPO I dizem respeito apenas ao R/C uma vez que não existe planta do piso superior. No entanto, a área contabiliza o piso superior, partindo do princípio que os dois pisos são semelhantes.
A casa de TIPO II possui um pequeno espaço de arrumação/despensa.

2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_865



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_866

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_117 Bairro Calçada de Nova Sintra

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (848) folhas: 70 a 95

licença de obra: 307/1937 data entrada: 1936 data de referência do projecto: 1936

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

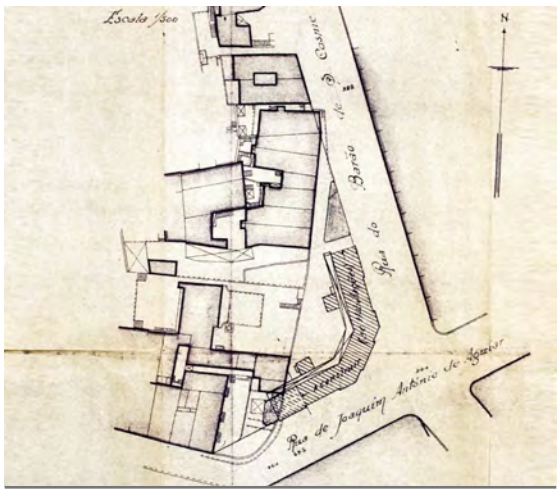
referência imagens (dI)

outras referências documentais

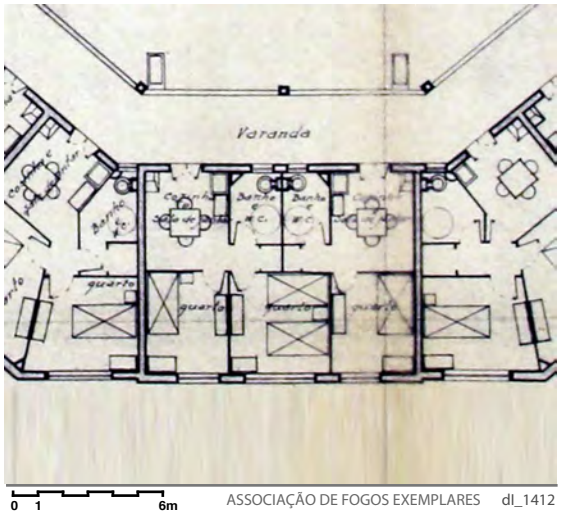
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1468



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_376



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1412



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_378

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_120

Bloco de Habitações Económicas da Rua Barão de São Cosme

1937 **Bairro Municipal** **BR**

localização e realização

Barão de S. Cosme, Rua (com Rua Joaquim — Porto

41°08'41.03"N / 8°35'55.67"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Câmara Municipal do Porto

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 550

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Rodrigues de Freitas, Avenida

situação urbana: 2º anel (Massarelos/Lapa/Bonfim/Nova Sintra)

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 32 fogos representados: 32

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**15**	0	0	1	2	0	1	0	0	**1**	**31**	**0**
S2	**13**	0	0	1	1	0	1	0	0	**1**	**21**	**0**
S3	**4**	0	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**45**	**0**

S1 coletiva: acesso galeria
S2 coletiva: acesso galeria
S3 coletiva: acesso galeria

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_120 Bloco de Habitações Económicas da Rua Barão de São Cosme

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: Guia 05/03 (70) folhas:

licença de obra: data entrada: 1937 data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

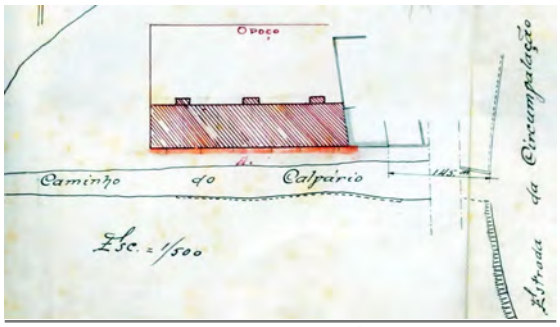
referência imagens (dI)

outras referências documentais

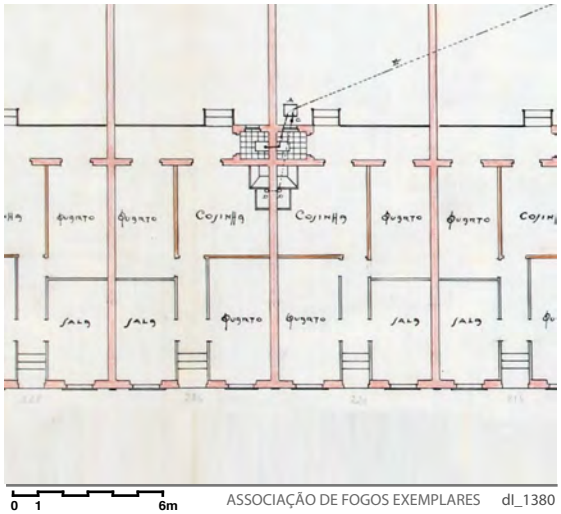
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 di_1487



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1378



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1380



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1377

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_121

Bairro Caminho do Calvário

1931 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Navas de Tolosa, Rua (antigo Caminho do — Porto

41°10'06.07"N / 8°34'24.99"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manoel Moreira de Castro

projectista: Carlos Nogueira Pontes

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno m2: 770

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**50**	**70**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1931**
F2					
F3					

BHP_121 Bairro Caminho do Calvário

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (617) folhas: 23 a 31

licença de obra: 102/1931 data entrada: 1931 data de referência do projecto: 1931

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

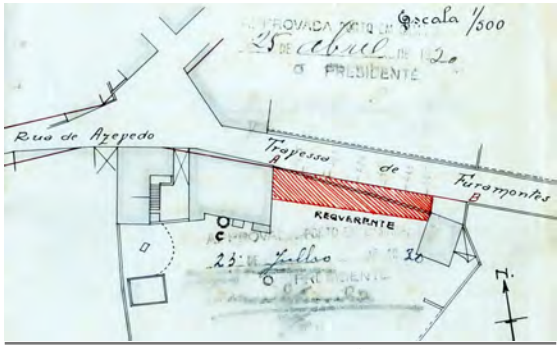
referência imagens (dI)

outras referências documentais

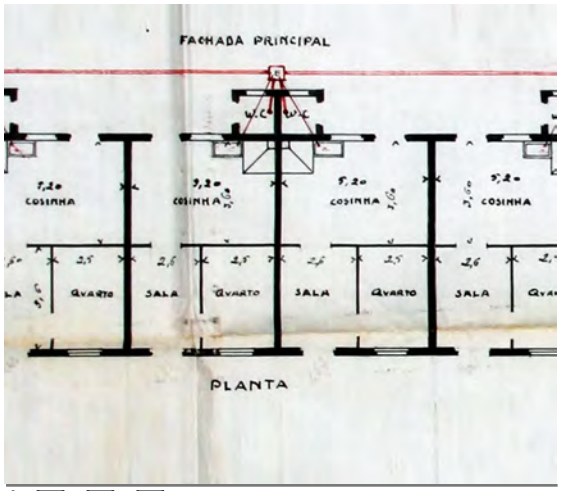
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1488



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1381



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1383



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1384

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_123

Bairro Travessa de Furamontes

1930 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Areias, Travessa (antigo troço da Travessa de — Porto

41° 9'5.33"N / 8°33'50.89"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Isolino Ferreira da Silva

projectista: João Queiroz — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno m2: 252

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**42**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_123 Bairro Travessa de Furamontes

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (591) folhas: 129

licença de obra: 324/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

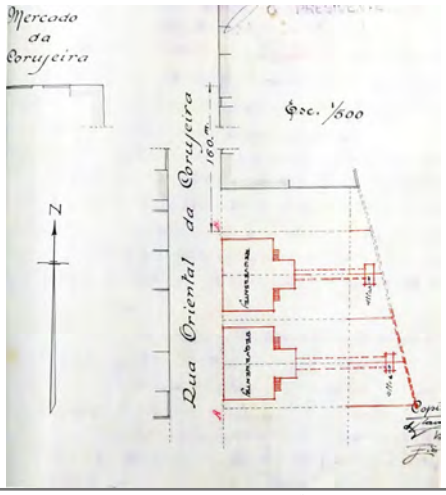
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Oriental da Corujeira

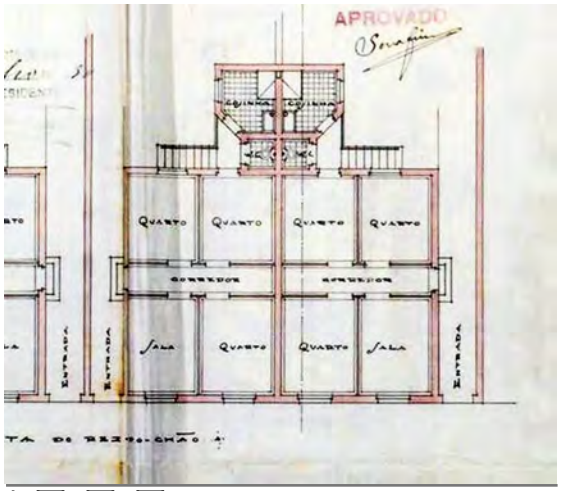
1930 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1469



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1366



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1368

4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_879

localização e realização

Rua do Monte da Bela (Rua Oriental da | Porto

41° 9'16.50"N / 8°34'42.02"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Adelino Colaço (e mais)

projectista: Aucíndio dos Santos | Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 2 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 1038

equipamentos apoio: inexistentes

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	3	0	0	1	0	**1**	**70**	**145**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_124 Bairro Rua Oriental da Corujeira

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (585) folhas: 478 a 487

licença de obra: 63/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

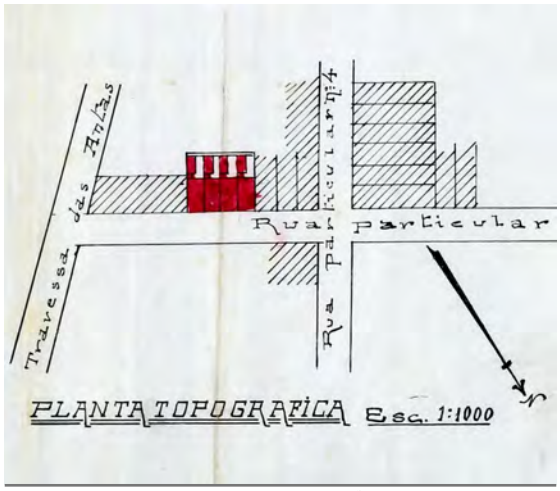
referência imagens (dI)

outras referências documentais

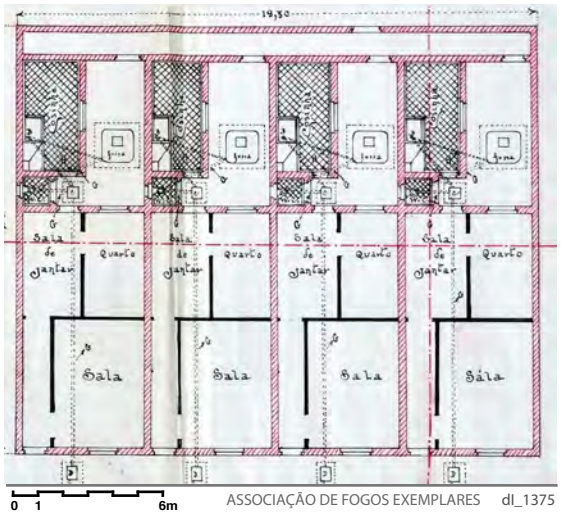
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1372



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1374



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1375



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1376

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_126

Bairro da Rua Francisco Carqueja n41

1929 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Francisco Carqueja, Rua (com angulo da — Porto

41°09'35.66"N / 8°35'26.32"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim da Silva

projectista: José Francisco Duarte — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 466

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**76**	**18**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)
S2
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1929**
F2					
F3					

BHP_126 Bairro da Rua Francisco Carqueja n41

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (545) folhas: 26 a 34

licença de obra: 804/1929 data entrada: 1929 data de referência do projecto: 1929

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

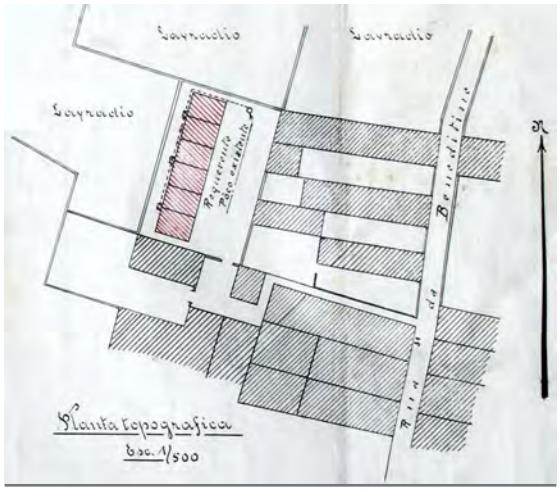
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Beneditina

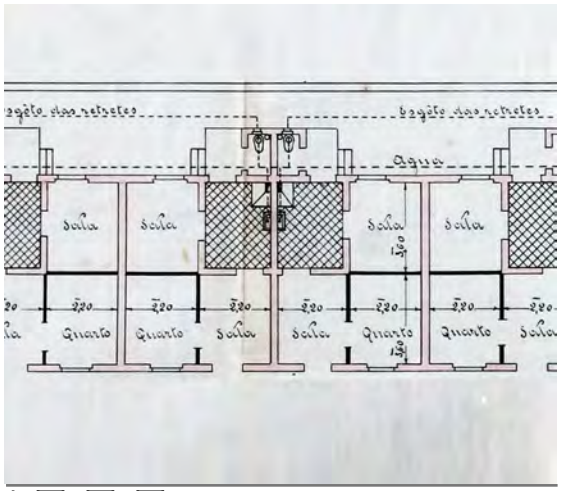
1927 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1385



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1389



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1387

localização e realização

Beneditina, Rua da — Porto

41°08'55.04"N / 8°40'01.32"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Amadeu Homem da Rocha

projectista: Manoel da Silva Moreira

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 734

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular; logradouro;

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**35**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1388

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1927**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_128 Bairro Rua da Beneditina

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (521) folhas: 202 a 215

licença de obra: 333/1928 data entrada: 1927 data de referência do projecto: 1927

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

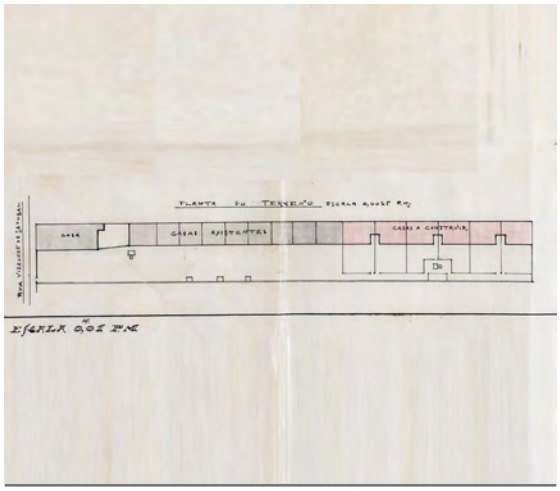
referência imagens (dI)

outras referências documentais

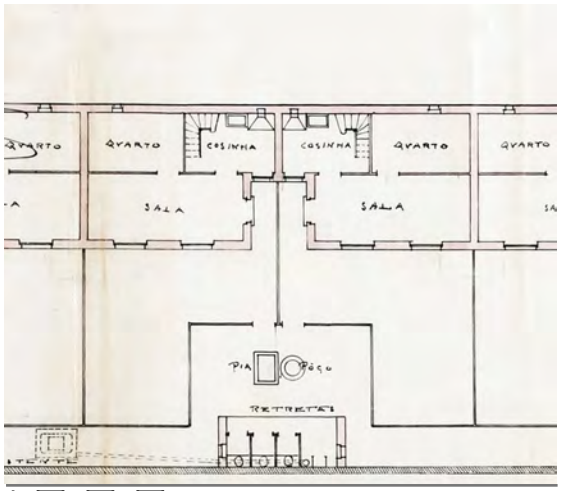
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_670



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_675



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_676



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_677

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_129

Bairro Rua Visconde de Setúbal n184

1915 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Visconde de Setúbal, Rua — Porto

41° 9'49.84"N / 8°36'15.14"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Arnaldo Marques da Silva

projectista: Inácio Pereira de Sá

caracterização urbana

nº parcelas: nº volumes: área terreno m2:

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	0	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**55**	**53**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1915**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_129 Bairro Rua Visconde de Setúbal n184

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9(200) folhas: 120 a 130

licença de obra: 424/1915 data entrada: 1915 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

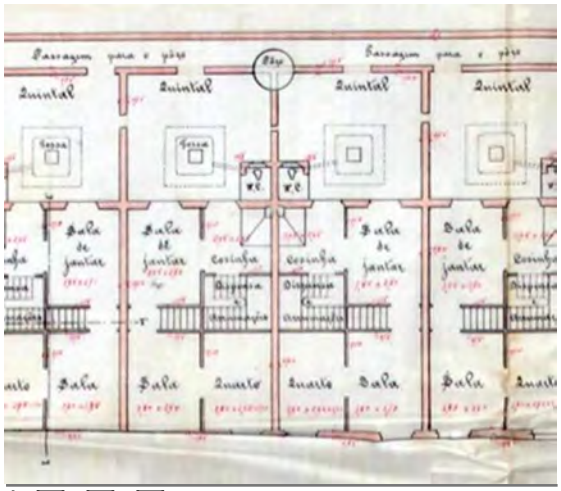
outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1471

2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_324



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_325

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_135

Bairro Travessa do Couto n234

1908 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Carlos da Maia, Rua (Travessa do Couto) — Porto

41°10'19.59"N / 8°36'31.66"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Carlos Alves de Sousa — Negociante

projectista: António Pereira da Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno m2: ?

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Vale Formoso, Rua do

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	0	2	1	2	0	0	1	0	**2**	**49**	**?**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

As casas possuem despensa e arrumos.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1908**
F2					
F3					

BHP_135 Bairro Travessa do Couto n234

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (217) folhas: 445 a 452

licença de obra: 991/1908 data entrada: 1908 data de referência do projecto: 1908

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

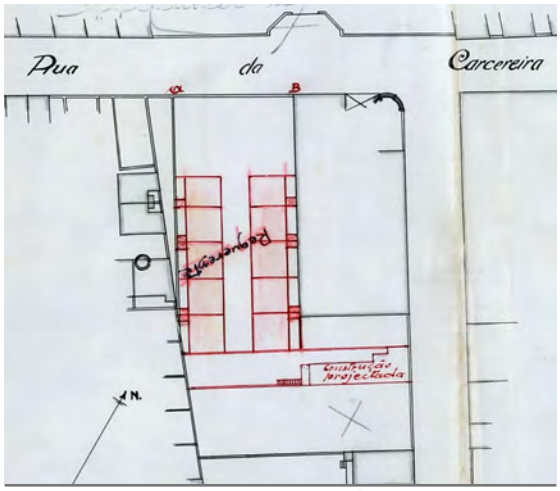
referência imagens (dI)

outras referências documentais

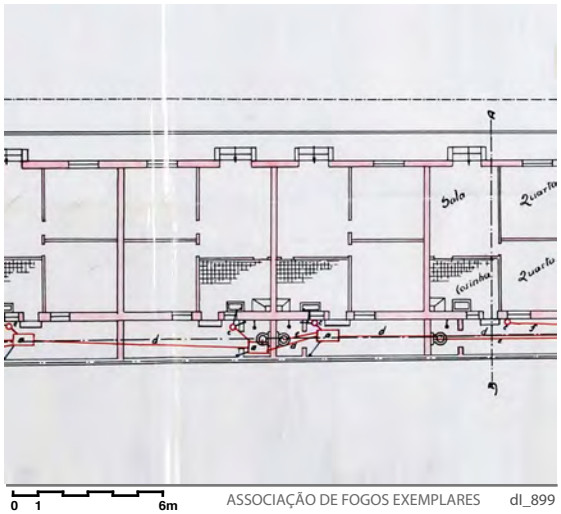
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



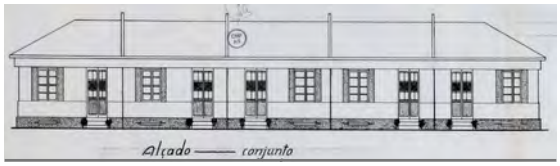
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_895



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_897



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_899



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_900

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_137

Bairro Rua da Carcereira n590_Vila Cristina

1938 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Pedro Hispano, Rua de — Porto

41°09'45.22"N / 8°38'06.69"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Guilhermina Cardoso da Costa

projectista: Renato Montes — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 910

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Pedro Hispano, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**10**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**34**	**7**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1938**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_137 Bairro Rua da Carcereira n590_Vila Cristina

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Hitórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (957) folhas: 154 a 167

licença de obra: 1008/1938 data entrada: 1938 data de referência do projecto: 1938

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

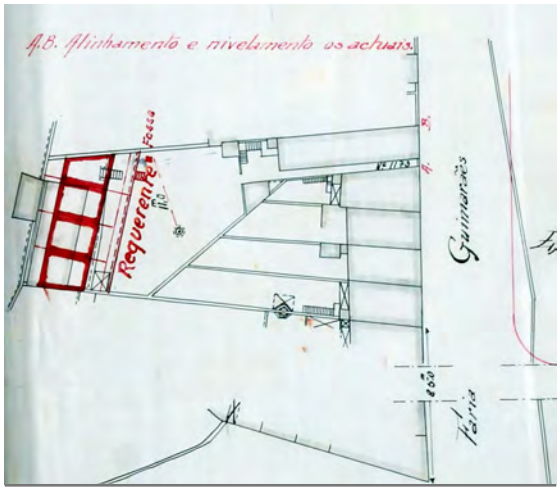
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Faria Guimarães

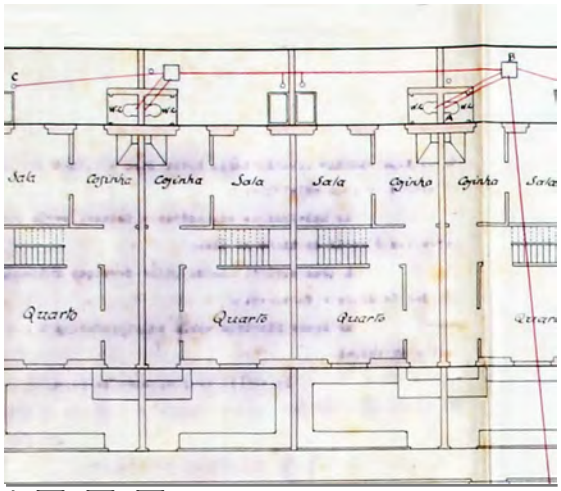
1934 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_906



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1390



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1392



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1395

localização e realização

Faria Guimarães, Rua — Porto

41°10'03.29"N / 8°36'25.68"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Angelina Alves Frias

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 289

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Faria Guimarães, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior jardim frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	1	0	0	1	0	**2**	**40**	**23**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

O piso superior destina-se a arrumação.
Todas as casas possuem pia no pátio posterior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_140 Bairro Rua Faria Guimarães

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (708) folhas: 58

licença de obra: 108/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

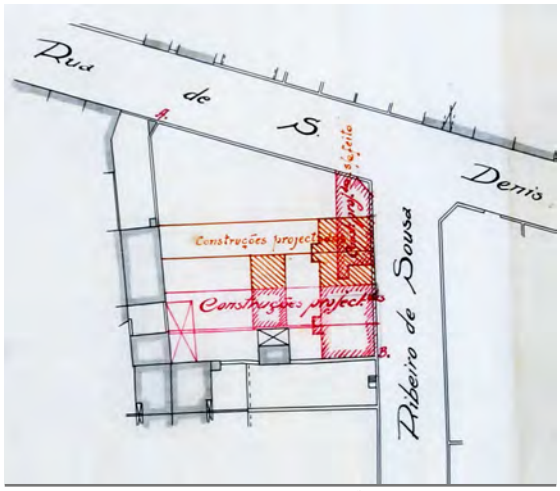
referência imagens (dI)

outras referências documentais

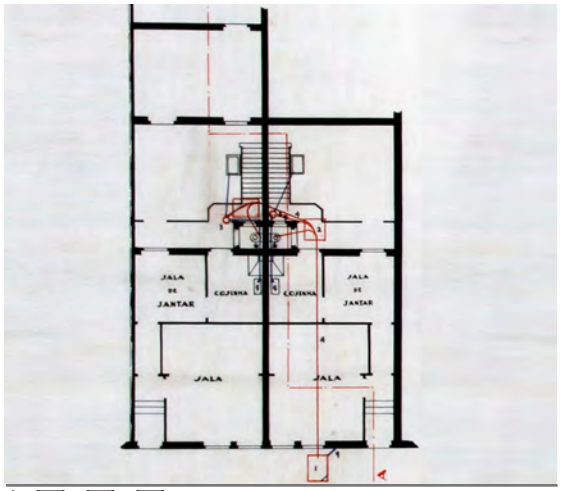
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_180



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1398



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1400



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1397

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_141

Bairro Rua Ribeiro de Sousa n401

1934 **Bairro de Rendimento** **BR**

LOCALIZAÇÃO ERRADA

localização e realização

Ribeiro de Sousa, Rua de — Porto

41°10'00.71"N / 8°36'52.07"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Ilidio Gonçalves da Costa

projectista: Mário de Abreu — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 1 área terreno m2: 392

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	1	2	1	0	0	0	1	0	**1**	**45**	**26**
S2												
S3												

S1 coletiva: acesso direto

S2

S3

Pela fachada depreende-se a existência de uma cave mas não aparece representada na planta. Existe ao fundo do pátio uma pequena construção, com 20 m2 sem legenda, com uma porta e janela para o pátio e outra porta para o terreno atrás. A área dessas construções foi contabilizada na área do terreno. Os pátios possuem pias

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1934**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_141 Bairro Rua Ribeiro de Sousa n401

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (733) folhas: 453

licença de obra: 960/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa de S. Dinis

1911 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_909

localização e realização

S. Diniz, Rua de — Porto

41°10'02.34"N / 8°37'16.62"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

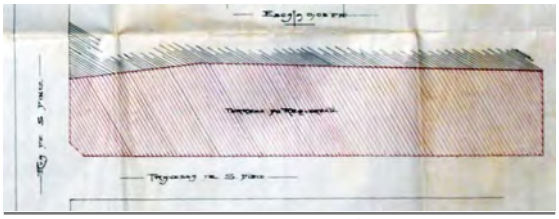
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José de Souza

projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_969

caracterização urbana

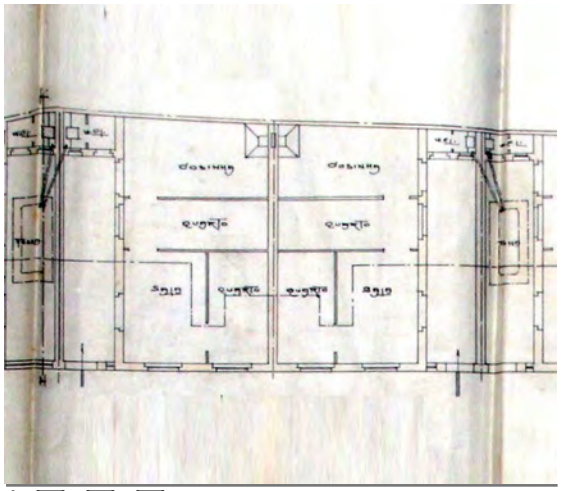
nº parcelas: 5 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 229

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_970

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 5 fogos representados: 5

área exterior: pátio lateral

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	0	1	1	1	1	0	1	0	**1**	**28**	**8**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2

S3

A casa de esquina com a Rua S. Diniz possui maior área e diferente compartimentação: sala de visitas, 2 quartos, sala de jantar, corredor (entrada), despensa, cozinha e wc exterior. Nesta casa a entrada faz-se pela Rua S. Diniz directamente para a casa e não para o pátio.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_908

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1911**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_142 Bairro Travessa de S. Dinis

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (88) folhas: 406

licença de obra: 983/1911 data entrada: 1911 data de referência do projecto: 1911

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

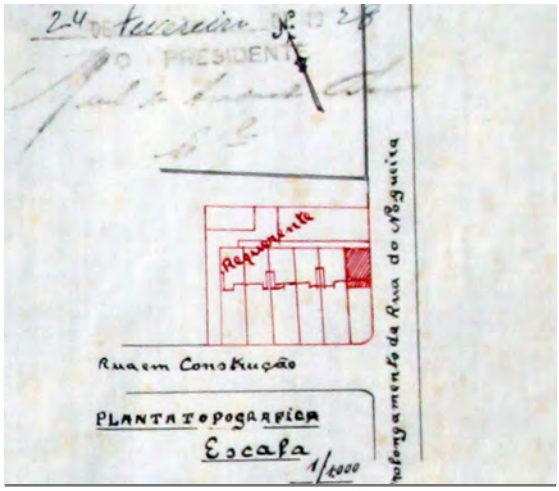
referência imagens (dI)

outras referências documentais

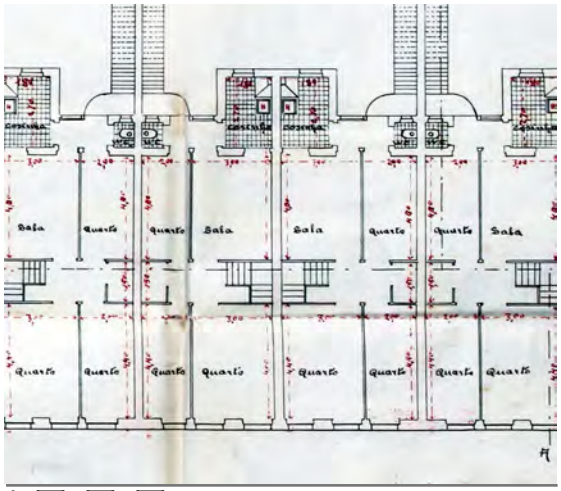
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_917



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1266



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1261



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_915

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_145

Bairro Rua Nova do Monte Pedral n6

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

Motimo de ajulejo no frontespício do gaveto: "LABOR HONOR"

localização e realização

Egas Moniz, Rua de — Porto

41°09'44.93"N / 8°36'59.56"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel Afonso Figueiredo

projectista: José dos Santos

caracterização urbana

nº parcelas: 7 nº volumes: 1 área terreno m2: 962

equipamentos apoio: arrecadação; poço;

esp. público:

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 13 fogos representados: 13

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**5**	1	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**60**	**40**
S2	**5**	1	2	1	1	0	1	0	0	**1**	**60**	**40**
S3	**1**	1	2	1	1	0	1	0	0	**1**	**64**	**40**

S1 coletiva: acesso direto

S2 coletiva: acesso direto

S3 coletiva: acesso direto

A solução 3 desenvolve-se no piso superior, sendo o r/c ocupado por um estabelecimento com wc exterior.
Em aditamento foi construída uma quarta solução, voltada para a Rua do Monte Cativo, contígua ao estabelecimento e à casa Solução 3 (no espaço que corresponderia ao pátio desta casa). Esta quarta solução tem 2 pisos, com uma habitação por piso. A do r/c com 2 quartos, cozinha e wc interior; a do piso superior com mais uma sala além destas dependências.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_145 Bairro Rua Nova do Monte Pedral n6

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (518) folhas: 598-614

licença de obra: 185/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Alcácer Ceguer

1936 **Bairro de Casas Económicas BCE**



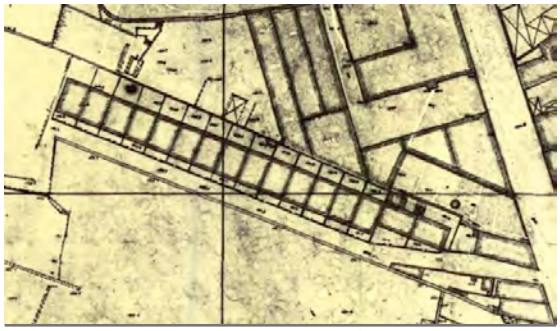
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_926

localização e realização

Alcácer Seguer, Rua — Porto

41°10'07.53"N / 8°36'47.88"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_925

promoção e intervenientes

natureza da acção: Promoção do Estado

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor:

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 16 nº volumes: 1 área terreno m2: 1700

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Vale Formoso, Rua do

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 16 fogos representados: 16

área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**16**									**2**	**96**	**30**
S2												
S3												

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_928

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1936**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_148 Bairro Rua Alcácer Ceguer

informação arquivística principal

arquivo:		cota:	folhas:
licença de obra:	data entrada: ?	data de referência do projecto:	1936

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

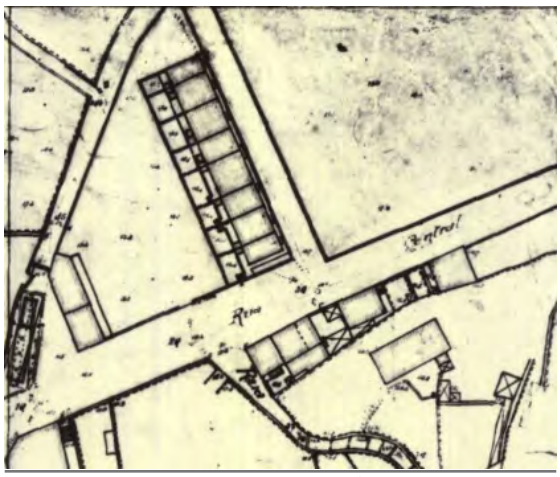
referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_198



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_939

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_149

Colónia da Foz do Douro

1928 **Bairro Municipal** **BM**

localização e realização

António Pinheiro Caldas, Rua — Porto

41°09'05.19"N / 8°40'12.41"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção Municipal

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Camara Municipal do Porto

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 600

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Padre Luís Cabral, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados:

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**8**										**30**	**15**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_149 Colónia da Foz do Douro

informação arquivística principal

arquivo:		cota:	folhas:
licença de obra:	data entrada:	data de referência do projecto:	1928

registos BHP relacionados

BHP_11	Colónia de Antero de Quental	1915	Monte Aventino, Rua do	Câmara Municipal do Porto
BHP_12	Colónia de Estevão de Vasconcelos	1916	Castelos, Rua dos	Câmara Municipal do Porto
BHP_13	Colónia de Viterbo Campos	1915	Entre Campos, Rua de	Câmara Municipal do Porto
BHP_20	Colónia do Dr. Manuel Laranjeira	1916	Augusto Leça, Rua	Câmara Municipal do Porto

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

dT_218	STEPHANKEVITCH, Paul	Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social	p. 28	1935

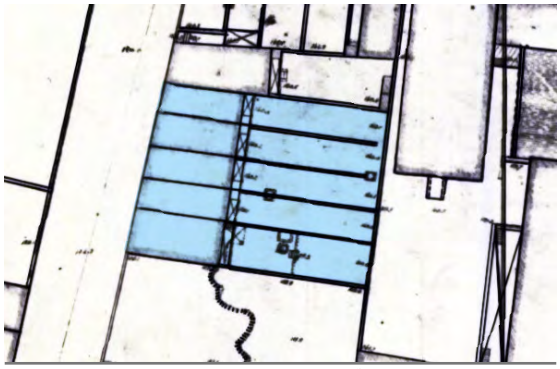
referência imagens (dI)

outras referências documentais

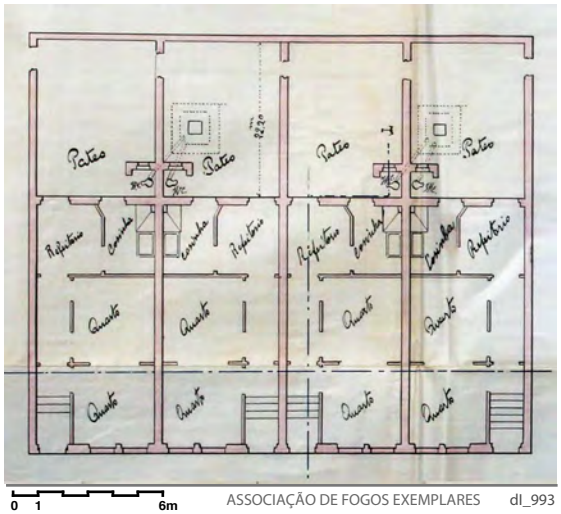
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_995



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_996



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_993



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_994

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_152

Bairro Rua Nova do Monte Louro n54

1908 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Almirante Leote do Rego, Rua — Porto

41°09'49.61"N / 8°36'50.14"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António da Silva Victorino

projectista: António Pereira da Silva

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 500

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	1	1	0	1	0	**1**	**36**	**89**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1908**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_152 Bairro Rua Nova do Monte Louro n54

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (209) folhas: 320-327

licença de obra: 162/1908 data entrada: 1908 data de referência do projecto: 1908

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

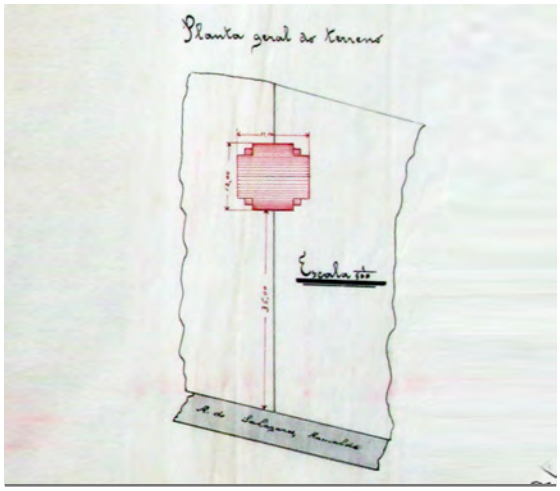
referência imagens (dI)

outras referências documentais

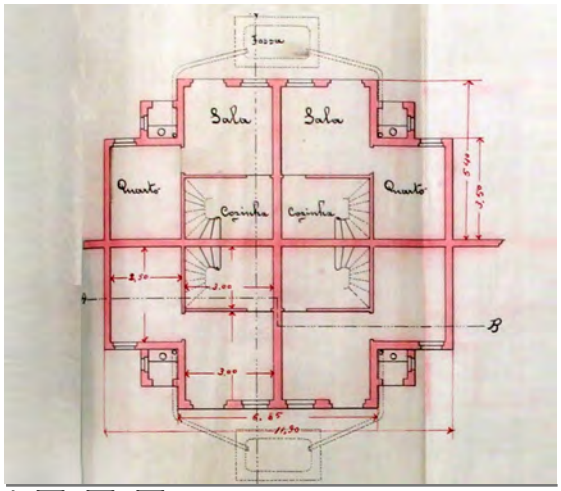
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_997



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1129



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1128



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_998

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_153

Bairro Rua de Salazares

1908 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Salazares, Rua de — Porto

41°10'32.92"N / 8°39'31.88"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José da Silva Neves

projectista: António Gonçalves Cardozo

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 130

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Preciosa, Rua da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**106**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2

S3

Existe ainda um espaço de "arrumação" no piso superior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1908**
F2					
F3					

BHP_153 Bairro Rua de Salazares

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (214) folhas: 90-95

licença de obra: 617/1908 data entrada: 1908 data de referência do projecto: 1908

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua S. Gonçalo

1909 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1000

localização e realização

S. Gonçalo, Rua — Porto

41°09'24.54"N / 8°35'47.33"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1001

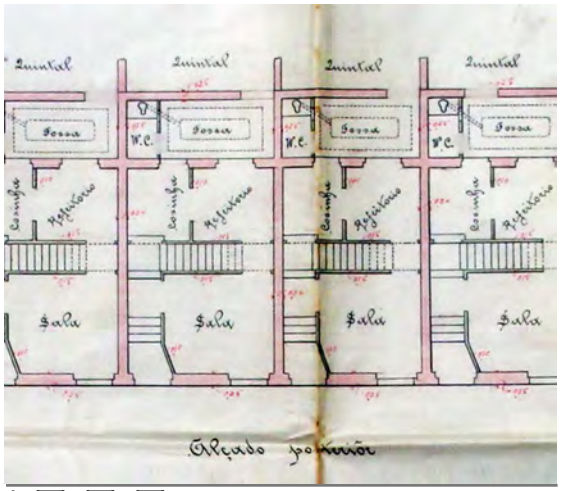
promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Bernardino da Silva Lessa

projectista: Francisco Pinto de Castro



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1131

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 6 área terreno m2: 396

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**6**	1	2	1	2	0	0	1	0	**2**	**60**	**6**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)

S2

S3

A casa de topo apresenta uma variação com outra sala em vez de um dos quartos. Possui também áreas um pouco maiores.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_999

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1909**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_154 Bairro Rua S. Gonçalo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (11) folhas: 191-201

licença de obra: 535/1909 data entrada: 1909 data de referência do projecto: 1909

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

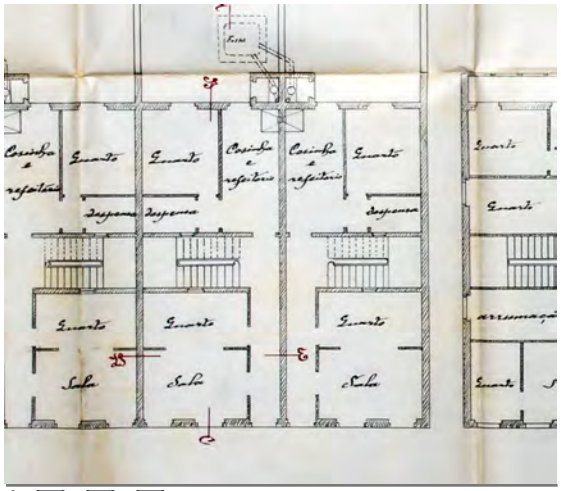
outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1428

2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1249



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1429

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_155

Bairro do Gaspar

1902 — **Bairro de Fábrica** BF

localização e realização

Póvoa, Travessa da — Porto

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Paternalismo Industrial
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Gaspar Rodrigues Cardoso
projectista: Estevão Eduardo Augusto de

caracterização urbana

nº parcelas: 7 nº volumes: área terreno m²: 500
equipamentos apoio:
esp. público:
rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de
situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 15 fogos representados: 15
área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**12**	1	2	1	1	1	0	1	0	**1**	**63**	
S2	**3**									**2**		
S3												

S1 coletiva: acesso vertical
S2 coletiva: acesso vertical
S3

Das 12 casas (4 casas por prédio), 4 delas possuem 2 pisos (3º piso + águas furtadas), sendo que estas possuem mais dois quartos e arrumação nas águas furtadas.
As 12 casas possuem despensa e carvoeira no exterior.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1902**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_155 Bairro do Gaspar

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/7 (168) folhas: 203-208

licença de obra: 27/1902 data entrada: 1902 data de referência do projecto: 1902

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

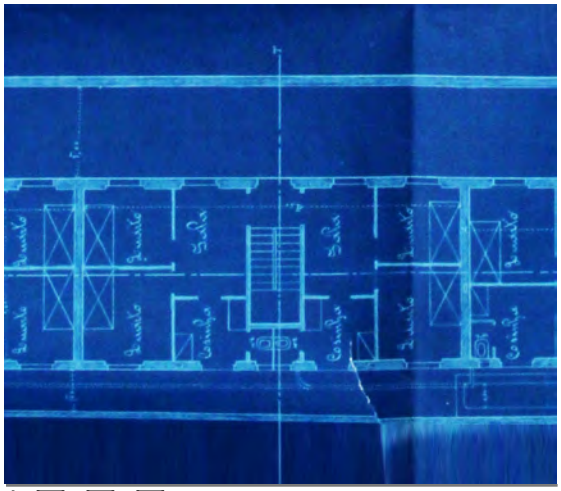
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1016



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1017



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1007



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1015

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_158

Vila Maria Alice

1911 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Álvaro Castelões, Rua — Porto

41°09'57.27"N / 8°36'10.13"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Correia da Silva

projectista: Domingos Duarte — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 274

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Álvaro Castelões, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**28**	**0**
S2	**2**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**31**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 coletiva: acesso vertical

S3

Todas as casas se acedem pelo espaço exterior comum, excepto as de topo, que fazem frente para a rua, que têm acesso directo da rua (a do r/c possui um gabinete em vez de um dos quartos).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1911**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_158 Vila Maria Alice

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (70) folhas: 390-402

licença de obra: 522/1911 data entrada: 1911 data de referência do projecto: 1911

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

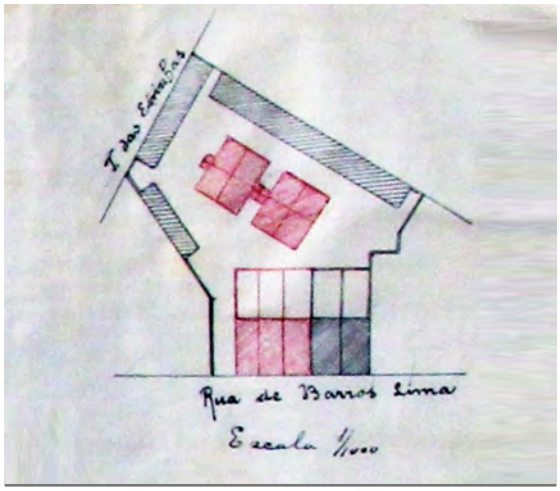
referência imagens (dI)

outras referências documentais

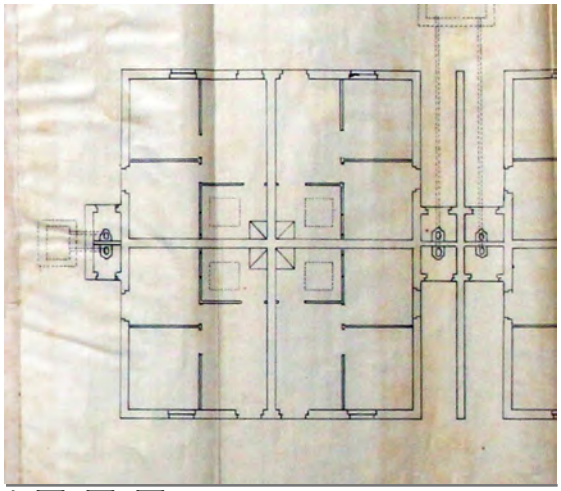
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1020



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1023



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1024



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1021

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_159

Bairro Rua Barros Lima

1911 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Barros Lima, Rua — Porto

41°09'15.51"N / 8°35'41.16"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: Luiz dos Santos

projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 4 — nº volumes: 3 — área terreno m2: 609

equipamentos apoio: poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 11 — fogos representados: 11

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**36**	**0**
S2	**1**	1	1	1	4	0	1	2	0	**2**	**114**	**50**
S3	**1**	1	2	1	4	2	0	2	0	**3**	**161**	**50**

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3 individual agrupada: banda (por simetria)

Nas casas quadripartidas a cozinha é iluminada por uma clarabóia.
As casas à face da rua são de rendimento médio e são todas diferentes. A outra casa de topo é bifamiliar: uma casa no r/c com sala, cozinha, wc exterior, quarto e alcova (57 m2); e uma outra casa com dois pisos, sala, cozinha, wc exterior, 1 alcova e 3 quartos (104 m2).

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1911**
F2					
F3					

BHP_159 Bairro Rua Barros Lima

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (73) folhas: 72-79

licença de obra: 218/1911 data entrada: 1911 data de referência do projecto: 1911

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

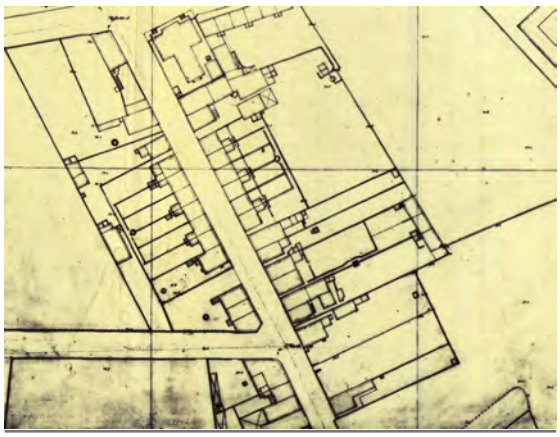
referência imagens (dI)

outras referências documentais

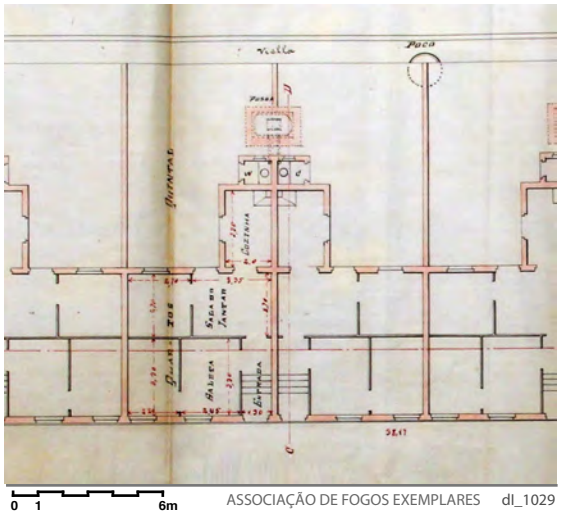
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1032



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1030



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1029



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1031

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_161

Bairro Rua da Preciosa

1911 — **Bairro de Rendimento** BR

localização e realização

Preciosa, Rua da — Porto

41°10'36.49"N / 8°39'25.60"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel da Rocha

projectista: António Alves da Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 672

equipamentos apoio: poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Preciosa, Rua da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**12**	1	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**48**	**44**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

Os pátios possuem pias

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1911**
F2					
F3					

BHP_161 Bairro Rua da Preciosa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (109) folhas: 123-133

licença de obra: 2031/1911 data entrada: 1911 data de referência do projecto: 1911

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

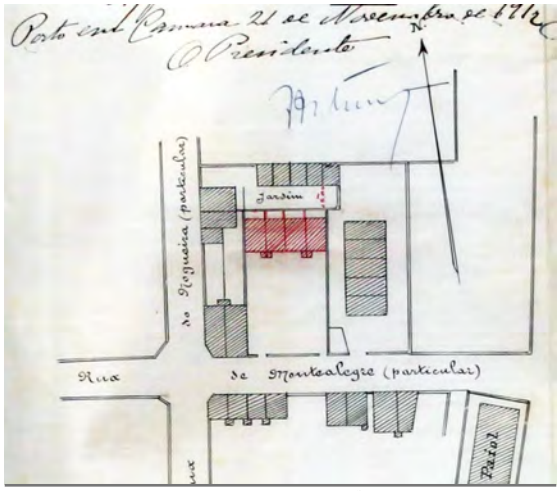
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua do Monte Alegre

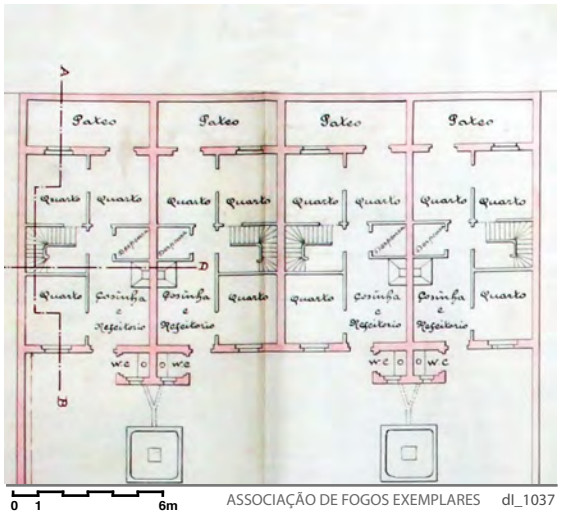
1912 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1033



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1035



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1037

localização e realização

Monte Alegre, Rua do — Porto

41°09'54.97"N / 8°36'56.34"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manoel Gonçalves Vieira

projectista: Manuel Fernandes Moreno

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 4 área terreno^{m2}: 1022

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Constituição, Rua da

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	0	1	1	3	0	0	1	0	**2**	**115**	**13**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3

O piso superior das casas são águas furtadas com 2 espaços de arrumos



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1038

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1912**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_162 Bairro Rua do Monte Alegre

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (140) folhas: 250-258

licença de obra: 1451/1912 data entrada: 1912 data de referência do projecto: 1912

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

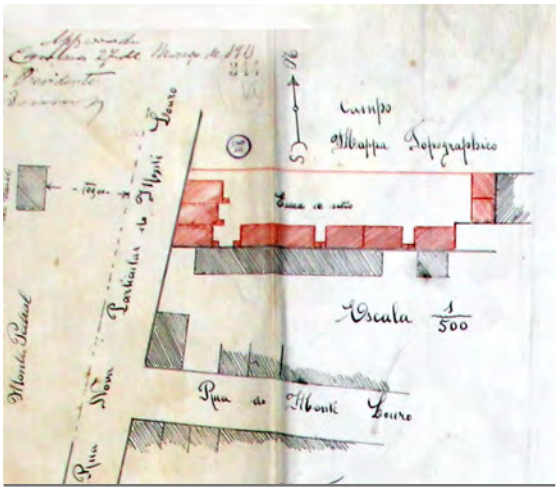
referência imagens (dI)

outras referências documentais

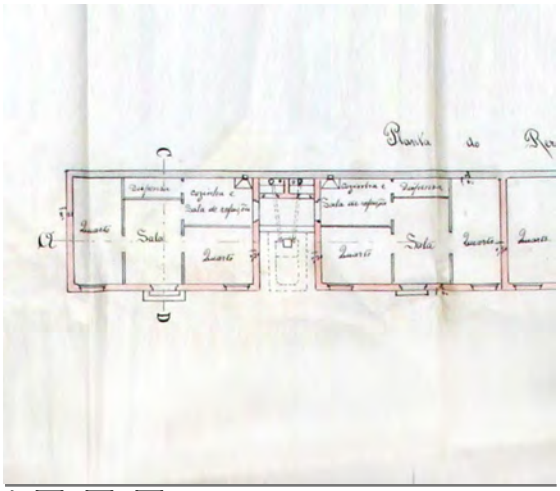
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1043



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1040



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1041



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1042

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_163

Bairro Rua Nova do Monte Louro n142

1913 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Almirante Leote do Rego, Rua — Porto

41°09'52.15"N / 8°36'48.10"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Pinto Teixeira

projectista: José da Silva Maio

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 6 área terreno m2: 960

equipamentos apoio: arrecadação;

esp. público: logradouro;

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**5**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**35**	**0**
S2	**3**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**35**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por translação)
S2 individual agrupada: geminada: interior parcela
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1913**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_163 Bairro Rua Nova do Monte Louro n142

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (149) folhas: 342-348

licença de obra: 381/1913 data entrada: 1913 data de referência do projecto: 1913

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

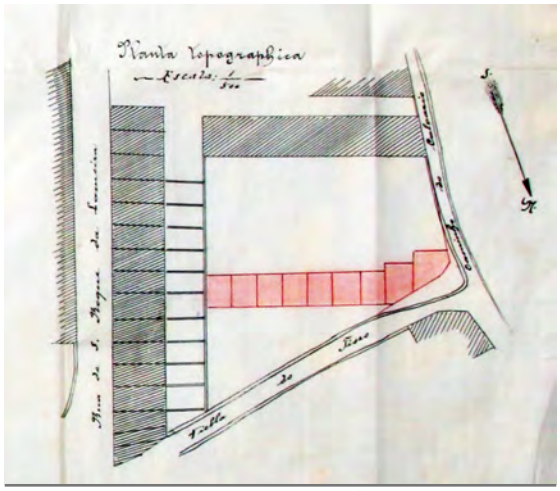
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Viela do Tirso

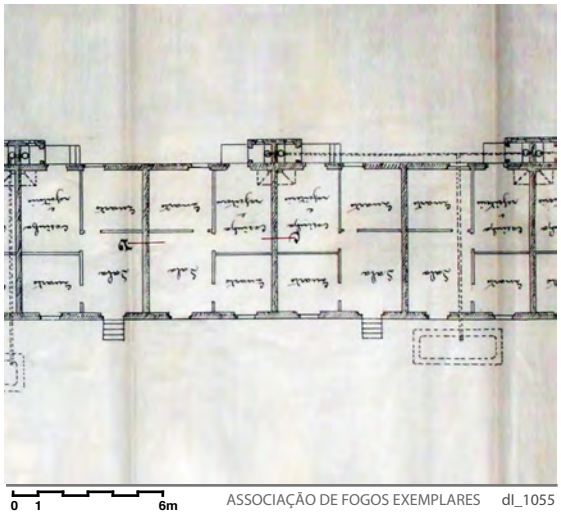
1913 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1475



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1054



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1055

localização e realização

Matias de Albuquerque, Rua — Porto

41° 9'56.06"N/ 8°34'18.82"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Joaquim Ferreira da Silva

projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 500

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**9**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**48**	**0**
S2												
S3												

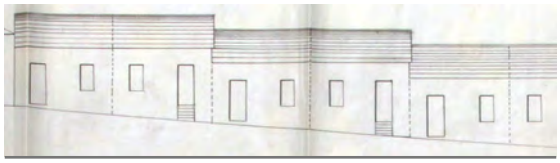
S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1913**
F2					
F3					



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1056

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_165 Bairro Viela do Tirso

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (159) folhas: 387-395

licença de obra: 886/1913 data entrada: 1913 data de referência do projecto: 1913

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

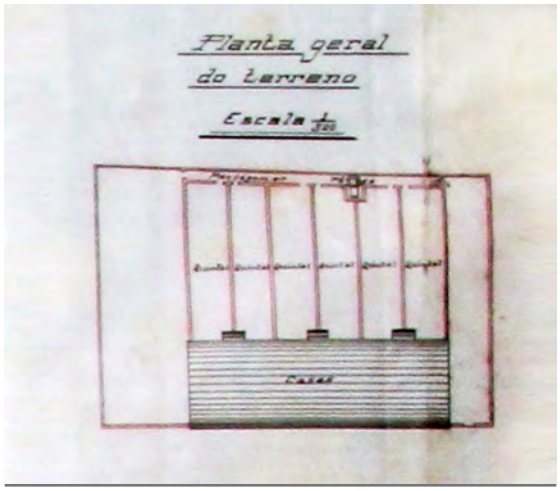
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Águia

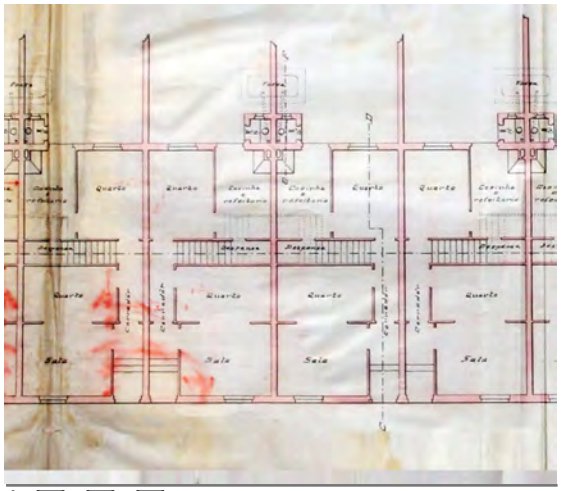
1913 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1434



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1196



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1197



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1198

localização e realização

Agra de Ramalde, Rua da — Porto

41°10'25.90"N / 8°38'29.05"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel António da Cunha

projectista: Manuel da Silva Fumega — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1? nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1148

equipamentos apoio: poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Central de Francos, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	1	1	1	1	0	1	0	**2**	**73**	**60**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

As águas furtadas são arrumos

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1913**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_166 Bairro Rua da Águia

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (165) folhas: 337-344

licença de obra: 1177/1913 data entrada: 1913 data de referência do projecto: 1913

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

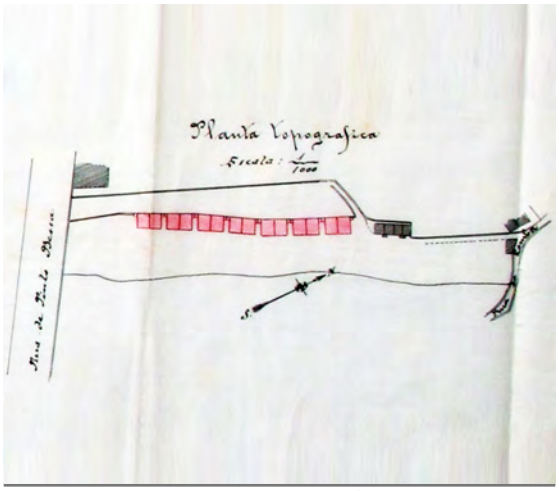
referência imagens (dI)

outras referências documentais

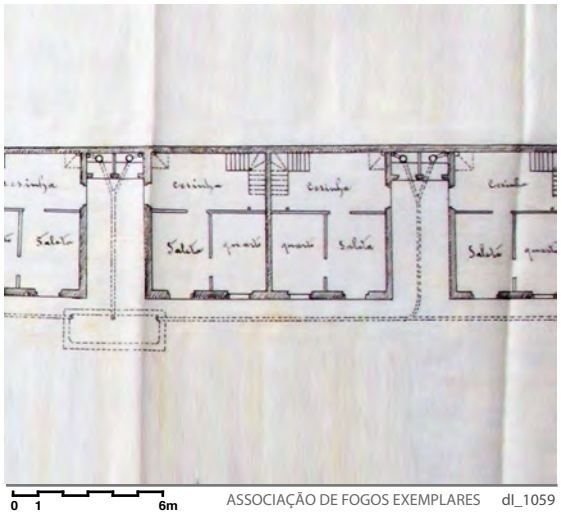
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



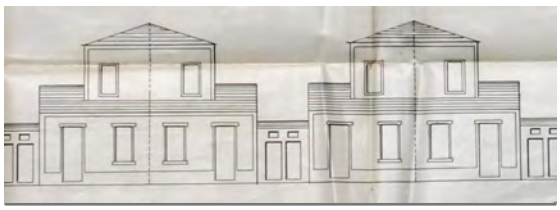
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1436



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1058



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1059



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1060

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_167

Bairro Rua Pinto Bessa

1914 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

S. Rosendo, Rua de — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Joaquim Monteiro
projectista: Francisco dos Santos Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 7 área terreno m²: 448
equipamentos apoio:
esp. público:
rua âncora: Bonfim, Rua do
situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 14 fogos representados: 14
área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**14**	0	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**42**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: interior parcela
S2
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1914**
F2					
F3					

BHP_167 Bairro Rua Pinto Bessa

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (169) folhas: 416-422

licença de obra: 87/1914 data entrada: 1914 data de referência do projecto: 1914

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

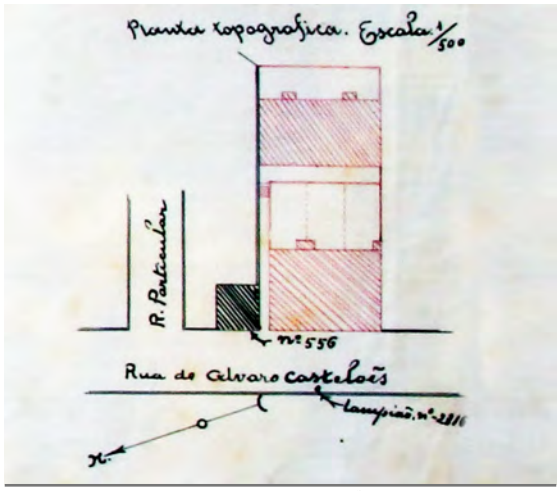
referência imagens (dI)

outras referências documentais

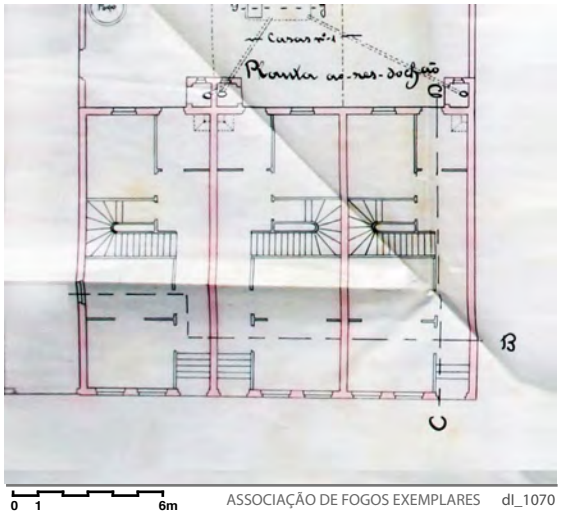
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



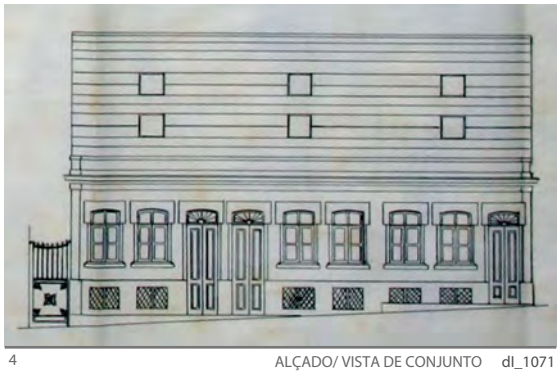
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1438



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1069



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1070



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1071

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_169

Bairro Rua Álvaro Castelões n554

1914 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Álvaro Castelões, Rua — Porto

41°10'06.17"N / 8°36'11.90"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Carneiro da Silva

projectista: António Augusto Martins — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 488

equipamentos apoio: poço;

esp. público: rua particular;

rua âncora: Álvaro Castelões, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 7 fogos representados: 7

área exterior: pátio posterior horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**3**	1	2	1	2	1	0	1	0	**2**	**79**	**35**
S2	**4**	1	2	1	1	1	0	1	0	**2**	**51**	**14**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Todas as casas têm arrumos.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1914**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_169 Bairro Rua Álvaro Castelões n554

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (189) folhas: 266-272

licença de obra: 1064/1914 data entrada: 1914 data de referência do projecto: 1914

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

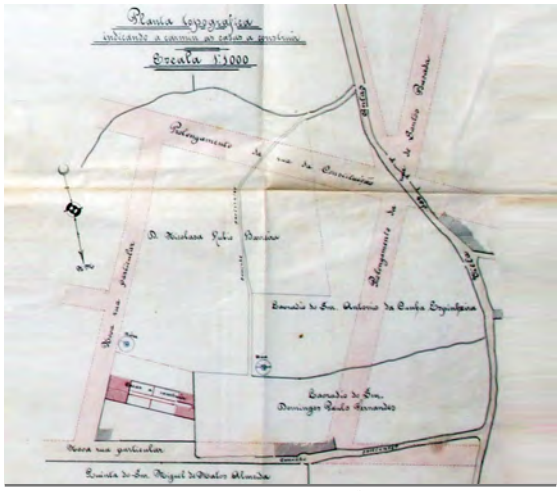
referência imagens (dI)

outras referências documentais

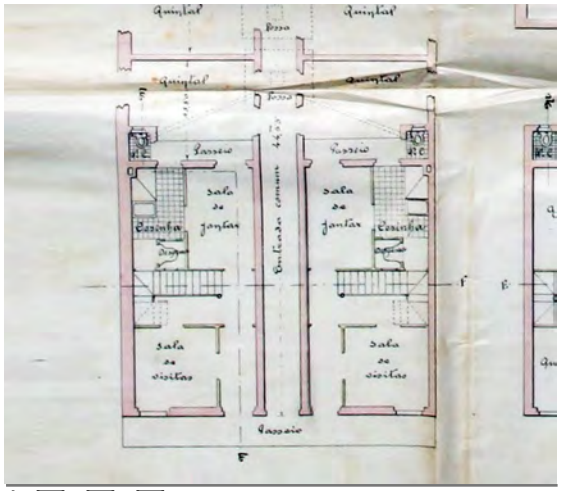
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1477



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1078



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1076



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1077

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_171

Bairro Rua Vasco Lobeira n121

1915 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Vasco Lobeira, Rua de (Travessa da — Porto

41°09'44.11"N / 8°35'48.37"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Ana Teixeira de Sousa

projectista: José de Vasconcelos Lima

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 380

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Costa Cabral, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: horta posterior horta frontal

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	2	1	2	1	4	0	1	2	0	2	74	54
S2	2	0	2	1	1	0	0	1	0	2	60	54
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2 individual agrupada: geminada: interior parcela

S3

As casas possuem despensa.
As casas da Solução II possuem arrumos nas águas furtadas.
Entre as duas casas à face da rua existe uma passagem que conduz às casas ao fundo do lote. Esta passagem é uma porta no alçado, que dá directamente para o exterior, coberto pelo piso superior destas casas.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:		projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1	4	S1+S2				1915
F2	7					1937
F3						

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_171 Bairro Rua Vasco Lobeira n121

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (207) folhas: 375-382

licença de obra: 771/1915 data entrada: 1915 data de referência do projecto: 1915

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

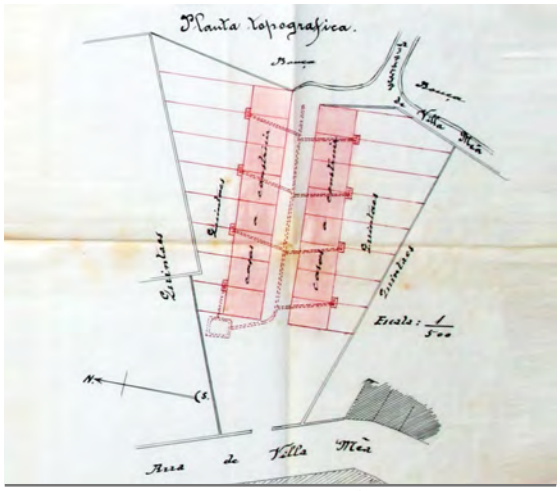
referência imagens (dI)

outras referências documentais

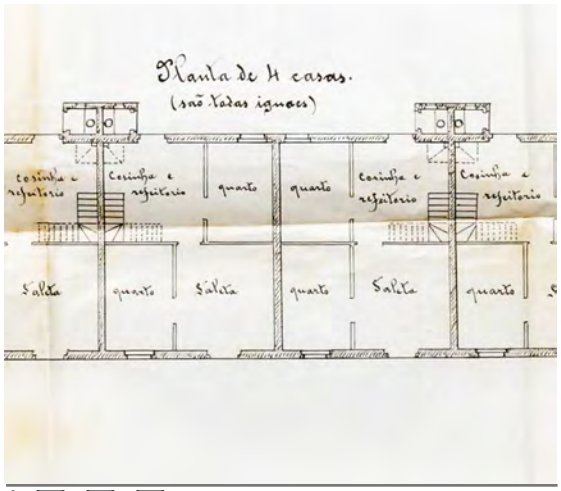
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1085



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1080



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1081

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP

BHP_172

Bairro à Rua Vila Meã n177

1916 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Doutor Maurício Estêves Pereira Pinto, Rua — Porto

41°09'16.03"N / 8°34'49.83"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ferreira Mitra

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 2080

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 16 fogos representados: 16

área exterior: horta posterior

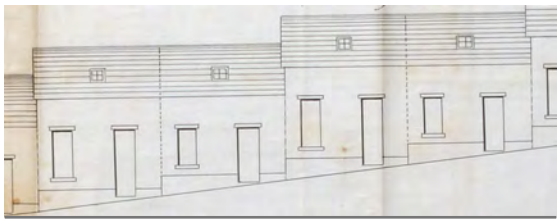
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**16**	0	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**78**	**76**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

As casas possuem arrumos nas águas furtadas.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1082

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1916**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_172 Bairro à Rua Vila Meã n177

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (212) folhas: 196-202

licença de obra: 43/1916 data entrada: 1916 data de referência do projecto: 1916

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

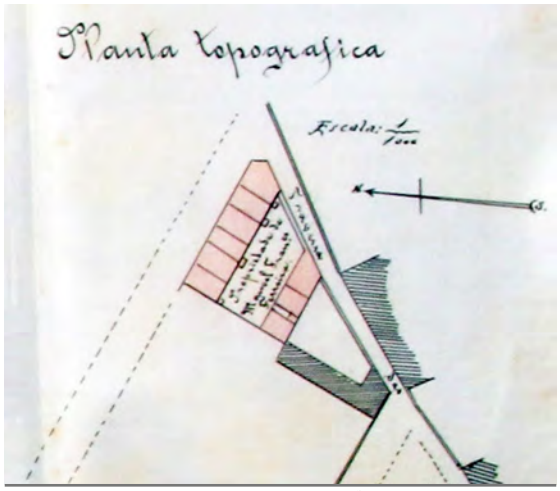
Bairro Travessa das Antas n301

1919 **Bairro de Rendimento** **BR**

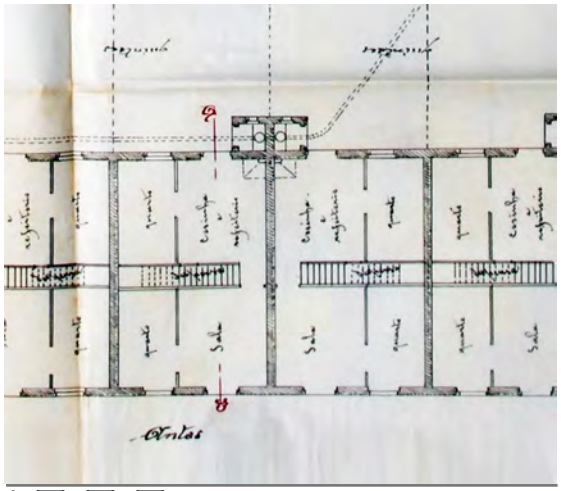
Não é certo se as três casas tipo ilha foram construídas - não é claro na planta de 1939.



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1107



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1104



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1105



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1106

localização e realização

Antas, Travessa das — Porto

41°09'35.04"N / 8°35'24.46"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Manuel Francisco Ferreira

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 640

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 9

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**61**	**30**
S2	**3**	0	2	1	1	1	0	1	0	**1**	**31**	**0**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S3

Das 3 casas no interior do lote, duas delas possuem jardim frontal; o que confronta com a rua com 30 m2; o seguinte com 16 m2. A terceira casa não tem jardim, comunica directamente com o logradouro (assim como a última casa do grupo à face da rua).
As casas da Solução I possuem arrumos nas águas furtadas.
A casa da Solução II que faz frente com a Travessa possui 2 frentes e mais um quarto em relação às outras. Nesta casa, o wc é interior, na cozinha.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1919**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_176 Bairro Travessa das Antas n301

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (272) folhas: 123-129

licença de obra: 225/1919 data entrada: 1919 data de referência do projecto: 1919

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

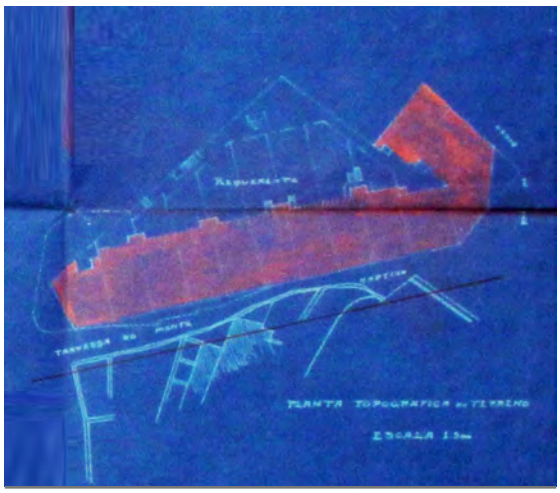
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa do Monte Cativo

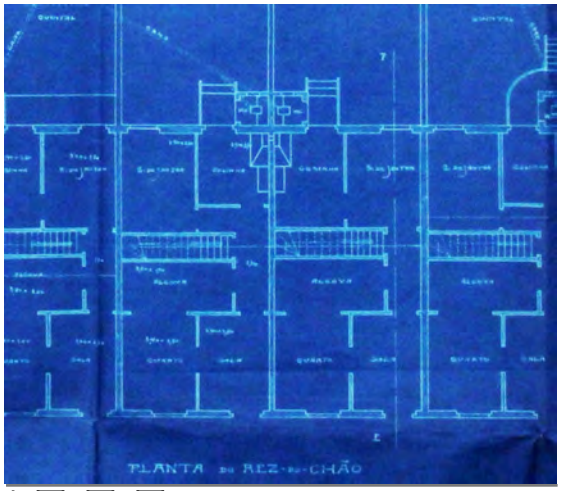
1921 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1141



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1201



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1202



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1140

localização e realização

Gerês, Rua do — Porto

41°09'39.17"N / 8°37'05.76"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Gonçalves

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 12 nº volumes: 1 área terreno m2: 1133

equipamentos apoio: lavadouro; poço;

esp. público:

rua âncora: Serpa Pinto, Rua

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 12 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**12**	0	2	1	1	1	0	1	0	**2**	**92**	**30**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

As casas possuem arrumos nas águas furtadas.
Os pátios possuem dimensões diferentes, o valor indicado é apenas um valor médio

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1921**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_179 Bairro Travessa do Monte Cativo

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (313) folhas: 382-391

licença de obra: 589/1921 data entrada: 1921 data de referência do projecto: 1921

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

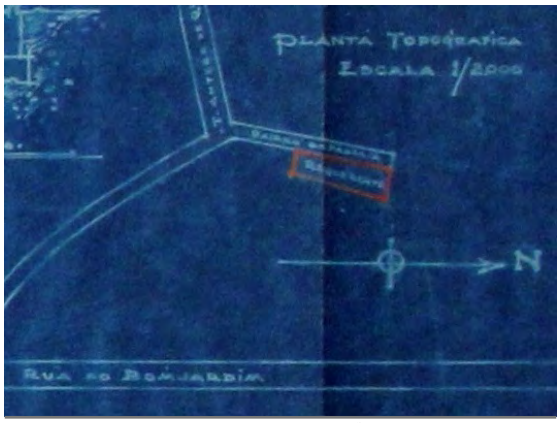
referência imagens (dI)

outras referências documentais

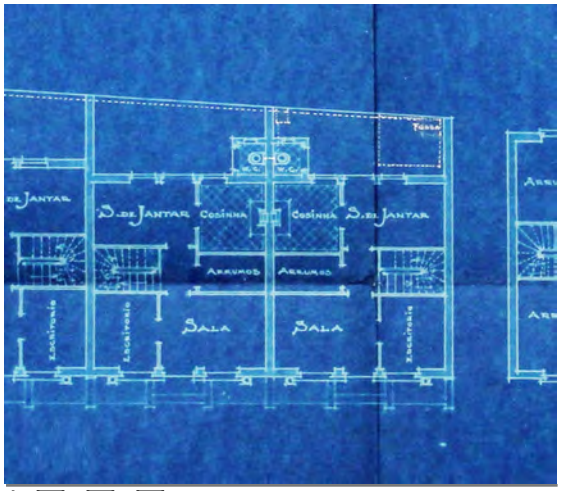
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1439



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1204



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1205



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1206

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_180

Bairro da Padaria

1922 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Antero de Quental, Travessa — Porto

41°09'37.07"N / 8°36'23.96"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Vitorino H. Coimbra

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 400

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Bonjardim, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**2**	0	2	1	2	0	0	1	0	**2**	**106**	**15**
S2	**2**	0	2	1	2	0	0	1	0	**2**	**92**	**15**
S3	**2**	0	2	1	2	0	0	1	0	**2**	**86**	**15**

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2 individual agrupada: banda (por simetria)
S3 individual agrupada: banda (por simetria)

As casas possuem escritório e arrumos no r/c e arrumos no piso superior

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1922**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_180 Bairro da Padaria

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (346) folhas: 429-436

licença de obra: 892/1922 data entrada: 1922 data de referência do projecto: 1922

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

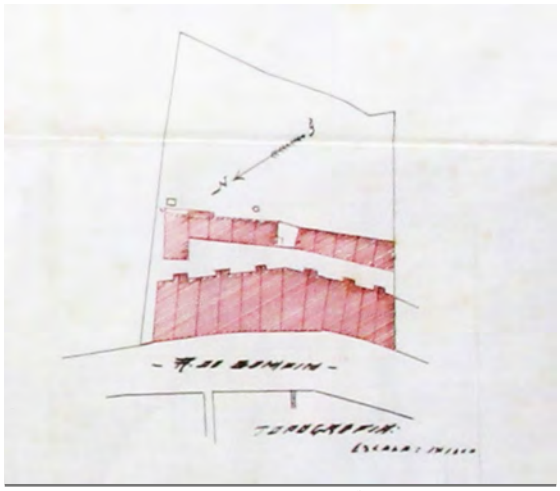
referência imagens (dI)

outras referências documentais

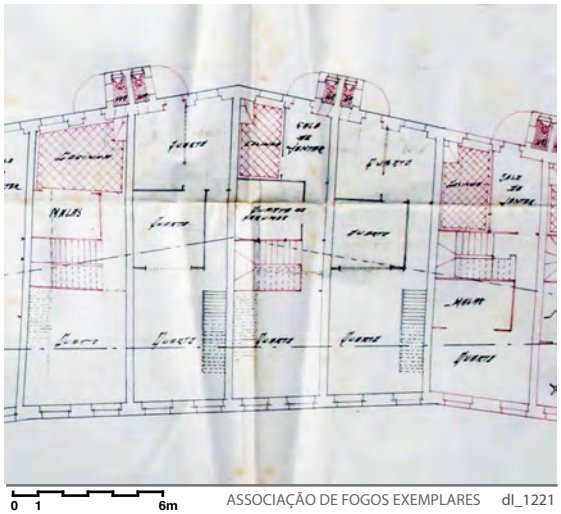
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1144



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1219



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1221



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1143

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_181

Bairro Rua do Bonfim

1923 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Bonfim, Rua do — Porto

41°09'11.67"N / 8°35'28.25"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Januário de Sousa Tavares

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 13 nº volumes: 2 área terreno m2: 810

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Bonfim, Rua do

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 22 fogos representados: 22

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**12**	1	2	1	2	2	0	2	0	**3**	**100**	**0**
S2	**9**	0	1	1	1	0	0	0	0	**1**	**20**	**0**
S3	**1**	0	2	1	2	0	1	0	0	**3**	**88**	**0**

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2 individual agrupada: banda (por translação): interior parcela
S3 individual agrupada: banda (por translação): interior parcela

Cada duas casas do grupo de 12 partilham um wc exterior. Aparentemente o grupo das 9 casas serve-se também destes wc, uma vez que não possuem wc próprios.
O piso da cave da Solução I é armazém, enterrado para a rua, abrindo-se para o logradouro. A casa de topo deste grupo possui mais duas salas, sobre o caminho de passagem para o interior do lote.
A casa isolada também possui armazém no r/c.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1923**
F2					
F3					

BHP_181 Bairro Rua do Bonfim

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (368) folhas: 269-281

licença de obra: 158/1923 data entrada: 1923 data de referência do projecto: 1923

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

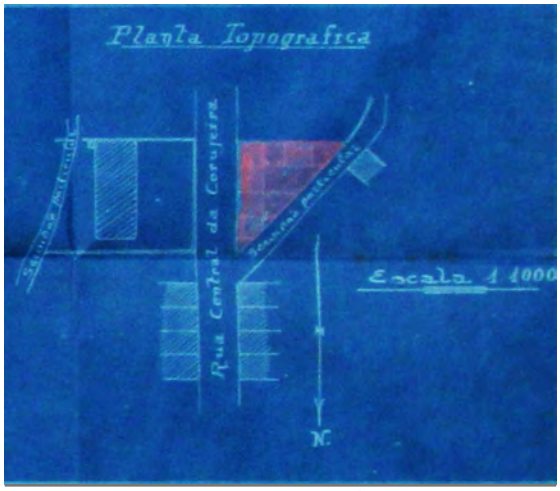
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Central da Corujeira

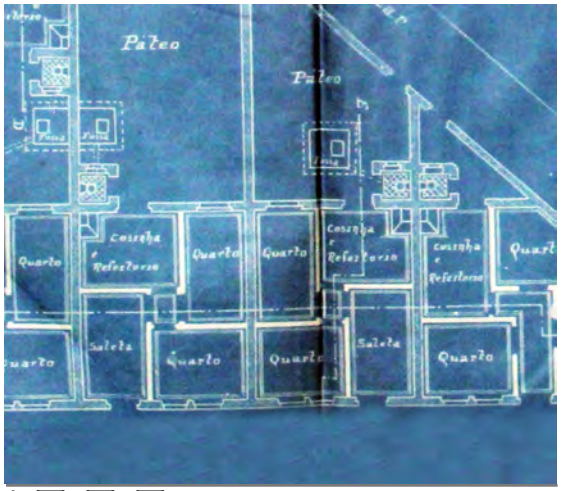
1923 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1479



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1226



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1227

localização e realização

Monte da Bela, Travessa — Porto

41°09'19.81"N / 8°34'45.15"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Filipe Lamas

projectista: Pedro Mendes da Silva — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 5 nº volumes: 2 área terreno m²: 334

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 5 fogos representados: 5

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**4**	0	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**35**	**25**
S2	**1**	1	0	1	3	0	0	1	0	**1**	**42**	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S3

Os pátios possuem todos dimensões diferentes, de modo que o valor é apenas indicativo
Uma das casas está isolada das restantes e possui um jardim frontal por onde se faz o acesso à casa. Partilha o pátio posterior com a casa em frente.
A casa da Solução II possui ainda um pequeno jardim



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1149

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1923**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_184 Bairro Rua Central da Corujeira

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (402) folhas: 479-486

licença de obra: 1998/1923 data entrada: 1923 data de referência do projecto: 1923

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

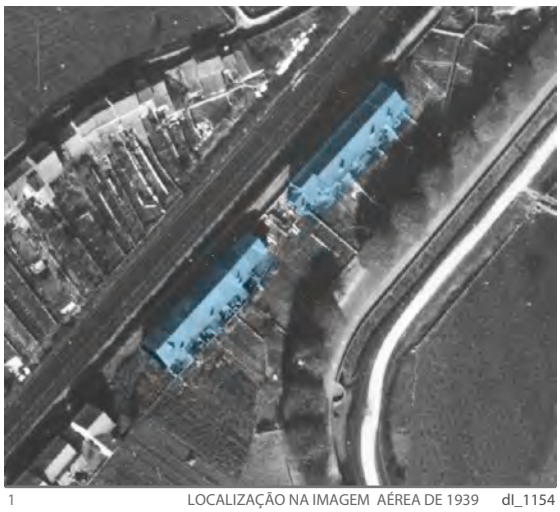
outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

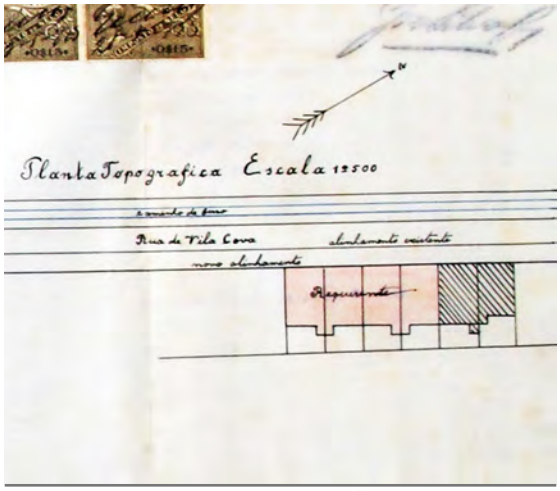
Bairro Rua de Vila Cova

1923 **Bairro de Rendimento** **BR**

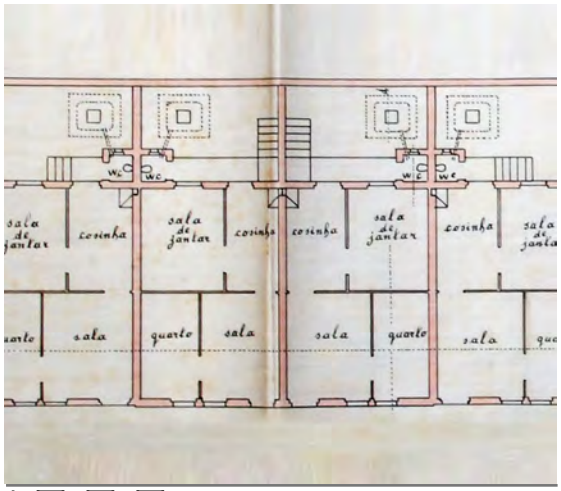
Obs: conforme fotografia aérea de 1939 parece haver conjunto igual de 4 casas a sudoeste (considerou-se dois conjuntos)



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1154



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1237



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1238

localização e realização

Vila Cova, Rua de — Porto

41°10'28.66"N / 8°34'04.11"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Américo Monteiro

projectista:

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 2 área terreno m2: 220

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 12

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**8**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**40**	**15**
S2												
S3												

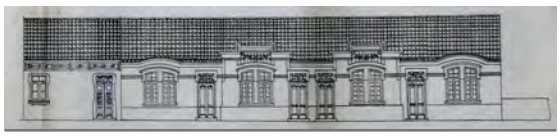
S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1923**
F2					
F3					



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1239

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_187 Bairro Rua de Vila Cova

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (385) folhas: 165-172

licença de obra: 1036/1923 data entrada: 1923 data de referência do projecto: 1923

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

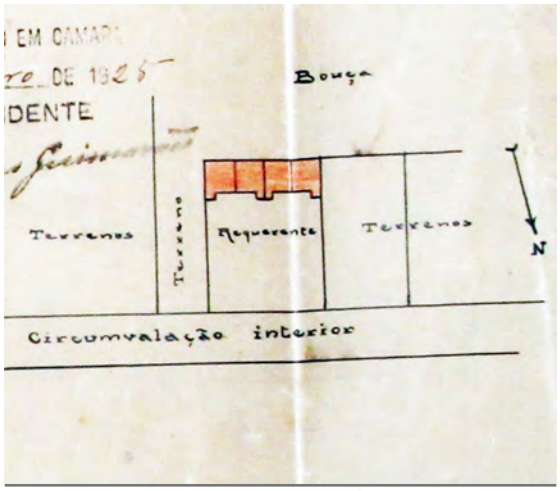
referência imagens (dI)

outras referências documentais

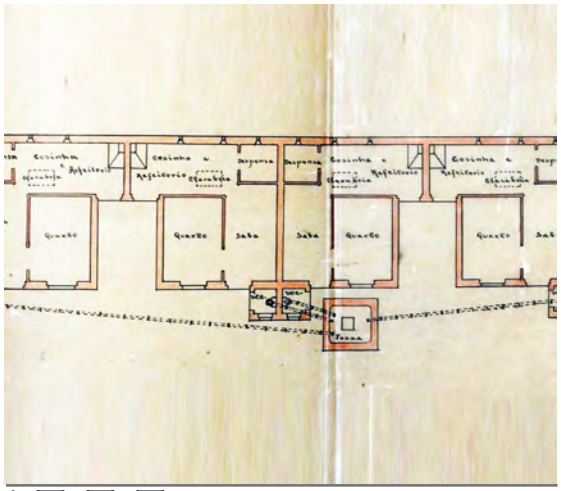
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1483



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1241



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1242



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1243

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_188

Bairro Rua Particular Diamantina

1926 — **Bairro de Rendimento** — **BR**

localização e realização

Circunvalação, Estrada da — Porto

41°10'48.19"N/ 8°34'31.80"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Cardoso Gomes

projectista: Manoel Ferreira Ribeiro — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno m2: 660

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Circunvalação, Estrada da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	0	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**30**	**0**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

As casas possuem despensa

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1926**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_188 Bairro Rua Particular Diamantina

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (479) folhas: 216-225

licença de obra: 242/1926 data entrada: 1926 data de referência do projecto: 1926

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

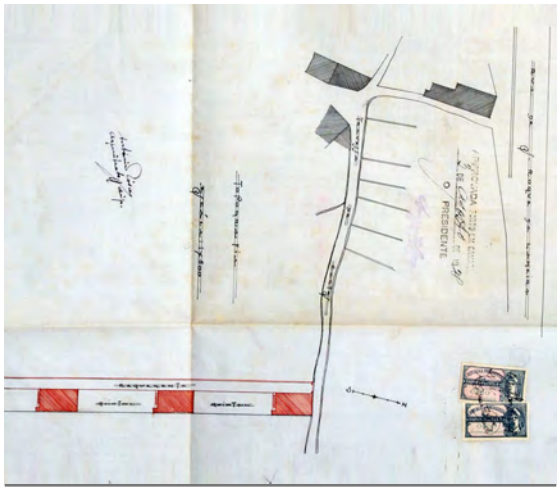
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Travessa de Cartes

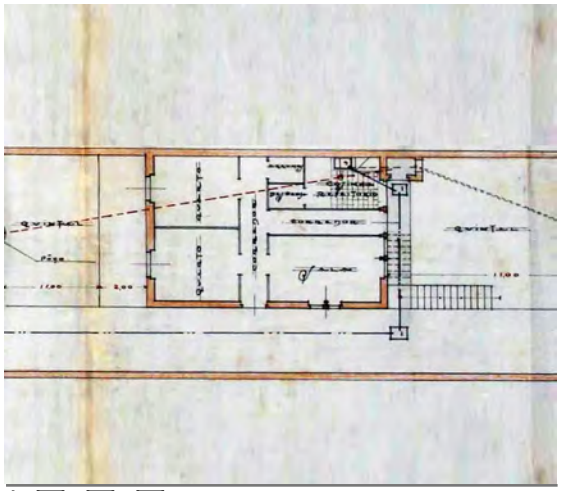
1928 **Bairro de Rendimento BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1482



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1270



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1268

localização e realização

Cartes, Travessa de — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Eduardo Alves

projectista: António Martins Rosas — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 3 área terreno^{m2}: 600

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Roque da Lameira, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior:

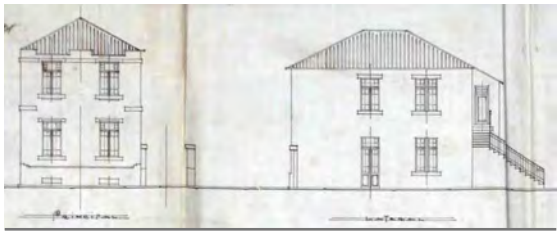
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**52**	**0**
S2												
S3												

S1 coletiva: acesso direto: interior parcela

S2

S3

As casas possuem arrumos e despensa



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1269

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_192 Bairro Travessa de Cartes

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (530) folhas: 60-68

licença de obra: 108/1928 data entrada: 1928 data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

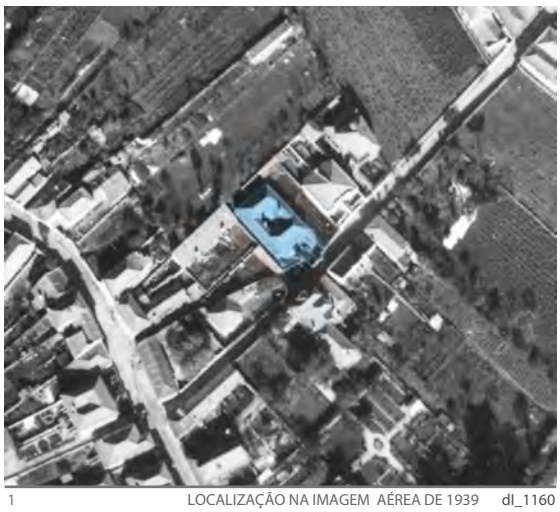
referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

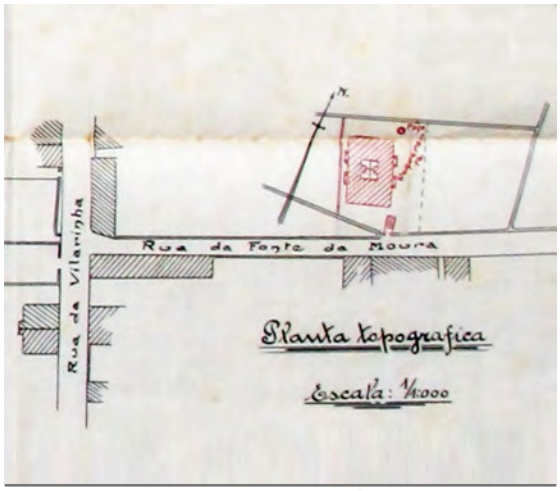
referência imagens (dI)

outras referências documentais

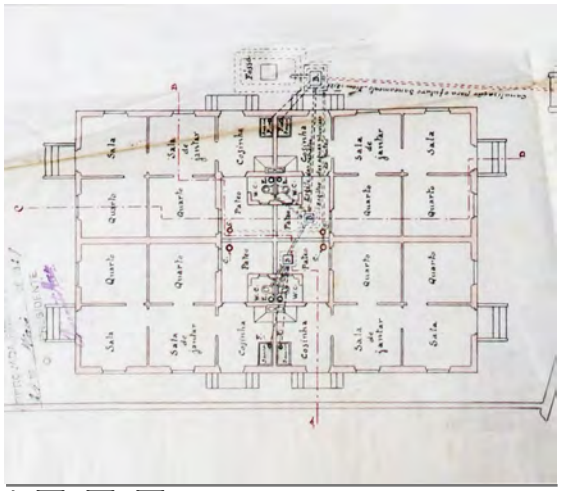
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1160



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1272



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1273



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1274

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_193

Bairro Rua da Fonte da Moura

1929 **Bairro de Rendimento** **BR**

Apesar de ser de iniciativa privada, a solução coincide com a utilizada em algumas colónias da câmara da mesma época

localização e realização

Fonte da Moura, Rua da — Porto

41° 9'55.35"N/ 8°39'47.44"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Theresa Bravo Correia Granjo

projectista: António Joaquim de Carvalho

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 350

equipamentos apoio: poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Vilarinha, Rua da

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	0	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**35**	**4**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida: pátio

S2

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1929**
F2					
F3					

BHP_193 Bairro Rua da Fonte da Moura

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (551) folhas: 191-199

licença de obra: 1032/1929 data entrada: 1929 data de referência do projecto: 1929

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

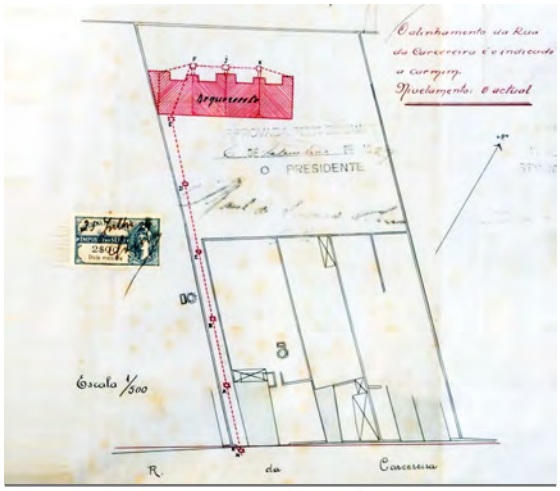
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Carcereira n657

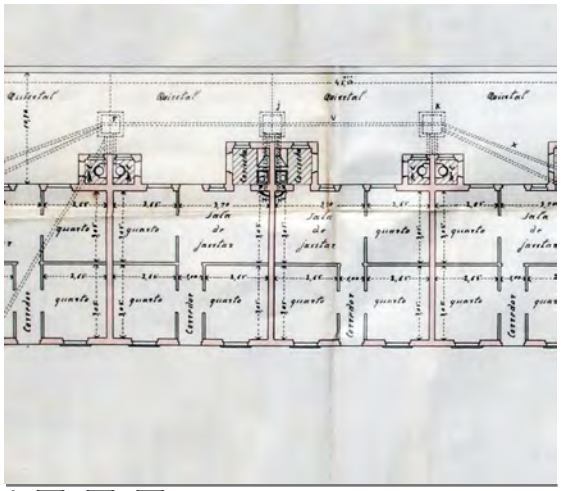
1929 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1161



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1279



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1276

localização e realização

Pedro Hispano, Rua de | Porto

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Domingos Pires Viana
projectista: Domingos da Silva Leça | Mestre de Obras

caracterização urbana

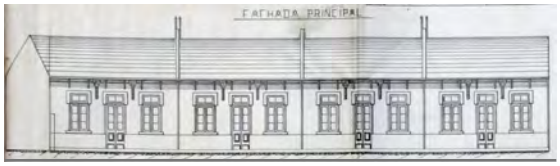
nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 1308
equipamentos apoio:
esp. público: rua particular; logradouro;
rua âncora: Pedro Hispano, Rua de
situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4
área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	1	1	1	3	0	0	1	0	**1**	**46**	**71**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2
S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1277

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1929**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_194 Bairro Rua da Carcereira n657

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (561) folhas: 513-522

licença de obra: 271/1929 data entrada: 1929 data de referência do projecto: 1929

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

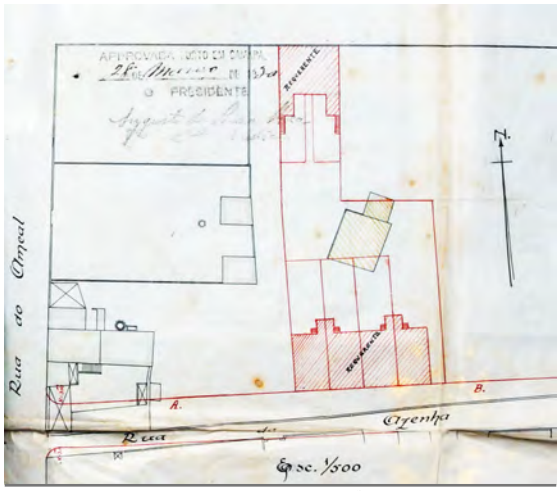
referência imagens (dI)

outras referências documentais

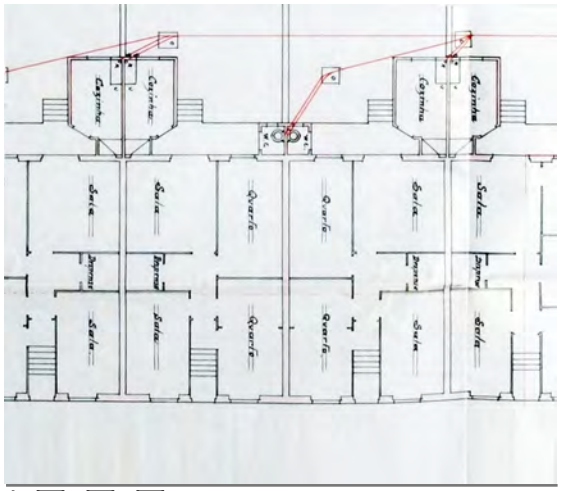
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dI_1164



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dI_1282



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dI_1281



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dI_1165

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_195

Bairro Rua da Azenha

1930 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Azenha, Rua da — Porto

41°10'53.42"N / 8°36'46.18"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Filipe Moreira Enes

projectista: Manoel da Silva Moreira

caracterização urbana

nº parcelas: 8 nº volumes: 2 área terreno m2: 1240

equipamentos apoio:

esp. público: logradouro;

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 8 fogos representados: 8

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	2	1	2	0	0	1	0	**1**	**61**	**70**
S2	**2**	1	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**44**	**35**
S3	**2**	1	1	1	2	0	1	1	0	**1**	**51**	**35**

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2 coletiva: acesso vertical
S3 coletiva: acesso vertical

As casas da Solução 1 possuem despensa.
As casas da Solução 3 possuem um gabinete.
A casa de topo da Solução 1 não tem pátio, apenas comunica com o logradouro.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_195 Bairro Rua da Azenha

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (577) folhas: 19-29

licença de obra: 803/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

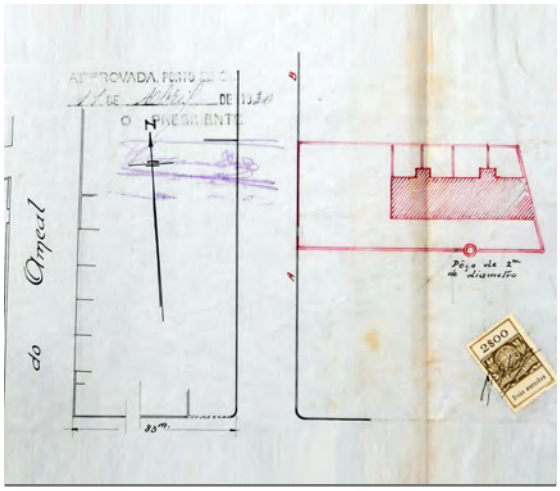
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Benjamim Gouveia

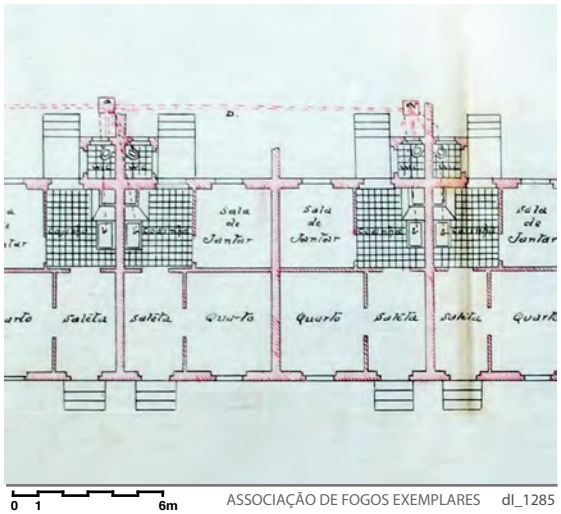
1930 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1168



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1286



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1285

localização e realização

Benjamim Gouveia, Rua — Porto

41°10'56.86"N / 8°36'43.18"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Avelino Duarte da Silva

projectista: José Ribeiro da Silva Lima — Engenheiro

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 493

equipamentos apoio: arrecadação; poço;

esp. público: logradouro;

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

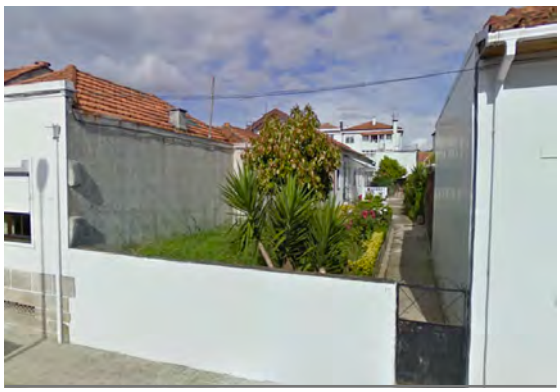
área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**4**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**30**	**17**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1167

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_196 Bairro Rua Benjamim Gouveia

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (578) | folhas: 331-339

licença de obra: 841/1930 | data entrada: 1930 | data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

dL_138	Regime das Casas Económicas	Decreto-Lei	22/10/1928
dL_218	Regulamento de construção e venda das casas económicas	Decreto-Lei	29/10/1928

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

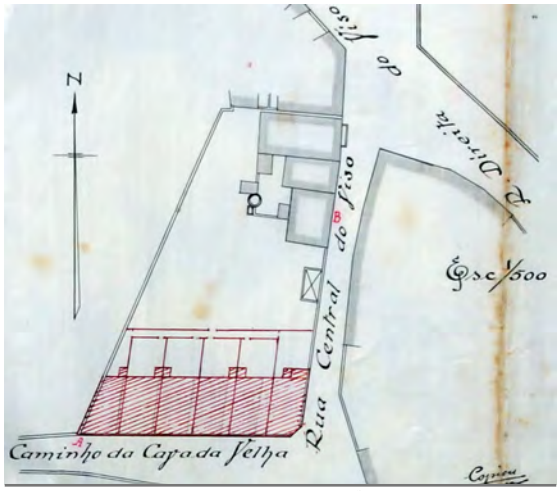
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Caminho da Cavada Velha

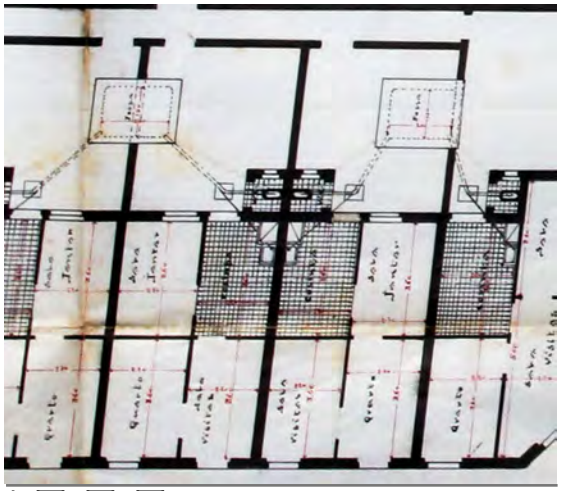
1930 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1171



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1288



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1291

localização e realização

Central do Viso, Rua — Porto

41°10'43.44"N / 8°38'36.88"W

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José da Rocha Salazar

projectista: Manuel da Silva Fumega — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: 350

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Direita do Viso, Rua

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	0	2	1	1	0	0	1	0	**1**	**33**	**18**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)

S2

S3



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1172

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1930**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_198 Bairro Caminho da Cavada Velha

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (589) folhas: 155-165

licença de obra: 223/1930 data entrada: 1930 data de referência do projecto: 1930

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

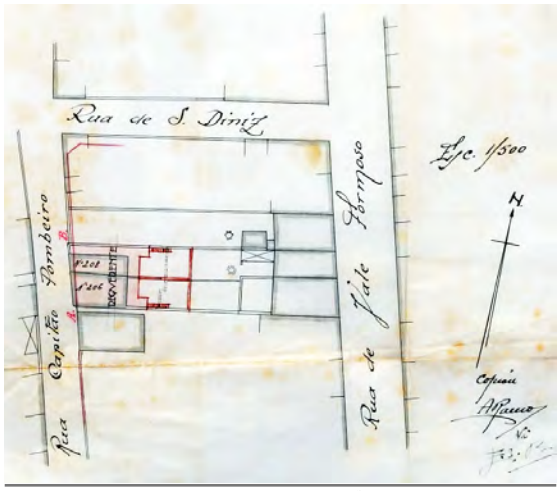
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua Capitão Pombeiro

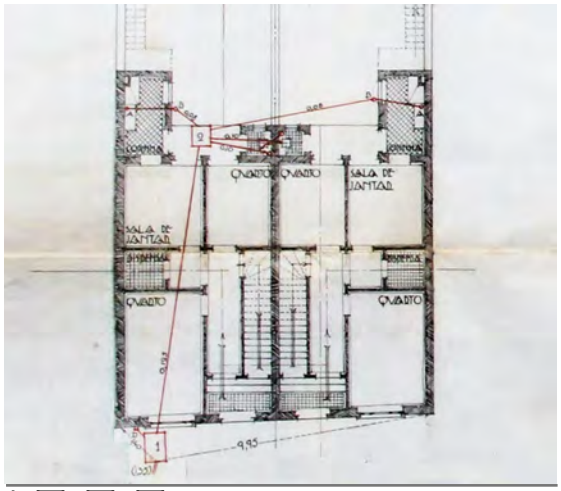
1931 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1174



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1292



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1295

localização e realização

Capitão Pombeiro, Rua — Porto

41°09'58.38"N / 8°36'43.19"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Vicente António Fontes

projectista: José Coelho de Freitas

caracterização urbana

nº parcelas: 2 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 90

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: S. Diniz, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**29**	**13**
S2	**2**	1	1	1	3	0	0	1	0	**1**	**32**	**13**
S3												

S1 coletiva: acesso direto

S2 coletiva: acesso direto

S3

As casas possuem despensa



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1173

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1931**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_200 Bairro Rua Capitão Pombeiro

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (609) folhas: 67-81

licença de obra: 1008/1931 data entrada: 1931 data de referência do projecto: 1931

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

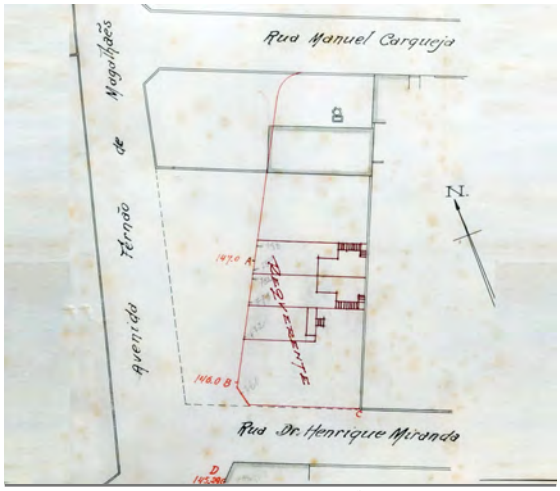
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Avenida Fernão de Magalhães n1362

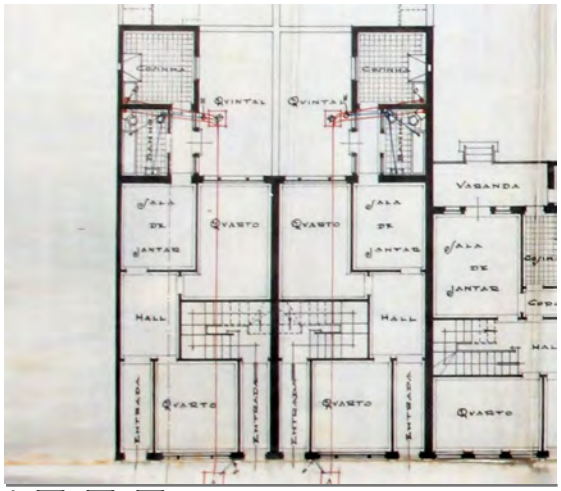
1931 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1181



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1299



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1302



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1180

localização e realização

Fernão de Magalhães, Avenida de — Porto

41°09'40.28"N / 8°35'29.97"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Ângelo Rodrigues Aleixo

projectista: Aucíndio Ferreira dos Santos — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 3 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 622

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 5 fogos representados: 5

área exterior: pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**2**	1	1	1	2	0	1	0	0	**1**	**78**	**30**
S2	**2**	1	1	1	3	0	1	0	0	**1**	**92**	**30**
S3	**1**	1	1	1	4	0	1	1	0	**2**	**128**	**230**

S1 coletiva: acesso direto

S2 coletiva: acesso direto

S3 individual agrupada: banda (por simetria)

As casas da Solução II possuem arrumos
A casa da Solução III possui ainda uma copa.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1931**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_202 Bairro da Avenida Fernão de Magalhães n1362

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (624) folhas: 404-413

licença de obra: 356/1931 data entrada: 1931 data de referência do projecto: 1931

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

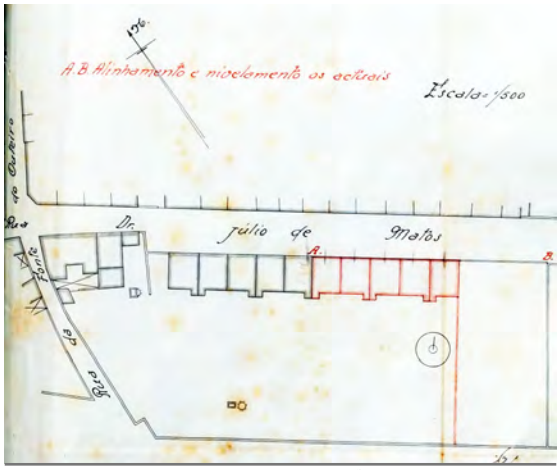
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Rua Dr. Júlio de Matos

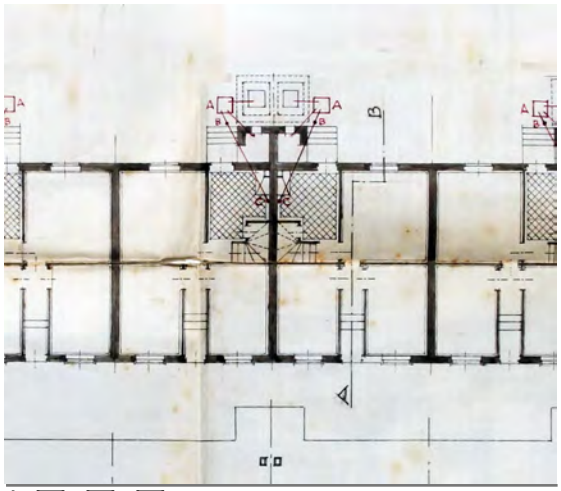
1932 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1184



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1303



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1305



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1306

localização e realização

Doutor Júlio de Matos, Rua — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☒ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Francisco Joaquim Coutinho
projectista: Serafim Martins de Sousa — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 10 nº volumes: 1 área terreno^{m2}: ?
equipamentos apoio:
esp. público:
rua âncora: Costa Cabral, Rua de
situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 10
área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**10**	1	1	1	2	0	0	1	0	**2**	**39**	**?**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria)
S2
S3

As casas possuem arrumos nas águas furtadas

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1932**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_203 Bairro da Rua Dr. Júlio de Matos

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (636) folhas: 94-100

licença de obra: 816/1932 data entrada: 1932 data de referência do projecto: 1932

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

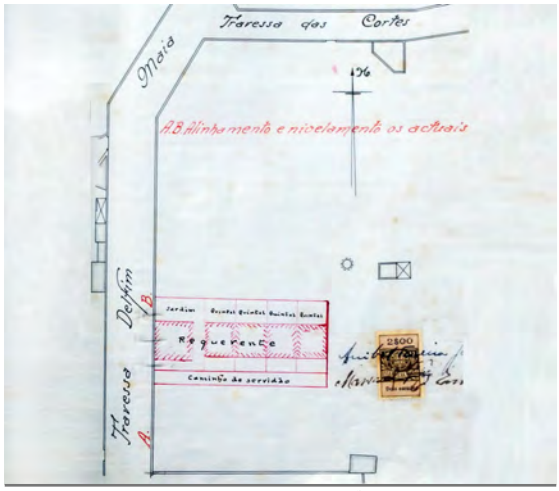
referência imagens (dI)

outras referências documentais

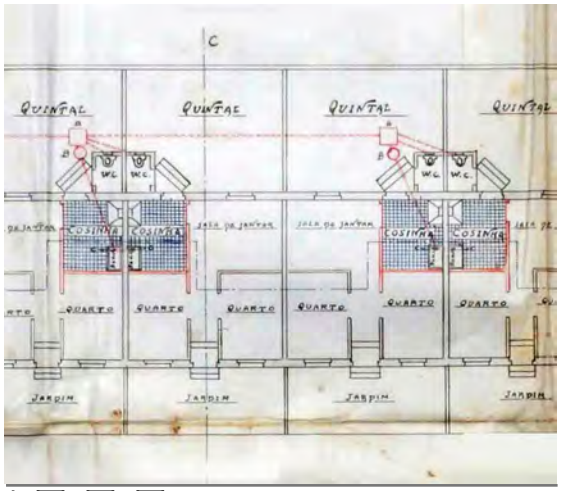
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1188



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1311



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1313



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1314

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_205

Bairro da Travessa Delfim Maia

1932 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Leonardo Coimbra, Rua — Porto

41°10'24.56"N / 8°36'36.06"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☒

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☒

promotor: Aníbal Teixeira Jacinto

projectista: Manuel Fernandes Enes — Mestre de Obras

caracterização urbana

nº parcelas: 1 nº volumes: 2 área terreno m2: 661

equipamentos apoio:

esp. público: rua particular;

rua âncora: Amial, Rua do

situação urbana: 4º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 5 fogos representados: 5

área exterior: pátio posterior jardim frontal;

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**4**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**45**	**45**
S2	**1**	1	1	1	4	0	1	0	0	**2**	**116**	**90**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela

S2 individual agrupada: banda (por simetria)

S3

A casa da Solução II possui despensa e escritório e uma pia no jardim.

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1932**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_205 Bairro da Travessa Delfim Maia

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (635) folhas: 507-514

licença de obra: 770/1932 data entrada: 1932 data de referência do projecto: 1932

registos BHP relacionados

BHP_15	Bairro de António Pereira Cardoso	1910	Delfim Maia, Rua	António Pereira Cardoso

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

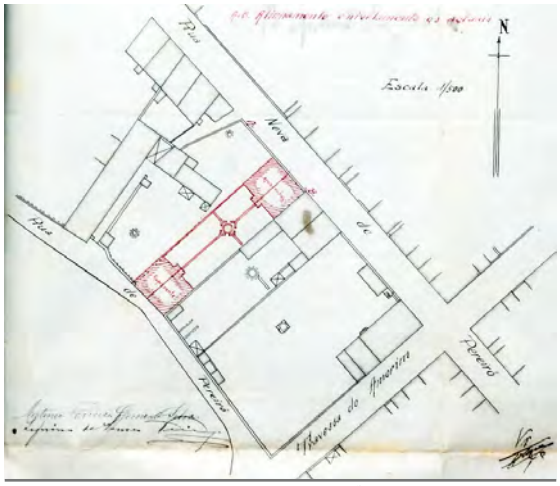
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro da Rua de Pereiró

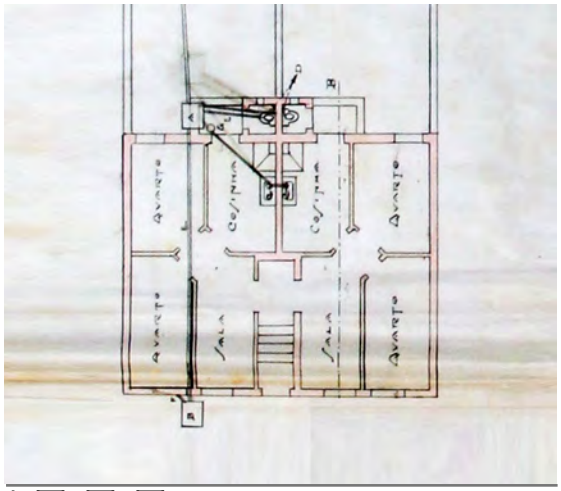
1933 **Bairro de Rendimento** **BR**



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1194



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1321



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1323



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1193

localização e realização

Pereiró, Rua de — Porto

41°10'16.43"N / 8°39'08.28"W

construído ☒ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ferreira Gomes da

projectista: Zeferino de Sousa Ferreira

caracterização urbana

nº parcelas: 4 nº volumes: 2 área terreno^{m2}: 426

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Pereiró, Rua de

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 4 fogos representados: 4

área exterior: horta posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**2**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**45**	**70**
S2	**2**	1	1	1	1	0	0	1	0	**1**	**45**	**40**
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2 individual agrupada: geminada

S3

As casas partilham o espaço de entrada

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1933**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_208 Bairro da Rua de Pereiró

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/9 (685) folhas: 287-296

licença de obra: 441/1933 data entrada: 1933 data de referência do projecto: 1933

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

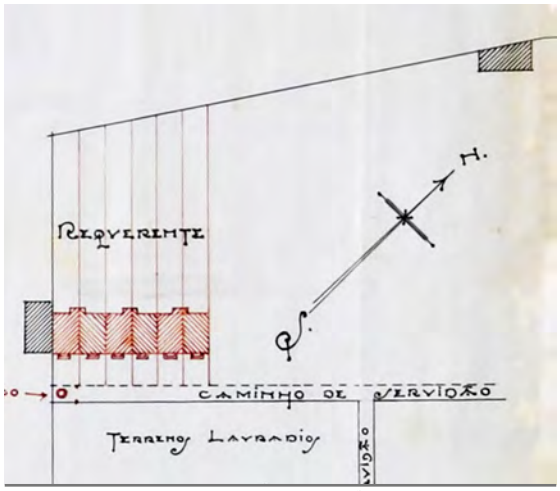
Bairro da Rua dos Açores

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

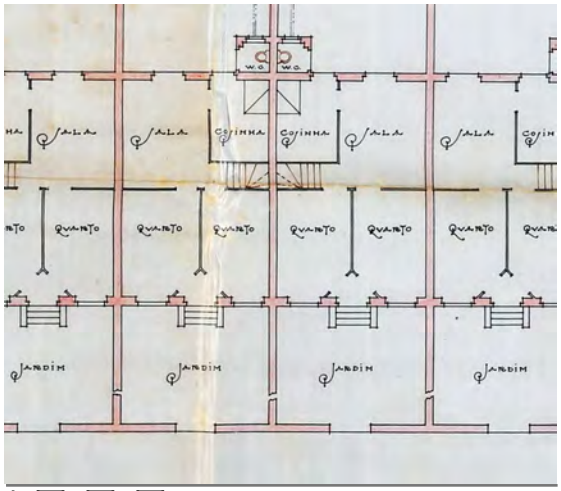
FALTA IMAGEM 1/500 REQUISITADA



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1396



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1327



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_812

localização e realização

Açores, Rua dos — Porto

41°09'51.14"N / 8°37'40.85"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☐
demolido ☒ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: José Pinto Dias

projectista: Rogério Rodrigues Vilar — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 6 nº volumes: 6 área terreno^{m2}: 1417

equipamentos apoio: poço;

esp. público:

rua âncora: Pedro Hispano, Rua de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6

área exterior: jardim frontal horta posterior

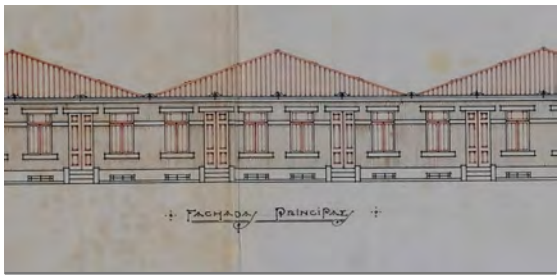
soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int ^{m2}	área ext ^{m2}
S1	**6**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**36**	**185**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada

S2

S3

A área exterior é variável (trata-se de um valor médio), uma vez que as hortas têm dimensões variáveis. No entanto os jardins frontais têm sempre a mesma área que são 25 m2.



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_813

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_209 Bairro da Rua dos Açores

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (514) | folhas: 117 a 125

licença de obra: 20/1928 | data entrada: 1928 | data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

BHP_109	Bairro Rua dos Açores n227	1927	Açores, Rua dos	Manuel Ferreira d'Almeida

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

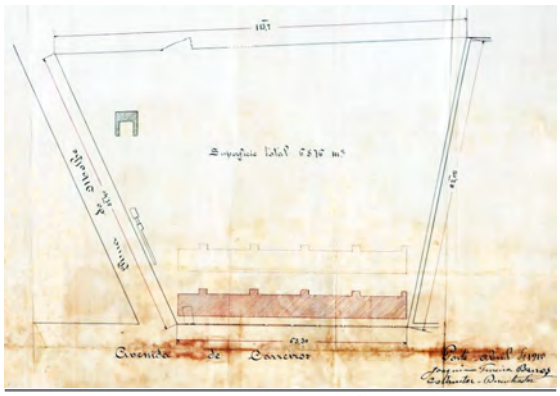
referência imagens (dI)

outras referências documentais

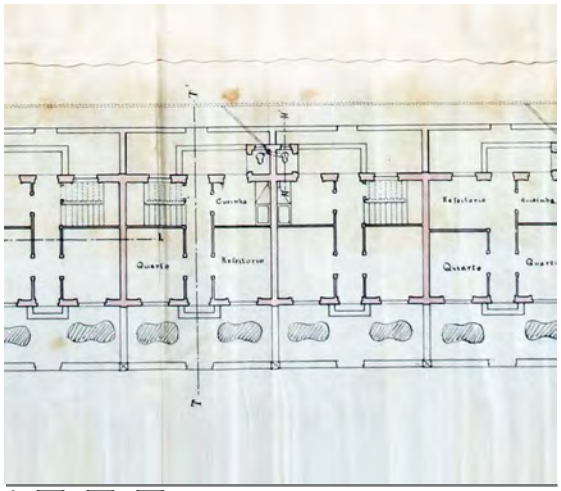
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1483



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1333



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1335



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_1336

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_211

Bairro da Avenida de Carreiros

1910 — **Bairro Operário Filantrópico** — **BF**

localização e realização

Brasil, Avenida do (Avenida de Carreiros) — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Operação Filantrópica
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Maria Christina Belleza Moreira
projectista: Joaquim Ferreira Barros

caracterização urbana

nº parcelas: 9 nº volumes: 1 área terreno m²: 712
equipamentos apoio:
esp. público:
rua âncora: Brasil, Avenida (Carreiros)
situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 9 fogos representados: 18
área exterior: jardim frontal pátio posterior

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m²	área ext m²
S1	**6**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**40,5**	**29**
S2	**3**	1	2	1	3	0	0	1	0	**2**	**80,5**	**29**
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): recuada
S2 individual agrupada: banda (por simetria): recuada
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1910**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_211 Bairro da Avenida de Carreiros

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: D-CMP/19 (31) folhas: 2

licença de obra: data entrada: data de referência do projecto: 1910

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1486



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1419

0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES

4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_214

Aglomerado de Moradias Económicas Alto da Pastaleira

1937 **Bairro Social do Estado BCE**

Parece tratar-se de uma primeira versão do projecto de Casas Económicas Marechal Gomes da Costa cujo projecto é de 1947, constituido por 186 moradias (nº IPA: PT011312060298)

localização e realização

João de Barros, Rua — Porto

41° 9'23.19"N/ 8°39'39.58"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Promoção do Estado

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: MInistério das Obras Públicas

projectista: Joaquim Madureira — Arquiteto

caracterização urbana

nº parcelas: 534 nº volumes: ? área terreno m2: 200000

equipamentos apoio: Centro religioso e lavadouro;

esp. público: rua particular; praça;

rua âncora: Campo Alegre, Rua do

situação urbana: Anel exterior

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 534 fogos representados: 534

área exterior: pátio posterior jardim frontal;

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**138**									**1**		
S2	**396**									**1**		
S3												

S1 individual agrupada: geminada

S2 individual agrupada: geminada

S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1937**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_214 Aglomerado de Moradias Económicas Alto da Pastaleira

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: Guia 05/03 (75) folhas: 1-30

licença de obra: data entrada: data de referência do projecto: 1937

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

Bairro Rua da Noeda

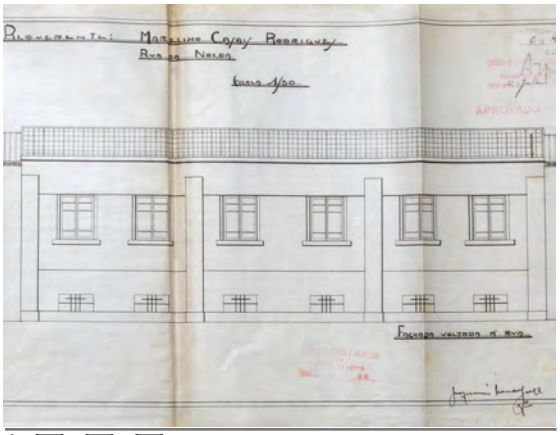
1934 **Bairro de Rendimento BR**

Utiliza-se o especificado no Decreto-lei das Casas Económicas. Condição de licenciamento: "Casas económicas tipo A, não excedendo a renda mensal de 80 $00; Sempre que a Camara tenha conhecimento de que foi retirada à construção essa caracteristica, o seu proprietário é obrigado a pagar ao cofre municipal todas as taxas e a multa de 300$00". Referente ao Edital de 4 Fevereiro de 1933.Isenção de Taxas de Licença, Estética, Numeração, de alinhamento.

1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_2000



0 1 6m ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_2001

localização e realização

Noeda, Rua do — Porto

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário
BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: Marcelino Casais Rodrigues
projectista: Joaquim Mendes Jorge

caracterização urbana

nº parcelas: nº volumes: 2 área terreno m2: 1300
equipamentos apoio: lavadouro;
esp. público:
rua âncora: Freixo, Rua do
situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 6 fogos representados: 6
área exterior:

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	3									1	39	
S2	3									1	39	
S3												

S1 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S2 individual agrupada: banda (por simetria): interior parcela
S3

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					1934
F2					
F3					

4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_219 Bairro Rua da Noeda

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto cota: folhas:

licença de obra: 237/1934 data entrada: 1934 data de referência do projecto: 1934

registos BHP relacionados

referência legislação (dL)

referência bibliográfica (dT)

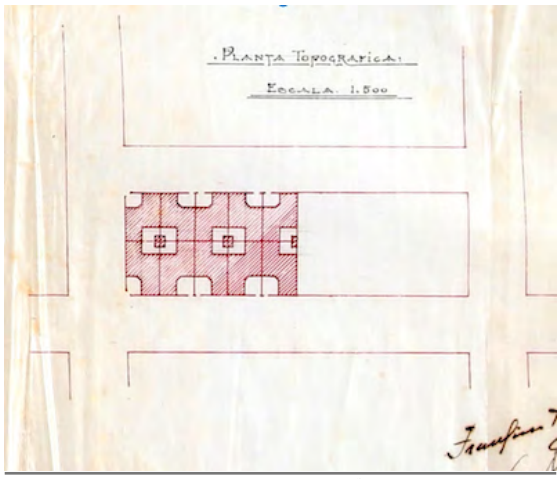
referência imagens (dI)

outras referências documentais

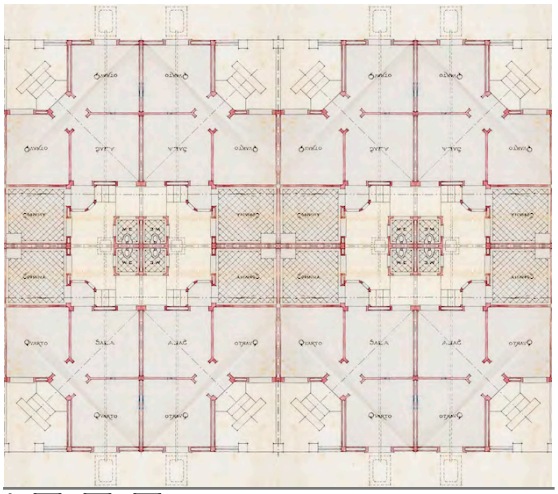
© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC



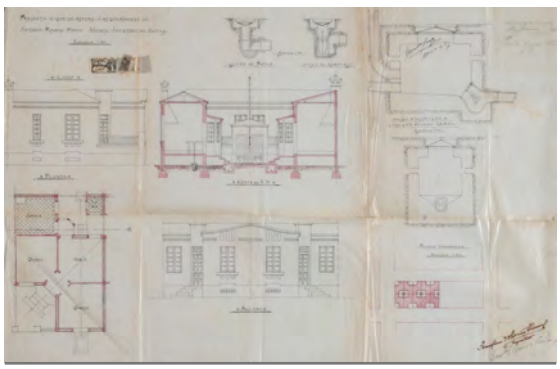
1 LOCALIZAÇÃO NA IMAGEM AÉREA DE 1939 dl_1526



2 IMPLANTAÇÃO DO CONJUNTO dl_1527



ASSOCIAÇÃO DE FOGOS EXEMPLARES dl_1528



4 ALÇADO/ VISTA DE CONJUNTO dl_496

BAIRROS DE HABITAÇÃO POPULAR BHP — BHP_223

Bairro António Ramos Pinto II

1928 **Bairro de Rendimento** **BR**

localização e realização

Francisco Carqueja, Rua (com Rua Bento — Porto

41°09'36.57"N / 8°35'26.24"W

construído ☐ parcialmente construído ☐ não construído ☒
demolido ☐ parcialmente demolido ☐

promoção e intervenientes

natureza da ação: Rendimento Imobiliário

BHP rendimento misto (c/ BRM) ☐

promotor: António Ramos Pinto

projectista: Francisco de Oliveira Ferreira — Arquitecto

caracterização urbana

nº parcelas: 10 nº volumes: 1 área terreno m2: 452

equipamentos apoio:

esp. público:

rua âncora: Fernão de Magalhães, Avenida de

situação urbana: 3º anel

associação e caracterização do fogo

fogos elegíveis/ autorizados: 10 fogos representados: 20

área exterior: jardim frontal;

soluções	unidades	átrio	sala	cozinha	quartos	Aacova	retrete int.	retrete ext.	banho	nº pisos	área int m2	área ext m2
S1	**10**	1	1	1	2	0	0	1	0	**1**	**37**	**31**
S2												
S3												

S1 individual agrupada: geminada: quadripartida

S2

S3

As casas possuem um pátio comum ao centro, com 9 m2, com um tanque.
Duas das casas do modelo quadripartido possuem jardim lateral mais pequeno, com apenas 8 m2

faseamento e construção

	nº fogos/ solução:	projecto:	constr.:	uso:	data ref.:
F1					**1928**
F2					
F3					

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

BHP_223 Bairro António Ramos Pinto II

informação arquivística principal

arquivo: Arquivo Histórico Municipal do Porto | cota: D-CMP/9 (515) | folhas: 668 a 679

licença de obra: 100/1928 | data entrada: 1927 | data de referência do projecto: 1928

registos BHP relacionados

BHP_106	Bairro de António Ramos Pinto III	1933	Antas, Travessa das	António Ramos Pinto

referência legislação (dL)

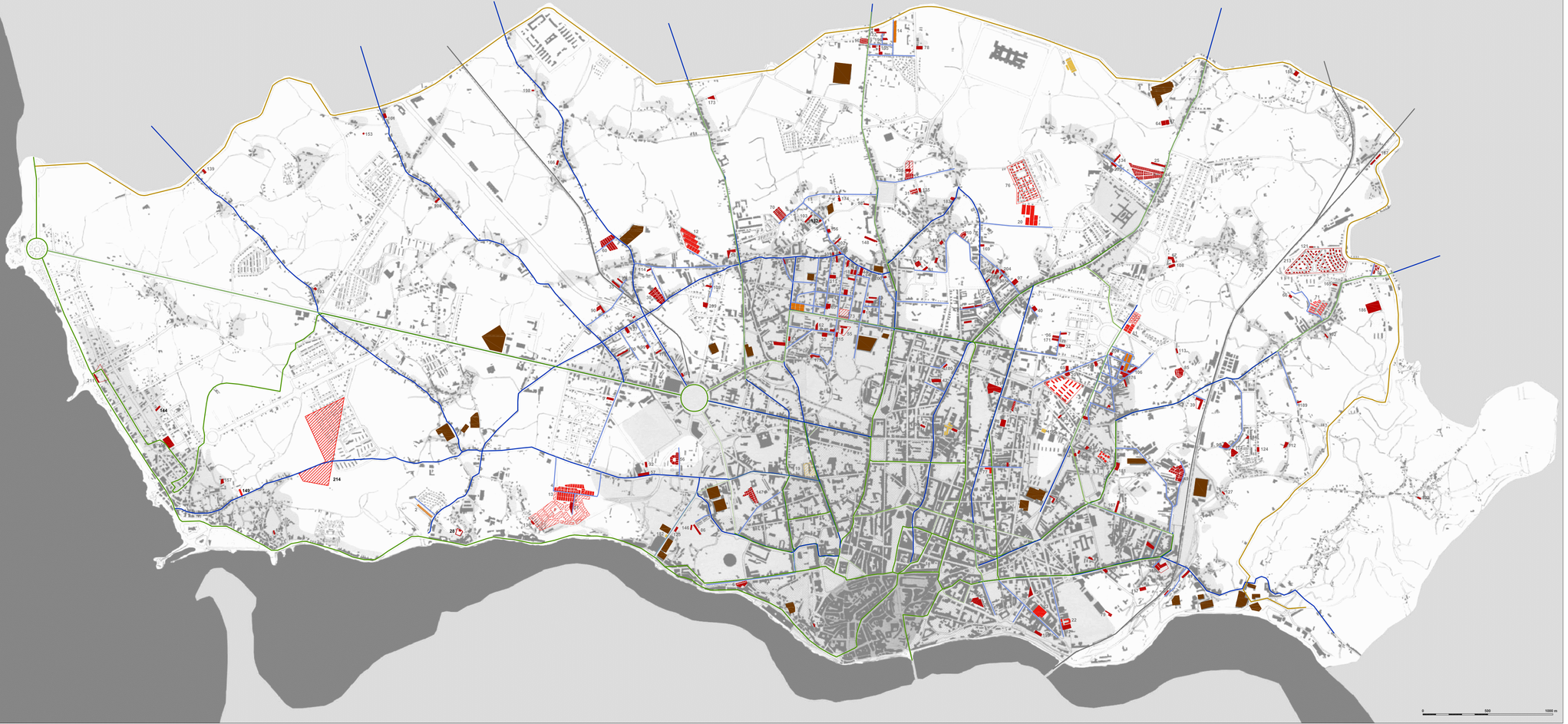
referência bibliográfica (dT)

referência imagens (dI)

outras referências documentais

© eliseu gonçalves/ CEAU_AdC

C. CARTOGRAFIA DE LOCALIZAÇÃO E ANÁLISE



Rendimento
Filantrópia
Paternalismo Industrial
Promoção Pública
Indústria

Ruas âncora
Arruamentos de ligação
Transportes até 1908
Transportes 1909-1940
Linha férrea
Estrada da Circunvalação

Bairros com projecto não identificado
Bairros com projecto não localizado (localização provável)

Lista de bairros localizados na planta (referidos à base de dados BHP)

1 Bairro Operário CP_Monte Pedral
2 Bairro Operário CP_Lordelo
3 Bairro Operário CP_Bonfim
4 Bairro Social da Arrábida
5 Bairro Fábrica Areosa
6 Bairro Inez
7 Bairro Grupo Diez de Maio
8 Bairro Monte dos Congregados
9 Bairro das Quatorze Casas
10 Bairro Rua Monte de S. João
11 Colónia Antero de Quental
12 Colónia Estêvão Vasconcelos
13 Colónia Vitorino Campos
14 Bairro dos Pobres
15 Bairro de António Pereira Cardoso
16 Bairro Seguradora "A Garantia"
17 Bairro Travessa Ribeiro de Sousa
18 Vila Amélia
19 Bairro Fábrica Jacinto
20 Colónia Dr. Manuel Laranjeira
21 Bairro Rua Vitorino Campos
22 Bloco Duque de Saldanha
23 Aglomerado de Moradias Económicas Rua S. Victor
24 Bairro da Circunvalação n8833
25 Bairro Seguradora "O Trabalho"
26 Bairro Herculano
27 Bairro da Polícia
28 Bairro ao Largo do Ouro
29 Bairro Operário Travessa de Campanhã
30 Bairro Rua da Carcereira n937
31 Bairro Travessa do Couto n247
32 Bairro Travessa da Constituição n60
33 Bairro Rua da Travagem
34 Bairro Rua do Freixo
35 Bairro Rua Egas Moniz n71
36 Bairro Rua Conde Burnay
37 Bairro Rua Justino Teixeira
38 Bairro Rua Particular de S. Isidro
39 Bairro Rua da Lameira de Baixo
40 Bairro Travessa da Bica Velha
41 Bairro Travessa do Freixo
42 Bairro Travessa dos Campos
43 Vila Pinto
44 Bairro Rua S. Dinis n790
45 Vila Maria Odete
46 Bairro Rua 9 de Abril n441
47 Bairro Rua da Areosa
48 Bairro Rua S. Dinis
49 Bairro "A Previdencia do Ferroviário"
50 Bairro das Artes Gráficas A. Rodrigues
51 Bairro Rua Ribeiro de Sousa
52 Bairro Rua Serpa Pinto n115
53 Bairro Rua Francisco Carqueja
54 Bairro Rua Armando Cardoso
55 Bairro Rua do Monte Calvo
56 Bairro Largo do Crudinho
57 Bairro Passos José
58 Bairro Rua Nova de Paranhos
59 Bairro Rua Bento Carqueja
60 Bairro Rua Areosa
61 Bairro Rua do Covelo
62 Bairro Rua Nova do Monte Pedral n124
63 Bairro Rua da Alliança n60
64 Bairro da Areosa
65 Bairro Avenida Fernão de Magalhães n152
66 Vila Ferreira
67 Bairro Rua Vasques de Mesquita
68 Bairro Travessa da Plaça
69 Bairro Rua Nova de S. Crispim
70 Bairro Rua de Monsanto
71 Casas Económicas do Ilhéu
72 Bairro Municipal Tipo
73 Casas Económicas do Monte Pedral
74 Bloco de Casas Económicas de Santos Pousada
75 Bairro de Habitações Económicas de S. Crispim
76 Casas Económicas de Paranhos
77 Bloco de Habitações Económicas dos Bombeiros Municipais
78 Bairro Rua da Bouça de Paranhos
79 Bairro Praça da Allegria
80 *Casas Económicas da Azenha*
81 Bairro Rua Monsebello
82 Bairro Rua Duque de Saldanha
83 Bairro Travessa da Presa da Agra
84 Bairro Rua Costa Cabral
85 Bairro Rua Lameiras de Cima
86 Bairro da Quinta de Jesus
87 Bairro do Bom Retiro
88 Bairro Rua Visconde de Setúbal n108
89 Bairro Rua Nova de Monsebello
90 Bairro Rua Tenente Valladim
91 Bairro Travessa Álvaro Castelões
92 Vila Rodrigo
93 Bairro Rua de Monsebelo
94 Bairro Viela do Monte Germalde
95 Bairro Travessa das Antas n258
96 Bairro Rua Vila Meã
97 Bairro Rua do Cunha n62
98 Bairro Rua da Bica Velha
99 Bairro Rua das Artes Gráficas
100 Bairro Rua João de Deus
101 Bloco Associação Mutualista A Previdente
102 Bairro Rua Silva Porto n122
103 Bairro Travessa do Regado
104 Bairro Circunvalação n12967
105 Bloco Rua Silva Porto n21
106 Bairro Travessa das Antas n385
107 Bairro Travessa das Almas
108 Bairro do Lugar de Salgueiros
109 Bairro Rua dos Açores n227
110 Bairro Rua de Miraflor
111 Bairro Rua da Allança n224
112 Bairro Rua do Alto da Bela
113 Bairro Caminho Monte da Costa
114 Bairro Rua Domingos Machado
115 Bairro Rua da Constituição n926
116 Bairro Travessa Nova Sintra
117 Bairro Calçada de Nova Sintra
118 *Casas Económicas do Ameal e Telheira*
119 *Casas Económicas de Ramalde (Pereiró)*
120 Bloco de Habitações Económicas da Rua Barão de S. Cosme
121 Bairro Caminho do Calvário
122 *Casas Económicas de Costa Cabral*
123 Bairro Travessa de Furamontes
124 Bairro Rua Oriental da Corujeira
125 Bairro Rua D. Pedro V
126 Bairro Rua Francisco Carqueja n41
127 Bairro Rua de Bonjoia
128 Bairro Rua da Benedrina
129 Bairro Rua Visconde de Setúbal n164
130 *Bairro Rua do Falcão n489*
131 *Bairro Rua Sousa Rosa n52*
132 *Bairro de Rebordões*
133 Bairro Rua do Amial n1138
134 Bairro Rua de Lamas
135 Bairro Travessa do Couto n234
136 Bairro Rua da Arrábida
137 Bairro Rua da Carcereira n590
138 Bairro Rua Serpa Pinto n164
139 *Bairro Rua Lameira de Baixo (interior)*
140 Bairro Rua Fiella Guimarães
141 Bairro Rua Ribeiro de Sousa n401
142 Bairro Travessa de S. Dinis
143 Plano Proposta Eng.º Stéphankevitch
144 Bairro Rua Corte Real
145 Bairro Rua Nova do Monte Pedral n6
146 Bairro do Viltor
147 Bairro da Panoeila
148 Bairro Rua Alcácer Ceguer
149 Colónia da Foz do Douro
150 Bairro Rua do Moreira
151 Bairro Rua da Areosa n168
152 Bairro Rua Nova do Monte Louro n54
153 Bairro Rua de Saldazares
154 Bairro Rua S. Gonçalo
155 Bairro do Gaspar
156 Bairro Rua Silva Porto n222
157 Bairro Rua do Paraiso
158 Vila Maria Alice
159 Bairro Rua Barros Lima
160 Bairro Largo do Monte da Luz
161 Bairro Rua da Prestosa
162 Bairro Rua do Monte Alegre
163 Bairro Rua Nova do Monte Louro n142
164 Bairro Calçada do Campo Lindo
165 Bairro Viela do Tirso
166 Bairro Rua da Agula
167 Bairro Rua Pinto Bessa
168 Bairro Rua do Cunha n305A
169 Bairro Rua Álvaro Castelões n554
170 Bairro Travessa do Freixo
171 Bairro Rua Vasco Lobeira n121
172 Bairro à Rua Vila Meã n177
173 Bairro Rua Senhora do Porto
174 Bairro Rua do Regado
175 Bairro Travessa das Eirinhas
176 Bairro Travessa das Antas n301
177 Vila das Grades Verdes
178 Bairro Rua do Covelo
179 Bairro Travessa do Monte Calvo
180 Bairro da Padarla
181 Bairro Rua do Bonfim
182 Bairro Rua D. Pedro V
183 Bairro Rua da Igreja de Paranhos
184 Bairro Rua Central da Corujeira
185 Bairro Rua do Cunha n197
186 Bairro Caminho dos Paltros
187 Bairro Rua de Vila Cova
188 Bairro Rua Particular Diamantina
189 Bairro Rua do Falcão
190 Bairro Rua do Cunha n305B
191 Bairro Rua Alexandre Herculano
192 Bairro Travessa de Cartes
193 Bairro Rua da Fonte da Moura
194 Bairro Rua da Carcereira n657
195 Bairro Rua da Azenha
196 Bairro Rua Benjamim Gouveia
197 Bloco de Habitações Económicas Tipo
198 Bairro Caminho da Cavada Velha
200 Bairro Rua Capitão Pombeiro
201 Casas Económicas das Condominhas
202 Bairro da Avenida Fernão de Magalhães 2
203 Bairro da Rua Dr. Júlio de Matos
204 Bairro da Rua do Cunha n220
205 Bairro da Travessa Delfim Maia
206 Bairro Operário da Tirana
207 Bairro da Rua Nova de S. Crispim n67
208 Bairro da Rua de Penêlo
209 Bairro da Rua dos Açores
210 *Bairro Operário do arq Muzio em Ramalde*
211 Bairro da Avenida de Carneiros
212 Bairro da Fábrica Social da Fontinha
213 Casas Económicas da Tirana
214 Aglomerado de Moradias Económicas Alto da Pasteleira
215 *Bairro Rua Nova de Pereiró*

Bairros de Habitação Popular no Porto

Desenho sobre base cartográfica de 1962